

**Estrutura Conceptual do Relato Financeiro: Da Definição de um
Domínio à Sua Análise para uma Sociedade em Rede**

Maria João Pereira de Almeida Ferro e Vieira

Tese de Doutoramento em Linguística

Especialidade em Lexicologia, Lexicografia e Terminologia

Fevereiro, 2015

**Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção
do grau de Doutor em Linguística**

Especialidade em Lexicologia, Lexicografia e Terminologia

Realizada sob a orientação científica de
Professora Doutora Maria Rute Vilhena Costa

O texto desta tese foi escrito com a grafia anterior ao Acordo Ortográfico de 1990.

Às minhas três Marias

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Um trabalho desta natureza dificilmente se completa sem o apoio de muitas pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para criar as condições necessárias para esta investigação avançar. A todos, o meu sincero obrigada!

Para além daqueles cujos nomes não constam aqui, mas que souberam dizer a palavra certa na altura em que precisei e que fizeram o que estava ao seu alcance para que eu pudesse concentrar-me neste meu projecto, gostaria de agradecer em particular a algumas pessoas que tiveram um envolvimento mais directo nesta fase da minha vida.

Em primeiro lugar, à minha orientadora, a Professora Doutora Rute Costa, pelo seu apoio incansável, pela disponibilidade para o debate das questões científicas, pelas suas críticas oportunas que ajudaram a dar forma a este trabalho e também pela amizade, pela força e pelo encorajamento constantes, sobretudo nas horas mais difíceis.

Aos três especialistas, docentes de Contabilidade Financeira no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, os Professores Ana Isabel Dias, Fernando Carvalho e Pedro Pinheiro, que, com muita paciência, responderam a todas as minhas questões e ajudaram a levantar tantas outras, guiando-me por entre as «armadilhas linguísticas» do relato financeiro.

Ao Professor Doutor Orlando Gomes, pela preciosa ajuda a afinar os conceitos de Economia em que toquei ao longo desta viagem.

Ao Instituto Politécnico de Lisboa pelo apoio concedido através de uma bolsa de doutoramento no âmbito do programa PROTEC.

Às minhas queridas amigas, Sónia e Ana, que são muito mais do que as irmãs que não tenho e cuja fé inabalável nas minhas capacidades foi determinante para completar o que me pareceu, por vezes, uma tarefa impossível. À Teresa, pelas discussões filosóficas.

Aos meus sogros e à minha cunhada, sem cujo apoio logístico nas horas certas eu não teria conseguido disponibilidade para pensar. À Sónia, em particular, pela leitura atenta, minuciosa e crítica.

Aos meus pais, que me ensinaram a querer saber mais, que me puseram na mão um dicionário em vez de dizerem simplesmente o significado da palavra que eu queria saber, que sempre incentivaram o meu gosto pelas línguas e que são, por isso e por todo o amor que sempre me deram, os grandes responsáveis por eu aqui ter chegado.

Às minhas filhas, por terem permitido que a mãe ficasse sozinha fechada no escritório tantas horas sem reclamarem (muito) e por terem ficado tantas outras a estudar ou a brincar em silêncio (relativo) ao meu lado ou ao meu colo. E ao Sérgio, *because life as it really is proves not to be that simple.*

ESTRUTURA CONCEPTUAL DO RELATO FINANCEIRO: DA DEFINIÇÃO DE UM DOMÍNIO À SUA ANÁLISE PARA UMA SOCIEDADE EM REDE

Maria João Pereira de Almeida Ferro e Vieira

RESUMO

Considerando a língua como um produto da sociedade, mas também como um meio fundamental para o estabelecimento de relações entre os homens, procuramos perceber o seu lugar na sociedade globalizada, com o objectivo de desenvolver uma metodologia de análise terminológica que contribua para uma maior qualidade da comunicação especializada na sociedade em rede.

Este trabalho está organizado em duas partes, sendo a primeira dedicada à reflexão sobre o papel da língua na sociedade em rede, focando questões essenciais em torno da tensão existente entre o multilinguismo e a hegemonia do inglês enquanto *lingua franca*, sobretudo no espaço europeu. Interessa-nos, por um lado, reflectir sobre a definição de políticas linguísticas, concretamente na Europa multilingue dos 28, e, por outro, salientar o papel preponderante que a língua tem na transmissão do conhecimento.

A segunda parte deste trabalho concretiza a investigação efectuada na primeira com base na análise do relato financeiro, um domínio do saber que não só é inerentemente multilingue — porque a sua aplicação é transnacional — mas também reflecte a tensão identificada na primeira parte, na medida em que o inglês assume, no mundo dos negócios em geral e nos mercados financeiros em particular, o papel hegemónico de *lingua franca*.

A abordagem terminológica que defendemos é semasiológica para fins onomasiológicos, pelo que partimos da análise do texto de especialidade, organizado em *corpora* de especialidade. Discutimos subsequentemente os resultados da nossa análise com os especialistas que os irão validar e cuja colaboração em diversos

momentos do processo de análise terminológica e conceptual é fundamental para garantir a qualidade dos recursos terminológicos produzidos.

Nesta óptica, exploramos um *corpus* de textos legislativos no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), de modo a delinear uma metodologia de trabalho que, no futuro, conduzirá à construção de uma base de dados terminológica do relato financeiro.

Concomitantemente, efectuamos também um estudo sobre a Estrutura Conceptual do SNC, para o qual elaboramos uma comparação ao nível da tradução especializada no relato financeiro, com base num *corpus* paralelo composto pela legislação contabilística internacional endossada pela União Europeia. Utilizamos o *corpus* paralelo constituído por textos redigidos originalmente em inglês e traduzidos para português, em articulação com o *corpus* de especialidade criado com a legislação relativa ao normativo contabilístico português, para testar uma metodologia de extracção de equivalentes.

Defendemos, por fim, que a harmonização no relato financeiro para além de se reger por políticas contabilísticas comuns, deve ter subjacentes questões terminológicas. É necessário, portanto, harmonizar a terminologia do relato financeiro, possibilitando aos especialistas uma comunicação em português isenta da interferência do inglês herdado das normas internacionais, através dos dois processos que identificamos: a tradução e a adaptação das Normas Internacionais de Contabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: terminologia, organização do conhecimento, sociedade em rede, multilinguismo, *linguae francae*, políticas linguísticas.

CONCEPTUAL FRAMEWORK FOR FINANCIAL REPORTING: FROM THE DEFINITION OF A DOMAIN TO ITS ANALYSIS FOR A NETWORK SOCIETY

Maria João Pereira de Almeida Ferro e Vieira

ABSTRACT

Conceiving language as a social product, as well as an essential means of connecting people, we attempt to understand the role it plays in our global society with the aim to develop a methodology for terminological analysis that can contribute to improve the quality of specialized communication in the network society.

This thesis is organized into two parts. In the first part we consider the role that language plays in the network society, focussing on essential issues prompted by the existing tension between multilingualism and the pervasiveness of English as a *lingua franca*, particularly in Europe. We propose both to reflect on the development of language policies, especially in the 28 Member States of a multilingual Europe, and to highlight the prominent role language plays in the transmission of knowledge.

The second part of the work substantiates the research conducted in the first part by analysing financial reporting, which is intrinsically multilingual due to its transnational application. Additionally, it also echoes the tension we detail in the first part, in view of the fact that English undoubtedly acts as a *lingua franca* in the business world in general and in the financial markets in particular.

The terminological approach we uphold is semasiological for onomasiological purposes. Therefore, we start by analysing specialized texts — organized into specialized *corpora* — and subsequently discuss our outcomes with the experts who can validate them. Experts are asked to collaborate at several stages of the terminological process, which is essential to ensure the quality of the terminological resources we aim to produce.

Accordingly, we explore a *corpus* comprised of legislative texts produced in the context of the standardization of the Portuguese accounting system — Sistema de Normalização Contabilística (SNC) — in order to develop a working methodology that will lay the foundations for the creation of a terminological database for financial reporting.

Concurrently, we also examine the Conceptual Framework of the Portuguese accounting system in the scope of specialized translation. To this end, we built a second *corpus* composed of the international accounting standards as initially endorsed by the European Union. The legislative texts collected to build this parallel *corpus* were originally written in English and subsequently translated into Portuguese. We use the parallel specialized corpus in conjunction with the aforementioned specialized *corpus* composed of Portuguese accounting legislation to test a methodology for the extraction of equivalents.

Finally, we argue that harmonization in financial reporting should not be limited to defining common accounting standards and policies; it should also focus on the underlying terminology. Hence our belief that a harmonized financial reporting terminology would enable experts to communicate in Portuguese without the interference of the English terminology inherited from the double process of translation and adaptation of the International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards.

Keywords: terminology, knowledge organization, network society, multilingualism, *linguae francae*, language policies.

ÍNDICE

Introdução	1
Parte I. A língua na sociedade em rede	11
Capítulo I. A sociedade actual organizada em rede	13
1.1 A transição para um novo paradigma social	15
1.2 A revolução tecnológica e a hegemonia da Internet.....	17
1.3 A construção de um novo modelo económico assente numa lógica de redes	19
1.4 A reconfiguração da sociedade e o seu consequente carácter globalizado .	21
1.5 O poder da comunicação na sociedade em rede	27
1.6 <i>Think global, act local</i> : a localização como estratégia de mercado na sociedade em rede	31
1.6.1 Homogeneidade vs. heterogeneidade da sociedade globalizada	32
1.6.2 Globalização e tradução	34
1.6.3 A localização na sociedade em rede	38
Capítulo II. O multilinguismo e as <i>linguae francae</i>	43
2.1 O inglês como língua de comunicação internacional	49
2.1.1. O conceito de lingua franca	52
2.1.2 Modelos anglocêntricos da classificação das línguas	56
2.1.2.1 Os três círculos concêntricos de Braj Kachru.....	56
2.1.2.2 O modelo de David Graddol baseado na fluência	57
2.1.2.3 A galáxia linguística de Abram de Swaan	58
2.1.3 O inglês como língua global.....	60
2.1.4 O inglês como lingua franca no domínio científico	63
2.1.5 A terceira via: um modelo de articulação do inglês lingua franca com a manutenção da diversidade linguística	68
2.2 A diversidade linguística na Europa	71
2.2.1 O multilinguismo nos estados-membros da UE28	73
2.2.2 A língua nas instituições europeias.....	77

2.2.3 O futuro do regime linguístico da UE.....	83
2.2.3.1 Manutenção do multilinguismo.....	86
2.2.3.2 Adopção de um conjunto restrito de línguas de trabalho	88
2.2.3.3 Adopção de uma única lingua franca	89
2.3 Um novo fôlego para o multilinguismo impulsionado pela globalização.....	92
2.4 O plurilinguismo como factor de valor acrescentado	95
2.4.1 O plurilinguismo nos negócios internacionais.....	97
2.4.2 A alternância de código como estratégia comunicativa	102
2.5 Encontros linguísticos no ciberespaço.....	105
2.5.1 A produção de conteúdos digitais em linha	109
2.5.2 As hiperligações como trampolins do conhecimento.....	112
2.6 A definição de políticas linguísticas	113
2.6.1 O planeamento linguístico em sociedades multilingues	116
2.6.2 A promoção do ensino de línguas estrangeiras.....	121
Capítulo III. O papel da língua na transmissão do conhecimento	127
3.1 A pirâmide do conhecimento	131
3.1.1 Dados.....	133
3.1.2 Informação.....	134
3.1.3 Conhecimento.....	135
3.1.4 Sabedoria.....	137
3.2 O conhecimento na gestão das organizações	138
3.3 A criação e a transferência de conhecimento.....	140
Parte II. O Discurso do Relato Financeiro	147
Capítulo IV. O domínio da Contabilidade	153
4.1 A Contabilidade enquanto área de especialidade.....	157
4.1.1 Classificação Decimal Universal	162
4.1.2 Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação	164
4.1.3 Oferta formativa anunciada pela Direcção-Geral do Ensino Superior	167
4.1.4 Requisitos da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas	168
4.1.5 Os subdomínios do domínio da Contabilidade.....	171
4.2 O sistema contabilístico português	174

4.2.1 Estrutura do sistema contabilístico português.....	176
4.2.1.1 IAS/IFRS adoptadas na União Europeia.....	182
4.2.1.2 Sistema de Normalização Contabilística (SNC)	183
4.2.1.3 Normalização Contabilística para Microentidades	193
4.3 Proposta de organização do sistema contabilístico português	195
Capítulo V. Tradução e adaptação do normativo internacional de Contabilidade	
.....	207
5.1 A harmonização contabilística internacional	208
5.1.1 A tradução das Normas Internacionais de Contabilidade.....	212
5.2 O inglês como <i>lingua franca</i> no relato financeiro em Portugal	220
5.3 A Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística	225
5.3.1 Definição de estrutura conceptual	225
5.3.2 Descrição da Estrutura Conceptual.....	232
5.3.3 A tradução da Estrutura Conceptual.....	237
5.3.3.1 Principais questões de designação	241
5.3.3.2 O não distanciamento em relação ao texto de partida	247
Capítulo VI. Constituição de <i>corpora</i>: O relato financeiro	253
6.1 O texto de especialidade.....	257
6.2 A constituição de um <i>corpus</i> de especialidade	260
6.3 A constituição de um <i>corpus</i> paralelo	265
6.4 Composição dos <i>corpora</i> SNC_leg e IAS_leg.....	268
6.4.1 Composição do Corpus SNC_leg.....	268
6.4.2 Composição do Corpus IAS_leg	271
6.5 Tratamento semiautomático do <i>Corpus</i> SNC_leg	272
Capítulo VII. Análise dos dados: Vantagens e limitações do corpus	281
7.1 Identificação de candidatos a termo	283
7.2 Identificação de relações semânticas	298
7.3 Identificação de relações conceptuais.....	303
7.4 Variação entre os termos.....	311
7.4.1 Caso 1: As designações das demonstrações financeiras.....	313
7.4.2 Caso 2: Leasing.....	331
7.4.3 Caso 3: Anglicismos	338

7.5 Pesquisa de equivalentes	344
Considerações finais	351
Referências bibliográficas	359
Índice de Figuras.....	393
Índice de Tabelas.....	397
Lista de siglas e abreviaturas	399
Apêndice 1: Estrutura Conceptual	401
Apêndice 2: Candidatos a termo com a forma polo activo	421
Apêndice 3: Anglicismos no <i>Corpus</i> SNC_Leg.....	425

INTRODUÇÃO

O mundo inteiro falava a mesma língua, com as mesmas palavras. [...] Disseram: «Vamos construir uma cidade e uma torre que chegue até ao céu, para ficarmos famosos e não nos dispersarmos pela superfície da terra» [...] E Javé disse: «Eles são um único povo e falam uma só língua. Isto é apenas o começo dos seus empreendimentos. Agora, nenhum projecto será irrealizável para eles. Vamos descer e confundir a língua deles, para que um não entenda a língua do outro». (Gen 11,1-7)

Todos ficaram repletos do Espírito Santo, e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito lhes concedia que falassem. (Act 2,4)

Logo que Paulo lhes impôs as mãos, o Espírito Santo desceu sobre eles e começaram a falar em línguas e a profetizar. (Act 19,6)

A seguir vêm os dons dos milagres, das curas, da assistência, da direcção e o dom de falar em línguas. (1Cor 12, 28)

Citar a passagem do Génesis em que é narrado o episódio da construção da Torre de Babel, quando se fala em tradução, multilinguismo ou temas afins, é um lugar-comum. Perante a soberba dos homens, Deus confunde-os, retirando-lhes a língua partilhada e, logo, dificultando a cooperação entre eles ao ponto de a impossibilitar. Menos comum, porém, é ver referida a perspectiva do Novo Testamento, em que a facilidade de falar «em línguas» e de as interpretar é encarada como um dom, conferido aos Apóstolos no Pentecostes. É através dessa dupla capacidade — falar outras línguas e interpretá-las — que se torna possível espalhar a palavra de Deus.

Do ponto de vista de quem se dedica ao estudo da língua, enquanto veículo de transmissão de ideias, de sentimentos, de conhecimento, o papel central que a língua desempenha na comunicação humana e, por extensão, em toda a gama de interacções entre os homens é inegável, porém nem sempre é visível nessas mesmas interacções. Neste trabalho, assume-se que, subjacente à vida em sociedade, está a partilha de um sistema linguístico, nativo ou não, que actua como elemento aglutinante dos vários

agentes dessa sociedade. Encaramos a língua, portanto como um produto da interacção social, considerando que

language is more than an individual possession or ability, that language 'exists' because of its life in social interaction, that meaning is shaped and negotiated in social interaction and that meaning must be studied with due recognition of its social set (Yallop, 2004: 42).

Esta tese teve como base a premissa de que, sendo a língua um elemento fulcral na sociedade — muito embora seja encarada, no domínio da vida do quotidiano, como um dado adquirido sobre o qual os homens, em geral, não se detêm muito a pensar — é de todo o interesse zelar pela qualidade dos discursos produzidos, com vista a maximizar a transmissão da informação e do conhecimento contidos nas mensagens. Sem querer menosprezar outras formas de comunicação que não sejam de base linguística (como as imagens e os gestos, por exemplo), centrámo-nos na análise do papel da língua na sociedade actual, adoptando o conceito de sociedade em rede proposto por Manuel Castells na última década do século XX.

Tendo em conta também que o texto é o lugar por excelência em que «*se concentrent tous les éléments linguistiques et extralinguistiques qui résultent de l'interaction du langage avec la vie sociale [...]*» (Costa, 2006b: 80), encarámos o texto de especialidade como ponto de partida da análise proposta na segunda parte deste trabalho. O ser humano exprime-se através da língua e o mundo cultural e social em que habita é registado, em larga medida, através da língua, concretamente da escrita: «*[s]o it can be said that experience of the human world is largely a textually mediated experience, and, to that extent, human beings live in a textually mediated world*» (McEnery & Hardie, 2012: 230).

Neste contexto, partimos da importância da língua na sociedade em rede, que é inerentemente multilingue e multicultural, para nos concentrarmos num domínio de especialidade que é também, em nosso entender, multilingue, multicultural e dependente de um funcionamento em rede: a Contabilidade e, mais propriamente, a sua concretização no relato financeiro.

O objectivo deste trabalho é a investigação do lugar ocupado pela língua na sociedade globalizada em que vivemos, postulando que a qualidade da produção de recursos terminológicos é um nó fundamental da rede em que a sociedade se organiza. Em termos específicos, interessou-nos olhar para o multilinguismo, para o valor económico da língua e para o papel da língua na transmissão do conhecimento.

Usamos aqui o termo **língua** não na sua acepção da *langue* saussuriana, mas sim como metonímia de **discurso**, entendido como a produção efectiva de enunciados (ou seja, a *parole* de Saussure), e também como sinónimo de **idioma**. Ao longo deste trabalho, e sobretudo na Parte I, intitulada precisamente «A língua na sociedade em rede», não se deve esperar uma descrição da língua enquanto sistema semiótico, mas sim enquanto produto social. Esta liberdade — potencialmente criticável — foi inspirada numa nota de Manuel Castells, cuja obra foi fundamental para a definição e caracterização que apresentamos da sociedade em rede. Castells admite que o título da sua obra seminal, *A Era da Informação*, poderá não ser o mais correcto, porém, afirma: «[o]s títulos são dispositivos de comunicação. Devem ser fáceis para o utilizador, claros o suficiente para que o leitor imagine o tema real do livro e redigido de modo a que não se afaste demasiado da estrutura semântica de referência» (Castells, 2007a [1996]: 25). No caso desta tese, considerámos que «O discurso (ou os idiomas) na sociedade em rede» poderia apontar o leitor numa direcção diferente e seria, segundo a nossa sensibilidade, uma solução estilisticamente menos elegante. Na Parte II deste trabalho falaremos em *língua em contexto de especialidade*, que abreviaremos para *língua de especialidade* por uma questão de economia do discurso.

Numa perspectiva mais prática, tivemos por objectivo a análise da terminologia do relato financeiro com o intuito de propormos uma metodologia conducente à construção de um recurso terminológico. Fazendo a ponte com a primeira parte deste trabalho, concentrámos a nossa atenção em aspectos relevantes para uma das necessidades da sociedade multilingue: a actividade de tradução. A base de dados terminológica que virá a ser desenvolvida na sequência desta tese, e como seu resultado, servirá para a construção de um glossário bilingue (português/inglês) numa primeira fase, mas potencialmente multilingue, numa fase posterior.

A motivação para a escolha desta temática nasceu da minha dupla experiência como tradutora e docente de línguas para fins específicos. Enquanto tradutora especializada no relato financeiro e docente de Inglês de Negócios e do Relato Financeiro, conheço em primeira mão as dificuldades de transpor um texto de uma língua para outra sem um recurso terminológico que permita estabelecer a ligação entre as duas línguas, não só ao nível terminológico, mas sobretudo ao nível conceptual. Este trabalho pretende contribuir para a construção de tal recurso, testando a metodologia necessária para o fazer.

Este não é, portanto, um trabalho de carácter teórico, já que o nosso intuito não foi problematizar pressupostos teóricos, mas sim apresentar uma metodologia conducente à criação de um recurso terminológico. Esta afirmação, porém, não implica que a nossa análise não tenha um quadro teórico subjacente. A nossa investigação inscreve-se, pois, no domínio da Terminologia, enquanto «área de especialidade no seio da Linguística que estuda o comportamento linguístico das unidades terminológicas, recorrendo aos contextos e, de forma mais abrangente, aos textos em que ocorrem» (Costa, 2001: 6).

Recorremos como pressuposto teórico subjacente à condução do nosso trabalho de análise à dupla dimensão da Terminologia, a linguística e a conceptual (Costa, 2013; Silva, 2014). Aplicámos, assim, uma metodologia semasiológica — partindo do texto para a identificação dos termos e das relações existentes entre eles — para fins onomasiológicos, na medida em que, em última análise, nos interessa chegar aos conceitos e à sua definição. Nesta abordagem, o texto de especialidade e os especialistas são dois elementos fundamentais: o *corpus* servirá como fonte de identificação dos termos e das relações que estabelecem entre si, enquanto os especialistas serão chamados a validar o nosso trabalho.

Na metodologia que preconizamos, e na linha de Costa, Silva, Barros & Soares (2012) e Silva (2014), a validação dos especialistas é solicitada durante as várias fases do processo, desde a selecção dos textos que virão a compor o *corpus*, até à conceptualização do domínio. Para nós, o terminólogo tem um papel a desempenhar na modelação do conhecimento, na medida em que oferece dados estruturados em termos linguísticos para auxiliar os especialistas nessa tarefa, ou então trabalha

directamente com eles, em equipas multidisciplinares, participando directamente na conceptualização.

A divisão deste trabalho em duas partes com dimensões semelhantes — sendo que a primeira não está directamente relacionada com a Terminologia — pode provocar alguma estranheza. Porém, tal como entendemos que a definição pormenorizada do domínio de análise nos permitiu compreendê-lo melhor e nos ajudou a suscitar questões fundamentais (como a influência terminológica e conceptual do inglês no normativo contabilístico português por via da tradução e adaptação das Normas Internacionais de Contabilidade), também olharmos para o papel que a língua desempenha na nossa sociedade nos permitiu tomar consciência da sua relevância em diversos quadrantes.

A constatação de que a língua tem uma importância tão disseminada na nossa sociedade legitima o investimento que se impõe em recursos que permitam aos profissionais da língua, mas também aos especialistas, assegurar a qualidade dos enunciados que são produzidos. E não sendo uma reflexão sobre a qualidade o objectivo deste trabalho — sobre a qualidade em Terminologia ver, por exemplo, Silva (2014) — essa sempre foi uma motivação subjacente: o nosso intuito sempre foi contribuir, de alguma forma, para que se avance em direcção a uma maior qualidade, neste caso, do discurso especializado concretizado no relato financeiro. Entendemos que a criação de recursos terminológicos bem fundamentados e uma adequada gestão terminológica são passos essenciais nessa direcção.

Na Parte I deste trabalho, pretende-se avaliar o papel da língua enquanto veículo de disseminação de informação e transmissão de conhecimento na sociedade em rede. Partimos do pressuposto de que a produção de conhecimento — e a capacidade tecnológica para o transmitir — é uma vantagem competitiva num mundo globalizado, onde a concorrência entre empresas, organizações de todos os tipos e até mesmo entre países é uma realidade, para procurarmos caracterizar sucintamente a sociedade contemporânea por forma a aferirmos a importância da língua no contexto actual.

Para tal, no primeiro capítulo, começaremos por apresentar uma breve panorâmica da sociedade em rede, descreveremos a sua organização, as alterações paradigmáticas que lhe deram origem e o papel da comunicação no modelo de sociedade actual; este último ponto proporcionar-nos-á o ensejo de ilustrarmos a presença da língua na sociedade em rede através do exemplo concreto da localização, enquanto prática de adaptação de produtos e serviços a contextos culturais variados.

O segundo capítulo será dedicado ao multilinguismo. Sendo características fundamentais da sociedade em rede a eliminação de barreiras espaço-temporais e consequentemente uma maior interacção entre os agentes sociais, analisaremos o papel do multilinguismo em confronto com o conceito de *lingua franca*, procurando perceber se a sociedade actual tende à uniformidade proporcionada por uma língua comum ou, pelo contrário, à manutenção da diversidade linguística. Por último, neste capítulo, abordaremos a questão da definição de políticas linguísticas.

O terceiro e último capítulo da primeira parte tem um enfoque centrado no conhecimento e na sua disseminação na sociedade em rede. Partindo da distinção dados/informação/conhecimento, procuraremos definir o papel da língua nessa cadeia e preparar, assim, os trabalhos práticos que serão descritos na segunda parte desta tese.

Na Parte II, descreveremos as várias etapas envolvidas na análise da terminologia do relato financeiro a que nos propusemos. Começaremos, no quarto capítulo, por definir o domínio da Contabilidade, onde enquadraremos o relato financeiro como subdomínio. Uma vez que nos interessava estudar a terminologia do relato financeiro, optámos por fazer uma breve resenha do sistema contabilístico português, seguida de uma proposta da sua organização.

A descrição do relato financeiro enquanto subdomínio da Contabilidade levou-nos a perceber que o sistema contabilístico português está intimamente relacionado com o sistema contabilístico internacional. Por essa razão, o quinto capítulo é dedicado a questões relacionadas com a tradução e adaptação do normativo internacional de Contabilidade em Portugal. Partindo de um texto em particular, intitulado *Estrutura Conceptual*, que define o enquadramento conceptual do relato financeiro em Portugal, efectuámos uma comparação entre as três versões desse

texto: a inicial, em inglês, a sua tradução para português e a sua adaptação, mais tarde, no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística. Esta comparação deu-nos também a oportunidade de confrontar as noções de estrutura conceptual e de sistema conceptual, percebendo que o texto em causa define um enquadramento das demonstrações financeiras, que são o cerne do relato financeiro.

O sexto capítulo é dedicado ao texto de especialidade no relato financeiro e à constituição de *corpora*. É neste capítulo que descrevemos os dois *corpora* construídos no âmbito desta tese e que daremos conta dos primeiros dados obtidos após a sua exploração através de meios semiautomáticos.

No sétimo e último capítulo, descreveremos os passos envolvidos na identificação dos candidatos a termo, feita com base na análise semiautomática do *corpus* descrita na fase anterior. Analisaremos também alguns fenómenos de variação no *Corpus SNC_leg* com pertinência para a construção do recurso terminológico que se pretende efectuar na sequência desta investigação.

Por fim, apresentaremos algumas considerações finais e defenderemos a necessidade de harmonização terminológica no relato financeiro.

PARTE I. A LÍNGUA NA SOCIEDADE EM REDE

A língua que falamos contribui para definir quem somos.

(Comissão Europeia, 2008: 3)

Capítulo I. A sociedade actual organizada em rede

Power in the network society is communication power.

(Castells, 2009: 53)

A sociedade actual — caracterizada, em traços largos, pela utilização massificada das tecnologias da informação e da comunicação e por um modelo económico assente na globalização — tem recebido diversos epítetos de diferentes quadrantes do saber. Dependendo das características que os vários autores salientam, a sociedade contemporânea tanto é apelidada de *sociedade da informação* (Drucker, 2002), como *sociedade do conhecimento* (Drucker, 1992 [1969]), *sociedade da aprendizagem* (Hargreaves, 2003), ou *sociedade em rede* (van Dijk, 2006 [1991]; Castells, 2000, 2001, 2007a [1996]): um modelo assente nos pilares da *aldeia global* (McLuhan, 1962) em que o mundo, para alguns agora *plano* (Friedman, 2007), se tornou. Longe de serem mutuamente exclusivas, estas classificações complementam-se e apontam para uma sociedade onde a informação transformada em conhecimento por meio da aprendizagem e difundida através dos (novos) meios de comunicação é um dos motores, se não o principal motor, da vida em todo o globo. Central em todo este processo é o Homem, que após uma era dominada pela maquinaria, é agora a peça fundamental da produção e disseminação do conhecimento. Becker (2002: 3) afirma que «*[t]echnology may be the driver of a modern economy, especially of its high-tech sector, but human capital is certainly the fuel*», considerando o capital humano a forma mais importante de capital nas economias modernas.

A nova estrutura social assente em redes baseadas no processamento digital da informação e nas tecnologias digitais à escala global descrita, entre outros, por Manuel Castells (2007a [1996], 2000) decorre da transição de um modelo social dependente da tecnologia industrial para a transformação de matérias-primas em produtos para um paradigma social que se baseia na transformação da informação em conhecimento

através das tecnologias¹ digitais (Drucker, 1992 [1969]). Para Andy Hargreaves, o novo paradigma social depende da capacidade de aprendizagem do Homem, que promove a inovação contínua: «[u]ma economia baseada no conhecimento não funciona assente no poder das máquinas, mas sim no dos cérebros — o poder de pensar, de aprender e de inovar» (Hargreaves, 2003: 37). Em todo este processo — pensamento/aprendizagem/inovação — a língua é um elemento essencial, na medida em que proporciona um acesso privilegiado à informação e desencadeia as várias etapas da produção de inovações na sociedade humana.

Apesar de questionar o conceito de «sociedade da informação», Frank Webster (2006) concede-lhe alguma utilidade operacional enquanto agregador de vários fenómenos que caracterizam a sociedade contemporânea, desde os novos meios de comunicação, à digitalização e a desenvolvimentos nas várias áreas da sociedade, seja na política, na economia ou na educação. O próprio Manuel Castells questiona o termo, considerando «sociedade informacional» uma melhor designação em termos teóricos. Dado que a informação, no sentido da comunicação do conhecimento, sempre foi fundamental para o desenvolvimento das sociedades ao longo do tempo, a preferência pelo termo «informacional» aponta para «uma forma específica de organização social na qual a produção da informação, o seu processamento e transmissão se tornam nas fontes principais da produtividade e do poder em virtude das novas condições tecnológicas emergentes no actual período da história» (Castells, 2007a [1996]: 25). O conhecimento é, portanto, «um recurso flexível, fluido, sempre em expansão e em mudança» (Hargreaves, 2003: 33), captado e moldado através da língua.

Soares (2012: 197-221) identifica sete vectores da sociedade actual: a sociedade contemporânea implica *uma redefinição da modernidade*, ora considerada como uma exacerbação das características da modernidade, ora como uma ruptura total, que desencadeia o surgimento de *um novo modelo social*, cujo ponto de partida foi a constituição de *um modelo económico diferente*, permitido pela *revolução*

¹ Por tecnologia, entendemos, na linha de Castells (2000: 8) «*the use of scientific knowledge to specify ways of doing things in a reproducible manner*».

tecnológica que transformou a *sociedade global* dela decorrente; assistimos actualmente não só a uma *mediatização da realidade* diferente, mas também a uma *nova forma de interacção social e de comunicação*. A articulação destes vectores permite-nos debruçarmo-nos sobre cinco aspectos fundamentais da nova ordem social, evidenciados nas subsecções que se seguem: (i) a transição para um novo paradigma social; (ii) a revolução tecnológica e a hegemonia da Internet; (iii) a construção de um novo modelo económico assente numa lógica de redes; (iv) a reconfiguração da sociedade e o seu consequente carácter globalizado; e (v) o poder da comunicação na sociedade em rede.

1.1 A transição para um novo paradigma social

Em finais do século XX, o *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal* (Missão para a Sociedade da Informação, 1997) reconhecia que a transição para a sociedade da informação tinha sido mais «radical» do que a passagem do paradigma social pré-industrial para o industrial, ao mesmo tempo que previa que não seria a energia a liderar o processo, mas sim a informação. A informação é, portanto, o «“ingrediente-chave” da nossa organização social e [...] os fluxos de mensagens e imagens entre redes constituem o encadeamento básico da nossa estrutura social» (Castells, 2007a [1996]: 615).

Castells defende uma ruptura entre o modelo social precedente — da sociedade industrial ou moderna — e o novo paradigma social, que concebe como completamente distinto do anterior (que fora modelado pelo industrialismo). Em contraste com o paradigma industrial, o novo paradigma social é profundamente dependente do informacionalismo, isto é, o novo paradigma tecnológico que serve de base à actividade económica (responsável pela expansão e pelo rejuvenescimento do capitalismo) e à organização social é baseado no aumento da capacidade humana em termos de processamento da informação e da comunicação e foi possibilitado pelos desenvolvimentos na microelectrónica, na indústria do *software* e na engenharia genética (Castells, 2004, 2007a [1996]).

No entanto, os factores *informação, conhecimento e inovação tecnológica* não são elementos novos característicos apenas da sociedade contemporânea, já que sempre estiveram presentes em todas as sociedades humanas (Castells, 2000; Benkler, 2006). Por outro lado, o conceito de rede também não é novo: «*social networks are as old as humanity*» (van Dijk, 2006 [1991]: 21). Onde reside, então, a novidade do actual paradigma social? O traço distintivo da actual revolução tecnológica que desencadeou o novo paradigma social é a aplicação do «conhecimento e [da] informação na produção de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, num ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e o seu uso» (Castells, 2007a [1996]: 36), possibilitado pela integração potencial de todos os agentes sociais.

Para Castells (2007a [1996]; 2010 [1998]; 2004), a nova realidade social é resultado de três processos independentes que ocorreram entre finais da década de 1960 e meados da década de 1970: (i) a revolução tecnológica centrada nas tecnologias da informação; (ii) a crise económica decorrente da reestruturação do capitalismo, da crescente interdependência global dos agentes económicos (sejam eles empresas, estados ou mesmo organizações criminosas) e do colapso do estatismo; e (iii) o surgimento de preocupações com o Ambiente e com grupos em risco (como mulheres, crianças e comunidades desfavorecidas, entre elas as comunidades linguísticas minoritárias). Da interligação destes três processos surgiu uma nova estrutura social (a sociedade em rede), uma nova economia (uma economia global informacional) e uma nova cultura (a cultura da realidade virtual), que se desenvolvem num mundo sem fronteiras espaço-temporais, a que o autor chama um «espaço de fluxos» e um «tempo atemporal» — um mundo sem constrangimentos geográficos ou cronológicos, onde os indivíduos podem interagir em tempo real e onde tudo parece decorrer em simultâneo independentemente do local no planeta.

Castells (2007a [1996]: 87-89) identifica cinco características fundamentais que estabelecem a base material do novo paradigma social:

- i) *informação enquanto matéria-prima*: ao contrário das anteriores revoluções tecnológicas, as novas tecnologias têm a capacidade de transformar a

informação e não apenas o inverso, estabelecendo-se uma relação de complementaridade;

- ii) *capacidade de penetração dos efeitos das novas tecnologias*: uma vez que a informação faz parte integrante de toda a actividade humana, os novos meios tecnológicos exercem a sua influência sobre todos os campos da vida humana, tanto a nível individual como colectivo;
- iii) *lógica de redes*: as novas tecnologias da informação permitem a implementação do novo modelo de sociedade em rede em todos os tipos de processos e organizações, adaptando-se à complexidade crescente das interacções humanas;
- iv) *flexibilidade*: o funcionamento da sociedade numa lógica de redes permite uma reconfiguração constante dos elementos constituintes da sociedade, respondendo à mudança permanente e à fluidez organizacional;
- v) *convergência de tecnologias específicas num sistema altamente integrado*: a microelectrónica, as telecomunicações, a optoelectrónica e a informática uniram as suas trajectórias isoladas e encontram-se agora integradas nos sistemas de informação decorrentes da lógica partilhada de produção de informação.

No seu conjunto, estas características configuram uma sociedade aberta e adaptável, sendo «[a]brangência, complexidade e disposição em forma de rede os seus principais atributos» (Castells, 2007a [1996]: 94). As novas tecnologias são a pedra basilar do novo paradigma social, mas aquilo que, de facto, o torna diferente dos modelos anteriores é a forma como essas tecnologias possibilitam o acesso à informação e a disseminação do conhecimento, através da comunicação, num contexto de interactividade em tempo real e em qualquer ponto do globo.

1.2 A revolução tecnológica e a hegemonia da Internet

Na década de 1960, Marshall McLuhan descrevia o mundo como uma aldeia global, permitida pela revolução tecnológica que dava então os primeiros passos:

«[t]he new electronic interdependence recreates the world in the image of a global village» (McLuhan, 1962: 31). A revolução social e a configuração de um novo paradigma assentam, portanto, na evolução da capacidade humana em termos das chamadas novas tecnologias, ou seja, as tecnologias da informação baseadas na microelectrónica que começaram a ganhar forma nas décadas de 1940 e 1950 e que se consolidaram nos anos 1970, difundindo-se a partir dos Estados Unidos da América (EUA) para o resto do mundo e dando, assim, uma nova configuração à aldeia global visionada por McLuhan.

Jan van Dijk fala em «auto-estradas da informação» como metonímia do paradigma social em rede:

[w]ith little exaggeration, we may call the 21st century the age of networks. Networks are becoming the nervous system of our society, and we can expect this infrastructure to have more influence on our entire social and personal lives than did the construction of roads for the transportation of goods and people in the past (van Dijk, 2006 [1991]: 2).

Os avanços ocorridos nas tecnologias da informação² possibilitaram a criação da «rede das redes», isto é, a Internet, a rede que permitiu a ligação dos indivíduos à escala global e cuja génese se encontra no projecto militar ARPANET (Advanced Research Projects Agency Network), desenvolvido em finais da década de 1960, a partir da conjugação da investigação militar, da ciência e da contracultura libertária (para uma visão panorâmica da história da Internet, ver Castells, 2001). A Internet é, actualmente, «*el tejido de nuestras vidas*» (Castells, 2001: 15), que constitui a base tecnológica da sociedade organizada em rede e, em termos económicos, o maior canal de distribuição mundial para bens e serviços (Drucker, 2002), reflectindo a influência que van Dijk renunciara.

A distribuição gratuita do *software* da *World Wide Web* pelo CERN (actualmente, Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear), que já havia criado a linguagem HTML (*hypertext markup language*) para que os computadores pudessem

² Entendidas como «o conjunto convergente de tecnologias em microelectrónica, computação (software e hardware), telecomunicações/rádiodifusão e opto-electrónica [...] a engenharia genética e o seu crescente conjunto de desenvolvimentos e aplicações» (Castells, 2007a [1996]: 34).

comunicar através da utilização de um formato comum para os documentos em hipertexto, foi decisiva para a criação dos primeiros sítios *Web* e para o lançamento do Netscape Navigator em 1994, desenvolvendo-se assim as condições para que o «mundo [abraçasse] a Internet, criando literalmente uma teia à escala mundial» (Castells, 2007a [1996]: 63). A revolução permitida pela utilização da linguagem HTML não só em termos da apresentação dos conteúdos, mas sobretudo da sua interactividade, leva David Crystal a afirmar que «*[t]he hypertext link is the most fundamental structural property of the Web, without which the medium would not exist*» (Crystal, 2003a: 202).

Actualmente, segundo estimativas da International Telecommunication Union (ICT, 2014), quase 3 mil milhões de pessoas, ou seja 40,4% da população mundial, usam a Internet. Ainda segundo dados da ICT, só em Portugal a percentagem de utilizadores da Internet aumentou 377,96 % entre 2000 e 2013: de 16,43% para 62,10% da população. Apesar de ter uma taxa relativamente baixa de utilizadores em Portugal — 14,8% em 2013 (INE, 2013) —, o comércio electrónico apresenta no nosso país uma taxa de crescimento anual de 20%, sendo que, entre 2008 e 2012, a proporção de pessoas que utilizam o comércio electrónico em Portugal mais do que duplicou (INE, 2012).

Para Peter Drucker (2002), o comércio electrónico tem vindo a dar uma nova forma às economias, aos mercados e à indústria, fazendo pela Revolução da Informação o que o desenvolvimento do caminho-de-ferro fez pela Revolução Industrial e criando um novo modelo económico (social e político) com a implementação de uma verdadeira auto-estrada da informação.

1.3 A construção de um novo modelo económico assente numa lógica de redes

Decorrente do novo paradigma tecnológico que se desenvolveu a partir de meados da década de 1970 e se consolidou na década de 1990, a «nova economia», para Castells, é informacional, global e em rede:

[é] *informacional* porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada no conhecimento. É *global* porque as principais actividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como as suas componentes (capital, trabalho, matérias primas, administração, informação, tecnologia e mercados), estão organizados à escala global, directamente ou mediante uma rede de relações entre os agentes económicos. É *em rede* porque, sob as novas condições históricas, a produtividade e a competitividade se estabelecem e desenvolvem numa rede global de interacções entre redes comerciais [itálico nosso] (Castells, 2007a [1996]: 95).

A nova economia está, portanto, «organizada em torno [de] redes globais de capital, gestão e informação cujo acesso ao *know-how* tecnológico está na origem da sua produtividade e competitividade» (Castells, 2007a [1996]: 607). Eliminou-se a distância entre os agentes económicos e surgiu apenas uma economia e um mercado, onde todas as empresas se devem tornar competitivas à escala global, mesmo que actuem apenas num mercado regional (Drucker, 2002).

O novo modelo social com uma lógica de funcionamento em rede³ tem na informação a sua matéria-prima, já que as novas tecnologias, cujos efeitos permeiam todo o tecido social, moldam a própria informação, baseando-se na sua flexibilidade e na convergência e contribuindo para a criação de um sistema integrado, que é, simultaneamente, adaptável e aberto (Castells, 2007a [1996]). A lógica de redes subjacente ao novo paradigma social é caracterizada pela possibilidade de tanto os lugares como as pessoas poderem ser ligados ou desligados.

A nova estrutura social organizada em redes decorre de três processos independentes que ocorreram no último quartel do século XX (Castells, 2001):

³ A rede é «um conjunto de nós interligados. Um nó é o ponto no qual uma curva se intercepta. O nó a que nos referimos depende do tipo de redes em causa. [...] A topologia definida por redes determina que a distância (ou intensidade e frequência da interacção) entre dois pontos (ou posições sociais) é menor (ou mais frequente ou mais intensa) se ambos os pontos forem nós de uma rede do que se não lhe pertencerem» (Castells, 2007a [1996]: 606).

- i) a necessidade de flexibilizar as relações económicas e a gestão, aliada à globalização do capital, da produção e do comércio;
- ii) a preponderância dos valores da liberdade individual e da comunicação aberta;
- iii) os extraordinários avanços tecnológicos nas áreas da informática e das telecomunicações possibilitados pela revolução da microelectrónica ocorrida a partir de meados da década de 1970.

Benkler (2006) considera que a economia da informação em rede está na base de todas as melhorias da sociedade contemporânea e amplifica o potencial dos indivíduos em três dimensões:

- a capacidade de fazerem mais em seu próprio benefício e por si próprios sem necessitarem da permissão ou da colaboração de terceiros;
- a capacidade de colaborarem mais com o outro sem necessidade de organizarem as suas relações por meio de um sistema de preços ou em modelos tradicionais de hierarquias sociais ou organizações económicas;
- a capacidade de os indivíduos participarem mais em organizações formais que operam fora da esfera do mercado.

O fortalecimento do individualismo como forma de vida — decorrente das potencialidades permitidas ao ser humano pelas novas tecnologias da informação — esteve também, em certa medida, na base das crises económicas de 2008 e 2011, já que proporcionou a tomada de decisões arriscadas no mercado desregulado do capitalismo global informacional (Castells, Caraça e Cardoso, 2012).

1.4 A reconfiguração da sociedade e o seu consequente carácter globalizado

A globalização assumiu-se como um paradigma dominante nas ciências sociais e humanas desde o início da década de 1990 (Featherstone & Lash, 1995), muito embora actualmente o seu significado continue a ser vago e a permitir inúmeras interpretações (Garrett, 2010). Sinónimo de mundialização, o termo globalização

acentua a interconectividade das pessoas, dos acontecimentos e dos processos em todo o planeta e os consequentes reflexos na vida humana e na organização social. A sociedade ligada em rede (e através da *Rede*) pode usufruir das vantagens trazidas pela maior facilidade com que se efectuam trocas económicas, culturais, artísticas, tecnológicas e muitas outras, mas está também permeável à instabilidade e aos perigos oriundos de todos os cantos do planeta: numa boa ilustração do efeito borboleta descrito por Edward Lorenz na década de 1970 no contexto da teoria do caos, a falência do banco de investimento americano Lehman Brothers em 2008, tal como o bater das asas de uma borboleta, precipitou um furacão financeiro que sete anos depois ainda se arrasta pela Europa.

Na viragem do milénio, Anthony Giddens referia-se à nova ordem social como algo indistinto, mas inescapável: *«[w]e live in a world of transformations, affecting almost every aspect of what we do. For better or worse, we are being propelled into a global order that no one fully understands, but which is making its effects felt upon all of us»* (Giddens, 2000: 7). A nova ordem mundial, como qualquer outro paradigma que se impôs na sociedade ao longo dos tempos, implica uma reorganização das estruturas sociais e uma redefinição do papel de cada homem enquanto potencial nó da rede que une o planeta.

Apesar de diferentes autores definirem globalização de formas diversas, acentuando o seu carácter económico, político, militar, geográfico, tecnológico ou cultural, a tónica comum está na crescente intersecção de fluxos de informação mundiais que, tendencialmente, ligam toda a actividade humana num único sistema, muito embora esse sistema, por vezes, implique exclusão, conflito e desintegração por oposição à inclusão, à cooperação e à integração que se pretendem com o desvanecimento das barreiras espaciais e temporais. Nas palavras de Giddens (1990: 64), *«[g]lobalisation can thus be defined as the intensification of worldwide social relations which link distant localities in such a way that local happenings are shaped by events occurring many miles away and vice versa»*, promovendo a interconexão a nível mundial através da comunicação potencialmente instantânea.

Alicerçado na sua perspectiva do nivelamento do mundo e considerando que todos os centros de conhecimento estão ligados por meio de uma rede global, Friedman (2007: 9-11) distingue três momentos da globalização:

- i) *globalização 1.0* (de 1492 a cerca de 1800), assente na queda das barreiras que separavam os países e na integração mundial, numa lógica de concorrência, mas, simultaneamente, de colaboração;
- ii) *globalização 2.0* (de cerca de 1800 a cerca de 2000), cuja força motriz foram as empresas multinacionais impulsionadas primeiro pela revolução industrial e, posteriormente, pelos avanços nas telecomunicações;
- iii) *globalização 3.0* (a partir de 2000), impulsionada pelo poder dos indivíduos em termos da colaboração e da concorrência a nível mundial.

A perspectiva de Thomas Friedman, descrita num tom quase romanceado e afastada das análises académicas, aponta, contudo, para um aspecto fundamental: a globalização não é um fenómeno novo da sociedade contemporânea. De modo semelhante, e como já referimos, também a organização da sociedade por meio de redes não é nova, o que distingue as redes da sociedade contemporânea — e que nos permite apelidá-la de sociedade em rede — é o facto de serem agora impulsionadas pelas tecnologias da informação e de se terem, portanto, transformado em redes de informação. Para Castells (2000), a grande vantagem das redes apoiadas nas novas tecnologias de informação e comunicação é o facto de serem flexíveis e adaptáveis, ultrapassando, assim, a dificuldade inerente de coordenar funções, concentrar os recursos em objectivos específicos e gerir a complexidade das tarefas à medida que as redes vão aumentando de dimensão.

No entanto, o carácter global da sociedade contemporânea não implica que todos tenham acesso à informação e ao conhecimento em circunstâncias iguais: *«[g]lobality links people anywhere on the planet, but it does not follow that it connects people everywhere, or to the same degree»* (Scholte, 2002: 30). O papel agregador e preponderante que as novas tecnologias da informação e da comunicação — e, em particular, a Internet — têm em toda a actividade social, económica e política dos dias de hoje implica a marginalidade não só dos que têm um acesso limitado à rede por

motivos de exclusão tecnológica, mas também daqueles que não são capazes de aproveitar em pleno as novas tecnologias, criando-se uma «divisória digital global» (Castells, 2001), fruto do processo de globalização que é «*long-term, uneven, and paradoxical [...] in which widening social cooperation and deepening inequality go together*» (Nederveen Pieterse, 2009: 3-4): os mais abastados vêem agora facilitado o acesso à informação e ao conhecimento e, portanto, continuam a sê-lo; enquanto as margens da sociedade, apesar de potencialmente também verem facilitado o acesso à informação e ao conhecimento, em termos relativos mantêm a sua posição desprivilegiada.

Por via do informacionalismo, o conhecimento está actualmente mais acessível a uma franja maior da sociedade, embora grande parte da população — a que está para lá da divisória digital global — continue a ser excluída, o que implica, na prática, a exclusão da maior parte da humanidade, «embora toda a humanidade seja afectada pela sua lógica, e pelas relações de poder que interagem nas redes globais da organização social» (Castells, 2006: 18). Apesar de estar disponível, em teoria, para todos os indivíduos, na verdade, a informação e o conhecimento não são acessíveis para todos, não só por questões de conteúdo, mas também pelos constrangimentos decorrentes do próprio processo de pesquisa desse conteúdo (Hargreaves, 2003).

Nas palavras de Mark Warschauer (2010: 1551),

[t]he term “digital divide” refers to the gap between those with access to computers, the Internet, and online information and those who lack such access. The digital divide has been discussed in relation to income group, race, ethnicity, age, gender, and language status among people within a community or country. Used internationally, it is often used to refer to gaps between countries that overall have greater access to information and communication technology (ICT) and countries with lesser access.

Apesar de inicialmente o termo incluir apenas o acesso físico à informação disponível em linha, actualmente consideram-se também outros factores que condicionam a utilização das novas tecnologias. Warschauer (2008: 143-144) enquadra

as condicionantes do acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação em quatro áreas:

- i) *recursos físicos*: inclui os dispositivos necessários para aceder à informação (por exemplo, computador pessoal, computador portátil, telemóvel, *tablet*), bem como o acesso a uma ligação à Internet;
- ii) *recursos digitais*: engloba o conteúdo que está disponível em linha; dado que a maioria dos conteúdos são produzidos nos grandes centros urbanos, informação que poderia ser útil para populações rurais em países fora da Europa e dos EUA poderá não estar disponível; as barreiras linguísticas são também uma forma de exclusão, na medida em que os conteúdos produzidos e publicados em linha mostram uma grande preponderância do inglês (cf. Capítulo II);
- iii) *recursos humanos*: neste ponto, o autor inclui as competências tradicionais em termos de leitura e escrita, bem como as literacias digitais: *computer literacy* (capacidades técnicas da utilização de *hardware* e *software*), *information literacy* (capacidade de encontrar informação em linha e de utilizá-la com espírito crítico), *multimedia literacy* (capacidade de produzir e publicar em linha material de qualidade que inclua texto, imagem, som e vídeo) e *computer-mediated communication literacy* (capacidade de se envolver em vários tipos de comunicação em linha síncrona e assíncrona);
- iv) *recursos sociais*: inclui as relações sociais, as estruturas sociais e o capital social necessários para a utilização das novas tecnologias existentes nas famílias, nas comunidades e nas instituições.

As barreiras linguísticas, enquadradas por Warschauer nos recursos digitais, poder-se-iam enquadrar também nos recursos humanos. A exclusão do acesso ao conhecimento pode ser motivada por factores linguísticos ligados sobretudo às línguas em que os conteúdos são produzidos. Sendo o conhecimento da língua em que o

conteúdo se encontra condição essencial para lhe aceder⁴, os falantes de línguas minoritárias dispõem de um repositório de informação muito menor. A UNESCO tem salientado a necessidade de defender a pluralidade e a diversidade como formas de ultrapassar a divisória digital — por oposição à solução da uniformidade global — promovendo a participação de todas as línguas no ciberespaço (UNESCO Institute for Statistics, 2005). O panorama dos recursos em linha está a mudar gradualmente, passando de uma situação de hegemonia quase total da produção de conteúdos em inglês para uma situação de pluralidade de conteúdos produzidos em línguas locais a par dos ainda predominantes conteúdos em inglês (cf. Capítulo II).

Mesmo na presença de todos os recursos necessários para aproveitar o máximo do potencial das novas tecnologias, o acesso à informação, porém, não é garantia de produção de conhecimento. A par do aumento da facilidade de acesso à informação, aumentou também a exigência das capacidades cognitivas e das competências comunicacionais dos agentes da sociedade, «leitores dessas novas fontes de informação, cujo principal veículo continua sendo a palavra escrita, embora não seja mais impressa» (Pozo, 2007: 34). Castells (2007a [1996]) defende que, mais do que o papel preponderante desempenhado pela informação e pelo conhecimento na actual revolução tecnológica, o que distingue o novo paradigma é a capacidade de aplicação da informação e do conhecimento no ciclo de geração de mais informação e mais conhecimento.

Jan van Dijk descreve a sociedade actual como tripartida, rejeitando a distinção comum na literatura entre os «*haves*» e os «*have-nots*»:

[a] better representation would be a continuum or spectrum of differentiated positions across the population, with the 'information elite' at the top, a more or less participating majority of the population in the middle, and a group of 'excluded people' at the bottom (van Dijk, 2006 [1991]: 185).

⁴ Apesar dos avanços em termos de tradução automática e de ferramentas de tradução automática disponíveis em linha como o Babel Fish, o Bing Translator e o Google Translate, a qualidade das traduções disponibilizadas por essas ferramentas gratuitas permite apenas uma aproximação ao que será o conteúdo de uma página da Internet.

Para o autor, a elite com acesso aos meios de comunicação, ou seja, com poder sobre esses meios, vai fortalecendo cada vez mais a sua posição, enquanto aqueles que já se encontravam nas franjas da sociedade vão sendo cada vez mais marginalizados ao serem excluídos da comunicação por esta ser praticada em meios que não controlam e aos quais, muitas vezes, não têm acesso.

1.5 O poder da comunicação na sociedade em rede

Fazendo a comunicação parte intrínseca das sociedades, os seres humanos tendem a utilizá-la para alcançar os seus objectivos, tanto individuais como colectivos (Cardoso, 2006). Castells (2007b, 2009) considera que a forma mais eficaz para se alcançar e manter o poder (e, inversamente, para se derrubar o poder estabelecido) é através da comunicação e da informação, instrumentos de domínio e mudança social. Na visão do autor, embora o medo e a coacção sejam formas de impor inicialmente a vontade dos dominadores, a repressão, por si só, é ineficaz a longo prazo, pois «[t]orturing bodies is less effective than shaping minds» (Castells, 2007b: 238⁵). A comunicação tem, assim, o poder de formatar mentes e, conseqüentemente, permitir o controlo (ou, pelo menos, a tentativa de controlo) da população.

Os novos meios de comunicação — cujo desenvolvimento foi proporcionado pelos avanços exponenciais das tecnologias da informação e da comunicação que têm ocorrido nas últimas cinco décadas — são uma peça fundamental da sociedade contemporânea, sendo que simultaneamente a moldam e são moldados por ela, numa

⁵ Na distopia de George Orwell, 1984, um dos elementos fundamentais para o Partido manter o controlo comportamental dos cidadãos é o controlo efectivo da língua: a premissa orwelliana é a de que, controlando as estruturas linguísticas e a capacidade que os cidadãos têm para se exprimir e, portanto, para comunicar as suas ideias, o Estado consegue controlar o próprio pensamento. A reformulação da língua e a construção de uma nova língua (*newspeak*) baseiam-se na eliminação de conceitos que poderiam, potencialmente, pôr em causa o papel do Estado. Sem acesso aos termos para designar esses conceitos, os cidadãos acabam por não conseguir comunicar pensamentos que sejam contrários à ideologia do Estado; na verdade, mais do que isso, perdem até a capacidade de formular tais pensamentos. No extremo oposto, a capacidade de comunicar de uma forma positiva, através da utilização de uma língua isenta de preconceito pode ser uma ferramenta importante de mudança social. Segundo Cay (1998), a «não-violência linguística» por oposição à «violência linguística» pode ser usada para afirmar a diversidade, reconfortar e conseguir o reconhecimento de certos grupos sociais, mesmo que os agentes sociais não se apercebam das consequências de tais alterações linguísticas.

articulação entre a posição de McLuhan (1994 [1964]) e a contraposição de Castells (2007a[1996]). Na análise que Marshall McLuhan faz aos meios de comunicação, defende que *o meio é a mensagem*, ou seja, mais do que o conteúdo, o que efectivamente molda a consciência humana são os próprios meios de comunicação, entendidos como uma extensão do homem. Três décadas mais tarde, em 1996, Manuel Castells inverte o postulado de McLuhan e argumenta que *a mensagem é o meio*, na medida em que os actuais receptores das mensagens multimédia são, eles próprios, potenciais criadores e recriadores de conteúdo, pelo que daí decorre que «as características da mensagem hão-de moldar as características do meio» (Castells, 2007a [1996]: 447). Consequentemente, os novos canais de comunicação, por um lado, moldam a sociedade e, por outro, são moldados por ela.

Estabelecendo um paralelo com a «Galáxia de Gutenberg» de Marshall McLuhan (1962), Manuel Castells (2001) cunha o termo «Galáxia Internet», um universo em que, pela primeira vez na História, se torna possível não só a comunicação de um para muitos permitida pela difusão da imprensa no Ocidente, mas sobretudo «*la comunicación de muchos a muchos en tiempo escogido y a una escala global*» (Castells, 2001: 16), favorecendo a interacção entre o emissor e o receptor que contribui para a interpretação da mensagem (Castells, 2007a [1996]).

Para Anthony Giddens, a possibilidade de comunicação electrónica instantânea não se traduz simplesmente na maior rapidez com que a informação pode fluir, mas altera «*the very texture of our lives*» (Giddens, 2000: 11). Possibilitando a disseminação da informação virtualmente para todo o globo, os novos meios de comunicação têm vindo a operar uma mudança profunda na forma como os seres humanos se posicionam num mundo em que o rosto de uma figura pública (mesmo de outro país) lhes é mais familiar do que o rosto dos vizinhos.

A comunicação desempenha um papel fulcral na sociedade em rede, tal como em todos os paradigmas sociais precedentes. Na sociedade em rede, porém, a comunicação estabelece a ligação entre os vários nós, geográfica e temporalmente dispersos, sustentando as relações humanas. O advento das novas tecnologias revolucionou a forma como as pessoas se comunicam: não se trata apenas da

comunicação escrita enviada pelo correio, os indivíduos esperam agora o contacto quase instantâneo através de mensagens escritas enviadas pelos telemóveis, ou através do correio electrónico. O século XX assistiu ao sucessivo aparecimento de novas formas de comunicação, que culminaram na presente hegemonia da rede sem fios. O desenvolvimento do telefone, da telefonia, do telefax e da televisão prepararam a humanidade para a realidade actual em que parte da população está acessível em qualquer lugar e a qualquer hora, com telemóveis de quarta geração: «[a] sobreposição dos vários meios de comunicação que se dava no lar, nomadiza-se, tornando-se um permanente *anywhere just in time* ligado à presença física do nosso corpo e não apenas ao lugar onde chega o cabo de ligação» (Espanha, 2009: 44).

Jan van Dijk, porém, considera que mais do que pela possibilidade de estender a comunicação a qualquer ponto do planeta a qualquer momento (desde que se disponha de meios para tal), a revolução tecnológica que deu origem aos novos meios de comunicação é definida por três características fundamentais: «*they are media which are both **integrated** and **interactive** and also use **digital code** at the turn of the 20th and 21st centuries* [negrito nosso]» (van Dijk, 2006 [1991]: 9).

Também Castells (2007a [1996]) salienta a integração de todos os meios de comunicação e a potencial interactividade que daí decorre e que tem um efeito profundo na nossa cultura. Temos vindo a assistir à configuração de um tipo de comunicação híbrida que entretece a comunicação interpessoal, intragrupal e de massas (Cardoso, 2006; Castells, 2009). Ao integrar os vários meios de comunicação numa única rede digital, o novo sistema de comunicação consegue abarcar toda a diversidade de expressões culturais, integrando como nunca antes foi possível a escrita, a oralidade e o audiovisual numa perspectiva cada vez mais interactiva: «[o] Multimédia, nome atribuído ao novo sistema [surgido na segunda metade da década de 1990], estende o âmbito da comunicação electrónica a todos os domínios da vida: de casa ao trabalho, de escolas a hospitais, do entretenimento a viagens» (Castells, 2007a [1996]: 477). Jan van Dijk (2006 [1991]: 7) aponta a integração dos novos meios de comunicação em cinco níveis:

- i) *infra-estruturas*: combinação do mesmo equipamento para diversos tipos de comunicação (veja-se actualmente a capacidade que os *smartphones* têm de servir como suporte de comunicações via telefonia móvel, mas também via Internet);
- ii) *transporte*: utilização do mesmo meio para canalizar diversos tipos de comunicação (a fibra proporciona serviços de televisão, telefone e Internet);
- iii) *gestão*: a combinação de vários serviços num mesmo operador (no mercado nacional, um mesmo operador pode comercializar televisão, Internet, telefone fixo e serviços móveis de voz e dados);
- iv) *serviços*: interligação de serviços de informação e comunicação (por exemplo, através da Internet);
- v) *tipos de dados*: junção de texto, imagens, sons e dados.

Os novos meios de comunicação dependem dos grandes aglomerados dos média (que integram televisão, rádio, imprensa escrita, produção audiovisual, publicação editorial, indústria discográfica e de distribuição e os *e-businesses*), assentando num modelo digital (na medida em que toda a informação que passa pelas redes digitais tem de estar convertida num código digital), cada vez mais interactivo e organizado em redes horizontais de comunicação (Castells, 2006).

Salientando a dimensão individual de apropriação das novas tecnologias, Yochai Benkler (2006) realça a capacidade que os indivíduos têm actualmente de autopublicarem os seus conteúdos, algo a que Manuel Castells (2006; 2009) chama *comunicação de massa auto-comandada*, um novo tipo de comunicação que alia o potencial de alcance global da comunicação em massa à ideia da produção de mensagens pelo indivíduo, que escolhe o potencial receptor (ou potenciais receptores), ao mesmo tempo que selecciona os conteúdos que recebe.

A linguagem digital universal do novo sistema de comunicação integra «globalmente a produção e distribuição de palavras, sons e imagens da nossa cultura, personalizando-os ao gosto das identidades e humores dos indivíduos» (Castells, 2007a [1996]: 2) e favorecendo a constituição de um mercado global (Cardoso, 2006). Dominique Wolton, porém, é crítico desta posição: «talvez exista uma globalização das

tecnologias e das indústrias de informação e de comunicação, mas não há comunicação globalizada. *Do mesmo modo, há indústrias culturais mundiais, mas não existe cultura mundial*» (Wolton, 2004: 23). Para o autor, a comunicação através da rede em vez de unificar, fará sobressair as diferenças culturais e provocará uma sensação de expropriação cultural por parte das culturas que não se reconhecem no modelo dominante, pelo que rejeita a ideia de «globalização da comunicação». Jannis Androutsopoulos defende também que a *Web*, um local privilegiado para a utilização da língua no mundo globalizado, permite a recontextualização do material cultural disponível um pouco por todo o mundo — *«globally available media material is given new form, function, and meaning»* (Androutsopoulos, 2010: 206) —, mantendo, contudo, a sua identidade inicial subjacente. Em vez de constituir uma plataforma de homogeneização cultural, a *Web* institui-se como o local onde as culturas interagem e se transformam mutuamente.

1.6 *Think global, act local*: a localização como estratégia de mercado na sociedade em rede

Para muitos, afastada actualmente a perspectiva teórica de que a globalização implica necessariamente homogeneização cultural, o conceito de *glocalização* reúne as duas forças aparentemente contraditórias da globalização e da localização. Traçando a origem da palavra ao conceito japonês *dochakuka* («viver na própria terra») e à sua utilização no jargão dos negócios desde a década de 1980 para referir uma estratégia de *marketing* baseada na adaptação dos produtos e dos serviços aos mercados locais de uma forma diferenciada, bem como das estratégias publicitárias para os promover, Roland Robertson introduz o termo *glocalização* «*as a refinement of the concept of globalisation [...] In order to make very explicit the “heterogenising” aspects of globalisation*» (Robertson, 1994: 33).

Robertson, aliás, afirma explicitamente que «*[t]o put it very simply, diversity sells*» (*ibidem*: 37). Enquanto a segmentação facilita a exploração do mercado através da organização em públicos-alvo específicos, a diferenciação permite à empresa

destacar-se da concorrência. Ambos os conceitos podem ser operacionalizados através das escolhas linguísticas efectuadas pelos profissionais do *marketing*. Por um lado, a língua é uma das características dos consumidores (a par de faixa etária, do género, do estrato económico-social, entre outras) que permite a sua segmentação e consequente categorização em grupos específicos; por outro, a língua permite também diferenciar um produto, por exemplo através do nome do produto ou da marca, da embalagem, dos meios publicitários ou dos *slogans*: «*[l]inguistic segmentation involves dividing up the market into speakers of different languages and creating glocalized marketing and advertising materials for these language groups*» (Kelly-Holmes, 2010: 479). A diferenciação linguística é um bom exemplo do pendor simultaneamente heterogeneizante e homogeneizante da globalização: por um lado, a mensagem publicitária é, muitas vezes, feita à medida das preferências linguísticas dos consumidores; por outro, a existência de elementos de outras línguas (sobretudo o inglês, mas não só) introduz homogeneidade na paisagem linguística⁶.

1.6.1 Homogeneidade vs. heterogeneidade da sociedade globalizada

Abordando a racionalização como paradigma dominante na sociedade americana das décadas de 1970 e 1980, George Ritzer Introduz o termo «*McDonaldization*» aproveitado posteriormente por muitos críticos da globalização:

⁶ Uma análise à lista das 50 principais marcas portuguesas em 2014 apresentada pela consultora britânica Brand Finance (disponível em http://brandirectory.com/league_tables/table/portugal-50-2014 [06/01/2015]) mostra que, das empresas que ocupam as primeiras 20 posições do top, 65% têm uma versão do seu sítio *Web* em inglês e 60% têm, na página principal do seu sítio *Web*, referências em inglês que remetem para campanhas, produtos e serviços, desde os híbridos «casa total click» da EDP e «Tarifário Kids» da Meo, ao serviço «Streamer» do Millenium BCP, que se anuncia numa mescla de português e inglês: «É uma ferramenta de trading, com adesão e utilização gratuita [...] entre outros, aceder em streaming e estipular a sua carteira de activos. Ver as cotações e a variação dos Títulos em vários mercados [...] Tudo isto, em *real-time!*» As palavras em inglês, que são utilizadas quer na composição de novas palavras em português (como o cartãofast da Galp), quer na descrição de um serviço (como na expressão «Worten Games», encontrada no sítio *Web* da empresa Worten, que não dispõe de tradução do seu sítio para qualquer outra língua), pretendem introduzir uma noção de cosmopolitismo numa estratégia comum de sedução do consumidor, ancorada em estereótipos de sofisticação e exotismo associados à língua estrangeira: «[a] utilização de termos de origem claramente estrangeira [no discurso publicitário em Portugal] pretende fazer emergir toda uma carga conotativa por arrastamento com a evocação de outras culturas e outros modelos socio-económicos» (Pereira Bendiha & Coimbra, 2006: 152).

«[i]n virtually every sector of society more and more emphasis is placed on efficiency, predictability, calculability, replacement of human by nonhuman technology, and control over uncertainty» (Ritzer, 1983: 107). Três décadas mais tarde, porém, e após a criação da Internet, percebemos que a globalização não se traduziu na ocidentalização e no nivelamento que muitos auguravam.

A globalização é constituída por um conjunto de processos, muitas vezes contraditórios, que contribuem para o esbatimento das fronteiras espaço-temporais ao mesmo tempo que exercem pressão para o fortalecimento das autonomias locais: «[l]ocal nationalisms spring up as a response to globalising tendencies, as the hold of older nation-states weakens» (Giddens, 2000: 13). A única forma de uma empresa ter sucesso no mercado internacional é apostando na localização, ou seja, na adaptação aos mercados em que pretende operar, respeitando a língua e a cultura locais a todos os níveis, não só em termos dos produtos e serviços que oferece, mas também na documentação relacionada, no apoio ao cliente, no *marketing* e em todas as fases da relação com o cliente (Lommel, 2007).

Considerando a sociedade contemporânea como o *locus* de materialização de duas forças contraditórias — homogeneização e heterogeneização — Arjun Appadurai descreve a nova economia cultural global como «a complex, overlapping, disjunctive order» (Appadurai, 1996), composta por cinco dimensões de fluxos culturais (*ibidem*: 32-36):

- i) *ethnoscapes*: fluxos das pessoas que nos rodeiam e que se movem pelo mundo globalizado (por exemplo, turistas, imigrantes, refugiados);
- ii) *mediascapes*: fluxos electrónicos de produção e disseminação da informação (como jornais, revistas, estações televisivas...);
- iii) *technoscapes*: fluxos de tecnologia, tanto mecânica, quanto informacional;
- iv) *financescapes*: fluxos de dinheiro, que se movem em mercados bolsistas «at blinding speed, with vast absolute implications for small differences in percentage points and time units» (*ibidem*: 35);
- v) *ideoscapes*: fluxos de ideias e ideologias, movimentos orientados para a obtenção do poder.

Arjun Appadurai recusa o simples argumento da homogeneização — ou *mcdonaldization* na terminologia de Ritzer (1983) — potencialmente imposta pelas forças da globalização, considerando que as sociedades rapidamente se transformam umas às outras: «*at least as rapidly as forces from various metropolises are brought into new societies they tend to become indigenized in one or another way: this is true of music and housing styles as much as it is true of science and terrorism, spectacles and constitutions*» (Appadurai, 1996: 32). Nederveen Pieterse (1995, 2009) fala em «hibridização», considerando que o argumento da nivelação proposto por alguns teóricos é demasiado restritivo e introduzindo o termo «*global mélange*» para dar conta de fenómenos tão contraditórios quanto raparigas mexicanas a praticarem *muay tai* em Amesterdão, a existência de tacos chineses, ou o desenvolvimento de «*“third cultures” such as world music*» (Nederveen Pieterse, 2009: 75).

O termo glocalização pode, portanto, cobrir as circunstâncias de interpenetração do global e do local, «*resulting in unique outcomes in different geographic areas*» (Ritzer, 2003: 194) e sublinhando, assim, a heterogeneidade global.

1.6.2 Globalização e tradução

Numa sociedade multilingue e multicultural organizada em rede, a tradução assume uma posição de destaque como principal mediador da comunicação entre pessoas que não dominam uma língua em comum. Contudo, pouca atenção tem sido dada à tradução como infra-estrutura fundamental da globalização, constituindo uma ferramenta necessária para a circulação da informação e do conhecimento entre comunidades linguísticas distintas (Bielsa, 2005).

Apesar de o inglês se ter imposto em alguns quadrantes como *lingua franca* (cf. Capítulo II), o papel da tradução não se viu reduzido: por um lado, quem não tem o inglês como língua materna, muitas vezes, opta pela tradução das suas mensagens para esse idioma a fim de obter uma maior projecção internacional, seja por razões comerciais, seja por prestígio académico ou outros motivos; por outro lado, os consumidores preferem aceder aos bens e aos serviços na sua própria língua, o que leva as empresas a procurar obter uma vantagem competitiva utilizando a língua dos

consumidores-alvo. Esta tensão entre as duas forças contraditórias — convergência para o inglês como língua de comunicação global e divergência para as línguas autóctones como estratégia comercial, a que Pym (2006) chama «*diversity paradox*» — tem levado ao desenvolvimento da tradução e ao crescimento exponencial da indústria da localização. Para Pym, a globalização não prejudica nem auxilia a tradução, tendo simplesmente operado uma transformação nos processos de tradução: «*[t]o put it in a reductive nutshell, the lingua franca plays its global role as a factor of production, whereas translation plays its marketing role as a tool of distribution*» (Pym, 2006: 749).

A predominância do inglês e de outras línguas influentes (sobretudo europeias) tem vindo a dominar os fluxos informacionais globais, espelhando as desigualdades geopolíticas actuais (Bielsa, 2005, 2012). Os falantes de línguas dominantes transmitem a informação e o conhecimento, enquanto os falantes de línguas periféricas se limitam, frequentemente, a uma atitude passiva de receptores. Este fenómeno encontra particular expressão nas indústrias culturais, concretamente na música, no cinema e na literatura: as estatísticas demonstram que os países anglófonos como os EUA e a Inglaterra têm um volume de exportação de bens culturais astronomicamente superior ao volume de importação do mesmo tipo de bens⁷.

Heilbron (2010) propõe a existência de um sistema mundial de tradução, no qual se destacam mais do que as línguas, as próprias culturas de origem e de destino. Aproveitando a terminologia proposta por Abram de Swaan (cf. Capítulo II), Heilbron categoriza as línguas segundo a sua posição hipercentral, central e periférica no sistema mundial de tradução, baseando-se nos fluxos internacionais de obras traduzidas. Analisando os dados estatísticos disponíveis na base de dados em linha *Index translationum* produzida pela UNESCO, Heilbron propõe uma estrutura de quatro níveis (Figura 1.1).

⁷ Sobre a predominância dos bens culturais norte-americanos, ver, por exemplo, Rauch & Trindade (2009). Em Portugal, concretamente no caso do cinema, do total de filmes exibidos em 2013, 25,4% foram de origem norte-americana e representaram 61,6% das sessões e cerca de 63% do número de espectadores e das receitas de bilheteira (INE, 2014).

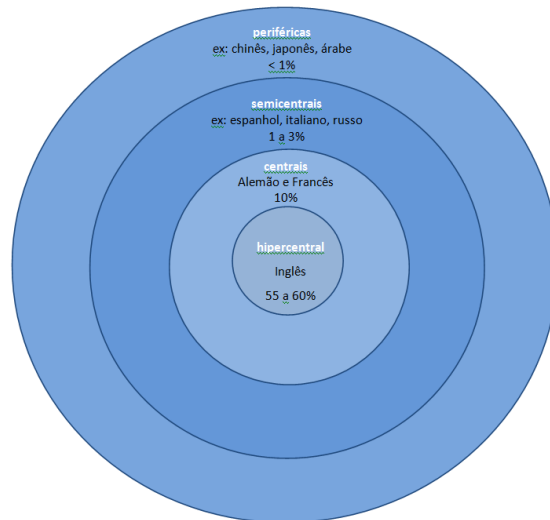


Figura 1.1 Sistema mundial de tradução: percentagem de traduções segundo a classificação da língua de partida (Heilbron, 2010).

Na Figura 1.1 podemos ver que o inglês, assumindo o lugar de destaque como língua hipercentral, é o idioma de origem de 55% a 60% de todas as traduções a nível mundial. A circulação mundial de obras de ficção e de não-ficção sob a forma de traduções obedece a uma estrutura altamente hierarquizada e dominada pelos países anglófonos, com especial destaque para os EUA. Quanto mais central for a posição de uma língua no sistema mundial de tradução, tanto menor será a taxa de traduções de obras literárias estrangeiras. Segundo Heilbron (2010), nos EUA e no Reino Unido apenas entre 2% a 4% de todos os livros publicados são traduções; em França e na Alemanha encontramos taxas de traduções de obras estrangeiras significativamente mais elevadas, entre os 12% e os 18% das publicações nacionais; as taxas de tradução mais elevadas geralmente encontram-se nos grupos periféricos, onde a própria actividade de tradução goza de maior prestígio na sociedade. O estatuto, a autoridade cultural e o impacto da tradução num determinado país dependem da posição que esse país ocupa na ordem geopolítica internacional (Venuti, 1998), ou do lugar que o país ocupa no sistema mundial de tradução.

Esta situação gera um desequilíbrio no comércio internacional de bens culturais. Em Portugal, porém, e apesar de o saldo da balança comercial dos bens culturais ter sido negativo no valor de -67,5 milhões de euros em 2013 (INE, 2014), as

exportações de «Livros, brochuras e impressos semelhantes» (49 milhões de euros) suplantaram as importações do mesmo tipo (40,9 milhões de euros), tendo como principais destinatários os Países Africanos de Língua Portuguesa (66,1%), a UE (21,4%) e o Brasil (5,5%). Contudo, a taxa de traduções publicadas em Portugal é relativamente elevada, se tivermos em conta que, dos 11.395 títulos publicados em Portugal em 2013, 24,6% corresponderam a traduções (2.802 títulos)⁸.

Perante tal expressão das traduções nos títulos publicados em Portugal (praticamente ¼ do total dos títulos publicados), o acesso às diferentes culturas, mediado pela tradução, resulta frequentemente em construções de identidades culturais desviadas da realidade. A própria selecção dos textos originais a traduzir determina a representação colectiva da cultura estrangeira: «*[i]n creating stereotypes, translation may attach esteem or stigma to specific ethnic, racial, and national groupings, signifying respect for cultural difference or hatred based on ethnocentrism, racism, or patriotism*» (Venuti, 1998: 67). Considerando escandaloso o domínio anglófono no universo da tradução⁹, Venuti critica a obstinação das culturas americana e inglesa que são

aggressively monolingual, unreceptive to the foreign, accustomed to fluent translations that invisibly inscribe foreign texts with English-language values and provide readers with the narcissistic experience of recognizing their own culture in a cultural other (Venuti, 1995: 15).

Numa análise ao mercado das traduções entre 1990 e 2005, o Mercator Institute for Media, Languages and Culture (2010) confirma a tendência para um domínio crescente do inglês como língua de partida das traduções literárias desde a queda do Muro de Berlim. Portugal não escapa a essa tendência, segundo os dados

⁸ Pordata – Base de dados Portugal Contemporâneo. Disponível em <http://www.pordata.pt/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela/5685324>. Dizemos que a percentagem de traduções publicadas em Portugal é relativamente elevada quando comparada, por exemplo, com os números relativos aos EUA ou ao Reino Unido, onde as traduções mal chegam a 3% do total das obras publicadas: cf. o sítio Web intitulado *Three Percent* (disponível em <http://www.rochester.edu/College/translation/threepcent/>), dedicado à disseminação da literatura contemporânea internacional nos EUA.

⁹ De um ponto de vista económico, naturalmente menos emotivo, Méltz (2007) afirma, contudo, que a tendência para privilegiar as traduções de originais em língua inglesa para outras línguas pode prejudicar a criatividade em termos literários e, por esse motivo, ser prejudicial para o bem-estar de toda a sociedade.

mais recentes constantes da base de dados *Index Translationum*, dos 24,746 títulos traduzidos publicados em Portugal (1997-2012), 46,93% foram originais ingleses (ver Figura 1.2).

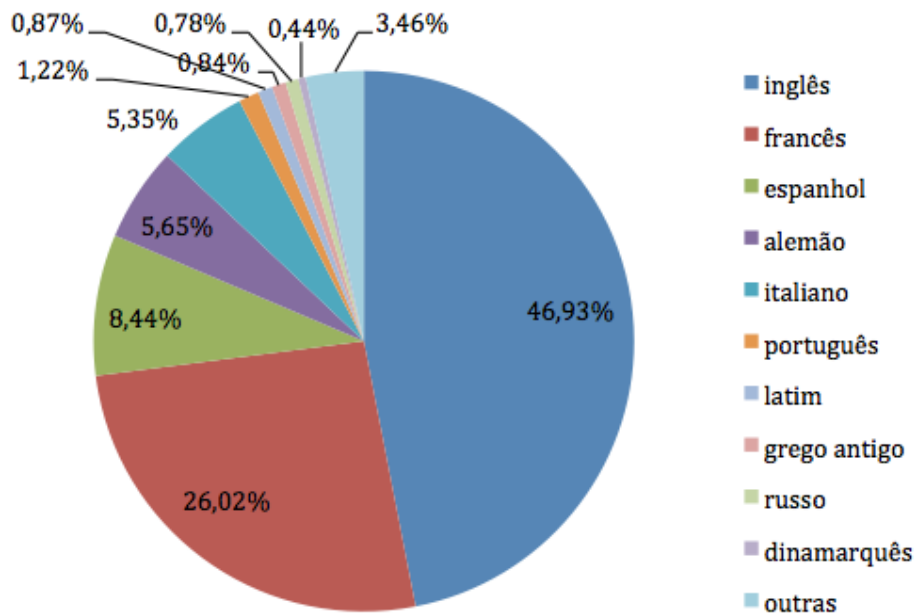


Figura 1.2 Traduções publicadas em Portugal (1997-2012).

Podemos ver na Figura 1.2 que as cinco línguas principais de partida das obras publicadas em Portugal — para além do inglês, o francês, o espanhol, o alemão e o italiano — representam 92,4% de todas as traduções publicadas no país, ilustrando a relevância das mesmas dentro do sistema mundial de tradução proposto por Heilbron (2010). Curiosamente, em sexto lugar, podemos ver na figura a percentagem de traduções de português para português (1,22%), número esse que apontará para as adaptações feitas a partir de outras variantes do português para o português europeu, atestando a forte relação cultural que existe entre os países de expressão portuguesa.

1.6.3 A localização na sociedade em rede

A relação entre o local e o global tem vindo a ser analisada nas últimas décadas numa perspectiva de integração, num mundo que apesar de não ser nivelado, está, de

certa forma, comprimido: *«the compression of the world has involved and increasingly involves the creation and the incorporation of locality, processes which themselves largely shape, in turn, the compression of the world as a whole»* (Robertson, 1995: 40). À semelhança da paradoxal promoção da heterogeneidade na sociedade mundial, a globalização é também responsável pelo ressurgimento do local enquanto factor determinante para o desenvolvimento das relações sociais: ao mesmo tempo que assistimos ao desvanecimento das fronteiras espaço-temporais pela facilidade de intercomunicação potencialmente entre qualquer lugar e a qualquer hora, actualmente cada um de nós é muito mais facilmente localizado. Os telemóveis de última geração não se reduzem a ferramentas de comunicação que permitem efectuar chamadas de voz ou enviar mensagens de texto, são verdadeiros repositórios de informações, orientações, anotações e ligações oriundas da rede a que estão ligados, direccionando as escolhas pessoais em tempo real.

Eric Gordon e Adriana Souza e Silva introduzem o termo *«net locality»* para designar a paisagem urbana actual, repleta de informação organizada em rede: *«[t]he spaces we interact with on a daily basis are filled with data — pictures, thoughts, reviews, and historical documentation — aggregated into accessible and usable bits of information»* (Gordon & Souza e Silva, 2011: 1). Para os autores, os locais são relevantes não por estarem ligados a uma rede global, mas sim pelo poder de influência que detêm sobre essa rede global. Appadurai (1990; 1996), aliás, salienta que o argumento da homogeneização cultural não tem em conta a influência inversa, ou seja, a influência das culturas minoritárias sobre as culturas dominantes.

A mobilidade de bens e serviços à escala mundial implica não só a necessidade de tradução entre línguas distintas, mas também a adaptação entre os vários contextos culturais (Todorova, 2010). Como reflexo da crescente necessidade de adaptação cultural (incluindo a língua), a indústria da localização desenvolveu-se no início da década de 1990, impulsionada pelo desenvolvimento das tecnologias informáticas, pelo surgimento do computador pessoal e consequente procura de *software* e, por fim, pelo *boom* da Internet e do comércio electrónico.

Gerando, por vezes, alguma confusão, os termos Globalização (G11N), Localização (L10N), Internacionalização (I18N) e Tradução (T9N) formam o acrónimo

GILT, utilizado na indústria da localização para referir os passos necessários para a adaptação de um produto às especificidades de um mercado diferente daquele para o qual foi criado originalmente.

Inicialmente definido como «*the translation and adaptation of a software or web product, which includes the software application itself and all related product documentation*» (Esselink, 2000: 1), o termo «localização» adquiriu posteriormente um sentido mais abrangente, «*[t]he process of modifying products or services to account for differences in distinct markets*» (Fry, 2003: 43), deixando de estar exclusivamente relacionado com o processo de adaptação de produtos informáticos. A localização é entendida actualmente como um processo que começa na decisão de globalização de uma empresa, passa pela internacionalização dos produtos e inclui, entre outros aspectos, a tradução (ver Figura 1.3).



Figura 1.3 Articulação entre as componentes do acrónimo GILT.

No contexto da localização, a globalização é entendida não só como o processo de integração mundial a nível social, económico, político e tecnológico, mas também como a definição de uma estratégia de negócio mundial, que inclui todas as decisões necessárias para conceptualizar o produto para o mercado global (Fry, 2003). A decisão de operar no mercado internacional pode ser «reactiva», se a localização de um produto ou serviço corresponde à satisfação de um pedido de um cliente internacional, ou «estratégica», quando a intenção de localização se enquadra numa estratégia de expansão internacional da empresa (Giammarresi, 2011). Em ambos os casos, o processo de localização implica a internacionalização prévia do produto ou

serviço, que corresponde a um processo de concepção do produto ou serviço de modo a que seja fácil e eficientemente localizado (Fry, 2003; Williams, 2004).

Quando pretendem ter sucesso em mercados internacionais, as empresas têm de modificar a sua oferta para que consigam dar aos seus produtos e serviços um aspecto «local», o que envolve questões linguísticas, culturais, técnicas e de conteúdo (Fry, 2003), de modo a conformarem-se aos gostos divergentes dos consumidores internacionais. As empresas dispõem de duas estratégias fundamentais para produzir produtos que satisfaçam os gostos locais: geralmente as que têm no seu portfólio nacional produtos muito diferentes da variedade pretendida pelos consumidores locais tendem a criar um produto novo e localizado para servir esse mercado; pelo contrário, as empresas que já comercializam variedades semelhantes às pretendidas no novo mercado tendem a modificar as existentes, localizando-as de modo a satisfazerem os novos consumidores (Kwon, 2013).

O processo de localização é realizado com o auxílio de diversas ferramentas linguísticas e de gestão, entre elas sistemas de gestão de terminologia, memórias de tradução e sistemas de gestão global (Fry, 2003). A tradução constitui uma parte fundamental do processo de localização e compõe quase metade (48%) das tarefas envolvidas nesse processo (*ibidem*).

Fry (2003: 26) define como linhas de orientação para uma localização bem-sucedida:

- i) evitar falsas expectativas: por muito eficientes que sejam as ferramentas de automatização do processo, a intervenção humana será sempre necessária;
- ii) adaptar as tecnologias às necessidades dos utilizadores: por exemplo, a tradução automática não se adequa a textos publicitários, já que a originalidade desse tipo de textos é fundamental;
- iii) assegurar a qualidade do texto de partida: a qualidade do resultado da localização depende directamente da qualidade do texto original;
- iv) investir a pensar no longo prazo: a generalidade das ferramentas utilizadas no processo de localização implica um planeamento cuidadoso e uma implementação criteriosa para produzirem bons resultados, que,

frequentemente, só são visíveis no longo prazo, com a continuidade da sua utilização, como é o caso das memórias de tradução.

A comunicação é bem-sucedida quando a mensagem recebida é idêntica à que o emissor pretendia, por conseguinte, em casos em que o contexto cultural é diferente, *«the potential for failed communication between them rises in proportion to the distance that separates the frames of reference of the sender and the receiver»* (Tsvetkov & Tsvetkov, 2011: 191). Como tal, a adaptação cultural é um factor determinante do processo de localização. As empresas que actuam no mercado global necessitam de comunicar com os seus clientes nos vários mercados em que operam e qualquer empresa com um sítio *Web* pode, potencialmente, fazer negócios internacionais (Shaw & Holland, 2010).

No contexto multilingue e multicultural da sociedade em rede, em que a língua desempenha um papel fundamental, as empresas devem procurar adaptar-se às preferências linguísticas dos consumidores, sejam elas o gosto pelo exotismo do que é estrangeiro, sejam, pelo contrário, o apego emocional à sua língua materna como marca de identidade cultural.

No capítulo seguinte, abordaremos a dinâmica que existe actualmente entre, por um lado, o pendor para a defesa do multilinguismo e do multiculturalismo e, por outro, a existência de *linguae francae* em vários domínios da sociedade.

Capítulo II. O multilinguismo e as *linguae francae*



Ilustração 2.1



Ilustração 2.2

Como vimos no capítulo anterior, a dinâmica da sociedade em rede implica um esbatimento das fronteiras espaço-temporais e uma cada vez maior interacção entre indivíduos de diferentes línguas e diferentes culturas. As vinhetas que iniciam esta secção reflectem a consciência generalizada, se bem que deturpada, da importância da língua na economia mundial. A Ilustração 2.1 remete para a equalização da língua enquanto marcador étnico e possível factor de discriminação (negativa) com consequentes efeitos na economia: nela, os falantes, americanos, reconhecem no estereótipo mexicano uma falta de eficiência que atribuem ironicamente a uma maior dificuldade do sistema linguístico, revelando, sem sombra de dúvida, um sentimento negativo em relação a um povo, caricaturado pela sua língua. A Ilustração 2.2 espelha uma reacção diferente em relação à língua: nela, o medo da influência (económica) de um povo desencadeia a necessidade de aprender a(s) sua(s) língua(s), antecipando o seu valor futuro. No entanto, também o preconceito é evidente na personagem, que demonstra um desconhecimento profundo da realidade multilingue da China e da dificuldade inerente à aprendizagem de uma língua tão complexa e afastada dos modelos linguísticos ocidentais.

À primeira vista distantes, as relações entre economia e língua começaram a ser sistematizadas pelo economista Jacob Marschak, que cunhou o termo «*economics of language*» num artigo publicado em 1965. Estabelecendo a língua como um recurso, com valor, utilidade, custos associados e benefícios decorrentes, Marshack (1965) identificou a língua como uma ferramenta indispensável para as actividades económicas do Homem. Desde então, a economia da língua tem sido um campo de investigação frutífero, produzindo diversas abordagens económicas dos fenómenos linguísticos a vários níveis.

Sucintamente, nas palavras de François Grin,

economics of language, as a field of research, mainly focus on the theoretical and empirical analysis of the ways in which linguistic and economic variables influence one another, usually within the framework of orthodox (or 'neo-classical' economics (Grin, 2001: 68).

Sendo a língua um factor de produção, os agentes que conseguem comunicar com facilidade serão capazes de produzir mais eficientemente, de modo a poderem aproximar-se da sua fronteira de possibilidades de produção e, concomitantemente, também da fronteira de possibilidades de consumo. Dessa interacção entre os agentes económicos resulta uma influência recíproca: a actividade económica afecta a evolução da língua e a língua afecta a actividade económica (John, 2012). A economia da língua estuda, portanto, por um lado, a influência da língua sobre a economia e, por outro, a influência da economia sobre a língua. Decorrentes da primeira abordagem, existem estudos sobre a língua enquanto capital humano e consequente influência no rendimento de indivíduos imigrantes ou inseridos num país com uma realidade multilingue, bem como análises da língua enquanto variável importante nos fluxos de trocas comerciais internacionais; decorrentes da segunda abordagem, existem trabalhos sobre a rentabilização económica das políticas linguísticas ou sobre as implicações económicas da promoção do multilinguismo ou da aceitação de uma *lingua franca*. É nesta segunda abordagem que nos iremos deter.

Não cabendo no âmbito desta tese um estudo aprofundado sobre a economia da língua, a temática serviu-nos de mote para, neste capítulo, darmos conta da tensão

existente entre o multilinguismo e a existência de *lingua(e) franca(e)* na sociedade em rede globalizada, sabendo que, subjacente à determinação das políticas linguísticas estão, muitas vezes, pressupostos económicos.

A existência de diversas línguas e diversas culturas a coabitarem no mesmo espaço ou em espaços muito próximos sempre foi característica das sociedades humanas. Actualmente, porém, a necessidade de possuir competências em mais de uma língua assume um papel determinante para a vida dos indivíduos e das suas comunidades (Aronin & Singleton, 2008; Psaltou-Joycey & Kantaridou, 2009), fruto da mudança de paradigma para uma sociedade em rede, onde tudo e todos estão potencialmente ligados em tempo real como vimos na secção anterior.

Nettle (1998: 354) afirma que «*[t]he diversity of human language is one of its most intriguing features*» e postula que a distribuição geográfica das línguas e a sua diversidade está a ser fortemente alterada pelas doenças eurásias, pelos povos eurásios e pela economia mundial. Daniel Nettle não está sozinho no seu receio da diminuição do número de línguas em uso no planeta, sendo acompanhado por diversos outros autores, que, em geral, culpam a globalização e a supremacia económica de países anglófonos (muito concretamente dos EUA) pela erosão linguística no planeta (Skutnabb-Kangas, 2001).

No entanto, nos últimos anos, tem havido uma maior consciencialização para a necessidade de preservar o património linguístico e cultural das comunidades, sendo casos como o da Europa paradigmáticos desse empenho (cf. secção 2.2.2), muito embora as línguas europeias representem uma reduzida percentagem das línguas mundiais¹⁰. Nettle (1998) realizou o seu estudo com dados compilados em 1993 pelo Summer Institute of Linguistics, que apontavam para a existência de 6500 línguas; actualmente, o mesmo instituto, através da sua base de dados linguísticos *Ethnologue*, identifica 7105 línguas vivas (Lewis, Simons & Fennig, 2013). Embora esta diferença de números possa apontar para a revitalização de algumas línguas nos últimos anos,

¹⁰ Segundo dados da base *Ethnologue* (Lewis *et al.*, 2013), apenas 4% das línguas actualmente em uso são europeias — ou seja, apesar de poderem ser faladas em outros pontos do globo, são línguas cuja fonte de origem é um país europeu. As restantes línguas dividem-se pelas outras quatro zonas geográficas identificadas pelo estudo: África, 30,2%; América, 14,9%; Ásia, 32,4 %; e Pacífico, 18,5%.

estará mais certamente relacionada com alterações nas definições de língua e dialecto que possam ter levado à inclusão de línguas anteriormente não consideradas como tal¹¹.

A relação entre língua e cultura é inquestionável — não há o desenvolvimento de uma cultura sem o suporte de uma língua que a veicule, tal como uma língua não pode existir sem um conteúdo cultural¹². A diversidade linguística é, portanto, fundamental para a espécie humana, na medida em que as culturas são sobretudo transmitidas através da língua e, logo, o desaparecimento de uma língua acarreta o perigo real de se perder também o conhecimento passado de geração em geração e que é um pré-requisito para a sobrevivência da espécie (Crystal, 2000). Helen Kelly-Holmes sugere que, numa perspectiva evolucionista, o mercado é o grande inimigo do multilinguismo, dado que o seu «*Darwinian disregard for precious but non-dominant codes and languages appears only to hasten the demise of a linguistically diverse world*» (Kelly-Holmes, 2005: 1).¹³

A diversidade linguística está frequentemente associada à diversidade cultural. Perante a dificuldade de definir claramente a noção de cultura, Pagel e Mace (2004) fazem corresponder as diferentes culturas a distintos grupos linguísticos. A biologia parece também corroborar essa interligação: concretamente na Europa, Sokal *et al.* (1990) identificam 33 fronteiras que correspondem a marcadas alterações genéticas, sendo que 22 constituem simultaneamente fronteiras físicas e fronteiras linguísticas, como os Alpes ou o Canal da Mancha. Para as restantes 11 fronteiras, os autores não encontraram qualquer tipo de barreira física, mas verificaram que 9 correspondem a fronteiras linguísticas. As fronteiras linguísticas estão, portanto, associadas a 31 das 33 alterações genéticas abruptas verificadas no estudo conduzido por Sokal *et al.* (1990). Barbujani e Sokal (1990: 1816) concluem que «*[l]anguage affiliation of European*

¹¹ Na literatura surge, inclusive, o dito humorístico «uma língua é um dialecto que tem um exército e uma marinha».

¹² Excepção feita às línguas utilizadas como instrumentos veiculares por falantes não-nativos, as chamadas *linguae francae*. No entanto, mesmo essas línguas são desprovidas de conteúdo cultural apenas em termos teóricos, já que, na prática, os falantes as imbuem de significado cultural no processo da sua utilização.

¹³ No entanto, a autora constata também que «*[i]t may therefore come as something of a surprise to realize that the market is also a place of multilingualism*» (Kelly-Holmes, 2005:1), sobretudo no contexto da comunicação multilingue no discurso publicitário.

populations plays a major role in maintaining and probably causing genetic differences».

Os desafios impostos às sociedades multilingues estão bem documentados na história do Homem (Ginsburgh, Ortuño-Ortín & Weber, 2005), sendo a alegoria da construção da Torre de Babel, já referida, um dos exemplos mais famosos das dificuldades inerentes à comunicação entre falantes de línguas distintas.

Num raciocínio assumidamente crítico da globalização e das suas consequências — sobretudo em áreas marcadamente desfavorecidas do globo — Tove Skutnabb-Kangas (2001) ilustra o contributo das divergências linguísticas para o desenvolvimento de focos de desentendimento entre os povos: sendo a guerra assumidamente um instrumento para controlar os recursos naturais e estando a identidade de um povo e o conhecimento cultural embutidos na diversidade linguística mundial, constituindo um pré-requisito para a manutenção desses recursos, a língua é fundamental para a transferência inter-geracional do conhecimento e, consequentemente, do poder sobre os recursos naturais cobiçados. Para Pierre Bourdieu, a língua é indubitavelmente um instrumento de poder: *«les échanges linguistiques sont aussi des rapports de pouvoir symbolique où s'actualisent les rapports de force entre les locuteurs ou leurs groupes respectifs»* (Bourdieu, 1982: 14).

Em sociedades multilingues, frequentemente a língua associada ao poder — por estar associada às instituições políticas, económicas e, geralmente, religiosas — não é dominada pela maioria da população. O acesso a essas instituições, e subsequentemente o acesso ao poder, está, portanto, reservado à elite que domina a língua oficial, muitas vezes uma língua ocidental numa sociedade que não o é. A utilização da língua do antigo colonizador em sociedades africanas, por exemplo, caracteristicamente multilingues, efectivamente aumenta as disparidades entre aqueles que têm acesso ao poder através da língua e as massas que não falam, não escrevem e nem sequer percebem a língua oficial do seu país: *«[...] language policy and political power [are] inextricably linked»* (Watson, 1999: 16). Veja-se a supressão de línguas em França à excepção do francês até à década de 1970, em Espanha

durante o regime de Franco, na África do Sul durante o *apartheid* e na antiga União Soviética até à queda do Muro de Berlim.

Se nas sociedades industriais aqueles que controlam o acesso às matérias-primas e a outros meios de produção são os detentores do poder, na sociedade da informação, os bens mais relevantes são o conhecimento e as ideias, transmitidos sobretudo através das línguas: «*[i]n this kind of information society, those with access to diverse knowledges, diverse information and ideas, will do well, the creativity argument claims. Creativity precedes innovation, also in commodity production, and investment follows creativity*» (Skutnabb-Kangas, 2002: 14).

A autora considera ainda que as forças por detrás da globalização — bem como as organizações internacionais empenhadas em defender os direitos humanos — não dão a devida importância ao papel da língua nas sociedades autóctones, recusando-se a conferir-lhes o direito de promover o ensino e o desenvolvimento das suas línguas maternas e forçando essas comunidades a utilizarem outras línguas dominantes (Skutnabb-Kangas, 2001, 2009).

No entanto, a preocupação pela manutenção das línguas minoritárias não está ausente do discurso das instituições mundiais. A UNESCO, por exemplo, além de fomentar várias iniciativas concretas para a promoção do multilinguismo na sociedade da informação, tem vindo a salientar a necessidade de assegurar a diversidade linguística e cultural como forma de garantir os direitos humanos e promover a sociedade do conhecimento:

[k]nowledge societies should be firmly based on a commitment to human rights and fundamental freedoms, including freedom of expression. They should also ensure the full realization of the right to education and of all cultural rights. In knowledge societies, access to the public domain of information and knowledge for educational and cultural purposes should be as broad as possible providing high quality, diversified and reliable information. Particular consideration should be given to the importance of diversity of culture and language (UNESCO, 2003: 4).

Na opinião de Skutnabb-Kangas (2001), a manutenção dos direitos humanos relativos à língua e, consequente, o ensino da língua materna às populações de áreas economicamente desfavorecidas tem três vantagens notórias:

- favorecem a autodeterminação e previnem conflitos: frequentemente, os conflitos étnicos são desencadeados pelo sentimento de privação dos direitos culturais das minorias e dos povos indígenas;
- impedem o genocídio linguístico: uma política de educação adequada previne a erosão das línguas minoritárias e a sua assimilação pelas línguas dominantes;
- mantêm a diversidade linguística: se não for implementada uma política com o objectivo expresso de proteger as minorias linguísticas, forças como a educação formal, os meios de comunicação e os agentes económicos levarão inexoravelmente à extinção das línguas com um reduzido número de falantes.

As vozes mais críticas e mais inquietadas com o desaparecimento de línguas minoritárias, que proclamam termos como *genocídio linguístico*, *linguicídio*, *imperialismo linguístico*, vêem no inglês a *língua assassina*, responsável por esse desaparecimento. Nas subsecções que se seguem, procuraremos determinar se o inglês deve, de facto, ser encarado como o algoz das outras línguas faladas em todo o planeta ou se pode ser visto como um instrumento de comunicação global que não representa (qualquer) perigo para a diversidade linguística. Iremos concentrar-nos sobretudo no caso da Europa e examinaremos o multilinguismo e o plurilinguismo como vectores de desenvolvimento social. Por fim, abordaremos a diversidade linguística no ciberespaço, o ápex da sociedade em rede.

2.1 O inglês como língua de comunicação internacional

Os discursos em torno da utilização do inglês como língua de comunicação global são muitas vezes inflamados pela crença de que o inglês é um mero instrumento de perpetuação da imposição linguística colonial. As comunidades falantes de línguas minoritárias acusam os «*linguistic Big Brothers*» de «*imperialism, linguisticide, genocide, and mind control*» (Fishman, 1998: 36). Robert Phillipson (2001, 2008b) considera que

a colonização não se limitou à conquista de territórios e economias, já que se estendeu também à conquista das mentes dos cidadãos colonizadas por via da imposição da língua e, com ela, da cultura do país colonizador. O autor critica acerrimamente o facto de a aldeia global ser monolingue, graças à ingerência do inglês, transportado e impulsionado pelas forças da globalização, sobretudo as grandes empresas, concluindo que «*manifestly English for business is business for English*» (Phillipson, 2001: 191), na medida em que não só as grandes multinacionais têm muito a ganhar com a expansão da língua inglesa a par da sua expansão económica, como o próprio negócio que envolve o ensino da língua inglesa no estrangeiro move milhões de euros¹⁴, se tivermos em consideração tanto as escolas de ensino como a publicação de manuais de inglês geral e de inglês para fins específicos. Em finais do século XX, David Crystal afirmava: «*[t]he English language teaching (ELT) business has become one of the major growth industries around the world in the past half-century*» (Crystal, 2003a: 112).

O inglês dificilmente se dissocia da globalização, sobretudo devido à hegemonia económica, política e cultural dos EUA. No entanto, os mesmos motivos que levam Joshua Fishman a afirmar num tom crítico «*[t]he continued spread of English today is both a consequence of and a contributor to globalization*»¹⁵ (Fishman, 1998: 27) podem ser entendidos como facilitadores da utilização do inglês como língua de comunicação internacional, desprovida de qualquer carga negativa e entendida apenas como uma ferramenta utilizada pelos falantes em situações comunicativas concretas. A Tabela 2.1 apresenta algumas razões encontradas na literatura (cf., por exemplo, Crystal, 2003a; Kayman, 2004; Phillipson, 2008b) para a disseminação do inglês como

¹⁴ Num estudo sobre as políticas linguísticas no contexto europeu, François Grin (2005: 7), estima que o Reino Unido arrecade 10 mil milhões de euros líquidos por ano em virtude do domínio actual do inglês, aumentando esse número para 17 ou 18 mil milhões de euros por ano se tivermos em conta o efeito multiplicador de certos componentes dessa soma. Neil Kinnock, então presidente do British Council, afirmava: «*[t]he English language teaching sector directly earns nearly £1.3 billion for the UK in invisible exports and our other education related exports earn up to £10 billion a year more*» (Graddol, 2006: 4).

¹⁵ A relação entre a difusão do inglês e a globalização encontra vários ecos na literatura. David Graddol, por exemplo, afirma que «*[o]n the one hand, the availability of English as a global language is accelerating globalisation. On the other, the globalisation is accelerating the use of English*» (Graddol, 2006: 22). Independentemente de considerarmos a disseminação do inglês um fenómeno positivo ou negativo, a existência de uma língua que possibilite a comunicação internacional tem promovido uma maior integração económica e, até certo ponto, social à escala mundial.

língua de comunicação internacional, argumentos que voltaremos a encontrar e a analisar ao longo das subsecções que se seguem.

Herança colonial do Império Britânico.
Posição de supremacia política e económica dos EUA após o final da Segunda Guerra Mundial.
Processo de globalização económica, com o aumento do comércio internacional e das empresas multinacionais e a sua consequente penetração nas economias internas.
Crescimento do turismo e da publicidade.
Aumento dos fenómenos migratórios.
Desenvolvimento dos meios de comunicação em massa.
Expansão da Internet.
Impacto linguístico da cultura anglo-saxónica ao nível da música, da moda, do desporto, do entretenimento e da alimentação.
Mobilidade dos estudantes sobretudo do ensino superior.
Predominância das publicações científicas e académicas anglo-saxónicas.
Flexibilidade (e, para alguns, simplicidade sintáctica) da própria língua inglesa, que tem uma capacidade inerente de absorver palavras provenientes de outras línguas.
Estar no sítio certo no momento exacto.

Tabela 2.1 Razões para a disseminação do inglês como língua de comunicação internacional.

Aronin e Singleton têm uma visão menos crítica da expansão do inglês e afirmam categoricamente que

the diffusion of English is no longer tied to Britain's colonial past and multilingualism involving English is present in cultures and amidst languages far removed not only geographically but also historicopolitically from the historical source of English and indeed from all centres of English native-speaking population. As with English, so with many other languages (Aronin & Singleton, 2008: 9-10).

À semelhança de outras línguas no passado, o inglês assume actualmente, se não em termos globais como alguns autores pretendem, pelo menos em termos regionais e sectoriais o papel de *lingua franca* na sociedade em rede.

2.1.1. O conceito de *lingua franca*

A existência de *linguae francae* não é um fenómeno novo. Juliane House indica que o termo provém do árabe «*lisan-al-farang*», designando originalmente uma língua intermediária utilizada pelos falantes de árabe para comunicarem com viajantes da Europa Ocidental; mais tarde, terá passado a identificar por extensão uma língua comercial, constituindo uma variante estável e com pouco espaço para a variação individual.¹⁶ Partindo da origem do termo proposta por House (2003), definiremos *lingua franca* como uma língua utilizada num contexto comunicacional entre falantes de línguas distintas que têm a necessidade de recorrer a uma terceira língua, dominada por ambos, para comunicar entre si. Sendo assumidamente abrangente, esta definição não restringe o contexto comunicacional a falantes não-nativos da língua veicular que funciona como *lingua franca*¹⁷ e deixa espaço para a existência de várias línguas que desempenhem esse papel dependendo do contexto geográfico, sectorial e até mesmo temporal.

Ao longo dos séculos, e desde que as trocas comerciais entre povos de origens diversas começaram a desempenhar um papel preponderante no desenvolvimento das sociedades, várias línguas foram assumindo o estatuto de *lingua franca*, funcionando como instrumentos de comunicação internacional. O estabelecimento dessas línguas como *linguae francae* dependeu, em grande medida, do poder associado aos seus falantes: «*[t]here is the closest of links between language dominance and economic, technological, and cultural power*» (Crystal, 2003a: 7). O carácter global de uma língua

¹⁶ Num relatório sobre as *linguae francae* (Comissão Europeia, 2011), porém, afirma-se que o termo *lingua franca* terá tido origem na expressão «*lûghat al-lfranj*», também do árabe, que quereria dizer «língua dos Francos», ou seja, a língua de todos os cidadãos da Europa Ocidental, por oposição aos Gregos. Enquanto a primeira hipótese etimológica aponta desde logo para uma língua veicular, a segunda hipótese estabelece a associação com povos bárbaros.

¹⁷ Alan Firth, pelo contrário, delimita as interações em *lingua franca* apenas às que envolvam exclusivamente falantes não-nativos, definindo o inglês enquanto *lingua franca* como «*a 'contact language' between persons who share neither a common native tongue nor a common (national) culture, and for whom English is the chosen foreign language of communication*» (Firth, 1996: 240). Embora esta definição seja redutora para os nossos propósitos, a Firth interessava-lhe estudar as interações entre falantes não nativos para avaliar de que forma esses falantes lidam com o facto de nenhum ter o inglês como língua materna e, consequentemente, que estratégias empregam para suplantar os problemas de compreensão mútua, mesmo utilizando um código linguístico aparentemente comum.

tem pouco a ver com o seu número de falantes, «[i]t is much more to do with who those speakers are» (*ibidem*). O latim foi uma língua internacional utilizada em todo o Império Romano não porque os Romanos fossem mais numerosos do que as populações autóctones dos territórios conquistados, mas simplesmente porque eram mais poderosos. Ao poder militar que esteve inicialmente na base da imposição do latim como língua internacional, seguiu-se depois o poder da igreja católica, que manteve o latim como língua da religião, da cultura e da educação durante mais mil anos. David Crystal insiste: «[a] language has traditionally become an international language for one chief reason: the power of its people — especially their political and military power» (*ibidem*: 9).

As grandes *linguae francae* desde a Antiguidade até ao momento presente foram sobretudo impostas pelo poder militar — o grego pelos exércitos de Alexandre, o Grande; o latim pelas legiões romanas; o árabe pelos exércitos mouros que espalhavam a fé do Islão; o espanhol, o português e o francês pelas respectivas máquinas da expansão colonial; o russo pelo comunismo do Estado — sendo posteriormente consolidadas por outros motivos, fossem esses culturais (veja-se a filosofia grega), religiosos (o latim como língua da igreja católica até meados do século XX e o árabe ainda actualmente nas várias comunidades muçulmanas), políticos (por exemplo, o russo nas antigas repúblicas soviéticas) ou económicos (notoriamente o inglês, muito impulsionado pela supremacia económica dos EUA). A Tabela 2.2 reúne as principais *linguae francae* de que há registo até aos nossos dias.

Aramaico	Língua do Império Persa, utilizada em partes da Bíblia e no Talmude; os primeiros registos datam do século XX AC no Médio Oriente; foi destronada pelo grego após a conquista de Alexandre, o Grande, apesar de continuar a ser falada desde a Judeia até à Arábia.
Grego	Emergiu como <i>lingua franca</i> nos séculos II e III; desempenhou um papel incontestável como língua da literatura, da filosofia e do Novo Testamento; manteve o estatuto de <i>lingua franca</i> durante o domínio romano no Mediterrâneo Oriental e no Próximo Oriente, onde o latim não teve um grande impacto; após a queda do Império Romano no século IV, o grego tornou-se a língua oficial do Império Bizantino até este ser dizimado pelos Otomanos no século XV; o grego sobreviveu então como a língua da Igreja Ortodoxa Cristã; no século XIX foi importante no movimento para a independência nacional da Grécia, apesar de já não ter o estatuto de <i>lingua franca</i> .
Latim	Língua do Império Romano, utilizada na Europa Ocidental continental, influente no sul da Grã Bretanha, nas Balcãs, no Norte de África e também como língua do exército na Europa de Leste e no Médio Oriente; manteve o estatuto de <i>lingua franca</i> mesmo após a queda do Império Romano e até aos séculos XVII-XVIII, nos domínios académico, científico e religioso, tendo sido a língua da liturgia católica até à década de 1960 e continuando a ser hoje em dia a língua oficial do Vaticano.
Francês	No século XVIII emergiu como a língua da política e da diplomacia, utilizada por toda a Europa; na sequência da colonização, estendeu a sua influência ao continente africano, ao Médio Oriente e ao Extremo Oriente; manteve o seu papel de <i>lingua franca</i> até ao final da Segunda Guerra Mundial, altura em que começou a ceder o lugar ao inglês; continua a ser actualmente a língua oficial ou de trabalho em muitas instituições internacionais.
Alemão	Língua dominante na Europa Central e de Leste, onde permaneceu como segunda língua após a dissolução do Império Austro-Húngaro; muito utilizada pela comunidade científica no início do século XX; durante a Segunda Guerra Mundial foi adoptada nos territórios ocupados, mas abandonada após a derrota da Alemanha.
Japonês	Utilizada como <i>lingua franca</i> nos territórios ocupados desde finais do século XIX e rejeitada após a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial.
Russo	Imposta como <i>lingua franca</i> do bloco comunista, mas abandonada após a dissolução da União Soviética.
Espanhol	Na sequência das conquistas ultramarinas impôs-se como língua dominante em toda a América do Sul à excepção do Brasil; é actualmente a segunda língua mais falada nos EUA, sendo formalmente reconhecida em alguns estados.
Português	Presente um pouco por todo o globo na sequência da expansão marítima; é actualmente utilizada no Brasil, em Goa, Macau, Timor, bem como em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe; foi também utilizada como <i>lingua franca</i> no Sri Lanka durante séculos.
Árabe	Expandiu-se pelo Médio Oriente e pelo norte de África desde o século XVII seguindo a expansão da fé islâmica.
Suaíli	Utilizada na África Ocidental, Oriental e Meridional.
Hindi	Língua oficial federal da Índia, onde serve de base de comunicação aos falantes das cerca de 800 línguas do país.
Malaio	Utilizada na indonésia; apesar de ser falada apenas por 8% da população, foi escolhida como a língua do movimento nacionalista porque não representava o domínio de um grupo sobre os outros.
Chinês	Funciona como <i>lingua franca</i> escrita, sendo o mandarim a <i>lingua franca</i> oral, muito embora o cantonês mantenha o seu prestígio.
Tupi	Hoje extinta, serviu como <i>lingua franca</i> após a descoberta das Américas pelos europeus.

Tabela 2.2 Principais *linguae francae* até aos nossos dias.

Fonte: Adaptado de Watson (1999) e Comissão Europeia (2011).

Actualmente, muitos autores indicam o inglês como *lingua franca* mundial, suplantando em termos de extensão geográfica, diversidade cultural dos seus falantes e domínios de aplicação todas as *linguae francae* que existiram até hoje (Dewey, 2007).

Robert Phillipson, porém, defende que o termo *lingua franca* não deve ser utilizado para caracterizar a expansão do inglês nos dias de hoje, já que não constitui um «*neutral instrument for 'international' communication between speakers who do not share a mother tongue*» (Phillipson, 2008b: 250). O autor argumenta que, por um lado, o inglês é, para alguns, a sua língua materna, o que coloca os outros, os que o falam como língua estrangeira, em desvantagem e aprofunda assimetrias; por outro lado, salienta os vários usos específicos que o inglês tem nos diversos domínios da sociedade e que lhe retiram o carácter neutro a que a definição de *lingua franca* alude. Nesse sentido, para Phillipson (2008b), o inglês não é uma *lingua franca*, mas sim uma *lingua economica* (nos negócios, na publicidade, no neoliberalismo económico), uma *lingua emotiva* (no imaginário de Hollywood, na música, no consumismo e no hedonismo), uma *lingua academica* (nas publicações académicas, nas conferências internacionais, no ensino superior), uma *lingua cultura* (na difusão da literatura e nos sistemas de ensino um pouco por todo o mundo), uma *lingua belica* (nas guerras movidas pelos EUA e pelos seus aliados) e, sobretudo, uma *lingua americana* (pelo extraordinário impacto económico, cultural e militar dos EUA).¹⁸

A definição do inglês como *lingua franca*, língua global ou língua de comunicação internacional depende, em larga medida, do lugar que lhe é atribuído nos modelos de classificação das línguas.

¹⁸ Acérrimo crítico da expansão do inglês, Robert Phillipson considera o inglês um cuco infiltrado no ninho das línguas usadas no ensino superior na Europa, acrescentando à sua já extensa lista o epíteto *lingua cucula* (Phillipson, 2006).

2.1.2 Modelos anglocêntricos da classificação das línguas

Apresentamos em seguida duas propostas de classificação das línguas segundo a sua utilização ou segundo o tipo de falantes, nas quais o inglês adquire o papel preponderante.

2.1.2.1 Os três círculos concêntricos de Braj Kachru

Braj Kachru visiona a difusão do inglês em três círculos concêntricos «representing the types of spread, the patterns of acquisition and the functional domains in which English is used across cultures and languages» (Kachru, 1985: 12), numa perspectiva histórica da expansão da língua por via da colonização que se iniciou na Grã-Bretanha. Aos três círculos o autor chama interior (*inner circle*), exterior (*outer* ou *extended circle*) e em expansão (*expanding circle*).

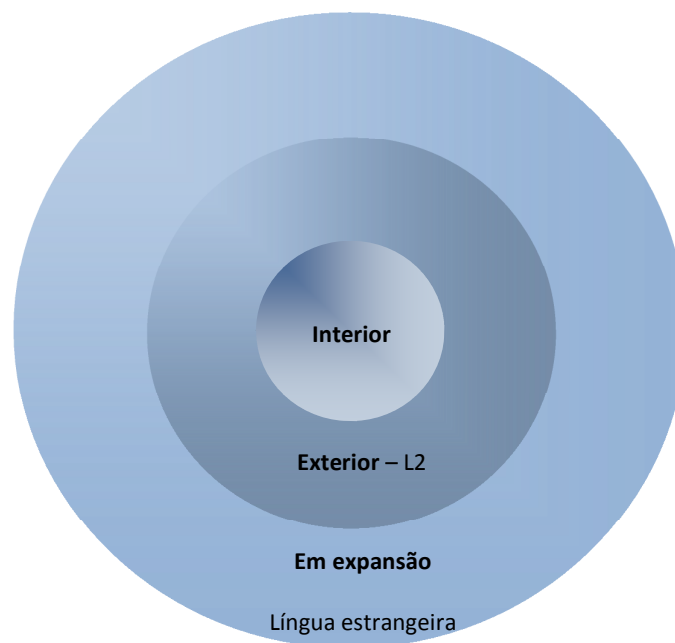


Figura 2.1 Os três círculos de Braj Kachru (1985).

No modelo de Braj Kachru ilustrado pela Figura 2.1, o círculo interior corresponde aos falantes de inglês como língua materna, englobando as regiões onde o inglês é a primeira língua — Inglaterra, EUA, Irlanda, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. O círculo exterior inclui comunidades linguísticas muito diversas e tem, para o autor, duas grandes características: (i) o inglês é, nas regiões do círculo exterior, apenas uma de duas ou mais línguas dominantes, sendo os falantes bilíngues ou plurilíngues e (ii) o inglês adquiriu um estatuto importante nas políticas linguísticas dessas regiões (que, em geral, têm um passado colonial comum). O terceiro círculo, sendo o maior e encontrando-se em expansão, inclui os falantes que adquirem o inglês como língua estrangeira. Na perspectiva do autor, este último grupo de falantes está em crescimento porque o inglês já se afirmou como língua de comunicação internacional, tendo suplantado outros «rivals linguísticos» como o francês, o russo ou o esperanto. O autor adverte que as fronteiras entre os três círculos não são estanques, pelo que o estatuto do inglês em termos das políticas linguísticas implementadas nessas regiões pode alterar-se — por exemplo, um país onde o inglês é adquirido como língua estrangeira (círculo em expansão) pode implementar políticas linguísticas que introduzam a língua inglesa como segunda língua (existem referências dispersas sobre a possibilidade de o inglês se tornar língua oficial em Moçambique a par do português, ou mesmo em substituição do português¹⁹).

2.1.2.2 O modelo de David Graddol baseado na fluência

O modelo de Braj Kachru tem sido posto em causa nos últimos anos, sobretudo porque a difusão do inglês à escala mundial, acompanhando a globalização, tem vindo a esbater as fronteiras entre falantes nativos, falantes de inglês como segunda língua e falantes de inglês como língua estrangeira. David Graddol (2006) propõe uma

¹⁹ Ver, por exemplo, Watson (2007: 263): «[i]n other parts of Africa, too, economic and political realities mean that English has been embraced as a national language or as the main foreign language. In Mozambique, in preference to Portuguese, the language of the former colonial power [...]».

representação diferente, baseada no grau de fluência e não na forma como o falante adquiriu a língua: um falante que tenha adquirido o inglês como língua estrangeira pode ser tão ou mais fluente do que um falante de inglês como segunda língua (ou até mesmo do que um falante nativo).



Figura 2.2 A redefinição dos círculos de Kachru.

2.1.2.3 A galáxia linguística de Abram de Swaan

Partindo do pressuposto de que a língua é um bem hipercolectivo — ou seja, quanto mais falantes consegue agregar, maior o seu valor comunicacional para cada um dos falantes que a domina — Abram de Swaan (2001, 2010) divide o universo linguístico mundial em três grandes grupos, que compõem, na sua terminologia, uma «galáxia de línguas».

O nível mais baixo da hierarquia linguística proposta por Abram de Swaan é constituído pelos milhares de línguas periféricas, que são usadas por menos de 10% da população mundial, mas que constituem 98% das línguas em todo o mundo (como o ocitano em França). Essas línguas são como luas, que giram em torno de um planeta. Trata-se de línguas de tradição sobretudo oral, passadas de pais para filhos e usadas para funções familiares ou locais.

As posições planetárias, que constituem o degrau seguinte da hierarquia, são ocupadas por cerca de 150 línguas centrais (cerca de 3% das línguas mundiais), que têm geralmente o estatuto de línguas nacionais ou oficiais de estados ou regiões e são usadas em contextos da vida pública dos cidadãos (por exemplo, o bengali e o italiano). Estas línguas desempenham as mesmas funções das línguas supercentrais, mas não desempenham o papel de *lingua franca* internacional.

Funcionando como sóis da galáxia das línguas, as línguas supercentrais — alemão, árabe, chinês, espanhol, francês, hindi, inglês, japonês, malaio, português, russo e suaíli — são usadas não só como línguas oficiais dos estados ou regiões à semelhança das línguas centrais, mas também na comunicação internacional, actuando como *linguae francae*. As línguas supercentrais foram, em geral, na sua origem impostas por um colonizador, mas continuaram a ser usadas na política, na administração, no direito, nos negócios, na tecnologia e no ensino superior depois da descolonização.

A língua que «*holds the entire constellation together*» (de Swaan, 2001: 6) é o inglês, ao qual o autor chama língua hipercentral. Para de Swaan a opção pela aprendizagem do inglês não é motivada por questões de identidade, mas sim de comunicação, sendo esta a língua com um maior potencial comunicativo para os seus falantes. Por este motivo, de Swaan opõe-se ao multilinguismo a que chama radical, concluindo pela inevitabilidade do inglês como *lingua franca* em detrimento de uma multiplicidade de línguas. Abram de Swaan defende, aliás, que, no contexto da UE, quanto mais línguas existirem, maior será a tendência para os falantes adquirirem o inglês como língua de comunicação neutra com os outros cidadãos europeus. Quanto à legitimidade da manutenção das línguas minoritárias, reafirmando um argumento utilitário, o autor afirma que «*what decides is not the right of human beings to speak whatever language they wish, but the freedom of everybody else to ignore what they say in the language of their choice*» (de Swaan, 2001: 52).

Abram de Swaan (2001, 2010) desenvolve uma medida para avaliar o potencial comunicativo da língua, a que chama valor-Q: «*[t]he utility of a language, i, for a given speaker in a constellation or sub-constellation, S, can be expressed in terms of its*

'communication value', Qi, which indicates its potential to link this speaker with other speakers in S» (de Swaan, 2010: 58). Segundo o autor, as expectativas individuais de cada falante determinam a sua decisão de aprender uma língua em particular: os indivíduos procuram naturalmente aprender as línguas que consideram ter (ou que esperam vir a ter) um papel importante no lugar que ocupam na constelação das línguas.

2.1.3 O inglês como língua global

Uma língua adquire um carácter verdadeiramente global *«when it develops a special role that is recognized in every country»* (Crystal, 2003a: 3). O «papel especial» desempenhado pela língua global depende da forma como é vista fora dos países onde é língua materna, ou seja, nos círculos exteriores e em expansão de Kachru. Nesta perspectiva, a língua aspirante a global pode ser considerada língua oficial de um país, a par de outra(s) língua(s), sendo, então, considerada uma segunda língua, ou pode ser incluída nas políticas de promoção da aquisição de línguas estrangeiras, sendo frequentemente introduzida no ensino obrigatório. Em muitos países do mundo — e concretamente em Portugal — essa é a situação do inglês actualmente.

Os avanços ocorridos nas tecnologias da informação e da comunicação, a par dos desenvolvimentos em termos de meios de transporte, resultaram numa maior mobilidade dos indivíduos, tanto física quanto virtualmente, impondo-se maiores contactos entre falantes de línguas distintas. A organização da sociedade em rede e a criação de redes internacionais de influência política, económica e militar, sobretudo após o final da Segunda Guerra Mundial (como as Nações Unidas, a UNESCO, a UNICEF e a OMS), levaram a que fosse necessário reequacionar a questão de uma *lingua franca* à escala mundial. Passado mais de meio século, o inglês parece encontrar-se na melhor posição para se tornar uma língua global, embora *«there is still some way to go before a global lingua franca becomes a universal reality»* (Crystal, 2003a: 28), isto

porque, apesar do crescimento do número de falantes de inglês, pelo menos dois terços da população mundial ainda não falam a língua²⁰.

Deixando à margem as outras línguas possíveis candidatas ao estatuto de *lingua franca* internacional²¹, ou língua global, vejamos de que forma o inglês se posicionou como língua de comunicação internacional. Alastair Pennycook (2001) apresenta seis enquadramentos possíveis para a análise da posição do inglês na sociedade actual:

- i) celebração colonial: o inglês é uma ferramenta útil para todos, sendo uma língua superior a todas as outras tanto em termos intrínsecos (ou seja, relativamente à própria natureza da língua), como extrínsecos (relativamente às funções que a língua desempenha);
- ii) liberalismo laissez-faire: os falantes escolhem livremente aprender a língua inglesa pelo seu elevado valor comunicacional, pelo que o mercado se auto-regula por si só sem ser necessária qualquer intervenção;

²⁰ As estimativas do número de falantes de inglês variam de autor para autor, sendo a dificuldade de obter um número consensual intensificada sobretudo pela dificuldade de quantificar o número de falantes de inglês como segunda língua e como língua estrangeira. Na mesma obra, David Crystal afirma contraditoriamente «[d]espite the remarkable growth in the use of English, at least two-thirds of the world population do not yet use it» (Crystal, 2003a: 28), «[t]he statistics collected in chapter 2 suggest that about a quarter of the world's population is already fluent or competent in English» (ibidem: 6) e «if one quarter of the world's population are able to use English, then three-quarters are not» (ibidem: 69). Já Robert Phillipson afirma que «well over half of humanity, and speakers of most of the world's languages, are blissfully unable to function in English» (Phillipson, 2006: 14).

²¹ Actualmente, as duas línguas que apresentam uma maior concorrência ao inglês são o chinês (mandarim) e o espanhol. O primeiro, notoriamente devido ao elevado número de falantes como língua materna, associado ao crescente desenvolvimento económico da China que tem levado um número cada vez maior de falantes a escolherem aprender o chinês (mandarim) como língua estrangeira. O espanhol tem vindo a aumentar a sua base de falantes muito por causa do seu estabelecimento como segunda língua preferencial nos EUA (cuja constituição não reconhece qualquer língua oficial). São de salientar os movimentos destinados a tornar o inglês a língua oficial *de jure* nos EUA, onde é apenas língua oficial *de facto*, movimentos esses motivados exactamente pelo perigo cada vez maior que o espanhol representa para a hegemonia do inglês nos EUA. Associações como a U.S. English e a ProEnglish têm vindo a apresentar propostas para a constituição da língua inglesa como única língua oficial dos EUA. Esta tentativa de legitimação do monolinguismo numa sociedade multilingue e multicultural cujos vectores de liberdade e democracia são pilares constitutivos da sua própria fundação ilustra bem o peso que as outras línguas estão a ter: não haveria qualquer necessidade de alterar o *status quo*, se não se sentisse uma alteração na dinâmica linguística do país. Segundo as estimativas do U.S. Census Bureau para 2013 (disponíveis em http://factfinder.census.gov/faces/tableservices/jsf/pages/productview.xhtml?pid=ACS_13_1YR_B16001&prodType=table), 79% da população americana falava só inglês em casa, ocupando o espanhol mais de metade da percentagem restante, ou seja, 12%. A língua mais falada a seguir ao espanhol (por 1% da população) era o chinês.

- iii) imperialismo linguístico: a disseminação do inglês obedece a uma agenda das entidades oficiais, que se apoiam em organismos como o British Council para promoverem uma nova colonização sustentada pelos pilares da anterior e perpetuando os interesses capitalistas e políticos da sociedade dominante (isto é, dos EUA);
- iv) ecologia linguística e direitos linguísticos: o inglês representa um perigo para a sobrevivência das línguas minoritárias, cujos direitos têm de ser salvaguardados;
- v) hibridez linguística: engloba os discursos em torno dos *World Englishes* e da legitimidade das diversas variedades do inglês;
- vi) desempenho pós-colonial: problemática pós-colonialista na qual a resistência e a apropriação fazem parte integrante das relações local/global.

Os dois primeiros enquadramentos aceitam a hegemonia do inglês como um dado adquirido. Enquanto os defensores da posição (i) o fazem sem reservas, os partidários da posição (ii), como David Crystal, estão atentos aos possíveis desequilíbrios que a primazia de uma língua possa introduzir no universo das línguas.

As posições mais críticas (iii e iv), representadas por investigadores como Robert Phillipson e Tove Skutnabb-Kangas, apresentam discursos carregados de negativismo, que vêm na língua inglesa não só o algoz das línguas minoritárias, como também o patrocinador do imperialismo americano:

[t]he “success” of global English is viscerally connected to US power in the twentieth century and the many dimensions of what has been labelled as globalisation, the neoliberal mission that the post-1945 financial and economic arrangements facilitated and that have been ruthlessly implemented by a combination of “soft” and “hard” power, including military invasion and the torture techniques that the USA has “perfected” (Phillipson, 2008a: 297).

Na verdade, a perspectiva histórica aponta para a disseminação inicial do inglês por via do Império Britânico²² e para a sua consolidação após a Segunda Guerra Mundial, associada primeiro aos vencedores americanos e, posteriormente, à globalização. No entanto, em vez de condenar a utilização generalizada da língua inglesa, seria mais útil para a sociedade e para a promoção do multilinguismo encará-la como uma ferramenta, reconhecendo o seu carácter híbrido e volátil. No fundo, esta é a visão dos defensores do ELF (*inglês como lingua franca*) e dos defensores do conceito de *World Englishes*. Na literatura pós-colonialista americana encontram-se vários exemplos de apropriação e tropicalização da língua inglesa num discurso de ruptura e continuidade, marcado pela tensão entre duas línguas e duas culturas (Carvalho, 2011).

Ao contexto histórico, David Crystal acrescenta ainda a fundação cultural da língua inglesa (desenvolvimentos políticos e acesso ao conhecimento) e aquilo a que chama o seu legado cultural: relações internacionais, meios de comunicação social (imprensa, publicidade, radiodifusão e televisão, cinema, música popular), viagens internacionais, segurança internacional, educação, comunicações. Num tom irónico, Crystal conclui que o inglês «*has repeatedly found itself in the right place at the right time*» (Crystal, 2003a: 77-78).

2.1.4 O inglês como lingua franca no domínio científico

Rainer Hamel (2007) traça uma breve panorâmica da evolução das línguas utilizadas na comunicação científica no Ocidente, desde o sumério, passando pelo grego, pelo árabe e pelo latim. A utilização de uma *lingua franca* para a comunicação científica no mundo antigo era reflexo, por um lado, do desenvolvimento das civilizações e, por outro, das deslocações em termos de relações de poder. No século XV, porém, outras línguas entraram no campo científico na Europa, começando as ciências a ser produzidas e difundidas em francês, inglês, alemão, italiano e russo. No

²² Kachru, Kachru e Nelson (2006) dedicam todo um volume à análise dos *World Englishes*, descrevendo o contexto histórico da expansão do inglês através de quatro diásporas: 1. País de Gales, Irlanda e Escócia; 2. América do Norte, Austrália e Nova Zelândia; 3. Ásia, América do Sul, África do Sul, África Oriental e Ocidental e Caraíbas; e 4. Globalização.

início do século XX, eram utilizadas três línguas para a difusão científica, diferenciadas segundo as áreas do saber: o alemão era utilizado sobretudo na medicina, na biologia e na química, enquanto o francês dominava os estudos em direito e ciências políticas e o inglês os trabalhos nas áreas da economia política e da geologia. No decurso do século XX, a posição central e relativamente equilibrada das três línguas dominantes foi alterada devido à conjugação de factores socioeconómicos e políticos a que temos vindo a aludir e que culminou com a ascensão dos EUA como força política dominante à escala mundial: *«by the end of the 20th century, English had become the dominant language in selected international journals with 75 per cent or higher of publications»* (Hamel, 2007: 60).

Durand (2006) considera que a ingerência do inglês na comunicação científica internacional se deve a uma atitude passiva pouco consentânea com o papel inquisitivo dos investigadores científicos:

[i]f the scientific world in non-English-speaking countries has so easily accepted English for scientific communication — to the point where it widely overflows into purely national contexts — this is because it has been highly sensitive to propaganda and because the supposedly scientific minds have been shown to be very easily manipulated. This manipulation of perceptions has been done on a large scale and it is effective because it is based on an ignorance of facts which would otherwise inhibit its working (Durand, 2006: 44).

A utilização generalizada do inglês na comunidade científica obriga os investigadores — sob o jugo da máxima *«publish or perish»* — a mostrarem os resultados da sua pesquisa não só aos seus pares nacionais, mas também a nível internacional. Os periódicos de referência mundial são dominados pela língua inglesa, e o acesso à publicação depende, frequentemente, da qualidade da prosa. Robert Phillipson vai mais longe e afirma: *«[g]ate-keeping in scholarly journals tends to be firmly in the hands of native speakers of English, and affects content as well as form»* (Phillipson, 2008c: 16). Esta situação leva os autores que não dominam o inglês a recorrer ao trabalho de um tradutor, que tem de actuar como mediador cultural e que, para além de ter de produzir um texto que se coadune com as expectativas dos

leitores a que se destina, também tem de respeitar a intenção original do autor (Bennett, 2013).

Mesmo no seio da própria comunidade científica, é comum a ideia de que «*[a]ny scientist must therefore master English — at least to some extent — to obtain international recognition and to access relevant publications*» (Meneghini & Packer, 2007: 112). Os autores, num relatório publicado pela European Molecular Biology Organization, questionam se existe ciência para lá do inglês e advertem para o risco da perda de conhecimento importante se os resultados da investigação não forem publicados em inglês e, por conseguinte, se não ficarem disponíveis para a comunidade científica internacional. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Avishag Gordon (2012) analisa a produção de artigos científicos em hebraico e conclui que a investigação produzida noutras línguas que não o inglês é relegada para a periferia da exposição científica internacional. Os artigos que não foram escritos em inglês, se não forem traduzidos, são pouco (ou nada) citados, o que acarreta consequências indesejáveis: (i) desconhecimento da investigação conduzida noutros países; (ii) duplicação da investigação já existente; e (iii) lacunas no conhecimento científico. Trabalhando em estudos de tradução, Anthony Pym considera, muito simplesmente, que «*[i]f you want to do science, you learn English, just as all scholars once had to learn Latin. This is not necessarily a bad thing*» (Pym, 2006: 749).

No entanto, e apesar da forma alegremente optimista como Anthony Pym e outros autores encaram a hegemonia do inglês, a noção de que o inglês se impôs na comunidade científica de forma indelével e imutável é demasiado restritiva, na medida em que perpetua o ciclo de imposição da língua, descartando a forte presença de pelo menos duas outras forças no campo científico: a francofonia e o mundo luso-hispânico (Hamel, 2007). Segundo o autor, o francês continua a ter uma forte presença na área das ciências sociais e humanas não só ao nível da publicação de artigos científicos, mas também de livros da especialidade. A presença da América do Sul e da Espanha — e consequentemente das línguas espanhola e portuguesa — nas ciências sociais e humanas é também forte.

Charles Durand (2006) também se opõe à noção de que a adopção do inglês será resultado de uma tendência natural, determinada pela acção de uma «mão invisível» à semelhança da proposta por Adam Smith, que supostamente sincroniza os mercados com as necessidades individuais. Para o autor, a disseminação do inglês na comunidade científica resultou de uma hábil gestão das percepções que conseguiu distorcer a forma como os investigadores (e as populações em geral) encaram a sua comunidade e interagem com ela. Insurgindo-se contra aqueles que dizem que o inglês se adapta melhor às comunicações científicas porque é a única língua que detém o vocabulário adequado para designar os conceitos científicos modernos e os mais recentes desenvolvimentos tecnológicos, o autor cita inúmeros exemplos de grandes descobertas feitas por investigadores não anglófonos e publicadas em línguas que não o inglês.

Apesar da vantagem prática da aprendizagem de uma única língua estrangeira por oposição a várias, os investigadores têm mais a perder do que a ganhar com a hegemonia do inglês em todos os domínios científicos. Além disso, as próprias comunidades científicas nacionais ficam prejudicadas na medida em que a ausência do estabelecimento de terminologia na sua língua impede a disseminação do conhecimento científico nessa língua e, conseqüentemente, implica a falta de acesso da sociedade em geral ao conhecimento.

A utilização generalizada do inglês coloca os falantes anglófonos nativos numa clara posição de vantagem em termos da comunicação científica²³, não só porque não precisam de aprender outras línguas para se exprimir — porque conseguem atingir os seus objectivos utilizando simplesmente a sua língua materna — mas também porque poupam significativamente em termos de investimento de capital, tempo e esforço

²³ A vantagem dos falantes anglófonos monolíngues, porém, resume-se à comunicação dos resultados da sua investigação em *fora* internacionais, já que, em virtude do seu monolinguismo (por vezes, obstinado), perdem o acesso a toda a investigação que é produzida não só em línguas de circulação reduzida, mas nas várias línguas que mantêm um estatuto elevado nas áreas científicas, como as já mencionadas francês, espanhol, alemão e português (apenas para mencionarmos o mundo ocidental).

por não carecerem dessa aprendizagem (Grin, 2004)²⁴, perpetuando assim uma «*asymmetric power relation between the Anglophone native speakers and their non native counterparts in international communication*» (Hamel, 2007: 66).

Embora a posição de Hamel seja demasiado fatalista e dificilmente se possa afirmar que «*[t]he present pre-eminence of English language use in scientific publications [...] may eliminate the status of any other language as international language of science*»²⁵ (Hamel, 2007: 66), a verdade é que é necessária uma posição mais activa por parte dos investigadores não-anglófonos na disseminação da ciência nas suas próprias línguas. O próprio autor, um pouco mais à frente admite:

[i]f in the soon future a monopolar power relation that existed since the end of the Cold War will give way to a multipolar world, which revitalises the role of Europe and includes the BRIC states as emerging superpowers, there is no reason to take the survival of English as the only world language for granted, even if it is increasingly taking on the status of world lingua franca [...] (Hamel, 2007: 69).

A emergência do Brasil, da Rússia, da Índia e da China como potências mundiais — aos quais se juntou em 2010 a África do Sul, formando-se os BRICS — veio deslocar novamente as relações de poder estabelecidas. Rainer Hamel conclui, aliás, que

[t]hose who reject other languages and attempt to formalise a language policy that institutionalises English as the only international language of science already may be outdated, caught in a phase of globalisation and an ideal of monolingual communication that is coming to an end (Hamel, 2007: 69).

²⁴ Grin (2004) calcula que, para alcançar um patamar de igualdade com um falante anglófono nativo em termos de compreensão, tomada de palavra num debate público, nas negociações e nos conflitos, um falante não nativo precisaria de um investimento na ordem das 12.000 horas de aprendizagem e prática, o que, a quatro horas por semana, 40 semanas por ano, levaria 75 anos. Perante a inviabilidade de tal investimento, os falantes não nativos que se vêm obrigados a utilizar o inglês sentem-se, por vezes, expostos ao ridículo.

²⁵ Veja-se, por exemplo, a forma como o latim deu o lugar à utilização de outras línguas vernáculas nos vários domínios do saber. Mesmo que a hegemonia do inglês tenha, de facto, «*severely reduced multilingualism in the field*» (Hamel, 2007: 66), o próprio autor refere que actualmente outras línguas estão a começar a ser mais visíveis nos domínios científicos, como é o caso concreto do espanhol (e até do português).

É preciso, portanto, encontrar um modelo de publicação científica que, por um lado, dê aos investigadores a exposição internacional de que necessitam para a progressão na carreira e para o financiamento dos seus projectos, mas, por outro, garanta a produção de conhecimento científico na sua língua materna e a ligação aos falantes da sua própria língua. Esse modelo poderá passar, por exemplo, pela publicação dos artigos na língua materna do investigador e numa língua com projecção internacional. Rogerio Meneghini e Abel Packer sugerem que «*many journals would benefit if articles from non-Englishspeaking authors were published in their original language and in English*» (Meneghini & Packer, 2007: 115). No entanto, para nós, não é nítido que a língua de comunicação internacional em ciências tenha necessariamente de ser o inglês, podendo o modelo passar pela inclusão de várias línguas com esse estatuto. Por exemplo, o alemão e o francês, tradicionalmente associados à publicação científica, o chinês e o espanhol, que actualmente estão a atrair mais falantes, ou mesmo outras línguas de projecção regional. Hamel (2006) defende um modelo plurilingue para todos os campos científicos, de modo a manter a diversidade no desenvolvimento do conhecimento científico, que seria viável para cada uma das línguas supercentrais (na acepção de Abram de Swaan).

2.1.5 A terceira via: um modelo de articulação do inglês língua franca com a manutenção da diversidade linguística

Juliane House considera que o ELF não constitui uma ameaça para o multilinguismo, baseando-se na distinção entre «línguas de comunicação» e «línguas de identificação». Pertencendo o inglês à primeira categoria, cabe à língua materna (ou outra escolhida pelo falante) o papel de identificação cultural. A autora defende que «*ELF can be regarded as a language for communication, that is, a useful instrument for making oneself understood in international encounters. It is instrumental in enabling communication with others who do not speak one's own L1*» (House, 2003: 559). Uma vez que o ELF não é uma língua nacional, não pode ser conotada com uma cultura em particular e não serve como marcador de identidade. Os falantes de ELF estão interessados em comunicar e não em tornar-se semelhantes

aos falantes nativos de ELF, já que não se pode dizer que exista um grupo claramente definido de falantes de ELF.

O ELF não tem de implicar qualquer marginalização das línguas nacionais ou locais, sejam elas minoritárias ou não, já que tem uma utilização completamente diferente: «*[i]f one makes the distinction between languages for communication, such as English today, and languages for identification — mother tongues, regional, local, intimate varieties of language — ELF need not be a threat*» (*ibidem*: 562). A autora propõe, então uma «terceira via» para encarar a disseminação do inglês, uma abordagem que não implique lutar contra o inglês como imperialismo linguístico, nem aceitar a sua expansão sem a questionar: «*[a]ccepting hybridity and using English creatively for one's own communicative purposes seems to be one such 'third way'*» (*ibidem*: 574).

A proposta de Juliane House parece ser uma solução moldada para agradar a Gregos e a Troianos: ao desprover o inglês de toda a carga cultural que lhe está associada (nomeadamente a associação à hegemonia norte-americana), a autora confere-lhe apenas o estatuto de ferramenta de comunicação, uma língua que não é pertença de ninguém, com características próprias e fortemente modeláveis segundo a situação comunicacional, que passará a fazer parte do repertório pessoal dos cidadãos do mundo. David Graddol, aliás, é claro ao afirmar «*as English becomes more generally available, little or no competitive advantage is gained by adopting it. Rather, it has become a new baseline: without English you are not even in the race*» (Graddol, 2006: 122). Também Grin (2001), na sequência de um estudo realizado com dados relativos à Suíça, conclui que o valor do inglês tenderá a diminuir com o tempo, devido ao aumento do número de falantes e, consequentemente, ao aumento da oferta de profissionais fluentes em inglês. Estabelecendo uma analogia com as competências de literacia básica (leitura e escrita), François Grin prevê que o domínio do inglês será considerado também uma competência básica e, por conseguinte, será o domínio de outras línguas que constituirá uma mais-valia para os trabalhadores.

Assumindo, assim, o ELF como uma variante do inglês que não se pretende colada à norma — seja essa norma inglesa, americana ou outra — retira-se o peso dos

falantes não-nativos, que frequentemente se sentem inferiorizados por não atingirem os padrões dessa norma, ao mesmo tempo que se priva também ao inglês a função de instrumento neo-colonizador, crucial para o imperialismo linguístico na acepção de Robert Phillipson.

Esta posição, porém, suscita algumas questões: a primeira, desde logo, é a da viabilidade de isolar a língua da cultura a ela associada. Além disso, relegar as outras línguas para as esferas pessoais pode acarrear o perigo de os falantes deixarem gradualmente de as usar. Martin Kayman questiona a ideia de que o inglês, agora já não pertença dos ingleses (na verdade, dos anglófonos nativos em geral), esteja desprovido de qualquer carga cultural e possa ser usado como um instrumento de comunicação culturalmente neutro: «*[n]ow, English constituted as a lingua franca may well be a language released from its nationalist and imperialist cultural heritage —but does this mean that it is a language released from culture as such?*» (Kayman, 2004: 10). Para o autor, não basta desligar o inglês do seu passado colonial imperialista e dizer que, actualmente, é um instrumento de comunicação que pertence a todos os falantes e não apenas aos falantes nativos: «*the fact that it has been disembedded from national cultures can never mean that it floats culture-free*» (ibidem: 17). Para Suresh Canagarajah, porém, tal dissociação é possível:

LFE belongs to a virtual speech community. The speakers of LFE are not located in one geographical boundary. They inhabit and practice other languages and cultures in their own immediate localities. Despite this linguistic-cultural heterogeneity and spatial disconnect, they recognize LFE as a shared resource. They activate a mutually recognized set of attitudes, forms, and conventions that ensure successful communication in LFE when they find themselves interacting with each other (Canagarajah, 2007:925).

Martin Kayman contesta afirmações facilitistas como a de Suresh Canagarajah e salienta o perigo de se pretender isolar o ELF da cultura que lhe está subjacente:

[t]he fact that the culture in question is not necessarily national does not mean that, in any particular place and time, a particular language is culturally neutral. The point may be simple, but it is often elided; and this elision

constitutes a politics of English as a global language which precisely conceals the cultural work which that model of language is in fact performing (Kayman, 2004: 17).

O campo de estudos do ELF tem vindo a desenvolver estudos com base em *corpora* de textos produzidos por falantes não nativos, com vista a descrever aquilo que certos investigadores consideram uma nova variedade de inglês (cf. Seidlhofer, 2004; Jenkins, 2009). A admissão de uma variedade de inglês denominada ELF pode *«contribute to reducing (or hopefully, eliminating) linguistic arrogance and chauvinism on the part of native speakers, particularly monolingual ones»* (Schmitz, 2012: 280).

Um pouco por todo o mundo, enquanto se assiste à disseminação sem precedentes do inglês como língua de comunicação internacional — impulsionada, como vimos, pela globalização, nomeadamente, do comércio, da indústria, do mercado de trabalho, da actividade financeira e da comunicação — assiste-se ao mesmo tempo a um esforço espantoso de preservação e desenvolvimento da diversificação linguística — encorajada pela regionalização económica (Aronin & Singleton, 2008). Nas subsecções que se seguem, analisaremos primeiro a política linguística da Europa e, subsequentemente, o papel da globalização na disseminação do multilinguismo.

2.2 A diversidade linguística na Europa

A sociedade europeia como um todo tem na sua essência um pendor multilingue e multicultural. Atentos à diversidade cultural e linguística existente no espaço europeu, tanto a UE como o Conselho da Europa protegem e fomentam as identidades nacionais das várias nações europeias. O Conselho da Europa defende a promoção das competências plurilingues e pluriculturais, ao nível do indivíduo, definidas como *«the ability to use languages for the purposes of communication and to take part in intercultural interaction, where a person, viewed as a social agent has proficiency, of varying degrees, in several languages and experience of several cultures»* (Conselho da Europa, 2001: 168). Na terminologia empregue pela UE, os

conceitos de multilinguismo e multiculturalismo aplicam-se tanto à capacidade pessoal de utilizar várias línguas — aquilo que o Conselho da Europa define como plurilinguismo e pluriculturalismo, respectivamente — como a «*the co-existence of different language communities in one geographical area*» (Comissão das Comunidades Europeias, 2005: 3). Optámos por manter neste trabalho a distinção oferecida pela existência dos quatro termos, reservando plurilinguismo/pluriculturalismo para o nível das competências dos indivíduos e multilinguismo/multiculturalismo para a diversidade linguística e cultural existente no mesmo espaço geográfico.

A UE tem uma situação invulgar no que concerne à política linguística, uma vez que as línguas oficiais dos estados-membros vão sendo incorporadas à medida das novas entradas. Em 2001, às portas de um novo alargamento que já então se previa — e que foi o maior até à data, com a entrada de dez novos estados-membros — van Els vaticinava o abandono do princípio de igualdade entre as línguas que confere às línguas oficiais dos estados-membros²⁶ o estatuto de língua oficial da UE e a substituição da multitude de línguas, considerando que o aumento das então 11 línguas oficiais iria dificultar ainda mais o trabalho nas instituições europeias (van Els, 2001). No entanto, tal não se veio a verificar e, actualmente, são reconhecidas 24 línguas oficiais na União Europeia, apesar de existirem mais de 60 línguas regionais e minoritárias, que são faladas por cerca de 40 milhões de pessoas (Comissão Europeia, 2012a). A estas há ainda que acrescentar mais de 175 línguas não autóctones faladas pelas várias comunidades de imigrantes (Comissão Europeia, 2013).

Existe um empenho por parte das instituições europeias em promover políticas que assegurem a diversidade linguística e a aprendizagem de pelo menos duas línguas a par da língua materna por três motivos essenciais: (i) na sua essência, a UE é uma comunidade multilingue e multicultural, pelo que o domínio de mais de uma língua é fundamental para uma convivência harmoniosa entre indivíduos e nações,

²⁶ Neste número não se contam as línguas oficiais com estatuto regional, ou seja, as línguas que, num estado-membro, têm o estatuto de língua oficial apenas numa determinada região do país — por exemplo, o catalão, o basco e o galego em Espanha, que são, a par do espanhol (castelhano), línguas oficiais respectivamente na Catalunha, no País Basco e na Galiza (além de noutras regiões).

promovendo uma sociedade inclusiva, pautada pelo diálogo intercultural; (ii) devido à crescente mobilidade de pessoas e bens, cada vez mais as empresas têm de se adaptar à possibilidade de funcionarem em mais do que um país europeu, logo necessitam de indivíduos que facilmente consigam comunicar noutras línguas para além da sua própria língua materna; e (iii) o mercado das línguas é um sector económico em franco desenvolvimento, para o qual é necessária a formação de pessoal qualificado, começando pelo conhecimento de várias línguas. O chamado modelo «1+>2», que implica a aprendizagem de pelo menos duas línguas para além da língua materna foi acordado na Cimeira de Barcelona em Março de 2002, com o objectivo de promover a diversidade linguística e assim fomentar a identidade cultural e a integração social.

A Comissão Europeia defende que o dever de informar os cidadãos, sobretudo no que concerne à legislação relativa aos seus direitos e deveres, e comunicar com os cidadãos europeus em todas as línguas oficiais dos estados-membros é um factor fundamental para defender a legitimidade, a transparência, a responsabilização e a eficiência das instituições da UE (Comissão Europeia, 2013).

2.2.1 O multilinguismo nos estados-membros da UE28

Desde 2001, a Comissão Europeia tem vindo a solicitar estudos sobre os europeus e as suas línguas. Dispomos, portanto, actualmente de dados relativos a três inquéritos de grande escala conduzidos em todos os estados-membros efectivos à data da realização dos estudos, que nos permitem aferir as competências linguísticas dos cidadãos europeus e observar a sua evolução (Comissão Europeia, 2012a; Comissão Europeia, 2006; INRA, 2001).

Segundo o estudo Eurobarómetro mais recente (Comissão Europeia, 2012a), 54% dos cidadãos da UE falam pelo menos uma língua para além da sua língua materna, 25% falam pelo menos duas línguas e apenas 10% falam pelo menos três línguas²⁷. No entanto, o número de cidadãos que admite falar apenas a sua própria

²⁷ Comparando estes números com os de 2006, nota-se um ligeiro decréscimo de 2 p.p., 3 p.p. e 1 p.p., respectivamente (cf. Comissão Europeia, 2006).

língua materna é bastante elevado (46%, +2% do que em 2006)²⁸ para uma comunidade que se assume multilíngue.

Seguindo a distribuição demográfica, as línguas oficiais da UE mais faladas como línguas maternas são o alemão (16%), o italiano e o inglês (13%), o francês (12%) e o espanhol e o polaco (8%), sendo que a língua materna da maioria dos cidadãos europeus corresponde à língua oficial do país em que residem (Comissão Europeia, 2012a).

A Tabela 2.3 apresenta as línguas oficiais dos 28 estados-membros da UE, bem como as línguas regionais (com estatuto oficial) e outras línguas minoritárias com expressão no estado-membro. No contexto da UE, a noção de «língua minoritária» aplica-se a três realidades distintas:

- i) línguas com um número menor de falantes e que podem ter o estatuto de língua oficial numa determinada região (como é o caso do catalão, falado em Espanha, onde tem o estatuto de língua regional oficial, e em França, onde não tem qualquer estatuto especial);
- ii) línguas oficiais de um estado-membro que são usadas por uma minoria de cidadãos de outro estado-membro (por exemplo, o húngaro falado na Áustria);
- iii) línguas que não se identificam com um território específico, mas sim com uma comunidade (como é o caso do români, associado à comunidade cigana).

A estas três categorias, junta-se uma quarta, a das línguas não autóctones da UE e que podem, inclusive, ser línguas oficiais de países que não pertencem à UE, como é o caso do bengali e do urdu falados pelas comunidades emigrantes do subcontinente indiano no Reino Unido (Comissão Europeia, 2008).

A Tabela 2.3 apresenta as línguas oficiais da UE por estado-membro, bem como outras línguas com expressão nesse estado que se enquadram numa das quatro categorias acima descritas. Apesar da existência de uma *Carta Europeia das Línguas*

²⁸ Este número mostra que o inglês está muito longe de poder ser considerado uma competência básica de todos os cidadãos como vaticinava Graddol (2006).

Regionais ou Minoritárias (Conselho da Europa, 1992), a informação acerca das línguas minoritárias faladas na Europa está muito dispersa. Na coluna das línguas oficiais da UE considerámos apenas as mencionadas no sítio *Web* www.europa.eu nas páginas de caracterização dos estados-membros, pelo que ficaram de fora, por exemplo, o luxemburguês e o turco, línguas oficiais, respectivamente, do Luxemburgo e do Chipre, mas não da UE.

	Data de adesão	Estado-membro	Línguas oficiais da UE	Outras línguas
1	1957	Alemanha	alemão	frísio setentrional, sorábio
2	1957	Bélgica	neerlandês, francês alemão	
3	1957	França	francês	basco, bretão, catalão, còrsico, alemão, occitano
4	1957	Itália	italiano	albanês, friulano, alemão, ladino, esloveno
5	1957	Luxemburgo	francês, alemão	luxemburguês
6	1957	Países Baixos	neerlandês	frísio
7	1973	Dinamarca	dinamarquês	alemão, faroense, gronelandês
8	1973	Irlanda	Inglês, gaélico (oficial desde 2007)	
9	1973	Reino Unido	inglês	galês, còrnico
10	1981	Grécia	grego	turco
11	1986	Espanha	espanhol	basco, galego catalão, valenciano, balear, asturiano
12	1986	Portugal	português	mirandês
13	1995	Áustria	alemão	croata, esloveno, húngaro
14	1995	Finlândia	finlandês, sueco	
15	1995	Suécia	sueco	finlandês, lapão
16	2004	Chipre	grego	turco
17	2004	Eslováquia	eslovaco	húngaro
18	2004	Eslovénia	esloveno	húngaro, italiano
19	2004	Estónia	estónio	võro
20	2004	Hungria	húngaro	eslovaco, sérvio, români
21	2004	Letónia	letão	latgálio, russo
22	2004	Lituânia	lituano	polaco, russo
23	2004	Malta	maltês, inglês	
24	2004	Polónia	polaco	casúbio, lituano, ruteno, ucraniano
25	2004	República Checa	checo	
26	2007	Bulgária	búlgaro	turco
27	2007	Roménia	romeno	húngaro, români
28	2013	Croácia	croata	

Tabela 2.3 As principais línguas faladas nos estados-membros da União Europeia.

Fonte: Adaptado de União Europeia²⁹, *Mercator Research Centre on Multilingualism and Language Learning*³⁰, projecto MOST da UNESCO³¹ e *CIA World Factbook*³².

²⁹ http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/index_pt.htm [07/02/2015].

³⁰ <http://www.mercator-research.eu/research-projects/regional-dossiers/> [07/02/2015].

Olhando para a Tabela 2.3, podemos ver que quase todos os actuais estados-membros da UE são multilingues em maior ou menor grau. Há, no entanto, quem afirme exactamente o contrário: «*[w]ithin the individual nation states themselves, though, there is only very limited linguistic heterogeneity, since most of the member states recognise only one language*» (Gerhards, 2012: 54-55). Pretendendo provar que a Europa beneficiaria da promoção política do inglês como *lingua franca* «*even at the cost of other languages and of the minority languages spoken in Europe*» (*ibidem*: 184), o autor divide os então 27 países da UE em três grupos: (i) 18 países que só admitem uma língua oficial; (ii) 6 países que admitem línguas oficiais regionais para além da língua oficial (Áustria, Espanha, Itália, Finlândia, Eslováquia e Países Baixos); e (iii) 3 países com duas ou mais línguas oficiais: Bélgica, Luxemburgo e Malta.

Num confronto com a Tabela 2.3, verifica-se que a análise de Jürgen Gerhards não tem em conta, por exemplo, a Alemanha, a Eslovénia e o Reino Unido no grupo (ii), nem a Irlanda e o Chipre no grupo (iii). Gerhards afirma ainda que «*the inter-state heterogeneity [in the EU] is virtually at a maximum*» (Gerhards, 2012: 77), esquecendo que, tendo em conta apenas as línguas oficiais ao nível de todo o território, 13 estados-membros partilham línguas entre si e que, se tivermos em conta também as outras línguas com expressão nos estados-membros, esse número sobe para 24, ou seja, 85,7% dos estados-membros da UE partilham uma ou mais línguas (uma vez que a Tabela 2.3 não é exaustiva, é possível que esse número seja ainda mais elevado). Gerhards, porém, não está sozinho, também Aurélien Portuese afirma «*[l]inguistic markets in the EU are mostly defined by national borders due to the presence of virtually monolingual States in the EU[...]*» (Portuese, 2012: 287).

Apesar de 22 estados-membros reconhecerem apenas uma língua oficial nacional, a realidade dos países reflecte o seu multilinguismo. O aparente monolinguismo de alguns estados — exactamente aqueles que reconhecem apenas uma língua oficial — prende-se com a emergência dos estados-nação e com a consequente defesa de uma única língua como marca de identidade nacional sobretudo a partir dos movimentos nacionalistas do século XIX.

³¹ <http://www.unesco.org/shs/most> [07/02/2015].

³² <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/> [07/02/2015].

No entanto, nem todas as línguas regionais têm o mesmo estatuto dentro da UE, dependendo a sua projecção da defesa dos seus interesses feita pelos estados-membros onde são utilizadas. Um reduzido número de línguas regionais — sem carácter de língua oficial de um estado-membro — pode ser utilizado tanto na produção de documentação, como em reuniões formais, na sequência de pedidos expressos feitos pelos estados-membros onde são faladas e às expensas desses respectivos estados-membros (Comissão Europeia, 2013). Neste número incluem-se o basco, o catalão, o valenciano, o balear e o galego, patrocinados pelo estado espanhol, bem como o galês e o gaélico escocês, patrocinados pelo Reino Unido.

2.2.2 A língua nas instituições europeias

Desde a sua fundação, a UE assumiu-se formal e oficialmente como uma instituição multilingue, colocando ao mesmo nível as quatro línguas oficiais dos países fundadores da então Comunidade Económica Europeia: alemão, francês, italiano e neerlandês. O Tratado de Roma (1957) estabelece, no Artigo 248º, esse mesmo princípio de igual validade para cada uma das línguas utilizadas na sua redacção: *«[I]l y a présent traité, rédigé en un exemplaire unique, en langue allemande, en langue française, en langue italienne et en langue néerlandaise, les quatre textes faisant également foi [...]»* (Traité, 1967). O mesmo Tratado estabelece, no Artigo 217º, que a decisão relativa ao regime linguístico das instituições da Comunidade é tomada pelo Conselho, por unanimidade.

Em 1958, o primeiro regulamento comunitário a ser emitido (Regulation 1/58) determina as línguas a serem usadas pela Comunidade Económica Europeia e estabelece o princípio de igualdade de tratamento de todas as línguas oficiais dos estados-membros. O Tratado de Maastricht (Tratado da União Europeia, 1992) deixa claro o empenho da Comunidade na manutenção da diversidade cultural e linguística dos estados-membros (Artigo 126º, § 1). Nas alterações impostas pelo Tratado de Amesterdão (1997) ao Tratado de Maastricht, inclui-se uma provisão prevista já no Artigo 2º do Regulamento 1/58, que confere aos cidadãos dos estados-membros o

direito de se dirigirem por escrito a qualquer das instituições ou órgãos que compõem a UE numa das línguas previstas no Artigo 248º, tendo o direito de obter uma resposta na mesma língua. O Artigo 248º é também aditado pelo Tratado de Amesterdão de modo a incluir como línguas oficiais da UE o dinamarquês, o espanhol, o finlandês, o grego, o inglês, o irlandês, o português e o sueco. Os artigos 20º e 24º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (2008) vêm ratificar o que já estava previsto nos tratados anteriores, concretamente «[o] direito de dirigir petições ao Parlamento Europeu, o direito de recorrer ao Provedor de Justiça Europeu e o direito de se dirigir às instituições e aos órgãos consultivos da União numa das línguas dos Tratados e de obter uma resposta na mesma língua» (artigo 20º, § 2d) e ainda «dirigir-se por escrito a qualquer das instituições, órgãos ou organismos a que se refere o presente artigo ou o artigo 13º do Tratado da União Europeia numa das línguas previstas no nº 1 do artigo 55º do referido Tratado e obter uma resposta redigida na mesma língua» (artigo 24º).

Na sequência da declaração do ministro francês para os Assuntos Europeus de então com a intenção de reduzir as línguas de trabalho para cinco, em vez das 11 oficiais na altura, o Parlamento Europeu emitiu a Resolução 113/95 sobre a utilização das línguas oficiais nas instituições da UE, na qual reitera o empenho na promoção da igualdade de tratamento entre todas as línguas oficiais da UE, rejeitando a distinção entre línguas oficiais e línguas de trabalho e confirmando que o multilinguismo constitui um dos pilares da construção europeia.

No espírito do lema da UE, «unidade na diversidade», a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2000) proíbe a discriminação dos cidadãos dos estados-membros com base numa série de factores, entre eles a língua (Artigo 21º), assumindo a diversidade cultural, religiosa e linguística dos cidadãos (Artigo 22º). No preâmbulo, o documento enuncia que a União Europeia fomenta a preservação e o desenvolvimento dos valores universais da dignidade, da liberdade, da igualdade e da solidariedade, respeitando a «diversidade das culturas e das tradições dos povos da Europa, bem como da identidade nacional dos Estados-Membros [...]».

Em termos de política linguística, desde 2007 (altura em que o número de línguas oficiais da UE ascendeu a 23 com a adição de novos Estados-membros), a UE tem por objectivos: «promover a aprendizagem de línguas na UE, assegurar que os cidadãos têm acesso à UE na sua própria língua e aproveitar plenamente o contributo do multilinguismo para o desenvolvimento económico, social, cultural e político da União Europeia» (Comissão Europeia, 2008: 4).

No seu conjunto, os programas europeus destinados a incentivar a mobilidade de estudantes, a aprendizagem de línguas estrangeiras e a aprendizagem ao longo da vida (Comenius, Erasmus, Leonardo da Vinci e Grundtvig) têm por objectivos (Comissão Europeia, 2008: 10):

- incentivar a aprendizagem de línguas em todos os níveis de ensino e em todas as idades ao longo da vida activa;
- melhorar o acesso a recursos de aprendizagem de línguas na Europa;
- desenvolver e divulgar técnicas inovadoras de ensino e melhores práticas;
- assegurar um leque suficientemente amplo de instrumentos de aprendizagem àqueles que aprendem línguas;
- sensibilizar para a importância do multilinguismo como trunfo económico e social fundamental da UE.

Com a assinatura da Declaração de Bolonha em 1999 pelos Ministros da Educação de 29 países europeus, estava dado o primeiro passo para a constituição do Espaço Europeu de Ensino Superior, formalmente lançado em 2010 na Conferência Ministerial Budapeste-Viena, com os objectivos fundamentais da promoção da empregabilidade dos cidadãos europeus e da competitividade internacional do sistema de ensino superior europeu. A Declaração de Bolonha veio dar forma concreta à necessidade crescente de «*establish a more complete and far-reaching Europe, in particular building upon and strengthening its intellectual, cultural, social and scientific and technological dimensions*» (Bologna Declaration, 1999). O texto da Declaração de Bolonha deixa claro que a concretização dos objectivos nela traçados — (i) a adopção de um sistema de graus comparáveis no ensino superior através da implementação do Suplemento ao Diploma, (ii) a adopção de um sistema baseado em dois ciclos no

ensino superior, (iii) o estabelecimento de um sistema de créditos, (iii) a promoção da mobilidade, (iv) a promoção da cooperação europeia em termos de garantia de qualidade e (v) a promoção das dimensões europeias necessárias no ensino superior, concretamente ao nível do desenvolvimento curricular, da cooperação interinstitucional, dos programas de mobilidade e dos programas integrados de estudo, formação e investigação — será feita «*within the framework of our institutional competences and taking full respect of the diversity of cultures, languages, national education systems and of University autonomy*» (Declaração de Bolonha, 1999).

Embora o respeito e a promoção pela diversidade linguística da Europa e pela aprendizagem das línguas europeias sejam características constitutivas do Processo de Bolonha, actualmente a insuficiência de competências linguísticas numa ou mais línguas estrangeiras continua a ser um dos maiores obstáculos tanto ao nível do reconhecimento institucional dos graus, como da mobilidade dos estudantes — na medida em que as competências linguísticas são um dos requisitos para estudar no estrangeiro — e até dos próprios docentes, sendo os conhecimentos linguísticos insuficientes o principal obstáculo apontado à participação de docentes em programas de intercâmbio (Comissão Europeia, 2012b).

Na sequência dos sete alargamentos que ocorreram desde a fundação da UE, o número de línguas oficiais da UE passou de quatro, para seis, para sete, para nove, para onze, para vinte, para 23 e, actualmente, a UE, com 28 estados-membros, tem 24 línguas oficiais, sendo que todas as versões linguísticas de qualquer legislação publicada pela UE têm o mesmo valor jurídico.

O incremento astronómico do número de línguas oficiais da UE tem levado à discussão em vários quadrantes sobre a melhor forma de gerir a tradução de toda a documentação relevante e a interpretação nos debates nas instituições, havendo quem coloque a possibilidade de reduzir o número de línguas oficiais da UE ou até mesmo de eleger uma única como *lingua franca* com estatuto oficial. Essas propostas, porém, contradizem um dos pilares fundamentais da UE, que é a manutenção da diversidade cultural e linguística dos estados-membros, numa clara negação da

imagem de um «*melting pot*» — utilizada, por exemplo, para retratar a sociedade norte-americana — já que, na verdade, a imagem da UE é a de uma casa comum onde a diversidade é apoiada e onde as línguas constituem uma fonte de riqueza e permitem estabelecer pontes para promover a solidariedade e a compreensão mútua (Comissão das Comunidades Europeias, 2005). A própria Comissão Europeia é categórica ao afirmar: «[o] respeito pela diversidade linguística e cultural constitui uma imagem de marca da União Europeia» (Comissão Europeia, 2008: 7).

Porém, nem todas as instituições e nem todos os organismos da UE põem em prática um regime linguístico multilingue, sendo que muitos deles optam explicitamente por uma única língua³³, enquanto outros se intitulam multilingues, muito embora, na prática, não o sejam. Neste último grupo inclui-se, por exemplo, o Comité das Regiões, que, apesar de afirmar no sítio *Web* que a estrutura do sítio e a informação geral é publicada nas 24 línguas oficiais da UE, apresenta diversas páginas nas quais a informação só está disponível em inglês, incluindo a página sobre o seu próprio regime linguístico³⁴. Na Tabela 2.4 podemos ver um resumo dos regimes linguísticos utilizados, de facto, pelas instituições europeias fundamentais, com base na informação disponibilizada nos sítios *Web* dessas instituições.

Instituição	Política linguística
Conselho da União Europeia	Teoricamente, as 24 línguas oficiais, muito embora diversas páginas do sítio sejam disponibilizadas unicamente em inglês.
Comissão Europeia	Inglês, francês e alemão como línguas de trabalho.
Parlamento Europeu	Inglês, francês e alemão como línguas de trabalho, embora forneça traduções para várias línguas de acordo com as necessidades dos seus membros.
Tribunal de Justiça da União Europeia	Explicitamente as 24 línguas oficiais.
Tribunal de Contas Europeu	As 24 línguas oficiais.
Comité Económico e Social Europeu	Inglês e francês.
Comité das Regiões	Inglês implicitamente como língua de trabalho.
Banco Europeu de Investimento	Sítio em alemão, inglês e francês.

³³ No sítio *Web* do Banco Central Europeu (BCE), por exemplo, podemos ler que a língua de trabalho, desde a sua criação, é o inglês. Contudo, quando assumiu oficialmente a supervisão dos maiores bancos da zona euro em finais de 2014, o BCE viu-se obrigado a aceitar a decisão de cerca de um quarto dos bancos que vai supervisionar e que optaram por estabelecer a comunicação com o BCE na língua oficial do seu país, em vez de utilizarem o inglês.

³⁴ A página intitula-se «Política lingüística [sic]» e está disponível em <http://cor.europa.eu/pt/Pages/language-policy.aspx> [07/01/2015].

Banco Central Europeu	Explicitamente em inglês.
Provedor de Justiça Europeu	As 24 línguas oficiais.
Autoridade Europeia para a Protecção de Dados	Implicitamente inglês, francês e alemão.
Serviço das Publicações Oficiais	As 24 línguas oficiais.
Serviço Europeu de Selecção de Pessoal	Implicitamente inglês, francês e alemão.
Escola Europeia de Administração	Implicitamente inglês, francês e alemão
Serviço Europeu para a Acção Externa	Permitem as 24 línguas oficiais no contacto com a instituição, embora o próprio formulário só esteja disponível em inglês, francês e espanhol.

Tabela 2.4 Políticas linguísticas das principais instituições da UE.

Em algumas instituições, como no Parlamento Europeu, são utilizadas as chamadas «línguas pivô»: inglês, francês e alemão. Por uma questão de agilização dos trabalhos, um documento é geralmente traduzido primeiro nas três línguas pivô e depois, a partir dessas traduções, são elaboradas as traduções para as outras línguas consoante as necessidades de cada estado-membro. A Comissão Europeia considera que este tipo de procedimento é mais económico, mas enfatiza a necessidade de garantir elevados padrões de qualidade para evitar a propagação de erros que poderão surgir quando uma tradução não é feita a partir do texto original.

A utilização de «atalhos» linguísticos deste tipo é útil, tanto em termos práticos como económicos, desde que se mantenham os níveis de qualidade. O controlo da qualidade tanto a nível da interpretação como a nível da tradução escrita constitui, por conseguinte, um desafio fundamental (Comissão Europeia, 2008: 14).

As línguas oficiais da UE são utilizadas não só em todos os documentos legislativos, mas também na interacção dos próprios cidadãos com as instituições europeias. Apesar de, no portal EUROPA, serem apresentadas as «principais informações sobre políticas europeias», bem como todas as informações relativas a possibilidades de financiamento em todas as 24 línguas oficiais, é dito no próprio portal que «alguns conteúdos só são apresentados nas línguas da UE mais faladas» devido a constrangimentos relacionados com a tradução de toda a documentação e subsequente publicação na Internet.

Assim se conclui que as imposições do mercado têm mais poder do que os tratados e os decretos emanados do seio da UE para promover e proteger o

multilinguismo: «[t]here is formal equality between 23 official languages, but in the internal affairs of the EU institutions, French was earlier *primus inter pares* and English is the current *lingua cucula*» (Phillipson, 2008b: 259).

Apesar de o regime linguístico multilingue da UE não encontrar expressão em todas as suas instituições, o seu carácter único contrasta com o de diversas outras instituições internacionais ou regionais, que adoptam regimes linguísticos muito restritivos (ver Tabela 2.5).

Instituição	nº de membros	Línguas oficiais	Línguas de trabalho
Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)	28	Inglês e francês	O sítio <i>Web</i> está traduzido também em russo e ucraniano.
Organização das Nações Unidas (ONU)	193	Árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol	As mesmas.
Conselho da Europa	47	Inglês e francês.	Adicionalmente: alemão, italiano e russo.
Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)	10	Inglês	

Tabela 2.5 Regimes linguísticos de algumas organizações internacionais.

Baseando-se em exemplos como os das instituições referidas na Tabela 2.5, vários autores defendem uma alteração radical do regime linguístico da UE, que vai desde a adopção de um conjunto restrito de línguas (cf., por exemplo, Fidrmuc, Ginsburgh & Weber, 2006, 2009) até à imposição exclusiva do inglês (cf. Ammon, 2006; van Parijs, 2011).

2.2.3 O futuro do regime linguístico da UE

Se há autores que defendem o inglês como *lingua franca* da Europa (cf. notoriamente Abram de Swaan e Phillipe van Parijs, mas também Juliane House, Barbara Seidlhofer e Jennifer Jenkins, por exemplo), outros há que consideram que as verbas envolvidas na manutenção de um multilinguismo operante no seio das instituições europeias são pouco significativas no cômputo geral.

Segundo dados fornecidos por Gazzola e Grin (2013), as instituições europeias gastam actualmente, em média, 1,1 mil milhões de euros por ano em serviços linguísticos, concretamente tradução, interpretação e outros serviços associados. Este número representa menos de 1% do orçamento geral das instituições europeias e 0,0087% do PIB europeu em 2012. Tendo a União Europeia (até à entrada da Croácia em 2013) 503,7 milhões de habitantes, o custo associado à prestação de serviços linguísticos decorrentes do regime multilingue da UE ronda os 2,2€ por pessoa (1,7€ para tradução e 0,5€ para interpretação)³⁵. Feitas as contas, não faz sentido afirmar, como vários autores fazem, que, de um ponto de vista económico, a prestação de serviços linguísticos por parte das instituições europeias é insustentável. Se para um cidadão inglês, irlandês ou maltês (ou, na verdade, para um falante de qualquer das línguas utilizadas *de facto* com maior preponderâncias nas instituições europeias, ou seja, além do inglês, o francês e o alemão), 1,1 mil milhões de euros parece uma verba exagerada, para um falante de qualquer das restantes 21 línguas com carácter oficial na UE, 2,2€ por ano, e por pessoa, parecerá uma verba insignificante para garantir o direito ao acesso à legislação europeia e aos debates no Parlamento Europeu em circunstância de igualdade na sua própria língua.

Considerando um custo relativamente baixo por cidadão³⁶, o regime multilingue actual, decorrente dos princípios fundadores da UE, é eficiente na medida em que permite o acesso à vida política e legislativa europeia a todos os cidadãos, através da tradução e da interpretação, sendo claramente mais equitativo do que um regime linguístico que assentasse exclusivamente no inglês: *«[t]he conclusion naturally follows: a multilingual, translation-based language regime is both more effective and*

³⁵ A Comissão Europeia (2013) apresenta uma estimativa ligeiramente mais conservadora para o custo total da tradução e interpretação em todas as instituições da UE (incluindo, a própria Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, o Conselho, o Tribunal de Justiça Europeu, o Tribunal de Contas Europeu, o Comité Económico e Social e o Comité das Regiões), calculando que esse custo total seja na ordem dos 1,000 milhões de euros por ano, o que corresponde a menos de 1 % do orçamento da UE, ou seja, um pouco mais de 2 € por cidadão por ano.

³⁶ Naturalmente, as opiniões divergem quanto à percepção do custo envolvido na manutenção do multilinguismo na UE. Quem o critica considera que 1,000 milhões de euros por ano é inaceitável, quem defende o regime linguístico actual, considera que cerca de 2€ por ano por cidadão é um custo irrisório. Crítico acérrimo do multilinguismo da UE, Aurélien Portuese (2012) vê apenas os custos e desconsidera os benefícios da actual política linguística europeia, para ele, os estados-membros *«have to choose a lingua franca: they must give up their linguistic rights at the EU level whilst the constitutional linguistic rights they detain at national levels are preserved»* (Portuese, 2012: 307).

more fair than a unilingual regime based on English – even if it is dressed up as “ELF”» (Gazzola & Grin, 2013: 104).

O aspecto da participação dos cidadãos europeus na vida política da UE não pode ser descurado. Ginsburgh e Weber (2005) introduzem a noção de *«linguistic disenfranchisement»*³⁷ para descrever a situação daqueles que se encontram à margem das decisões políticas por falta de competência linguística na língua associada ao poder e que *«arises if the number of EU working languages is reduced and some EU citizens are denied the use of their own language for official purposes»* (Ginsburgh & Weber, 2005: 273). Jean-Claude Barbier salienta que a política é indissociável da língua: *«[n]o politics can happen without exchanging words and arguments in a particular language: this empirical fact is so evident that it is often taken for granted»* (Barbier, 2012: 9). Na verdade, o nível da discussão política e as suas consequências para os cidadãos europeus sob a forma de legislação à qual todos os habitantes dos estados-membros estão forçosamente obrigados fixam-se geralmente num plano que se torna difícil para o cidadão comum seguir mesmo na sua língua materna. Para Jean-Claude Barbier, a adopção do inglês como única língua do debate político seria inviável não só porque colocaria à margem desse debate uma grande percentagem da população europeia, mas também porque a política se baseia intrinsecamente na própria complexidade linguística, na conotação, nos duplos sentidos, no humor até, utilizando os políticos tais estratégias discursivas para cativar as suas audiências: *«[i]f one assumes that this linguistic experience constitutes an indispensable ingredient of politics, one is bound to think that naming and misnaming things is a key element of political activity»* (Barbier, 2012: 12). A actividade política não é, portanto, consentânea com a utilização de uma língua universal, e deve ser plural de modo a permitir a participação de todos os cidadãos.

Vejamos, em seguida, algumas propostas para o futuro do regime linguístico da UE.

³⁷ Numa possível tradução para português «usurpação de direitos linguísticos», estabelecendo um paralelismo com o conceito original de *disenfranchisement*, em francês, que remete para a interdição de direitos cívicos.

2.2.3.1 Manutenção do multilinguismo

Para a Comissão Europeia, as «razões que levam a União Europeia a utilizar 23 línguas oficiais são óbvias: a democracia, a transparência e o direito à informação» (Comissão Europeia, 2008: 13). Existem, portanto, questões políticas, legais e culturais para a manutenção do multilinguismo na UE, considerando que as línguas cumprem não só uma função comunicativa de transmissão da informação, mas também uma função simbólica, associada a traços culturais e simbólicos e ao sentido de identidade nacional (Gazzola, 2006).

Desde 2002, como forma de promover o multilinguismo, a Comissão Europeia tem vindo a enfatizar a necessidade de aprendizagem de, pelo menos, duas línguas oficiais da UE para além da língua materna do cidadão, configurando o modelo «1+>2». Com efeito, a aprendizagem de línguas estrangeiras «*améliore les facultés cognitives et méta cognitives générales, renforce la compréhension de sa propre langue maternelle, consolide la lecture et l'écriture, et développe les aptitudes générales à la communication*» (Holdsworth, 2003: 107).

Porém, dado o elevado número de combinações de línguas permitidas pelo modelo, mesmo a aprendizagem de três línguas não conseguiria garantir a intercompreensão de dois cidadãos europeus escolhidos aleatoriamente.³⁸ A única forma de garantir essa intercompreensão seria impor uma língua de aprendizagem obrigatória, o que vai contra o espírito do modelo e da UE.

Grin (2006c) propõe uma série de medidas destinadas a controlar a aplicação do modelo «1+>2» e a impedir a hegemonia do inglês, que decorreria da sua eleição como língua obrigatória dentro do grupo >2 para todos os cidadãos cuja língua materna não fosse o inglês. Entre as medidas apresentadas por Grin, incluem-se a defesa do multilinguismo efectivo nas instituições europeias, a definição de contextos que excluam as línguas dominantes (a começar pelo inglês) de modo a que os falantes

³⁸ A probabilidade de intercompreensão entre dois cidadãos é de 5% se considerarmos dez participantes numa discussão e de menos de 1% se considerarmos 20 participantes (Grin, 2006a).

dessas línguas fiquem na mesma situação de desvantagem que é imposta aos falantes de línguas não dominantes e a manutenção dos serviços de tradução e interpretação.

Joumard, Paraton, Christian e Escuit (2007) sugerem a promoção da compreensão mútua dentro de cada família linguística, por exemplo, no seio das línguas românicas, no das eslavas ou no das germânicas, como já ocorre no seio das línguas escandinavas, o que poderia constituir uma solução a curto e médio prazos. Por compreensão mútua entendem a capacidade de um falante compreender uma língua diferente da sua sem saber falá-la ou escrevê-la: numa situação comunicacional cada falante fala e escreve na sua própria língua, mas consegue compreender e ler a língua do outro:

[i]ntercomprehension involves the active use of linguistic knowledge and skills, together with awareness of, and open attitudes towards cultural diversity. Relying on the mobilisation of previous knowledge and skills, intercomprehension depends on the interaction and building of relationships between languages. Thus, it promotes the linguistic and communicative agility and flexibility on which plurilingual communicative competence relies (Alves & Mendes, 2006: 216).

Esta poderá ser uma solução interessante para a manutenção de uma Europa multilingue, mas implica uma grande alteração ao nível do ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras, que teria de ser reestruturado e agrupado por famílias de línguas, favorecendo, assim a intercompreensão e aumentando as possibilidades de comunicação entre cidadãos da UE escolhidos aleatoriamente. Seria importante também a UE assumir o multilinguismo efectivo na relação do cidadão com as instituições (e mesmo entre instituições), já que, por exemplo, quem se candidata a algum tipo de bolsa de investigação financiada por fundos europeus tem de o fazer em inglês, sendo os relatórios subsequentes também realizados em inglês, o que, de certa forma, contraria o espírito da igualdade de direitos para todas as línguas oficiais da UE.

2.2.3.2 Adopção de um conjunto restrito de línguas de trabalho

Partindo de dois pressupostos relativamente às línguas — «*[i]n Europe, for example, despite a long tradition of the nation-state, every country — with the possible exception of Iceland — is multilingual*» (Fidrmuc *et al.*, 2006: 6) e «*[l]anguage and linguistic issues stir up very strong passions in people, in a way that is perhaps paralleled only by religion and football*» (*ibidem*: 42) — os autores desenvolvem um extenso estudo, que vão amplificando e reformulando em trabalhos posteriores, e que visa garantir a equidade dos direitos linguísticos dos cidadãos da UE, ao mesmo tempo que procura desenhar uma solução que seja económica e socialmente óptima.

Mantendo o multilinguismo nas sessões do Parlamento, bem como em outras reuniões de representantes nacionais, como o Conselho de Ministros, e nos contactos entre os cidadãos e as instituições europeias, na opinião dos autores, é possível reduzir o número de línguas de trabalho nas outras reuniões e na preparação de documentos oficiais (Fidrmuc *et al.*, 2006, 2009).

A justificação para a definição de um conjunto restrito de línguas de trabalho baseia-se na aparente falta de equidade na distribuição dos benefícios linguísticos, já que as línguas com menos falantes da UE têm exactamente os mesmos direitos das línguas com um maior número de falantes e recebem as mesmas verbas para os trabalhos de tradução e interpretação, criando-se assim um sistema inerentemente não democrático. Além disso, uma língua como o catalão, com 6,890,000 falantes, não tem os mesmos privilégios de uma língua como o maltês, com apenas 300,000 falantes, já que enquanto o maltês é uma língua oficial de um país e da UE, o catalão é uma língua oficial de uma região e, por conseguinte, não tem estatuto de língua oficial da UE.

Os autores incluem no seu estudo uma medida de distância entre as línguas, considerando que, se duas línguas são muito próximas, então a solução óptima passará por escolher apenas uma delas como língua oficial, já que os membros da outra comunidade linguística não terão dificuldades de comunicação ou serão capazes de

aprendê-la com facilidade, assumindo, portanto, a intercompreensão como um pilar constitutivo do seu modelo.

Para determinarem o conjunto de línguas oficiais óptimo para uma sociedade multilingue como a UE, os autores efectuem uma análise de custo-benefício. A sociedade tem de pesar os benefícios do multilinguismo (concretamente a redução da usurpação de direitos linguísticos) e os custos da sua manutenção, que incluem custos económicos e custos de transacção (dificuldades de intercompreensão, morosidade e erros de tradução). Na sua análise, os autores tentam determinar um nível tolerável de usurpação de direitos linguísticos, expresso em termos da proporção da população europeia que ficará sem acesso à documentação produzida na UE num número restrito de línguas.

Tendo em conta a totalidade dos respondentes ao estudo Eurobarómetro publicado em 2006 (Comissão Europeia, 2006), a reforma linguística podia incluir no núcleo de línguas restritas, cinco línguas (inglês, alemão, francês, italiano e espanhol) ou onze línguas (adicionalmente, polaco, romeno, húngaro, português, checo e grego), correspondendo a 50% e 10% de perda de direitos linguísticos, respectivamente. Considerando apenas os respondentes jovens, entre os 15 e os 29 anos, o núcleo de línguas de trabalho podia ser de apenas duas (inglês e francês) ou nove (adicionalmente, alemão, italiano, espanhol, polaco, romeno, húngaro e português) (Fidrmuc *et al.*, 2009).

2.2.3.3 Adopção de uma única lingua franca

Enquanto a política económica da UE se pode considerar um elemento unificador dos vários estados-membros, a política linguística multilingue parece ser um elemento divisor (Alcón Soler, 2007). Os custos impostos pelas barreiras linguísticas decorrentes do regime multilingue da UE originam naturalmente um debate sobre a necessidade de encontrar uma solução que não só seja eficiente em termos económicos, como também evite outros custos de natureza não monetária, como sejam a morosidade das traduções e os potenciais erros, estes inerentes não só ao processo de tradução, que envolve naturalmente um equilíbrio entre a fidelidade ao

texto de partida e a legibilidade na língua de chegada, mas também potenciados pela já referida utilização das línguas pivô.

Aurélien Portuese vai mais longe e considera que o multilinguismo promovido pela UE impede a livre circulação de bens, contrariando os artigos 28º, 29º e 30º do Tratado da União Europeia, concretamente devido à exigência de etiquetagem na língua do estado-membro onde o produto é adquirido. Além disso, pelo mesmo motivo, impede também a livre circulação de consumidores, incapazes de perceberem a rotulagem dos produtos se não dominarem a língua do país para onde se deslocam. Ao custo sobre o comércio, o autor acrescenta ainda, entre outros, os custos criminais do multilinguismo — «*[t]he swiftness at which criminals cross the borders nowadays is much greater than the rate at which information is transmitted between national police forces [...] the flow of crossborder information is vividly obstructed due to the “lack of common language” between national police forces*» (Portuese, 2012: 300-301) — e o custo político — «*EU multilingualism is comprehensibly of major importance in the obstruction of the rise of a supranational democracy*» (*ibidem*: 301).

Com vista à resolução dos conflitos linguísticos na UE, Ulrich Ammon considera que uma solução praticável e politicamente aceitável para as instituições europeias passa pela adopção de uma única língua de trabalho:

[f]or EU institutions, having a single internal working language — for which English is the only candidate — would be the most efficient solution and, to all appearances, in the best interests of each member state and language community whose language is excluded as a working language (Ammon, 2006: 319).

Eva Alcón Soler (2007) propõe uma solução que passa pela utilização de uma versão híbrida do inglês, à semelhança do ELF proposto por Jennifer Jenkins, que se baseia sobretudo na intercompreensão e não na regularidade dos padrões ou na tentativa de emulação do falante nativo. No entanto, a par da competência em inglês, a autora propõe a manutenção do desenvolvimento da competência plurilingue e pluricultural dos cidadãos europeus. Esta sugestão visa, naturalmente, facilitar a aceitação do inglês como *lingua franca* europeia. Ao contrário do modelo de imposição

utilizado para promover o russo nas antigas repúblicas soviéticas ou para promover o castelhano por toda a Espanha na ditadura de Franco, as políticas de imposição do inglês como primeira língua estrangeira na Europa estão a ser apoiadas por uma série de medidas destinadas a facilitar a sua aceitação por parte das populações, convencendo-as de que a escolha depende do seu livre arbítrio e de que essa solução não lhes está a ser imposta: «*English has to be first and foremost psychologically and sociologically acceptable if the political will to promote it is to succeed*» (Durand, 2006: 44).

Avaliando a língua de um ponto de vista meramente utilitário, Phillipe van Parijs (2011) defende a utilização do inglês como *lingua franca* europeia de modo a permitir a emergência de um sentimento de nacionalidade transnacional, ou seja, «*the possibility for all categories of citizens to effectively deliberate and mobilize across national borders*» (van Parijs, 2011: 28), facilitando a comunicação entre os cidadãos sem o peso dispendioso da interpretação e da tradução. Contrariando quem critica a opção do inglês como escolha óbvia para a língua única europeia por ser um instrumento do imperialismo americano ou da mundividência anglo-saxónica, o autor contrapõe:

let us first note that there is of course nothing intrinsically 'neo-liberal' or 'pro-capitalist' about the English language as such, just as it is not because Karl Marx wrote all but one of his books in German that there is something intrinsically 'collectivist' or 'anti-capitalist' about the German language. Along with (presumably) all other languages in the world, English and German contain the means of expressing negation, so that whatever Karl Marx wrote in German can be denied in German and whatever Milton Friedman said in English can be denied in English (van Parijs, 2011: 32).

Comprovando-se a necessidade de adoptar uma única língua de trabalho para as instituições da UE e de impor a aprendizagem de uma mesma língua estrangeira a todos os cidadãos europeus, o esperanto seria para François Grin (2004) uma opção viável, na medida em que erradicaria os privilégios que actualmente os falantes nativos de inglês usufruem, não só sob a forma de um mercado considerável em termos de materiais pedagógicos, cursos de inglês como língua estrangeira, trabalhos de

tradução, interpretação, redacção e revisão de textos, mas também por nunca terem de investir o seu tempo, nem os seus recursos económicos, para traduzirem as mensagens que emitem ou as que recebem e que, actualmente, têm uma grande probabilidade de serem proferidas em inglês.

O autor defende que o esperanto seria a alternativa mais séria, já que conseguiria garantir uma maior equidade entre os cidadãos europeus. Alguns autores, porém, criticam o facto de, optando por essa alternativa, o esperanto não ter qualquer utilidade fora do espaço da UE. No entanto, se o esperanto fosse a língua oficial de uma comunidade de mais de 500,000,000 habitantes e com uma dimensão considerável em termos económicos e políticos na esfera internacional, certamente haveria vontade internacional para aprender a língua, tal como hoje se aprendem por motivos económicos o inglês ou o mandarim.

2.3 Um novo fôlego para o multilinguismo impulsionado pela globalização

Nem todos vêem a globalização como algo que nos empurra inexoravelmente para a uniformidade linguística. Há quem declare até «*who needs English, anyway?*» (Kalantzis & Cope, 2006: 409). No entender dos autores, estamos a reverter a uma situação de «multilinguismo radical», ilustrada pelos *call centres* que atendem os consumidores em centenas de línguas, pela tradução automática que facilita a transmissão de conhecimento mesmo em casos em que não existe o domínio da língua e pelo sistema universal Unicode que é totalmente independente da língua. Para Dominique Wolton, o apagamento das distâncias físicas fez sobressair as distâncias culturais: «[q]uanto mais os indivíduos circulam, se abrem ao mundo, participam na modernidade e numa espécie de “cultura mundial”, mais sentem a necessidade de defender as suas identidades cultural, linguística e regional» (Wolton, 2004: 22). Numa série de propostas para garantir a coabitação cultural na era da globalização, Wolton anuncia a necessidade de assegurar a heterogeneidade linguística, considerando a pluralidade das línguas «a primeira condição da diversidade cultural, que é a primeira

realidade política do mundo contemporâneo» (*ibidem*: 92). O autor critica a falta de unidade que existe entre a língua inglesa e uma cultura associada, reiterando a sua proposta:

[v]oltemos à nossa proposta: não há identidade cultural possível sem língua. A língua é a identidade. Não há qualquer identidade cultural possível sem respeito pelas identidades linguísticas. E embora a identidade cultural seja hoje mais vasta do que a identidade linguística, não há, contudo, identidade cultural sem identidade linguística (ibidem).

Para alguns autores, o multilinguismo não está, de todo, ameaçado pela hegemonia do inglês, ou de qualquer outra *lingua franca* actualmente em uso. Aronin e Singleton (2008) consideram o multilinguismo um fenómeno em ascensão, que é ubíquo e que se desenvolve no contexto da globalização, constituindo um elemento intrínseco da sociedade humana e, por conseguinte, «*necessary to the functioning of major components of the social structure*» (Aronin & Singleton, 2008: 2), imbuindo todas as áreas da actividade social do ser humano, desde a política à cultura, passando pelas finanças e pela tecnologia. Contrastando aquilo a que chamam o multilinguismo histórico com a situação actual, Larissa Aronin e David Singleton caracterizam o multilinguismo contemporâneo nos termos que podemos ver na Tabela 2.6.

Contiguidade da origem	As várias línguas utilizadas numa determinada área são independentes da contiguidade de comunidades linguísticas vizinhas, podendo ter origem em pontos geograficamente muito distantes.
Classe	Actualmente, já não se consegue estabelecer um paralelo entre a competência em mais de uma língua e um estrato social mais elevado.
Localização geográfica	Neste momento, a utilização de mais de uma língua não é apenas característica de zonas fronteiriças ou postos comerciais, por exemplo, sendo um fenómeno ubíquo.
Meio	Raramente a utilização de mais de uma língua se confina à escrita.
Ritual	Raramente a utilização de mais de uma língua está relacionada com fins ritualísticos.
Profissão	Actualmente, a competência em mais de uma língua é necessária para quase todos os grupos profissionais.
Aspectos espaço-temporais	A generalidade da comunicação multilingue é instantânea e independente da localização geográfica, já que cobre (de forma instantânea) distâncias anteriormente impensáveis.

Tabela 2.6 Características do multilinguismo contemporâneo.

Fonte: Adaptado de Aronin & Singleton (2008: 10).

A revitalização à escala global das línguas minoritárias tem passado por uma série de acções:

- reconhecimento oficial de línguas anteriormente desprezadas;
- encorajamento da utilização de determinadas línguas em domínios dos quais estavam excluídas;
- utilização do sistema de ensino para conferir maior prestígio às línguas consideradas menores;
- aumento do conteúdo disponível na Internet numa multiplicidade de línguas.

Com a globalização da economia e o crescimento dos negócios internacionais, as empresas têm vindo a reconhecer a vantagem competitiva de possuírem uma força de trabalho pluricultural e, conseqüentemente, plurilingue, já que as culturas representadas pelos funcionários e as línguas por eles faladas podem proporcionar à empresa mais oportunidades de internacionalização: «*[m]ultilingualism should, therefore, by necessity, be an organizational ideal*» (Dhir, 2005: 361).

Para François Grin (2001, 2003) a importância crescente da diversidade linguística está relacionada com quatro tendências da sociedade contemporânea:

1. Reafirmação das identidades locais e regionais

Em resultado da recomposição geopolítica da Europa após a queda do Muro de Berlim, uma série de línguas minoritárias ganhou mais visibilidade como expressão de identidades regionais que haviam sido suprimidas durante décadas.

2. Diversificação das tendências migratórias

O final do século XX e início do século XXI testemunharam fluxos migratórios com uma magnitude e uma diversidade nunca antes vistas, reconfigurando os padrões migratórios e o estabelecimento de novos pares país de origem/país de destino. Assiste-se também agora a movimentos populacionais de profissionais altamente qualificados e à conseqüente criação de ambientes (sobretudo urbanos) cada vez mais diversificados em termos linguísticos, étnicos e culturais.

3. Desenvolvimento de entidades supranacionais

A criação de instituições supranacionais como a UE originou novos contextos linguísticos, caracterizados pela diversidade de línguas em uso e pela potencial rivalidade entre elas.

4. Globalização

A crescente integração mundial da produção, da comercialização e do consumo de bens e serviços, por um lado, e dos factores de produção (capital e mão-de-obra), por outro, levou a um incremento do comércio internacional, o que, juntamente com a diminuição do custo relativo dos transportes e das telecomunicações, aumentou a probabilidade do contacto regular com uma diversidade de pessoas oriundas de diferentes culturas e utilizadoras de diferentes línguas.

As quatro tendências acima identificadas decorrem, em parte, da reorganização da sociedade em rede e fornecem o contraponto às forças de imposição de uma *lingua franca*, nomeadamente o inglês.

2.4 O plurilinguismo como factor de valor acrescentado

Na nova estrutura social globalizada em que o tempo e o espaço se fundem num contínuo de fluxos (Castells, 2007a [1996]), a necessidade de comunicar em várias línguas torna-se uma competência fundamental tanto para a efectivação de trocas comerciais como para o acesso ao próprio mercado de trabalho. Já vimos, no caso concreto da Europa, que tanto a Comissão Europeia como o Conselho da Europa têm vindo a insistir na necessidade de os cidadãos europeus dominarem mais do que uma língua, não só por motivos culturais — a manutenção de um espaço social assumidamente multilingue e multicultural — mas também por razões económicas.

Tendo em conta que, do ponto de vista económico, as pessoas devem investir em algo que lhes traga um valor acrescentado, então o investimento em competências linguísticas tem de ser impulsionado por algum tipo de incentivo (Klein, 2007). Os falantes de línguas consideradas dominantes frequentemente carecem desse

incentivo, na medida em que se convencem (ou são convencidos) de que a competência na sua língua é o suficiente³⁹, como é o caso concreto dos Britânicos em geral para quem a mensagem da suficiência do monolinguismo é reforçada pelos meios de comunicação e, inclusive, por membros do governo, resultando numa cada vez menor taxa de aprendizagem de línguas estrangeiras (Coleman, 2009). Ginsburgh, Ortuño-Ortín e Weber (2007: 346) resumem a questão da aprendizagem de línguas estrangeiras nos seguintes termos:

[t]he larger the native population that speaks the language, the fewer speakers are prone to learn another language; the more the foreign language is spoken, the more it attracts others to learn it; and the larger the distance between two languages, the smaller the proportion of people who will learn it.

A citação acima é resultado de uma simplificação possível apenas no modelo económico utilizado pelos autores, já que outros factores entram em jogo, quer relacionados com o indivíduo, quer com a própria língua. Os próprios autores chamam a atenção para factores históricos, por exemplo, que podem determinar um maior ou menor poder de atractividade de uma língua para os possíveis aprendentes.

Ao nível do indivíduo, o plurilinguismo constitui uma mais-valia no que toca à aprendizagem de línguas adicionais e ao emprego de estratégias criativas em contextos sociais multilingues (Bono & Stratilaki, 2009; Psaltou-Joyce & Kantaridou, 2009). Sofia Stratilaki (2012) propõe ainda que os falantes que aprendem várias línguas são, consequentemente, melhores comunicadores, demonstram mais autoconfiança e conseguem interagir melhor com os outros do que os falantes monolingués em várias situações, estando aptos a seleccionar e transferir competências de uma língua para outra com sucesso.

³⁹ Eva Lavric e Bernhard Bäck comentam que a estratégia de penetração no mercado latino-americano de uma das empresas austríacas que estudaram passou, exactamente, pela tradução de todo o material informativo (brochuras, catálogos, notas técnicas) para espanhol. Assim conquistaram os comerciais que preferiram passar a negociar com alguém que dominava a sua língua, em vez de terem de lidar com os fornecedores americanos, que anteriormente dominavam aquele mercado e que estavam convencidos de que «*everybody has to speak English anyway*» (Lavric & Bäck, 2009: 48), pelo que forneciam todo o material informativo em inglês, além de não manterem no terreno qualquer agente seu que dominasse a língua do país.

Coste e Simon (2009) salientam a importância de conceber um sistema educativo plurilingue na Europa que ajude a formar «agentes sociais plurilingues», ou seja, cidadãos com competências variadas em diversas línguas, independentemente do grau de proficiência, que conseguem utilizar os recursos linguísticos em situações comunicativas reais numa sociedade global que é cada vez mais plural — em termos da migração e da circulação de pessoas, em termos das referências culturais, das religiões e das culturas educativas, relativamente ao conhecimento e aos meios de acesso a esse conhecimento, em termos dos valores e dos princípios que governam a acção política e, por fim, em termos das visões em relação à definição de objectivos educativos. Actualmente, as metas educativas no que toca ao ensino de línguas estrangeiras cada vez mais se distanciam do ideal do falante nativo e se aproximam de uma combinação de competências linguísticas em diversos idiomas, sendo que um falante pode compreender uma língua e exprimir-se noutra⁴⁰. As competências plurilingues não são a soma das competências variadas que o falante tem nas diversas línguas que domina (em maior ou menor grau), mas sim «*one, global but complex capacity*» (Coste & Simon, 2009: 174).

2.4.1 O plurilinguismo nos negócios internacionais

Se há quase duas décadas a língua era considerada «*the forgotten factor*» na gestão das empresas multinacionais (Marschan-Piekkari, Welch & Welch, 1997), nos últimos anos a comunicação em ambiente multilingue tem recebido muita atenção, fruto da pressão crescente da globalização económica (Steyaert, Ostendorp & Gaibrois, 2011). Com o aumento do número de empresas multinacionais com filiais nos mais diversos países, a coordenação é uma vantagem competitiva, mas depende directamente da capacidade de comunicação global, que se torna um pré-requisito para o sucesso (Feely & Harzing, 2003). No entanto, nem sempre as políticas

⁴⁰ Lavric e Bäck (2009) relatam a experiência de dois empresários (um vendedor austríaco e um comprador português) que se entendem em «portuñol», claramente utilizando os recursos linguísticos que um e outro possuem: o empresário austríaco domina o espanhol, mas fala um pouco de português, enquanto o empresário português se esforça por «espanholar» o discurso, pelo menos em termos fonéticos, para torná-lo mais compreensível para o seu interlocutor. Esta é uma experiência comunicativa de sucesso em que valem as capacidades plurilingues de ambos os interlocutores.

linguísticas definidas pelas empresas — nos casos em que, de facto, existem — são seguidas pelos funcionários (Fredriksson, Barner-Rasmussen, & Piekkari, 2006), que, frequentemente, recorrem a soluções variadas e criativas para resolver problemas concretos de comunicação multilingue. À medida que uma empresa se expande para novos mercados internacionais, aumenta também a diversidade cultural e linguística dos seus parceiros de negócios, o que amplia as barreiras culturais e linguísticas que têm de ser ultrapassadas (Griffith, 2002). A Tabela 2.7 (abaixo) apresenta diversas estratégias utilizadas para lidar com as barreiras linguísticas dentro de uma empresa multinacional.

Estratégias linguísticas	Estratégias ao nível dos indivíduos	Estratégias estruturais ao nível organizacional
Incorporação da redundância na comunicação: repetições, resumos, exemplos ilustrativos.	Funcionários bilingues: actuam como «facilitadores».	Língua da empresa: definição de uma língua oficial.
Ajustamento do modo de comunicação: <i>email</i> em vez de telefone.	Expatriação: colocação de funcionários que dominam a língua da sede nas subsidiárias.	Tradução automática: apenas no caso de documentação escrita.
Alternância de código: utilização da língua materna entre falantes que partilham a mesma, deixando outros de fora.	«Impatriação»: colocação de funcionários das subsidiárias temporariamente na sede.	Tradução externa: devido aos custos associados, utilizada apenas em casos muito significativos.
Língua franca: selecção de uma língua como veículo de comunicação neutro.	Residentes não-nativos: contratação de funcionários não-nativos que já são residentes no país.	Formação em línguas: na língua do país ou na língua da empresa.
	Redes de informação paralela: comunicação através de agentes e intermediários.	Recrutamento selectivo: selecção de pessoal de acordo com os seus conhecimentos linguísticos.
	Multilinguismo funcional: utilização de um <i>cocktail</i> de línguas na mesma situação comunicacional.	Língua controlada: utilização de vocabulário reduzido.

Tabela 2.7 Estratégias de gestão de barreiras linguísticas.

Fonte: Adaptado de Feely & Harzing (2003) e Harzing, Köster & Magner (2011).

Independentemente das estratégias estruturais impostas pela empresa ao nível organizacional, frequentemente os funcionários fazem uso da sua própria competência linguística de modo a suplantar as dificuldades à medida que se vão deparando com elas no seu dia-a-dia. Num estudo realizado com empresas multinacionais japonesas e alemãs, Harzing *et al.* (2011) verificaram que, de entre as várias estratégias possíveis, a

incorporação de redundância na comunicação é a mais utilizada. Por outro lado, os funcionários que demonstram possuírem competências linguísticas relevantes, ou seja, que dominam idiomas estrategicamente úteis para a empresa, detêm mais poder e têm mais oportunidades, controlando, em certas situações, o fluxo da comunicação (Marschan-Piekkari, Welch & Welch, 1999). Pelo contrário, a falta das competências linguísticas necessárias pode levar à sensação de exclusão social e ao isolamento (Welch, Welch & Marschan-Piekkari, 2005).

A adoção de uma língua oficial para toda a empresa é apresentada como uma ferramenta útil para garantir a comunicação a todos os níveis empresariais, concretamente entre a sede e as suas subsidiárias (Marschan-Piekkari, Welch & Welch, 1997, 1999), procurando resolver a questão do multilinguismo nas empresas multinacionais: «*[a] common corporate language is often seen as an administrative management tool that helps global operations proceed efficiently*» (Steyaert *et al.*, 2011: 271). Embora seja uma estratégia de longo prazo, por vezes a sua implementação torna-se difícil em casos de grandes diferenças linguísticas entre os países onde as várias subsidiárias estão localizadas (Swift & Wallace, 2011). Por outro lado, muito embora o inglês seja comumente utilizado como *lingua franca* em contextos empresariais e, frequentemente, seleccionado como língua oficial da empresa — não só nos contactos externos, mas também entre subsidiárias e a casa mãe, pelas subsidiárias entre si e internamente no seio de equipas de trabalho multiculturais e multilingues — as dificuldades de comunicação mantêm-se, na medida em que os membros das equipas multilingues que recorrem ao inglês como língua de trabalho rapidamente chegam à conclusão que, apesar de partilharem o mesmo código linguístico, não partilham o mesmo contexto nem as mesmas interpretações (Henderson, 2005).

Trabalhando com uma realidade que é, à partida, multilingue, Carlo Klein analisa a situação linguística do Luxemburgo e conclui que as competências plurilingues elevadas — entendidas como «*be able to understand, talk, read and write different languages in his daily and professional life*» (Klein, 2007: 263) — contribuem para uma maior probabilidade de empregabilidade e de salários mais elevados. Na

sequência do estudo realizado, o autor acrescenta ainda que o inglês é a língua estrangeira mais útil no mercado de trabalho luxemburguês⁴¹, o que o leva a propor uma alteração do *slogan* da política linguística europeia que promove a aprendizagem de duas línguas estrangeiras para «língua materna + inglês + 1», muito embora saliente que tal proposta deriva da priorização de considerações puramente económicas e não culturais, concluindo que a prevalência do inglês terá a tendência para diminuir com o passar do tempo, à medida que o conhecimento da língua inglesa se torne generalizado, perdendo, assim, a sua vantagem competitiva.

Muito embora as conclusões de Klein (2007) apontem para a mais-valia da aprendizagem do inglês como uma das línguas estrangeiras dominadas pelos cidadãos europeus (extrapolando as conclusões a partir do Luxemburgo, que considera um bom exemplo de uma economia de mercado aberta e representativa do plano europeu na sua globalidade) e vários autores salientem a preponderância do inglês nas trocas comerciais em grande parte do mundo, o estudo de caso efetuado por Lavric e Bäck (2009) com base em três empresas exportadoras austríacas cuja maior quota de mercado é dominada por países onde se fala uma língua românica (francês, espanhol, italiano ou português) obriga a reconsiderar afirmações como «*the more global the scope of the company, the sooner it will opt for English as its corporate language*» (van Els, 2001: 326). A questão da escolha da língua a utilizar depende de vários factores, sendo o principal a língua do cliente⁴²:

⁴¹ Num estudo levado a cabo com dados da população sul-africana publicados em 2009, Daniela Casale e Dorrit Posel determinaram que existe uma correlação entre o domínio da língua inglesa e o salário auferido, sobretudo no caso de homens com educação pós-secundária: «*African men with post-secondary education are estimated to earn approximately 90 percent more if they are also English language proficient*» (Casale & Posel, 2011: 392). Devido às condições impostas pelo regime de apartheid, a África do Sul é um país onde o inglês (língua oficial, juntamente com o afrikaans e, desde 1996, com nove línguas africanas) tem um papel determinante por razões históricas de poderio político e, actualmente, por motivos de prestígio social da língua: «*in the South African context, English language skills may be used by employers to screen the quality of higher education among the work force*» (*ibidem*). As autoras concluem que o valor acrescentado que a língua inglesa implica no mercado de trabalho faz com que seja correlacionada com o sucesso e motiva os pais a insistirem para que os seus filhos façam a escolaridade em inglês e não numa das línguas oficiais africanas.

⁴² Em termos de estratégia de mercado, a escolha das línguas a oferecer, por exemplo num *call center*, depende do rácio entre o investimento nessa língua e o lucro obtido através da captação de novos negócios: «*in order to sell a product [...] speaking the languages of the majority of the targeted customers is undoubtedly a "plus"*» (Duchêne, 2009: 38).

[m]ultinationals are of course confronted with more language problems than merely the institutional ones. Companies need to sell their products and also purchase materials. Which language can be used best for this purpose depends on the actual situation, but many of them will have come to the conclusion — possibly from bitter experience — that sales are best made in the language of the customer (Vandermeeren⁴³, 1998: 67 apud van Els, 2001: 326).

Apesar da adopção do inglês em muitos contextos dos negócios internacionais, as empresas anglófonas que insistem no seu monolinguismo encontram dificuldades crescentes ao nível da penetração em mercados onde o inglês tem uma presença relativamente baixa, como o Leste Asiático, a América do Sul e a Europa de Leste (Crystal, 2003a).

Lavric e Bäck (2009) analisam um modelo de escolha de língua em contexto empresarial — tanto ao nível da política linguística da empresa, quanto ao nível individual de cada funcionário envolvido no processo — que oferece três escolhas aos falantes: adaptação, não adaptação ou padronização (inspirado em Vandermeeren, 1998). Nos três casos analisados pelos autores, as soluções encontradas dependem fortemente do contexto situacional. Se o inglês é bastante usado na correspondência escrita (uma estratégia de padronização através da utilização de uma *lingua franca*), os empresários entrevistados pelos autores revelaram que, no que toca ao contacto directo, a adaptação (por parte do vendedor austríaco, claro está) é a solução mais utilizada, sendo a estratégia de não-adaptação (nestes casos, a utilização do alemão) raramente posta em prática. Os autores salientam que, dado o conhecimento de inglês entre os falantes de línguas românicas ser abaixo da média da UE, a padronização por meio do inglês seria uma estratégia errada. No caso de trocas comerciais entre os vendedores austríacos e os compradores falantes de uma língua românica (não só da Europa, mas também da América Latina), será mais proveitoso, quando a estratégia de adaptação não puder ser empregue e em casos de interacções presenciais, utilizar

⁴³ Vandermeeren, S. (1998). *Fremdsprachen in Europäischen Unternehmen. Untersuchungen zu Bestand und Bedarf im Geschäftsalltag mit Empfehlungen für Sprachenpolitik und Sprachunterricht*. Waldsteinberg: Heidrun Popp Verlag.

outra língua românica como *lingua franca* e não o inglês, já que a competência em línguas românicas dos compradores será tendencialmente acima da média europeia.

2.4.2 A alternância de código como estratégia comunicativa

Os indivíduos que dominam mais de uma língua frequentemente fazem uso da alternância de código (*code-switching*), uma estratégia linguística através da qual os falantes alternam entre uma língua e outra no mesmo enunciado ou entre enunciados: «*at the level of the individual language use, switching languages to meet the needs of the situation is in the main an instantaneous or quasi-instantaneous affair*» (Aronin & Singleton, 2008: 5). A estratégia de alternância de código é frequentemente utilizada por falantes bilíngues, por comunidades imigrantes, mas também, e cada vez mais, por indivíduos plurilíngues que fazem uso das competências linguísticas em idiomas diversos para facilitarem a comunicação. As novas tecnologias da comunicação vieram potenciar o multilinguismo e a alternância de código, estratégias que fornecem o contexto para uma possível interpretação situacional (Gumperz, 1996).

Penelope Gardner-Chloros (2009: 98-99) identifica três tipos de factores que podem desencadear a alternância de código:

- *factores independentes dos falantes e das circunstâncias individuais*, que afectam uma comunidade em particular: prestígio linguístico, relações de poder, associações a um contexto em particular ou a um modo de vida;
- *factores dependentes dos falantes*: competência linguística em cada uma das línguas dominadas, redes sociais, atitudes e ideologias, a forma como o falante se vê a si e ao outro;
- *factores dependentes do enunciado em particular*, que determinam a utilização de ferramentas discursivas que vão para além das que estão disponíveis para os falantes monolíngues.

A publicidade é uma área em que o multilinguismo tem vindo a ser cada vez mais evidente, sendo o inglês a língua mais utilizada nesse contexto, no qual a alternância de código reflecte as associações que os falantes estabelecem com a

utilização de línguas estrangeiras: modernidade, progresso, juventude e maior facilidade de acesso ao mercado de trabalho (García Vizcaíno, 2011). Helen Kelly-Holmes define como comunicação multilingue em publicidade, «*the appearance of a number of different languages or voices in a market-discourse situation*» (Kelly-Holmes, 2005: 25). Para a autora, porém, as instâncias de utilização — consciente, estudada, marcada — de palavras estrangeiras num discurso publicitário mais do que remeter para a alternância de código, reflecte um fetiche linguístico. Aplicando o conceito marxista de «fetichismo da mercadoria», Helen Kelly-Holmes considera que o valor de uso da língua estrangeira na publicidade — seja uma palavra, um excerto, ou até mesmo a pronúncia estrangeira — isto é, a sua função referencial, foi obscurecido pelo seu valor simbólico. Nesse sentido, a língua estrangeira adquire um valor que não tem a ver com a sua utilidade enquanto meio de comunicação de sentido, mas mais com o valor simbólico, construído com as associações que os consumidores fazem a certas línguas. Considerado desta forma, o multilinguismo na publicidade não deve ser encarado com os valores positivos que lhe estão associados de pluralismo, diversidade cultural e expressão de liberdades e direitos linguísticos, mas antes como um «multilinguismo falso» e «etnocêntrico» (Kelly-Holmes, 2005), através do qual algumas línguas adquirem um valor prestigiante, perpetuando estereótipos nas mentes dos consumidores.

Demarcando-se de termos como multilinguismo, bilinguismo e alternância de código, Emi Otsuji e Alastair Pennycook propõem o termo «metrolinguismo», que definem como a forma como pessoas com diferentes competências linguísticas (e culturais) compõem a sua identidade por meio das escolhas linguísticas que fazem, aproveitando de forma criativa as condições linguísticas sem fronteiras de espaço, cultura, história ou política. Para os autores, o metrolinguismo é um conceito mais abrangente do que multilinguismo ou plurilinguismo porque não depende da contagem de línguas e não aponta para um elenco de competências linguísticas estanques, mas é, antes, «*the paradoxical practice and space where fixity, discreteness, fluidity, hybridity, locality and globality coexist and co-constitute each other*» (Otsuji & Pennycook, 2010: 252). O metrolinguismo tem a capacidade de reflectir a forma como os falantes derrubam constantemente barreiras linguísticas e culturais para criarem

novas expressões linguísticas e culturais de forma individualizada e feita à medida do momento, contribuindo decididamente para a inclusão social (Otsuji & Pennycook, 2011).

Numa linha igualmente holística, compreendendo o fenómeno da língua humana como um produto da acção social, por meio do qual os seres humanos transmitem as suas ideias através do tempo e do espaço, J. Normann Jørgensen (2008) prefere o termo polilinguismo. Tendo em conta as complexas interacções sociais que os indivíduos estabelecem entre si na sociedade em rede, a utilização de traços característicos de várias línguas é uma constante, sobretudo no linguajar de jovens urbanos, que convivem com registos multilingues nas grandes metrópoles.

The young speakers become acquainted with many different features from these languages, and they use some of them in their speech without learning all the other parts of the languages involved. The use of features from several different languages in the same production has become frequent, especially in in-group interaction, even when the speakers apparently know very little of several of the involved languages (Jørgensen, 2008: 168).

A escolha dos recursos linguísticos não é arbitrária e não implica o domínio das línguas de origem⁴⁴. No limite, os falantes podem até utilizar traços linguísticos que sabem não pertencer ao mesmo registo (Jørgensen, 2008; Jørgensen, Karrebæk, Madsen & Møller, 2011), jogando com as expectativas que têm relativamente ao seu interlocutor: a intenção do falante pode ser convergir com o seu interlocutor (se julgar que ele conhece os traços linguísticos que está a utilizar), mas também pode ser divergir ou chocar (Jørgensen, 2008).

O carácter multilingue e multicultural da sociedade em rede proporciona aos seus membros um contacto preferencial com falantes de outras línguas, favorecendo a utilização de recursos linguísticos diversos, que são incorporados nas interacções sociais do quotidiano. Não se trata meramente de transferências de uma língua para outra através de empréstimos, nem sequer da utilização de dois ou mais códigos

⁴⁴ Jørgensen (2008) questiona até o conceito de «línguas» como construção estanque, preferindo considerar a «língua» como uma competência do ser humano, que utiliza um determinado conjunto de traços para melhor comunicar.

distintos consoante a função da língua em causa ou consoante o contexto situacional. Actualmente, e cada vez mais, os falantes (e, como demonstra Jørgensen, sobretudo os jovens urbanos) incorporam palavras, estruturas e maneirismos que remetem para outras línguas e outras culturas.

O ciberespaço, e concretamente a Internet, é, como veremos na secção seguinte, um local onde os discursos multilingues abundam. Na medida em que os discursos produzidos na Internet misturam características do discurso escrito e do discurso oral, nos fóruns de discussão ou nas salas de *chat*, por exemplo, é possível encontrar instâncias de alternância de código, geralmente associadas na literatura às interacções orais (Dorleijn & Nortier, 2009). Em sítios de partilha de conteúdos, como o Youtube ou o Flickr, os utilizadores têm a possibilidade de colocar comentários nas suas próprias línguas — numa evidência de alternância de código — independentemente da língua em que o conteúdo original foi publicado.

2.5 Encontros linguísticos no ciberespaço

A rede de comunicação epitomada pela Internet e possibilitada pelas novas tecnologias a que aludimos na secção 2.1 liga não só os servidores que transmitem a informação entre si, mas também as pessoas, que dela se servem tanto para comunicarem entre si, como para acederem à informação. Neste contexto, o ciberespaço pode ser entendido como um espaço virtual composto pela informação contida e circulada através das novas tecnologias da informação e da comunicação, palco para o desenvolvimento da comunicação em linha síncrona e assíncrona. O espaço virtual é vincadamente multilingue: no ciberespaço, *«languages coexist and form multilingual discourses, with assumed multilingual speakers acting as a cohesive element between different linguistic codes»* (Ivkovic & Lotherington, 2009: 30). Nesta secção, mais do que a forma como a Internet⁴⁵ está a mudar a língua⁴⁶ — ou, melhor

⁴⁵ Utilizamos a referência à Internet como sinédoque da comunicação mediada por computadores, onde se inclui não só a *World Wide Web*, mas também os serviços de mensagens instantâneas, o correio electrónico, as salas de *chat*, jogos em linha e até mesmo as mensagens de texto trocadas entre telemóveis.

dizendo, as línguas em particular — interessa-nos ver de que forma a língua, ou as línguas, têm expressão no ciberespaço.

Através de uma simples pesquisa num motor de busca, olhando para as redes sociais, para as páginas de empresas multinacionais ou para blogues e *twitters*, rapidamente se constata que, actualmente, a Internet é um espaço plural que proporciona um acesso tendencialmente universal e democrático ao conhecimento⁴⁷. Há uma década, David Crystal afirmava: «*[t]here seems little doubt that the character of the Web is going to be increasingly multilingual*» (Crystal, 2003b: 223). A previsão de Crystal e de outros autores parece ter-se confirmado: «*[w]hat began as an anglophone phenomenon has rapidly become a multilingual affair*» (Graddol, 2006: 45). No entanto, passar do conhecimento empírico para uma reflexão baseada em dados concretos e mensuráveis sobre a disseminação das várias línguas na Internet não é uma tarefa fácil, na medida em que os vários estudos que existem frequentemente baseiam-se em dois tipos de abordagem — o perfil do utilizador e a presença na *Web* — misturando os resultados dessas abordagens, muito embora apontem para indicadores totalmente diferentes (Gerrand, 2007). Apesar dessa ressalva, o autor concluiu que, na impossibilidade de conduzir estudos com dados recolhidos da actividade efectiva dos utilizadores da Internet — porque «*[t]he only organizations known to have the resources to do this [tapping and analyzing the data streams on some major Internet backbone traffic routes] are the national security agencies, and they have yet to publish their results*» (Gerrand, 2007: 1299) — a presença na *Web* será a melhor forma de avaliar a potencial utilização das línguas no ciberespaço, por oposição ao perfil do utilizador, que indica o número de utilizadores da Internet pertencente a cada língua.

⁴⁶ David Crystal descreve aquilo a que chama Netspeak, «*a type of language displaying features that are unique to the Internet*» (Crystal, 2003b: 18), decorrente das características do novo meio de comunicação, que é electrónico, global e interactivo. O autor afirma ter encontrado, na sua análise da língua utilizada na Internet, a emergência de uma variedade linguística distinta, fruto das propriedades do contexto tecnológico, bem como das intenções, actividades e personalidades dos utilizadores, que adaptam a língua às exigências das novas circunstâncias. Numa obra posterior, Crystal (2008) descreve as alterações linguísticas sofridas pelo inglês (apesar de fazer uma incursão noutras línguas também) em resultado da necessidade de adaptar a mensagem ao número reduzido de caracteres disponíveis numa mensagem de texto trocada entre telemóveis.

⁴⁷ Apesar dos constrangimentos a que aludimos no Capítulo I e que estão na base da divisória digital.

Em 1998, Joshua Fishman descrevia as vantagens que o inglês tinha sobre as outras línguas usadas no ciberespaço — a rede ARPANET que esteve na origem do desenvolvimento da Internet foi desenhada pelo Departamento da Defesa norte-americano, os primeiros sistemas operativos foram também criados por americanos, que adoptaram o alfabeto inglês; a maioria dos servidores estava localizada em países anglófonos; e estimava-se que cerca de 80% da informação guardada (então) nos computadores um pouco por todo o mundo estaria em inglês. No entanto, o autor vaticinava: «*[b]ut English's preeminence might not last long*» (Fishman, 1998: 34): os *softwares* permitem aos utilizadores comunicar em variadas línguas, do alemão, ao árabe, ao chinês e ao russo; a maior parte dos motores de busca têm a opção de «preferência de língua» para se adaptarem às diferentes línguas e aos seus sistemas de caracteres; o crescimento da Internet em países em desenvolvimento — segundo estimativas que o autor apresenta para 1997, a utilização da Internet nos EUA teria crescido 40%, no Brasil 200%, na Índia 300% e mais de 500% na China. Em termos da utilização do inglês em linha, Joshua Fishman conclui que «*English's dominance on the Internet, therefore, should wane as more non-native English speakers go online. Nevertheless, English will likely remain the single most commonly used language on the Internet for the foreseeable future — if only because it remains the world's most commonly understood one*» (Fishman, 1998: 34).

Apesar de reconhecer a hegemonia do inglês na Internet no início do milénio, sobretudo dada a sua origem nos EUA, David Crystal ressalta o aumento crescente da utilização das diversas línguas na Internet, impulsionado pela globalização, afirmando que a Internet «*offers a home to all languages — once their communities have a functioning computer technology*» (Crystal, 2003b: 216). O criador da *World Wide Web*, Tim Berners-Lee, preconizou uma rede socialmente inclusiva, nomeadamente no que diz respeito à manutenção da diversidade linguística e das especificações necessárias para a produção de conteúdos em línguas com características diferentes:

[a]s the Web becomes a primary space for much activity, we have to be careful that it allows for a just and fair society. The Web must allow equal access to those in different economic and political situations; those who have physical or cognitive disabilities; those of different cultures; and those who use different

languages with different characters that read in different directions across a page (Berners-Lee, 2000: 165).

Actualmente, o padrão UNICODE atribui um único número a cada carácter — independentemente do programa, da plataforma e da língua — permitindo a identificação não ambígua de 110.116 caracteres⁴⁸. Desta forma, o padrão UNICODE cobre as necessidades dos mais variados alfabetos (Allen, 2012) e, conseqüentemente, facilita a presença de uma grande parte das línguas na Internet. A Tabela 2.8 apresenta as dez línguas mais usadas na Internet, segundo dados de 31 de Dezembro de 2013, recolhidos de acordo com o perfil do utilizador.

Ordem	Língua	Utilizadores da Internet (% do nº total de utilizadores)	Crescimento na Internet (2000-2013)	População mundial de Falantes (estimativas para 2014)
1	Inglês	28,6%	468,8%	1.370.977.116
2	Chinês	23,2%	1.910,3%	1.392.320.407
3	Espanhol	7,9%	1.123,3%	439.320.916
4	Árabe	4,8%	5.296,6%	367.465.766
5	Português	4,3%	1.507,4%	260.874.775
6	Japonês	3,9%	132,9%	127.103.388
7	Russo	3,1%	2.721,8%	142.470.272
8	Alemão	2,9%	194,9%	94.652.582
9	Francês	2,8%	557,5%	377.424.669
10	Malaio	2,7%	1.216,9%	284.105.671
	Restantes línguas	15,7%	585,2%	2.325.143.057

Tabela 2.8 Línguas mais usadas na Internet (segundo o perfil do utilizador).

Fonte: Internet World Stats - <http://www.internetworldstats.com/stats7.htm> [06/01/2015].

Apesar das inconsistências do método identificadas por Peter Gerrand (2007), os dados apresentados na Tabela 2.8 permitem retirar algumas conclusões, sobretudo relativamente ao aumento exponencial da utilização da Internet por falantes de certas línguas no decorrer de pouco mais de uma década, entre 2000 e 2013 (veja-se, por exemplo, os casos do árabe, do russo e do chinês). Uma das críticas apresentadas aos dados recolhidos desta forma é não terem em conta o possível plurilinguismo dos falantes, por um lado, já que estes podem ter uma língua como língua oficial, mas

⁴⁸ Dados retirados de <http://www.unicode.org/versions/Unicode6.1.0/> [06/01/2015].

utilizarem outra, minoritária, nas suas interacções em linha, e, por outro lado, a possibilidade de um falante preferir fazer as pesquisas numa língua que considere mais prestigiosa do que a sua e à qual associe, mesmo que inconscientemente, uma maior fiabilidade da informação encontrada.

2.5.1 A produção de conteúdos digitais em linha

As pessoas geralmente interessam-se sobretudo por conteúdos apresentados na sua própria língua e que, de alguma forma, são mais relevantes para a sua vida pessoal ou profissional, razão pela qual é de todo o interesse tanto a nível local, como regional e supranacional investir em políticas linguísticas que promovam a produção de conteúdos digitais nas línguas e nos formatos que mais se adequem às populações (OCDE, 2012).

A UNESCO patrocinou um estudo sobre literacia informacional que recolheu listas de recursos elaborados noutras línguas que não o inglês, num espírito de inclusão multilingue. Apesar de apresentar listas de recursos em apenas 40 das línguas mais faladas no mundo, o objectivo será expandir ao maior número de línguas possível — *«no language is unimportant and the objective is to be as inclusive as possible»* (Horton, 2013: 21) — emitindo recomendações claras quanto ao envolvimento necessário aos níveis nacional, regional e internacional para fomentar a produção de conteúdos digitais nas várias línguas:

UNESCO recommends to the national, regional and international levels to work together to provide the necessary resources and take the necessary measures to alleviate language barriers and promote human interaction on the Internet by encouraging the creation and processing of, and access to, educational, cultural and scientific content in digital form, so as to ensure that all cultures can express themselves and have access to cyberspace in all languages, including indigenous ones (UNESCO, 2005: 11).

Sendo o multilinguismo uma das linhas de acção da UNESCO para promover a integração social, várias iniciativas têm sido postas em prática no sentido de promover

e proteger a diversidade linguística como património da humanidade, concretamente ao nível da sociedade da informação e do conhecimento. A *Initiative B@bel*, concretamente, tem levado a cabo uma série de projectos destinados a apoiar o desenvolvimento de conteúdos e ferramentas multilingues na sociedade em rede, que vão desde a promoção da educação multilingue, ao desenvolvimento de terminologia científica e técnica nas línguas locais, ao estabelecimento de uma plataforma de gestão de conteúdos multilingues em colaboração com o Infoterm (UNESCO, 2005).

A presença na *Web*, um indicador identificado por Peter Gerrand (2007) como mais fidedigno para estimar a diversidade linguística na Internet, tem na produção de conteúdos uma expressão significativa. Com a *Web 1.0*, e através das hiperligações que os criadores de conteúdo embebiam nas suas páginas, era possível algum grau de interactividade com o utilizador, apesar do carácter estático das páginas. A *Web 2.0*, porém, revolucionou esse panorama, na medida em que permite uma interacção e colaboração muito maiores por parte dos utilizadores, que passaram de receptores passivos a produtores activos dos seus próprios conteúdos. A *Web 2.0* permitiu, assim, a evolução da «publicação» para a «participação» (Androutsopoulos, 2010), dando aos utilizadores a capacidade de comentar, modificar e interligar textos seus ou produzidos por outros.

O crescimento das redes sociais nos últimos três anos foi um dos maiores impulsionadores da criação de conteúdos digitais (OCDE, 2012). O Facebook está entre os dez sítios *Web* mais visitados nos países da OCDE, sendo em muitos deles o segundo mais visitado, ultrapassado apenas pelo Google. Com mais de 1,35 mil milhões de utilizadores activos em Setembro de 2014⁴⁹, o Facebook é uma ferramenta que facilita a comunicação nas línguas locais (está disponível em mais de 70 línguas e em algumas variantes), unindo não só os utilizadores entre si, mas possibilitando também uma plataforma para a expressão de negócios electrónicos, permitindo às empresas desenharem campanhas feitas à medida de audiências específicas, concretamente em termos da língua utilizada.

⁴⁹ Dados recolhidos em <http://newsroom.fb.com/Key-Facts> [12/12/2014].

O mesmo estudo da OCDE identifica a Wikipédia como «*the largest and most popular general reference work on the Internet*» (OCDE, 2012: 172). Dada a natureza colaborativa da Wikipédia e o facto de possuir edições em 287 línguas (ou variantes) diferentes, os artigos disponíveis reflectem «*the overall Internet trend away from a single dominant language [...] the overall move of Internet use expanding beyond English*» (*ibidem*: 173). A Tabela 2.9 apresenta o número de artigos da Wikipédia por língua, espelhando a diversidade linguística deste recurso.

Língua	Artigos (23/03/2013)	Língua	Artigos (12/12/2014)
1 Inglês	4.191.221	1 Inglês	4.669.092
2 Alemão	1.567.153	2 Sueco	1.950.251
3 Francês	1.366.375	3 Neerlandês	1.802.445
4 Neerlandês	1.302.444	4 Alemão	1.785.858
5 Italiano	1.017.424	5 Francês	1.570.000
6 Russo	982.215	6 Waray-Waray	1.258.846
7 Espanhol	978.577	7 Cebuano	1.208.471
8 Polaco	957.759	8 Russo	1.170.403
9 Sueco	884.322	9 Italiano	1.662.345
10 Japonês	850.990	10 Espanhol	1.144.052
11 Português	773.734	11 Vietnamita	1.110.717
12 Chinês	681.085	12 Polaco	1.080.432
13 Vietnamita	577.778	13 Japonês	937.664
14 Ucrainiano	435.708	14 Português	855.408
15 Catalão	397.871	15 Chinês	800.063
16 Norueguês	371.816	16 Ucrainiano	542.433
17 Finlandês	319.255	17 Catalão	444.178
18 Cebuano	312.034	18 Persa	436.148
19 Waray-Waray	310.983	19 Norueguês	401.912
20 Persa	301.110	20 Finlandês	361.568

Tabela 2.9 Artigos da Wikipédia ordenados por língua.

Fonte: Dados obtidos em http://en.wikipedia.org/wiki/Wikipedia#Language_editions [12/12/2014].

Dada a preponderância do inglês como veículo de comunicação, por um lado, e o número de falantes de inglês como primeira língua (e mesmo como segunda língua), por outro, já seria de esperar que o idioma figurasse em primeiro lugar na Tabela 2.9. De salientar é também a preponderância das línguas europeias, embora se note uma ligeira alteração do cenário relativamente aos dados de finais de 2014. No entanto, se compararmos com a população mundial de falantes de cada uma das línguas como primeira língua (cf. Tabela 2.8), constatamos que o chinês tem mais falantes do que o

inglês, apesar de a medida de utilização da Internet permitida pela Wikipédia não reflectir essa relação. O que isto nos mostra é que a Internet é um espaço privilegiado para todas as comunidades linguísticas terem voz, independentemente do estatuto da língua que falam e do número de falantes, desde que tenham os recursos necessários para utilizarem as novas tecnologias da informação e da comunicação (cf. secção 2.1.4): *«[o]n the Net, all languages are as equal as their users wish to make them, and English emerges as an alternative rather than a threat»* (Crystal, 2003a: 120.).

2.5.2 As hiperligações como trampolins do conhecimento

Como qualquer novo meio de comunicação que é introduzido na sociedade — que a molda e é moldado por ela (McLuhan, 1994; Castells, 2007) — a Internet *«presents us with a channel which facilitates and constrains our ability to communicate in ways that are fundamentally different from those found in other semiotic situations»* (Crystal, 2003b: 5). A possibilidade de estabelecer hiperligações é uma característica fulcral da comunicação através da Internet. De modo a cimentar uma relação de confiança com os seus seguidores, os escritores de blogues fazem um uso intensivo da hiperligação, utilizando as hiperligações como citações, numa cultura de *ver para crer*: *«[o]n the Web, linking to original materials and references is considered a core characteristic of communication. The culture is oriented toward “see for yourself”»* (Benkler, 2006: 218). Num estudo sobre a hiperligação de conteúdos entre blogues, Scott Hale (2012) concluiu que os autores de blogues que escrevem em inglês têm muito menos probabilidade de estabelecer hiperligações para blogues escritos noutras línguas do que os escritores de blogues em espanhol ou japonês.

As hiperligações actuam também como ferramentas comunicativas que permitem o estabelecimento de relações entre as organizações, com um impacto na posição e no crescimento das organizações com o tempo (Weber, 2012). De facto, Rathimala Kannan e Marthandan Govindan (2011) concluíram que existe uma relação entre o número de hiperligações que apontam para o sítio institucional de uma

empresa e o seu desempenho em termos de vendas (electrónicas, no caso do grupo de empresas que compunham o estudo).

A organização do conhecimento na *Web* através das hiperligações deu origem a uma nova «sintaxe visual» (van Leeuwen, 2004), composta por itens lexicais isolados (geralmente nomes ou verbos) que, organizados através das escolhas tipográficas e das cores utilizadas, permitem ao utilizador a construção de unidades de sentido completas:

[w]ebsite interfaces consist in large part of multiple navigation bars, which are composed of bare nouns or verbs, or of nominal or verbal phrases. On YouTube for instance, the navigation bar above the video screen reads Home, Videos, Channels, Community. These are set in blue lettering against a light grey background. At the top right, we find Sign Up, Quick List, Help, Sign In; below the video are placed the items Rate, Share, Favorite, Playlists, Flag. Each of these clickable items links the video page to another video, a specific user activity, or another area of the website (Androutsopoulos, 2010: 209).

As hiperligações constituem, portanto, a forma mais visível de comunicação em rede, sendo actualmente uma das características fundamentais da *Web*, na medida em que permitem aos utilizadores uma maior participação na produção colectiva de conteúdos, através da estruturação do conhecimento e da organização de redes sociais, políticas e económicas.

2.6 A definição de políticas linguísticas

Em casos de diversidade linguística — seja no seio de uma empresa, de uma comunidade, de um país ou de uma organização internacional — geralmente há a necessidade de adoptar uma língua oficial (em alguns casos mais do que uma), que funciona não só na comunicação com o exterior, mas também na generalidade das comunicações internas. Diaz Fouces (2010) propõe a distinção entre políticas de regulação de intercâmbios externos e políticas de regulação de intercâmbios internos, ou seja, dada uma determinada comunidade de utilizadores, corresponderão

respectivamente às políticas linguísticas a implementar na comunicação externa e às políticas linguísticas que governam a comunicação interna. Dentro da comunicação interna, o autor distingue três níveis:

- i) indústrias culturais: políticas de projecção e difusão dos produtos culturais no exterior e políticas de restrição às importações culturais;
- ii) ensino: políticas de promoção do ensino da língua da comunidade no exterior e políticas de promoção do ensino de línguas estrangeiras dentro da comunidade;
- iii) tradução: políticas de fomento de traduções da língua da comunidade e traduções para a língua da comunidade.

No seu conjunto, estas políticas visam promover a língua da comunidade no exterior — concretamente sob a forma de subsídios à exportação de bens culturais, medidas de atracção de novos falantes e envolvimento no processo de tradução da língua da comunidade para outras línguas — ao mesmo tempo que promovem o multilinguismo no seio da comunidade. Em termos das políticas de regulação da comunicação interna, o autor distingue entre os modelos monolíngues e os modelos multilíngues, com variados graus de tradução ou ausência de tradução⁵⁰.

Os argumentos apontados como justificação para a escolha de uma língua em detrimento de outra(s) são frequentemente contraditórios (Pool, 1996): há quem advogue a eficiência (dizendo que só se atinge com a utilização de uma língua em exclusividade), há quem defenda outras noções como a equidade e a liberdade de acesso às instituições (se todos forem fluentes na mesma língua, então todos terão o mesmo acesso). No entanto, na medida em que a língua tem não só uma função comunicativa, mas é também um veículo de transmissão cultural e um instrumento de poder, a imposição de uma única língua numa comunidade multilíngue colocará necessariamente os falantes da(s) outra(s) em desvantagem.

Nesta secção analisaremos a definição das políticas linguísticas em duas vertentes — (i) o planeamento linguístico em sociedades multilíngues e (ii) a

⁵⁰ Ver a discussão relativamente às línguas utilizadas nas instituições da UE (secção 2.2.2).

promoção do ensino de línguas estrangeiras — tendo por base a definição de Grin (2005: 21):

[l]a « politique linguistique » ou « l'aménagement linguistique » est le champ de recherche théorique et empirique le plus directement en prise avec les questions que soulève la définition d'une politique d'enseignement des langues.

A elaboração e a avaliação de políticas linguísticas dependem de uma abordagem multidisciplinar (Grin, 2002), apoiada pelas ciências da linguagem (sobretudo a linguística aplicada), pelas ciências da educação (concretamente a didáctica das línguas) e pela economia da língua (como coadjuvante no processo de tomada de decisão e posteriormente fornecendo os instrumentos necessários para avaliar a sua implementação).

Grin e Sfreddo (2010) definem uma série de questões práticas que devem ser respondidas, no âmbito da economia da língua, para facilitar o processo de decisão em termos das políticas linguísticas a implementar:

Ensino de línguas
<ul style="list-style-type: none"> • Que línguas devem ser ensinadas? • A quem? • Até que nível de competência? • Através de que métodos?
Optimização dos regimes linguísticos de Estados plurilingues
<ul style="list-style-type: none"> • Que línguas devem ter o estatuto de oficiais? • Deve ser observada uma simetria ou devem ser introduzidas assimetrias como a discriminação positiva a favor das línguas minoritárias?
Planificação de medidas de apoio a línguas ameaçadas
<ul style="list-style-type: none"> • Quais são as medidas que permitem manter e revitalizar as línguas ameaçadas e por que razões? • Como devem ser organizadas as políticas de apoio?
Definição de objetivos linguísticos no âmbito das políticas de integração de imigrantes
<ul style="list-style-type: none"> • Quais as exigências linguísticas a definir? • A que grupos devem ser aplicadas e porquê? • Como combinar estas medidas com uma política mais geral da gestão do relacionamento cultural?
Seleção e definição de regimes linguísticos no seio de organizações plurilingues
<ul style="list-style-type: none"> • Quantas línguas devem ser oficializadas? • Porquê e em função de que critérios? • Como caracterizar estes regimes em termos do número de direcções de tradução e de interpretação garantidas, bem como de esforço residual de aprendizagem dessas línguas pelos participantes cujas línguas não serão traduzidas? • A que estratégias recorrer para assegurar a comunicação?

Tabela 2.10 O processo de decisão em torno das políticas linguísticas.

Fonte: Adaptado de Grin e Sfreddo (2010: 8).

As respostas a estas questões, adaptadas à realidade de cada situação deverão conduzir a uma análise que resulte na política linguística mais ajustada à comunidade linguística.

2.6.1 O planeamento linguístico em sociedades multilingues

Tradicionalmente, a abordagem à definição de políticas linguísticas é feita sob uma de três perspectivas principais (Grin, 2006b): (i) perspectiva legal, na qual se enunciam os direitos linguísticos das populações; (ii) perspectiva cultural, na qual as línguas são encaradas como manifestações culturais; e (iii) perspectiva educativa, que se concentra no ensino das línguas. As considerações sobre o valor económico da língua permitem enquadrar no discurso em torno da definição de políticas linguísticas uma nova perspectiva, considerando que os indivíduos têm um conjunto de objectivos (ou preferências, ou gostos) que define as suas intenções, ao mesmo tempo que estão sujeitos a um conjunto de constrangimentos (materiais, técnicos, pessoais, etc.), que restringem o que os indivíduos podem fazer com os recursos de que dispõem (Grin & Vallaincourt, 1999): o comportamento dos indivíduos revela, portanto, explícita ou implicitamente, a forma racional de melhor utilizar os recursos escassos de que dispõem (sendo a própria escassez de recursos um constrangimento) de modo a atingirem os seus objectivos.

Porém, as considerações económicas não devem determinar as políticas linguísticas, que são, exactamente, do domínio político, servindo antes para ajudar os indivíduos a avaliar, formular e comparar opções, permitindo-lhes confrontar as vantagens e as desvantagens dos diversos modelos, de modo a fazerem uma escolha transparente e baseada em princípios sustentáveis (Grin, 2002, 2006b). Muitas vezes,

as considerações económicas levam os autores a afirmar que existe uma relação negativa entre o multilinguismo e o desenvolvimento socioeconómico⁵¹:

[e]mpirical observation seems to confirm that linguistic fragmentation, in the absence of a lingua franca, is not compatible with a high socio-economic development — at least in terms of the standard parameters of conventional economic evaluation and accounting (Dalmazzone, 1999: 67).

Nessa óptica, e com o intuito de testar a hipótese Fishman-Pool — ou seja, a noção de que a heterogeneidade linguística implica um menor desenvolvimento económico — Nettle (2000) desenvolve um estudo com dados contemporâneos e mais exactos e encontra provas de uma relação inversa entre a heterogeneidade linguística e o nível de desenvolvimento económico de um país, ecoando, até certo ponto, as descobertas de Fishman e de Pool.

Joshua Fishman (1966) dividiu uma amostra mundial de países entre os linguisticamente homogéneos e os linguisticamente heterogéneos e comparou os dois grupos utilizando vários indicadores económicos e sociais. Concluiu que os países linguisticamente heterogéneos, quando comparados com os linguisticamente homogéneos, tinham, em média, taxas de mortalidade mais elevadas, taxas de mortalidade infantil mais elevadas, menor esperança de vida para as mulheres, produtos internos brutos (PIB) menores, rendimentos estatais menores, menos alunos inscritos no ensino superior, taxas de literacia mais baixas, governos mais totalitários e menos participativos, menos televisores, rádios e jornais (Nettle, 2000).

Por seu turno, e na sequência de uma revisão da literatura em torno da relação entre a diversidade linguística e o desenvolvimento socioeconómico, Jonathan Pool reúne as consequências comumente apontadas da heterogeneidade linguística:

⁵¹ Desmet, Weber e Ortuño-Ortín (2009) apresentam dados que corroboram esta hipótese. Segundo os autores, a diversidade linguística tem um efeito estatística e economicamente relevante na redistribuição: «*[c]ompared to an average level of redistribution of 9.5% of GDP, the model predicts that an increase in [language] diversity by one standard deviation lowers redistribution as a share of GDP by about one percentage point. In other words, an increase by one standard deviation lowers redistribution by about 10%*» (*ibidem*: 1293).

[language diversity] aggravates political sectionalism; hinders inter-group cooperation, national unity, and regional multinational cooperation; impedes political enculturation, political support for the authorities and the regime, and political participation; and holds down governmental effectiveness and political stability. Similarly it is said that language diversity slows economic development, by, for example, braking occupational mobility, reducing the number of people available for mobilization into the modern sector of the economy, decreasing efficiency, and preventing the diffusion of innovative techniques (Pool, 1969: 140-141).

Tendo em vista um possível planeamento linguístico — ou a constatação de que a sua ausência terá um efeito mais positivo para a sociedade — Pool correlacionou o PIB *per capita* de um país com o seu grau de heterogeneidade linguística, para assim obter uma classificação das línguas que permitisse a um planeador linguístico avaliar a relevância da heterogeneidade linguística para o desenvolvimento. Conclui então que independentemente do grau de uniformidade ou fragmentação de um país, o subdesenvolvimento é sempre uma possibilidade, mas um país que seja muito heterogéneo em termos linguísticos será sempre subdesenvolvido: «*[l]anguage uniformity, then, is a necessary but not sufficient condition of economic development, and economic development is a sufficient but not necessary condition of language uniformity*» (Pool, 1969: 149).

Na sequência do estudo que realiza, replicando o trabalho de Pool, Nettle (2000) considera que uma interpretação possível dos resultados passa pelo estabelecimento de uma relação causal directa entre a heterogeneidade linguística e o subdesenvolvimento económico — colocando-se a hipótese de que a fragmentação linguística gera divisão, conflito entre facções e corrupção —, embora admita também que a correlação que encontrou se possa dever simplesmente ao condicionamento linguístico e económico por factores geográficos: «*[a] more realistic interpretation of the correlation would therefore stress that languages and economies coevolve under the constraints of physical and human geography*» (Nettle, 2000: 344). Apesar de não descartar a possibilidade de a heterogeneidade linguística ter alguma influência causal sobre o desempenho económico, Nettle concluiu que não há quaisquer bases para

uma justificação económica de tentativas de imposição da uniformidade linguística num país.

De um ponto de vista económico, cada uma das políticas linguísticas à disposição dos indivíduos acarreta vantagens e desvantagens, ou seja, benefícios e custos, pelo que a política linguística adoptada deve ser aquela que maximiza a diferença entre os benefícios e os custos (Grin, 2006b). O autor considera que a política linguística propõe a mudança de um ambiente linguístico existente — «*a set of demolinguistic, institutional, and sociological facts*» (Grin, 2006b: 83) — para outro ambiente, supostamente preferível, sendo legitimada pelas deficiências do mercado, tais como as externalidades de rede e o facto de a língua poder ser encarada como um bem público. Dadas as imperfeições do mercado, em última instância, seria economicamente defensável a imposição de uma política linguística que subsidiasse a aprendizagem de uma língua maioritária pelos falantes de uma língua minoritária, já que essa solução teria menos custos e mais benefícios (sendo a língua encarada apenas como instrumento de comunicação e deixando de parte todos os outros valores culturais, éticos e até afectivos de que já falámos).

Aplicando as considerações sobre as externalidades de rede associadas à língua, Church e King (1993) derivam uma prova formal de que o óptimo privado da aprendizagem de uma L2 (resultante de investimentos isolados dos indivíduos que tendem a maximizar a sua própria utilidade) e o óptimo colectivo (que maximiza o bem-estar social total) podem não coincidir. Por conseguinte, Church e King defendem que alguma intervenção do Estado, capaz de internalizar os efeitos que tendem a ser descurados no processo de decisão individual, pode resultar numa solução mais vantajosa para o bem-estar comum. Para o mecanismo do mercado ser capaz de alcançar um resultado eficiente, de facto, uma condição necessária é que cada agente encare os custos e os benefícios sociais reais das suas interacções — e não apenas os individuais — e que faça escolhas que reflectam esses custos e benefícios. Assim, a maximização do bem-estar colectivo, na presença de externalidades de rede no «mercado das línguas» requer que as instituições colectivas sejam capazes de

internalizar a externalidade, ou seja, de corrigir as ineficiências nos resultados agregados das escolhas individuais (Dalmazzone, 1999).

Para Church e King (1993), a eficiência do equilíbrio de Nash⁵² depende do custo da aprendizagem. Nessa óptica, os autores desenvolvem um modelo para avaliar os custos e benefícios do bilinguismo numa sociedade em que existem duas línguas concorrentes. No já citado modelo utilizado por Church e King existem duas línguas, E e F. Cada indivíduo tem de aprender pelo menos uma dessas línguas para comunicar com outros indivíduos; existem n pessoas nessa economia; os indivíduos são idênticos em tudo, excepto em relação às suas competências linguísticas. As duas línguas são substitutos perfeitos na medida em que ambas têm a mesma função de benefícios. Devido à acção das externalidades de rede, a utilidade de cada indivíduo aumenta com o número de outros indivíduos com quem pode comunicar. Na sequência da sua análise, Church e King concluem que, de uma perspectiva da política linguística a implementar, o resultado óptimo não passa pela concessão de um subsídio para a aprendizagem da língua minoritária, mas sim pelo inverso. Para a economia, se os custos de aprendizagem de uma L2 não forem muito elevados, o óptimo de Pareto é alcançado quando o grupo mais pequeno adquire a língua do grupo maior, já que tal implica menos custos. Nesta perspectiva, o objectivo principal da política linguística será certificar-se de que o grupo que fala a língua minoritária se torne bilingue⁵³.

Numa perspectiva mais radical, e em termos meramente económicos, o ideal seria até que a língua minoritária desaparecesse por completo em favor da língua dominante: com uma única língua, a facilidade de comunicação aumenta e deixam de existir quaisquer custos de aprendizagem de uma segunda língua. No entanto, este tipo de raciocínio, tal como a argumentação de Church e King, funciona apenas ao nível teórico, num modelo onde os agentes não manifestam qualquer preferência relativamente à língua que adoptam. A realidade, porém, é bem diferente. E se o valor

⁵² Na Teoria dos Jogos, o equilíbrio de Nash é atingido quando a estratégia adoptada pelos jogadores é a sua melhor escolha tendo em conta as estratégias adoptadas pelos restantes jogadores.

⁵³ Numa aplicação do modelo desenhado por Church e King (1993) a uma economia não com duas, mas com três línguas, Atuesta e Gamboa concluem igualmente que «*el óptimo social es que los individuos aprendan el idioma dominante, es decir el idioma hablado por el grupo más grande de personas*» (Atuesta & Gamboa, 2007: 9).

de mercado de uma língua pode, em teoria, levar a uma tomada de decisão racional com base numa estrutura de incentivos (custos e benefícios), os valores extra-mercado desempenham, muitas vezes um papel preponderante (Grin, 2005). A forte ligação das comunidades à sua língua (sobretudo as minoritárias) e a frequente associação da língua a causas políticas, nacionalistas e religiosas limitam o funcionamento do mecanismo de externalidades de rede (Dalmazzone, 1999), levando, muitas vezes, o Estado a agir. Alarcón Alarcón resume bem a tensão entre a procura do cenário óptimo em termos económicos e a importância do bem-estar social no que toca à definição de políticas linguísticas:

[c]omprender la compatibilidad entre fervor nacional y racionalidad lingüística, es tanto comprender el papel de los idiomas en la formación de los estados nación durante el siglo XIX, como comprender su papel en las formas de organización de la sociedad capitalista avanzada del siglo XXI (Alarcón Alarcón, 2005: 106).

Para o autor, a opção pela promoção de uma língua implica necessariamente ter em conta a instrumentalização política e económica da mesma. Para além das considerações políticas, históricas e até éticas relativamente à protecção e promoção estatal de uma língua minoritária, as estimativas económicas apontam para um acréscimo de apenas 4% ou 5% da educação bilingue, quando comparado com a educação monolingue, já que esta é, de base, uma responsabilidade do Estado e, por conseguinte, há que somar apenas os custos necessários para tornar a educação obrigatória monolingue em bilingue (Grin, 2010b). O autor vai mais longe e afirma que, comprovadamente, o multilinguismo é um factor de valor acrescentado, estimando que represente 10% do PIB da Suíça (Grin, 2010a).

2.6.2 A promoção do ensino de línguas estrangeiras

Na linha de Grin (2002), consideraremos aqui «língua estrangeira» e L2 como equivalentes, englobando a aprendizagem de qualquer língua que não seja a língua materna do indivíduo, independentemente do estatuto dessa língua na comunidade. Assim, partindo do pressuposto de que cada indivíduo tem uma única língua materna

(e deixando de parte os casos de bilinguismo ou multilinguismo desde a nascença, difíceis de identificar), qualquer outra língua que o indivíduo aprenda será aqui considerada indiferentemente «língua estrangeira» ou segunda língua — incluímos, portanto, nesta definição o inglês para um indivíduo português (língua estrangeira para a comunidade portuguesa), mas igualmente o inglês para um indivíduo canadiano francófono (segunda língua para a comunidade canadiana).

Enquadrando a sua discussão na teoria do capital humano e com base em dados relativos à aprendizagem do inglês na Suíça, Grin (2002) conclui que embora exista uma forte correlação entre ganhos mais elevados e maior competência em inglês, favorecer a sua aprendizagem irá redundar na sua banalização. De facto, é sabido que «*[t]he larger the number of individuals in the other language group who learn the native tongue of an agent, the smaller the benefit from second language acquisition for that agent.*» (Gabszewicz, Ginsburgh, Laussel & Weber, 2010: 2). Neste sentido, em termos económico, e tendo em conta o valor de uma L2 no mercado de trabalho, as políticas linguísticas europeias, por exemplo, não se deviam concentrar na promoção do inglês como L2 generalizada, mas sim sobre outras línguas de igual forma (Grin, 2002).

Embora os governos tenham à sua disposição uma variedade de canais de intervenção em termos de implementação de políticas linguísticas — imposição da utilização de uma determinada língua nos contactos com as autoridades e as instituições públicas, bem como no sistema judicial; financiamento estatal aos meios de comunicação em massa, políticas culturais na literatura e nas artes — a educação é o principal veículo de transmissão e implementação da política linguística (Grin, 2003).

Em termos individuais, os motivos que poderão levar um indivíduo a aprender uma língua estrangeira, ou seja, os seus «incentivos» são variados. Csizér e Dörnyei (2005) apontam as seguintes motivações para a aprendizagem de uma L2:

- possibilidade de integração: reflecte uma visão positiva da L2 e da sua cultura, bem como um desejo de se aproximar do «eu» ideal da L2;
- instrumentalidade: refere-se aos benefícios pragmáticos percebidos do domínio da L2;

- atitudes perante os falantes da comunidade da L2: especificamente atitudes relacionadas com um possível contacto com falantes da L2;
- interesse cultural: reflecte um apreço pelos produtos culturais associados à L2 e transmitidos pelos média (por exemplo, filmes, vídeos, programas televisivos, música pop, revistas e livros);
- vitalidade da L2: importância e riqueza percebidas das comunidades da L2;
- ambiente: influências sociais que derivam do ambiente imediato, como sejam a família e os amigos;
- autoconfiança linguística: reflecte a crença de que o domínio da L2 está ao alcance do falante.

Aplicando um modelo baseado na teoria dos jogos para a formalização da escolha dos agentes relativamente à aquisição de línguas estrangeiras, Selten e Pool (1991) constatarem o seguinte:

- filhos de falantes de uma mesma língua têm a tendência de aprender essa língua, a não ser que seja falada raramente no exterior ou que tenha más conotações na sociedade;
- a imersão num meio em que se fale uma língua diferente da sua primeira tende a fazer os indivíduos acrescentar essa L2 ao seu repertório;
- a aquisição formal de uma L2 em casos em que não exista imersão depende de vários factores:
 - se a língua tem muitos falantes;
 - se tem falantes muito distribuídos;
 - se tem falantes ricos e poderosos;
 - se tem prestígio em termos literários, artísticos e históricos.

Se confrontarmos as conclusões de Selten e Pool (1991) com as de Csizér e Dörnyei (2005), as primeiras centradas em agentes num modelo idealizado e as segundas resultantes de um estudo levado a cabo com aprendentes de L2, verificamos que as motivações individuais têm, muitas vezes, uma motivação colectiva. O facto de uma língua ter um elevado número de falantes (distribuídos por vários países), ricos e poderosos e apoiados por uma cultura de prestígio justifica a possibilidade de

integração, a instrumentalidade, as atitudes perante os falantes da L2, o interesse cultural e a vitalidade da L2, deixando como motivações pessoais apenas o ambiente e a autoconfiança.

Trabalhando com base no modelo de Selten e Pool (1991), Ginsburgh *et al.* (2007) acrescentam uma importante variável — a heterogeneidade do custo de aprendizagem — que reflecte o facto de a dificuldade e, por conseguinte, o custo de aprender uma nova língua depender da proximidade linguística da sua língua materna⁵⁴. No seu estudo, os autores concluem que existem três variáveis que explicam a percentagem de falantes que aprendem uma determinada L2 sem haver a necessidade de ter em conta os incentivos que cada indivíduo poderá ter para aprender essa língua:

- quanto maior for a população da L1 menos indivíduos tenderão a aprender uma L2;
- quanto mais falantes a L2 tiver, mais indivíduos irá atrair;
- quanto maior for a distância entre a L1 e a L2, menos falantes da L1 quererão adquirir a L2.

Em resumo, os falantes de línguas maioritárias não têm a tendência de aprender uma segunda língua. Pelo contrário, os incentivos para os falantes de línguas minoritárias adquirirem uma língua mais falada são geralmente elevados. A escolha dessa língua é frequentemente feita com base no número de falantes e na distância entre a língua materna e a língua estrangeira: quanto mais falantes a língua estrangeira tiver e quanto mais próxima se encontrar da língua materna, tanto maiores serão os incentivos para a sua aprendizagem.

Grin, Sfreddo e Vaillancourt defendem que a promoção da aprendizagem de línguas estrangeiras através do sistema de ensino «*is generally a well-advised policy*» (Grin *et al.*, 2010: 143), muito embora as políticas de promoção do ensino da L2 não

⁵⁴ Ginsburgh *et al.* definem a distância linguística com base na classificação em famílias de línguas proposta por Dyen, Kruskal e Black (1992).

possam ser estáticas e tenham de se adaptar às necessidades do mercado⁵⁵: havendo um aumento do número de indivíduos que dominam uma determinada L2, o seu valor no mercado tenderá a diminuir e talvez o Estado tenha a necessidade de implementar políticas que favoreçam a aprendizagem de outra L2. A escolha das línguas estrangeiras a adoptar depende, portanto, de factores sociais, políticos e até culturais, devendo ser feita uma análise económica antes de ser tomada qualquer decisão política.

Ao longo deste capítulo procurámos explorar a dinâmica entre o multilinguismo e o multiculturalismo na sociedade em rede, por um lado, e a aparente hegemonia do inglês enquanto *lingua franca* contemporânea, por outro. Encontrámos indícios de que, apesar da força aparentemente aglutinadora da globalização, o inglês está longe de poder ser considerado uma língua de expressão universal, como muitos dos seus defensores querem fazer crer. Concretamente no seio da UE, não se vislumbra, actualmente, a possibilidade de alteração do pendor multilingue e multicultural que define a Europa dos 28, muito embora o inglês (e, em certa medida, o francês e o alemão) sejam privilegiados em certos sectores. Contudo, na área dos negócios, onde se insere o relato financeiro cuja terminologia será objecto de estudo na segunda parte desta tese, a predominância do inglês é inquestionável.

Na medida em que as línguas têm um forte peso económico, a definição de uma segunda língua para o relato financeiro em Portugal reflecte a presença do inglês como *lingua franca* nos mercados de capitais ao nível internacional: «[t]he choice of a language of account, even when made unconsciously, is not neutral» (Parker, 2001: 133). Reportando-se às empresas europeias, Parker identifica quatro possibilidades para a escolha da língua de relato financeiro:

⁵⁵ Também para os imigrantes parece fazer sentido, em termos económicos, proporcionar cursos de formação na língua do país de acolhimento, já que tal irá fortalecer a sua integração e aumentar a sua produtividade (Swedberg Gonzalez, 2010).

- a língua que é estatisticamente dominante (isto é, aquela que é falada por mais pessoas);
- a língua que é sócio-politicamente dominante (ou seja, a que foi eleita pela elite sociopolítica);
- a língua oficial (isto é, a língua usada pelo Estado);
- uma língua estrangeira (por exemplo, o inglês, o francês, o espanhol).

Em Portugal, a escolha da língua de relato não é, de todo, inconsciente. Como veremos no capítulo VI, além do português, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) obriga as empresas que supervisiona à publicação de uma série de informações em inglês. Esta escolha é motivada não só pela hegemonia do inglês enquanto *lingua franca* no mundo dos negócios, como referimos no capítulo precedente, mas também por uma orientação da política linguística nacional, que privilegia evidentemente o inglês como L2.

No capítulo seguinte, concluiremos o enquadramento da língua na sociedade em rede para efeitos da análise do discurso do relato financeiro, fazendo referência ao papel veicular que desempenha na transmissão da informação e do conhecimento em contexto empresarial.

Capítulo III. O papel da língua na transmissão do conhecimento

Where is the Life we have lost in living?

Where is the wisdom we have lost in knowledge?

Where is the knowledge we have lost in information?

(T. S. Eliot, «The rock», 1934)

Definida a importância da língua na sociedade em geral e, em concreto, no que diz respeito ao seu valor na economia em rede dos dias de hoje, importa agora averiguar o seu papel na transmissão do conhecimento, o último prisma pelo qual a língua será analisada na primeira parte deste trabalho. Neste capítulo, procuraremos salientar a relevância da língua no processo de criação e transmissão do conhecimento, analisando brevemente o conhecimento e a sua transmissão na óptica da gestão das organizações.

Apesar de manifestamente multidisciplinar, o discurso em torno da gestão do conhecimento é claramente lacónico no que toca à posição ocupada pela língua na sua transferência e gestão. Poucos são os autores que reconhecem na língua o veículo primordial da transmissão do conhecimento e, como tal, vector fundamental para o sucesso da sua transferência. Ikujiro Nonaka e David Teece, por exemplo, reconheceram essa lacuna, admitindo que a investigação transdisciplinar no campo da gestão do conhecimento teria a ganhar com a integração de teorias relativas a diferentes áreas, entre elas a investigação no campo linguístico (Nonaka & Teece, 2001).

A transformação dos paradigmas sociais que vimos nos capítulos precedentes e que resultou naquela que é a actual sociedade em rede e do conhecimento, movida sobretudo pelas evoluções em termos das tecnologias da informação e da

comunicação e pelas sucessivas ondas de globalização, teve um impacto profundo na estrutura tradicional dos mercados (Andreu & Sieber, 2001), fazendo com que a maior fonte de vantagem competitiva das empresas seja a criação e utilização eficiente do conhecimento de que dispõem. Neste panorama, conseqüentemente, «*the success of a company in the twenty-first century will be determined by the extent to which its leaders can develop intellectual capital through knowledge creation and knowledge-sharing on a global basis*» (Ichijo & Nonaka, 2007: 3). Esta ideia é transversal à generalidade dos autores que trabalham as noções da gestão do conhecimento, entendido como «*the one source of lasting competitive advantage*» numa economia «*where the only certainty is uncertainty*» (Nonaka, 1991: 96), cada vez mais globalizada, onde as empresas se diferenciam maioritariamente por aquilo que sabem: «*[k]nowledge is the most sought-after remedy to uncertainty*» (Davenport & Prusak, 1998: 25).

Peter Drucker foi dos primeiros a identificar tal mudança de disposição da sociedade. Numa época que considerou de «descontinuidades», Drucker reconheceu que, após a Segunda Guerra Mundial, o conhecimento emergiu como um recurso fundamental da economia, operando mudanças profundas ao nível das formas de trabalho, da mão-de-obra, do ensino e da aprendizagem (Drucker, 1992 [1969]: xxix). A importância fundamental do conhecimento para a sociedade humana, porém, tem raízes muito mais antigas. Apesar de haver quem afirme, despudoradamente, que «*[k]nowledge was originally recognized in the sixteenth century by the philosopher Francis Bacon (1597), who said “knowledge is power”*» (Giju, Badea, López Ruiz & Nevado Peña, 2010: 28), séculos de evolução humana atestam que, embora não fosse considerado um recurso económico como passou a ser desde meados do século XX, o conhecimento sempre foi o principal motor de desenvolvimento da sociedade, sendo a busca do conhecimento o tópico central de debate na Filosofia desde que há memória. Hirotaka Takeuchi afirma com algum humor: «*[a]n old concept [knowledge], dating back to 400 BC is being heralded today as one of the newest ideas in management*» (Takeuchi, 2001: 315). Para o autor, a novidade está no reconhecimento da importância da criação e disseminação do conhecimento no seio de uma organização e não, obviamente, no reconhecimento do conhecimento *per se*.

Foi Platão quem consagrou a definição canónica de conhecimento como *crença verdadeira justificada* (Teeteto, 200d-2002d). É canónica não por ser definitiva e isenta de controvérsia, mas porque grande parte da epistemologia posterior se dedicou a esclarecer todas e cada uma das suas três condições apresentadas como necessárias e suficientes (crença, verdade, justificação). Apesar da formulação tardia desta definição no interior do pensamento de Platão, o aprofundamento da famosa Teoria das Ideias nos diálogos do período médio, como *Fedro* e *A República*, pode elucidar a condição factiva do conhecimento — o conhecimento «*noêsis*» é-o apenas da verdade, sendo a mera crença do domínio da opinião «*doxa*» — pelo que a justificação adequada terá de advir do trabalho do intelecto, em vez de assentar no da percepção. É nesta distinção, aliás, que radica a noção generalizada que perpassa a literatura da gestão do conhecimento de que o conhecimento só tem existência por acção da mente humana. De facto, Davenport e Prusak afirmam que o conhecimento «*derives from minds at work*» (Davenport & Prusak, 1998: 5).

Como ilustra a experiência mental da alegoria da caverna (*A República*, L. VII, 514a-518b), a crença baseada nos sentidos — personificada pelos prisioneiros acorrentados — revela apenas um simulacro da realidade, uma realidade aparente e mutável, ainda que persuasiva. Pelo contrário, aquele que ousa olhar a luz em vez das sombras aspira verdadeiramente a conhecer, apreendendo não a sombra, mas o objecto ele-mesmo, não a cópia sensível, mas a Ideia Inteligível. O conhecimento identifica-se assim com a apreensão das Ideias «*eidos*», que mais do que universais, constituem antes realidades existentes separadas da mente, mas em relação com ela; imutáveis e não empíricas, mas simultaneamente partilhando as mesmas características dos objectos do mundo sensível, dos quais são a causa ou modelo.

Do mesmo modo, não é o pintor que pinta uma bela paisagem, por exemplo, quem conhece verdadeiramente a beleza, mas antes aquele que busca a ideia de Belo; mais do que convencer alguém de que uma acção é justa, importa saber o que é a Justiça. E não por acaso, conclui Platão, deverá caber àquele que assim busca o conhecimento — o filósofo — a governação da cidade: não porque é poderoso ou hábil, mas porque possui a paixão pela verdade e a sua actividade o aproxima do

conhecimento da ideia de Bem, a ideia suprema da qual deriva tudo o que é Bom e Belo e Justo.

Platão encara a linguagem como a relação entre as palavras e os objectos que nomeiam, sem autonomia relativamente a outros domínios do conhecimento e à própria realidade (Macedo, 1998), enquadrando o seu estatuto na teoria do conhecimento, sobretudo na articulação de três diálogos: *Crátilo*, *Teeteto* e *Sofista*. Para Platão,

[a] linguagem não é, portanto, nem um factor de conhecimento nem um factor de compreensão — mas uma condição pela qual conhecimento e compreensão são possíveis. Ou melhor: ela é um meio de, através do jogo contínuo destes dois movimentos, atingir algo que não é já nem um nem outro, embora os suponha a ambos (Mesquita, 1997: 101).

É exactamente a função de meio, ou veículo, de transmissão do conhecimento que parece estar ausente do discurso da gestão do conhecimento, já que poucos são os autores desse domínio que reconhecem que a língua tenha algum lugar no processo e nenhum se questiona sobre a sua influência para o sucesso ou insucesso de uma eficaz disseminação do conhecimento. Adelaide Wilcox King e Carl Zeithaml afirmam que o conhecimento é «*captured through language*» e a língua, portanto, «*articulates the scope of what is and is not organizational knowledge*» (Wilcox King & Zeithaml, 2003: 764).

Na óptica da transmissão do conhecimento no seio de uma organização, Thomas Davenport e Laurence Prusak salientam que uma língua partilhada é essencial para uma transferência de conhecimento produtiva. Sem uma língua comum, os indivíduos não se compreendem nem confiam uns nos outros: «*[p]eople can't share knowledge if they don't speak a common language*» (Davenport & Prusak, 1998: 98), portanto «*[g]roup members must develop enough of a common language to understand one another*» (*ibidem*: 61). Por «língua comum» ou «língua partilhada» os autores referem-se não só à língua efectiva (seja inglês, espanhol ou outra), mas também ao jargão técnico característico de cada área do saber, isto é, à terminologia específica dessa área do saber, ou, por outras palavras, à sua língua de especialidade

(cf. Capítulo V). Uma das barreiras à transmissão do conhecimento é precisamente a escassez de terminologia partilhada, que pode fazer com que um engenheiro e um técnico de *marketing* não se consigam entender.

Já Drucker (1973), reportando-se ao diálogo *Fédon* de Platão, salientava que Sócrates defendia que temos de recorrer à experiência de vida de cada pessoa para constituirmos uma base de entendimento comum:

[o]ne can communicate only in the recipient's language or in his terms. And the terms have to be experience-based. It, therefore, does very little good to try to explain terms to people. They will not be able to receive them if they are not terms of their own experience. They simply exceed their perception capacity (Drucker, 1973: 332).

A base para o desenvolvimento do conhecimento organizacional é o processo pelo qual o conhecimento é transmitido e passa por algum tipo de língua, seja escrita, oral ou representação visual. A partilha de uma língua é, portanto, crucial para uma eficaz transmissão do conhecimento, já que aquilo que não é compreendido é esquecido e descartado (von Krogh, Roos & Slocum, 1994).

3.1 A pirâmide do conhecimento

Na literatura dedicada à gestão do conhecimento, existem inúmeras classificações epistemológicas. Para a generalidade dos autores, a distinção entre dados, informação, conhecimento e (para menos autores) sabedoria é clara e está na base de qualquer teoria que se pretenda aplicar à gestão do conhecimento nas organizações. T. S. Eliot, no poema «The rock», publicado em 1934, terá sido o primeiro a estabelecer o que viria a ser mais tarde uma hierarquia entre informação, conhecimento e sabedoria⁵⁶. Pelas palavras de Eliot, podemos depreender que a informação dá acesso ao conhecimento e o conhecimento dá acesso à sabedoria. Tragicamente, o Homem parece ter perdido, segundo o poeta, acesso a ambos — ao

⁵⁶ Os versos relevantes encontram-se em epígrafe no início desta secção, pelo que os retomamos aqui: «Where is the wisdom we have lost in knowledge? / Where is the knowledge we have lost in information?».

conhecimento e à sabedoria — restando apenas a informação. Mais tarde, o modelo incluirá também os dados, na sua base, levando o filósofo da comunicação David Weinberger a afirmar: «*[t]here's obviously plenty of data in the world, but not a lot of wisdom*» (Weinberger, 2013: 11).

A literatura aponta para uma sequência de versos da música «Packard Goose» de Frank Zappa, pertencente à ópera *rock Joe's Garage Acts II & III*, de 1979, como constituindo a segunda articulação da hierarquia dados-informação-conhecimento que se veio a popularizar na década seguinte:

Information is not knowledge.

Knowledge is not wisdom.

Wisdom is not truth.

Truth is not beauty.

*Beauty is not love*⁵⁷.

Independentemente do que se possa ler ou não na letra de uma canção de *rock*, os conceitos de informação, conhecimento, sabedoria, verdade e beleza, tradicionalmente associados à noção de conhecimento que vem desde Platão, encontram expressão nestas palavras. Contudo, os primeiros textos teóricos a abordar a progressão de dados para conhecimento surgem em finais da década de 1980: Zeleny (1987) e Ackoff (1989). Mais tarde, também Nonaka (1991) e Davenport e Prusak (1998) apresentam definições que assentam na distinção entre os elementos fundamentais da chamada «hierarquia do conhecimento», em que cada elemento da hierarquia subsume os elementos anteriores:

[w]isdom is located at the top of a hierarchy of types [...] Descending from wisdom there are understanding, knowledge, information, and, at the bottom, data. Each of these includes the categories that fall below it – for example, there can be no wisdom without understanding and no understanding without knowledge (Ackoff, 1989: 3).

⁵⁷ A sequência termina com os versos «*Love is not music. / Music is the best.*»

Em termos formais, a hierarquia do conhecimento é frequentemente representada por uma pirâmide, ilustrada abaixo pela Figura 3.1.

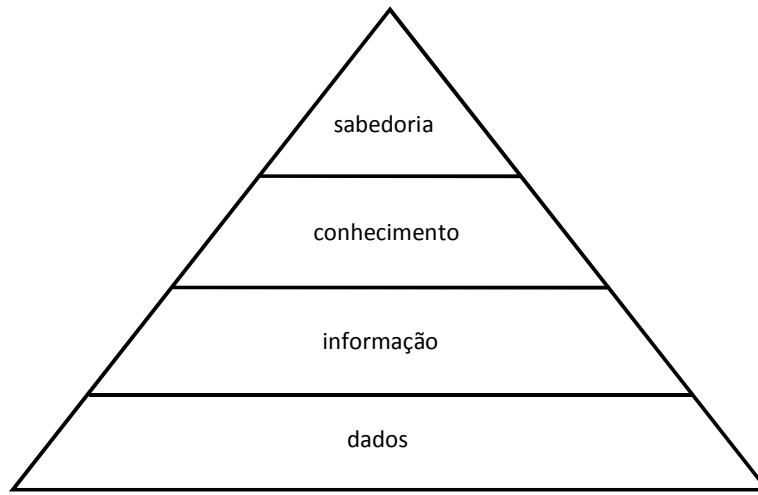


Figura 3.1 A pirâmide do conhecimento.

Apesar de muito popular na literatura relacionada com a gestão do conhecimento (e também com a gestão da informação), a pirâmide do conhecimento apresenta formulações diferentes consoante os autores — Ackoff, por exemplo, considera o nível *understanding* entre *wisdom* e *knowledge* e Zeleny acrescenta o nível de *enlightenment* a seguir à sabedoria, que corresponde à inclusão da dimensão de «verdade» — enquanto outros abordam a hierarquia sem a desenharem e outros ainda criticam-na e consideram-na pouco funcional. Weinberger (2013), por exemplo, julga a imagem da pirâmide redutora, pois considera que, se a passagem entre dados e informação é justificável, já o mesmo não se pode dizer relativamente à passagem da informação para o conhecimento.

3.1.1 Dados

Ackoff (1989) descreveu os dados como produtos da observação sem qualquer utilidade até terem um formato utilizável. Devido à sua própria natureza, os dados (e também a informação) são fragmentados, parciais e atomizados, por oposição ao conhecimento e à sabedoria, que são holísticos e integrativos por definição (Zeleny, 1987). Como componentes que são, os dados podem ser gerados sem qualquer

interpretação humana directa. Utilizando como metáfora a confecção do pão, os dados são, para Zeleny, os átomos e as moléculas que compõem os ingredientes.

Considerando os dados como factos discretos e objectivos acerca dos acontecimentos, Davenport e Prusak (1998) propõem a definição de dados para um ambiente organizacional como registos estruturados de transacções. Para os autores, mais dados não implicam melhores decisões: por um lado, porque a maior quantidade dificulta a identificação daquilo que realmente é importante e, por outro, devido à falta de sentido inerente dos dados.

3.1.2 Informação

À semelhança dos dados, para Zeleny (1987), também a informação é fragmentada e potencialmente gerada sem interpretação humana directa. Utilizando o exemplo do pão, a informação seria a farinha, a água e os outros ingredientes: ainda não constitui pão, mas também já não conseguimos fazer cerveja com essas substâncias.

Assim, subindo na pirâmide do conhecimento, com os dados é possível criar informação. A informação constitui uma mensagem que circula geralmente na empresa por meio de documentos ou de uma comunicação audiovisual e é o receptor e não o emissor quem tem de decidir se a mensagem que recebeu constitui para si, de facto, informação (Davenport & Prusak, 1998). A informação tem, por conseguinte, um significado para quem a recebe, o que leva os autores a afirmarem: «*[t]hink of information as data that makes a difference*» (Davenport & Prusak, 1998: 3). Drucker (2003 [1989]: 202) dissera também algo semelhante: «*[i]nformation is data endowed with relevance and purpose*». Já Ackoff (1989) afirmara que a diferença entre dados e informação é funcional e não estrutural, ou seja, é a relevância e consequente utilidade que distingue os dois conceitos. A ideia generalizada é a de que os dados se transformam em informação quando o receptor lhes atribui um significado. Davenport e Prusak (1998), identificam as várias formas que a passagem de dados a informação pode assumir:

- contextualização: implica conhecer o objectivo da recolha dos dados;
- categorização: deriva do reconhecimento de cada unidade de análise e dos componentes principais dos dados que temos em mãos;
- cálculo: através da análise matemática ou estatística dos dados;
- correção: determina a eliminação de erros;
- condensação: resulta no resumo dos dados.

Todos estes processos implicam uma estruturação dos dados, o que, já de si, pressupõe a atribuição de um significado potencial para o receptor dos dados organizados.

3.1.3 Conhecimento

O conhecimento é o que possibilita a transformação da informação em instruções (Ackoff, 1989). Tendo um carácter relacional, tanto o conhecimento quanto a sabedoria são dependentes do contexto e da intervenção humana e, por conseguinte, não são replicáveis por máquinas (Zeleny, 1987). O conhecimento depende da capacidade humana para fazer distinções e escolhas e, consequentemente, tomar decisões. O conhecimento é um sistema autopoiético e holístico: por oposição aos dados e à informação, que são fragmentados, o conhecimento refere-se ao todo pretendido, que, por sua vez, pode constituir uma parte de outro todo. Neste sentido, o conhecimento é

an autopoietic network of relations through which they coordinate their actions. Such knowledge brings (through language) coherence and coordination to the otherwise turbulent and chaotic world of human action. Knowledge is not 'processing of information' but a coordination of action (Zeleny, 1987: 59).

De ressaltar da definição de Zeleny é o papel que atribui, mesmo que apenas de passagem, à língua no processo de outorga de coerência e coordenação ao caos da

acção humana. Podemos depreender que, sem a língua para representar o conhecimento, tal organização da acção humana não seria possível.

Peter Drucker define conhecimento como informação organizada, sistemática e significativa, ou seja, «*the systematic organization of information and concepts*» (Drucker, 1992 [1969]: 268). O conhecimento decorre apenas da aplicação da informação a alguma coisa. O conhecimento é específico do contexto e resulta do estabelecimento de relações; como tal, tem um carácter dinâmico, uma vez que é criado dinamicamente através das interacções sociais. Nesta óptica, Nonaka, Konno e Toyama definem conhecimento como «*a dynamic human process of justifying personal belief toward the “truth”*» (Nonaka, Konno & Toyama, 2001: 14).

Para Broadbent (1998), o conhecimento é informação enriquecida com dados relevantes sobre o contexto, enquanto Nonaka *et al.* (2001) colocam a ênfase nas crenças e no empenho de cada indivíduo, que actuam sobre o fluxo de mensagens que constitui a informação. O enfoque da gestão do conhecimento deverá ser, portanto, não uma dimensão estática do conhecimento ou da informação que existem numa organização, mas sim uma articulação do constante fluxo de informação que percorre a organização.

A passagem da informação a conhecimento depende exclusivamente da acção humana:

[k]nowledge is a fluid mix of framed experience, values, contextual information, and expert insight that provides a framework for evaluating and incorporating new experiences and information. It originates and is applied in the minds of knowers. In organizations, it often becomes embedded not only in documents or repositories but also in organizational routines, processes, practices, and norms (Davenport & Prusak, 1998: 5).

Segundo os autores, essa transformação ocorre através de:

- Comparações: como é que a informação acerca de uma situação se compara com outras situações de que temos conhecimento?

- Consequências: quais são as implicações desta informação para as nossas decisões e acções?
- Conexões: como é que esta informação em particular se liga a outra de que dispomos?
- Conversas: o que é que as outras pessoas pensam acerca desta informação?

O conhecimento pode descer na cadeia de valor e transformar-se em informação e em dados, se, pelo excesso de volume, for impossível de o utilizar. Recuperando Ésquilo, os autores afirmam: «*[w]ho knows useful things, not many things, is wise*» (Davenport & Prusak, 1998: 7).

3.1.4 Sabedoria

Ackoff (1989) defende que a sabedoria é a capacidade de aumentar a eficácia: acrescenta valor e deriva da utilização do juízo humano, como tal depende da concretização de valores éticos e estéticos inerentes a cada indivíduo e, portanto, únicos e pessoais. Considerando a sabedoria como a capacidade de pôr em prática o comportamento mais adequado, tendo em conta o estado actual do conhecimento e um conjunto de considerações éticas e sociais, Rowley (2006) propõe uma equação simples:

$$\text{Sabedoria} = \text{Conhecimento} + \text{Ética} + \text{Acção}$$

Vejamos agora, como é que, em concreto, o conhecimento é gerado e transmitido no seio das organizações.

3.2 O conhecimento na gestão das organizações

Com a emergência do conhecimento como o novo capital e um recurso central da economia (Drucker, 1992 [1969]), as empresas começaram a concentrar-se em formas de aproveitar aquilo que lhes poderia vir a dar uma vantagem competitiva. Muito mais tarde, em finais da década de 1990, Davenport e Prusak citam o director executivo da Hewlett-Packard, Lew Platt, que terá resumido numa frase o que era então o dilema do conhecimento nas organizações: «*[i]f HP knew what HP knows, we would be three times as profitable*» (Davenport & Prusak, 1998: xii). A principal tarefa da gestão é, portanto, tornar o conhecimento acessível e produtivo, compreendendo os fluxos de informação e implementando boas práticas de gestão da informação e aprendizagem organizacional (Broadbent, 1998). Apesar de o conhecimento ser baseado na experiência e nas capacidades de cada indivíduo, é a estrutura organizacional que fornece os recursos físicos e sociais para que o conhecimento possa ser moldado em competências — e, por sua vez, é a forma como esses recursos de conhecimento são empregues na organização que lhes confere uma vantagem competitiva, já que os bens de conhecimento são difíceis de replicar (Teece, 2008).

Sem uma aplicação concreta do conhecimento ao contexto organizacional, de nada vale à empresa ter uma grande colecção de dados, pelo que o papel do gestor se divide entre a *sabedoria* de saber o porquê de uma acção, a *eficácia* de saber o que fazer e a *eficiência* de saber como pôr esse conhecimento em prática: «*[t]o manage wisely implies knowing why to do something; to manage effectively implies knowing what to do; to manage efficiently implies knowing how to do it (and to ‘muddle through’ implies nothing and having ‘lots of data’ around)*» (Zeleny, 1987: 60). O gestor tem como função dar sentido ao caos do qual nasce o novo conhecimento e que advém da interpretação e reinterpretação dos dados feitas por cada indivíduo (Nonaka, 1991). O conhecimento isolado, encerrado na mente de cada indivíduo e sem um propósito definido, tem pouco valor: «*[k]nowledge becomes of value when ideas can be related, and a set of ideas, in carefully related areas, can resonate with each other to produce an explosion of new ideas*» (Kalthoff, Nonaka & Nueno, 1997: 28).

As indústrias emergentes a que Peter Drucker se referia em finais da década de 1960 (por exemplo, a indústria da informação e a dos materiais) baseavam-se essencialmente na aplicação do conhecimento e não nas tarefas manuais do passado, transmitidas de geração em geração e aprendidas através da prática e da experiência. Para essas indústrias, o conhecimento era o recurso económico fundamental, capaz de aumentar a sua capacidade produtiva e o seu desempenho, pelo que a instrução formal para a aquisição sistemática do conhecimento substituiu, em grande medida, a prática anterior de transmissão de capacidades e competências de mestre para aprendiz:

[e]very single technology and with it every industry before 1850 was based on experience. Knowledge, that is, systematic, purposeful, organized information, had almost nothing to do with any of them (Drucker, 1992 [1969]: 40).

A instrução formal através da escolaridade tornou-se, assim, a pedra de toque da nova sociedade organizada em torno de uma comunidade da informação. Aproveitando o termo introduzido por Fritz Machlup em 1962, Drucker (1992 [1969]: 72) chamou às novas indústrias, «*knowledge industries*» e aos novos trabalhadores «*knowledge workers*», que produzem bens e serviços «*with a high knowledge content*». Os trabalhadores das indústrias do conhecimento põem em prática os conceitos, as ideias e as teorias que adquiriram através da instrução sistemática, em vez das capacidades manuais ou da força física, como no passado (Drucker, 1973). Estes trabalhadores não geram objectos físicos, mas sim mais conhecimento e novas ideias e teorias, demarcando-se assim dos trabalhadores manuais.

A partir da década de 1990, sobretudo após a publicação de um artigo seminal de Ikujiro Nonaka, «The knowledge creating company» (Nonaka, 1991), a comunidade científica e as empresas começaram a encarar o conhecimento como um recurso que devia ser gerido de modo a poderem maximizar a sua utilização e, conseqüentemente, os seus lucros. Durante essa primeira década, os estudos em torno da problemática do conhecimento organizacional estruturaram-se em torno de três abordagens distintas, cada uma concentrada numa área geográfica diferente e, portanto, fortemente influenciadas pelos paradigmas culturais aí dominantes (Takeuchi, 2001):

- Mensuração do conhecimento: abordagem dominante na Europa, onde as empresas se concentraram em desenvolver formas para medir os seus bens intangíveis e reportá-los publicamente de modo a reflectirem nas suas demonstrações financeiras o valor do capital intelectual.
- Gestão do conhecimento: as empresas norte-americanas apostaram fortemente nas novas tecnologias da informação para gerir o conhecimento de modo mais eficaz.
- Criação de conhecimento: no Japão, o enfoque foi no desenvolvimento de novo conhecimento organizacional, com base sobretudo no conhecimento tácito.

No século XXI, começámos a assistir a uma síntese dessas três abordagens, agora disseminadas transversalmente pelo globo (Takeuchi, 2001). Com a crescente valorização dos bens intangíveis para a determinação do valor de mercado de uma empresa, a mensuração do conhecimento é essencial; por outro lado, as ferramentas proporcionadas pelas tecnologias da informação e da comunicação estão cada vez mais sofisticadas e em constante actualização — hoje em dia não se limitam a guardar o conhecimento de uma forma estática para mais tarde ser recuperado: os sistemas actuais estabelecem relações a vários níveis, ligando o conhecimento relativo a clientes, fornecedores, concorrentes e outros. Takeuchi (2001) considera que a dimensão tácita do conhecimento é fundamental para compreendermos a necessidade de uma gestão do conhecimento eficaz, na medida em que o conhecimento explícito representa apenas a ponta do icebergue.

3.3 A criação e a transferência de conhecimento

Partindo da constatação de que «*[i]n an economy where the only certainty is uncertainty, the one source of lasting competitive advantage is knowledge*» (Nonaka, 1991: 96), Ikujiro Nonaka estabelece as fundações para a gestão da criação e da transferência de conhecimento no seio das organizações: as empresas de sucesso são, por conseguinte, aquelas que criam conhecimento de uma forma consistente, que o

disseminam rapidamente através da sua estrutura interna e que o conseguem incorporar de imediato em novas tecnologias e em novos produtos. Como o conhecimento é um recurso que se pode tornar obsoleto no futuro, a criação de novo conhecimento, ou seja, a inovação, é uma necessidade sempre presente nas empresas (Ichijo & Nonaka, 2007; Kenney, 2001). Contudo, o conhecimento tem também a característica de não se gastar com a sua utilização: «*[k]nowledge is a remarkable substance. Unlike other resources, most forms of knowledge grow rather than diminish with use*» (Adler, 2001: 216).

Na comunidade da informação que se começou a desenhar durante a segunda metade do século XX e à qual aludimos nos capítulos anteriores, a economia mundial decorre de uma nova percepção moldada pelas novas tecnologias da informação e da comunicação. As profundas mudanças sociais que ocorreram em todo o globo — alianças estratégicas, globalização dos mercados, emergência de novas indústrias, tendências demográficas, jogos de poder geopolíticos (Ichijo & Nonaka, 2007) — alteraram drasticamente o tecido empresarial. Ao mesmo tempo, as novas tecnologias da informação e da comunicação impulsionaram o interesse pela gestão do conhecimento. A ligação da sociedade em rede fez surgir novas formas de transferência de conhecimento não só dentro das organizações, mas também para o exterior: a *Web*, muito concretamente, tornou muito mais fácil o acesso a conhecimento mais ou menos estruturado, que pode ser recolhido, armazenado em repositórios e distribuído, se bem que tenha vindo também contribuir, em menor grau, para a destruição do conhecimento válido através da disseminação de dados e informação não fidedignos. A paisagem do conhecimento foi totalmente alterada pelas novas tecnologias — advento dos computadores pessoais, *software* de produtividade pessoal, assistentes digitais pessoais, tecnologias móveis, sistemas de partilha de documentos, portais *Web* — pelo que dificilmente se falaria em gestão do conhecimento sem essas novas tecnologias (Davenport, 2007).

A abordagem ocidental à gestão do conhecimento assenta mais no processamento da informação que pode ser guardada e disseminada através das redes internas e externas, enquanto a perspectiva japonesa se concentra mais no

aproveitamento das ideias tácitas, e frequentemente subjectivas, das intuições e dos palpites de cada funcionário, procurando formas de estruturar esse conhecimento e disponibilizá-lo para ser testado e utilizado pela empresa como um todo (Nonaka, 1991). Nesta perspectiva holística, a empresa não é uma máquina, mas antes um organismo vivo, impulsionado pela inovação e pelo espírito empreendedor de cada funcionário.

Nonaka desenvolve um modelo de gestão do conhecimento ilustrado pela figura da espiral, assente na distinção entre dois tipos de conhecimento, o explícito e o tácito, e que tem sempre como ponto de partida o indivíduo. Enquanto o conhecimento explícito é formal e sistemático e, por conseguinte, facilmente comunicado e partilhado, o conhecimento tácito tem um cunho fortemente pessoal, está enraizado no indivíduo e, portanto, é difícil de formalizar e comunicar: *«tacit knowledge has an important cognitive dimension. It consists of mental models, beliefs, and perspectives so ingrained that we take them for granted, and therefore cannot easily articulate them»* (Nonaka, 1991: 98). A definição de conhecimento tácito parte da constatação de Polanyi de que *«we can know more than we can tell»* (Polanyi, 2009 [1966]: 4). Na tradição japonesa da gestão do conhecimento, este é, de facto, o tipo de conhecimento em que a gestão se tem de concentrar, sobretudo a fim de desenvolver formas de o tornar transmissível e partilhável entre os vários membros da organização.

A distinção entre o conhecimento explícito e o tácito sugere quatro padrões para a criação de conhecimento dentro de uma organização (Nonaka, 1991; Nonaka & Takeuchi, 1995; Nonaka *et al.*, 2001) como se pode ver na Figura 4.2.

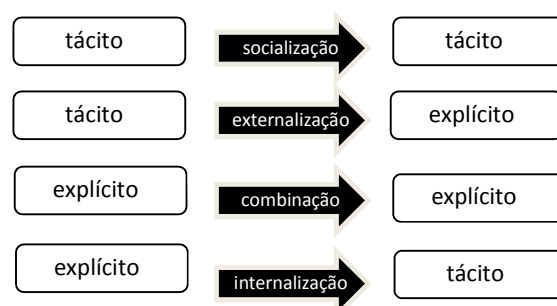


Figura 3.2 Padrões de criação do conhecimento (Nonaka, 1991; Nonaka & Takeuchi, 1995; Nonaka *et al.*, 2001).

A conversão do conhecimento é um processo social e nasce da interacção entre os indivíduos com diferentes tipos de conhecimento e diferentes conteúdos (Nonaka *et al.*, 2001). A criação de conhecimento através da aquisição de conhecimento tácito e sua absorção também sob a forma de conhecimento tácito (socialização) depende da observação, da imitação e da prática. Os outros três padrões de criação de conhecimento, contudo, dependem da comunicação, logo baseiam-se na utilização da língua, mas assenta, frequentemente, naquilo que fica por dizer, ou seja, no conhecimento partilhado por todos que não tem de ser verbalizado:

[t]o convert tacit knowledge into explicit knowledge means finding a way to express the inexpressible. Unfortunately, one of the most powerful management tools for doing so is also among the most frequently overlooked: the store of figurative language and symbolism that managers can draw from to articulate their intuitions and insights. At Japanese companies, this evocative and sometimes extremely poetic language figures especially prominently in product development (Nonaka, 1991: 99-100).

Nonaka refere a utilização da língua com um carácter figurativo, concretamente através da metáfora e da analogia, como forma de impulsionar o processo criativo e formalizar a criação de um protótipo, passando, assim do conhecimento tácito para o explícito (externalização): primeiro, as ideias contraditórias são unidas através da metáfora, depois as contradições são resolvidas através da analogia e, por fim, os conceitos são cristalizados, por exemplo através da sua organização num manual (combinação), e posteriormente incorporados num protótipo (internalização).

Com base numa revisão da literatura, Guchait, Namasivayam e Lei (2011), indicam que o conhecimento explícito pode ser:

- exprimido;
- codificado;
- documentado e transmitido, guardado em meios impressos e electrónicos;
- guardado em bases de dados externas (fora da mente humana);

- disponível em repositórios organizacionais (por exemplo, bases de dados, documentos, computadores, manuais organizacionais, bases de dados de procedimentos empresariais e melhores práticas);
- facilmente disponível para todos dentro da organização;
- transferível do «emissor» para o «receptor» indirectamente através das tecnologias da informação (isto é sem necessidade de contacto físico entre os agentes);
- independente dos indivíduos.

A primeira característica identificada pelos autores — «*articulated*», no original — com base em Nonaka e Takeuchi (1995), remete desde logo para a utilização da língua como forma de estruturação do conhecimento. Todas as outras características decorrem da primeira, logo o conhecimento — em si abstracto — depende da língua para ganhar forma e ser transmissível e armazenável. Se não houver uma língua partilhada, o conhecimento pode ser disponibilizado e até transmitido, mas não será, na verdade transferido. A disponibilização do conhecimento não é, por si só, garantia de que esse conhecimento será absorvido por quem o recebe: «*[k]nowledge that isn't absorbed hasn't really been transferred*» (Davenport & Prusak, 1998: 101), pois se o receptor não tem capacidade para o decodificar, a transmissão do conhecimento não terá sido bem-sucedida.

Existem, portanto, algumas barreiras à transferência do conhecimento (Leonard, 2007):

- dificuldade inerente de transferência total do conhecimento tácito;
- dificuldade de separar o conhecimento tácito da sua fonte por ser muito dependente do contexto;
- dificuldade de transposição de processos, rotinas e suposições de um ambiente cultural para outro ou mesmo entre profissionais de especialidades diferentes, ou seja, com culturas de trabalho diferentes;
- dificuldade de transmitir conhecimento armazenado de formas extremadas: quer demasiado codificado e, por conseguinte, incapaz de sofrer qualquer

adaptação por parte do receptor; quer demasiado vago e não estruturado e logo ambíguo;

- dificuldade de transpor o hiato de conhecimento que poderá existir entre o emissor e o receptor.

A autora identifica como factores facilitadores do conhecimento o grau de explicitação do mesmo, ou seja, o conhecimento é mais facilmente transmissível se estiver articulado; por outro lado, a proximidade física entre o emissor e o receptor também tem influência no sucesso da transferência de conhecimento: «*knowledge is most credible when it comes from a trusted source*» (Leonard, 2007: 62). A confiança pode advir da credibilidade pessoal, profissional ou mesmo institucional. O conhecimento torna-se, portanto, mais fácil de transmitir entre pessoas que partilham o mesmo contexto, já que «*communication requires shared experience*» (Drucker, 1973: 338). Para a autora,

knowledge is less sticky if the intended recipient shares some of the culture and context of the source. It is much easier and more efficient to transfer knowledge among people who speak the same technical (or national) language, share some tacit knowledge, and have similar job pressures and incentives (Leonard, 2007: 62).

Os métodos de gestão do conhecimento têm de ser seleccionados de acordo com o motivo pelo qual o conhecimento está «a ser gerido» (Hoegl & Schulze, 2005). Os autores apontam alguns desses métodos, entre eles: eventos informais destinados a encorajar a partilha de conhecimento informal e a comunicação entre os funcionários; *workshops* de partilha de experiências, em que os membros da equipa de um projecto partilham a sua experiência e respondem às perguntas colocadas pelos outros membros; bases de dados, que permitem que o conhecimento explícito seja guardado e tornado acessível; comunidades de prática, em que grupos de pessoas que partilham o mesmo contexto (seja uma ocupação, uma paixão ou uma preocupação, por exemplo) partilham as suas ideias e aprofundam o seu conhecimento na área interagindo com os seus pares numa base regular; fóruns electrónicos de discussão; narrativas; entrevistas com peritos; e mapas de conhecimento. Os exemplos

identificados pelos autores configuram, no nosso entender, instâncias em que uma língua de especialidade é utilizada por uma comunidade de especialistas, como veremos no Capítulo V.

PARTE II. O DISCURSO DO RELATO FINANCEIRO

Part of being human is to try to make sense of the world and our place in it, and part of this endeavour is ordering and classifying the world, as we perceive and experience it. To a large extent, our language does the job for us

(Yallop, 2004: 53).

O desafio da gestão na nova era das indústrias do conhecimento é a aposta na inovação: a força de trabalho assente no conhecimento é capaz de antecipar a novidade, converter a sua visão em nova tecnologia, novos produtos e novos processos numa evolução contínua. O conhecimento, portanto, gera produtividade (Drucker, 1992 [1969]) e faz parte dos bens intangíveis que, actualmente, constituem uma fonte de vantagem competitiva para as organizações. Porém, muito embora o conhecimento seja o recurso mais produtivo do homem quando bem aplicado, também se torna o investimento mais dispendioso e totalmente improdutivo se não for bem utilizado (Drucker, 1973).

A informação e o conhecimento são a pedra de toque da sociedade em rede: os nós da rede unem-se através de ligações informacionais que geram mais conhecimento e permitem uma maior integração do Homem à escala mundial. Como meio privilegiado de transmissão da informação e do conhecimento, a língua assume o seu papel fundamental na sociedade aos mais diversos níveis. Nas palavras de Michael Cronin:

[i]f information is often hailed as the basic raw material of the new economy and significant economic gains are to be made from the production of goods with a high cognitive content, then it follows that language itself is not only a key factor in the expression of that information but it is also a crucial means in accessing the information (Cronin, 2003: 16).

Nos capítulos precedentes, que constituíram a primeira parte deste trabalho, abordámos a presença da língua na sociedade em rede sob diversas perspectivas complementares: enquanto vector do novo paradigma social, servindo como elo de ligação entre os vários nós (ou como ponto de divergência na presença de barreiras linguísticas), enquanto peça fundamental do *puzzle* mundial do multilinguismo e do multiculturalismo e, por fim, enquanto veículo de criação e transmissão do conhecimento. A primeira parte deste trabalho compoendo, assim, o enquadramento que pretendíamos para justificar a selecção da língua de especialidade em que pusemos em prática a análise terminológica proposta neste trabalho.

Muito embora o inglês tenha emergido da nossa investigação transdisciplinar como uma língua predominante na comunicação internacional, não acreditamos que se vá tornar na *lingua franca* global como alguns autores sugerem. Dadas as alterações recentes na geopolítica mundial e a crescente importância na cena mundial das economias emergentes que compõem os BRICS — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul — podemos assistir num futuro não muito distante à consolidação de outra língua (ou outras línguas) como língua de comunicação mundial, sendo o chinês ou mesmo o português fortes candidatos a esse papel. Não iremos tão longe quanto Luís Reto, quando afirma que «o português poderá, num horizonte não muito longínquo, aspirar a ser uma segunda *lingua franca* a nível global, dado o enorme grau de intercompreensão existente entre o português e o espanhol [...]» (Reto, 2012: 21), sobretudo por não acreditarmos, por um lado, na existência de uma *lingua franca* global seja ela qual for, nem, por outro, na facilidade de acesso ao português dos falantes de espanhol. Porém, concordamos com o autor quando diz que, com a ascensão do Brasil a economia dominante mundial, é chegada a hora de a língua portuguesa se reafirmar como «língua de importância global» (*ibidem*, p. 24). Como observa Jürgen Gerhards, em linha com a metáfora das línguas enquanto parasitas inorgânicos dos anfitriões humanos proposta por John Edwards, «*the linguistic order — expressed in the terminology of evolutionary theory — is a parasite on the social order; if the host changes, then the parasite changes*» (Gerhards, 2012: 75), pelo que «*the fortunes of languages are inexorably bound up with those of their users*» (Edwards, 1994: 9).

Quanto maior relevância internacional tem a língua oficial de um país, ou seja, quanto mais central essa língua for, na terminologia de Abram de Swaan (2001, 2010), menos vantajoso é, em termos económicos, para os seus habitantes aprenderem outras línguas; pelo contrário, os habitantes de países cujas línguas maternas são faladas por populações menos numerosas — ou com menor relevância no cenário socioeconómico mundial — têm um incentivo económico para aprender línguas estrangeiras (Ginsburgh & Prieto-Rodriguez, 2011), que se traduz no aumento do número de pessoas com quem podem comunicar e, conseqüentemente, estabelecer trocas comerciais ou outras.

Num estudo concreto efetuado com nove países da UE (Áustria, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Itália, Portugal e Espanha), Ginsburgh e Prieto-Rodriguez (2011) verificaram que a utilização de línguas estrangeiras no local de trabalho tem um efeito positivo no vencimento, sendo o inglês, na totalidade dos países, a língua dominante. Porém, no sul da Europa, embora o inglês seja a língua mais utilizada no contexto empresarial, outras línguas românicas, principalmente o francês, apresentam-se como alternativas.

A língua assume, nas relações económicas e comerciais decorrentes das interações entre os agentes da sociedade em rede, um papel de destaque não só como elemento constitutivo do capital humano, mas também por ser entendida, em muitos casos, como uma mercadoria. Não falamos aqui apenas das indústrias da língua — que abordámos sucintamente no Capítulo I, com os casos concretos da localização e da tradução — mas em actividades económicas que dependem da língua, apesar de não trabalharem com ela, como sejam os *call centres*, que vendem sobretudo informação, independentemente do produto ou serviço que esteja a ser trocado por dinheiro. Monica Heller afirma que «*[t]he commodification of language in the globalized new economy has a direct impact on the organization of the production, distribution, and attribution of value to linguistic resources*» (Heller, 2010: 358).

Os bens intangíveis são a melhor base de diferenciação competitiva em muitos sectores da actividade económica, o que justifica a importância que, actualmente, é dada à reputação, à lealdade dos clientes e ao *know-how* tecnológico (Teece, 2008). Sendo a língua parte do capital intelectual de uma empresa, «*[i]t is perhaps overly restrictive to conceptualize organizational language as a static body of syntax, signs and codes subject to consistent use over time and place*» (von Krogh et al., 1994: 61). Mais do que uma simples ferramenta, a língua tem um grande potencial para constituir uma fonte de valor acrescentado para a empresa. Em nosso entender, a língua no contexto organizacional pode ser concebida sob três perspectivas distintas:

- enquanto elemento facilitador da relação com os vários *stakeholders* (entre eles, clientes, fornecedores, funcionários);
- enquanto fonte de diversidade em ambientes multilíngues; e
- enquanto veículo de estruturação e armazenamento do conhecimento.

O papel fundamental da língua na sociedade em rede parece-nos, pelo que ficou dito, inegável. Assistimos, porém, actualmente à tensão entre a expansão da língua inglesa e a defesa dos interesses das outras línguas, uma tensão que se reflecte nas dicotomias globalização/localização e homogeneidade/heterogeneidade cultural. Interessava-nos, por isso, definir um domínio de aplicação da análise terminológica para servir de base ao estudo efectuado nesta tese que reflectisse adequadamente a natureza transdisciplinar, transnacional e transcultural da língua, enquanto veículo de transmissão de informação e conhecimento. Optámos, por conseguinte, pelo relato financeiro, na medida em que cumpre os requisitos enunciados: como veremos, o relato financeiro ultrapassa as fronteiras da língua de especialidade da Contabilidade, onde tem origem. Com a pressão de harmonização contabilística que se tem feito sentir nas últimas três décadas, mais particularmente, no caso de Portugal — enquanto membro da UE — desde 2005 com a obrigatoriedade da adopção das Normas Internacionais de Contabilidade para determinadas empresas, podemos afirmar que, hoje em dia, o relato financeiro ultrapassa também as fronteiras nacionais e, consequentemente, culturais.

Na segunda parte deste trabalho, seguir-se-á, portanto, a linha de pensamento conduzida até aqui: para nós, a língua é um meio fundamental para a transmissão da informação e do conhecimento na sociedade em rede e, como tal, deve ser analisada e utilizada no sentido de garantir essa transmissão com elevados padrões de qualidade. O relato financeiro serviu-nos de base para implementar uma metodologia de análise de dados a partir de corpora textuais com o intuito de criarmos uma base de dados terminológica com aplicação futura na construção de um glossário bilingue (português/inglês).

Capítulo IV. O domínio da Contabilidade

People who work in finance learn these skills early on, and for the rest of their careers are able to talk with one another in a specialized language that can sound like Greek to the uninitiated.

(Berman, Knight & Case, 2013: xiii)

Neste capítulo, descrevemos sucintamente a área de especialidade⁵⁸ da Contabilidade — especificamente a sua concretização no relato financeiro — enquanto reflexo da interação humana na sociedade em rede. No contexto da harmonização contabilística, que tendencialmente se pretende que seja à escala mundial, concentrámo-nos na terminologia empregue nas demonstrações financeiras, as quais formam um conjunto de documentos que proporcionam aos vários utilizadores da informação o «retrato» da posição financeira e o «filme» do desempenho económico e dos fluxos de caixa de qualquer entidade⁵⁹ e, portanto, constituem a sua «montra» para o exterior.

A escolha de uma língua de especialidade como objecto de análise recaiu sobre a Contabilidade e, particularmente, sobre o relato financeiro, devido à importância crescente que o investimento internacional tem vindo a exercer sobre as economias nacionais no seio da globalizada sociedade em rede. A um nível pessoal, essa escolha foi motivada também por questões relacionadas com a actividade profissional: lecciono, desde 2000, no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL), unidades curriculares no âmbito do inglês para fins específicos — concretamente, Inglês de Negócios (nas licenciaturas em Finanças Empresariais, Fiscalidade, Administração Pública e Gestão) e Inglês de Negócios e do Relato

⁵⁸ Ao longo deste trabalho, utilizamos as designações «domínio» e «área de especialidade» como sinónimos, no sentido que Depecker atribui a *domaine*, ou seja, «*le champ conceptuel dans lequel s'inscrit un ensemble de termes*» (Depecker, 2002: 145), que é «*la projection terminologique de secteurs d'activité, de champs de connaissance, d'objets du monde, etc.*» (Depecker, 2005: 6).

⁵⁹ Os fluxos de caixa de uma entidade são as entradas (recebimentos) e as saídas (pagamentos) em dinheiro e seus equivalentes (como cheques, por exemplo).

Financeiro (na licenciatura em Contabilidade). Desde 2008, passei a leccionar também a unidade curricular de Metodologias de Investigação nos vários cursos de segundo ciclo ministrados pelo ISCAL (concretamente, os Mestrados em Auditoria, Contabilidade, Contabilidade e Gestão das Instituições Financeiras, Contabilidade Internacional (já extinto), Contabilidade e Análise Financeira, Controlo de Gestão e dos Negócios, Fiscalidade e Gestão e Empreendedorismo). O contacto constante de quase quinze anos com a terminologia utilizada no relato financeiro, tanto em inglês (proporcionado pelas unidades curriculares no âmbito do inglês para fins específicos), como em português (proporcionado pela unidade curricular de Metodologias de Investigação) alertou-me para a necessidade de uma organização terminológica e conceptual desta área do saber, que sofreu grandes alterações aos níveis terminológico e conceptual nos últimos anos.

Um pouco por todo o mundo, as empresas utilizam os relatórios de gestão e demais documentos de prestação de contas que publicam anualmente não só para cumprirem requisitos legais, mas também para atraírem investimento nacional e internacional. É no relatório de gestão que as empresas relatam os seus planos e as suas perspectivas para o futuro, com o intuito de atraírem potenciais investidores e financiadores — não só domésticos, mas sobretudo e cada vez mais, estrangeiros — transmitindo-lhes informação relativamente aos acontecimentos passados e presentes que configuram o desempenho financeiro e económico da entidade.

Nesse sentido, encarámos, por um lado, a perspectiva da harmonização contabilística ao nível internacional, já que pretende facilitar a comparabilidade da informação financeira e, logo, fomentar o investimento internacional e as transacções internacionais, alcançando mercados com necessidades que os produtos e serviços nacionais podem satisfazer; mas também, por outro, a tentativa de atracção desse capital estrangeiro através da publicação do relatório e das contas anuais numa língua com expressão nos mercados internacionais — o inglês — já identificada nos capítulos precedentes como uma *lingua franca* nos negócios internacionais, e constituindo, à partida, a opção preferencial para a publicação de um relatório anual noutra língua que não a nacional, concretamente em Portugal. Além disso, no caso das empresas

cotadas no *Portuguese Stock Index* (PSI), a publicação dos relatórios em inglês é uma obrigatoriedade e não uma opção.

O relato financeiro é «o reflexo da [...] empresa para o exterior. Dele pode muito bem depender o financiamento e a credibilidade [de um] negócio» (PwC, 2009: 8), pelo que se reveste de uma importância vital para as entidades, indo muito para além do mero cumprimento de um requisito a que as empresas estão legalmente obrigadas. A divulgação da informação financeira, da informação económica e dos fluxos de caixa de uma entidade é o fim último do relato financeiro, é o culminar de um processo que começa pela *identificação* das operações relevantes para fins contabilísticos (por exemplo, alienação de património, aquisição de equipamento, arrendamento de instalações, venda de produtos), passa pelo seu *reconhecimento*, ou seja, pela incorporação dessa informação nos registos contabilísticos, sendo que para tal processo surge a necessidade da *mensuração*, isto é, da atribuição de uma quantia pecuniária à transacção em causa e, por fim, da sua *inscrição* nas demonstrações financeiras para fins da sua *divulgação*. Os preparadores da informação financeira utilizam não só a terminologia específica da Contabilidade, mas também uma tipologia textual também ela particular dessa área do saber e que se concretiza, em parte, nas demonstrações financeiras como veremos adiante.

Encarando a globalidade do processo, o relato financeiro — enquanto discurso de divulgação dos dados contabilísticos de uma entidade — apresenta um conjunto de características únicas que o distinguem como língua de especialidade. Apesar de poder parecer «grego» para a generalidade dos falantes (como referem os autores do manual de Finanças para profissionais das TI que citámos em epígrafe no início deste capítulo), esta língua de especialidade infiltra-se em discursos característicos da língua geral, concretamente através dos meios de comunicação social, graças ao interesse que a população demonstra por temáticas relacionadas com a dimensão financeira, que saem da esfera do geral e se enquadram no domínio da especialidade. Actualmente, as preocupações financeiras estão muito presentes no imaginário colectivo do mundo ocidental e muito particularmente do povo português: escândalos recentes como os dos bancos BPN e BES fazem manchetes nos jornais e invadem as

discussões entre não especialistas. Expressões como «dívida pública», «activos tóxicos» e «banco mau»⁶⁰ passaram a fazer parte do vocabulário comum dos portugueses nos últimos anos num fenómeno semelhante ao do da vulgarização científica. Os artigos de jornal constituem um meio de divulgação, por um lado, na medida em que levam a especialização ao público, mas também de vulgarização, por outro, difundindo conhecimentos científicos destinados a um público leigo.

Dada a multiplicidade de receptores que existem dentro (directores financeiros, administradores, directores gerais, etc.) e fora (analistas financeiros, investidores, jornalistas, etc.) das entidades, o relato financeiro assume uma multiplicidade de registos de maior ou menor grau de especialidade, situando-se num *continuum* que vai desde a comunicação entre especialistas até à comunicação com o público em geral. Por um lado, temos situações em que os emissores típicos serão os preparadores da informação financeira e os receptores os analistas financeiros, que terão de «digerir» a informação e torná-la compreensível para o seu alvo preferencial — os próprios preparadores da informação constante das demonstrações financeiras, na prática, têm frequentemente de alcançar um compromisso entre as características qualitativas da informação financeira, tal como preconizado pela *Estrutura Conceptual* (Aviso nº 15652/2009); neste caso específico pode ser referido o balanceamento entre a fiabilidade e a compreensibilidade: factos complexos a divulgar nas demonstrações financeiras podem ter implícita uma realidade cuja divulgação fiável pode comprometer a compreensibilidade da informação aos vários utilizadores da mesma, tornando-se assim importante que o preparador da informação alcance um compromisso entre aquelas duas características, sendo esta uma questão de juízo profissional.

Por outro lado, no extremo oposto do *continuum* a que nos referíamos, assistimos à comunicação de informação especializada ao público em geral, não

⁶⁰ Uma pesquisa feita através da ferramenta Trends do Google (11/11/2014) mostra que as pesquisas pela expressão «dívida pública» em Portugal aumentaram consideravelmente desde Outubro de 2010 (recorde-se que o governo português solicitou o auxílio do Fundo Europeu de Estabilização Financeira em Abril de 2011, após meses de debate público sobre o agravamento das finanças nacionais) e as pesquisas pela expressão «banco mau» mostram um pico acentuado em Agosto de 2014, coincidindo com a falência do BES; já a expressão «a(c)tivos tóxicos» não está associada a um número de pesquisas suficientes para ser identificada pela ferramenta Google Trends.

especializado, evidente, por exemplo, num artigo publicado num meio de comunicação generalista destinado ao grande público, que cubra a falência de uma empresa, como os casos já mencionados do BPN e do BES, aos quais podemos juntar casos já não tão recentes que afectaram grandes empresas e que tiveram repercussões económico-financeiras a nível mundial, como a falência da Enron em 2001, o colapso da Lehman Brothers em 2008 ou o escândalo que envolveu Bernie Madoff no mesmo ano.

Dada a relevância que a informação financeira tem para uma grande parte da população, na medida em que é uma temática cuja discussão não se restringe à comunidade de especialistas, e dada a facilidade com que os temas e, consequentemente, a terminologia associada a esta área do saber parecem transpor a, por vezes, ténue linha que divide língua geral de língua de especialidade, começaremos por definir o âmbito do domínio da Contabilidade enquanto área de especialidade. Descreveremos, em seguida, o sistema contabilístico português, propondo, no final deste capítulo, uma hipótese para a sua organização.

4.1 A Contabilidade enquanto área de especialidade

Frequentemente apelidada de «língua dos negócios», a Contabilidade é, para alguns, *«a specialized language system that is used to measure the consequences of organizational activities and to communicate such information to executives and others»* (Albers, 1961 *apud* Kennedy, 1964: 6). Kennedy (1964) salienta a vertente comunicativa da Contabilidade, considerando que, enquanto meio de comunicação, a Contabilidade faz parte do sistema de informação da empresa, estando à disposição da gestão e de outros *stakeholders* externos.

Numa definição formulada pelo Comité de Terminologia do American Institute of Accountants em 1941 e ainda muito citada hoje em dia, a Contabilidade é vista como uma arte:

[a]ccounting is the art of recording, classifying, and summarizing in a significant manner and in terms of money, transactions and events which are, in part at least, of a financial character, and interpreting the results thereof (American Institute of Accountants, 1953: 9).

No mesmo texto, podemos ler que a Contabilidade não pode ser caracterizada como uma ciência, pois o mais importante não é a classificação e o enquadramento dos dados contabilísticos, mas sim «*the creative skill and ability with which the accountant applies his knowledge to a given problem*» (*ibidem*). Encarar a Contabilidade como uma arte não nos parece, de todo, a perspectiva mais adequada, até porque este tipo de postura poderá estar por detrás de um conceito que muitos denominam de «contabilidade criativa»⁶¹, responsável, em parte, pelos grandes escândalos financeiros dos últimos anos.

Colocando, então, de parte a definição de Contabilidade enquanto arte, vejamos as outras possibilidades que a literatura nos oferece antes de voltarmos à expressão «*specialized language system*». A Contabilidade surge frequentemente definida como um sistema de informação:

[a]ccounting must be understood as a system of information that measures the activity of a firm and processes this information in such a way that it is easily communicated to and understood by the final users. It must allow these users to make value judgements about the financial situation of firms and organizations and also about their activity in order to make informed decisions regarding their future (Costa, 2012: 7).

A Contabilidade transforma os dados contabilísticos (os registos das operações/transacções) em informação (cf. Capítulo III), que servirá para transmitir uma imagem verdadeira e apropriada do desempenho económico da empresa, da sua posição financeira e das variações ocorridas nos mesmos, servindo utilizadores internos e externos no processo de tomada de decisão a diferentes níveis. Os utilizadores internos da informação financeira da entidade são os responsáveis pelo processo de decisão, como sejam a direcção, o gestor executivo, os gestores de topo e

⁶¹ Sem entrar no campo da fraude, a contabilidade criativa implica a manipulação dos dados contabilísticos, aproveitando os vazios legais para alterar a imagem financeira da empresa.

outros funcionários que deles dependam e que utilizem essa informação no desempenho das suas funções. Porém, são também os empregados em geral e os seus grupos representativos, interessados na informação acerca da estabilidade e da rendibilidade dos seus empregadores, bem como em informação que os habilite a avaliar a capacidade de a entidade continuar a proporcionar as suas remunerações, os seus benefícios de reforma e novas oportunidades de emprego. Os investidores actuais são também considerados utilizadores internos da informação financeira na medida em que necessitam de informação para os ajudar a determinar se devem comprar, deter ou vender instrumentos de capital. Os accionistas estão também interessados em informação que lhes facilite determinar a capacidade de a entidade pagar dividendos e o mesmo se aplica a potenciais investidores. A nível externo, existem potencialmente várias partes interessadas no desempenho financeiro da empresa, como sejam os credores, em geral, os fornecedores, os clientes, o Estado, as empresas concorrentes, mas também a população em geral que, mesmo sem possuir um interesse particular na empresa, pode querer consultar e analisar esse tipo de informação, não só a título de curiosidade pessoal, mas também por motivos profissionais ou académicos.

Contudo, considerar a Contabilidade simplesmente como um sistema de informação parece-nos redutor, na medida em que o discurso contabilístico não se limita à mera transformação de dados contabilísticos em informação financeira. Na verdade, a Contabilidade implica também a análise dessa informação e a produção de conhecimento sob a forma de relatórios relativos ao desempenho económico e financeiro de uma entidade, entre outros aspectos.

Cunha Guimarães (1998) questiona o estatuto da Contabilidade, analisando brevemente a sua história e a sua caracterização como ciência, técnica ou arte. A história da Contabilidade data aos primórdios das civilizações humanas, tendo chegado até nós registos contabilísticos desde o Neolítico, que definem uma economia rural, mas atestam já também trocas comerciais (Monteiro, 2004). Na Idade Média, os registos contabilísticos são aprimorados, até ao desenvolvimento do método da partida dobrada, decorrente da partida simples. A partida simples consistia em registar na secção «deve» ou na secção «haver» o facto patrimonial, enquanto a partida

dobrada veio introduzir a existência de um registo duplo do mesmo facto. Segundo este método, todo o débito numa determinada conta origina um crédito noutra e vice-versa.

O primeiro tratado sobre Contabilidade terá sido o texto «Tractatus particularis de computis et scripturis», integrado na obra *Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionilita*, da autoria de Luca Pacioli e publicado em Veneza em 1494. A obra de Pacioli sistematizou a Contabilidade, ocupando-se sobretudo da escrituração. Veja-se, por exemplo, o que diz relativamente à passagem dos lançamentos do diário ao razão:

... de todas as partidas (lançamentos) que anotes no diário farás sempre duas no razão, a saber: uma no deve e outra no haver, e assinalarás o assento devedor com Por e o credor com A, segundo acima hei dito; de um e outro deve fazer-se a correspondente anotação; a do devedor se põe à mão esquerda e a do credor à mão direita. E na do devedor indicarás o fôlio em que encontra a do seu credor. E igualmente na do credor indicarás o fôlio em que está o seu devedor» (Pacioli, 1494 apud Monteiro, 2004: 67).

É notória desde logo não só a existência de uma terminologia específica da prática contabilística, mas também de uma tipologia textual específica, concretamente sob a forma dos livros utilizados para a notação dos factos contabilísticos: o diário e o razão. O desenvolvimento do método das partidas dobradas, também chamado digráfico, constitui um marco fundamental na história da Contabilidade e forma a base conceptual que serve de suporte à equação fundamental da Contabilidade:

$$A = CP + P$$

ou seja, o activo é igual ao capital próprio mais o passivo.

Através deste método, as contas (que são a base da escrituração) passaram a ser representadas graficamente através do razão, também conhecido como a movimentação em T ou o T esquemático.

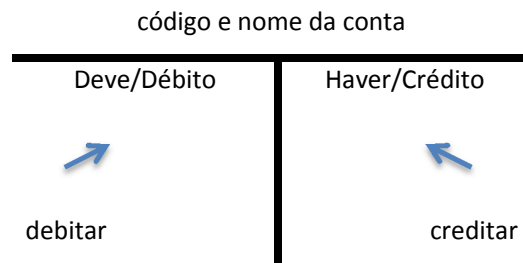


Figura 4.1 Representação gráfica de uma conta em T.

A Figura 4.1 ilustra um T esquemático, que evidencia os aumentos de um lado e as reduções do outro (as contas de activo debitam-se pela extensão inicial e pelos aumentos e creditam-se pelas reduções; as de capital próprio e passivo, creditam-se pela extensão inicial e pelos aumentos e debitam-se pelas reduções).

Durante muito tempo, porém, a Contabilidade foi encarada como técnica e não como ciência. A aceitação da Contabilidade como ciência ocorreu apenas em meados do século XIX com autores como Francesco Villa e Fabio Besta. A Contabilidade operava, então, sob um paradigma patrimonial, assente na valorimetria, tendo essa visão mudado apenas com a introdução das normas internacionais de contabilidade, que impuseram um paradigma de utilidade. Hoje em dia, a Contabilidade é vista como uma ciência que estuda a recolha, o registo, a interpretação e a transmissão da informação financeira com vista a auxiliar o processo de tomada de decisão relativamente aos aspectos financeiros de uma entidade.

Tendo percebido a independência da Contabilidade enquanto ciência, com um discurso de especialidade próprio (isto é, o «*specialized language system*» a que já aludimos), procurámos perceber o lugar que ocupa no conhecimento em geral. Para tal, e além de vários manuais de Contabilidade consultados, socorremo-nos de três fontes externas: a Classificação Decimal Universal, a Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação e a oferta formativa anunciada pela Direcção-Geral do Ensino Superior. Adicionalmente, consultámos ainda os requisitos em termos de áreas de conhecimento específico e imprescindível, que constam dos critérios para o

reconhecimento da habilitação académica adequada para o acesso à inscrição na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, a ordem profissional por excelência para quem possui formação superior em Contabilidade.

4.1.1 Classificação Decimal Universal

A Classificação Decimal Universal (CDU) é um sistema de classificação usado pelas ciências da documentação para organizar e classificar o conhecimento humano. Sendo uma classificação decimal, encontra-se dividida em dez classes, também elas subdivididas decimalmente, sempre numa óptica do geral para o específico. Embora tenha caído um pouco em desuso, a CDU tem a grande vantagem de ser um sistema uniformizado e normalizado internacionalmente, o que facilita muito a pesquisa independentemente da língua ou do país.

A CDU é uma classificação enciclopédia, que pretende abranger todos os ramos do saber, «é uma linguagem documental que se integra nas linguagens de tipo categorial, pelo facto de o conhecimento se encontrar dividido em grandes categorias epistemológicas» (Simões, 2010: 226). Tendo como princípio subjacente a organização do conhecimento, a sua principal função é a arrumação de itens com características semelhantes dentro de «grandes grupos de matérias» (*ibidem*).

A CDU é composta por uma tabela principal, que contém as dez classes principais, e nove tabelas auxiliares (auxiliares comuns gerais e auxiliares especiais), que, em conjunto, permitem a organização lógica e sistemática do conhecimento. Como referimos, duas das suas grandes vantagens são o facto de ser uma linguagem universal (por ser uma notação numérica é independente das línguas) e o facto de constituir um sistema normalizado, o que permite a uniformidade e consistência da classificação e, posteriormente, uma recuperação precisa da informação. A Figura 4.2 apresenta as dez classes principais da CDU (Biblioteca Nacional, 2005).

0	Generalidades. Ciência e conhecimento. Organização. Informação. Documentação. Biblioteconomia. Instituições. Publicações
1	Filosofia. Psicologia
2	Religião. Teologia
3	Ciências sociais. Estatística. Política. Economia. Comércio. Direito. Administração pública. Forças armadas. Assistência Social. Seguros. Educação. Etnologia
4	Classe actualmente não usada
5	Matemática e Ciências naturais
6	Ciências aplicadas. Medicina. Tecnologia
7	Arte. Recreação. Entretenimento. Desporto
8	Língua. Linguística. Literatura
9	Geografia. Biografia. História

Figura 4.2 Classes principais da CDU.

Segundo a CDU, a Contabilidade pertence à classe 6 (Figura 4.3), ou seja, é classificada como uma ciência aplicada, afastando-a, assim das ciências sociais.

657	CONTABILIDADE
657.1	Métodos, sistemas e técnicas contabilísticas
657.2	Registo de contabilidade. Registo, entrada de transacções. Registo de entradas
657.3	Orçamentos. Estimativas. Encerramento de contas. Registos comerciais. Balanços
657.4	Contas. Sistemas de contabilidade. Contabilidade analítica
657.6	Análise e verificação de contas. Auditorias

Figura 4.3 Classificação da Contabilidade na CDU.

Contudo, na classe 3, encontramos alguns temas da Contabilidade relacionados com a riqueza nacional. Na classe 3 (Figura 4.4), encontram-se também as Finanças, a Política Fiscal e o Direito Fiscal, áreas do saber que, como veremos mais à frente, estão intimamente ligadas com a Contabilidade e que, de certa forma, dela dependem para o fornecimento de dados e de informação.

330.5	Estimativa do produto nacional. Propriedade. Contabilidade nacional. Produto social. Balanço da economia
330.52	Riqueza nacional. Propriedade nacional. Activos nacionais. Riqueza nacional real actual. Activos actuais da nação. Recursos e meios básicos. Stocks, reservas, provisão disponível. Propriedade da população e individual. Riqueza nacional potencial. Divisão e distribuição da riqueza nacional.
330.53	Balanço da economia. Contabilidade social. Contabilidade nacional. Orçamento nacional

Figura 4.4 Excerto da classe 3 da CDU.

Apesar das actualizações anuais da CDU efectuadas pelo CDU Consortium, as normas internacionais de contabilidade e o relato financeiro não figuram em qualquer das subclasses. Dos 20 registos que o catálogo da Biblioteca Nacional apresenta de títulos com o termo **relato financeiro**, 17 estão classificados, em primeiro lugar, na subclasse 657, um na subclasse 658, um na 346 e um na 336, confirmando a sua inclusão na área de especialidade da Contabilidade.

A Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação, contudo, faz ressaltar outras associações e aponta para a inclusão da Contabilidade nas ciências sociais.

4.1.2 Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação

Aprovada pela Portaria nº 256/2005, a Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF) tem por objectivo permitir a comparabilidade para fins estatísticos dos cursos de formação a nível nacional e internacional, decorrendo da actualização da Classificação Nacional de Áreas de Formação (CNAF), aprovada em 2001 e em vigor até à sua substituição pela CNAEF. A CNAF resultou da adaptação da Classificação Internacional Tipo da Educação (CITE) efectuada pela UNESCO e da classificação das áreas de formação coordenada pelo Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP), ambas destinadas a

harmonizar internacionalmente a classificação dos cursos de formação inicial e contínua.

A aplicação da CNAF, e da sua versão revista e actualmente em vigor, a CNAEF, permite:

A nível nacional, a identificação e codificação dos cursos de formação, a elaboração de estatísticas, o planeamento e avaliação da formação e, ainda, a elaboração de estudos vários sobre esta temática;

A nível internacional, a utilização de dados nacionais sobre a formação profissional, permitindo a comparação com os dados de outros países (Portaria nº 256/2005: 2282).

A CNAEF está dividida em nove áreas de estudo, que se repartem por um total de 25 subgrupos, que, por sua vez, se subdividem em 77 áreas de educação e formação. Esta classificação prevê a existência de programas interdisciplinares: os que associam, geralmente, duas áreas de educação e formação que habitualmente pertencem a áreas de estudo diferentes e cuja classificação depende da «regra da maioria», sendo enquadrados no grupo dominante; e os programas transversais, que implicam pelo menos três áreas de educação e formação habitualmente da mesma área de estudos, sem que nenhuma seja claramente dominante e cuja classificação é feita adicionando um 0 na terceira e última posição.

Na CNAEF, a Contabilidade figura na área de estudos 3 — Ciências Sociais, Comércio e Direito — juntamente com a Fiscalidade (Figura 4.5, abaixo).

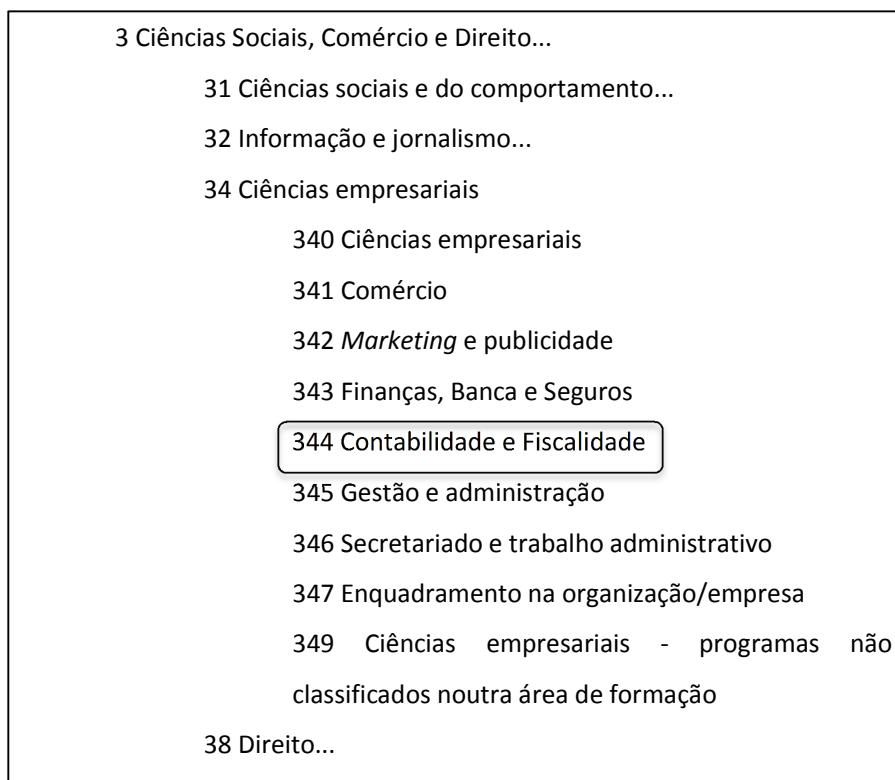


Figura 4.5 Classificação da área de estudos da Contabilidade segundo a CNAEF.

Nos programas de formação em Contabilidade e Fiscalidade incluem-se o acompanhamento, a auditoria e o registo das transacções financeiras, incidindo os conteúdos principais dos cursos na formação em: Auditoria, Contabilidade e Fiscalidade. Ficam, portanto, fora do âmbito deste subgrupo as actividades relacionadas com o controlo e monitorização dos recursos financeiros das organizações, que se enquadram na área das Finanças. O subgrupo 343 Finanças, Banca e Seguros inclui programas de formação relacionados com o planeamento, com a direcção, a organização e o controlo de actividades e serviços financeiros, bem como com o controlo e monitorização dos recursos financeiros das organizações, das instituições e dos particulares, além da oferta de serviços financeiros a esses grupos. Os programas das formações que se enquadram neste subgrupo incidem sobre: Análise de investimentos, Banca, Corretagem de valores, Finanças, Fundo de pensões, Investimento e crédito, Operações bancárias, Seguros e Teoria financeira.

A CNAEF salienta a relação entre a Contabilidade e a Fiscalidade, áreas classificadas em classes distintas pela CDU, respectivamente, classe 6 e classe 3.

4.1.3 Oferta formativa anunciada pela Direcção-Geral do Ensino Superior

A concretização da CNAEF é feita, entre outros, através dos cursos que compõem a oferta formativa autorizada pela Direcção-Geral do Ensino Superior (DGES). Uma panorâmica dos cursos de primeiro, segundo e terceiro ciclos para o ano lectivo de 2014/2015 mostra-nos que os cursos de Contabilidade incluem, frequentemente, na sua designação a menção a Finanças, sendo essa a associação mais produtiva ao nível dos primeiro e segundo ciclos. Já no terceiro ciclo, existem apenas cursos de Contabilidade, sem qualquer associação, e três cursos de Finanças (um deles em associação com Economia). Não existem cursos de terceiro ciclo em Fiscalidade ou Auditoria. A Tabela 4.1 apresenta os cursos de primeiro, segundo e terceiro ciclos com a designação «Contabilidade»; a terceira coluna apresenta designações alternativas, que agrupámos sob a mesma designação. Assinalámos com asterisco as designações que agrupámos na mesma categoria por serem semelhantes. Por exemplo, sob a designação «Contabilidade e Finanças», considerámos também os cursos intitulados «Finanças e Contabilidade» e «Finanças e Gestão Financeira».

1º ciclo		
Contabilidade	13	
Contabilidade e Finanças	9*	* Finanças e Contabilidade (1) * Contabilidade e Gestão Financeira (1)
Contabilidade e Administração	6	
Contabilidade e Auditoria	6*	* Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria (1)
Contabilidade e Fiscalidade	3*	* Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria
Contabilidade e Gestão	3*	* Contabilidade e Gestão Pública (1) * Gestão Comercial e Contabilidade (1) * Gestão e Contabilidade (1)
2º ciclo		
Contabilidade e Finanças	12*	* Contabilidade e Análise Financeira (1) * Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais (1) * Finanças e Contabilidade (1)

Contabilidade	8	
Contabilidade e Fiscalidade	3*	* Contabilidade e Fiscalidade Empresarial (1) * Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais (1)
Contabilidade e Administração Pública	2*	*Contabilidade e Gestão Pública (1)
Contabilidade e Gestão	2*	* Contabilidade e Controlo de Gestão (1) * Contabilidade e Gestão das Instituições Financeiras (1)
Contabilidade e Relato de Gestão	1	
3º ciclo		
Contabilidade	3	

Tabela 4.1 Cursos de primeiro, segundo e terceiro ciclos com a designação «Contabilidade».

Muito embora seja uma parte constituinte da Contabilidade, o relato financeiro serve, e serve-se de, outras áreas de especialidade: faz uso da Fiscalidade no que toca à incorporação de elementos relativos a taxas, impostos e outras contribuições, por exemplo, e serve de base à análise financeira e às actividades de auditoria. A classificação da CNAEF dá conta desta relação, incluindo Contabilidade, Fiscalidade e Finanças na mesma área de estudos. Pela análise dos cursos actualmente existentes para os três ciclos de ensino, percebemos a interdisciplinaridade da Contabilidade e, consequentemente, do seu discurso.

4.1.4 Requisitos da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Em 1995, foi criada a Associação dos Técnicos Oficiais de Contas (ATOC). Na sequência da regulação do exercício da profissão de técnico de contas, passa, então, a ser obrigatória a inscrição na ATOC. Quatro anos depois, a ATOC assume a designação de Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC). Em 2009, o estatuto da CTOC é alterado, passando a constituir uma ordem profissional, sob a designação de Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC).

Segundo os critérios para o reconhecimento da habilitação académica adequada para o exercício da profissão de técnico oficial de contas (de acordo com o processo de Bolonha e exigidos pela OTOC), a formação académica dos candidatos à inscrição na OTOC deve contemplar diversas áreas nucleares, concedendo uma tolerância para redução até 25% dos ECTS mínimos de cada área nuclear, já que as unidades curriculares que compõem as áreas assinaladas como nucleares podem não estar harmonizadas em todos os cursos (Anúncio nº 6060/2010, de 30 de Junho).

Áreas nucleares	Horas de contacto	ECTS
Contabilidade e Relato Financeiro	360	36
Contabilidade Analítica e de Gestão	180	18
Finanças	180	18
Fiscalidade	180	18
Direito das Empresas	120	12
Ética e Deontologia	45	3

Tabela 4.2 Requisitos em termos de áreas de estudos para inscrição na OTOC.

Saliente-se, da observação da Tabela 4.2, que a área «Contabilidade e Relato Financeiro» corresponde a quase 34% das 1065 horas totais de contacto, ou seja, alguém que se queira inscrever como Técnico Oficial de Contas (TOC) terá de fazer prova de que um terço da licenciatura que concluiu foi dedicada ao estudo da Contabilidade e do Relato Financeiro. O Anúncio nº 6060/2010 concretiza ainda os tópicos programáticos mínimos a incluir em cada grupo de matérias (Figura 4.6).

- Pensamento Contabilístico e enquadramento teórico: da partida simples à estrutura conceptual actual
- Regulação das práticas contabilísticas e harmonização
- Normas nacionais e internacionais de contabilidade
- Trabalho contabilístico corrente e de fecho de exercício, de acordo com as normas nacionais e internacionais
- Apresentação e preparação das demonstrações financeiras: Balanço, Demonstração dos Resultados, Anexo, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Relato financeiro
- Interpretação básica e uso das Demonstrações Financeiras
- Contas individuais e contas consolidadas
- Transformação e liquidação de sociedades
- Aplicações Sectoriais da Contabilidade: Contabilidade Pública, Contabilidade Bancária e Contabilidade das Instituições de Seguros.

Figura 4.6 Tópicos programáticos da área de estudos de Contabilidade e Relato Financeiro exigidos para inscrição na OTOC.

Após a análise que efectuámos, concluímos que, embora transversal, o relato financeiro é, efectivamente, um subdomínio da Contabilidade. Não temos dúvida de que a expressão do relato financeiro, concretamente sob a forma das demonstrações financeiras e dos relatórios produzidos a partir da informação nelas contida, é um tipo de texto especializado, tanto ao nível da temática, quanto ao nível dos factores que intervêm no processo de interacção comunicativa, na linha de Cabré (1999) e constantes da Tabela 4.3.

Temática	Interlocutores	Situação comunicacional
Os conteúdos abordados nos relatórios de prestação de contas não se enquadram no conhecimento geral dos falantes de uma língua e têm de ser objecto de uma aprendizagem em particular: trata-se de informação financeira específica que implica não só dominar a terminologia, mas toda a conceptualização da análise do desempenho financeiro de uma entidade.	O relato financeiro é produzido por especialistas essencialmente para especialistas: os primeiros destinatários dos relatórios de prestação de contas são os decisores internos da entidade e os analistas externos para fins de angariação de financiamento (para além do Estado, na sua competência fiscalizadora). Alguns desses relatórios são obrigatoriamente divulgados à população em geral, através da sua publicação em linha, por exemplo, dando cumprimento a requisitos legais, mas isso não significa que um não especialista terá capacidade para entender a informação neles contida.	O conhecimento produzido pelo relato financeiro tem uma finalidade específica — informar sobre o desempenho financeiro da entidade — mantendo o seu carácter referencial.

Tabela 4.3 Características do relato financeiro como língua de especialidade.

Na secção seguinte, veremos os subdomínios do domínio da Contabilidade, de modo a enquadrarmos o nosso objecto de análise, isto é, o relato financeiro.

4.1.5 Os subdomínios do domínio da Contabilidade

Muito embora tenhamos visto o carácter transdisciplinar do relato financeiro, não temos dúvidas de que se trata de um subdomínio da Contabilidade, como, aliás, atesta o próprio nome das normas contabilísticas portuguesas: Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro. A Figura 4.7 ilustra as principais divisões do domínio da Contabilidade em termos de áreas do saber.

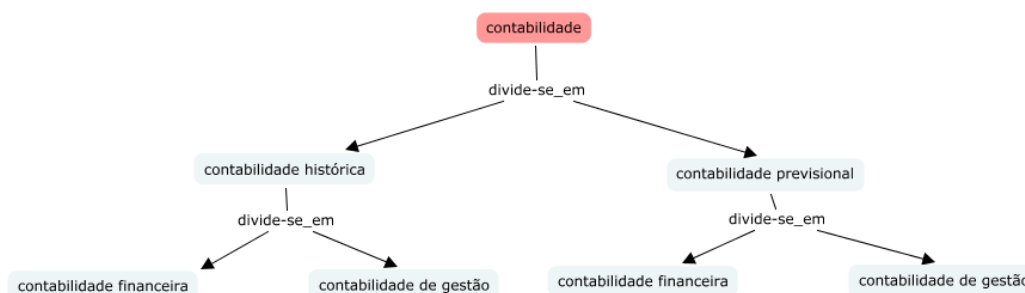


Figura 4.7 Subdomínios do domínio da Contabilidade.

A Figura 4.7 apresenta uma representação das macro-divisões da Contabilidade, não pretendendo, de todo, ser exaustiva. O nosso interesse foi situar o relato financeiro na organização conceptual da Contabilidade enquanto domínio. Num estudo posterior, seria interessante enquadrar nessa representação outras ramificações da Contabilidade (pública, bancária, de seguros, por exemplo), bem como perceber as relações que a Contabilidade estabelece com os domínios afins que encontrámos na nossa análise, concretamente Finanças, Auditoria e Fiscalidade. Por ora, concentrar-nos-emos na divisão da Contabilidade quanto ao período (contabilidade histórica e contabilidade previsional) e quanto ao objecto (contabilidade financeira e contabilidade de gestão). A contabilidade financeira é também designada por contabilidade geral e a contabilidade de gestão por contabilidade analítica ou contabilidade de custos.

O mapa constante da Figura 4.7 foi elaborado com base no conhecimento adquirido ao longo dos anos a trabalhar como profissional da língua na área da Contabilidade, bem como da consulta de manuais de Contabilidade para esse efeito. Posteriormente, o mapa foi apresentado a um conjunto de três especialistas para validação, todos docentes de Contabilidade Financeira no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa. O procedimento foi semelhante para todos os mapas constantes deste capítulo. Para o desenho dos mapas conceptuais

apresentados neste trabalho, utilizámos o *software* CmapTools (versão 5.05.01) desenvolvido pelo *Institute for Human and Machine Cognition* e disponível gratuitamente na Internet⁶².

Assinalámos nos mapas a azul o conceito que seria desenvolvido num mapa posterior. O mapa conceptual constante da Figura 4.8 ilustra a indicação do relato financeiro como o objectivo da contabilidade financeira.

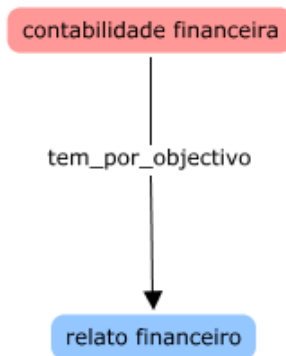


Figura 4.8 Objectivos da Contabilidade Financeira.

Através do registo das operações correntes e não correntes, segundo determinadas regras e com base nos documentos que lhe servem de suporte (por exemplo, facturas, letras, notas de crédito), a contabilidade financeira visa o relato financeiro, elaborando os documentos que o constituem, concretamente as demonstrações financeiras, que descreveremos em pormenor mais adiante.

Antes de analisarmos o discurso do relato financeiro, procurámos perceber a organização do sistema contabilístico português, para posteriormente conseguirmos identificar os textos mais relevantes para construir um *corpus* para análise do subdomínio seleccionado.

⁶² O *software* CmapTools (disponível em cmap.ihmc.us) é constituído por uma série de ferramentas integradas que permitem a criação de mapas conceptuais, «a *knowledge representation form that shows individual concepts at nodes with linking words that connect two concepts and indicate the relationship between them, thus forming a proposition*» (Cañas & Novak, 2008: 26).

4.2 O sistema contabilístico português

Com a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, foram dados os primeiros passos no sentido de ajustar o normativo contabilístico nacional então vigente — o Plano Oficial de Contabilidade (POC), aprovado em 1977 — ao modelo europeu em vigor na altura, nomeadamente a adopção da 4ª Directiva (Directiva nº 78/660/CEE). Desde esse momento, foram feitas várias alterações ao POC, no sentido de melhorar continuamente as normas contabilísticas e o relato financeiro, em especial com a introdução das directrizes contabilísticas. No entanto, decorreram mais de vinte anos até à criação de um novo sistema contabilístico português — o Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, na sequência dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) — harmonizado com as práticas internacionais em geral e com o normativo vigente na União Europeia (UE) em particular.

A CNC é o órgão ao qual compete, em Portugal, e relativamente a matérias contabilísticas, produzir normas, pareceres e recomendações com aplicação a todas as entidades sejam públicas, ou privadas, por forma a assegurar o cumprimento de procedimentos contabilísticos harmonizados com as normas europeias e internacionais aplicáveis ao sector, «contribuindo para o desenvolvimento de padrões de alta qualidade da informação e do relato financeiro das entidades que apliquem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a Normalização Contabilística para Microentidades (NCM) e o Sistema de Normalização Contabilística Público (SNCP)» (CNC, 2013b), além de implementar as acções necessárias para o efectivo e adequado cumprimento dos normativos contabilísticos. A Tabela 4.4 (abaixo) apresenta os principais momentos do processo evolutivo entre o POC e o SNC.

Ano	Documento	Resultado
1977	Decreto-Lei nº 47/77 de 7 de Fevereiro	Aprovação do POC e criação da CNC.
1986		Adesão de Portugal à CEE.
1989	Decreto-Lei nº 410/89 de 21 de Novembro	Ajustamento do normativo nacional à Directiva nº 78/660/CEE (Quarta Directiva): ajustamentos e melhorias ao POC.
1991	Decreto-Lei nº 238/91 de 2 de Julho	Transposição para a ordem jurídica nacional do tratamento contabilístico de consolidação de contas: ajustamento à Directiva nº 83/349/CEE (Sétima Directiva).
1995	«Harmonização contabilística — uma nova estratégia relativamente à harmonização internacional»	Documento apresentado pela Comissão Europeia no sentido da harmonização das Directivas europeias com as normas internacionais desenvolvidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).
1999	Decreto-Lei nº 44/99 de 11 de Junho	Introdução do sistema de inventário permanente e da demonstração de resultados por funções.
2002	Regulamento (CE) nº 1606/2002 de 19 de Julho	Adopção das normas internacionais de contabilidade — <i>International Accounting Standards</i> (IAS) e <i>International Financial Reporting Standards</i> (IFRS) e interpretações conexas, desenvolvidas pelo <i>International Financial Reporting Interpretations Committee</i> (SIC/IFRIC) — que entraram em vigor a 1 de Maio de 2005.
2003	Decreto-Lei nº 79/2003 de 23 de Abril	Introdução da demonstração dos fluxos de caixa.
2004	Decreto-Lei nº 88/2004 de 20 de Abril	Estabelecimento das condições de aplicação do justo valor, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva nº 2001/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à modernização das directivas contabilísticas de modo a garantir a coerência entre a legislação contabilística comunitária e as normas internacionais.
2009	Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho	Revogação do POC e legislação complementar e criação do SNC.
	Aviso nº 15652/2009 de 7 de Setembro	Aprova a estrutura conceptual (EC) que subjaz à preparação e apresentação das demonstrações financeiras.
	Aviso nº 15653/2009 de 7 de Setembro	Homologação das Normas Interpretativas (NI) do SNC.
	Aviso nº 15654/2009 de 7 de Setembro	Homologação das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).
	Aviso nº 15655/2009 de 7 de Setembro	Homologação das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as entidades em geral (NCRF).
	Portaria nº 986/2009 de 7 de Setembro	Aprova os modelos das demonstrações financeiras (balanço, demonstração dos resultados por naturezas, demonstração dos resultados por funções, demonstração das alterações no capital próprio, demonstrações dos fluxos de caixa — método directo) e

		do Anexo; aprova ainda os modelos reduzidos das demonstrações financeiras aplicados às Pequenas Entidades: balanço, demonstração dos resultados (por naturezas e por funções) e anexo.
	Portaria nº 1011/2009 de 9 de Setembro	Aprova o quadro síntese de contas, o código de contas e as notas de enquadramento às contas.
2010	Lei nº 35/2010 de 2 de Setembro	Institui um regime especial simplificado das normas e informações contabilísticas aplicáveis às microentidades.
2011	Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março	Aprova o regime de normalização contabilística para microentidades (NCM) e o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).
	Portaria nº 104/2011 de 14 de Março	Aprova os modelos para as demonstrações financeiras aplicáveis às microentidades.
	Portaria nº 105/2011 de 14 de Março	Aprova os modelos para as demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do sector não lucrativo
	Portaria nº 106/2011 de 14 de Março	Aprova o código de contas específico para as entidades do sector não lucrativo: quadro síntese, código de contas e notas de enquadramento.
	Portaria nº 107/2011 de 14 de Março	Aprova o código de contas para microentidades: quadro síntese, código de contas e notas de enquadramento.
	Aviso nº 6726-A/2011 de 14 de Março	Homologa a Norma Contabilística para microentidades.
	Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março	Homologa a Norma Contabilística e de Relato Financeiro as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Tabela 4.4 Normalização contabilística: do POC/77 à actualidade (principais momentos).

O SNC não se aplica à totalidade das entidades obrigadas à prestação de contas e, por conseguinte, não constitui o todo do sistema contabilístico português. A legislação vigente divide-se entre a aplicável ao sector empresarial (e às entidades não lucrativas) e a aplicável ao sector público, para além de distinguir também os níveis de aplicação entre o normativo nacional e o internacional, dependendo do estatuto e da dimensão das entidades e de variáveis de natureza quantitativa referentes a cada entidade.

4.2.1 Estrutura do sistema contabilístico português

Apesar da obrigatoriedade da adopção do SNC pelas empresas públicas imposta pelo já citado Decreto-Lei nº 158/2009 para os exercícios que se iniciem em ou após 1

de Janeiro de 2010, o sector público português tem continuado a usar o POC sob diversas designações consoante o sector a que se destina, enquanto decorrem os trabalhos preparativos necessários para concretizar a transição para o SNC. Os vários POC existentes são:

- i) Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP)
- ii) Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS)
- iii) Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC-Educação)
- iv) Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL)
- v) Plano Oficial de Contabilidade das Instituições Públicas do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS).

Em Julho de 2013, o Comité de Normalização Contabilística Público (CNCP) publicou um documento preliminar intitulado *Linhas Orientadoras para o Sistema de Normalização Contabilística — Administrações Públicas (SNC-AP)* (CNC, 2013a), com vista à promoção da eficiência e da harmonização dos procedimentos contabilísticos, elaborando um conjunto de disposições que se destinam a auxiliar as entidades do sector público na transição para o SNC. Já em 2014, o Despacho nº 1507/2014, de 30 de Janeiro, impôs a obrigatoriedade da aplicação do SNC às entidades públicas empresariais da área da saúde (hospitais, centros hospitalares e unidades locais de saúde) relativamente à apresentação das contas de 2014. Espera-se que, a breve trecho, seja desenvolvido um sistema contabilístico para a generalidade do sector público, tendo como referencial o normativo internacional, ou seja, as International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) desenvolvidas pelo International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), à semelhança do que se verificou com a adaptação das International Accounting Standards (IAS) e das International Financial Reporting Standards (IFRS) que foram posteriormente vertidas na elaboração do SNC.

Uma vez que o sector público não se encontra ainda estabilizado em termos da normalização contabilística e da convergência com as normas internacionais, optámos

por concentrar a nossa atenção apenas no normativo aplicável ao sector empresarial. A legislação relativa ao sector empresarial divide-se em vários níveis de aplicação, que correspondem a vários conjuntos de normas. Utilizamos propositadamente a expressão vaga «vários» porque a distinção entre os níveis de aplicação do sistema contabilístico não é clara.

Consultando o sítio *Web* da CNC⁶³, deparamos com uma primeira divisão entre a legislação aplicável ao sector empresarial e a legislação aplicável ao sector público. O nome «legislação» não está qualificado, mas, dada a actividade da CNC enquanto órgão responsável pela normalização contabilística em Portugal, podemos inferir que se trata de «legislação contabilística vigente em Portugal». Temos, portanto uma primeira divisão que se pode ver na Figura 4.9.

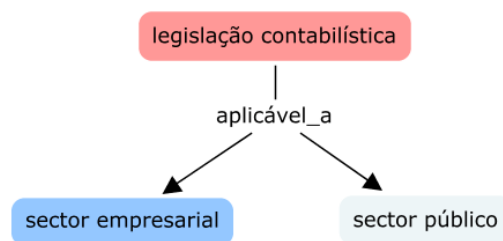
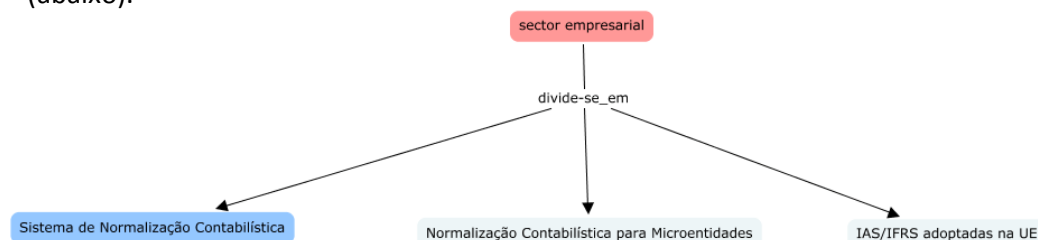


Figura 4.9 Níveis de aplicação da legislação contabilística em Portugal consoante o sector.

Deixando o sector público de parte, por ora, pelas razões acima enunciadas, concentremo-nos no sector empresarial. Neste ponto, a organização do sítio *Web* da CNC deixa antever uma nova divisão, aqui tripartida, como se vê na Figura 4.10 (abaixo).



⁶³ Disponível em <http://www.cnc.min-financas.pt/legislacao.html>

Figura 4.10 Níveis de aplicação da legislação contabilística ao sector empresarial em Portugal.

As entidades que compõem o sector empresarial, ou seja, que não fazem parte do sector público, estão sujeitas a três tipos de normativos distintos consoante as suas características: Sistema de Normalização Contabilística, Normalização Contabilística para Microentidades e IAS/IFRS aplicadas na UE⁶⁴. O Sistema de Normalização Contabilística é também designado pela sigla SNC a Normalização Contabilística para Microentidades é designada pela sigla NCM. Na subsecção seguinte, veremos pormenorizadamente o âmbito de aplicação de cada normativo, entendido aqui como um conjunto de normas contabilísticas que, juntamente com uma estrutura conceptual, formam a base do relato financeiro.

Dentro do separador relativo ao SNC, encontramos uma nova divisão, desta feita entre entidades em geral e entidades do sector não lucrativo, ilustrada pela Figura 4.11.

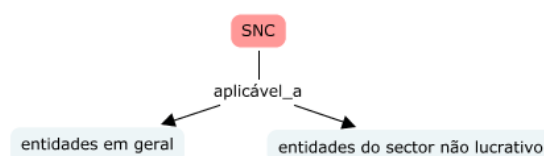


Figura 4.11 Âmbito de aplicação do SNC.

Uma vez que o sítio *Web* da CNC não dispõe de nova divisão, juntemos os três mapas conceptuais que vimos até agora (Figuras 4.9 a 4.11) num único mapa (Figura 4.12, abaixo).

⁶⁴ Muito embora o sítio *Web* da CNC refira explicitamente «IAS/IFRS adoptadas na UE», quando as IAS/IFRS endossadas pela UE não resolvem uma questão contabilística em particular, as entidades podem socorrer-se das IAS/IFRS que não foram adoptadas pela UE, também conhecidas por «full IFRS», ou seja, o conjunto completo de normas emanadas directamente do *International Accounting Standards Board* (IASB).

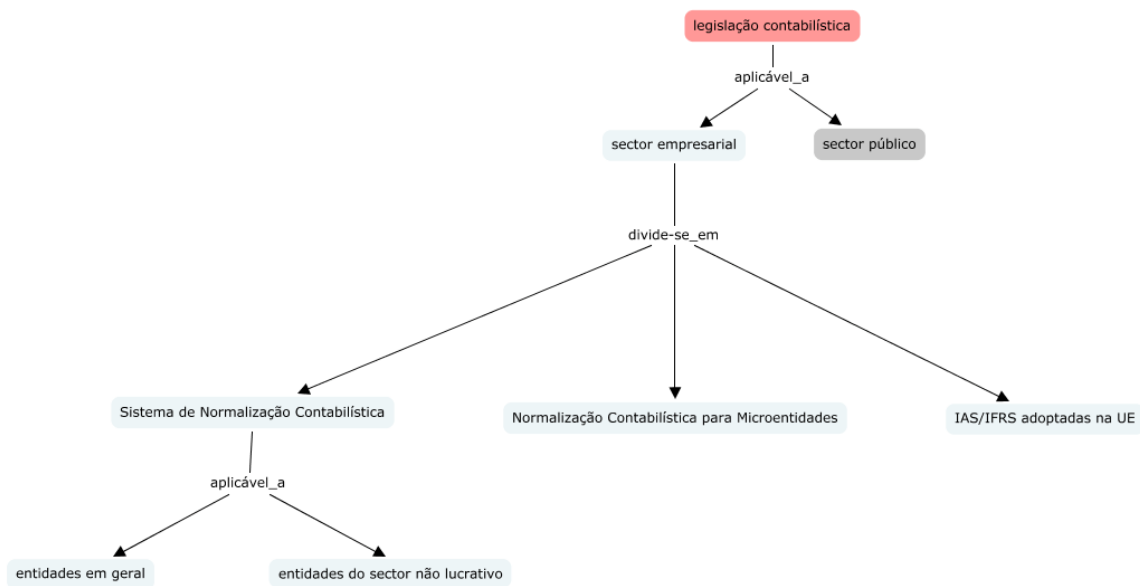


Figura 4.12 Âmbito de aplicação da legislação contabilística em Portugal.

A Figura 4.12 ilustra o âmbito de aplicação da legislação contabilística em Portugal segundo o sítio *Web* da CNC. Porém, pelo que pudemos confirmar com os especialistas que consultámos, dentro do Sistema de Normalização Contabilística deveria haver mais um ramo, já que o SNC se aplica não só às entidades em geral e às entidades do sector não lucrativo, mas também a um terceiro tipo de entidades: as pequenas entidades. Uma vez que a nossa análise ira incidir exclusivamente sobre a terminologia utilizada na legislação relativa ao sector empresarial, assinalámos, na Figura 4.12, com um sombreado a cinzento mais escuro o **sector público**, que não voltaremos a referir. Dentro do sector empresarial, temos três níveis de aplicação, o Sistema de Normalização Contabilística, a Normalização Contabilística para Microentidades e o das IAS/IFRS adoptadas na UE. Os dois primeiros são normativos nacionais, enquanto o segundo é o normativo internacional, composto pelas Normas Internacionais de Contabilidade, ou seja, as já mencionadas *International Accounting Standards* (IAS) e *International Financial Reporting Standards* (IFRS), bem como pelas normas interpretativas, emitidas até 2000 pelo *Standards Interpretations Committee*

(SIC) e depois dessa data pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC).

O Sistema de Normalização Contabilística, que constitui o normativo nacional, é aplicável a três tipos de entidades, às entidades em geral, às entidades que, satisfazendo as condições necessárias (cf. secção 4.2.1.2, parágrafo *b*), optem pelo regime das pequenas entidades e às entidades do sector não lucrativo. Da Figura 4.12 estão ausentes as entidades em concreto a que se aplicam os outros dois normativos porque, uma vez que cada um se aplica a um único tipo de entidade, o sítio *Web* da CNC não apresenta uma nova subdivisão. Optámos por manter a Figura 4.12 fiel à estrutura apresentada nesse sítio *Web*, que tomámos por referência, embora para além das duas ausências acima mencionadas, tenhamos detectado a ausência de referências às pequenas entidades, como já referimos.

Nos pontos seguintes, apresentamos, em pormenor, os âmbitos específicos de aplicação de cada um dos normativos. Resumidamente, a Normalização Contabilística para Microentidades aplica-se às microentidades e o normativo internacional, isto é, o das IAS/IFRS adoptadas na UE aplica-se às empresas cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado. Já o SNC aplica-se não só às já mencionadas entidades em geral e entidades do sector não lucrativo, mas também às pequenas entidades.

A organização do sistema contabilístico português acima descrita, à qual chegámos através da análise da arquitectura do sítio *Web* da CNC e que decorre da legislação em vigor, suscita, a nosso ver, algumas questões. Enquanto a primeira divisão (Figura 4.9) é feita por sectores, logo por destinatários ou pelo âmbito de aplicação da legislação, a segunda divisão é feita por normativos (SNC, NCM e IAS/IFRS adoptadas na UE), sem que se estabeleça, como já referimos, os seus destinatários. Por outro lado, a separação entre SNC e NCM não nos parece muito clara.

Vejamos cada uma das três divisões da legislação contabilística aplicável ao sector empresarial, por ordem cronológica de adopção, de modo a identificarmos os seus âmbitos de aplicação.

4.2.1.1 IAS/IFRS adoptadas na União Europeia

A Estratégia de Lisboa, delineada no Conselho Europeu de Lisboa, decorrido a 23 e 24 de Março de 2000, pretendia dotar a UE de capacidade para se tornar uma economia competitiva e dinâmica, capaz de fazer face aos desafios da globalização e da nova economia baseada no conhecimento. Entre outros objectivos que visavam promover a inovação e o desenvolvimento generalizado da UE, salientamos os que dizem respeito à maior eficiência e integração dos mercados financeiros, concretamente em termos de transparência do funcionamento dos mercados de capitais.

O Regulamento (CE) nº 1606/2002, de 19 de Julho, relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade elaboradas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) — antigo *International Accounting Standards Committee* (IASC) — veio concretizar esses objectivos, promovendo a comparabilidade das demonstrações financeiras apresentadas pelas sociedades cujos títulos são negociados publicamente, ou seja, as empresas cotadas em bolsa, com o intuito de fomentar o bom funcionamento dos mercados de capitais, protegendo assim os investidores⁶⁵. O referido Regulamento determina ainda que as Normas Internacionais de Contabilidade passarão a denominar-se Normas Internacionais de Informação Financeira⁶⁶.

Do Regulamento (CE) nº 1606/2002 decorre, portanto, que o âmbito de aplicação das normas internacionais são as «sociedades cujos títulos são negociados publicamente», dividindo o universo entre essas sociedades — também denominadas «empresas cotadas [em bolsa]» na literatura — e as outras empresas, as que não têm valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado.

⁶⁵ Na sequência dos vários escândalos financeiros que envolveram empresas cotadas em bolsa — como o que arrastou a Enron e a auditora Arthur Andersen em finais de 2001 — nos Estados Unidos, também em 2002, foi aprovada legislação específica — Sarbanes-Oxley Act — no sentido de aumentar a supervisão do relato financeiro, separar as actividades de auditoria das de consultoria e responsabilizar os administradores das empresas que operam nos mercados de capitais.

⁶⁶ O Regulamento (CE) nº 1606/2002 apresenta alguns problemas de tradução, que retomaremos no Capítulo V. Referimos aqui apenas que o termo consagrado na literatura contabilística portuguesa é «Normas Internacionais de Relato Financeiro» e não «Normas Internacionais de Informação Financeira».

4.2.1.2 Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

O SNC foi adoptado por via do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que revogou o POC, a legislação complementar e as directrizes contabilísticas (nº 1 a nº 29) então em vigor. Enquadrado na linha de modernização contabilística preconizada pela UE, o SNC transpõe, com as devidas adaptações, o normativo internacional já adoptado pela UE para a ordem jurídica portuguesa:

a normalização contabilística nacional deverá aproximar-se, tanto quanto possível, dos novos padrões comunitários, por forma a proporcionar ao nosso país o alinhamento com as directivas e regulamentos em matéria contabilística da UE, sem ignorar, porém, as características e necessidades específicas do tecido empresarial português (Decreto-Lei nº158/2009: 4376).

Não se trata, portanto, de uma mera adopção das normas internacionais, mas sim de uma efectiva adaptação à cultura contabilística nacional, o que implica, necessariamente, uma análise profunda dos sistemas conceptuais de ambos os normativos, o nacional — que reflecte a cultura contabilística enraizada nas instituições, nas organizações e nos profissionais — e o internacional — que se pretende adoptar, mas cujos conceitos nem sempre encontram correspondência no sistema conceptual nacional. Na Figura 4.13, indicamos os elementos fundamentais que constituem o SNC, bem como os instrumentos legislativos que os aprovaram.

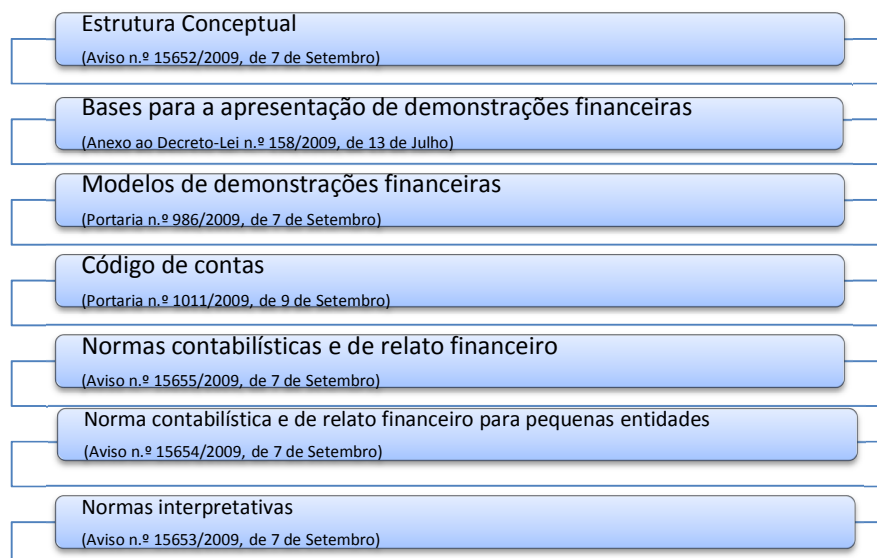


Figura 4.13 Instrumentos do SNC.

Vejamos agora, sucintamente, em que consiste cada um dos elementos fundamentais que constituem o SNC.

- i) **Estrutura conceptual:** muito embora não se trate de uma norma, a estrutura conceptual é um documento estruturante sobre o qual se apoia todo o SNC, tendo tido por base a «Estrutura conceptual de preparação e apresentação de demonstrações financeiras», que consta como Anexo ao documento «Observações relativas a certas disposições do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade, bem como a Quarta Directiva 78/660/CEE do Conselho, de 25 de Julho de 1978, e ainda a Sétima Directiva 83/349/CEE do Conselho, de 13 de Junho de 1983, relativa às contas consolidadas». Sendo a estrutura conceptual subjacente ao SNC, começámos a nossa análise por este documento. Porém cedo percebemos que o conceito de «estrutura conceptual» é usado numa perspectiva bastante diferente da perspectiva terminológica, pelo que iremos fazer uma descrição pormenorizada deste instrumento no Capítulo V.
- ii) **Bases para a apresentação de demonstrações financeiras (BADF):** enunciam as regras e os princípios básicos a que deve obedecer um conjunto completo de demonstrações financeiras.
- iii) **Modelos de demonstrações financeiras (MDF):** apresentam formatos normalizados e estruturados, mas flexíveis, para as demonstrações de balanço, de resultados (por funções e por naturezas), de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa, assim como um modelo orientador para o anexo.
- iv) **Código de contas (CC):** é uma estrutura codificada e uniforme de contas e de notas explicativas a algumas contas.
- v) **Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF):** adaptadas a partir das IAS/IFRS vigentes na UE, constituem o núcleo duro do SNC; cada

uma das normas constitui por si só um instrumento de normalização onde se prescreve pormenorizadamente o tratamento técnico em termos de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das realidades económico-financeiras das entidades.

- vi) **Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE):** constituem uma selecção dos procedimentos de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação constantes das NCRF e considerados relevantes para entidades de menor dimensão.
- vii) **Normas interpretativas:** foram aprovadas duas Normas Interpretativas (NI), que visam esclarecer a aplicação dos restantes instrumentos que integram o SNC em casos específicos: «NI 1: Consolidação — Entidades de Finalidades Especiais» e «NI 2: Uso de Técnicas de Valor Presente para mensurar o Valor de Uso».

Dentro do SNC, existem três níveis de aplicação, NCRF, NCRF-PE, NCRF-ESNL, que descrevemos em seguida.

a) Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF)

O SNC é um modelo contabilístico assente em princípios e não em regras como o antigo POC, sendo que cada norma tem por objectivo prescrever o tratamento contabilístico em termos de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de qualquer transacção, acontecimento ou condição, com excepção das quatro primeiras NCRF, que apresentam outro tipo de informação. As 28 NCRF constantes do SNC (ver Tabela 4.5) foram publicadas em Diário da República por meio do Aviso nº 15655/2009.

Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro⁶⁷	
NCRF 1	Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras
NCRF 2	Demonstração de fluxos de caixa
NCRF 3	Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF)
NCRF 4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
NCRF 5	Divulgações de Partes Relacionadas
NCRF 6	Activos intangíveis
NCRF 7	Activos fixos tangíveis
NCRF 8	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas
NCRF 9	Locações
NCRF 10	Custos de empréstimos obtidos
NCRF 11	Propriedades de investimento
NCRF 12	Imparidade de activos
NCRF 13	Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas
NCRF 14	Concentrações de actividades empresariais
NCRF 15	Investimentos em Subsidiárias e Consolidação
NCRF 16	Exploração e avaliação de recursos minerais
NCRF 17	Agricultura
NCRF 18	Inventários
NCRF 19	Contratos de construção
NCRF 20	Rédito
NCRF 21	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes
NCRF 22	Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do Governo
NCRF 23	Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
NCRF 24	Acontecimentos após a data do balanço
NCRF 25	Impostos sobre o rendimento
NCRF 26	Matérias ambientais
NCRF 27	Instrumentos financeiros
NCRF 28	Benefícios dos empregados

Tabela 4.5 NCRF do SNC.

⁶⁷ Utilizámos as designações originais, que não são uniformes no tratamento de maiúsculas e minúsculas.

As NCRF são formalmente muito estruturadas. A Figura 4.14 apresenta, como exemplo, dois parágrafos da NCRF 1.

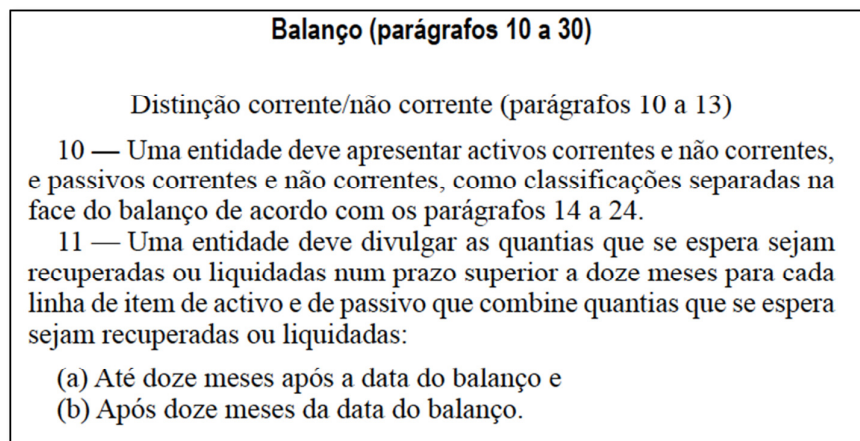


Figura 4.14 Parágrafos 10 e 11 da NCRF 1 (Aviso nº 15655/2009: 36261).

A divisão interna das NCRF assenta em dois tipos de identificação gráfica que facilitam a sua leitura e compreensão:

- i) agrupamento dos parágrafos (numerados) sob um título comum;
no exemplo: «Balanço (parágrafos 10 a 30)»;
- ii) formatação dos títulos com distinção a dois níveis, identificando, assim, a sua relação hierárquica;
no exemplo: «Balanço» (título de primeira ordem) -> «Distinção corrente/não corrente» (título de segunda ordem).

A estrutura interna das várias NCRF é também bastante repetitiva. Os elementos que se repetem nas várias NCRF, com a excepção de algumas normas que contêm mais ou menos elementos, são os constantes da Tabela 4.6 (abaixo).

Título	Para além da designação «Norma Contabilística e de Relato Financeiro» seguida do número respectivo, cada NCRF tem também um título associado, que indica a matéria que trata.
Introdução	Identifica a norma internacional que lhe serviu de base e remete para a legislação comunitária relevante (Regulamento (CE) nº 1606/2002, de 19 de Julho, e o Regulamento (CE) nº 1126/2008, de 3 de Novembro.
Objectivo	Identifica o objectivo da NCRF, que geralmente constitui a prescrição do tratamento contabilístico de determinado facto.
Âmbito	Define o âmbito de aplicação da NCRF e, frequentemente, os casos em que não se deve aplicar.
Definições	Cada NCRF apresenta as definições necessárias para a sua compreensão. O Apêndice I da NCRF-PE é uma colecção de todas as definições que aparecem ao longo das NCRF.
Reconhecimento	Indica as bases para o reconhecimento da matéria objecto da NCRF.
Mensuração	Identifica os modelos de mensuração inicial e subsequente (quando aplicável).
Divulgações	Especifica a informação que tem de ser divulgada pela entidade.
Data de eficácia	A data de eficácia é a mesma para todas as NCRF: as entidades devem aplicar o conjunto total das NCRF a partir do dia 1 de Janeiro de 2010.

Tabela 4.6 Elementos comuns às várias NCRF.

Na Tabela 4.7 (abaixo), apresentamos as entidades abrangidas pelo SNC.

Sociedades abrangidas pelo Código das Sociedades Comerciais
Empresas individuais reguladas pelo Código Comercial
Estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada
Empresas públicas
Cooperativas
Agrupamentos complementares de empresas e agrupamentos europeus de interesse económico
Entidades públicas empresariais na área da saúde ⁶⁸

Tabela 4.7 Entidades abrangidas pelo SNC.

Segundo o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, o âmbito de aplicação do SNC inclui as entidades que constam da Tabela 4.7, com excepção (i) das entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado (nº 1 do Artigo 4º) e que terão de apresentar as suas contas

⁶⁸ Abrangidas apenas desde 1 de Janeiro de 2014 (Despacho nº 1507/2014, de 30 de Janeiro) pelo que não constam do Decreto-Lei nº 158/2009.

consolidadas em conformidade com as IAS/IFRS adoptadas pela UE e das entidades que optam por aplicar essas normas internacionais, desde que estejam sujeitas a certificação legal de contas (nº 2 do artigo 4º); e (ii) das entidades que estão sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, do Instituto de Seguros de Portugal ou da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (Artigo 5º).

b) Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Dentro do SNC, há ainda a considerar o regime das pequenas entidades, aprovado pelo mesmo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho (cf. Artigo 9º - Pequenas entidades), que define «pequenas entidades» como as entidades cuja dimensão não ultrapasse dois dos três limites seguintes:

- i) Total do balanço: € 500 000;
- ii) Total de vendas líquidas e outros rendimentos: € 1 000 000;
- iii) Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 20.

A Lei nº 20/2010, de 23 de Agosto, veio rever estes limites, que se situam actualmente em:

- i) Total do balanço: € 1 500 000;
- ii) Total de vendas líquidas e outros rendimentos: € 3 000 000;
- iii) Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 50.

As entidades que se incluem dentro dos limites fixados no parágrafo anterior podem optar pela aplicação da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE), em alternativa ao restante normativo, excepto se, por razões legais ou estatutárias, as suas demonstrações financeiras tenham de ser alvo de

certificação legal de contas, caso em que terão, obrigatoriamente, de ficar abrangidos pelo regime geral do SNC.

A NCRF-PE foi publicada em Diário da República por via do Aviso nº 15654/2009, de 7 de Setembro. Ao contrário das NCRF, que constituem um conjunto de 28 normas independentes, a NCRF-PE é uma única norma, que resume os aspectos relevantes das NCRF para aplicação às entidades de menor dimensão. Em termos de estrutura interna, a NCRF-PE contém alguns dos elementos constantes da Tabela 4.6, conjugados com capítulos que correspondem *grossa modo* às NCRF pertinentes (ver Tabela 4.8, abaixo).

Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades	
1	Objectivo
2	Âmbito
3	Considerações gerais sobre o reconhecimento
4	Estrutura e conteúdo das demonstrações
5	Adopção pela primeira vez da NCRF-PE
6	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
7	Activos fixos tangíveis
8	Activos intangíveis
9	Locações
10	Custos de empréstimos obtidos
11	Inventários
12	Rédito
13	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes
14	Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do Governo
15	Os efeitos de alterações em taxas de câmbio
16	Impostos sobre o rendimento
17	Instrumentos financeiros
18	Benefícios dos empregados
19	Data de Eficácia
Apêndice I	Definições
Apêndice II	Processo de transição para o novo SNC pelas pequena entidades — Ponto 5 da NCRF-PE

Tabela 4.8 Composição da NCRF-PE do SNC.

Os elementos que não foram transpostos para a NCRF-PE correspondem ao tratamento contabilístico de assuntos mais específicos para entidades de maior dimensão. Contudo, é de ressaltar a hierarquia na aplicação das normas quando uma pequena entidade que aplica a NCRF-PE se depara com uma lacuna, por exemplo, por não transposição desse elemento para a NCRF-PE (parágrafo 2.3 do Aviso nº 15654/2009): nesse caso, primeiro, recorrerá às NCRF e NI aplicáveis; depois, às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas pela UE; por último, às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB e respectivas interpretações (IFRIC e SIC). O Apêndice I da NCRF-PE apresenta a totalidade das definições dos «termos/expressões»⁶⁹ que se encontram nas várias NCRF, incluindo mesmo termos que não se aplicam na NCRF-PE, mas apenas nas NCRF⁷⁰.

c) Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL)

O Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, remete para o futuro a publicação de normas específicas para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), sendo que, até isso acontecer, as ESNL ficariam abrangidas pelo SNC. Quase dois anos depois o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, aprova dois regimes de normalização contabilística: (i) o regime aplicável às microentidades (que veremos na secção seguinte) e (ii) o regime aplicável às entidades do sector não lucrativo (ESNL).

Desde logo, o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, inclui o regime aplicável às ESNL no âmbito do SNC: «o presente decreto-lei aprova o regime da

⁶⁹ Nas NCRF é utilizada sempre a designação «termo» e nunca «expressão». O texto que introduz as definições nas NCRF é invariavelmente: «[o]s termos que se seguem são usados nesta Norma com os significados especificados».

⁷⁰ Pesquisando no *Corpus* SNC_leg (de cuja constituição, estrutura e análise daremos conta nos dois capítulos seguintes), verificámos que o Apêndice I da NCRF-PE contém, por exemplo, a designação *activos «corporate»*, que, para além da única ocorrência que tem no Aviso nº 15654/2009 (NCRF-PE), exactamente no Apêndice I, tem apenas mais três ocorrências, todas elas no Aviso nº 15655/2009 (NCRF). Consultando o Aviso nº 15654/2009, verificámos que a expressão (não queremos, ainda, comprometer-nos com a palavra «termo» e deixamos essa discussão para o Capítulo VII) ocorre exclusivamente na NCRF 12 — Imparidade de activos, uma norma cujo conteúdo não foi transposto para a NCRF-PE.

normalização contabilística para as ESNL, que faz parte integrante do SNC» (Decreto-Lei nº 36-A/2011: 1344-(2)). Já o regime de normalização contabilística para microentidades, contudo, recebe um tratamento diferente, que veremos mais à frente.

O regime das ESNL, descrito no Anexo II do referido Decreto-Lei, aplica-se às entidades que tenham como objecto principal uma actividade sem fins lucrativos e que não possam distribuir qualquer ganho económico ou financeiro directo aos seus membros ou contribuintes, nomeadamente associações, fundações, clubes, federações, confederações e pessoas colectivas públicas de tipo associativo.

Tal como acontece com as pequenas entidades e com as microentidades, também as ESNL têm um conjunto de instrumentos próprios, decorrentes dos instrumentos aplicáveis ao regime geral, mas simplificados: BADF, MDF, CC, uma norma específica — a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) — e as mesmas duas NI aplicáveis ao regime geral.

A NCRF-ESNL, cujos conceitos se baseiam na Estrutura Conceptual para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras⁷¹, foi publicada em Diário da República por via do Aviso nº 6727-B/2011, de 14 de Março de 2011.

Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo	
5	Adopção pela primeira vez da NCRF-PE
14	Contabilização dos subsídios e outros apoios
19	Definições
20	Data de Eficácia

Tabela 4.9 Capítulos da NCRF-ESNL com designação ou numeração diferente relativamente à NCRF-PE.

O Capítulo 19 (cf. Tabela 4.9) determina que são válidas as definições constantes do Apêndice I ao Aviso que cria a NCRF-PE. A Data de Eficácia, no caso das

⁷¹ Esta é a designação atribuída no Aviso nº 6727-B/2011, que aprova a NCRF-ESNL. No documento que aprova a estrutura conceptual (Aviso nº 15652/2009), nunca aparece a designação *Estrutura Conceptual para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras*, que é a tradução da designação atribuída à estrutura conceptual do IASB (no original, *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*). Retomaremos esta questão no Capítulo V.

ESNL será o primeiro período que se inicie em ou após 1 de Janeiro de 2012, excepto se as entidades optarem por aplicá-la num período anterior.

É de salientar também o facto de que o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, introduz a expressão «Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector não Lucrativo» e respectiva sigla «SNC-ESNL», o que não acontece com o regime das pequenas entidades, já que, na legislação consultada, não encontramos a sigla «SNC-PE»⁷².

4.2.1.3 Normalização Contabilística para Microentidades

A Normalização Contabilística para Microentidades (NCM) destaca-se da arquitectura do SNC que vimos até agora. Muito embora o regime das microentidades tenha sido criado pelo mesmo decreto-lei que criou o regime das ESNL (Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março), o seu estatuto é, desde logo, diferenciado:

[a] normalização contabilística para microentidades (NCM) constitui um modelo de normalização que, embora operando de forma autónoma, recorre a conceitos, definições e procedimentos contabilísticos de aceitação generalizada em Portugal, tal como enunciados no Sistema de Normalização Contabilística [...] (Decreto-Lei nº 36-A/2011: 1344-(7)).

A Norma Contabilística para Microentidades (NCM) foi publicada em Diário da República por via do Aviso nº 6726-A/2011, de 14 de Março de 2011. A sua estrutura interna é muito semelhante à da NCRF-ESNL e apresenta, ao nível da designação dos seus Capítulos, poucas diferenças em relação à norma das ESNL. Para além das diferenças indicadas na Tabela 4.10, a NCM não tem o Capítulo Data de Eficácia.

⁷² No *Corpus* SNC_leg, que descreveremos no Capítulo VI, a sigla «SNC-ESNL» tem apenas uma ocorrência e a sigla «SNC-PE» tem zero ocorrências.

Norma Contabilística para Microentidades	
2	Âmbito e conceitos
5	Adopção pela primeira vez da NCM
13	Provisões
14	Contabilização dos subsídios do Governo
17	Activos e passivos financeiros

Tabela 4.10 Capítulos da NC-ME que apresentam designações diferentes em relação à NCRF-ESNL.

O Capítulo 2 remete para a utilização dos termos e expressões com as definições constantes do Apêndice I ao Aviso que cria a NCRF-PE, à semelhança, portanto, do Capítulo 19 da NCRF-ESNL (cf. Tabela 4.9). No mesmo Capítulo 2, diz-se também que

[e]sta Norma acolhe os conceitos, definições e procedimentos contabilísticos de aceitação generalizada em Portugal, tal como enunciados no Sistema de Normalização Contabilística, tendo como base de referência a estrutura conceptual constante do Aviso nº 15652/2009⁷³ (Aviso nº 6726-A/2011: 12226-(2)).

A definição de microentidade proposta pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, recupera a que havia sido dada pela Lei nº 35/2010, de 2 de Setembro, o primeiro instrumento legislativo que institui um regime contabilístico especial e simplificado para as microentidades. São, portanto, microentidades as que, à data do balanço, não ultrapassem dois dos três limites seguintes:

- Total do balanço: € 500 000;
- Volume de negócios líquido: € 500 000;
- Volume médio de empregados durante o exercício: 5.

Os elementos fundamentais que constituem a NCM são os constantes da Figura 4.15 (abaixo).

⁷³ O Aviso nº 15652/2009, recorde-se, é o que define a Estrutura Conceptual do SNC.

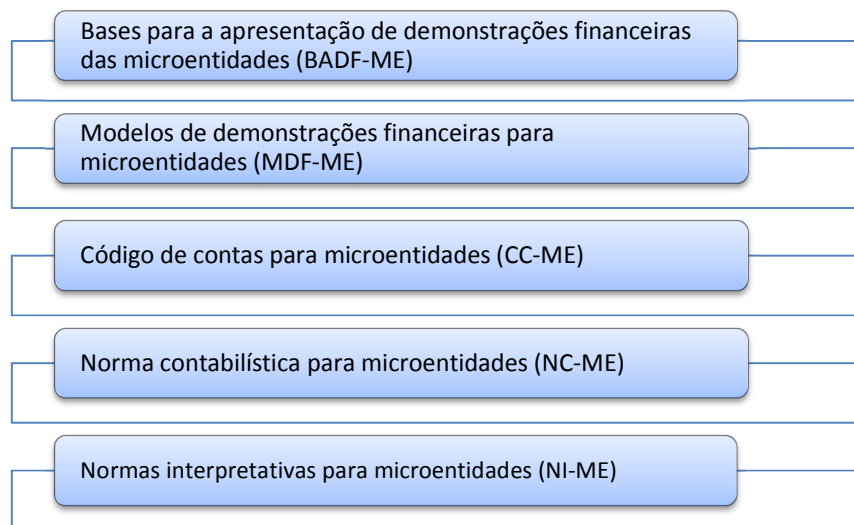


Figura 4.15 Instrumentos que compõem a NCM.

A semelhança que existe entre as estruturas das três normas (NCRF-PE, NCRF-ESNL e NC-ME) e a sujeição da NCM aos conceitos, definições e procedimentos contabilísticos enunciados no SNC levam-nos a enquadrar as microentidades e a legislação a elas associada no conceito de relato financeiro, muito embora a NC-ME seja o único normativo que não tem «relato financeiro» na sua designação.

4.3 Proposta de organização do sistema contabilístico português

A análise de que demos conta na secção precedente teve como objectivo subjacente perceber a organização do sistema contabilístico português. A avaliar pela legislação, o Sistema de Normalização Contabilística será tripartido, ou seja, divide-se entre SNC, NCM e IAS/IFRS. Deixámos propositadamente de parte o sector público por se encontrar, na generalidade, fora do impulso de normalização actual, na medida em que todos os sectores (com excepção da saúde) continuam a usar o POC. A esta divisão, temos de acrescentar outra, a que existe entre as normas contabilísticas nacionais e as internacionais. Optámos por não considerar no âmbito de aplicação das normas internacionais as entidades que, não estando obrigadas, exercem o seu direito

de opção pela aplicação do normativo internacional — sobretudo por serem subsidiárias de empresas internacionais — bem como as sociedades financeiras, sob supervisão do Banco de Portugal⁷⁴, e as entidades sob supervisão do Instituto de Seguros de Portugal ou da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Baseámos a nossa proposta de organização conceptual do relato financeiro nos elementos que compõem o SNC (comuns, com as devidas adaptações, ao NCM) e no âmbito de aplicação dos normativos contabilísticos (cf. Figura 4.16, abaixo). Temos apenas de fazer uma ressalva relativamente ao normativo internacional. Em bom rigor, dever-se-ia dizer «normativo internacional endossado», na medida em que as normas internacionais emitidas pelo IASB só passam a ser de aplicação obrigatória pelos estados-membros quando são endossadas pela Comissão Europeia⁷⁵. Existem já várias alterações a normas internacionais que não são aplicadas na UE por ainda não terem sido endossadas. Por uma questão de simplificação, utilizaremos as expressões «normativo internacional» e «normas internacionais [de contabilidade]» para nos referirmos às normas endossadas e em vigor na UE.

⁷⁴ Perante a falta de um normativo sectorial correspondente, o Banco de Portugal determinou que as sociedades financeiras deverão elaborar as suas demonstrações financeiras em base individual e consolidada de acordo com as IAS/IFRS endossadas, preconizando o tratamento contabilístico específico de algumas questões relacionadas com a actividade financeira e não contemplada pelas normas internacionais (Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal).

⁷⁵ O *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG) colabora com a Comissão Europeia no sentido de garantir que o conteúdo das IFRS é enquadrável à realidade europeia, contribuindo assim para o processo de endosso das normas.

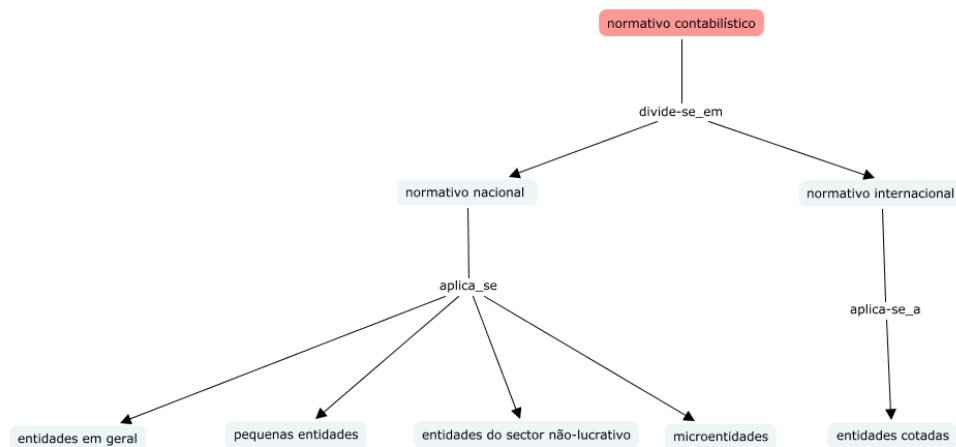


Figura 4.16 Âmbito de aplicação dos normativos contabilísticos em Portugal (simplificado).

A existência das siglas NCM e SNC-ESNL levou-nos a questionar se estaríamos perante um único ou dois sistemas de normalização contabilística. Começemos por ver a primeira hipótese, ilustrada pela Figura 4.17.

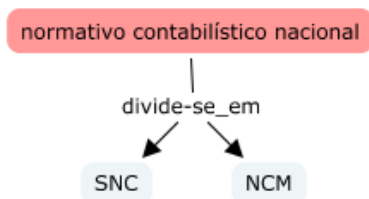


Figura 4.17 Normativo contabilístico nacional (hipótese 1).

A hipótese 1 (Figura 4.17), decorre da análise que apresentámos acima na Figura 4.12, feita com base na arquitectura do sítio *Web* da CNC. Porém, tendo em conta que a estrutura conceptual que subjaz a todos os normativos é a mesma e também o facto de que o SNC-ESNL é, efectivamente, parte integrante do SNC, pareceu-nos mais adequado incluirmos as microentidades e as ESNL dentro do SNC. Esta inclusão resultou no mapa constante da Figura 4.18 (abaixo).

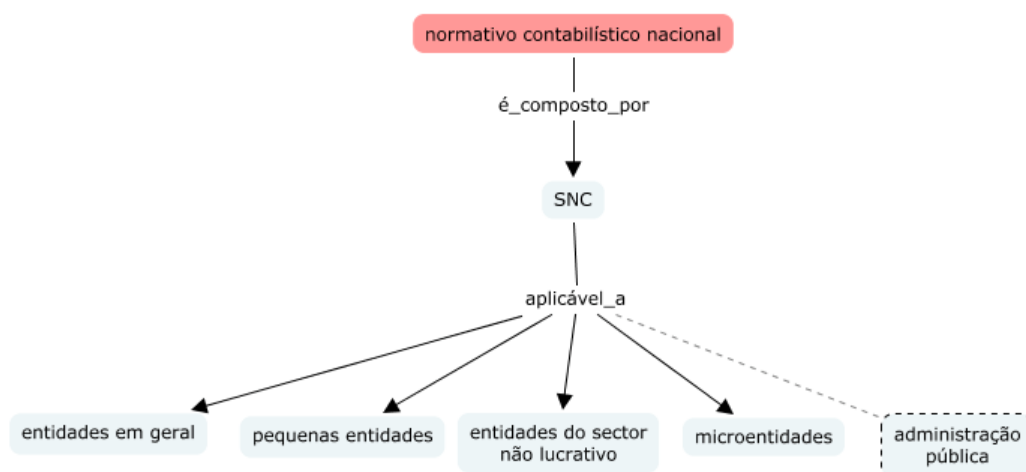


Figura 4.18 Normativo contabilístico nacional (hipótese 2).

A hipótese 2 (Figura 4.18) implicaria, portanto, a existência de um único normativo nacional, o SNC, aplicado às várias categorias de entidades que descrevemos nos pontos anteriores. Nesta hipótese, prevemos ainda a possibilidade de inclusão das entidades do sector público, à medida que comecem a adoptar o SNC, razão pela qual, na Figura 4.18, a administração pública se encontra assinalada a tracejado.

Em termos conceptuais, esta é a hipótese que se nos afigura mais adequada, na medida em que, segundo a legislação, o NCM (ou seja, o Sistema de Normalização Contabilística aplicado às microentidades) não parece ter características que o distingam conceptualmente do SNC-ESNL (isto é, o Sistema de Normalização Contabilística aplicado às entidades do sector não lucrativo) ou do SNC-PE (o Sistema de Normalização Contabilística aplicado às pequenas entidades). Formalmente, todos (incluindo o Sistema de Normalização Contabilística aplicado às entidades em geral) partilham a mesma estrutura conceptual e este parece-nos ser um ponto fundamental.

Concomitantemente, os restantes elementos que compõem o sistema contabilístico são adaptados às especificidades das entidades a que se aplicam, sempre numa óptica de simplificação: sendo entidades com uma dimensão mais reduzida do que as entidades que se enquadram no regime geral, não carecem de um nível de

relato tão pormenorizado, pelo que as *bases para a apresentação das demonstrações financeiras*, as *normas contabilísticas e de relato financeiro*, os *modelos de demonstrações financeiras* e os *códigos de contas* são simplificados e adaptados às necessidades das entidades que não se enquadram no regime geral a partir da mesma base, que é a do SNC.

Em termos práticos, isto significa que, para cada elemento que forma parte integrante do SNC aplicado às entidades do regime geral — e com excepção da estrutura conceptual e das normas interpretativas — existirá um elemento correspondente simplificado e adaptado às entidades a que se destina. O Decreto-Lei nº 158/2009 identifica os elementos que compõem o Sistema de Normalização Contabilística, como já mencionámos e ilustrámos na Figura 4.13. Repetimos aqui esses elementos para maior clareza do raciocínio que pretendemos demonstrar:

O SNC, que assimila a transposição das directivas contabilísticas da UE, é composto pelos seguintes instrumentos:

Bases para a apresentação de demonstrações financeiras (BADF);

Modelos de demonstrações financeiras (MDF);

Código de contas (CC);

Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF);

Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE);

Normas interpretativas (NI).

Na enumeração acima transcrita, nota-se já a existência de algum tipo de adaptação ao nível do normativo contabilístico, na medida em que um instrumento é chamado «Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF)» e outro «Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE)». A Tabela 4.11 (abaixo) resume os vários instrumentos que compõem o sistema contabilístico nacional, consoante o seu âmbito de aplicação.

Regime geral	Pequenas Entidades	Entidades do Sector não Lucrativo	Microentidades
SNC Sistema de Normalização Contabilística	SNC-PE Sistema de Normalização Contabilística para Pequenas Entidades	SNC-ESNL Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector não Lucrativo	NCM Normalização Contabilística para Microentidades
estrutura conceptual			
Bases para a apresentação de demonstrações financeiras (BADF)		Bases para a apresentação de demonstrações financeiras (BADF)	Bases para a apresentação de demonstrações financeiras das microentidades (BADF-ME)
Modelos de demonstrações financeiras (MDF)		Modelos de demonstrações financeiras (MDF)	Modelos de demonstrações financeiras para microentidades (MDF-ME)
Balanço	Balanço (modelo reduzido)	Balanço	Balanço
Demonstração dos resultados por naturezas	Demonstração dos resultados por naturezas (modelo reduzido)	Demonstração dos resultados por naturezas	Demonstração dos resultados por naturezas
Demonstração dos resultados por funções (facultativa)	Demonstração dos resultados por funções (modelo reduzido) (facultativa)	Demonstração dos resultados por funções	
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais		Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais	
Demonstração dos fluxos de caixa		Demonstração dos fluxos de caixa	
Anexo	Anexo (modelo reduzido)	Anexo	Anexo para microentidades
Código de contas (CC)		Código de contas (CC)	Código de contas para microentidades (CC-ME)
Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF)	Norma contabilística e de relato financeiro (NCRF-PE)	Norma contabilística e de relato financeiro para entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL)	Norma contabilística para microentidades (NC-ME)
Normas interpretativas (NI)		Normas interpretativas (NI)	Normas interpretativas para microentidades (NI-ME)

Tabela 4.11 Instrumentos do SNC e da NCM.

Na Tabela 4.11, indicamos os diversos instrumentos existentes no sistema contabilístico português de modo a ilustrar as semelhanças entre o normativo aplicável às entidades do sector não lucrativo e o normativo aplicável às microentidades. Por exemplo, enquanto as pequenas entidades se regem pelo código de contas das entidades do regime geral, tanto as entidades do sector não lucrativo quanto as microentidades possuem códigos de contas específicos. O mesmo se passa em relação às bases para a apresentação das demonstrações financeiras e aos modelos das demonstrações financeiras, embora neste último caso as pequenas entidades elaborem um conjunto de demonstrações financeiras diferente do das entidades do regime geral. Já as normas propriamente ditas existem em quatro conjuntos distintos, dependendo do seu âmbito de aplicação. Além disso, enquanto as entidades do regime geral possuem um conjunto de «normas», no plural, cada um dos restantes três tipos de entidades está sujeito a uma única norma, no singular.

A Tabela 4.11 foi feita com base nos instrumentos do SNC aplicados às entidades do regime geral, sendo que, posteriormente, procurámos os instrumentos correspondentes adaptados aos restantes tipos de entidade. As células em branco significam que, para esse tipo de entidade, não existe um instrumento específico, quer porque não é utilizado (como no caso do menor número de demonstrações financeiras exigido às microentidades), quer porque a entidade utiliza o instrumento do regime geral (como no caso das pequenas entidades, que partilham vários instrumentos com as entidades do regime geral).

O facto de todas as entidades estarem sujeitas à mesma estrutura conceptual e o facto de não haver diferenças formais que distingam as microentidades das entidades do sector não lucrativo, levam-nos a afirmar que não parecem existir razões para um tratamento diferenciado entre o normativo aplicável às entidades do sector não lucrativo (que continua a ser o Sistema de Normalização Contabilística) e o aplicável às microentidades (que é a Normalização Contabilística para Microentidades), o que justificou a nossa inclusão de todas as entidades ao mesmo nível na Figura 4.18. Porém, essa estrutura poderia causar estranheza aos especialistas, na medida em que não é, nitidamente, a organização conceptual vigente no domínio da Contabilidade: a

distinção entre SNC e NCM é muito clara, tanto na literatura como para os especialistas, pelo que me foi explicado pelos mesmos.

Por este motivo, optámos por mantê-la, dando conta, contudo, da partilha do conjunto de instrumentos. É certo que a NCM contém instrumentos próprios, designados por termos que os identificam como específicos das microentidades (Cf. Figura 4.15 e Tabela 4.11), mas também as pequenas entidades e as ESNL possuem instrumentos simplificados (cf. Tabela 4.11), cuja diferença reside no facto de não apresentarem na sua designação o âmbito de aplicação (ou seja, PE e ESNL)⁷⁶.

Contudo, assumir numa proposta de organização conceptual do relato financeiro que a NCM está ao mesmo nível do que o SNC-ESNL implicaria uma análise aprofundada de toda a legislação aplicável às várias entidades constantes da Figura 4.16, que só seria possível efectuar com a colaboração de especialistas. Das conversas que mantivemos com os especialistas que consultámos, pareceu-nos que, mesmo na comunidade de especialidade, a distinção entre SNC e NCM, embora clara, não é pacífica e carece de uma análise mais aturada⁷⁷. Acresce a esta questão a imposição recente da adopção (por via do Despacho nº 1507/2014, de 30 de Janeiro) do SNC (e não de um sistema específico) às entidades públicas empresariais da área da saúde, entidades essas que, anteriormente, usavam um POC específico, o POCMS. Porém, a CNC, num documento preliminar intitulado *Linhas Orientadoras para o Sistema de*

⁷⁶ O Anexo I do Decreto-Lei n. 36-A/2011, de 9 de Março, define os instrumentos que compõem a NCM, o código de contas, por exemplo, é designado por *código de contas para microentidades (CC-ME)*. O Anexo II do mesmo documento, define os instrumentos que compõem o SNC aplicável às ESNL, o código de contas é designado simplesmente por *código de contas (CC)*, sem a sigla correspondente, ou seja, ESNL.

⁷⁷ Dada a constituição do tecido empresarial português — segundo dados da base Pordata, em 2012, 96,1% das empresas não financeiras tinham menos de 10 pessoas ao seu serviço (dados actualizados a 31/07/2014) — as exigências impostas pelo SNC, mesmo tendo em conta a simplificação para pequenas empresas, eram excessivas para a quase totalidade das empresas portuguesas. A NCM surgiu como uma medida política destinada a colmatar essa falha, aprovando normas simplificadas e um quadro de contas também simplificado, dispensando as microentidades de certas obrigações declarativas e de registo. É possível que esta necessidade de dar uma resposta rápida a um problema premente que afectava um grande número de empresas não tenha deixado margem para uma reflexão sustentada em termos do enquadramento conceptual da legislação aplicável às microentidades. Recorde-se que a primeira definição de «pequena entidade» apontava para um máximo de 20 empregados, tendo sido depois esse número elevado para 50. Uma microentidade tem, no máximo 5 empregados em média, logo configura uma realidade muito distinta, o que fazia com que as imposições de relato das pequenas entidades acarretassem custos desproporcionados. No entanto, esta diferença de estatuto das entidades abrangidas não justifica, no nosso entender, a sua exclusão do SNC, enquanto sistema de normalização contabilística nacional.

Normalização Contabilística — Administrações Públicas (SNC-AP), introduz a sigla «SNC-AP». Estaremos, portanto, perante mais um Sistema de Normalização Contabilística, à semelhança do aplicável às microentidades? Ou poderemos enquadrar o normativo da administração pública no SNC, à semelhança do normativo aplicável às pequenas entidades e às ESNL (hipótese reflectida na Figura 4.18)?

Uma vez que esta questão está longe de ser resolvida, preferimos uma opção mais conservadora, por ora, e, com base nos pressupostos enunciados ao longo da secção anterior, foi proposta a estrutura ilustrada pela Figura 4.19 para validação dos especialistas, relativamente ao relato financeiro em Portugal.

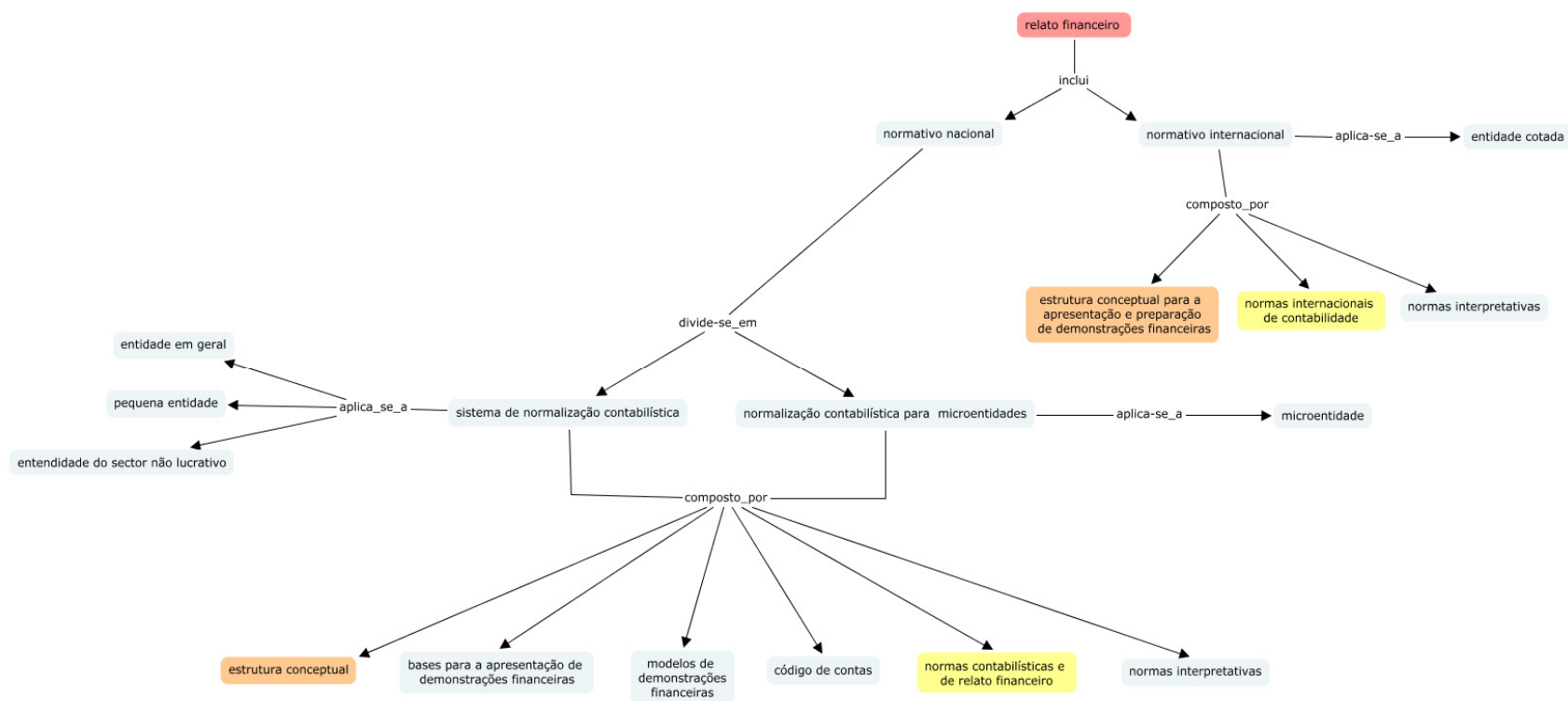


Figura 4.19 Proposta de organização conceptual do subdomínio do relato financeiro em Portugal.

Decidimos não reflectir na proposta a diferença entre os instrumentos do SNC e os instrumentos próprios das microentidades, entendendo que, por exemplo, os MDF-ME são uma instância dos MDF, tal como os aplicáveis às entidades em geral, às pequenas entidades (modelos reduzidos de acordo com a Portaria nº 986/2009) e às ESNL. Os conceitos de **balanço** e de **demonstração de resultados**, por exemplo, correspondem ao mesmo objecto, muito embora a sua concretização seja diferente: no caso das microentidades ambas as demonstrações são muito simplificadas em relação às utilizadas pelas entidades que pertencem ao regime geral. Já a **demonstração de alterações nos capitais próprios** não é apresentada pelas microentidades e corresponde a um conceito diferente no caso das entidades do sector não lucrativo como veremos no Capítulo VII.

Outra questão a considerar será a distinção entre normativo nacional e normativo internacional. Existem, de facto, dois grandes conjuntos de normas contabilísticas a que as entidades portuguesas estão sujeitas: as produzidas em Portugal (NCRF, NCRF-PE, NCRF-SNL, NC-ME, além das NI) e as produzidas pelo IASB e endossadas pela UE (IAS/IFRS, bem com as SIC e as IFRIC). À partida, seria de supor, como fizemos até agora, que existe um normativo nacional e, de forma independente, um normativo internacional. Porém, na medida em que certas entidades portuguesas, como vimos, são obrigadas a utilizar as normas internacionais, até que ponto não teremos de considerar as normas internacionais como fazendo, efectivamente, parte do normativo nacional⁷⁸? Não dispondo, de momento, de elementos suficientes para reponder a esta questão, na Figura 4.19 optámos por utilizar um nó superior **relato financeiro** (em Portugal, entenda-se), do qual decorrem os dois normativos que co-existem em Portugal. Acresce ainda o facto de as normas nacionais serem um decalque (isto é, uma tradução com adaptações) das normas internacionais. Tentámos dar conta dessa relação na Figura 4.19, sombreando os conceitos associados com a mesma cor.

Importa ainda fazer uma última ressalva: utilizámos o nó **normas contabilísticas e de relato financeiro**, conscientes de que a norma aplicável às microentidades não assume a mesma designação, nesse caso é simplesmente **norma contabilística para microentidades**.

⁷⁸ Mais ainda, ao considerarmos as normas internacionais, seria de incluirmos apenas as endossadas pela UE, ou incluirmos todas as IAS/IFRS independentemente de terem sido adoptadas na UE ou não? Esta dúvida surge porque, como já referimos, o SNC prevê que, em casos em que as IAS/IFRS não resolvam uma determinada questão contabilística, as IAS/IFRS não endossadas possam ser usadas pelas entidades nacionais.

No entanto, não temos qualquer dúvida de que, conceptualmente, NCRF, NCRF-PE, NCRF-ESNL e NC-ME são instâncias de um mesmo objecto e de que o conceito que representa esse objecto terá de incluir a noção de «relato financeiro», pois é disso que se trata nos quatro casos mencionados. Aliás, as próprias normas internacionais tiveram uma evolução de IAS (*International Accounting Standards*) para IFRS (*International Financial Reporting Standards*), tendo as normas portuguesas adoptado a designação híbrida, que junta as duas internacionais: Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Partindo da relação que estabelecemos na Figura 4.19 entre estrutura conceptual para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras e estrutura conceptual (conceitos sombreados a cor-de-laranja) e entre normas internacionais de contabilidade e normas contabilísticas e de relato financeiro (conceitos sombreados a amarelo)⁷⁹, no capítulo seguinte, abordaremos o processo de tradução das normas internacionais, analisando, a título de exemplo, a tradução, por um lado, e a adaptação, por outro, do documento intitulado *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*, que está na base da estrutura conceptual do sistema contabilístico português à qual já nos referimos.

⁷⁹ Não se pode estabelecer o mesmo tipo de relação entre as normas interpretativas do normativo internacional e as do nacional porque as últimas não decorrem de uma tradução das primeiras.

Capítulo V. Tradução e adaptação do normativo internacional de Contabilidade

Any inaccuracies or even overt mistakes in the translated standards can lead to the situation where the application of the originally common standards is inconsistent between different jurisdictions. Moreover, assuring high quality in translation of accounting standards is everything but an easy task.

(Kettunen, 2011: 2)

O processo de normalização contabilística nacional que traçámos resumidamente no capítulo anterior insere-se num esforço de harmonização contabilística internacional, cujo principal objectivo é a comparabilidade do relato financeiro entre os vários países que adoptaram as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS). Neste capítulo, exploramos brevemente o processo de harmonização contabilística internacional para nos concentrarmos em aspectos relacionados, por um lado, com a tradução das Normas Internacionais de Contabilidade, mas também, por outro lado, com a sua adaptação, patente no normativo do Sistema de Normalização Contabilística, o SNC, que abordámos no capítulo precedente. A nossa proposta de organização do relato financeiro em Portugal, representada pela Figura 4.19 no final do Capítulo IV, mostra a relação entre o normativo nacional e o internacional, através de dois conjuntos de elementos fundamentais: (i) as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e (ii) a Estrutura Conceptual para a Apresentação e Preparação de Demonstrações Financeiras (do normativo internacional endossado) e a Estrutura Conceptual (do SNC).

É com base neste último elemento que exemplificamos aquilo a que chamámos «tradução e adaptação» do normativo internacional de Contabilidade, comparando as três versões desse documento: (i) a original, em inglês, intitulada *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*; (ii) a sua tradução, intitulada *Estrutura Conceptual*

para a *Apresentação e Preparação de Demonstrações Financeiras*; e (iii) a adaptação deste último texto, que resultou no documento intitulado *Estrutura Conceptual*, que está na base do Sistema de Normalização Contabilística nacional.

Através da análise das três versões do documento que constitui a estrutura conceptual de ambos os normativos (o internacional e o nacional), apercebemo-nos de que o processo de tradução das normas internacionais terá tido algumas falhas, que resultaram na qualidade diminuída do texto de chegada. Em termos da terminologia, que foi o aspecto a que dedicámos mais atenção, constatámos que a tradução do original inglês propõe equivalentes que não são os efectivamente utilizados pelos especialistas portugueses. As discrepâncias que encontramos ao nível da terminologia presente no texto *Estrutura Conceptual para a Apresentação e Preparação de Demonstrações Financeiras* e a utilizada no documento *Estrutura Conceptual* motivaram a construção do *corpus* de especialidade paralelo de que daremos conta no Capítulo VI.

Após uma breve descrição do processo de harmonização contabilística internacional, reflectiremos sobre o inglês como *lingua franca* no relato financeiro em Portugal e concluiremos o capítulo com a já referida análise da tradução e adaptação da *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*.

5.1 A harmonização contabilística internacional

O processo de normalização contabilística nacional que traçámos no capítulo precedente prende-se com o estabelecimento de normas, de princípios e de regras que regulam o registo, a interpretação e o relato dos factos contabilísticos. Muito embora o sistema contabilístico actualmente em vigor em Portugal se chame Sistema de Normalização Contabilística, a normalização vem de trás: o normativo anterior, baseado no Plano Oficial de Contabilidade (POC), nas Directrizes Contabilísticas e nas Interpretações Técnicas tinha também um carácter normalizador, na medida em que o objectivo da sua criação, em 1977, foi instituir um modelo contabilístico aplicável à prestação de contas por parte das empresas comerciais, industriais e de outras entidades.

A estrutura da sociedade em rede que descrevemos na primeira parte deste trabalho e a crescente globalização do comércio, da economia e dos mercados bolsistas puseram em marcha um esforço de harmonização contabilística, concretizada pela adopção de um conjunto de princípios e de normas com uma aplicação que se pretende generalizada a todo o globo. Apesar de esse objectivo não estar ainda concretizado, a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, em 1986, marcou o início da transição nacional para o que viria a ser o SNC, implementado em 2009 (cf. Tabela 4.4). A par da influência na criação do normativo nacional, as Normas Internacionais de Contabilidade endossadas pela UE têm uma aplicação directa num conjunto de empresas portuguesas, como já referimos.

Responsável actualmente pelo desenvolvimento das normas internacionais de contabilidade, o *International Accounting Standards Board* (IASB) é um organismo independente que actua sob a supervisão da *IFRS Foundation*, criado em 2001 para substituir o *International Accounting Standards Committee* (IASC). A *IFRS Foundation* assume no seu sítio *Web* que a sua «*primary mission is to develop a single set of high quality, understandable, enforceable and globally accepted International Financial Reporting Standards (IFRS) based upon clearly articulated principles*». ⁸⁰ Entre 2003 e 2008, mais de 50 países (incluindo os da UE), adoptaram as IAS/IFRS para todas as entidades cotadas em bolsa, houve ainda mais 15 países que permitiram a adopção voluntária das IAS/IFRS e, desde 2008, a lista de estados com projectos que tendem para a harmonização contabilística internacional inclui algumas das maiores economias mundiais como a China e os EUA (Ramanna & Sletten, 2013).

O caminho em direcção a uma maior comparabilidade das demonstrações financeiras dos vários países que adoptaram as normas internacionais foi uma solução encontrada para reduzir os constrangimentos de acesso à informação e aumentar os fluxos de investimentos internacionais, melhorando a alocação dos recursos e aumentando a eficiência dos mercados de capitais (Jeanjean, Stolowy, Erkens & Yohn, 2013).

As normas internacionais adoptadas pela UE têm associadas normas interpretativas. Em 2001, tanto umas, como outras, sofreram uma mudança na sua designação (ver Figura 5.1, abaixo), o que fez com que o normativo contabilístico endossado pela UE contenha ambas as designações.

⁸⁰ Disponível em <http://www.ifrs.org/About-us/Pages/IFRS-Foundation-and-IASB.aspx> [24/11/2014].



Figura 5.1 Designação das Normas Internacionais de Contabilidade e das Normas Interpretativas.

O processo de endosso das normas internacionais e das normas interpretativas (cf. Figura 5.1) por parte da UE implica a sua tradução para todas as línguas oficiais dos estados-membros. As traduções resultantes têm sofrido duras críticas por parte de diversos investigadores que as consideram de fraca qualidade, sobretudo porque parece não ter havido um cuidado prévio de análise dos sistemas conceptuais do relato financeiro de cada um dos países, antes de se proceder à tradução das normas. Na literatura encontram-se diversas vozes que sugerem a impossibilidade de aplicação uniforme das normas internacionais em países e culturas diferentes. Doupnik e Richter (2003), por exemplo, analisam aquilo a que chamam *expressões de incerteza*, que têm uma grande relevância no relato financeiro, uma vez que o juízo profissional é uma das pedras basulares do normativo contabilístico internacional, e concluem que a língua materna do especialista pode influenciar a forma como interpreta com diferentes graus de incerteza adjectivos como *expected*, *likely*, *probable*, *remote*, *(reasonably) possible*, todos presentes no texto das

normas internacionais. Antes da adopção das normas internacionais na UE, Nobes (2006) alertava para a existência de oito fontes possíveis de manutenção das diferenças internacionais em termos contabilísticos, mesmo após a aplicação generalizada das normas internacionais, entre elas, as diferenças entre o texto original, em inglês, e as traduções para as várias línguas da UE.

Do ponto de vista de quem estuda o processo de tradução das normas e o seu resultado (cf., por exemplo, Evans, 2004; Baskerville & Evans, 2011; Evans, Baskerville & Nara, 2011; Kettunen, 2011; Norberg & Johansson, 2013), mais do que uma questão de encontrar o equivalente ideal para um termo na língua de chegada, a dificuldade da tradução das normas internacionais de contabilidade parece residir em conceptualizações diferentes, que derivam de diferentes culturas contabilísticas.

A mesma dificuldade, porém, é apontada pelos próprios especialistas. Gastambide Fernandes salienta que, nas críticas feitas à versão portuguesa das normas internacionais publicada sob a forma de Regulamentos Comunitários no *Jornal Oficial das Comunidades*,

é por vezes difícil distinguir o que são as discordâncias quanto à tradução para português da versão original em língua inglesa, do que são as discordâncias quanto à substância dessas normas contabilísticas. Muitas vezes critica-se a tradução, quando o que se está [a] criticar são os conceitos e as soluções constantes dessas normas internacionais (Gastambide Fernandes, 2007: 29).

A actual terminologia do relato financeiro em Portugal deriva, portanto, da introdução de novos conceitos por via da tradução directa das normas internacionais, mas também pela sua já referida adaptação, que resultou no normativo do Sistema de Normalização Contabilística português. Para Gastambide Fernandes, «em termos conceptuais e terminológicos [as novas normas] representam um corte com toda a tradição contabilística existente. Trazem com elas um conjunto de conceitos, de terminologia, de processos e de regras que diferem sensivelmente da cultura existente» (*ibidem*).

Nas secções que se seguem, descreveremos o processo de tradução e adaptação das normas internacionais para enquadrarmos a análise que faremos posteriormente à terminologia utilizada no relato financeiro em Portugal.

5.1.1 A tradução das Normas Internacionais de Contabilidade

A política multilingue da UE de que demos conta no Capítulo II implica que todos os cidadãos dos 28 estados-membros tenham acesso em condições idênticas à legislação adoptada pela UE, o que significa poder aceder à legislação na sua própria língua. A língua oficial da IFRS Foundation é o inglês, pelo que as normas produzidas primeiro pelo IASC e actualmente pelo IASB tiveram de passar por um processo de tradução para todas as línguas oficiais dos 28 estados-membros, decorrente do endosso das normas pela UE. A tradução das normas internacionais não implicou apenas a transposição da terminologia do inglês para as línguas dos estados-membros, mas também a assimilação ou adaptação de conceitos que não existiam na cultura contabilística desses países.

Como referimos, a grande dificuldade da tradução das normas internacionais mais do que linguística, é terminológica, sobretudo conceptual, porque não há uma correspondência conceptual entre a prática contabilística nacional e o modelo contabilístico internacional. Em termos muito concretos:

- i) um conceito designado na língua de partida pode corresponder a dois conceitos na língua de chegada; ou
- ii) as características que compõem dois conceitos designados na língua de partida podem corresponder a um só conceito na de chegada.

As línguas vêem o mundo de forma diferente: *«[t]hey divide reality up differently, they focus on different criteria, they structure experience in different ways»* (Yallop, 2004: 47). Por outras palavras, a conceptualização de um domínio é influenciada pelo substrato social e cultural de uma língua, que conduz frequentemente a categorizações diferentes (ISO 1087-1:2000). É na conceptualização diferente que as culturas contabilísticas de cada estado-membro impõem que reside a grande dificuldade da transposição do inglês para as várias línguas oficiais da UE.

No caso de Portugal, concretamente, uma das alterações conceptuais mais profundas foi a passagem de um sistema baseado em regras para um sistema baseado em princípios. O anterior normativo, o POC (Plano Oficial de Contabilidade), assentava a sua aplicação num conjunto de regras aplicáveis a casos específicos, não existindo espaço para o

juízo profissional ou para a análise de cada caso em concreto, ou seja, para cada caso novo existia a necessidade de um novo procedimento ou de uma nova interpretação. A evolução normativa internacional e o paradigma que lhe está subjacente conduziram as Normas Internacionais de Contabilidade para um caminho diferente daquele que o POC preconizava.

A importância do estabelecimento de princípios de aplicação generalizada a um conjunto vasto de situações e o incremento da importância do juízo profissional assente nos princípios previamente definidos foram parte do caminho traçado no contexto da normalização internacional. Sendo o SNC baseado nas normas internacionais de contabilidade encerra em si esta mesma alteração de paradigma que acima referimos. Assim, o SNC assenta em princípios e conceitos que permitem o alargamento do seu âmbito de aplicação e simultaneamente possibilitam que, em casos omissos, esses mesmos princípios possam servir de base ao processo de reconhecimento e mensuração desses casos.

Evans *et al.* (2011) revêem o processo de tradução das normas internacionais, focando cinco pontos fundamentais:

- i) não existe um registo transnacional do relato financeiro, ou seja os conceitos contabilísticos diferem de país para país;
- ii) é impossível atingirmos uma equivalência exacta em termos de tradução, sobretudo quando o que está em causa são conceitos ancorados na cultura como *true and fair view* (em português, *imagem verdadeira e apropriada*);
- iii) a tradução também se mostra particularmente problemática quando as culturas e as subculturas contabilísticas da língua de partida e da língua de chegada são consideravelmente diferentes;
- iv) a tradução de conceitos⁸¹ estranhos à cultura leva frequentemente a alterações no seu significado;
- v) mesmo traduções quase equivalentes (como é o caso da tradução das expressões de probabilidade ou de incerteza) são, muitas vezes, interpretadas de forma diferente de acordo com as culturas.

⁸¹ Mantivemos «conceito» do original «*concept*»; porém, salientamos que, na nossa perspectiva, não se traduzem conceitos, mas sim designações.

No caso das Normas Internacionais de Contabilidade, a língua de partida também constitui uma dificuldade acrescida: a terminologia utilizada pelo IASB é uma mistura de diversas variedades de inglês — britânico, americano, canadiano —, o que prejudica a uniformidade da terminologia.

Quando não existe uma correspondência total entre os conceitos na língua de partida e na língua de chegada, a literatura em tradução identifica geralmente quatro estratégias que podem ser empregadas no processo de tradução das normas internacionais (Kettunen, 2011):

- i) usar definições para descrever o que significa o termo na língua de partida, o que não é permitido segundo as normas de tradução do IASB;
- ii) efectuar uma tradução literal de um termo multilexémico, mesmo que o resultado não constitua uma unidade com sentido na língua de chegada;
- iii) usar o termo existente mais próximo na língua de chegada, mesmo que a substância do conceito para o qual remete não seja exactamente a mesma;
- iv) criar um neologismo.

Baskerville e Evans (2011, 2012) descrevem o processo de tradução das normas internacionais de contabilidade que resumimos na Tabela 5.1 (abaixo).

Até 1997	As IAS eram traduzidas por associações de profissionais membros do IASC, o que resultava, por vezes, em várias traduções para a mesma língua, com níveis de qualidade diferentes.
Desde 1997	O IASC desenvolveu um processo interno de traduções oficiais.
2003-2009 intermitentemente	A Direcção-Geral da Comissão Europeia contratou os serviços de tradução da IASC Foundation, para elaborar a tradução das normas a tempo da sua implementação em 2005, com a participação dos Serviços de Tradução da Direcção-Geral e dos governos nacionais, sendo as traduções revistas pelos representantes nacionais no Comité de Regulamentação Contabilística da UE.
Out. 2005-Jun. 2007	As traduções foram feitas pelo Serviço de Traduções da Direcção-Geral sem a participação da IASC Foundation.
Dez. 2007-Jun. 2009	Novo período de colaboração entre a IASC/IFRS Foundation e a Comissão Europeia.
Desde Junho 2009	As traduções passaram a ser feitas exclusivamente pelos Serviços de Tradução da Direcção-Geral da UE, sem apoio da IASC/IFRS Foundation, nem revisão pela sua comissão de especialistas.

Tabela 5.1 Processo de tradução das normas internacionais.

Gastambide Fernandes (2007) descreve sucintamente a fase em que a UE encomendou ao IASB a tradução das normas que viriam a ser adoptadas nos diversos estados-membros, concentrando-se no exemplo do caso português, na medida em que participou no processo como membro especialista da Comissão de Revisão da Tradução. O autor divide o processo em quatro fases, que passamos a descrever sucintamente.

1. Selecção de uma organização contabilística no estado-membro que coordenasse os trabalhos de tradução

No caso de Portugal, o acompanhamento e a coordenação dos trabalhos ficou a cargo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, que já vinha traduzindo as normas internacionais com a autorização do IASB.

2. Selecção de um profissional de tradução

Gastambide Fernandes refere que o profissional seleccionado teria, além de reconhecidas competências linguísticas bilingues, «um mínimo conhecimento das técnicas contabilísticas e financeiras» (*ibidem*: 31). Contudo, o autor não chega a dizer se conseguiram encontrar o tal profissional com as elevadas competências linguísticas, extralinguísticas e também técnicas — já que refere também a importância de «dispor de modernas ferramentas informáticas, a nível de programas apropriados de tradução» (*ibidem*) — que o IASB e a OROC, enquanto órgão consultor, pretendiam.

3. Constituição de uma Comissão de Revisão da Tradução das Normas Internacionais de Relato Financeiro

O objectivo desta Comissão era, num primeiro momento, definir a tradução de «*key terms*» — que o autor explica serem «termos e expressões usados recorrentemente nas normas» (*ibidem*) — que seria disponibilizada ao tradutor e, num segundo momento, fazer a revisão da tradução. A Comissão de Revisão era composta por «elementos de reputada experiência abrangendo as mais vastas

áreas do conhecimento contabilístico» (*ibidem*). Esta Comissão era constituída por (*ibidem*: 32):

- dois elementos que a OROC vinha já empregando para traduzir as normas existentes antes de se iniciar este novo processo de colaboração com o IASB;
- representantes das quatro maiores firmas internacionais de serviços de contabilidade e auditoria (PricewaterhouseCoopers, Deloitte & Touche, Ernst & Young e KPMG);
- representantes da Comissão de Normalização Contabilística;
- representante da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (precursora da actual Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas);
- representante da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
- representante do Banco de Portugal;
- representante do Instituto de Seguros de Portugal;
- representante de Portugal no Comité de Regulamentação Contabilística (organismo técnico que, na UE, propõe o endosso das normas contabilísticas).

4. Criação de um sítio *Web* reservado para acompanhamento dos trabalhos

O sítio *Web* foi utilizado para o envio do material traduzido e revisto, bem como para a troca de correspondência.

O autor apresenta ainda algumas limitações e dificuldades da tradução das normas internacionais. A grande preocupação da comissão de acompanhamento, como explica, foi o facto de os textos em causa terem valor legal e, portanto, carecerem de um rigor técnico e jurídico inquestionável. A opção da comissão, por esse motivo, foi manter uma tradução literal e não uma «boa tradução no sentido literário» (*ibidem*: 33), de modo a não alterar o significado do texto de partida. Outra grande preocupação foi a uniformidade terminológica: «[o] mesmo termo ou a mesma expressão têm de ter sempre a mesma tradução em qualquer norma» (*ibidem*).

A descrição que Gastambide Fernandes faz do processo de tradução numa fase anterior a ser assumido definitivamente pelos Serviços de Tradução da Direcção-Geral da UE revela uma grande preocupação com a qualidade do texto final produzido pelo IASB com a colaboração da Comissão coordenada pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Pelo menos três profissionais da língua (tradutores) e mais de uma dezena de especialistas estiveram envolvidos no processo de tradução das normas internacionais para português a fim de garantir essa qualidade. Porém, uma vez que a maioria das dificuldades de tal tarefa de tradução derivou da «existência de duas estruturas conceptuais não coincidentes em alguns aspectos» (*ibidem*: 34-35), certamente a equipa teria beneficiado da presença de um terminólogo que efectuasse um trabalho prévio de organização conceptual do relato financeiro e que, no decorrer do processo de tradução, pudesse fazer a ponte entre os tradutores e os especialistas.

Apesar das preocupações com a qualidade da tradução que Gastambide Fernandes enunciou, o processo de tradução das normas internacionais de contabilidade tem sido amplamente criticado porque parece ter sido feita *tabua rasa* da organização conceptual contabilística que existia nos diversos países. São inúmeros os estudos que apontam as alterações de significado que ocorreram na passagem dos termos de uma língua para a outra, porque não houve uma preocupação de harmonização conceptual. Citando outro artigo de Gastambide Fernandes, Cunha Guimarães (2006) salienta a diferença entre o conceito de ‘activo’ no normativo nacional anterior, baseado no conceito de propriedade, e o conceito de ‘activo’ do normativo internacional — e, consequentemente, do SNC — baseado na noção de controlo.

A distinção entre os conceitos de ‘depreciação’ e ‘amortização’ é também frequentemente apontada na literatura para ilustrar as diferenças conceptuais entre os normativos nacionais de cada país europeu e o internacional que foi imposto por via da adopção das normas internacionais por parte da UE. Na Tabela 5.2 (abaixo) registámos as definições em inglês e em português.

Depreciation (amortisation) is the systematic allocation of the depreciable amount of an asset over its useful life	IAS 36	Depreciação (amortização): é a imputação sistemática da quantia depreciável de um activo durante a sua vida útil.	NCRF 12
Amortisation is the systematic allocation of the depreciable amount of an intangible asset over its useful life.	IAS 38	Amortização: é a imputação sistemática da quantia depreciável de um activo intangível durante a sua vida útil.	NCRF 6

Tabela 5.2 Definição de ‘depreciation’/‘depreciação’ e amortisation/amortização.

A Tabela 5.2 apresenta a definição de ‘depreciation’, que é dada na IAS 36 e herdada pela NCRF 7, e a definição de ‘amortisation’, dada na IAS 38 e herdada pela NCRF 6. Analisando o caso da tradução das normas internacionais para finlandês, Kettunen (2011) refere que existe apenas um conceito em finlandês — ‘poisto’ — que engloba os dois conceitos distintos em inglês, ‘depreciation’ e ‘amortisation’. A diferença entre os dois conceitos em inglês prende-se com o âmbito de aplicação: ‘depreciation’ aplica-se a ‘activos fixos tangíveis’ e ‘amortisation’ a ‘activos intangíveis’.

No normativo anterior ao SNC, não existia diferença de conceptualização em termos da contabilização de desgaste dos activos, existindo apenas o conceito de ‘amortização’. Com a adopção do SNC, contudo, procedeu-se a uma tradução do termo e à divisão do conceito em dois. A definição de ‘depreciação’ apresentada na NCRF (e herdada da IAS 36), contudo, não deixa perceber a diferença entre ‘depreciação’ e ‘amortização’, já que trata o segundo termo como sinónimo do primeiro, ao colocá-lo entre parêntesis. É na definição de ‘amortização’, e também na literatura do domínio, que se percebe a distinção entre os dois conceitos.

Esta não é, contudo, uma questão pacífica, na medida em que o conceito subjacente a ‘amortização’ e ‘depreciação’ é o do *desgaste do activo*. Durante as discussões que mantivemos com os especialistas, esta foi uma questão que se colocou já que, para alguns, **amortização e depreciação** são designações de um mesmo conceito, que se aplicam a tipos de activos diferentes. A ideia subjacente à possibilidade de existência de um único conceito poderá estar relacionada com o facto de, no normativo português anterior, existir apenas um conceito aplicável aos dois tipos de activos. Contudo, do ponto de vista de uma análise terminológica, a partir do momento que têm características diferentes, estamos perante dois objectos distintos, logo dois conceitos. Neste caso, a característica que distingue

‘amortização’ de ‘depreciação’ é precisamente a aplicação a um ou outro tipo de activo. Consideramos, portanto, que esta questão carece de um debate aprofundado no seio de um grupo mais alargado de especialistas.

Citando o estudo de Kristiansen (2011), do ponto de vista da terminologia utilizada nas Normas Internacionais de Contabilidade, Rita Temmerman salienta que

[i]nternational harmonization pre-supposes that the concepts of the standards are culture-free, i.e. the content of a set of concepts described in the international standards are understood the same way when it comes to inherent characteristics across nations and accounting practices. The whole conceptual apparatus, including all concepts and their relations should be the same. This is a necessary condition for the standards to be convergent and transparent. The obvious proof of such transparency would be that the terminologies used in the national-adopted standards are equivalent across countries and across languages. That is what harmonisation aims at (Temmerman, 2011: 53).

O objectivo da harmonização contabilística internacional, porém, dificilmente se atinge na sua plenitude exactamente porque a conceptualização de um domínio pode estar dependente da cultura, como já referimos.

But life as it really is proves not to be that simple as one finds out when comparing the texts of the global English version of the IFRS and IAS to, for instance, its Spanish translation [...] and then to look for how the harmonized terminology is used (or not used) by the linguistic community (ibidem: 53-54).

Na perspectiva do que os críticos apontam como falta de rigor e de qualidade das traduções das normas internacionais, o objectivo último da harmonização, ou seja, a comparabilidade do relato financeiro, fica por concretizar. A autoridade responsável pela supervisão dos mercados financeiros em Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) introduziu a obrigatoriedade de certas entidades apresentarem as suas demonstrações financeiras também em inglês, o que contribui, de certa forma, para garantir a comparabilidade internacional do relato financeiro e comprova a natureza actual do inglês como *lingua franca* nos negócios internacionais, como vimos no Capítulo II.

5.2 O inglês como *lingua franca* no relato financeiro em Portugal

Os mercados financeiros e de capitais são um reflexo do desenvolvimento de uma economia, contribuindo para a sua globalização e revelando o funcionamento em rede, concretamente através da obtenção de financiamento externo. A harmonização contabilística internacional visa tornar o funcionamento dos mercados mais transparente, tendo por objectivo principal a comparabilidade das demonstrações financeiras. A literatura aponta, aliás, a falta de comparabilidade como uma barreira ao investimento estrangeiro.

Os próprios mercados são sensíveis ao discurso utilizado nas notícias relacionadas com os instrumentos financeiros: «*positive news stories may persuade people to invest in the market thereby driving the prices of instruments up: conversely negative or gloomy stories force prices down*» (Ahmad *et al.*, 2006: 18). As conclusões do estudo que os autores efectuaram ao longo de três anos (2000-2002) com notícias financeiras da agência Reuters revelaram que um número mais elevado de expressões positivas (por exemplo, *up, growth, rose*) sugere que os mercados estão de boa saúde, enquanto a predominância de expressões negativas (como *down, fell, slump*) pode sugerir que houve uma queda, ou está prestes a haver uma queda, no mercado.

Na medida em que é um documento que pretende atrair investidores, o relatório anual encerra em si uma natureza promocional, sobretudo na secção não financeira. O potencial persuasivo dos textos que compõem a secção de análise de um relatório anual foi amplificado após a introdução das Normas Internacionais de Contabilidade, na medida em que, restringidas pela aplicação das normas internacionais, as empresas multinacionais não conseguem garantir um posicionamento competitivo apenas com base nos números e, por conseguinte, dependem da parte não numérica do relatório para sobressaírem em relação à concorrência (de Groot, Korzilius, Gerritsen & Nickerson, 2011).

As empresas usam os relatórios anuais para comunicar o seu desempenho passado e anunciar os seus planos para o futuro, numa tentativa de angariar financiamento para a sua actividade. Uma condição essencial para que um analista financeiro consiga fazer o seu trabalho — ou qualquer investidor em busca de novas oportunidades de negócio — é, pelo menos, compreender a língua em que o relatório está escrito (Jeanjean, Lesage & Stollowy, 2010). A língua contribui, portanto, de forma fundamental, para a comparabilidade

internacional do relato financeiro, num mundo globalizado, em que as economias estão interligadas e são interdependentes.

A escolha da língua de relato, entendida como «*a language in which accounting records are commonly kept and financial statements drawn up and for which a vocabulary of “words of account” exists*» (Parker, 2001: 135), é significativa não só em países multilingues, em que apenas uma das línguas (em geral, a oficial) dispõe da terminologia adequada, mas também quando está em causa a possibilidade de apresentar o relatório anual numa segunda língua, que não a autóctone.

Para responder à questão *Why do you speak English (in your annual report)?*, Jeanjean *et al.* (2010) conduziram um estudo em que analisaram os factores que levam empresas em países não-anglófonos a optarem pela publicação dos seus relatórios simultaneamente na língua materna e em inglês. O inglês surge como uma opção quase diríamos «natural», na medida em que, como vimos no Capítulo II, se constituiu como uma *lingua franca* no mundo dos negócios. Em termos concretos, as bolsas de valores localizadas em países anglófonos representam 65% da capitalização do mercado bolsista mundial e 93% dos analistas financeiros que são membros do *CFA institute*⁸² estão localizados em países anglófonos (*ibidem*).

Contudo, segundo os autores, a opção pela publicação do relatório anual também em inglês é resultado de uma análise custo/benefício, na medida em que implica necessariamente custos directos (na tradução do relatório) e também indirectos (entre outros, a potencial perda de qualidade em termos da mensagem transmitida pelo relatório traduzido). Os autores concluem que a decisão de publicar o relatório em inglês está relacionada com (i) o processo de internacionalização, medido através do volume de vendas para o exterior; (ii) barreiras linguísticas, relacionadas com a distância linguística e a importância da língua autóctone; (iii) questões relacionadas com o governo das sociedades, concretamente se a empresa é detida por um grande número de accionistas; ou (iv) preocupações financeiras, devido a necessidades de financiamento externo, dimensão do mercado de capitais em que a empresa transacciona e o facto de estar cotada em mercados de países anglófonos.

⁸² O CFA Institute confere o certificado de *Chartered Financial Analyst*, que corresponde à certificação profissional de analista financeiro, reconhecida internacionalmente (www.cfainstitute.org).

Jeanjean *et al.* (2010) definem o parâmetro de «importância da língua» de forma um pouco simplista, fazendo o grau de importância depender do número de falantes e do número de países em que é a língua principal, deixando de parte questões relacionadas com as dimensões política, económica e cultural, todas elas necessárias para a aferição da importância de uma língua. Porém, este é apenas um factor na sua extensa análise e os resultados a que chegam reflectem de uma forma exemplar o funcionamento da sociedade em rede: as necessidades criadas pelo funcionamento em rede dos mercados financeiros apontam no sentido da eleição do inglês como língua de disseminação dos relatórios anuais.

A língua mais comumente utilizada nos relatórios internacionais é, sem dúvida, o inglês (Parker, 2001), já que permite às empresas chegarem a um maior número de *stakeholders* internacionais, cumprindo três funções fundamentais: (i) facilitar a angariação de financiamento externo; (ii) conferir prestígio internacional à empresa; e (iii) permitir a aprovação das contas no caso de empresas supervisionadas por membros do conselho de administração estrangeiros (de Groot *et al.*, 2011). A publicação de uma versão em inglês do relatório e das contas, que se consubstanciam nas demonstrações financeiras, confere às empresas uma maior projecção internacional, dotando-as de capacidade para atraírem investimento estrangeiro.

Em Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) foi mais longe e emitiu um conjunto de Recomendações no âmbito do *Código de Governo das Sociedades*, no qual aponta o inglês como língua obrigatória para a publicação de informação sobre as entidades:

VI.1. As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo (CMVM, 2013: 7).

As informações que permitem o conhecimento sobre o desempenho presente e expectável da empresa estão contidas, entre outros elementos, nos relatórios de prestação de contas de que temos vindo a falar. Esta recomendação imprime o carácter de obrigatoriedade do uso do inglês para a publicação de uma versão em língua estrangeira do relatório publicado em português, no caso das empresas sob a supervisão da CMVM.

Nos relatórios que publica anualmente sobre o governo societário, a CMVM analisa o cumprimento por parte das entidades cotadas em bolsa das recomendações relativas ao governo das sociedades. Concretamente em relação aos deveres gerais de informação, há a indicação clara de que as sociedades cotadas devem divulgar um conjunto de informações em inglês no seu sítio *Web*:

III.1.2 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês:

- a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais;
- b) Estatutos;
- c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado;
- d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso;
- e) Documentos de prestação de contas;
- f) Calendário semestral de eventos societários[;]
- g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral;
- h) Convocações para a realização de assembleia geral (CMVM, 2014: 51).

Na análise do cumprimento do conjunto de recomendações emitidas pela CMVM, no relatório publicado em 2014, relativo às actividades das sociedades cotadas em 2012, é referido que

[e]ntre as recomendações com maior margem para apresentar melhorias em futuros exercícios estão a III.1.2. ('informação disponível no sítio da Internet da sociedade em inglês') e a I.6.1 ('medidas com vista a impedir o êxito de OPA's') porquanto exibem os mais baixos índices de cumprimento entre as recomendações referentes a este bloco (CMVM, 2014: 52).

Esta conclusão vem na linha do que fora dito em relatórios anteriores. A título de comparação, o relatório relativo aos dados de 2009, publicado em 2011, referia que o mesmo ponto relativo à divulgação de um vasto conjunto de informações sobre a empresa em inglês registava um grau médio de cumprimento de apenas 69%, sendo que cinco

sociedades (BCP, Finibanco, Fisipe, Toyota Caetano e Jerónimo Martins) consideravam que tinham adoptado a referida recomendação, contudo, «a ausência da prestação de toda informação em inglês exigida por esta recomendação justifica, na avaliação da CMVM, que a mesma se considere não cumprida» (CMVM, 2011: 79).

Assim, se há um conjunto de empresas em Portugal que optam por publicar uma versão do seu relatório em inglês por uma questão de projecção internacional, outras há — as cotadas em bolsa — que são obrigadas a isso pela entidade que regula as suas actividades. Daqui decorre que, em termos de tradução, há necessidades reais por parte dessas empresas em ter a sua informação financeira traduzida de português para inglês.

Uma pesquisa efectuada em relatórios de empresas portuguesas, ou a operarem em Portugal, que publicam as suas demonstrações financeiras em inglês rapidamente mostra que a terminologia não está estabelecida, atestando as dificuldades dos seus tradutores. A título de exemplo, para a mesma rubrica da demonstração de resultados, *custos com (o) pessoal*, os relatórios anuais em inglês de três bancos portugueses, publicados em 2014 relativos às contas de 2013, apresentam *staff costs* (Millenium BCP), *payroll* (CCA) e *personnel costs* (BPI). O relatório de 2013 do Barclays Bank (publicado originalmente em inglês) apresenta *staff costs* para a mesma rubrica.

Esta necessidade, ou vontade em alguns casos, de publicação dos relatórios de prestação de contas em inglês foi um dos motivos que nos levou a reflectir sobre a construção de um recurso terminológico que permitisse, no futuro, a elaboração de um glossário bilingue (português/inglês) da terminologia do relato financeiro. No capítulo seguinte, descreveremos a constituição de um *corpus* de textos legislativos do relato financeiro, que nos permitiu identificar os candidatos a termo, bem como a constituição de um *corpus* paralelo com características semelhantes, que usámos para testar a identificação de equivalentes.

5.3 A Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística

O nosso ponto de partida para a análise do relato financeiro foi um documento intitulado *Estrutura Conceptual*⁸³ que subjaz ao Sistema de Normalização Contabilística e que incluímos no *Corpus* SNC_leg que descreveremos no Capítulo VI. Pensávamos encontrar nesse documento pistas para a organização conceptual do domínio, mas não foi isso que aconteceu. Na verdade, após uma análise aturada do Aviso nº 15652/2009, de 7 de Setembro, que institui a Estrutura Conceptual do SNC, percebemos que a noção de estrutura conceptual não encontra paralelo na noção de sistema conceptual.

5.3.1 Definição de estrutura conceptual

Do ponto de vista da Terminologia, um sistema conceptual é um conjunto organizado de conceitos que compõem um determinado domínio e das relações conceptuais que estabelecem entre si. O conhecimento do sistema conceptual de um domínio permite ao especialista enquadrar um objecto dentro do seu domínio e distingui-lo dos outros objectos que compõem o mesmo sistema conceptual: «*[t]he relevant concepts [of a subject field] constitute a coherent concept system based on the relations existing between concepts*» (ISO 704:2009: 18).

A norma ISO 704:2009 (*ibidem*: 19) aponta como propósitos de um sistema conceptual:

- modelar os conceitos e as relações que se estabelecem entre eles com base no conhecimento especializado de um domínio;
- clarificar as relações entre os conceitos;
- constituir a base para uma terminologia uniforme e normalizada;

⁸³ Encontrámos uma grande variação da grafia do termo **estrutura conceptual** na literatura académica e científica entre as formas com e sem maiúscula, às quais se junta ainda **Estrutura conceptual** e a abreviatura **EC**, esta última presente na literatura académica e científica, mas introduzida também no Aviso nº 15652/2009, onde tem uma única ocorrência. Neste trabalho optámos, por uma questão de simplificação, pela forma abreviada ou pela forma com as duas maiúsculas iniciais para designar a estrutura conceptual do SNC, deixando a forma com minúsculas para a utilização do termo em sentido genérico.

- facilitar a análise comparativa de conceitos e termos entre diferentes línguas e diferentes domínios;
- facilitar a elaboração de definições;
- facilitar a inclusão de todos os conceitos relevantes no decorrer da criação de um recurso terminológico.

O objectivo da definição de um sistema conceptual para um determinado domínio é, do ponto de vista da Terminologia, permitir e facilitar o trabalho do terminólogo, concretamente no que toca, por exemplo, à organização da terminologia, à elaboração de definições e à construção de recursos terminológicos que envolvam uma ou mais línguas.

Como referimos na secção anterior, o terminólogo não possui conhecimento do domínio suficiente para, autonomamente, identificar e organizar num sistema os conceitos que o compõem. O seu trabalho, porém, é orientado no sentido de, em conjunto com os especialistas ou dependente da validação das suas propostas pelos especialistas, desenhar um sistema conceptual do domínio de modo a conseguir construir recursos terminológicos com a garantia de inclusão de todos os conceitos relevantes para esse domínio.

O parágrafo 2 da *Introdução* do Aviso nº 15652/2009, que aprova a EC do SNC, indica a sua finalidade.

Esta Estrutura estabelece conceitos que estão subjacentes à preparação e apresentação das demonstrações financeiras para utentes externos, seja pelas entidades que preparam um conjunto completo de demonstrações financeiras, seja pelas pequenas entidades. O propósito desta Estrutura Conceptual é o de:

- Ajudar os preparadores das demonstrações financeiras na aplicação das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e no tratamento de tópicos que ainda tenham de constituir assunto de uma dessas Normas;
- Ajudar a formar opinião sobre a aderência das demonstrações financeiras às NCRF;
- Ajudar os utentes na interpretação da informação contida nas demonstrações financeiras preparadas; e
- Proporcionar aos que estejam interessados no trabalho da CNC informação acerca da sua abordagem à formulação das NCRF (Aviso nº 15652/2009: 36227).

A finalidade indicada do documento intitulado *Estrutura Conceptual* aponta explicitamente para o estabelecimento de conceitos, mas não refere as relações entre os conceitos, fundamentais, como já referimos, para a construção de um sistema conceptual, que, do nosso ponto de vista, deveria estar subjacente à estrutura conceptual. Por outro lado, é indicado que inclui os conceitos «subjacentes à preparação e apresentação das demonstrações financeiras» (*ibidem*: § 2) , o que nos parece ser uma visão redutora, que não corresponde à designação que lhe é dada no próprio documento: *Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística*. Esta constatação levou-nos a reflectir sobre a natureza da estrutura conceptual do SNC, formulando a pergunta: Que estrutura conceptual está representada no documento intitulado *Estrutura Conceptual*?

Para respondermos a esta pergunta, procurámos enquadrar a Estrutura Conceptual no SNC e tentámos perceber como se define, em Contabilidade, a noção de estrutura conceptual. Para o efeito, recorremos ao tratamento semiautomático do *corpus* (cf. Capítulo VI) para verificarmos o comportamento da forma **estrutura conceptual** e encontrarmos contextos ricos em conhecimento, que apontem para informação do foro conceptual e que nos permitam tirar ilações. Por «contexto rico em conhecimento», ou «*knowledge-rich context*», entendemos, na linha de Meyer (2001: 281), «*a context indicating at least one item of domain knowledge that could be useful for conceptual analysis*».

A Estrutura Conceptual é apontada como referência em diversos documentos que constituem a base legislativa do SNC e que compõem o *Corpus SNC_leg*, cuja constituição e exploração descreveremos no Capítulo VI. O termo **estrutura conceptual** ocorre 14 vezes no *Corpus SNC_leg*, para além das 23 ocorrências que tem no próprio documento que a constitui, o Aviso nº 15652/2009.

Consultando cada uma das catorze ocorrências no *Corpus SNC_leg*, isolámos os respectivos contextos, de modo a identificarmos informação relevante relativa à **estrutura conceptual**. Essa informação consta da Tabela 5.3, abaixo.

DL 158/2009 (cria o SNC)	
1 e 2	A « Estrutura conceptual », que segue de muito perto a « Estrutura conceptual de preparação e apresentação de demonstrações financeiras» do IASB, assumida e publicada pela UE. Trata -se de um conjunto de conceitos contabilísticos estruturantes que, não constituindo uma norma propriamente dita, se assume como referencial que subjaz a todo o Sistema.
3	A estrutura conceptual , baseada no anexo 5 das «Observações relativas a certas disposições do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho», publicado pela Comissão Europeia em Novembro de 2003, que enquadra aqueles instrumentos, constitui um documento autónomo a publicar por aviso do membro do Governo com responsabilidade própria ou delegada pela área das finanças, no Diário da República.
4	A apresentação apropriada exige a representação fidedigna dos efeitos das transacções, outros acontecimentos e condições de acordo com as definições e critérios de reconhecimento para activos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceptual .
5	Ao ser usado o regime contabilístico de periodização económica, os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos (os elementos das demonstrações financeiras) quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual .
Aviso 15654/2009 (NCRF-PE)	
6	Naturalmente, que, a bem da coerência do modelo, os conceitos em causa baseiam-se na Estrutura Conceptual para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras.
7	As definições, critérios de reconhecimento e conceitos de mensuração para activos, passivos, rendimentos e gastos constantes da Estrutura Conceptual .
Aviso 15655/2009 (NCRF)	
8	As definições, critérios de reconhecimento e conceitos de mensuração para activos, passivos, rendimentos e gastos na Estrutura Conceptual .
9	A Estrutura Conceptual e a NCRF 6 — Activos Intangíveis proporcionam orientação sobre o reconhecimento de activos resultantes de desenvolvimento.
10	Esta Norma usa os critérios de reconhecimento estabelecidos na Estrutura Conceptual para determinar quando os réditos do contrato e os custos do contrato devam ser reconhecidos como réditos e gastos na demonstração dos resultados.
DL 36-A/2011 (aprova os regimes das microentidades e das ESNL)	
11	A estrutura conceptual constante do Aviso nº 15 652/2009 constitui uma base de referência da NCM.

Aviso 6726-B/2011 (NCRF-ESNL)	
12	Naturalmente, que, a bem da coerência do modelo, os conceitos em causa baseiam-se na Estrutura Conceptual para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras, com as alterações decorrentes da especificidade destas entidades que aqui se encontram contempladas.
Aviso 6726-A/2011 (NC-ME)	
13	Esta Norma acolhe os conceitos, definições e procedimentos contabilísticos de aceitação generalizada em Portugal, tal como enunciados no Sistema de Normalização Contabilística, tendo como base de referência a estrutura conceptual constante do Aviso nº 15652/2009.
14	As definições, critérios de reconhecimento e conceitos de mensuração para activos, passivos, rendimentos e gastos constantes da Estrutura Conceptual prevista no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho.

Tabela 5.3 Contextos de **estrutura conceptual** no *Corpus SNC_leg*.

Da leitura da informação constante na Tabela 5.3, destacamos o seguinte:

- a grafia mais comum do termo **estrutura conceptual** parece ser com maiúsculas iniciais (9 ocorrências), embora existam 5 ocorrências com minúscula e 1 ocorrência de **Estrutura Conceptual para a Apresentação das Demonstrações Financeiras**⁸⁴;
- a EC do SNC foi elaborada com base no texto *Estrutura Conceptual de Apresentação e Preparação de Demonstrações Financeiras* do IASB, que constitui o anexo 5 do documento intitulado *Observações relativas a certas disposições do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho*;
- a EC tem o propósito de estabelecer definições e critérios de reconhecimento para activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos;
- a EC está na base das NCRF, NCRF-PE, NCRF-ESNL e NC-ME, ou seja, de todas as normas de relato financeiro produzidas pela CNC.

As afirmações acima listadas revestem-se de grande importância para a nossa análise na medida em que, por um lado, justificam a relevância da EC enquanto documento que define conceitos fundamentais do relato financeiro como ‘activo’, ‘passivo’, ‘capital próprio’,

⁸⁴ Como veremos mais adiante, esta forma poderá decorrer de uma confusão com o texto intitulado *Estrutura Conceptual para a Apresentação e Preparação das Demonstrações Financeiras* publicado pelo IASB em inglês e traduzido para português no âmbito da aplicação das normas internacionais de contabilidade.

‘rendimento’ e ‘gasto’, mas também por estar subjacente a todas as normas de relato financeiro do normativo contabilístico nacional, enquanto, por outro, alertam para o facto de a EC ter sido produzida com base noutro documento que é uma tradução. Este último dado levou-nos a efectuar uma análise do processo de tradução, que descrevemos no final desta secção.

A influência generalizada da EC sobre todas as normas de relato financeiro produzidas e em vigor em Portugal atesta a sua importância no panorama da normalização contabilística do país. Escrevendo um ano antes da publicação da *Estrutura para a Apresentação e Preparação das Demonstrações Financeiras* pelo IASB e três anos antes do seu endosso pela UE — respectivamente, 2001 e 2003 — Silva Cravo (2000), num trabalho intitulado precisamente *Da teoria da contabilidade às estruturas conceptuais*, postulava que, tendo em conta o objectivo das demonstrações financeiras e os seus diferentes utentes, não seria possível estabelecer uma única estrutura conceptual, mas seriam necessárias várias. A existência da EC, porém, mostra que sim, foi possível estabelecer uma única estrutura conceptual que unificasse o relato financeiro, ao mesmo tempo que introduz uma alteração profunda na prática contabilística portuguesa, que passa, assim, de um sistema baseado em regras para um sistema baseado em princípios.

Como referimos no Capítulo IV, esta alteração implicou uma mudança do paradigma contabilístico. O anterior normativo nacional, baseado no POC, era assente num conjunto de regras, que, em teoria, previam o tratamento contabilístico de todas as situações, embora na prática isso pudesse não acontecer. A grande desvantagem de um modelo desta natureza é a sua inflexibilidade, o que torna difícil a adaptação das regras a novas situações e, consequentemente contribui para que se tornem rapidamente obsoletas (Dantas, Rodrigues, Niyama & Mendes, 2010). Um sistema baseado em princípios, pelo contrário, não determina «como fazer, mas sim como decidir o que necessita ser feito» (*ibidem*: 9), o juízo profissional ganha, neste novo paradigma, maior relevância, o que implica, por um lado, maior subjectividade, mas, por outro, maior flexibilidade. O elemento essencial e unificador de um sistema baseado em princípios é, precisamente, a estrutura conceptual, enquanto enquadramento desses mesmos princípios.

Citando Gabas Trigo, Cunha Guimarães (2007: 46) define estrutura conceptual como «uma teoria contabilística de carácter geral que estabelece uma estrutura lógico-dedutiva

do conhecimento contabilístico e define uma orientação básica para o organismo responsável pela elaboração das normas contabilísticas de cumprimento obrigatório», ou, nas suas próprias palavras, «[n]uma linguagem mais simples e de senso comum, podemos definir a estrutura conceptual da Contabilidade como “um conjunto organizado (estrutura) de conceitos (conceptual) da contabilidade” (*ibidem*).

Enquanto *conjunto organizado de conceitos da contabilidade*, a estrutura conceptual deriva das próprias características do sistema contabilístico. Seguindo um itinerário lógico-dedutivo, Silva Cravo (2000) propõe uma representação esquemática para o enquadramento de uma (eventual) estrutura conceptual da Contabilidade (para o autor, especificamente, da Contabilidade Financeira)⁸⁵, que adaptámos na Figura 5.2.



Figura 5.2 Enquadramento da EC no sistema contabilístico (adaptado de Silva Cravo, 2000).

Contudo, acreditamos que a *Estrutura Conceptual* do SNC não constitui um «conjunto organizado (estrutura) de conceitos (conceptual) da contabilidade», mas sim, como ilustra a Figura 5.2, um enquadramento às regras e aos princípios a seguir, ou seja, as várias normas contabilísticas e de relato financeiro que compõem o SNC, centrando-se nas

⁸⁵ Silva Cravo (2000: 77) considera que «uma (e apenas uma) das dificuldades para o estabelecimento de uma estrutura conceptual comum para a Contabilidade Geral e para a Contabilidade de Gestão está exactamente nos destinatários da informação: no primeiro caso, externos e, no segundo, internos)». Esta é uma discussão ao nível da área de especialidade na qual não vamos entrar. No Capítulo IV, estabelecemos como subdomínio da nossa análise o relato financeiro, dependente da Contabilidade Geral ou Financeira, pelo que não nos iremos alongar sobre a pertinência da EC em análise nesta secção para o todo do domínio da Contabilidade. Saliente-se apenas que a EC enumera como utentes das demonstrações financeiras sobretudo utilizadores externos (investidores, mutuantes, fornecedores e outros credores comerciais, clientes, Governo e seus departamentos e Público), mas também os empregados, um grupo de utentes que são considerados externos (por não terem acesso prioritário à informação financeira, como terá a Administração e a Gestão de Topo), mas fazem parte da entidade, o que faz deles também utilizadores internos.

demonstrações financeiras, como é indicado na Finalidade do Aviso nº 15652/2009. A preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o objectivo do relato financeiro e, por conseguinte, o cerne do SNC, definindo as macro-regras para o tratamento dos factos contabilísticos, mas não nos parece constituir a totalidade do Sistema de Normalização Contabilística.

5.3.2 Descrição da Estrutura Conceptual

Ao contrário do documento intitulado *Estrutura Conceptual para a Apresentação e Preparação de Demonstrações Financeiras*, publicado pelo IASB, que lhe esteve na base, a *Estrutura Conceptual* não tem um índice. A sua estrutura interna, porém está organizada por parágrafos numerados e hierarquizados (ver Figura 5.3, abaixo), à semelhança do que vimos no Capítulo IV relativamente às várias normas contabilísticas e de relato financeiro.

Prefácio (§ 1)
Introdução (§ 2 a 11)
Finalidade (§ 2 a 4)
Âmbito (§ 5 a 7)
Conjunto completo de demonstrações financeiras (§ 8)
Utentes e as suas necessidades de informação (§ 9 a 11)
Objectivo das demonstrações financeiras (§ 12 a 21)
Posição financeira, desempenho e alterações na posição financeira (§s 15 a 21)
Notas às demonstrações financeiras (§ 21)
Pressupostos subjacentes (§ 22 e 23)
Regime de acréscimo (periodização económica) (§ 22)
Continuidade (§ 23)
Características qualitativas das demonstrações financeiras (§ 24 a 46)
Compreensibilidade (§ 25)
Relevância (§s 26 a 28)
Materialidade (§s 29 e 30)
Fiabilidade (§s 31 a 38)
Representação fidedigna (§s 33 e 34)

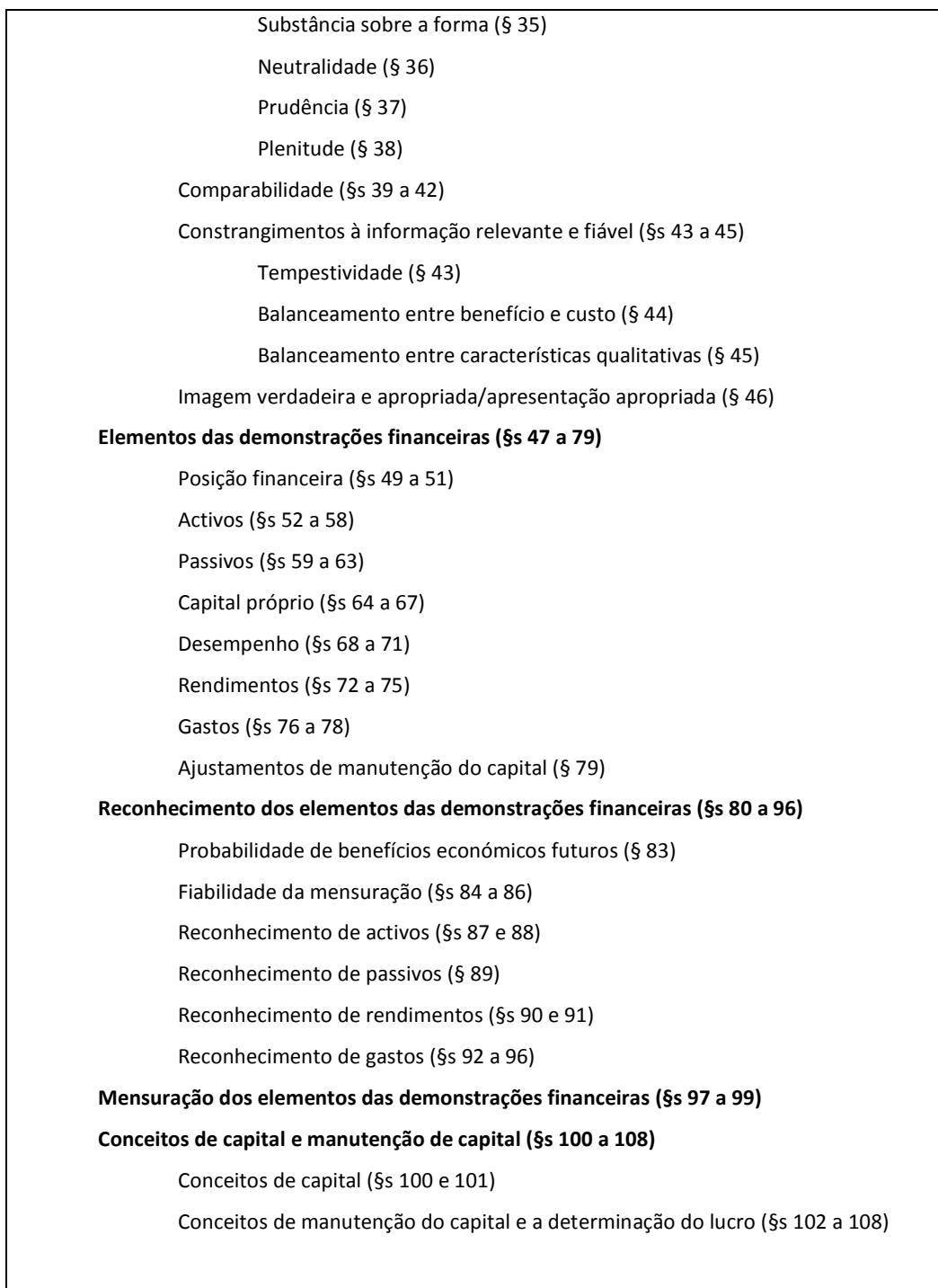


Figura 5.3 Estrutura interna da Estrutura Conceptual do SNC.

Esta estrutura interna serviu-nos de base para começarmos a organizar o conteúdo da EC e desenharmos o mapa constante da Figura 5.4, no que pensámos que poderia

constituir uma primeira abordagem a uma macro-organização conceptual do relato financeiro.

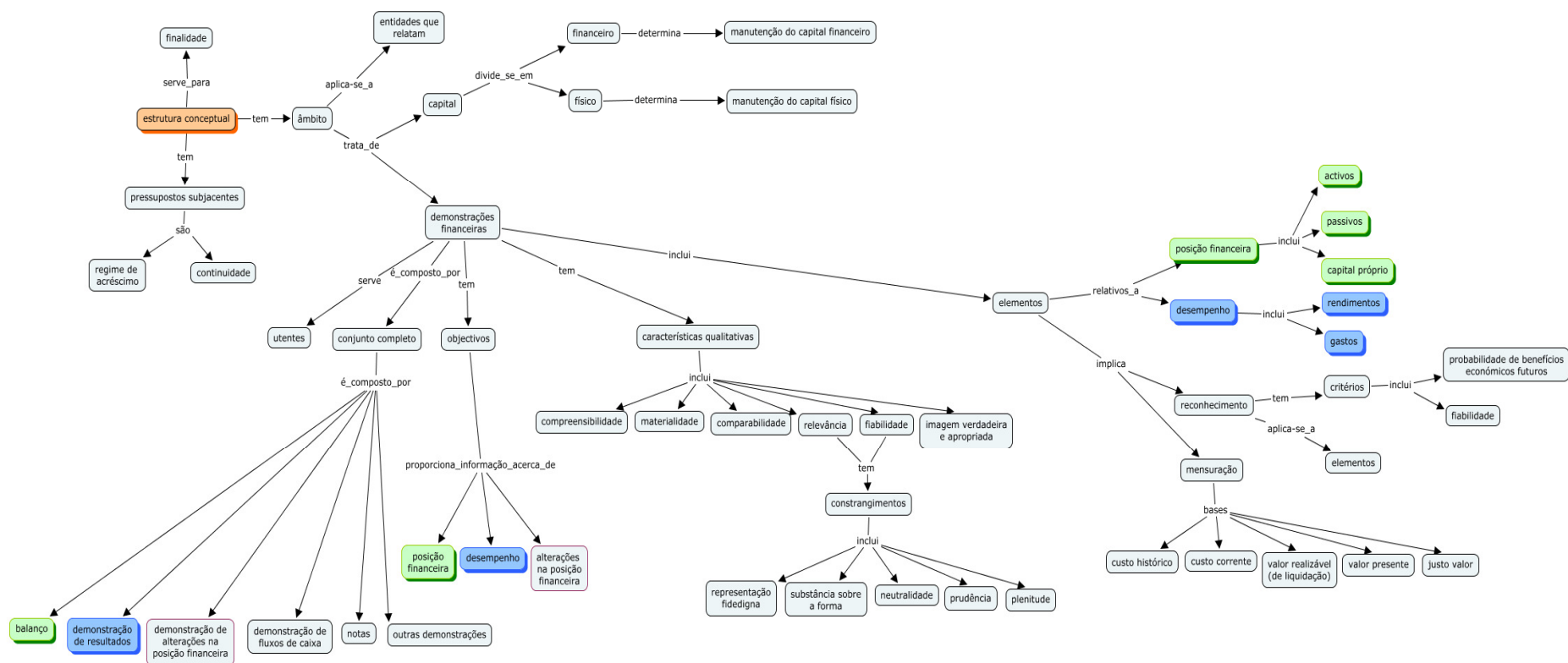


Figura 5.4 Estrutura interna do documento intitulado *Estrutura Conceptual* (Aviso nº 15652/2009).

A Figura 5.4, resultante da nossa leitura da Estrutura Conceptual do SNC, mostra o enfoque do documento na caracterização das demonstrações financeiras e dos elementos que as compõem. Assim, mais do que dar pistas para elaborar um sistema conceptual do relato financeiro como tínhamos originalmente em mente, a Estrutura Conceptual será útil para delinear o sistema conceptual de ‘demonstração financeira’, que é, no fundo, o cerne do relato financeiro. Em vez de um *conjunto organizado de conceitos da Contabilidade*, voltando a citar Cunha Guimarães (2007), a Estrutura Conceptual apresenta o contexto em que as demonstrações financeiras devem ser preparadas no âmbito do SNC e decorrendo das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro. O Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, publicado, portanto dois meses antes do Aviso que institui a EC, corrobora a conclusão a que chegámos, ao referir que

[a] estrutura conceptual, baseada no anexo 5 das «Observações relativas a certas disposições do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho», publicado pela Comissão Europeia em Novembro de 2003, que **enquadra** aqueles instrumentos⁸⁶, constitui um documento autónomo a publicar por aviso do membro do Governo com responsabilidade própria ou delegada pela área das finanças, no Diário da República [negrito nosso] (Decreto-Lei 158/2009: 4381).

No parágrafo que acabámos de citar surge a noção de «enquadramento» a que nos referíamos. Poucas páginas antes, no mesmo documento, podemos ler ainda que

⁸⁶ «Aqueles instrumentos» são os que compõem o SNC e foram mencionados nas linhas anteriores, a saber:

- Bases para a apresentação de demonstrações financeiras (BADF);
- Modelos de demonstrações financeiras (MDF);
- Código de contas (CC);
- Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF);
- Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE);
- Normas interpretativas (NI).

[a] «Estrutura conceptual», que segue de muito perto a «Estrutura conceptual de preparação e apresentação de demonstrações financeiras» do IASB, assumida e publicada pela UE. Trata-se de um conjunto de conceitos contabilísticos estruturantes que, não constituindo uma norma propriamente dita, se assume como referencial que subjaz a todo o Sistema (*ibidem*: 4376).

Em resumo, o que os dois documentos legislativos consultados sobre esta questão⁸⁷ nos permitem afirmar é que a estrutura conceptual estabelece os conceitos subjacentes à apresentação das demonstrações financeiras para utentes externos, definindo conceitos contabilísticos estruturantes, estando subjacente a todo o sistema (entenda-se, Sistema de Normalização Contabilística) e enquadrando os instrumentos que compõem o SNC. Como referimos, para nós, aproxima-se mais da noção de *enquadramento conceptual*, o que teria sido, a nosso ver, um equivalente mais adequado para *framework*, forma que surge no título do texto original, publicado pelo IASB.

5.3.3 A tradução da Estrutura Conceptual

Antes do Prefácio, o Aviso nº 15652/2009 anuncia, sob o título *Sistema de Normalização Contabilística / Estrutura Conceptual (EC)*,

[e]ste documento tem por base a Estrutura Conceptual do IASB, constante do Anexo 5 das “Observações relativas a certas disposições do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho”, publicado pela Comissão Europeia em Novembro de 2003 (Aviso 15652/2009: 36227).

⁸⁷ O Aviso nº 15652/2009 que aprova a Estrutura Conceptual e o Decreto-Lei nº 158/2009, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística.

O título da «Estrutura Conceptual do IASB» a que se refere o parágrafo anterior é o já referido *Estrutura Conceptual para a Apresentação e Preparação de Demonstrações Financeiras*, texto que foi publicado como Anexo⁸⁸ de um documento cujo título completo é *Observações relativas a certas disposições do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade, bem como da Quarta Directiva 78/660/CEE do Conselho, de 25 de Julho de 1978, e ainda da Sétima Directiva 83/349/CEE do Conselho, de 13 de Junho de 1983, relativa às contas consolidadas*.

O título original, em inglês, da Estrutura Conceptual do IASB é *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*. Concluímos o ponto anterior afirmando que *enquadramento* teria sido uma melhor escolha de equivalente para *framework* e foi esse, aliás, o caminho escolhido na tradução para espanhol: *Marco Conceptual para la Preparación y Presentación de los Estados Financieros*. A tradução em francês mantém-se mais próxima do original e não inclui a menção a «conceptual» no título: *Cadre pour la préparation et la présentation des états financiers*. Ambas as traduções, a espanhola e a francesa, parecem-nos, portanto, estar mais próximas do título do texto original⁸⁹.

O título do documento em português introduz também uma alteração, aparentemente inexplicável, da ordem das palavras que o compõem: para o original «*preparation and presentation*», na versão portuguesa podemos ler «*apresentação e preparação*». As traduções espanhola e francesa mantiveram a ordem da versão original e que nos parece ser a ordem mais lógica, isto é, primeiro há que preparar as demonstrações financeiras para, em seguida, apresentá-las. Não havendo uma razão

⁸⁸ Não se trata do «anexo 5» como é referido no DL 158/2009, mas sim do ponto 5, que constitui o único anexo desse documento.

⁸⁹ Em 2010, o IASB publicou uma nova versão da estrutura conceptual — decorrente de alterações feitas à *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*, que publicara em 1989 — tendo alterado a sua designação para *Conceptual Framework for Financial Reporting*. Uma vez que a versão da estrutura conceptual do IASB publicada em 2010 ainda não foi endossada pela UE (logo, não existe ainda uma tradução para português) e dado também que a estrutura conceptual do SNC foi elaborada com base na versão publicada pelo IASB em 1989, não nos iremos deter na nova versão.

evidente para esta alteração na versão portuguesa poderá ser atribuível a um lapso da tradução.

Tendo em conta a ambiguidade introduzida no título do texto que esteve na base da Estrutura Conceptual do SNC (e sem ser nosso objectivo fazer uma crítica de tradução exaustiva), julgámos ser pertinente fazer aqui uma referência às questões de tradução (sobretudo as relacionadas com a terminologia) suscitadas pela comparação entre o texto original (*Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*), a sua tradução (*Estrutura Conceptual para a Apresentação e Preparação das Demonstrações Financeiras*) e a sua adaptação no âmbito do SNC (*Estrutura Conceptual*). A Figura 5.5 (abaixo) ilustra este processo.

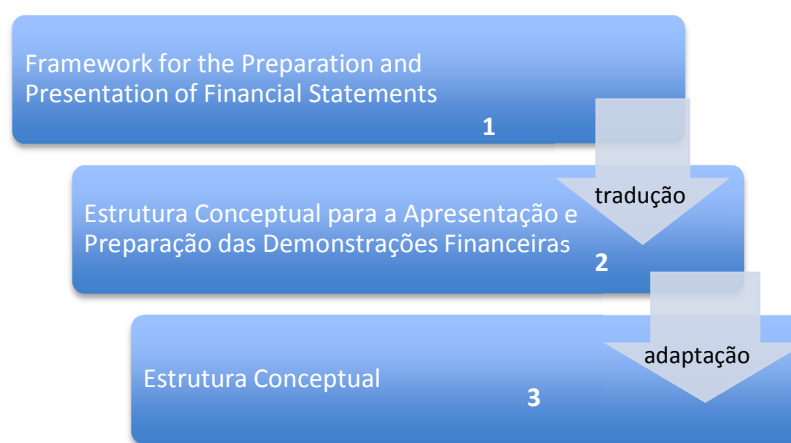


Figura 5.5 Processo de criação da EC do SNC.

A Figura 5.5 procura ilustrar o facto de que a Estrutura Conceptual do SNC não é um documento original, mas sim o resultado de uma adaptação da tradução do texto original, tal como é dito no Aviso nº 15652/2009, que citámos no início desta secção. Porém, uma comparação efectuada entre os dois textos (2 e 3) revelou que mais do que uma adaptação, a EC parece ser uma cópia linguisticamente melhorada do texto traduzido (Texto 2). Observando as semelhanças e as divergências entre os dois documentos (novamente, 2 e 3), percebemos que há melhorias significativas em termos da expressão e que a terminologia está

actualizada de acordo com a prática nacional, algo que pareceu não ter sido uma preocupação no momento da elaboração do Texto 2.

A metodologia que empregámos para levar a cabo a comparação entre os textos 2 e 3 implicou começarmos por converter ambos os documentos do formato PDF em DOCx de modo a podermos confrontá-los através da funcionalidade Comparar do *software* Microsoft Word, que compara várias versões do mesmo documento. Usámos o Texto 2 como documento original e o Texto 3 como documento revisto, optando por criar um documento novo com as alterações assinaladas: a azul foram marcadas as inserções e as eliminações; e a verde, as movimentações.

O documento resultante da comparação (Apêndice 1) mostra claramente que o Texto 3 é quase uma cópia integral do Texto 2, com algumas alterações, que se operaram sobretudo a dois níveis:

- ao nível da designação: reflectindo, por um lado, a necessidade de adaptação de alguns conceitos constantes da tradução das normas internacionais à cultura contabilística nacional; por exemplo, no Texto 3, encontramos o termo **entidade** em substituição do termo **empresa** (tradução do original *enterprise* em inglês), sendo que **entidade** é um termo muito mais abrangente do que **empresa**, uma entidade pode, por exemplo, ser uma associação sem fins lucrativos, o que não é uma empresa, ou então um conjunto de empresas; e, por outro, a utilização de sinónimos ou de termos usados efectivamente na língua de especialidade do relato financeiro em Portugal; por exemplo, a substituição de **gerência** (Texto 2) por **órgão de gestão** (Texto 3);
- ao nível da falta de afastamento em relação ao texto de partida: incluímos neste ponto correcções de erros, bem como melhorias em termos sintácticos ou de pontuação.

5.3.3.1 Principais questões de designação

A Tabela 5.4 que se segue dá conta de algumas das questões de designação que surgiram no confronto entre os três textos.

	Texto 1	Texto 2	Texto 3
1	ordinary activities	actividades correntes	actividades ordinárias
2	ordinary activities	actividades ordinárias	actividades correntes (ou ordinárias)
3	performance	comportamento	desempenho
4	stewardship	curadoria	zelo
5	cash	dinheiro	caixa
6	discussed	discutido	referido
7	discussed	discutidos	tratados
8	[appropriate to the] business	[apropriadas para a] empresa	[apropriadas para o] negócio
9	enterprise	empresa	entidade
10	cash equivalents	equivalentes de dinheiro	equivalentes de caixa
11	source [of an item]	fonte [de um item]	origem [de um item]
12	management	gerência	órgão de gestão
13	management	gerência	gestão dos negócios
14	management	gestão	órgão de gestão
15	goodwill	goodwill	trespasse (goodwill)
16	Governments	Governos	Governo
17	allocation	imputação	alocação
18	timeliness	oportunidade	tempestividade
19	preparers of financial statements	os que preparam as demonstrações financeiras	preparadores das demonstrações financeiras
20	predictive and confirmatory roles	papéis preditivos e confirmatórios	função preditiva e confirmatória
21	parties with ownership interests	partes com interesses de posse numa empresa	detentores de capital numa entidade
22	completeness	preenchimento	plenitude
23	retained earnings	resultados retidos	resultados transitados
24	trusts	“trusts”	empreendimentos conjuntos

Tabela 5.4 Principais alterações semânticas decorrentes do processo de criação da EC do SNC.

As alterações relacionadas com as designações identificadas na Tabela 5.4 repetem-se, na sua maioria, ao longo de todo o texto. A análise das diferentes escolhas efectuadas — por um tradutor (ou por uma equipa de tradutores) relativamente ao Texto 2 e por um conjunto de especialistas relativamente ao Texto 3 — levou-nos a colocar a hipótese de que, na elaboração da tradução que resultou no Texto 2, não terá havido o cuidado necessário para assegurar a exactidão da terminologia utilizada, já que, na sua maioria, as formas em causa parecem corresponder a termos do relato financeiro.

Para além das formas do Texto 2 e do Texto 3, a Tabela 5.4, apresenta na primeira coluna as formas do texto original. Para chegarmos a essas formas, alinhámos os dois textos — Textos 1 e 2 — através da ferramenta WinAlign do *software* SDL Trados Studio 2011 Professional. Depois de efectuado o alinhamento automático, produzido com base na segmentação dos dois textos ao nível da frase, ou seja, por períodos, confirmámos manualmente que os segmentos estavam bem alinhados e corrigimos as (poucas) divergências. Tendo os dois textos alinhados, procurámos a forma que nos interessava no Texto 2, para acedermos à forma no texto original. Ao introduzirmos uma expressão de busca, o WinAlign identifica ambos os segmentos: o segmento onde aparece a forma — no caso, o texto em português — e o segmento a que esse está ligado no texto original. Na Figura 5.6 (abaixo), podemos ver o resultado da pesquisa por *oportunidade*.

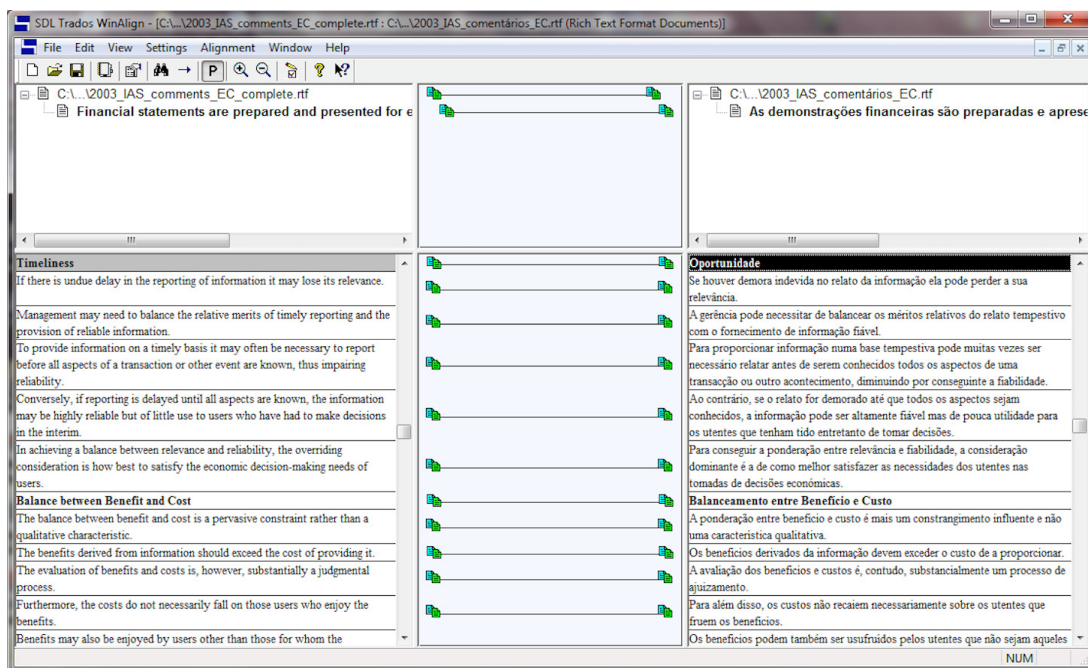


Figura 5.6 Janela de alinhamento (ferramenta Trados WinAlign).

Na Figura 5.6, vemos que a forma portuguesa **oportunidade** foi seleccionada na tradução como equivalente de **timeliness**, ignorando o termo utilizado no relato financeiro em português, **tempestividade**, que surge no Texto 3. Repetimos o mesmo processo para as restantes 23 formas da Tabela 5.4. Pelo confronto entre as formas do Texto 2 e os seus equivalentes no texto original, concluímos que, na sua maioria, as divergências estão relacionadas com questões terminológicas, que, por sua vez, podem remeter para o nível conceptual, como acontece no caso de **dinheiro/caixa, equivalentes de dinheiro/equivalentes de caixa**.

Apesar de o relato financeiro dar conta das movimentações de dinheiro dentro de uma entidade, o termo **dinheiro** não tem uma frequência muito elevada no *Corpus* SNC_leg. Com 96 ocorrências, é a 343ª forma mais comum no *corpus*. Já **caixa**, com 633 ocorrências, surge em 44º lugar no *corpus*. Porém, dessas 633 ocorrências, apenas um pequeno número corresponde à utilização do termo simples **caixa**, já que, na maioria das ocorrências, **caixa** aparece como elemento de uma combinação, como se exemplifica na Tabela 5.5 (abaixo).

	Total	Singular	Plural
fluxo(s) de caixa	360	37	323
unidade(s) geradora(s) de caixa	123	98	25
equivalente(s) de caixa	34	8	26
influxos de caixa	29		
exfluxo(s) de caixa	16	1	15
recebimento(s) de caixa	13	1	12
pagamentos de caixa	11		
quantia de caixa	10	8	2
regime de caixa	5		
pagamentos brutos de caixa	3		
adiantamentos de caixa	2		
recebimentos brutos de caixa	2		
disponibilidade de caixa	2		
compromissos de caixa	1		
fluxos correntes de caixa	1		
quantia não descontada de caixa	1		
desembolsos de caixa	1		

Tabela 5.5 Combinatórias de **caixa** no *Corpus SNC_leg*.

Podemos afirmar, com algum grau de certeza, que subjacente aos termos compostos com **caixa** está o conceito de ‘caixa’. Vimos anteriormente que a *Demonstração de Fluxos de Caixa* é um dos cinco documentos que compõem um conjunto completo de demonstrações financeiras no âmbito do SNC. Adicionalmente, a primeira conta da «Classe 1 - Meios Financeiros Líquidos» do Código de Contas é, precisamente, «11 Caixa» e é onde se contabiliza o dinheiro de que a entidade dispõe sob a forma de notas e moedas (em divisa nacional ou estrangeira). Tendo em conta a proeminência do conceito ‘caixa’ no relato financeiro, a utilização de *dinheiro* como equivalente do termo **caixa** parece revelar uma falta de preocupação com questões terminológicas.

Regressando ao Texto 2, verificámos também que, além da tradução de *cash* por **dinheiro**, existe, concomitantemente, a tradução (correcta) **caixa**. Na Figura 5.7 (abaixo), apresentamos as ocorrências de *dinheiro* no Texto 2. Podemos ver na figura, que algumas dessas ocorrências correspondem às combinatórias com caixa identificadas no Texto 2 e apresentadas acima na Tabela 5.5.

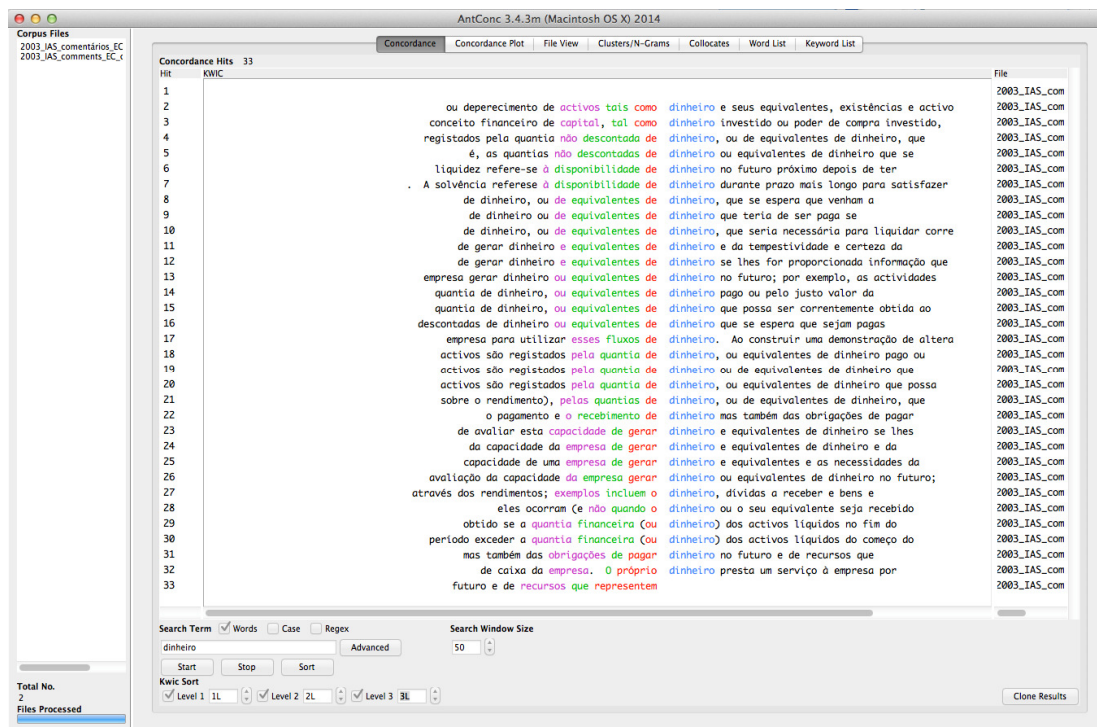


Figura 5.7 Ocorrências de **dinheiro** no Texto 2.

A Figura 5.8 (abaixo) mostra as ocorrências de **caixa** no Texto 2. A observação de algumas das mesmas combinatórias em que encontrámos **dinheiro** na Figura 5.7 revela falhas ao nível da gestão da terminologia no processo de tradução do Texto 1, na medida em que, para o mesmo termo no original (*cash*), em contextos idênticos, não foi utilizado o mesmo equivalente.

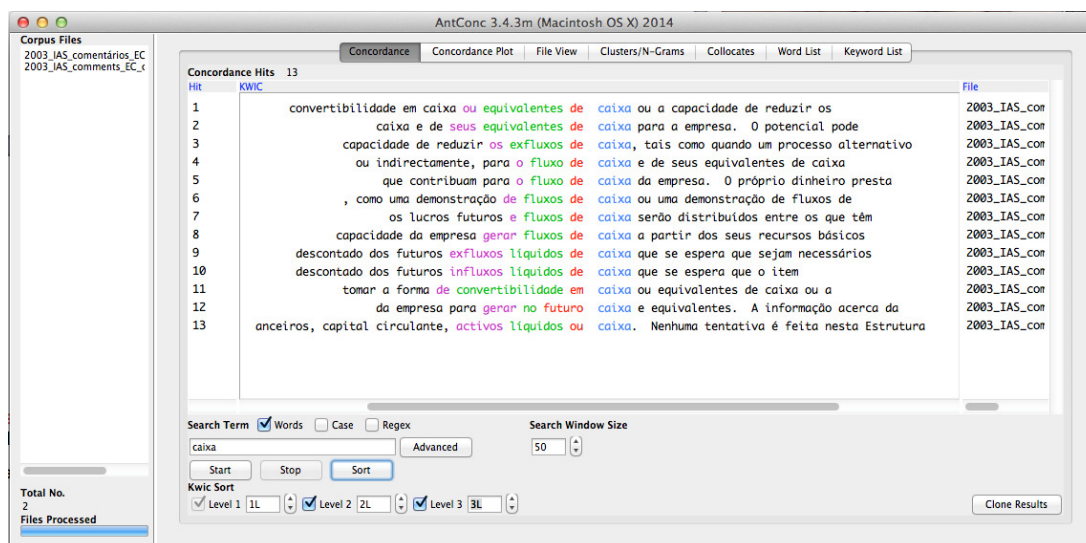


Figura 5.8 Ocorrências de **caixa** no Texto 2.

Na Figura 5.9 (abaixo), apresentamos as ocorrências de **cash** no Texto 1, que deram origem às ocorrências das Figuras 5.7 (traduzido por **dinheiro**) e 5.8 (traduzido por **caixa**).

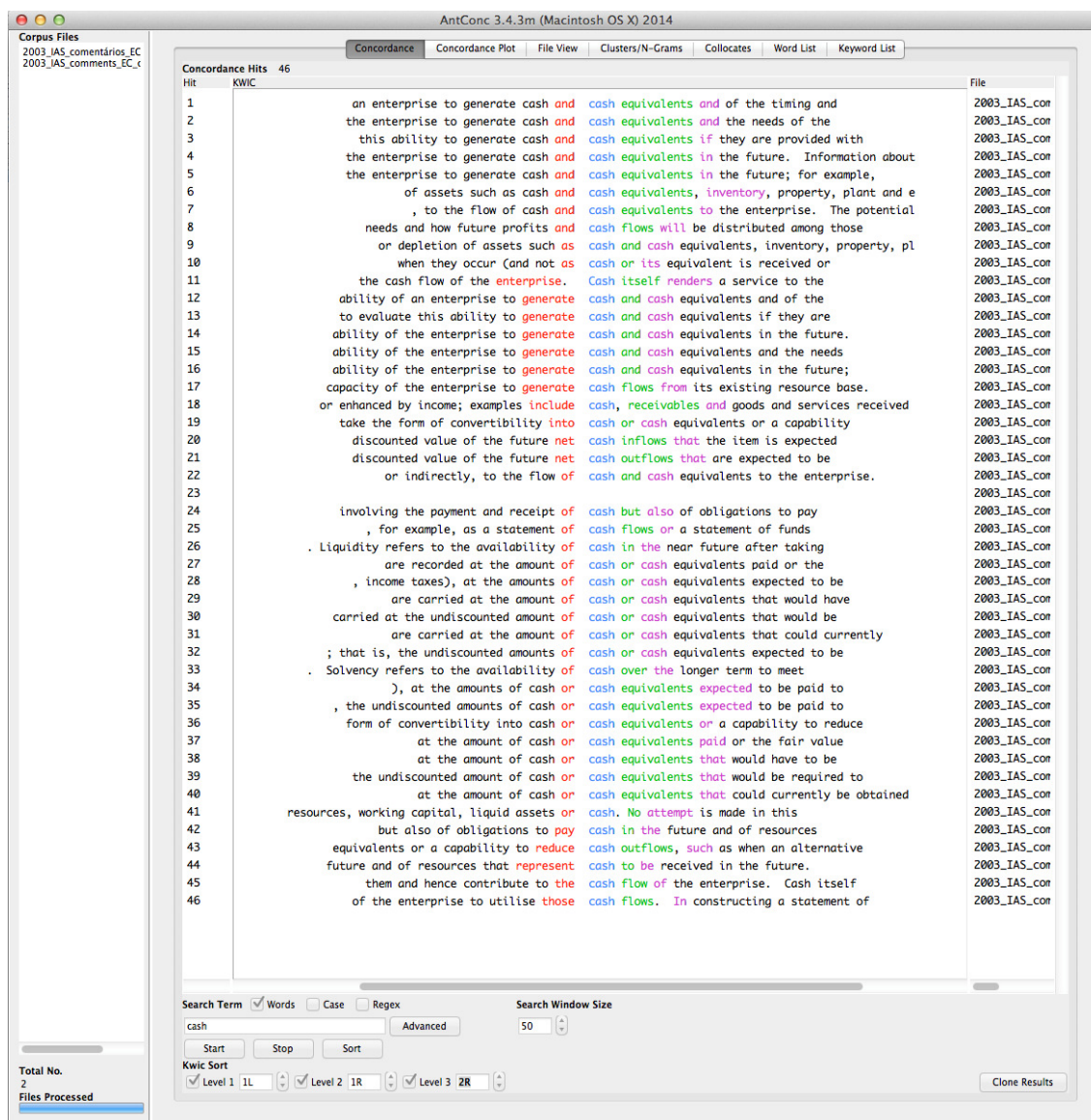


Figura 5.9 Ocorrências de **cash** no Texto 1.

Pela análise das Figuras 5.7 a 5.9, podemos ver que o Texto 2 apresenta indiscriminadamente a tradução **cash/dinheiro** e **cash/caixa**. Vejam-se apenas dois exemplos na Tabela 5.6 (abaixo).

the enterprise to generate cash and cash equivalents and the needs of the (Figura 5.9, linha 2)	capacidade de uma empresa de gerar dinheiro e equivalentes e as necessidades da (Figura 5.7, linha 25)
the enterprise to generate cash and cash equivalents in the future. Information about (Figura 5.9, linha 4)	da empresa para gerar no futuro caixa e equivalentes . A informação acerca da (Figura 5.8, linha 12)

Tabela 5.6 Exemplos de tradução de *cash* (*Corpus IAS_leg*).

Na Tabela 5.6 assinalámos a verde a combinatória com o equivalente **dinheiro** e a laranja a combinatória com o equivalente **caixa**. A intenção é contrastar ambas as combinatórias em português com a combinatória na língua de partida — **cash and cash equivalents** — igual nos dois contextos e, consequentemente, em ambos assinalada a azul. Assinalámos a vermelho o verbo **generate** nos dois casos para salientarmos a semelhança morfossintáctica existente entre ambos os exemplos: em ambos os casos **cash and cash equivalents** é o complemento directo do verbo **generate**, ou seja, em termos da estrutura morfossintáctica de ambas as frases, não há nada que as distinga; em termos semânticos, também parece não haver. Uma vez que não há qualquer diferença entre os dois contextos em que **cash and cash equivalents** é utilizado nos exemplos em inglês, não há nada que justifique a existência de duas traduções diferentes em português — **dinheiro e equivalentes** e **caixa e equivalentes**. Daqui podemos concluir que o primeiro exemplo em português (retirado da Figura 5.7, linha 25) será possivelmente uma má tradução do original em inglês.

5.3.3.2 O não distanciamento em relação ao texto de partida

Muito embora o enfoque deste trabalho sejam as questões de designação, tendo começado a considerar a qualidade do Texto 2 enquanto tradução do Texto 1, não quisemos deixar de fazer algumas observações relativamente aos aspectos que vão para lá da terminologia e que se reflectem na produção do texto.

As alterações ao nível da expressão, ou seja, opções puramente gramaticais ou algumas de ordem estilística, reflectem uma clara melhoria da qualidade final do texto em português. As traduções exibem, geralmente, influência do texto original, num fenómeno a que McEnery & Xiao (2008) chamam «*translationese*». Aquilo que torna o caso do Texto 2 diferente e saliente em termos de falta de qualidade linguística e terminológica é o facto de dispormos de uma segunda versão em português, elaborada por especialistas e, conseqüentemente, muito mais exacta em relação à terminologia utilizada. No processo de adaptação da terminologia do Texto 2 à terminologia efectivamente utilizada no relato financeiro em Portugal, os especialistas melhoraram também a expressão e produziram um texto que, no geral, apresenta muito mais qualidade. Apontamos, na Tabela 5.7, alguns exemplos de melhorias em termos de expressão introduzidas no Texto 3.

	Texto 2	Texto 3
1	Os fornecedores de capital de risco e os seus consultores estão ligados ao risco inerente a, e ao retorno proporcionado por , os seus investimentos.	Os fornecedores de capital de risco e os seus consultores estão ligados ao risco inerente aos, e ao retorno proporcionado pelos , seus investimentos.
2	As empresas afectam parte do público numa variedade de maneiras .	As entidades afectam o público de diversos modos .
3	A gerência duma empresa tem a responsabilidade primária pela preparação e apresentação das demonstrações financeiras da empresa .	O órgão de gestão duma entidade tem a responsabilidade primária pela preparação e apresentação das suas demonstrações financeiras .
4	Os utentes que desejem avaliar a curadoria ou a responsabilidade da gerência fazem-no a fim de que possam tomar decisões económicas; estas decisões podem incluir, por exemplo, se deter ou vender o seu investimento na empresa ou se reconduzir ou substituir a gerência .	Os utentes das demonstrações financeiras que desejem avaliar o zelo ou a responsabilidade do órgão de gestão pelos recursos que lhe foram confiados fazem-no a fim de que possam tomar decisões económicas; estas decisões podem incluir, por exemplo, deter ou vender o seu investimento na entidade ou reconduzir ou substituir o órgão de gestão .
5	Nenhuma tentativa é feita nesta Estrutura Conceptual para especificar uma definição de fundos .	Esta estrutura conceptual não assume nenhuma definição específica de fundos .
6	Se bem que cada demonstração proporcione informação que é diferente das outras, é provável que nenhuma somente sirva um propósito único ou proporcione toda a informação necessária às necessidades particulares	Se bem que cada demonstração proporcione informação distinta das outras, é provável que nenhuma só por si sirva um propósito único ou proporcione toda a informação que satisfaça as necessidades particulares dos utentes.

	dos utentes.	
7	As demonstrações financeiras preparadas de acordo com o regime de acréscimo informam os utentes não somente das transacções passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de dinheiro mas também das obrigações de pagar dinheiro no futuro e de recursos que representem dinheiro a ser recebido no futuro .	As demonstrações financeiras preparadas de acordo com o regime de acréscimo informam os utentes não somente das transacções passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento no futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro .
8	Estas grandes classes são denominadas os elementos das demonstrações financeiras.	Estas grandes classes são constituídas pelos elementos das demonstrações financeiras.
9	Na prática, as obrigações ao abrigo de contratos que estejam proporcional e igualmente não executados (por exemplo passivos por inventários encomendados mas ainda não recebidos) são geralmente não reconhecidos como passivos nas demonstrações financeiras.	Na prática, as obrigações ao abrigo de contratos que estejam proporcional e igualmente não executados (por exemplo passivos por inventários encomendados mas ainda não recebidos) não são geralmente reconhecidos como passivos nas demonstrações financeiras

Tabela 5.7 Alterações gramaticais decorrentes da produção da EC do SNC.

Na Tabela 5.7, assinalámos a vermelho os segmentos do Texto 2 — a tradução para português da EC do IASB — e a azul as correspondentes alterações no Texto 3 — isto é, a EC do SNC. Não fizemos distinção entre alterações lexicais e alterações sintácticas porque consideramos que ambos os tipos de alteração contribuem para que se possa dizer que o Texto 3 tem mais qualidade, na medida em que está mais conforme às regras gramaticais do português e utiliza a terminologia corrente em português.

Encontramos nos exemplos transcritos na Tabela 5.7, algumas das alterações terminológicas que identificámos no ponto anterior, espelhando o Texto 3 os termos efectivamente utilizados pelos especialistas do relato financeiro, na medida em que o documento não foi preparado por um tradutor, como o Texto 2 terá sido, mas sim por um conjunto de especialistas (da Comissão de Normalização Contabilística). A título de exemplo:

- **empresas** → **entidades** (exemplo 1);
- **gerência** → **órgão de gestão** (exemplo 3);
- **curadoria** → **zelo** (exemplo 4);
- **dinheiro** → **caixa** (exemplo 7).

A Tabela 5.7 contém também exemplos claros de que o Texto 2 não se afasta o suficiente do ponto de vista da língua em relação ao texto de partida, o que resulta em construções menos próximas do que seria a produção de um especialista falante de português. A título de exemplo, veja-se:

- Nenhuma tentativa é feita nesta Estrutura Conceptual para especificar uma definição de fundos → Esta estrutura conceptual não assume nenhuma definição específica de fundos (exemplo 5);
- as obrigações ao abrigo de contratos que estejam proporcional e igualmente não executados (por exemplo passivos por inventários encomendados mas ainda não recebidos) **são geralmente não reconhecidos** como passivos nas demonstrações financeiras → as obrigações ao abrigo de contratos que estejam proporcional e igualmente não executados (por exemplo passivos por inventários encomendados mas ainda não recebidos) **não são geralmente reconhecidos**⁹⁰ como passivos nas demonstrações financeiras.

As questões que apresentámos e que apontam para uma falta de qualidade da tradução das normas internacionais (tomando o texto da Estrutura Conceptual, analisado em pormenor, como exemplo) levam-nos a concordar com Lise Mourier (2004): no relato financeiro, tal como nos textos de especialidade em geral, muito fica implícito, o que significa que o mero conhecimento dos termos não é o suficiente para se obter uma tradução de qualidade, já que tal implica tanto o conhecimento linguístico, como algum conhecimento especializado e, logo, extralinguístico. Na perspectiva da autora, aliás, para atingir um elevado nível de qualidade, um tradutor que trabalhe com textos de especialidade tem de conjugar

⁹⁰ A forma gramaticalmente correcta seria *reconhecidas*.

não só um elevado nível de competência linguística tanto na língua de partida, quanto na língua de chegada; mas também, um extenso conhecimento extralinguístico através da familiarização com o domínio, mais uma vez, em ambas as culturas — a de partida e a de chegada; uma abordagem teórica ao processo de tradução que lhe forneça as estratégias adequadas e os métodos necessários para resolver os problemas com que se depara; e as ferramentas apropriadas (sob a forma de textos paralelos e dicionários, por exemplo).

Esta descrição vai exactamente ao encontro do que Gastambide Fernandes (2007) apontava como a escolha ideal em termos do tradutor das normas internacionais (cf. secção 5.1.1). A *Estrutura Conceptual para a Apresentação e Preparação de Demonstrações Financeiras* foi publicada em Novembro de 2003, ou seja, no ano em que terá começado a colaboração entre o IASB e os especialistas que Gastambide Fernandes (2007) descreve. Contudo, não temos como saber se o documento já terá sido traduzido com base nos procedimentos descritos pelo autor ou se a sua tradução terá sido anterior a essa colaboração e dependente apenas dos serviços de tradução do próprio IASB.

Os tradutores estão bem familiarizados com a expressão «*traduttore, traditore*» e a noção de excelência numa tradução é difícil de atingir. Porém, no que toca à gestão da terminologia, acreditamos, na linha de Silva (2014), que a qualidade é um objectivo atingível desde que apoiada em procedimentos metodológicos definidos de acordo com as necessidades do utilizador da tradução. Raquel Silva considera que

a qualidade de um produto terminológico assenta em três critérios principais: na fiabilidade dos dados utilizados e produzidos; na sistematização dos processos que levaram à sua concretização e na adequação desse produto ao uso para suprir necessidade e expectativas dos utilizadores (Silva, 2014: 194).

Foi com estes três critérios em mente, que partimos para a construção de dois *corpora* de especialidade dos quais daremos conta no capítulo seguinte.

Capítulo VI. Constituição de *corpora*: O relato financeiro

Ora, a partir do momento em que as normas emitidas pelo IASB passaram a integrar [...] o acervo jurídico comunitário [...] tem sentido acrescido que a terminologia a adoptar pelas normas contabilísticas nacionais se aproxime da terminologia utilizada nas normas internacionais de contabilidade. Com tal opção uniformiza-se, na maioria dos casos, a terminologia adoptada em ambos os conjuntos de normas com utilização em Portugal e na União Europeia, contribuindo-se desse modo para o aumento da segurança jurídica da norma contabilística.

(Cravo, Silva, Grenha, Colaço & Pontes, 2009: 38)

Com o comentário em epígrafe, Cravo *et. al* (2009), da Comissão de Acompanhamento do Novo Sistema de Normalização Contabilística, defendem-se das críticas apontadas à terminologia que a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) introduziu no Sistema de Normalização Contabilística (SNC): «foi referido por diversas vezes que o SNC utiliza uma terminologia que frequentemente se afasta daquela que vinha sendo utilizada quer pelas normas nacionais quer pela própria doutrina» (*ibidem*: 42). Estão em causa não só alterações menores, mas, sobretudo, alterações de terminologia profundas, que afectam a própria conceptualização do domínio. Citado num artigo provocatoriamente intitulado *CNC foi autista na terminologia adoptada no Sistema de Normalização Contabilística*, Hernâni Carqueja, acérrimo crítico das opções terminológicas tomadas pela CNC, lamenta que a CNC não tenha eliminado o que considera serem erros da primeira tradução, ou seja, a tradução das normas internacionais, e que, colocando de parte a «carga histórica da terminologia contabilística nacional», tenha agravado a herança da (na sua opinião) má tradução das normas internacionais: «o desempenho da

contabilidade como instituto social está muito condicionado pelas opções terminológicas. O uso de um termo que ignore a carga histórica que condiciona o seu significado dá origem a dificuldades que podem, e devem, ser evitadas» («CNC foi autista», 2009: 18).

A Tabela 6.1 (abaixo) apresenta alguns exemplos das mudanças terminológicas operadas entre as designações das classes e das contas no sistema contabilístico anterior, assente no Plano Oficial de Contabilidade (POC), e as utilizadas no sistema contabilístico actual, ou seja, o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

POC	SNC
aplicações de tesouraria	instrumentos financeiros detidos para negociação
custos e perdas	gastos
disponibilidades	meios financeiros líquidos
empréstimos obtidos	financiamentos obtidos
existências	inventários e activos biológicos
imobilizações corpóreas	activos fixos tangíveis
proveitos	rendimentos
restantes impostos	outros impostos
terceiros	contas a receber e a pagar

Tabela 6.1 Terminologia POC vs SNC (alguns exemplos).

Optámos por grafar os termos constantes da Tabela 6.1 em minúscula, seguindo a prática terminológica, muito embora todos estivessem grafados com maiúscula nos dois Códigos de Contas (CC) de onde foram retirados, respectivamente, o CC do POC e o CC do SNC, por corresponderem a designações de classes (por exemplo, Classe 1 - DISPONIBILIDADES/MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS) ou a designações das contas que compõem as diferentes classes (por exemplo, 42 Imobilizações corpóreas/43 Activos fixos tangíveis).

As diferenças terminológicas entre um normativo e outro espelham, em alguns casos, a influência da terminologia utilizada nas normas internacionais e traduzida, por vezes, literalmente para o português, como salientámos no capítulo

anterior, ignorando, como criticava Hernâni Carqueja, a terminologia estabelecida em Portugal. Veja-se o caso de **imobilizações incorpóreas** (POC) que passou a designar-se por **activos intangíveis** (SNC), um decalque do inglês *intangible assets*.

Pelas leituras que fizemos da literatura da Contabilidade, pudemos constatar que a terminologia é um assunto sensível no domínio do relato financeiro, pelo que nos propusemos analisá-la com base num *corpus* constituído pela legislação principal que regula o SNC, na vertente do normativo contabilístico nacional. O nosso objectivo futuro é, com base nas reflexões efectuadas no âmbito desta tese, criarmos uma base de dados terminológica, que possa vir a servir para a construção de um glossário bilingue (português/inglês) do relato financeiro.

A abordagem terminológica defendida neste trabalho utiliza ferramentas da linguística de *corpora*, na medida em que partimos da exploração dos textos que compõem o *Corpus SNC_leg* para identificarmos os termos do subdomínio do relato financeiro. Ao longo do trabalho, percebemos que teríamos de aliar as perspectivas semasiológica e onomasiológica, num constante vaivém entre o discurso patente nos textos e o conhecimento que os textos veiculam, beneficiando da complementaridade entre as duas perspectivas, a linguística, sobretudo semasiológica, e a conceptual, sobretudo onomasiológica (Costa, 2006a). A metodologia que propomos, contudo, é semasiológica para fins onomasiológicos, na medida em que nos interessa analisar os textos para, a partir da identificação das relações semânticas que se estabelecem entre os termos e dos conceitos que estes designam, estarmos em condições de propor uma organização terminológica (lexical) que servirá de base para uma futura validação pelos especialistas. A organização conceptual que propomos depende sempre, em última análise, da validação dos especialistas.

Com o intuito de propormos uma organização conceptual (parcial) do subdomínio do relato financeiro em Portugal, começámos por atentar na *Estrutura Conceptual* (EC), aprovada pelo Aviso nº 15652/2009, de 7 de Setembro, que tem por base a *Estrutura Conceptual para a Apresentação e Preparação de Demonstrações Financeiras*, como vimos no capítulo anterior. Tendo em conta que

os próprios especialistas adoptam uma estrutura conceptual para o seu domínio, pareceu-nos que este documento nos permitiria perceber a organização conceptual do relato financeiro conforme é entendida pelos especialistas e usada para a produção de documentação e literatura. Porém, a nossa análise levou-nos a concluir que, mais do que o relato financeiro no seu todo, a Estrutura Conceptual descreve os pressupostos de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, que são o cerne do relato financeiro. Por esse motivo, a análise da Estrutura Conceptual foi interessante, mas não tão frutífera quanto desejávamos para o nosso propósito de modelação do conhecimento no subdomínio do relato financeiro.

Considerando que a língua é um produto social, a linguística de *corpora* permite-nos observar a língua tal como ela é usada pelas comunidades de falantes. Com utilizações diversas, desde a produção de recursos lexicográficos e terminológicos, a utilização para o ensino/aprendizagem de línguas e os estudos de linguística aplicada, um «*corpus is, of itself, a rich resource of authentic data containing structures, patterns and predictable features that are waiting to be “unlocked” by the human intelligence*» (Leech, 1997: 3).

Não querendo ir tão longe quanto John Sinclair, quando afirma que «*[l]anguage cannot be invented; it can only be captured*» (Sinclair, 1997: 31), porque há, como veremos, lugar para a intuição e para os conhecimentos linguísticos do terminólogo na metodologia que defendemos⁹¹, acreditamos que, num *corpus*, em concreto num *corpus* de especialidade como os que foram construídos no âmbito desta tese, é possível observarmos a língua tal como ela é usada pelos especialistas, o que permite um primeiro nível de análise por parte do terminólogo. Pensamos, na linha de Lefèvre, que o que distingue uma língua de especialidade não se encontra

⁹¹ Na verdade, Sinclair também matiza a sua afirmação: «*This is not to say that we should frown on every decent attempt made in urgent circumstances, e.g., during a lesson*» (Sinclair, 1997: 31) e, mais à frente, «*[y]our intuition about language, whether as a language teacher, a learner or just a user, is a most important asset*» (*ibidem*: 32) embora acrescente, com desconfiança, que «*[i]t is not, however, reliable about the way words and sentences are combined in actual combinations*» (*ibidem*). Mesmo acérrimos defensores da linguística de *corpora*, contudo, reconhecem que a intuição do linguista tem um lugar na investigação através de *corpora*: «*[i]n addition to providing a means of checking such statements, corpora are our only true sources of accurate frequency-based information for language. Nonetheless, we concede that at times intuition can save us time in searching a corpus*» (McEnery & Wilson, 2001: 11).

no interior da língua, mas sim na sua utilização, ou seja, nos discursos dos especialistas.

Les différences les plus évidentes semblent se situer sur le terrain de la pragmatique, avec des éléments clairement sociolinguistiques, et des éléments qui nous permettent d'analyser l'utilisation de la langue scientifique et technique comme une insertion elliptique empratique [...]
(Lefèvre, 2004 : 53).

Ao longo deste capítulo daremos conta da constituição de dois *corpora* de especialidade sobre os quais efectuámos a nossa análise com vista à selecção de termos que servirão, numa fase posterior, para alimentar a base de dados terminológica que tencionamos vir a construir.

6.1 O texto de especialidade

Assumimos na nossa abordagem que o texto de especialidade, enquanto produto da comunidade de especialistas, é o ponto de partida para a identificação de candidatos a termo. Um termo, entendido como «*verbal designation of a general concept in a specific subject field*» (ISO 1087-1:2000: 6), designa o conceito que é partilhado pelos especialistas, logo ao qual o terminólogo tem mais dificuldades em aceder.

Embora o texto de especialidade seja o local privilegiado para o especialista comunicar e transmitir o seu conhecimento com os seus pares, a estrutura do texto não corresponde à estrutura conceptual que, essa sim, é extralinguística: sem o conhecimento que o especialista possui, a interpretação do texto de especialidade é incompleta, podendo, em alguns casos, não ser de todo acessível. Mesmo que um texto apresente a descrição ou a definição de um conceito, só conhecendo o sistema conceptual do domínio a que o texto e o conceito pertencem, só conhecendo o lugar que esse conceito ocupa no sistema e as relações que estabelece com os outros conceitos é que a interpretação especializada é possível.

Os termos utilizados num texto são os que mais obviamente parecem reflectir o seu carácter de especialidade, contudo o texto de especialidade não é composto exclusivamente por termos, inclui também toda uma série de unidades lexicais paraterminológicas que, apesar de não pertencerem a um sistema terminológico em particular, são indispensáveis à criação de um discurso especializado (Kocourek, 1991). As unidades lexicais (terminológicas ou não) organizam-se no interior de cada língua de especialidade segundo estruturas sintácticas, morfológicas e pragmáticas características dessa determinada área do saber, unindo-se ainda a uma componente braquigráfica (*ibidem*), também ela característica da área de especialidade.

Sendo todo o discurso uma construção social, incluindo o discurso de especialidade (Cabré, 2005), a noção de «especialidade» deve ser entendida em termos graduais, sendo que existem zonas de transição em que se torna difícil estabelecer uma fronteira rígida entre aquilo que é língua de especialidade e o que é língua geral (Ciapuscio, 2000). Insistindo na importância do ambiente em que a unidade linguística é utilizada para definir o seu carácter de especialização, Depecker (2005) defende a existência de um *continuum* entre língua geral (*commune*, na terminologia que utiliza) e a língua de especialidade (*langue spécialisée*).

Bowker & Pearson (2002) distinguem três tipos de utilizadores da língua de especialidade:

- i) especialistas, que são os peritos da área do saber, aqueles que possuem conhecimentos técnicos característicos da especialidade;
- ii) semi-especialistas, que são aqueles que ainda não têm formação suficiente na área de especialidade para dominarem totalmente os conceitos e a língua de especialidade, incluindo não só os estudantes, mas também especialistas de áreas afins que conseguem compreender parcialmente uma língua de especialidade que não a sua; e
- iii) não especialistas, categoria onde se incluem todos aqueles que têm de utilizar a língua de especialidade, apesar de não dominarem os conceitos que a compõem, tal como tradutores e redactores técnico-científicos, por exemplo.

Dada a necessidade de adequação do discurso de especialidade aos seus vários tipos de utilizadores, existem graus de especialidade, na medida em que uma comunicação efectuada por especialistas para especialistas, como um artigo publicado numa revista da especialidade ou uma comunicação apresentada numa conferência, conterá necessariamente um maior grau de especialização do que o discurso de um docente que tem de transmitir conhecimento especializado a futuros especialistas. O próprio discurso dos docentes varia consoante o nível de conhecimento dos alunos: falar de um determinado tópico a estudantes de primeiro ano ou de uma pós-graduação, por exemplo, exige uma adequação da carga de «especialidade» do discurso, dependente dos conhecimentos da audiência. O saber transmitido pode ser o mesmo, mas a forma como se transmite terá de ser forçosamente diferente.

Na verdade, um discurso especializado não depende tanto do tema em si, mas sobretudo da forma como esse tema é tratado e apresentado (Cabré, 1999). Do mesmo modo, o conhecimento existente numa organização pode ser utilizado para redigir materiais técnicos — por exemplo, um manual de utilização de um produto — ou para produzir campanhas publicitárias, tendo a sua expressão necessariamente de ser adequada ao objectivo da comunicação e ao público-alvo.

Assim, à semelhança da língua geral, também a língua de especialidade pode ser estratificada, ou seja, concretizada em discurso segundo vários níveis, que dependem sobretudo da situação de comunicação (Kocourek, 1990). Postulando a existência de uma escala de especialidade, Kuguel (2000) estabelece uma tipologia de textos especializados, atribuindo-lhes uma caracterização gradual de [+] ou [-] especializados, partindo da análise de quatro níveis de características: situacionais, pragmáticas, semânticas e sintácticas. Numa situação típica, o papel social de um emissor de um texto de especialidade é o de especialista e a sua função pragmática é a de informar e dirigir. Em termos de conteúdo, os textos de especialidade são determinados pela temática orientada para o objecto de uma determinada área do conhecimento. Naturalmente, uma comunicação sobre as recentes alterações no sistema fiscal português apresentada num colóquio de Contabilidade, por exemplo, contém, teoricamente, muito mais marcas de especialidade do que um artigo de

opinião escrito por um eminente fiscalista e publicado num jornal generalista, muito embora a temática versada possa ser exactamente a mesma.

6.2 A constituição de um *corpus* de especialidade

Constituindo uma abordagem essencialmente empírica, a linguística de *corpora* preconiza o estudo dos textos com base em *corpora*, analisando a produção real dos falantes com o intuito de enriquecer a qualidade da descrição linguística, por oposição a correntes mais teóricas que baseiam as conclusões linguísticas exclusivamente na intuição. Seguindo a metodologia proposta pela linguística de *corpora*, partimos da observação dos textos que compõem o *corpus* para testar intuições e formular novas hipóteses.

Um *corpus* é constituído por um conjunto de textos seleccionados com o propósito de caracterizar um estado e/ou uma variedade da língua (Sinclair, 1991) ou, por outras palavras, «[a] *corpus* can be described as a large collection of authentic texts that have been gathered in electronic form according to a specific set of criteria» (Bowker & Pearson, 2002: 9). Desta definição, há que salientar quatro aspectos fundamentais:

- i) trata-se de uma colecção de textos *autênticos*, que assim permitem caracterizar a língua tal como ela é, efectivamente, usada, ou seja, a *parole* saussuriana;
- ii) o material deverá ser *armazenado em formato electrónico* a fim de poder ser analisado por meio de ferramentas informáticas que permitam a visualização e comparação de contextos, isto é, secções de texto delimitadas por critérios definidos pelo utilizador;
- iii) a colecção de textos terá de ser «grande», embora essa dimensão dependa do objecto de estudo;

- iv) os textos são seleccionados com base em critérios explícitos que permitam a sua utilização como amostra representativa da língua ou de segmentos da língua.

Ao longo deste trabalho, usamos o termo *corpus* para nos referirmos a uma colecção de textos necessariamente em formato electrónico. Essa é, contudo, uma acepção possível apenas desde o surgimento dos grandes *corpora* informatizados, permitido pelo desenvolvimento das tecnologias da informação que referimos no Capítulo I, surgimento apontado geralmente para a década de sessenta do século XX. No entanto, os *corpora* existiam muito antes disso. Kennedy (1998: 13-19) apresenta um resumo de cinco tipos de análise linguística com uma vasta tradição de utilização de *corpora*: (i) estudos bíblicos e literários, (ii) lexicografia, (iii) estudos dialectais, (iv) ensino de línguas e (v) estudos gramaticais. Cada um das áreas identificadas pelo autor tem raízes muito anteriores aos meados do século XX.

Na constituição dos *corpora* que utilizámos no âmbito desta tese, tivemos em consideração três dos quatro aspectos acima enunciados, já que a dimensão não seria um factor relevante. Na verdade, Bowker e Pearson fazem a questão da dimensão do *corpus* depender do objectivo com que é constituído: «*electronic corpora are typically much larger than printed corpora, but exactly how large depends on the purpose of your study*» (Bowker & Pearson, 2002: 10). Os *corpora* com vários milhões de palavras — como o *Corpus of Contemporary American English*, com 450 milhões de palavras, ou o *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*, com mais de 300 milhões — são materiais úteis para a grande generalidade das análises linguísticas efectuadas, na medida em que contêm um número muito elevado de ocorrências, justificando, assim, a sua relevância com base na quantidade. Num contexto de especialidade, no entanto, a questão não se coloca nesses termos. É verdade que, quanto maior for o *corpus*, mais certezas podemos tecer relativamente aos resultados alcançados, porém,

[a] noção de representatividade em corpora especializados não pressupõe a noção de quantidade, dado que a produção de textos numa área e

especialidade, numa língua determinada, pode ser diminuta, assumindo o tamanho do corpus um valor relativo (Costa, 2001: 37).

Num *corpus* de especialidade, portanto, a representatividade é, pelo menos teoricamente, mais fácil de assegurar, na medida em que o intuito de um *corpus* de especialidade será observar o funcionamento linguístico característico de um discurso condicionado por uma temática ligada a uma determinada área do saber. Será, pois, mais fácil garantir que os textos contidos num *corpus* de especialidade obedeçam a parâmetros definidos relativamente ao seu grau de especialidade, permitindo a constituição de um *corpus* que, idealmente, possa caracterizar a área de especialidade em causa.

Porém, a facilidade relativa de garantir a representatividade de um *corpus* de especialidade (quando comparado com um *corpus* de língua geral) é apenas aparente, na medida em que a definição dos parâmetros que nos permitem classificar um texto como pertencente à área de especialidade carece de uma aturada reflexão. Na linha de Costa e Silva (2008), acreditamos que a definição de uma tipologia de textos — entendida como «*l'organisation des textes en fonction des traits qui les caractérisent et qui leurs sont communs, permettant une classification*» (*ibidem*: 8) — permite ao terminólogo garantir a representatividade dos textos que compõe o *corpus*, não em termos estatísticos «*mais au sens de l'acceptation du texte en tant que production scientifiquement reconnue par les membres qui composent la communauté scientifique ou professionnelle, dans laquelle et par laquelle le texte a été produit*» (*ibidem*). A definição do domínio em que o terminólogo vai trabalhar permite-lhe familiarizar-se com a produção escrita dos especialistas do domínio, o que facilita a tarefa de organização dos textos segundo uma tipologia que definirá de acordo com os objectivos da sua investigação. A caracterização dos textos e subsequente organização por tipos implica que o terminólogo se detenha não só em factores linguísticos, mas também, e sobretudo, em factores extralinguísticos, relacionados com o contexto de produção dos textos e com os seus intervenientes.

Costa e Silva (2008: 10) identificam três parâmetros para o reconhecimento de um texto de especialidade:

1. *la reconnaissance scientifique de l'auteur par la communauté à laquelle il appartient ;*
2. *la connaissance du public auquel se dirige le texte ;*
3. *la représentativité du texte pour les membres de la communauté scientifique.*

Dos três critérios acima identificados, o mais difícil de garantir será o terceiro, ou seja, a representatividade do texto para os membros da comunidade científica. Com o conhecimento que adquiriu aquando da organização do domínio, o terminólogo poderá conseguir perceber os factores de produção do texto, nomeadamente o autor e o leitor a quem se dirige, elementos passíveis de serem identificados no próprio texto ou através de alguma investigação. Porém, a forma como o texto é recebido pela comunidade científica, ou seja, a representatividade que os especialistas lhe atribuem, pode não ficar clara para o investigador. Em caso de dúvida relativamente à pertinência dos textos a incluir no *corpus*, o terminólogo deverá recorrer aos especialistas para se assegurar de que o estatuto dos textos dentro da área de especialidade é consensual para que o *corpus* e os estudos e/ou os recursos desenvolvidos com base na sua análise não sejam postos em causa pelos especialistas ou pelos utilizadores (Bourigault, Aussenac-Gilles & Charlet, 2004).

Há diversos factores a ter em conta aquando da constituição de um *corpus*. Sinclair (1991) define alguns critérios para o desenho de um *corpus* de língua geral, recomendando a inclusão de todo o material de especialidade num *corpus* separado e auxiliar. Será importante começar por estabelecer o tipo de *corpus* que se pretende criar, relativamente ao meio de suporte da informação, nomeadamente textos escritos e/ou orais. Os *corpora* mais comuns são compostos por textos escritos, já que o tratamento de enunciados orais apresenta muito mais dificuldades.

Uma das primeiras decisões relativamente ao desenho de *corpora* que o terminólogo tem de tomar prende-se com a criação de *corpora* sincrónicos ou *corpora* diacrónicos, já que tal especificação é determinante para definir o limite

temporal da produção e/ou publicação do material. Outras características do desenho de *corpora* incluem: caracterização de emissores e receptores, concretamente devido a questões de autoria e de público-alvo; género; temática; factualidade; língua; número de textos; representatividade; possibilidade de reutilização; e formato dos textos relativamente à sua composição, isto é, se serão considerados textos integrais ou extractos (Sinclair, 1991; Kennedy, 1998; Bowker & Pearson, 2002).

Para a constituição de um *corpus* de especialidade, os critérios acima enunciados deverão ser adaptados. Pearson (1998) apresenta uma proposta para o desenho de *corpora* de especialidade, focando diversos aspectos que considera relevantes, entre eles a dimensão, a autoria, a factualidade, o grau de tecnicidade, o destinatário, o propósito e o tópico. Como já foi referido, o critério da dimensão tem menos importância num *corpus* de especialidade do que num *corpus* de língua geral. Com efeito, Sinclair, na sua proposta de critérios para a constituição de um *corpus* de língua geral, afirma que, «*[i]n the long run, they [the dimensions of a corpus] matter very little. The only guidance that I would give is that a corpus should be as large as possible and should keep on growing*» (Sinclair, 1991: 18). Na constituição dos *corpora* que construímos no âmbito desta tese tivemos este critério em atenção, na medida em que recolhemos a legislação relevante⁹² relativa ao SNC e deixámos em aberto a possibilidade de inclusão de textos adicionais à medida que nova legislação entre em vigor.

Num *corpus* de especialidade, a selecção da temática depende do domínio em causa, podendo, no entanto, haver lugar à definição de subdomínios dentro da mesma especialidade. Muito relevantes são os critérios de autoria e destinatário, na medida em que estes irão determinar o grau de tecnicidade, ou seja, de especialidade, do material coligido. O ideal será, portanto, equacionar os critérios de selecção com o propósito do *corpus*, na medida em que «*[t]he optimal design of a*

⁹² Não nos atrevemos a dizer que recolhemos toda a legislação relativa ao SNC porque tivemos em consideração apenas a que consta do sítio *Web* da CNC, como já referimos, pelo que há a possibilidade de haver mais legislação que não tenha sido seleccionada pela CNC como relevante para figurar na sua página da Internet.

corpus is highly dependent on the purpose for which it is intended to be used» (Kennedy, 1998: 70).

No âmbito da nossa investigação construímos dois *corpora* de especialidade, sendo o primeiro um *corpus* monolíngue, o SNC_leg, e o segundo um *corpus* de especialidade paralelo, o IAS_leg, que contém textos originalmente escritos em inglês e as suas correspondentes traduções para português.

6.3 A constituição de um *corpus* paralelo

Um *corpus* paralelo, a que alguns autores chamam *corpus* de tradução (cf., por exemplo, Aijmer, 2008), é constituído por um conjunto de textos originais numa língua e a correspondente tradução para uma ou mais línguas. Os *corpora* paralelos podem ser bilingues (contendo apenas um par de línguas) ou multilingues (contendo vários pares de línguas). Dentro destes últimos, McEnery e Xiao (2008) distinguem entre bidireccionais (que contêm pares de texto fonte/tradução pelo menos em duas línguas, por exemplo, inglês/português e português/inglês) e multidireccionais (que contêm o mesmo texto fonte traduzido em diversas línguas).

McEnery e Wilson (2001) distinguem entre «*parallel corpora*» e «*translation corpora*», sendo os segundos compostos não por traduções, mas por textos do mesmo género em mais do que uma língua, ou seja, correspondem ao que aqui chamamos «*corpora* comparáveis».

Tognini-Bonelli (2001) apresenta uma divisão tripartida:

- i) *corpora* paralelos (*parallel corpus*), que constituem traduções literais e, portanto, podem ser alinhados;
- ii) *corpora* de tradução livre (*free-translation corpus*), que, não constituindo traduções literais, não se podem alinhar;
- iii) *corpora* comparáveis (*comparable corpora*), que não têm qualquer relação de tradução e são compostos por excertos semelhantes em termos de critérios externos, tais como o registo ou a distinção oral/escrito.

Sharoff, Rapp & Zweigenbaum (2013) defendem a existência de um *continuum* entre *corpora* comparáveis e *corpora* paralelos: «[i]nformally any collection of texts covering two different languages can be measured along the scale of “fully parallel” to “nonrelated” with several options in between» (Sharoff et al., 2013: 2). A Tabela 6.2 (abaixo) apresenta a classificação dos *corpora* multilingues segundo os autores.

Textos paralelos	Textos que são traduções « <i>true and accurate</i> ». Textos que são traduções « <i>reasonable</i> » com pequenas variações específicas das línguas.
Textos fortemente comparáveis	Textos da mesma fonte com o mesmo controlo editorial, mas escritos em línguas diferentes. Textos escritos de forma independente, mas versando o mesmo tópico.
Textos pouco comparáveis	Textos sobre o mesmo tópico específico e do mesmo género, mas que descrevem eventos diferentes. Textos sobre o mesmo tópico geral, mas pertencentes a vários subtópicos.
Textos não relacionados	A grande maioria dos textos que se podem encontrar na Internet.

Tabela 6.2 Caracterização dos *corpora* multilingues, segundo Sharoff et al. (2013).

A adjectivação que os autores fazem das traduções que configuram textos paralelos e que podemos, por extensão, entender que constituem um *corpus* paralelo, é interessante: por um lado, indicam textos que são traduções verdadeiras e exactas (por exemplo, documentos das Nações Unidas ou do Parlamento Europeu) e, por outro, traduções razoáveis, com pequenas alterações (neste caso, indicam como exemplo, um manual do OpenOffice, onde New York possa ser substituído por Beijing na versão chinesa). Este último caso configura uma instância de localização, o que não impede que a tradução seja menos «*true and accurate*». Não se trata, portanto, de uma questão de qualidade da tradução. No nosso entender, os *corpora* paralelos são constituídos por qualquer tipo de texto acompanhado da sua tradução para uma ou mais línguas, sem necessidade de especificação de mais critérios. A questão da qualidade — ou mesmo da interferência da língua de partida na produção do texto da língua de chegada — pode constituir, em si, uma base para o

estudo do *corpus* paralelo, mas não justifica uma subdivisão da tipologia de *corpora* paralelos.

Para Teubert e Cermáková (2004), os *corpora* paralelos são repositórios da prática dos tradutores e, como tal, apresentam uma oportunidade para se extrair deles equivalentes com os contextos, o que os torna mais úteis do que os dicionários bilingues, na medida em que apresentam a possibilidade de identificação de formas multilexémicas (o que os dicionários bilingues não conseguem fazer de uma forma metódica segundo os autores) e dão-nos o contexto, logo tornam o significado menos ambíguo: «*[w]orking with parallel corpora lets us do away with ambiguity, with being given alternatives between which we have to choose*» (*ibidem*: 123). Isto é verdade, desde que o *corpus* contenha o que estamos à procura e que apresente diversos contextos para desfazer a ambiguidade.

Ainda segundo os autores, para serem úteis, os *corpora* paralelos terão de ser alinhados, de modo a que uma forma numa língua corresponda a uma forma na outra língua. Esta tarefa, porém, não é simples. Antes de mais, há que identificar a unidade de alinhamento. Palavra a palavra não é exequível, não só porque seria um processo demasiado moroso, mas também porque não corresponde à realidade da tradução. Mesmo ao nível da frase, geralmente identificada como unidade de alinhamento por permitir uma identificação automática por parte de um *software*, muitas vezes não há correspondência total: uma frase numa língua pode corresponder a duas noutra ou pode mesmo ser eliminada, sendo o seu sentido incluído na antecedente ou na subsequente.

Muito embora tenha vindo a ganhar projecção nos últimos anos, o estudo de *corpora* paralelos — como, aliás, o estudo de *corpora* em geral — não é um apanágio de meados do século XX, na verdade, «*[t]he basic notion of the parallel corpus predates computer corpus linguistics by several centuries*» (McEnery & Wilson, 2001: 70). A Pedra da Roseta, do século II A.C., que contém o mesmo texto em três línguas, é considerada o primeiro exemplo de um *corpus* paralelo e foi essencial para decifrar os hieróglifos egípcios em 1822 (Sharoff *et al.*, 2013).

6.4 Composição dos *corpora* SNC_leg e IAS_leg

Como já referimos, sendo o objectivo futuro, em termos práticos, da investigação conduzida no âmbito desta tese a criação de uma base de dados terminológica que nos permitirá vir a construir um glossário bilingue de termos do relato financeiro, construímos dois *corpora* para alcançar esse objectivo. O primeiro, o *Corpus* SNC_leg, serviu-nos de base para o trabalho inicial de identificação de candidatos a termo. O segundo, o *Corpus* IAS_leg, foi utilizado como base de testes para desenvolvermos a metodologia que viremos a empregar na construção do glossário bilingue.

Nesta secção, descreveremos a composição de ambos os *corpora* para, na secção seguinte, nos dedicarmos à exploração semiautomática do *Corpus* SNC_leg.

6.4.1 Composição do *Corpus* SNC_leg

O *Corpus* SNC_leg foi construído com base nos critérios que enunciámos na secção precedente, sendo que nos preocupámos com as características específicas dos textos que viríamos a incluir, nomeadamente: formato, autenticidade, contexto de produção (autor, destinatário, tópico, data) e possibilidade de inclusão de novos textos. A Tabela 6.3 (abaixo) apresenta um resumo dos elementos principais do *Corpus* SNC_leg.

Nome	SNC_leg
Tipo de <i>corpus</i>	<i>corpus</i> de especialidade (<i>corpus</i> de estudo)
Área de especialidade	relato financeiro
Objectivo	análise do discurso do relato financeiro
Tipologia de textos	textos legislativos
Composição	Decreto-Lei nº 158/2009, de 13/07 Aviso nº 15652/2009, de 07/09 Aviso nº 15653/2009, de 07/09 Aviso nº 15654/2009, de 07/09 Aviso nº 15655/2009, de 07/09 Portaria nº 986/2009, de 07/09 Portaria nº 1011/2009, de 09/09 Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 09/03 Aviso nº 6726-B/2011, de 14/03 Lei nº 35/2010, de 02/09 Aviso nº 6726-A/2011, de 14/03
Língua	português (pré-acordo)
Fonte	Diário da República
Dimensão	220.792 palavras

Tabela 6.3 Caracterização do *Corpus* SNC_leg.

Muito embora tenhamos já referido que a dimensão de um *corpus* de especialidade não é um factor fundamental para a sua constituição, o *Corpus* SNC_leg, com pouco mais de 220 mil formas, tem uma dimensão que seria considerada razoável até para um *corpus* de língua geral (cf. Bourigault *et al.*, 2004; Berber Sardinha, 2000). O SNC_leg tem, portanto, a dimensão possível dado o critério que prevaleceu na sua constituição, isto é, a inclusão dos textos no conjunto de documentos legislativos que formam a base do SNC. Na medida em que contém todos os textos relevantes existentes à data da sua constituição, podemos afirmar que é tão grande quanto possível, se bem que tenhamos previsto a possibilidade de inclusão de novos textos à medida que a legislação seja actualizada, seguindo, assim, as instruções de Sinclair (1991).

O *Corpus* SNC_leg é composto por onze textos escritos integrais, que constituem a base legal do SNC, guardados em formato electrónico. Os textos foram descarregados da página da Internet da CNC e posteriormente convertidos no

formato TXT de modo a serem legíveis pelo *software* que utilizámos para explorar o *corpus*.

Sendo o *Corpus* SNC_leg constituído por toda a legislação relevante em termos do normativo contabilístico nacional aplicável ao sector empresarial⁹³, a questão da representatividade estará assegurada, independentemente do número de formas que o compõem, na medida em que o objectivo específico da sua constituição foi a exploração da terminologia utilizada numa tipologia de textos específica: os textos legislativos que compõem o normativo contabilístico português. Caso o objectivo tivesse sido definido como a exploração do discurso no subdomínio do relato financeiro em termos gerais (e não específicos da legislação), então a questão da representatividade já não estaria assegurada, porque o *Corpus* SNC_leg contém apenas uma tipologia de textos, ou seja, reflecte somente o discurso legislativo no âmbito do SNC, deixando de parte o discurso académico (presente em teses de doutoramento, dissertações de mestrado, artigos científicos e comunicações), o profissional (composto, por exemplo, por artigos publicados em revistas de carácter técnico ou mesmo em secções especializadas de jornais generalistas) e o corporativo (constituído, por exemplo, pelos relatórios anuais produzidos pelas entidades). Neste trabalho, e dada a natureza do discurso legislativo, não se colocou a possibilidade de recorrer a enunciados orais para a constituição do *Corpus* SNC_leg, pelo que o *corpus* é composto exclusivamente por textos escritos.

Estabelecemos como critério que iríamos efectuar uma análise da terminologia do relato financeiro utilizada hoje em dia e não uma análise diacrónica da evolução da terminologia, pelo que seleccionámos apenas textos relativos ao Sistema de Normalização Contabilística — aquele que é usado em Portugal actualmente — e não textos do normativo contabilístico anterior. No entanto, uma análise diacrónica

⁹³ Como referimos anteriormente, tivemos como base de trabalho para uma primeira organização do domínio relativo ao sistema contabilístico português, o sítio *Web* oficial da CNC. Sendo a CNC o órgão oficial responsável pela normalização do sistema contabilístico em Portugal, tomámos por boa a indicação da legislação aplicável e disponibilizada no sítio <http://www.cnc.min-financas.pt>. Desta forma, podemos dizer que nos apoiámos, pelo menos indirectamente, no saber dos especialistas para a escolha dos textos a incluir no *Corpus* SNC_leg.

da terminologia do relato financeiro podia ser um estudo interessante a realizar no futuro, concretamente a análise comparativa da terminologia utilizada antes e depois da introdução do SNC, cujo vislumbre apresentámos no início deste capítulo. Para tal, seria necessário criar um *corpus* comparável de textos legislativos relativos ao sistema contabilístico anterior vigente em Portugal baseado no Plano Oficial de Contabilidade.

Tendo por objectivo a análise de uma parte do subdomínio do relato financeiro, em particular o SNC, o *Corpus* SNC_leg é constituído por textos que podemos considerar altamente especializados. Assim, e na medida em que, «[a] *mayor grado de especialización, mayor opacidad formal y mayor concentración conceptual*» (Kuguel, 2000: 591), esperamos encontrar neste *corpus* uma elevada concentração de termos,

Os textos que compõem o *Corpus* SNC_leg pertencem todos a um mesmo tipo textual, ou seja, partilham entre si um conjunto de características que nos permitem agrupá-los sob a mesma etiqueta e afirmar que construímos um *corpus* homogéneo. Entendemos, portanto, que um *corpus* homogéneo é constituído por textos do mesmo tipo, organizados artificialmente segundo o ponto de vista do terminólogo e em função dos objectivos da sua investigação (Costa & Silva, 2008). O *Corpus* SNC_leg é composto por textos legislativos com um conteúdo normativo: trata-se de decretos-lei, portarias e avisos, instrumentos que constituem actos normativos e vinculativos.

6.4.2 Composição do *Corpus* IAS_leg

O *Corpus* IAS_leg foi construído com base nos mesmos critérios que utilizámos para a constituição do *Corpus* SNC_leg. A Tabela 6.4 (abaixo) apresenta um resumo dos elementos principais do *Corpus* IAS_leg.

Nome	IAS_leg
Tipo de <i>corpus</i>	<i>corpus</i> de especialidade paralelo
Área de especialidade	relato financeiro
Objectivo	análise comparativa do discurso do relato financeiro em inglês e em português
Tipologia de textos	textos legislativos
Composição em inglês	Commission Regulation (EC) 1126/2008 Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements
em português	Regulamento (CE) 1126/2008 da Comissão Estrutura Conceptual para a Apresentação e Preparação de Demonstrações Financeiras
Línguas	inglês português (pré-acordo)
Fonte	Jornal das Comunidades
Dimensão	677.210 palavras

Tabela 6.4 Caracterização do *Corpus* IAS_leg.

O *Corpus* IAS_leg não foi usado como *corpus* de análise, já que não o explorámos sistematicamente como fizemos com o *Corpus* SNC_leg. Constituímo-lo nesta fase dos trabalhos para fazermos testes em vários momentos da investigação, sobretudo quando definimos uma metodologia para a extracção de equivalentes, da qual daremos conta resumidamente no final do Capítulo VII.

6.5 Tratamento semiautomático do *Corpus* SNC_leg

Após a constituição do *Corpus* SNC_leg, que descrevemos nos capítulos precedentes, passamos agora ao tratamento semiautomático dos dados. Utilizámos para a exploração do *Corpus* SNC_leg, o *concordancer* — ou programa de estabelecimento de concordâncias — AntConc. McEnery e Hardie (2012) revêem a história das ferramentas de exploração de *corpora*, dividindo este tipo de programas em quatro gerações. O AntConc de Laurence Anthony que utilizámos — versão

3.4.3⁹⁴ (Anthony, 2014) — pertence à terceira geração de *concordancers* (Anthony, 2013), sendo a quarta geração composta por ferramentas que operam em ambiente *Web*, como as disponibilizadas em byu.corpus.edu, que contém um conjunto de *corpora* pesquisáveis em linha, criados e mantidos por Mark Davies.

O AntConc é uma ferramenta *freeware* — disponível, portanto, gratuitamente em linha — que possibilita a análise de *corpora* para fins linguísticos, permitindo uma análise quantitativa e qualitativa dos dados, como descreveremos nesta secção. Segundo McEnery e Hardie, os programas de estabelecimento de concordâncias da terceira geração⁹⁵ são muito semelhantes entre si e dispõem das mesmas funcionalidades básicas: «*concordances, frequency lists, collocations and keyword analysis are the main tools available in each*» (McEnery & Hardie, 2012: 41). Para a análise que efectuámos no âmbito deste trabalho, utilizámos as funcionalidades disponibilizadas pelo *software* AntConc, para seleccionar, de forma semiautomática, candidatos a termo a partir do *Corpus* SNC_leg.

A primeira medida que o *software* AntConc nos dá é a dimensão do *corpus* em termos do número de ocorrências (*word tokens*) e do número de formas únicas (*word types*), obtida através da ferramenta *Word List* (ver Figura 6.1, abaixo). O número de ocorrências (*word tokens*) indica-nos o número total de formas que compõem o *corpus*, é o que nos dá a dimensão do *corpus* em termos do número palavras que contém. O número de formas únicas (*word types*) permite-nos saber quantas formas não repetidas compõem o *corpus*, dando-nos a dimensão da variedade lexical do *corpus*.

⁹⁴ Em diferentes fases do trabalho, usámos a versão 3.4.3m (para OS X) e a versão 3.4.3w (para Windows). Esta segunda versão parece ser mais estável do que a que corre em Macintosh, que bloqueia com muita frequência.

⁹⁵ Para além do AntConc, os autores mencionam nesta categoria o WordSmith, o MonoConc e o Xaira.

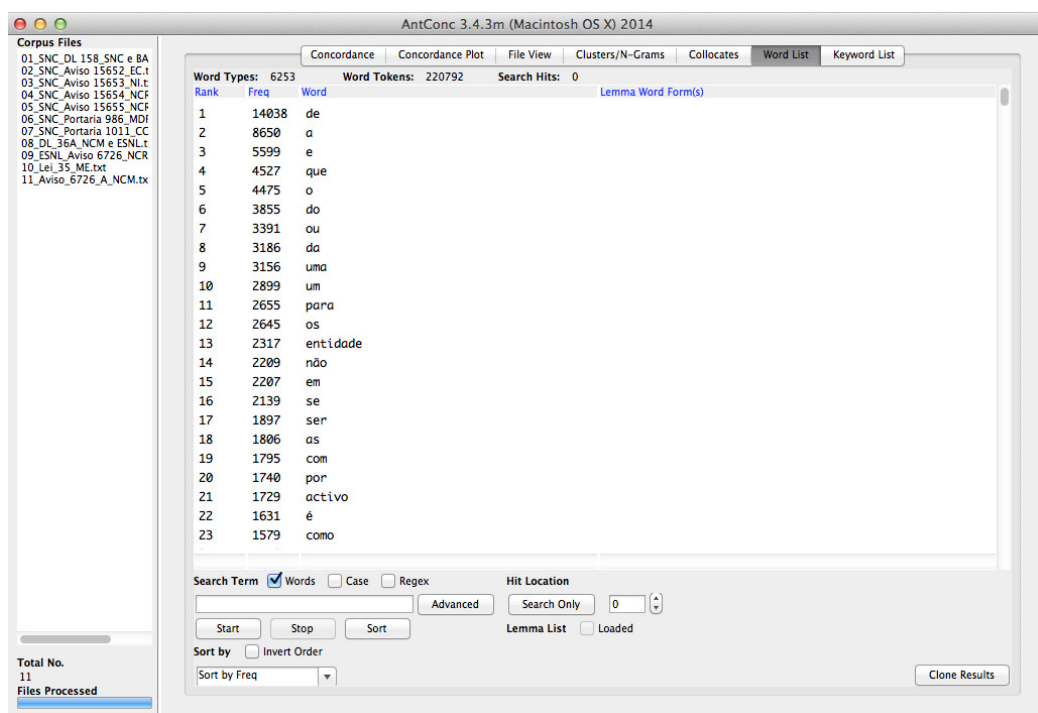


Figura 6.1 Lista de formas únicas do *Corpus SNC_leg* (25 formas mais frequentes).

A elaboração de listas de frequências é a pedra basilar da linguística de *corpora*. Presente desde os primeiros trabalhos efectuados com *corpora* antes da utilização generalizada dos computadores, a identificação da frequência de elementos num *corpus* tornou-se muito mais exacta e sistemática com a disseminação dos meios informáticos, já que mais facilmente conseguimos ser exaustivos no estudo dos dados com o auxílio de uma ferramenta informática do que efectuando contagens manualmente, como era feito nos primeiros tempos⁹⁶.

A frequência é, portanto, uma medida que determina o número de vezes que determinada forma ocorre num determinado *corpus*. A frequência de um elemento, só por si, não tem muito valor, a não ser que a comparemos com a frequência de outros elementos do *corpus* ou então com outros elementos de um *corpus* de referência.

⁹⁶ McEnery & Hardie (2012) identificam Roberto Busa como o criador dos primeiros *corpora* informatizados em 1951. A generalização do estabelecimento de concordâncias de forma automática veio facilitar e tornar mais eficiente um trabalho que anteriormente era muito moroso. Segundo os autores, Hugues de Saint-Cher terá feito os primeiros trabalhos de concordâncias com base na *Vulgata* em 1230, com a colaboração de cerca de quinhentos monges, produzindo um índice remissivo.

Como podemos ver na Figura 6.1, o *Corpus* SNC_leg tem 220.792 ocorrências (*word tokens*), das quais 6253 são formas únicas (*word types*). A percentagem de formas únicas no *Corpus* SNC_leg é de 2,83%. Este valor dá-nos a medida da variação vocabular num texto, permitindo aferir a variedade lexical do *corpus*. Uma percentagem baixa implica uma grande repetição das mesmas formas, enquanto um rácio alto de formas únicas/ocorrências implica uma variedade muito maior. A percentagem de formas únicas do *Corpus* SNC_leg é baixa, o que significa que quase 97% do *corpus* é constituído por formas repetidas. Sendo o *corpus* composto por textos legislativos que constituem o normativo contabilístico português, este não foi um dado que tivéssemos estranhado: todos os textos que compõem o *Corpus* SNC_leg tratam de matérias dependentes da mesma estrutura conceptual, logo, à partida, não seria de esperar uma grande variedade lexical.

A lista de frequências pode ser ordenada por frequência decrescente, por ordem alfabética ou alfabeticamente por sequências de caracteres, sendo possível inverter a ordem de cada um destes três tipos de ordenação. Para a análise que levámos a cabo, interessou-nos a ordem por frequência decrescente, de modo a identificarmos as formas mais frequentes no *corpus* e que, por conseguinte, seriam as mais fortes candidatas a termo sem estabelecermos uma diferença entre as formas grafadas com maiúscula e com minúscula. É certo que a frequência mais elevada é apenas um indicador de maior probabilidade de uma forma ser um candidato a termo, na medida em que, se a forma tem uma frequência relativa mais elevada quando comparada com as outras formas que compõem o *corpus*, isso poderá indicar-nos a sua relevância dentro do *corpus* e, logo, poderemos apontá-la como sendo um candidato a termo.

A suposição da pertinência terminológica de uma forma com base na sua frequência, porém, pode ser enganadora: por um lado, há formas que se repetem muito ao longo do *corpus*, mas conseguimos perceber, com o conhecimento que temos do domínio, que não se tratam de candidatos a termo (no *Corpus* SNC_leg, por exemplo, a forma *parágrafo*, que sabemos não ser um termo do relato financeiro, tem uma frequência mais elevada do que **locação** ou **balanço**, que, como veremos adiante, são, efectivamente, termos do relato financeiro). Por outro lado,

se confiássemos exclusivamente na frequência elevada de uma forma para determinarmos a sua relevância como candidato a termo, estaríamos a excluir as formas que ocorrem uma única vez, chamadas *hapax legomena*, e que podem constituir candidatos a termo. Na verdade, nada impede que um termo ocorra uma única vez no *corpus* e não é a ausência de repetições ao longo do *corpus* que determinam a sua exclusão da lista de termos do domínio.

Embora a frequência elevada não possa ser o único critério para seleccionar os candidatos a termo que serão apresentados aos especialistas para sua validação, basearmo-nos na frequência é, geralmente, o caminho mais proveitoso, sobretudo na fase inicial em que temos de confiar na nossa intuição para analisar os dados quantitativos que o *software* nos devolve e que, por si só, não têm qualquer significado. O trabalho do terminólogo vai, portanto, muito para além da mera avaliação estatística dos dados.

Perante a lista de formas (*Word List*) apresentada na Figura 6.1, o primeiro critério de selecção de formas que possam constituir candidatos a termo é o estatuto denotativo dessas formas: «*[l]es systèmes terminologiques excluent tout signe linguistique dont la fonction de dénotation classificatrice ou de symbole conceptuel est nulle ou dérivée*» (Rey, 1979: 24). Segundo este critério, das 23 formas únicas (*Word Types*) constantes da Figura 6.1, apenas três formas podem ser candidatos a termo: **entidade**, **activo** e **activos**. Tendo em conta que **activos** é o plural de **activo**, o mais provável é que constitua apenas um candidato a termo. Porém, esta seria uma questão a discutir com os especialistas: em certos casos, o número gramatical é relevante (por exemplo, enquanto termo designativo de um instrumento financeiro **futuros** ocorre apenas no plural). Também não é claro para nós se existe apenas um conceito de ‘activo’, o de um recurso controlado por uma entidade como resultado de acontecimento passados e do qual se espera que fluam benefícios económicos futuros para a entidade, ou se existem dois, na medida em que, por um processo de metonímia, **activo** pode designar a totalidade dos activos de uma entidade (como se vê, por exemplo, através das combinações *o activo da empresa* e *estrutura do activo da empresa*).

Para facilitar o processo de eliminação das formas não referenciais, ou seja, as formas gramaticais, o *software* AntConc permite a definição de uma lista de exclusões (*Stoplist*), que irá gerar o resultado de modo automático. Estabelecemos como critério linguístico para a alimentação da lista de exclusões (*Stoplist*) a classe gramatical das formas, pelo que incluímos: pronomes, determinantes, quantificadores, preposições, contracções de preposições com determinantes, conjunções e advérbios. Incluímos ainda letras isoladas e, mais tarde, formas verbais dos verbos *ser*, *dever* e *poder*, porque verificámos que tinham uma frequência muito elevada, perturbando a identificação de possíveis candidatos a termo. Numa futura actualização da lista de exclusões, seria de incluir todas as formas flexionadas destes e de outros verbos igualmente frequentes, mas sem uma função denotativa, como *ter* ou *haver*, por exemplo.

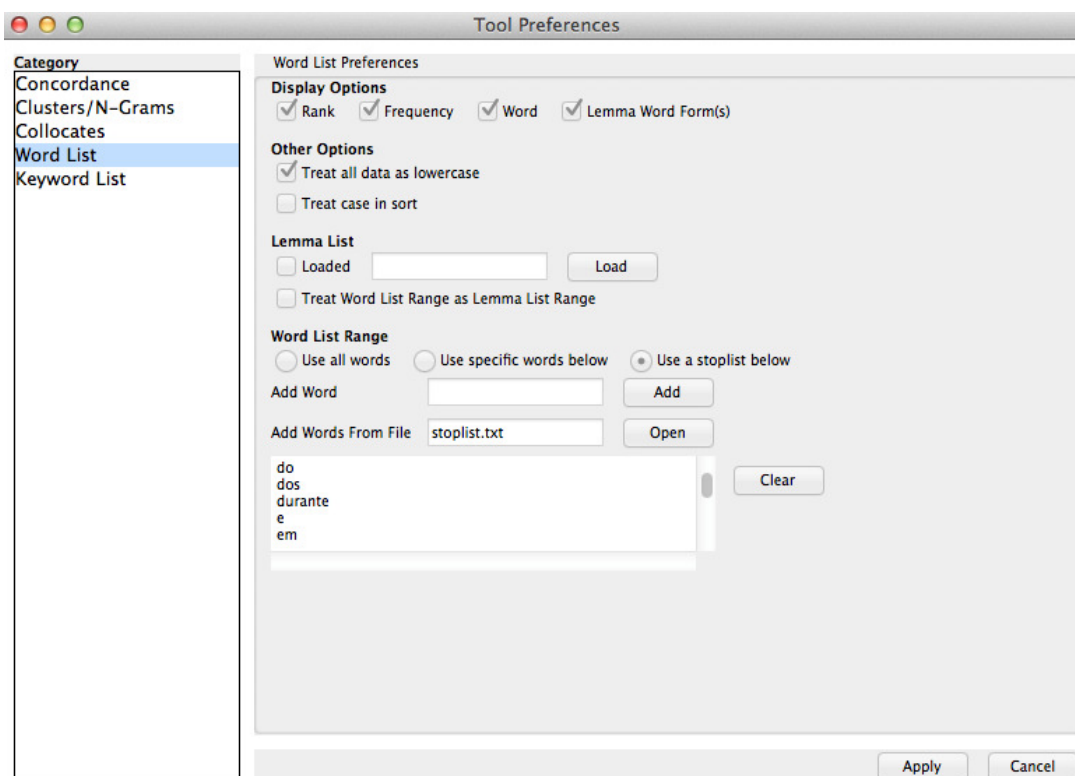


Figura 6.2 Utilização de uma lista de exclusões (*Stoplist*).

No menu das preferências das ferramentas (Figura 6.2), seleccionámos a ferramenta *Word List* e optámos por usar uma lista de exclusões contidas num ficheiro. Além de retirar automaticamente as formas que não nos interessam analisar para os efeitos do estudo da terminologia de um *corpus* e, por conseguinte, apresentar automaticamente as formas mais comuns que serão possíveis candidatos a termo, a lista de exclusão tem ainda duas outras vantagens: a possibilidade de ser actualizada e reutilizada. Ao construirmos um ficheiro que contenha as exclusões com base nos critérios linguísticos que definimos, podemos reutilizá-lo em análises futuras de outros *corpora*, mesmo que de domínios diferentes, já que as formas a excluir serão, em princípio, as mesmas. Optámos ainda por tratar sempre todas as formas como iniciadas por minúscula, já que a distinção entre maiúsculas e minúsculas não seria produtiva para a nossa análise

Após a aplicação da lista de exclusões, obtivemos a lista das formas mais frequentes do *Corpus* SNC_leg (Figura 6.3, abaixo). Note-se a redução drástica do número de ocorrências: de 220.792 ocorrências (cf. Figura 6.1) para quase metade, isto é, 121.904 ocorrências. Esta redução, contudo e como seria de esperar, não se reflectiu numa grande diminuição das formas únicas: de 6253 formas únicas (cf. Figura 6.1), passámos para 6183. O objectivo da utilização da lista de exclusões (*Stoplist*) foi facilitar a leitura dos resultados da lista de formas únicas (*Word List*), de modo a concentrarmo-nos apenas em potenciais candidatos a termo, eliminando formas que, devido à sua classe gramatical, não o poderiam ser.

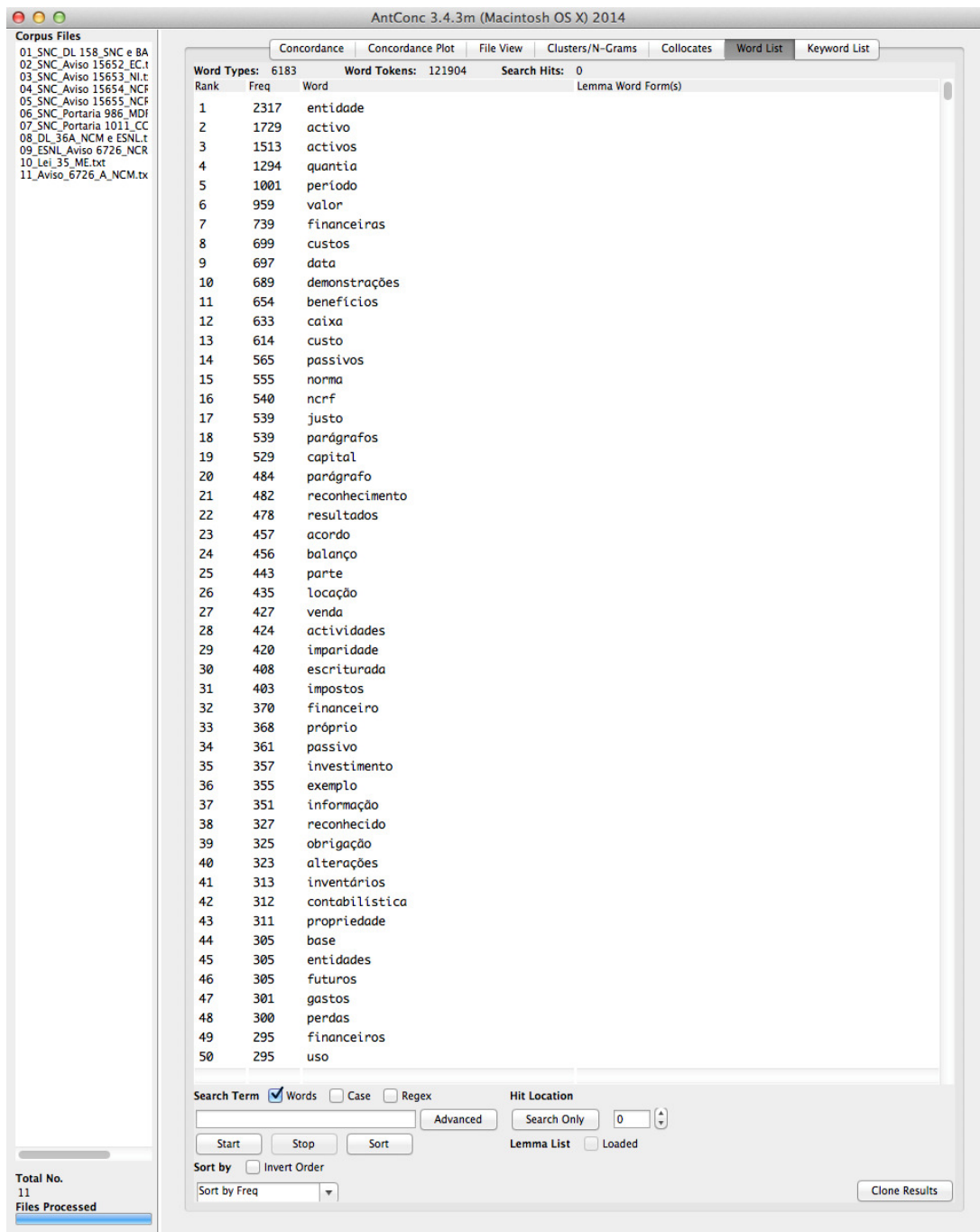


Figura 6.3 As 50 formas únicas (*word types*) mais comuns do *Corpus* SNC_leg após a aplicação da lista de exclusões.

A lista de formas obtida (Figura 6.3) é composta maioritariamente por nomes (80%), embora só o contexto permitirá desambiguar entre adjectivo e nome no caso de algumas formas como *activo* e *futuros*. Por exemplo, a classe gramatical mais comum de **activo** no *Corpus* SNC_leg é nome (1692 ocorrências), porém, encontrámos a combinação *mercado activo* (37 ocorrências), onde funciona como

adjectivo; inversamente, a classe gramatical mais comum de **futuros** é adjectivo (303 ocorrências), mas há 3 ocorrências da combinação *contrato(s) de futuros*, onde é um nome.

O exemplo de **futuros** ilustra bem o perigo de se confiar exclusivamente na estatística para identificar os candidatos a termo, como observámos anteriormente: apesar de existirem apenas 3 ocorrências da forma **futuros** como nome, sabemos, pelo conhecimento que temos do domínio, que será seguramente um candidato a termo, independentemente da frequência baixa que possa ter.

A definição da lista de formas únicas do *Corpus* SNC_leg foi o primeiro passo da análise semiautomática do *corpus*. Optámos, em seguida, por analisar as 50 formas mais comuns constantes da Figura 6.3 não com o intuito de descartarmos as formas menos comuns, mas antes para efectuarmos a tarefa metodicamente e testarmos a nossa metodologia. O objectivo será, no futuro, concluirmos a análise de todas as formas únicas do *corpus* que possam ser consideradas candidatos a termos.

A análise das formas constantes das Figura 6.3 para efeitos da elaboração de uma lista de candidatos a termo foi assente não só no estabelecimento de critérios linguísticos e no tratamento semiautomático dos dados, mas também no conhecimento extralinguístico que adveio das leituras feitas na fase que antecedeu a criação do *corpus*, bem como do conhecimento do texto de especialidade do relato financeiro adquirido ao longo de quinze anos de trabalho como profissional de texto especializado nessa área, concretamente, como já referimos, na área de docência de Metodologias de Investigação e de Inglês de Negócios e do Relato Financeiro e na área da tradução técnica de documentação financeira.

Após a definição do domínio da Contabilidade e do subdomínio do relato financeiro que descrevemos no Capítulo IV e da identificação de um problema relacionado com a tradução e adaptação das normas internacionais de Contabilidade, que estão na base do normativo contabilístico português e que salientámos no Capítulo V, descrevemos neste capítulo a constituição dos *corpora* construídos no âmbito desta tese. O capítulo seguinte será dedicado à metodologia de análise dos dados.

Capítulo VII. Análise dos dados: Vantagens e limitações do corpus

The results are only as good as the corpus.

(Sinclair, 1991: 13)

O tratamento semiautomático do *corpus* SNC_leg que começámos a descrever no capítulo anterior permitiu-nos obter uma primeira lista de formas que analisámos com o intuito de elaborar uma lista de candidatos a termo, que será, posteriormente, apresentada aos especialistas para sua validação. O *corpus* oferece-nos uma oportunidade única de identificarmos fenómenos reais. Porém, como a experiência nos mostra, o *corpus* não é um reflexo da totalidade do conhecimento de uma determinada área de especialidade e, sem acesso ao conhecimento tácito partilhado pelos especialistas, não conseguimos descrever adequadamente o discurso do domínio.

A utilidade de um *corpus* depende não só do rigor com que é constituído, mas principalmente da informação que dele conseguimos retirar, na medida em que os resultados dependem das vantagens e das limitações do corpus. A linguística de *corpora* tem ao seu dispor ferramentas várias de análise de *corpora* que assentam sobretudo em métodos matemáticos e estatísticos, extraíndo informação quantificável dos *corpora*. Como vimos no capítulo precedente, existem programas que efectuem a análise estatística dos dados textuais — os *concordancers* ou programas de estabelecimento de concordâncias — apresentando listas de frequências absolutas e relativas de palavras isoladas ou de grupos de palavras, bem como o seu contexto.

O trabalho do terminólogo contribui de forma decisiva para a organização conceptual do domínio, muito embora, não sendo especialista desse domínio, necessite, em vários momentos, da validação dos especialistas. Com base na metodologia para a investigação aplicada em Terminologia proposta em Costa e Silva (2006), adoptámos uma metodologia terminológica que assenta na articulação das

perspectivas semasiológica e onomasiológica. Optámos, concretamente, por uma abordagem semasiológica para fins onomasiológicos, ou seja, analisámos os dados disponibilizados pelo *corpus* com vista a apresentar o nosso trabalho aos especialistas para sua validação.

Costa *et al.* (2012) descrevem as várias fases do processo terminológico, desde a compreensão do domínio à gestão terminológica, integrando os especialistas como uma parte activa ao longo do processo (ver Tabela 7.1) e desenvolvendo uma estratégia a que chamam de «mediação para a validação».

Fases do processo	Agentes
compreensão do domínio	terminólogo
identificação das fontes	terminólogo com a validação do especialista
recolha de textos especializados	terminólogo
construção de uma tipologia textual	terminólogo com a validação do especialista
extracção da terminologia	terminólogo
selecção de candidatos a termo	terminólogo com a validação do especialista
criação de mapas conceptuais	terminólogo com a validação do especialista
redacção de definições	terminólogo com a validação do especialista
gestão terminológica	terminólogo

Tabela 7.1 Fases do processo terminológico.

Fonte: Costa *et al.* (2012).

O terminólogo é responsável por todas as fases do processo, mas é o especialista quem domina os conceitos, pelo que a sua validação é essencial para garantir a qualidade dos recursos produzidos pelo terminólogo, pelo que é, portanto, solicitada em várias fases do processo, como se pode ver na Tabela 7.1.

Nos Capítulos IV e V, demos conta da primeira fase da abordagem metodológica que preconizamos neste trabalho, ou seja, a delimitação do domínio. No Capítulo VI, abordámos as questões relacionadas com a selecção das fontes e a correspondente recolha de textos especializados. Nessa fase, contudo, não procurámos a validação explícita do especialista, mas seleccionámos os textos

legislativos que constam do sítio *Web* de uma organização de especialistas com reconhecida relevância no subdomínio em análise — o relato financeiro — pelo que podemos dizer que essa validação foi implícita, na medida em que os textos foram seleccionados pela Comissão de Normalização Contabilística para figurar no seu sítio *Web* e nós socorremo-nos dessa selecção efectuada pelos especialistas.

Ainda no Capítulo VI, descrevemos os *corpora* construídos no âmbito desta tese e demos início ao tratamento semiautomático do *Corpus* SNC_leg. Encontramo-nos, portanto, neste momento, na fase de selecção de candidatos a termo.

Neste capítulo, daremos conta das análises efectuadas com base no *Corpus* SNC_leg, partindo da lista de formas únicas que identificámos como sendo as mais comuns do *corpus*. Salientamos, mais uma vez, que a opção pelas 50 formas únicas mais comuns deveu-se simplesmente à sistematização do trabalho. Para provar que a relevância estatística não está directamente correlacionada com a relevância terminológica, apresentamos também a análise de alguns *hapax legomena* do *corpus* SNC_leg. Por fim, apresentaremos a metodologia que testámos para a elaboração de um glossário bilingue, socorrendo-nos do *Corpus* IAS_leg, mas que ainda se encontra numa fase embrionária.

7.1 Identificação de candidatos a termo

Partindo da lista das formas mais comuns do *Corpus* SNC_leg que apresentámos no final do capítulo anterior, analisámos cada uma das 50 formas individualmente, de modo a identificarmos os contextos em que ocorrem e, assim, podermos perceber se, de facto, são formas que designam conceitos e, por conseguinte, serão candidatos a termo. Para este tipo de análise socorremo-nos das ferramentas do *concordancer* que utilizámos para explorar o *corpus*, o *software* AntConc.

A opção de identificação de *Clusters* do *software* AntConc exhibe grupos (*clusters*) de formas que co-ocorrem com maior frequência no *corpus*, permitindo a identificação de combinações frequentes relativamente a uma forma seleccionada

para a pesquisa, tendo em consideração as formas que com ela co-ocorrem imediatamente à sua esquerda ou à sua direita.

Com 1729 ocorrências, **activo**⁹⁷ é a segunda forma mais frequente do *Corpus* SNC_leg, seguida de **activos**, com 1513 formas. Mais frequente do que **activo** e **activos**, existe apenas **entidade**. Relembramos que a lista das 50 formas únicas mais comuns do *Corpus* SNC_leg que apresentámos no capítulo precedente e que serviu de base para a exploração do *corpus* foi obtida com a utilização de uma lista de exclusões (*Stoplist*), o que significa que, quando afirmamos que são as 50 formas mais frequentes do *Corpus* SNC_leg estamos a excluir intencionalmente as formas gramaticais, constantes da lista de exclusões.

Com o conhecimento que temos do subdomínio do relato financeiro, sabemos que tanto **entidade** quanto **activo** são candidatos a termo. Além disso, sabemos também que são formas que se conjugam com outras formas, constituindo termos multilexémicos, ou seja, formas complexas (constituídas por mais do que uma unidade) que designam um só conceito.

A título de exemplo, passemos à análise de *clusters* em torno da forma **activo**. Considerando *activo* a forma pólo, definimos nas opções da ferramenta *Clusters/N-Grams* que se encontraria do lado esquerdo, ou seja, procurámos, assim, grupos de formas que co-ocorram com maior frequência à direita de *activo*. O conhecimento linguístico permite-nos afirmar que, no plano morfossintáctico, haverá mais probabilidade de identificarmos candidatos a termo cuja forma pólo seja iniciada por um nome e seguida de adjectivos ou preposições, do que o inverso: ou seja, o adjectivo, por exemplo, encontrar-se à esquerda do nome. No caso de **activo**, que pode ser nome ou adjectivo, a distinção entre as duas classes gramaticais pode ser feita através da posição da forma pólo: se ficar à esquerda dos outros elementos, então temos uma maior probabilidade de conseguir identificar um candidato a termo em que **activo** seja um nome, contribuindo assim para a identificação do campo semântico de **activo**, entendido como o conjunto de sentidos que a forma pode ter, consoante o contexto linguístico em que se encontra.

⁹⁷ Adoptámos a notação utilizada pela norma ISO 704:2009 relativamente à identificação de conceitos (aspas simples) e de designações (no caso, termos, em negrito).

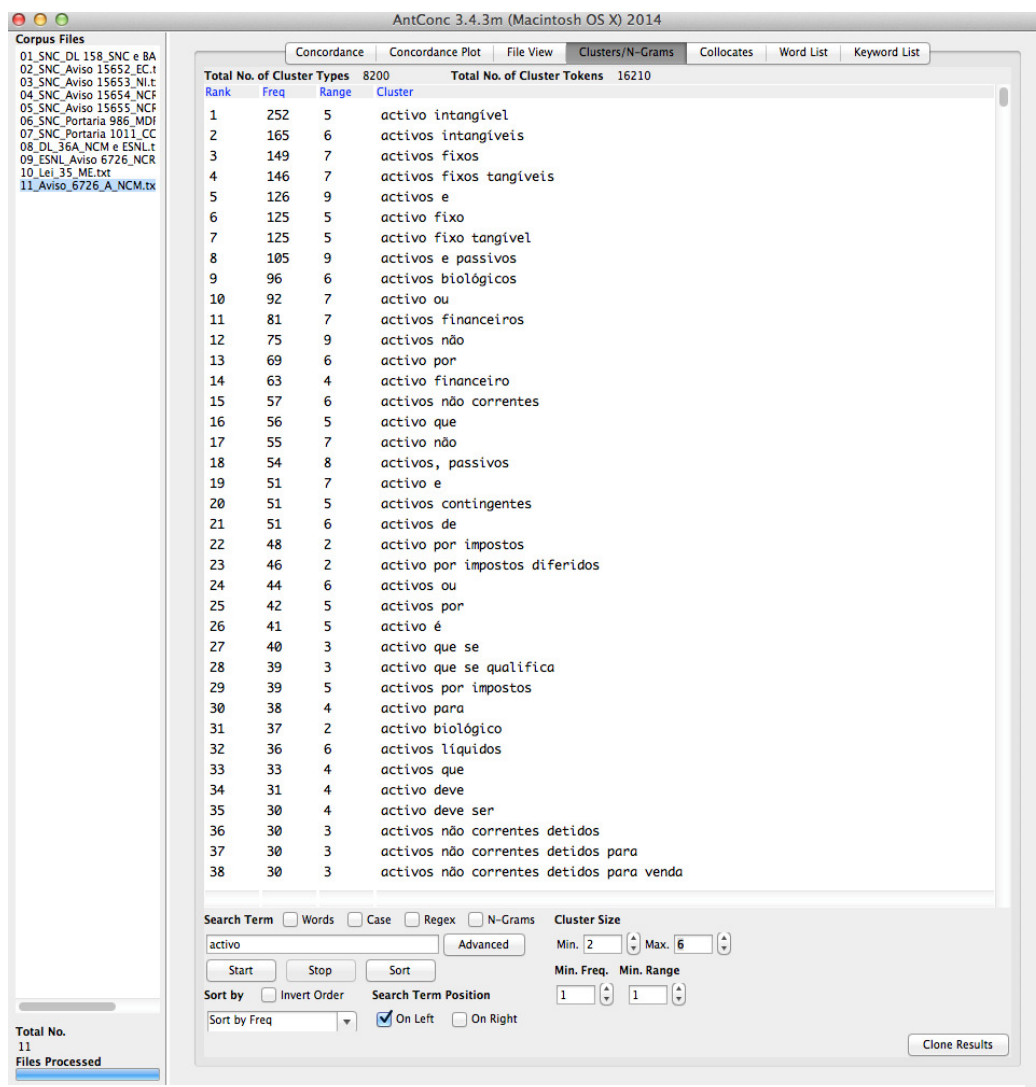


Figura 7.1 Pesquisa de combinatórias de 2 a 6 elementos com a forma pólo **activo**.

Optámos por identificar as combinatórias da forma pólo **activo** com uma dimensão de duas a seis unidades. Duas unidades é o número mínimo para identificar um grupo (*cluster*) e definimos seis como número máximo porque testámos a pesquisa com um número maior de elementos, mas os resultados foram pouco relevantes.

Da Figura 7.1 seleccionámos, numa primeira fase, as seguintes formas como candidatos a termo:

- activo biológico;
- activo contingente;
- activo financeiro;
- activo fixo tangível;
- activo intangível;
- activo líquido;
- activo não corrente;
- activo não corrente devido para venda;
- activo por impostos diferidos;
- activo que se qualifica.

De entre as formas acima listadas, algumas surgem no *Corpus* SNC_leg no singular e no plural, outras só no plural. Contudo, uniformizámos os candidatos a termo para a forma do singular, já que pensamos que, nestes casos, a diferença de número é meramente morfológica e não tem quaisquer implicações ao nível conceptual, ou seja, cada uma das formas acima indicadas parece designar um conceito, independentemente de ser realizada no singular ou no plural.

Seleccionámos as formas acima listadas para serem incluídas na lista de candidatos a termo para validação, com base em critérios linguísticos e no conhecimento que temos do domínio. Em termos morfossintácticos, combinações compostas por [nome + adjectivo], [nome + adjectivo + adjectivo] e [nome + preposição + nome + adjectivo] têm uma grande probabilidade de formar um termo multilexémico, enquanto o mesmo não se pode dizer das combinações [nome + conjunção], [nome + advérbio], [nome + preposição], [nome + pronome] ou [nome + verbo], que ficarão incompletas. No caso da combinação [nome + conjunção], por exemplo, na medida em que as conjunções introduzem orações, um grupo formado exclusivamente por um nome e uma conjunção não constitui uma unidade de sentido.

Este critério linguístico excluiu da lista de potenciais candidatos a termo as seguintes formas:

nome + verbo

- activo deve
- activo deve ser
- activo é

nome + conjunção

- activo e
- activo ou
- activos e
- activos e passivos⁹⁸
- activos ou

nome + advérbio

- activo não
- activos não

nome + preposição

- activo para
- activo por
- activos de
- activos por

nome + pronome

- activo que
- activo que se
- activos que

Excluimos ainda algumas sequências devido a questões de pontuação, por exemplo: *activos, passivos*. Geralmente, os elementos que constituem um termo multilexémico não são separados entre si por sinais de pontuação. Continuando ao

⁹⁸ Neste caso, [nome + conjunção + nome].

longo da listagem de grupos (*clusters*) formados com a forma pólo **activo**, encontramos, por exemplo, *activo. se; activo; e; activo (ou grupo*. Todas estas formas serão automaticamente excluídas da lista de candidatos a termo devido à pontuação.

Restou-nos um último grupo, o das formas que excluímos por se encontrarem incluídas noutras já identificadas e nos parecerem, portanto, formas incompletas:

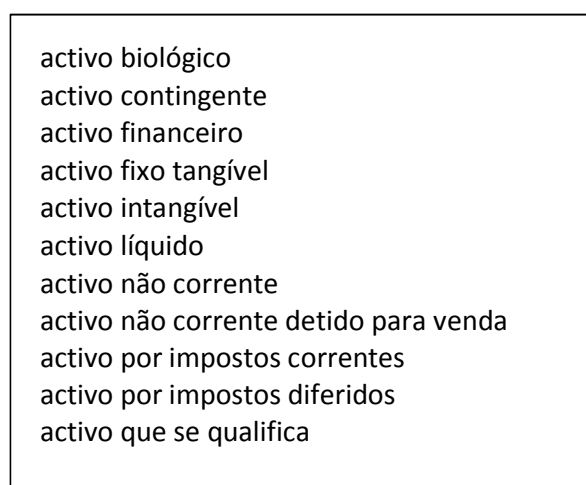
- activo fixo;
- activo por impostos;
- activos fixos;
- activos não correntes detidos;
- activos não correntes detidos para;
- activos por impostos.

Considerámos as formas acima listadas como incompletas, na medida em que se incluem nas formas anteriormente indicadas como candidatos a termo. Por exemplo, *activos não correntes detidos para* inclui-se na forma **activos não correntes detidos para venda**. De entre estas formas, contudo, surgiu-nos a dúvida se duas delas *activo fixo* e *activo por impostos* (juntamente com as duas formas de plural respectivas) poderiam designar conceitos distintos das formas que já tínhamos identificado anteriormente e que considerámos completas: **activo fixo tangível** e **activo por impostos diferidos**. Em relação às duas formas sobranes — *activos não correntes detidos para* e *activos não correntes detidos* — não tivemos qualquer dúvida em excluí-las, com base no critério morfossintáctico que já referimos e no conhecimento que temos do domínio.

Voltando às formas *activo fixo* e *activo por impostos*, analisámos o *Corpus SNC_leg* através da opção *Concordance* de modo a identificarmos os contextos de ocorrência da combinação *activo fixo* e verificámos que não ocorre uma única vez sem o elemento *tangível*, o que nos levou a apresentar unicamente **activo fixo tangível** como candidato a termo.

Procedemos da mesma forma relativamente à combinatória *activo por impostos* e verificámos que, para além das 47 ocorrências de **activos por impostos diferidos**, existem duas ocorrências de **activos por impostos correntes**. Existindo o que considerámos dois candidatos a termo — **activo por impostos diferidos** e **activo por impostos correntes** — colocámos a possibilidade de **activo por impostos** (independentemente do tipo de imposto) designar um conceito, pelo que acrescentámos a forma à lista de candidatos a termo.

Obtivemos, assim, a lista final (parcial) de candidatos a termo com a forma pólo **activo** (ver Figura 7.2, abaixo).



activo biológico
activo contingente
activo financeiro
activo fixo tangível
activo intangível
activo líquido
activo não corrente
activo não corrente detido para venda
activo por impostos correntes
activo por impostos diferidos
activo que se qualifica

Figura 7.2 Lista (parcial) de candidatos a termo com a forma pólo **activo**.

Das formas constantes da Figura 7.2, duas (**activo líquido** e **activo não corrente detido para venda**) ocorrem no *Corpus* SNC_leg apenas no plural, o que pode indicar que a designação do conceito só é utilizada no plural.

Olhando novamente para a lista de candidatos a termo, tivemos dúvidas relativamente à possibilidade de **activo que se qualifica** poder constituir ou não um candidato a termo. Embora a forma nos tivesse parecido incompleta, como tínhamos seleccionado os grupos (*clusters*) mais frequentes com até 6 elementos, caso existisse um quinto elemento na combinatória teria sido identificado. Efectuámos uma nova pesquisa de combinatórias que comesçassem com os elementos **activo que**

se **qualifica** e incluísem até seis elementos e obtivemos o resultado constante da Figura 7.3 (abaixo).

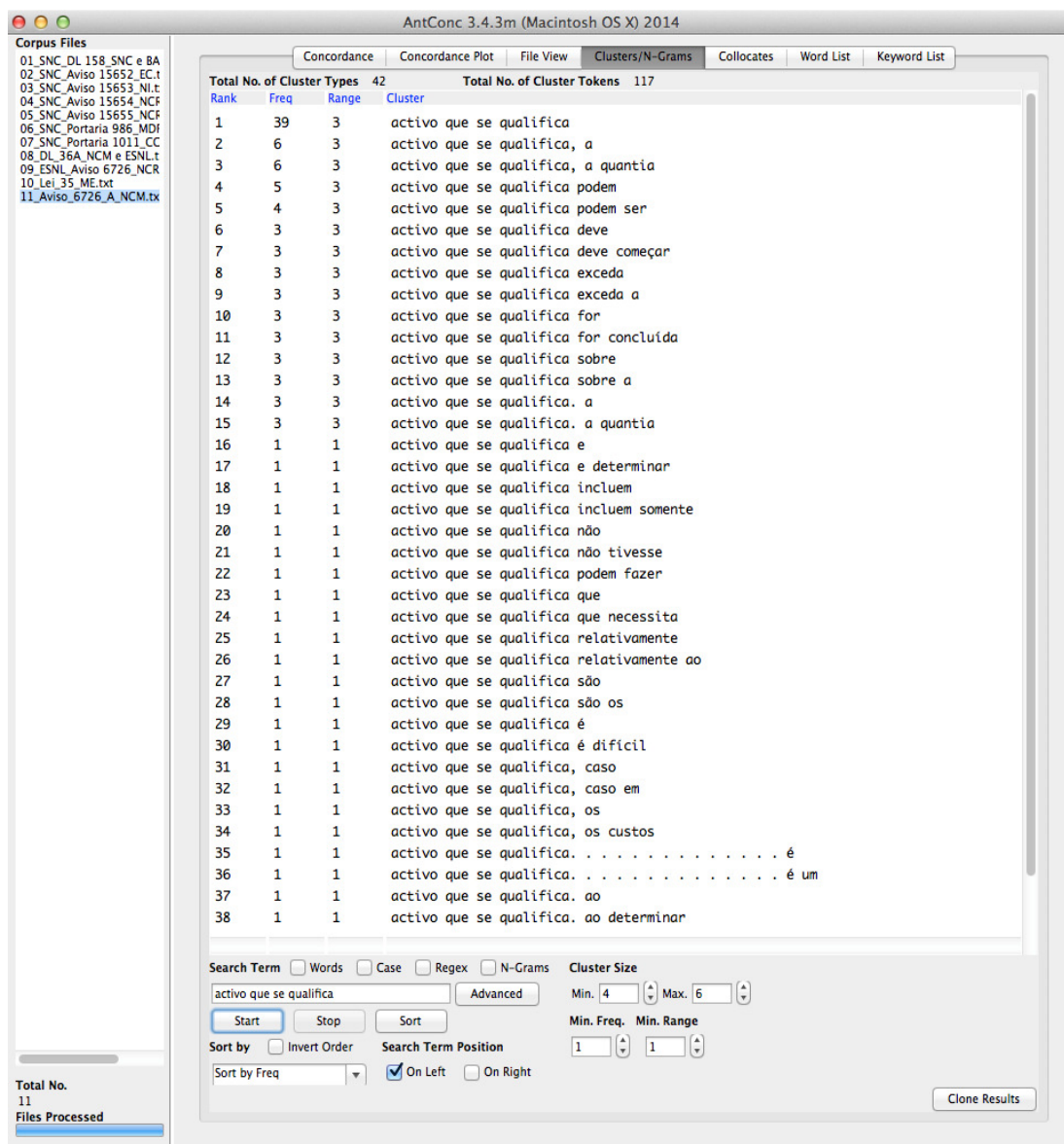


Figura 7.3 Clusters com até 6 elementos, iniciados por **activo que se qualifica**.

Olhando para cada uma das combinações identificadas na Figura 7.3, verificamos que a seguir a **activo que se qualifica** surgem sinais de pontuação (vírgula, ponto final e dois pontos), que parecem indicar que a forma termina em *qualifica*. A já referida opção *Concordance* do *software* AntConc permite a

identificação de concordâncias, exibindo os resultados no formato KWIC (*KeyWord In Context*). Utilizámos esta opção para observarmos os contextos de ocorrência da forma **activo que se qualifica**, apresentando os resultados na Figura 7.4 (abaixo).

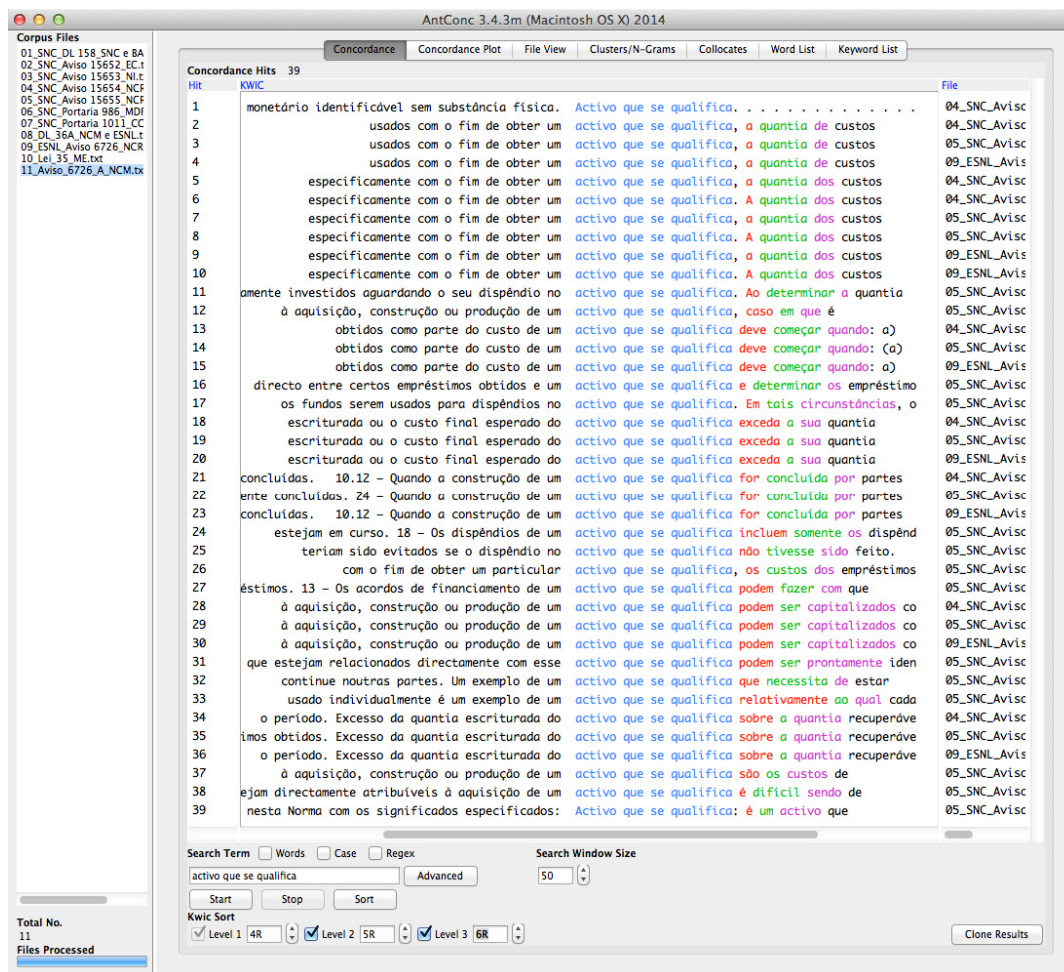


Figura 7.4 Concordâncias de **activo que se qualifica** no *Corpus SNC_leg*.

Na Figura 7.4, podemos ver que **activo que se qualifica** ocorre 39 vezes no *Corpus SNC_leg*. Analisando a combinatória, podemos afirmar que **activo que se qualifica** tem o comportamento característico de um nome com função de termo: em termos morfológicos, surge precedida por determinantes artigos (*um, o*) e, em termos sintácticos, **activo que se qualifica** surge como complemento directo (por exemplo, na linha 2, *com o fim de obter um activo que se qualifica*). Adicionalmente, através da pontuação que se segue à combinatória (vírgula, ponto final e dois

pontos) podemos dizer que, no *Corpus* SNC_leg, a combinação **activo que se qualifica** não é composta por mais nenhum elemento.

Por último, a linha 39 parece introduzir uma definição pela presença do sinal de pontuação (dois pontos) e do marcador linguístico *é_um*. Pela leitura das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) que efectuámos aquando da delimitação do domínio, sabíamos que cada norma apresenta geralmente nos parágrafos iniciais aquilo que indica serem os «significados especificados» de um conjunto de «termos» relevantes para a compreensão daquela norma em particular. Embora tenhamos consciência de que as definições apresentadas nas NCRF têm bastantes falhas, podemos considerar que a estrutura das definições está conforme ao que é sugerido na norma ISO 704:2009: «*[g]enerally the entry term is followed by some sort of separator, such as a punctuation mark or line break*» (*ibidem*: 23). Vejamos o exemplo de **activo que se qualifica**, na NCRF 10 — *Custos de empréstimos obtidos*:

Definições (parágrafos 4 a 6)

4 — Os termos que se seguem são usados nesta Norma com os significados especificados:

Activo que se qualifica: é um activo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda (Aviso nº 15655/2009: 36291).

O marcador *é_um* introduz geralmente um termo genérico superordenado em relação ao que está a ser definido e que, segundo a norma ISO 704:2009, deverá constituir o início da definição. Sem entrarmos agora em pormenores relativamente ao tipo de relação semântica que está aqui em causa já que abordaremos essa temática mais adiante, analisemos o contexto da linha 39 para verificarmos se, de facto, se trata de uma definição.

Em qualquer das opções de busca, o *software* AntConc permite o recurso da funcionalidade *File View* para visualizar os textos onde ocorrem as formas que

seleccionámos. Neste caso, seleccionámos a linha 39 para verificar se, efectivamente, se trata da definição de **activo que se qualifica** (Figura 7.5).

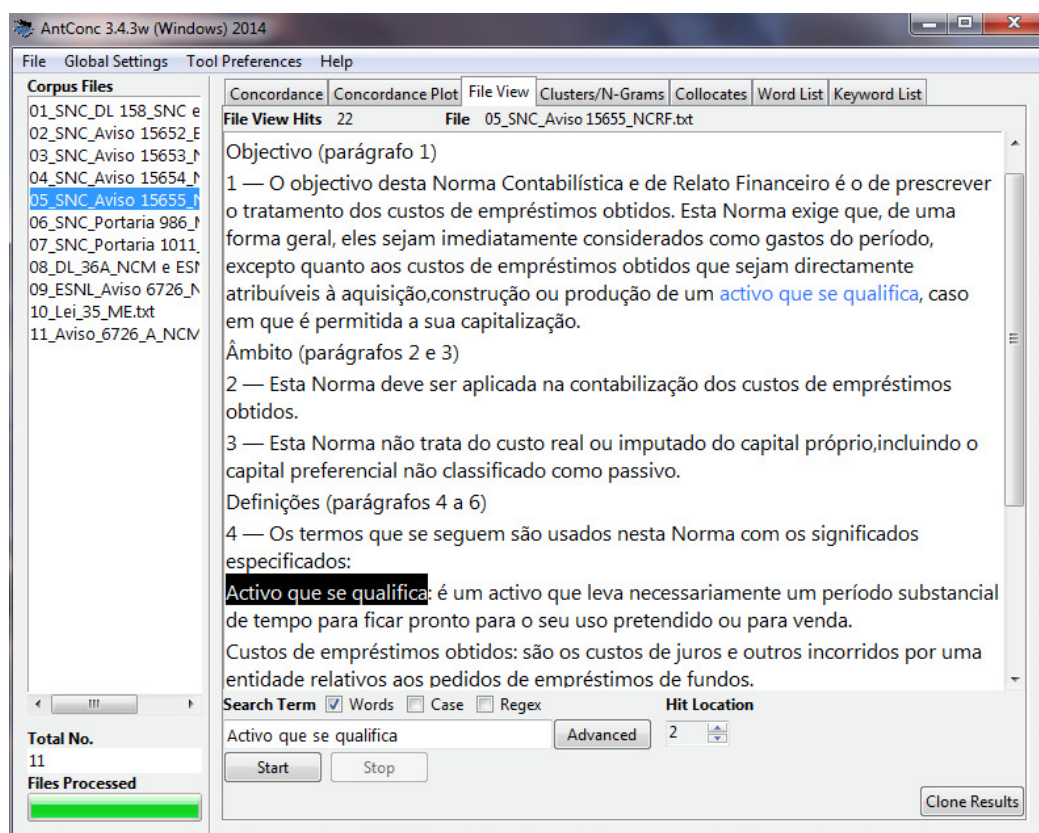


Figura 7.5 Observação de um contexto de **activo que se qualifica** (opção *File View*).

A leitura do contexto seleccionado de **activo que se qualifica** (Figura 7.5) deixa-nos sem dúvidas de que, de facto, se trata de um termo. Porém, a forma linguística de **activo que se qualifica** sugere a existência de uma elipse, na medida em que *qualifica*, que é o presente do Indicativo do verbo *qualificar*, pressupõe a existência de uma finalidade. A definição constante da Figura 7.5 permite-nos colocar a possibilidade de que «para o seu uso pretendido ou para venda» completem o termo.

Na reunião que tivemos com os especialistas para validar os candidatos a termo anteriormente listados na Figura 7.2, foi-nos dito que **activo que se qualifica**, de facto, contém uma elipse, ou seja, parte do termo é usualmente suprimida: um especialista reconhece imediatamente que a combinação **activo que se qualifica** tem subjacente a finalidade da qualificação do activo, ou seja, *para o seu uso*

pretendido ou venda. Porém, tal não ocorre nem no discurso dos especialistas, nem nos textos legislativos (com um carácter normativo, como já referimos), que compõem o *Corpus* SNC_leg. Este é, portanto, um bom exemplo de que o «não dito», decorrente da cumplicidade que se gera pela partilha de um sistema conceptual comum entre o produtor e o receptor de um texto de especialidade, desempenha um papel fundamental (Costa & Silva, 2008) na comunicação entre os especialistas. Na lista final de candidatos a termo, optaremos por colocar a forma **activo que se qualifica para o seu uso pretendido ou venda**, colocando no campo respectivo da ficha terminológica a forma preferencial, ou seja, **activo que se qualifica**.

A análise que aqui descrevemos das combinatórias formadas com a forma pólo **activo** foi meramente ilustrativa do trabalho realizado. Efectuámos pesquisas individuais de grupos (*clusters*) de dois, três, quatro, cinco e seis elementos com a forma pólo **activo**, com vista a ampliarmos a lista de candidatos a termo constante da Figura 7.2 e que apresentamos no Apêndice 2.

A ferramenta *N-Gram* do *software* AntConc permite também a identificação de grupos de formas que co-ocorrem com maior frequência no *corpus* sem definirmos uma forma pólo (como temos de fazer para a identificação de *clusters*). A opção de selecção de *N-grams* permite identificar grupos (*clusters*) com um número *n* de elementos. Através desta funcionalidade, podemos encontrar as combinatórias mais frequentes no *corpus*, definindo para tal o número de formas que compõem a combinatória.

Estabelecendo como mínimo a co-ocorrência de duas formas, testámos o *corpus* para identificar as combinatórias de duas, três, quatro e cinco formas mais frequentes, que nos permitiriam identificar possíveis candidatos a termos multilexémicos. Nesta fase, restringimos a pesquisa a cinco elementos porque nos interessava fazer um primeiro teste e produzir uma nova lista de candidatos a termo para apresentarmos aos especialistas. A Tabela 7.2 (abaixo) resume as pesquisas efectuadas, consistindo numa selecção que realizámos tendo por base dois critérios: (i) optámos por seleccionar apenas formas que contivessem um nome, já que teriam maior probabilidade de constituir um termo; (ii) descartámos as formas que

correspondiam a sequências frequentes de elementos que, no seu conjunto, não designam um termo, por exemplo:

- uma entidade;
- a quantia;
- do balanço.

<i>N-grams</i> com 2 elementos	
1	demonstrações financeiras
2	justo valor
3	quantia escriturada
4	capital próprio
5	activo intangível
<i>N-grams</i> com 3 elementos	
1	fluxos de caixa
2	data do balanço
3	activos fixos tangíveis
4	demonstração dos resultados
5	entidade que relata
<i>N-grams</i> com 4 elementos	
1	concentração de actividades empresariais
2	unidade geradora de caixa
3	custos de empréstimos obtidos
4	instrumentos de capital próprio
5	item do activo fixo
<i>N-grams</i> com 5 elementos	
1	norma contabilística e de relato
2	item do activo fixo tangível
3	justo valor menos os custos
4	quantia escriturada de um activo
5	benefícios de cessação de emprego

Tabela 7.2 *N-grams* mais frequentes seleccionados com 2, 3, 4 e 5 elementos.

De entre as formas da Tabela 7.2, **entidade que relata** foi a que nos colocou mais dúvidas, já que, em termos formais — [nome + pronome + verbo] — não tem uma realização típica de um termo. Contudo, pelo que percebemos, o significado de **entidade que relata** é distinto do de **entidade**. A NCRF 14 — Concentração de actividades empresariais, apresenta uma definição:

Entidade que relata: é uma entidade para a qual existem utentes que dependem das demonstrações financeiras de âmbito geral da entidade para terem informação que lhes será útil na tomada de decisões acerca da imputação de recursos. Uma entidade que relata pode ser uma única entidade ou um grupo compreendendo uma empresa-mãe e todas as suas subsidiárias (Aviso nº 15655/2009: 36310).

Uma **entidade que relata** é uma qualquer empresa (ou conjunto de empresas) relativamente à qual as demonstrações financeiras são a principal fonte de informação financeira que os utentes têm à sua disposição. Para um especialista, **entidade que relata** é um termo sem qualquer dúvida. Chamaram-nos aliás a atenção para o facto de que a nova *Conceptual Framework for Financial Reporting* (que mencionámos em nota no Capítulo V), actualmente em discussão, terá todo um capítulo dedicado à **entidade que relata**, no original **reporting entity**. Pesquisámos no *Corpus IAS_leg* as ocorrências de **reporting entity** e verificámos que todas foram traduzidas na versão em português das Normas Internacionais de Contabilidade endossadas pela UE por **entidade que relata**. A tradução poderá ter sido, portanto, a origem de um termo que, em português, parece corresponder a uma redução de uma parte de frase, sendo que, de um ponto de vista da formação de palavras, nos parece uma forma mal formada. Neste caso, talvez uma melhor tradução de **reporting entity** tivesse sido **entidade relatora**.

Tendo definido como critérios linguísticos para a selecção das combinações mais frequentes a existência de um nome como forma pólo e que a combinação com os restantes elementos designasse potencialmente um conceito, apresentámos uma lista com as formas constantes da Tabela 7.2 como candidatos a termo. Em reunião posterior com os especialistas, e após a sua validação das formas constantes da Tabela 7.2, dividimos as formas da tabela em três grupos.

Formas que os especialistas consideraram não designar um conceito

- *item do activo fixo*;
- *item do activo fixo tangível*;

- *quantia escriturada de um activo.*

Formas que os especialistas reconheceram, mas consideraram incompletas

- *norma contabilística e de relato;*
- *justo valor menos os custos.*

Segundo os especialistas, as formas completas das duas combinações acima listadas são:

- norma contabilística e de relato financeiro;
- justo valor menos os custos de vender.

Formas que os especialistas validaram como termos por designarem conceitos

- demonstrações financeiras;
- justo valor;
- quantia escriturada;
- capital próprio;
- activo intangível;
- fluxos de caixa;
- data do balanço;
- demonstração dos resultados;
- activo fixo tangível;
- concentração de actividades empresariais;
- unidade geradora de caixa;
- custo de empréstimos obtidos;
- instrumento de capital próprio;
- benefícios de cessação de emprego.

A análise das combinatórias frequentes no *Corpus* SNC_leg provou ser útil para a identificação dos candidatos a termo e para a elaboração de uma lista para validação dos especialistas. As reuniões com os especialistas que mantivemos nesta fase dos trabalhos tiveram o espírito de entrevistas exploratórias, na medida em que pretendíamos perceber a melhor maneira de abordar a questão da validação junto dos especialistas da Contabilidade.

Passamos agora à identificação de relações semânticas entre os termos, cujo estabelecimento nos ajudou, por um lado, a perceber melhor a articulação dos termos dentro do *corpus* e, logo, a uma possível conceptualização do domínio; e, por outro lado, a aumentar a lista de candidatos a termo, pela observação das relações estabelecidas pelos termos no texto de especialidade.

7.2 Identificação de relações semânticas

A partir da observação dos termos no texto de especialidade, conseguimos identificar as relações semânticas que estabelecem entre si e que auxiliam o terminólogo na construção de mapas lexicais, que apresentará aos especialistas para sua validação.

Para Cruse (1986), as relações de sentido estabelecidas ao nível do léxico operam em dois eixos: o paradigmático e o sintagmático. As relações paradigmáticas reflectem a constante categorização, subcategorização e gradação da realidade e representam as escolhas que os falantes fazem para transmitirem as suas mensagens, enquanto as relações sintagmáticas se relacionam com a coesão do discurso. Interessa-nos analisar as relações paradigmáticas, mais concretamente as relações de inclusão e as de semelhança e oposição.

As relações semânticas de inclusão implicam que o significado (ou parte do significado) de um termo *y* se inclua no significado do termo *x*. As relações de inclusão são relações hierárquicas, na medida em que o termo *x* ocupa uma posição superordenada em relação ao termo *y*.

As relações semânticas de hiperonímia/hiponímia são relações hierárquicas de inclusão, uma vez que o significado do hiperónimo (o elemento hierarquicamente

superior) se inclui no significado dos hipónimos (os elementos hierarquicamente inferiores). A Figura 7.6 (abaixo) ilustra este tipo de relações.

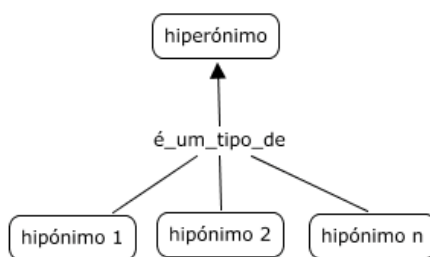


Figura 7.6 Relação semântica de hiperonímia/hiponímia.

A transferência de significado é feita do hiperónimo para os hipónimos e nunca na direcção contrária, já que os significados dos hipónimos não se incluem no do hiperónimo. Cada hipónimo é um *tipo_de* em relação ao hiperónimo e tem características específicas que o distinguem dos demais hipónimos do mesmo hiperónimo, ou seja, dos seus co-hipónimos.

Pesquisando o *Corpus* SNC_leg pela forma pólo **locação**, estabelecendo um grupo (*cluster*) com entre dois e seis elementos, obtivemos os resultados constantes da Figura 7.7.

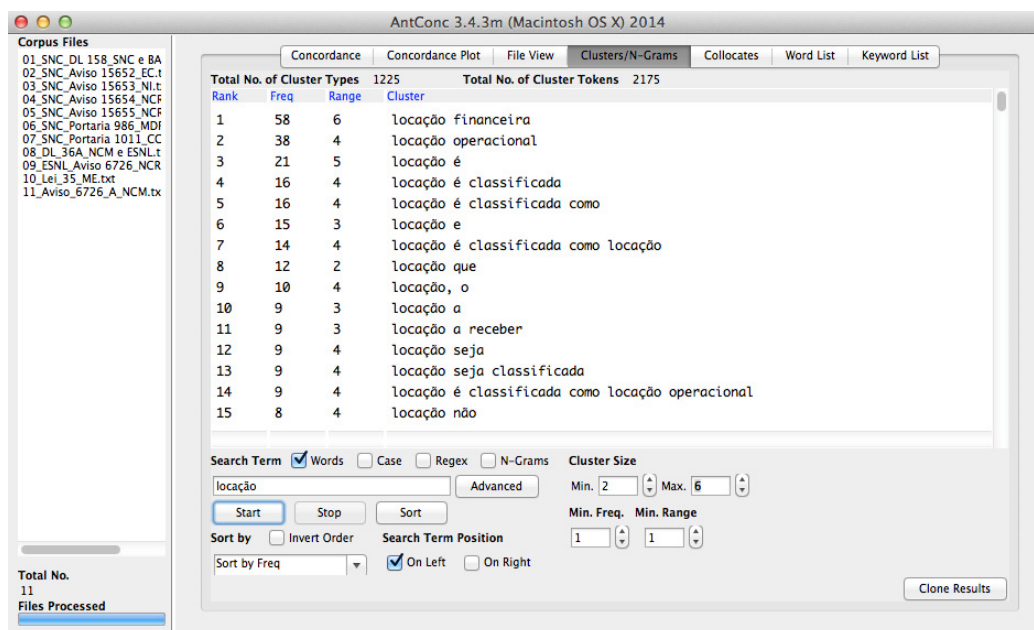


Figura 7.7 Pesquisa de *clusters* com a forma pólo **locação**.

Nos resultados apresentados na Figura 7.7, as duas primeiras linhas saltam imediatamente à atenção: as combinatórias **locação financeira** e **locação operacional** têm uma frequência relativa às outras formas bastante elevada. A utilização dos termos em contexto permite-nos, como dissemos, identificar este tipo de relação. Atente-se na frase:

(a) Uma locação é classificada como uma locação financeira ou uma locação operacional (Aviso nº 15655/2009: 36287).

A indicação de duas possibilidades de classificação de **locação** indica-nos que **locação financeira** e **locação operacional** serão dois tipos de **locação** (ver Figura 7.8, abaixo).

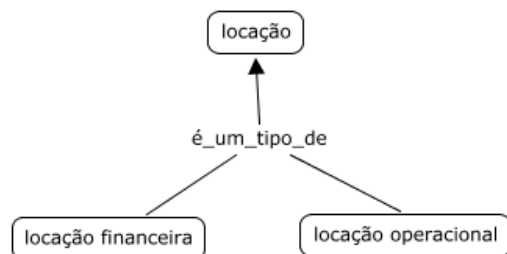


Figura 7.8 Hipónimos do hiperónimo **locação**.

A Figura 7.8 ilustra a relação entre o hiperónimo **locação** e os dois hipónimos **locação financeira** e **locação operacional**. Tanto **locação financeira** como **locação operacional** incluem em si o significado de **locação**, ou seja, ambos os tipos de **locação** são um acordo que envolve um locador, um locatário e um activo que é transmitido do primeiro para o segundo mediante um pagamento e durante um determinado período de tempo.

A identificação da relação de hiperonímia pode traduzir-se numa relação conceptual do tipo hierárquica genérica, como veremos na secção seguinte, em que retomaremos o exemplo dado acima com **locação**.

A relação parte-todo é também uma relação hierárquica de inclusão. Nela, o holónimo (isto é, o todo) é constituído por merónimos (isto é, as suas partes). As

relações de holonímia/meronímia distinguem-se das de hiperonímia/hiponímia por não existir transferência de significado entre o elemento superordenado e os elementos subordinados, ou seja, o significado do holónimo não é transferido para os merónimos, como acontece entre um hiperónimo e os seus hipónimos. Os merónimos não são tipos de um holónimo, mas sim as suas partes constituintes. A Figura 7.9 (abaixo) ilustra este tipo de relação.

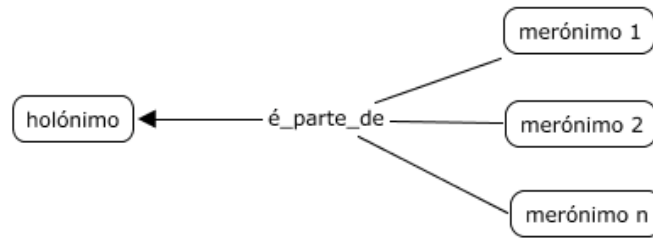


Figura 7.9 Relação semântica parte-todo.

A título de exemplo, o Decreto-Lei nº 158/2009 identifica os elementos que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC):

O SNC, que assimila a transposição das directivas contabilísticas da UE, é composto pelos seguintes instrumentos:

Bases para a apresentação de demonstrações financeiras

(BADF);

Modelos de demonstrações financeiras (MDF);

Código de contas (CC);

Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF);

Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE);

Normas interpretativas (NI).

Os elementos acima listados são, portanto, as partes constituintes do Sistema de Normalização Contabilística. Deste modo, podemos afirmar que os instrumentos acima referidos são os merónimos e que Sistema de Normalização Contabilística é o

todo, ou seja, o holónimo (ver Figura 7.10, abaixo), introduzidos pela forma linguística «é composto por».

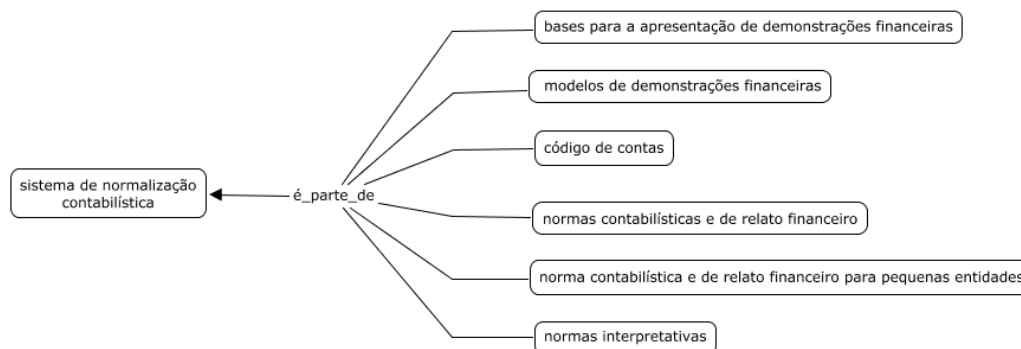


Figura 7.10 Merónimos do holónimo Sistema de Normalização Contabilística.

A identificação de uma relação desta natureza poderá apontar para uma relação conceptual partitiva, que abordaremos na secção seguinte. Neste sentido, as relações de hiperonímia/hiponímia e de holonímia/meronímia ajudar-nos-ão a estruturar o léxico, de modo a conseguirmos começar a delinear uma organização conceptual ou, pelo menos, de modo a auxiliarmos os especialistas na concretização dessa tarefa.

As relações de semelhança e oposição remetem, respectivamente, para a sinonímia e para a antonímia. A sinonímia implica que duas formas possam ser usadas no mesmo contexto, sem que se produza qualquer alteração de significado. Retomando o exemplo de **locação** usado anteriormente, vejam-se as seguintes frases:

- O *leasing* ou locação financeira, tal como é entendida em Portugal, consiste numa modalidade de financiamento [...] ⁹⁹
- Locação financeira (ou leasing) consiste numa modalidade de financiamento [...] ¹⁰⁰

⁹⁹ Disponível em <https://www.portaldaempresa.pt/cve/pt/FerramentasdeApoio/Guiaio/versão Impressao?guid=%7BC7F13792-5B56-458B-A13D-BBC29EF88912%7D> [21/01/2015].

Através da conjunção coordenativa disjuntiva *ou*, em ambas as frases é estabelecido um paralelismo entre **locação financeira** e **leasing**, sugerindo os dois exemplos que a utilização de uma forma ou de outra não acarreta uma alteração de sentido do enunciado. Interessa-nos identificar as potenciais relações de sinonímia estabelecidas entre os termos do relato financeiro para que os possamos relacionar aquando da construção da base de dados terminológica.

Por fim, a relação de oposição consiste na antonímia, ou seja, uma relação entre duas formas que têm significados opostos, embora partilhem traços semânticas. A título de exemplo, vejamos a relação que se estabelece entre **activo corrente** e **activo não corrente**. Ambos os termos são definidos na *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 8 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas*, mas basta-nos atentar no que é dito sobre **activos não correntes**: «são activos que não satisfaçam a definição de activo corrente». Tendo em conta a definição apresentada na NCRF 8, um **activo não corrente** é, portanto, o oposto (ou o antónimo) de um **activo corrente**. A identificação desta relação de antonímia vai contribuir para a conceptualização de ‘activo’, na medida em que nos dá pistas para a existência de, pelo menos, dois tipos de activos, os correntes e os não correntes.

A identificação das relações semânticas contribui, portanto, para o terminólogo começar a perceber a organização conceptual do domínio, na medida em que apontam, muitas vezes, para relações conceptuais.

7.3 Identificação de relações conceptuais

No âmbito da Teoria Geral da Terminologia, Wüster (1998 [1979]) considera os conceitos como ponto de partida do trabalho terminológico, que tem o intuito de estabelecer delimitações claras entre eles e as relações que estabelecem entre si. Muito embora a nossa abordagem seja semasiológica e, portanto, tenhamos um ponto de partida diferente — ou seja, partimos dos termos, através da exploração do texto de especialidade — o nosso trabalho tem fins onomasiológicos: interessa-nos, em última análise, chegar aos conceitos e à sua definição, de modo a

¹⁰⁰ Disponível em <http://www.economias.pt/locacao-financeira/> [21/01/2015].

construirmos um recurso terminológico (ou base de dados terminológica) entendido como «*text or data resource consisting of terminological entries*» (ISO 704:2009: 2). A arquitectura do recurso terminológico, tal como a concebemos, deverá estabelecer a relação entre os termos e os conceitos que designam, estando organizada de acordo com os sistemas conceptuais que sustentam o domínio.

Enquanto «*units[s] of knowledge created by a unique combination of characteristics*» (ISO 1087-1:2000: 2), os conceitos são representações mentais dos objectos que compõem um determinado domínio. A norma ISO 1087-1:2000 acrescenta ainda em nota que, embora os conceitos não estejam necessariamente ligados a uma língua em particular, também não são totalmente independentes da cultura, na medida em que são «*influenced by the social or cultural background which often leads to different categorizations*» (*ibidem*). Este será um aspecto relevante para a nossa análise, na medida em que as mudanças introduzidas pelo Sistema de Normalização Contabilística vão para lá de alterações das designações, ou seja, dos termos, apontando para alterações conceptuais.

O conjunto dos conceitos que constituem um determinado domínio e das relações que estabelecem entre si compõem a estrutura conceptual desse domínio, representada em Terminologia geralmente sob a forma de mapas conceptuais. As relações estabelecidas entre os conceitos podem ser de diversas ordens. Wüster (1998 [1979]) distingue entre relações lógicas (subdivididas entre relações de subordinação lógica, coordenação lógica e relação lógica diagonal) e relações ontológicas (sendo, de entre estas, as partitivas as mais importantes).

A norma ISO 704:2009 propõe dois tipos de relações (i) hierárquicas: que podem ser genéricas ou partitivas, incluindo, assim, as relações lógicas e ontológicas definidas por Wüster; e (ii) associativas (ver Figura 7.11 abaixo).

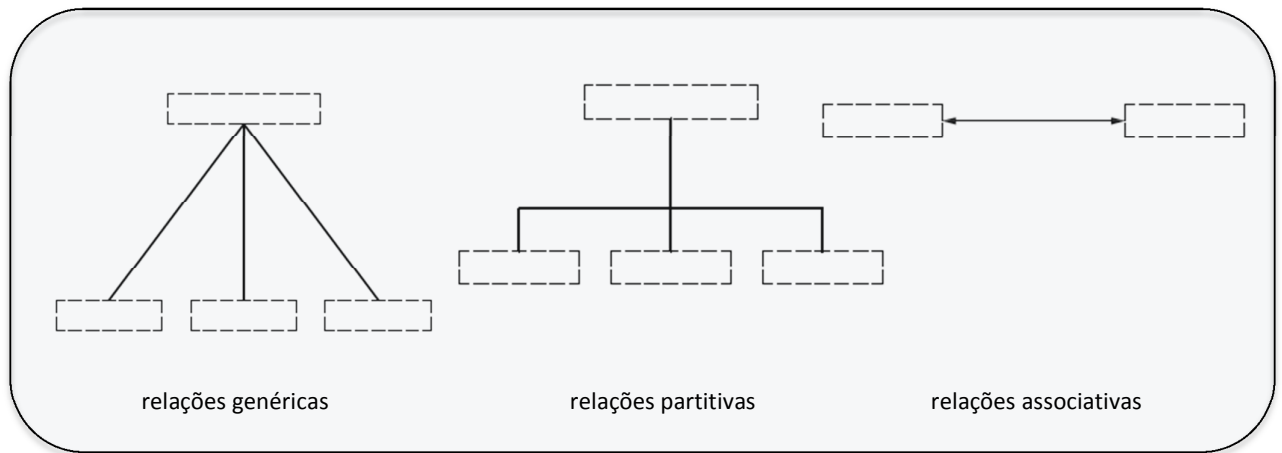


Figura 7.11 Representação gráfica de relações conceituais (ISO 704: 2009).

As **relações hierárquicas** (genéricas e partitivas) impõem a subdivisão de um conceito superordenado num ou mais conceitos subordinados. Os conceitos subordinados estabelecem entre si uma relação de coordenação e, no seu conjunto, os conceitos subordinados que dependam de um mesmo critério de subdivisão constituem aquilo a que a norma ISO 704:2009 denomina de «dimensão». Se um conceito subordinado tiver mais do que uma dimensão, ou seja, se se subdividir de acordo com mais do que um critério, o sistema conceptual resultante é multidimensional.

A **relação hierárquica genérica** implica a existência de um conceito superordenado, o conceito genérico, e de pelo menos um conceito subordinado, o(s) conceito(s) específico(s). A Figura 7.12 ilustra uma relação hierárquica genérica construída a partir do conceito de 'locação', estando os conceitos subordinados sombreados a cor-de-laranja.



Figura 7.12 Relação hierárquica genérica.

A Norma Contabilística e de Relato Financeiro *NCRF 9 - Locações* prescreve as políticas contabilísticas e as divulgações apropriadas que locadores e locatários têm de aplicar em caso de locações financeiras e operacionais. No capítulo *Definições*, a mesma norma apresenta a definição de vários termos ou conceitos relevantes para o tratamento contabilístico das locações e que nos ajudaram a construir o sistema conceptual de 'locação'.

Locação: é um acordo pelo qual o locador transmite ao locatário, em troca de um pagamento ou série de pagamentos, o direito de usar um activo por um período de tempo acordado.

Locação financeira: é uma locação que transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse de um activo. O título de propriedade pode ou não ser eventualmente transferido.

Locação operacional: é uma locação que não seja uma locação financeira (Aviso nº 15655/2009: 36287).

Como ilustrado pela Figura 7.12, o conceito superordenado 'locação' subdivide-se em dois conceitos subordinados: 'locação operacional' e 'locação financeira'. Ambos os conceitos subordinados herdam as características de 'locação', ou seja, remetem para um «acordo pelo qual o locador transmite ao locatário, em troca de um pagamento ou série de pagamentos, o direito de usar um activo por um período de tempo acordado». Os elementos que compõem uma 'locação', ou seja, as suas características são, portanto:

- é um acordo;
- envolve um activo;
- o locador transmite o direito de usar o activo;
- o locatário recebe o direito de usar o activo;
- o locatário compromete-se a efectuar um pagamento ou uma série de pagamentos;

- o acordo decorre por um período de tempo acordado entre locador e locatário.

O que diferencia uma 'locação financeira' de uma 'locação operacional' é a transferência substancial de todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo que ocorre na 'locação financeira', mas não na operacional. Apesar de a definição de 'locação operacional' ser parca e circular, podemos depreender que, nesse caso, uma parte substancial dos riscos e vantagens inerentes à posse de um activo manter-se-á na posse do locador.

A definição de **locação** e de conceitos relacionados apresentada na NCRF 9, bem como as ocorrências do termo **locação** no *corpus* levam-nos a considerar a existência de outras relações em torno deste conceito. Tendo em conta apenas as características mencionadas na definição de locação e acima listadas, podemos ampliar o mapa conceptual de 'locação' ilustrado pela Figura 7.12.

Numa **relação hierárquica partitiva**, o conceito superordenado é chamado integrante e o conceito (ou conceitos) subordinado é um conceito partitivo. O conceito integrante representa o todo e os partitivos, as suas partes, por conseguinte, os conceitos partitivos não herdam as características do conceito integrante. Partindo da Figura 7.12, podemos acrescentar os conceitos partitivos de 'locador' e 'locatário', as partes que acordam, entre si, uma locação (ver Figura 7.13).

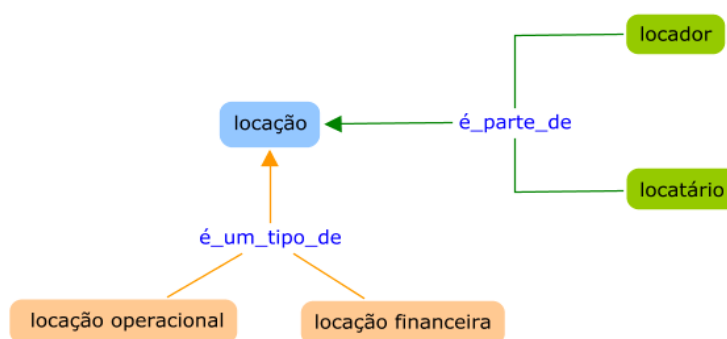


Figura 7.13 Relação hierárquica partitiva.

Na Figura 7.13, mantivemos sombreados a cor-de-laranja os conceitos subordinados da relação hierárquica que víamos anteriormente (cf. Figura 7.12), acrescentando dois conceitos partitivos, 'locador' e 'locatário', sombreados a verde.

As relações associativas não são hierárquicas e existem «*when a thematic connection can be established between concepts by virtue of experience*» (ISO 704:2009). A norma apresenta uma série de exemplos de relações associativas, baseados na proximidade dos conceitos no espaço ou no tempo ou, por exemplo, na sequência causa e efeito. Continuando com o exemplo de 'locação', acrescentámos a relação de associação com 'propriedades de investimento' (ver Figura 7.14, abaixo).

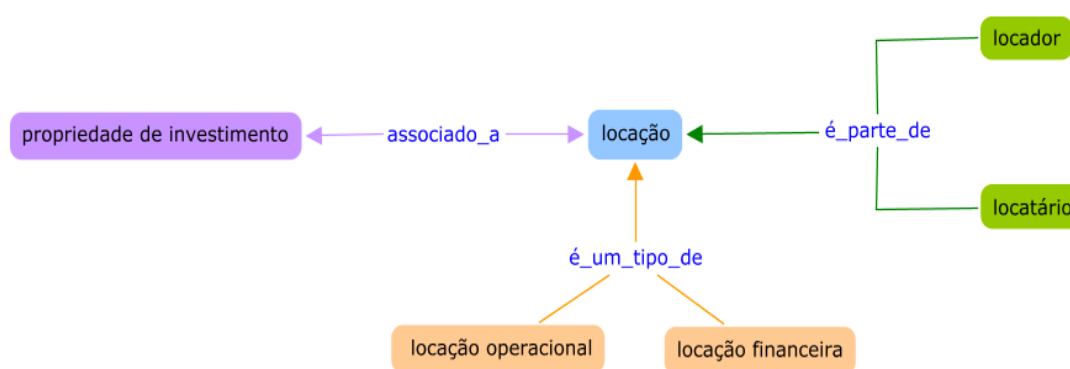


Figura 7.14 Relação associativa.

A associação entre o conceito de 'locação' e o de 'propriedade de investimento' é efectuada na *NCRF 11 - Propriedades de investimento*:

[e]sta Norma aplica-se, nomeadamente, à mensuração nas demonstrações financeiras de um locatário de interesses de propriedades de investimento detidos numa locação contabilizada como locação financeira e à mensuração nas demonstrações financeiras de um locador de propriedades de investimento disponibilizadas a um locatário numa locação operacional (Aviso nº 15655/2009: 36293).

O excerto acima corresponde ao § 3 do Âmbito da *NCRF 11 - Propriedades de investimento*. Através da identificação do âmbito de aplicação da NCRF 11, percebemos que as propriedades de investimento podem ser classificadas como 'locação financeira' («interesses de propriedades de investimento detidos numa

locação contabilizada como locação financeira») ou como 'locação operacional' («propriedades de investimento disponibilizadas a um locatário numa locação operacional»), o que nos levou a colocar a possibilidade de existir a relação associativa assinalada a roxo na Figura 7.14.

Como referimos, a metodologia que defendemos baseia-se numa análise semasiológica para fins onomasiológicos. A abordagem onomasiológica implica reflectir sobre a organização dos conceitos dentro de um domínio e os vários tipos de relação que estabelecem entre si. Para Costa (2006a), a perspectiva linguística, sobretudo semasiológica, e a perspectiva conceptual, sobretudo onomasiológica, não são mutuamente exclusivas; pelo contrário, complementam-se e ambas se incluem no trabalho do terminólogo.

A abordagem metodológica que defendemos conta com a validação dos especialistas em vários momentos. Numa primeira fase, reunimo-nos com os três especialistas já referidos, docentes de Contabilidade Financeira no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, com os quais discutimos questões relacionadas com os candidatos a termo, já referidas em secções anteriores deste trabalho, e aos quais apresentámos para validação o mapa ilustrado pela Figura 7.14. Os especialistas consideraram que o mapa apresentado estava correcto, mas incompleto, na medida em que lhe faltavam dois conceitos associados (cf. Figura 7.14) e os restantes conceitos partitivos que ilustramos na Figura 7.15 a verde.

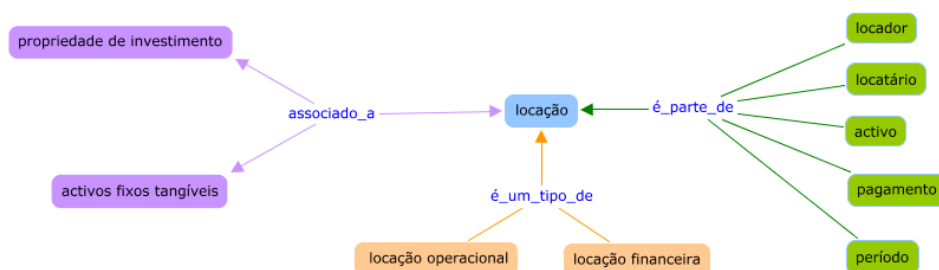


Figura 7.15 Sistema conceptual de 'locação' validado pelos especialistas.

Muito embora a definição de ‘locação’ tenha permitido chegar facilmente às várias partes que compõem uma ‘locação’ — recordamos, as características retiradas da definição e listadas atrás: uma locação é um acordo, estabelecido entre locador e locatário relativamente a um activo, durante um determinado período e mediante um, ou vários, pagamentos — o contributo dos especialistas foi essencial para estabelecer as relações associativas com ‘activo intangível’ e ‘activo fixo tangível’. Para um especialista, a associação entre ‘locação’ e ‘propriedade de investimento’ é tão nítida quanto entre ‘locação’ e ‘activo intangível’ ou ‘activo tangível’, já que essas são as três formas que um activo locado pode ter.

Por integrar no mapa ficaram propositadamente **sublocação** e **locação financeira restitutiva**, ou *leaseback*. Apesar de terem suscitado alguma discussão, os especialistas consideraram que **sublocação** e *leaseback* não correspondem a conceitos diferentes de ‘locação’, mas antes a operacionalizações diferentes do mesmo conceito. Uma **sublocação**, concretamente, implica, por exemplo, que uma empresa mãe, com mais capacidade para obter financiamento, aceite um compromisso de locação em nome de uma subsidiária: para o locador, a responsabilidade final do pagamento da locação é da empresa mãe, mas, na prática, quem faz os pagamentos é a subsidiária. As características de uma ‘locação’ que enunciámos acima mantêm-se numa **sublocação**, combinadas da mesma forma.

Uma **locação financeira restitutiva** (ou *leaseback*) é um tipo de locação financeira em que locador e locatário são a mesma entidade. A argumentação dos especialistas foi no sentido de afirmar que uma **locação financeira restitutiva** tem todas as características de uma **locação financeira**, mas apenas concentra numa só entidade dois dos participantes. Em nosso entender, isso seria o suficiente para estarmos na presença de dois conceitos, pelo que consideramos que esta questão terá de ser debatida no seio de um conjunto mais alargado de especialistas.

7.4 Variação entre os termos

Até este ponto, descrevemos uma análise sistematizada dos dados, começando pelo tratamento semiautomático do *Corpus SNC_leg*, que nos ajudou a identificar relações semânticas, que, por sua vez, podiam apontar para relações conceptuais, percorrendo, assim, o caminho da análise semasiológica para fins onomasiológicos que anunciámos. Nesta secção, daremos conta de três casos pontuais que nos chamaram a atenção e que suscitaram uma maior reflexão, na medida em que terão consequências para a construção e alimentação da base de dados que virá a ser construída na sequência dos trabalhos preparativos efectuados no âmbito desta tese.

O primeiro caso, em torno das designações das várias demonstrações financeiras — com um enfoque particular no termo **demonstração de alterações no capital próprio** — levou-nos a reflectir sobre as variantes morfológicas (ou seja, quando o termo assume duas, ou mais, formas morfológicas diferentes sem que haja qualquer alteração ao nível do seu significado).

O segundo caso foi construído em torno do termo **leasing**, que percebemos ser sinónimo de **locação financeira**, mas que nos levou a reflectir também sobre a questão da desterminologização, na linha de Meyer e Mackintosh (2000).

O terceiro e último caso descreve o tratamento dos anglicismos no *Corpus SNC_leg* e implicou uma reflexão em torno da harmonização dos termos.

De certa forma, os três casos que aqui abordamos relacionam-se todos com questões de variação em Terminologia, embora cada um deles se ramifique para outras questões. Os críticos da Teoria Geral da Terminologia (TGT) geralmente apontam a incapacidade de reconhecimento da variação como uma das grandes falhas da TGT e um dos grandes impulsionadores da necessidade de mudança de paradigma. Contudo, e muito embora deixe bem claro que os postulados da monorreferencialidade e da biunivocidade são fundamentais para o sucesso da comunicação especializada, Wüster não nega a variação. Na obra que fundamenta a TGT, Wüster (1998 [1979]) dedica uma secção à variação linguística, que divide entre monolingue e interlíngua. Para o autor, variação linguística é toda a perturbação da

unidade linguística, concretamente «*la aparición de sinónimos u homónimos de variación*» (*ibidem*: 150).

Partindo de uma perspectiva socioterminológica, comunicacional e diacrónica, Pelletier (2012) desenvolve um modelo de variação terminológica com três componentes: variação denominativa, conceptual e polissémica. A variação denominativa equivale à existência de mais do que uma designação para o mesmo conceito, correspondendo, portanto, à sinonímia. Enquanto a variação denominativa implica a existência de mais do que uma designação para o mesmo conceito, a variação conceptual e a variação polissémica verificam-se em casos em que não há alteração da designação, mas sim da sua relação com o conceito. No caso da variação conceptual, um termo designa um mesmo conceito, mas a conceptualização do objecto é diferente consoante a forma como é entendido por quem o utiliza, por exemplo, por ser partilhado por comunidades de especialistas de domínios diferentes. A variação polissémica aponta para os casos de homonímia, ou seja, aqueles em que um mesmo termo designa conceitos diferentes.

Costa (2006a) concebe o texto de especialidade como o lugar por excelência onde a variação se cria:

[i]t is through the specialized text that the specialist decisively contributes to the evolution of knowledge. Specialists use specialized texts both to transmit knowledge and have access to it. But the text is also the place for debate, consequently it is where we can see a lack of consensus among the members of a specialized community, and where polysemy, ambiguity, synonymy, and voluntary and involuntary imprecision thrive. It is there that variation is created and perceived in texts as well (Costa, 2006a: 82).

Foi, portanto, com base na análise do *Corpus SNC_leg* que explorámos três casos de variação no relato financeiro que nos chamaram a atenção e que descrevemos nas secções que se seguem.

7.4.1 Caso 1: As designações das demonstrações financeiras

No Capítulos IV e V, aquando da definição do domínio e da exploração do documento intitulado *Estrutura Conceptual*, mencionámos que um *conjunto completo de demonstrações financeiras*, no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística, inclui:

- balanço;
- demonstração de resultados;
- demonstração de alterações no capital próprio;
- demonstração de fluxos de caixa;
- anexo.

Para nos determos na análise das designações das demonstrações financeiras, recorreremos novamente à exploração semiautomática do *corpus*. A funcionalidade do estabelecimento de concordâncias do *software* AntConc permite uma visão global da utilização de uma expressão em contexto, dando-nos uma informação semelhante à que obtemos através da ferramenta *Clusters/N-Grams*, mas apresentada de forma diferente. Enquanto na primeira temos apenas acesso a dados estatísticos, na segunda vemos o contexto (parcial) de uso da expressão, o que nos fornece muito mais informação relativamente, por exemplo, às relações semânticas que se estabelecem entre as expressões.

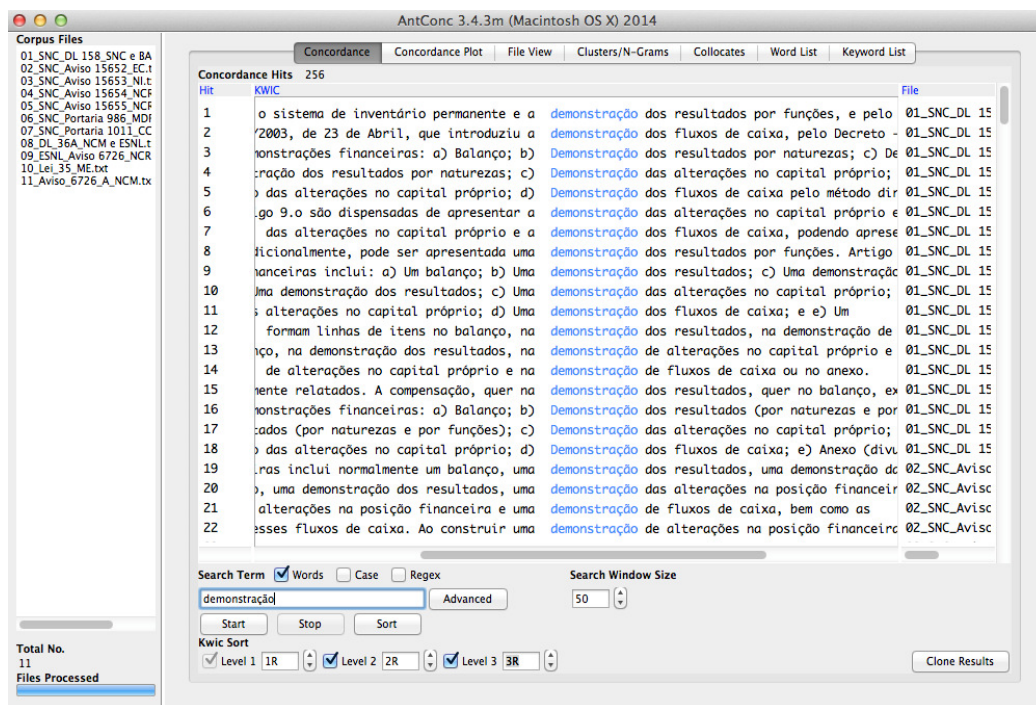


Figura 7.16 Ocorrências de **demonstração** no *Corpus SNC_leg*.

Na Figura 7.16, podemos ver que **demonstração** ocorre 256 vezes no *corpus*. Com este número de ocorrências, a simples observação da lista de concordâncias não nos dá mais informação relevante para além da elevada frequência da forma no *corpus*. A lista torna-se muito mais rica, porém, se ordenarmos alfabeticamente os contextos consoante as formas que surgem à esquerda e/ou à direita do termo de pesquisa.

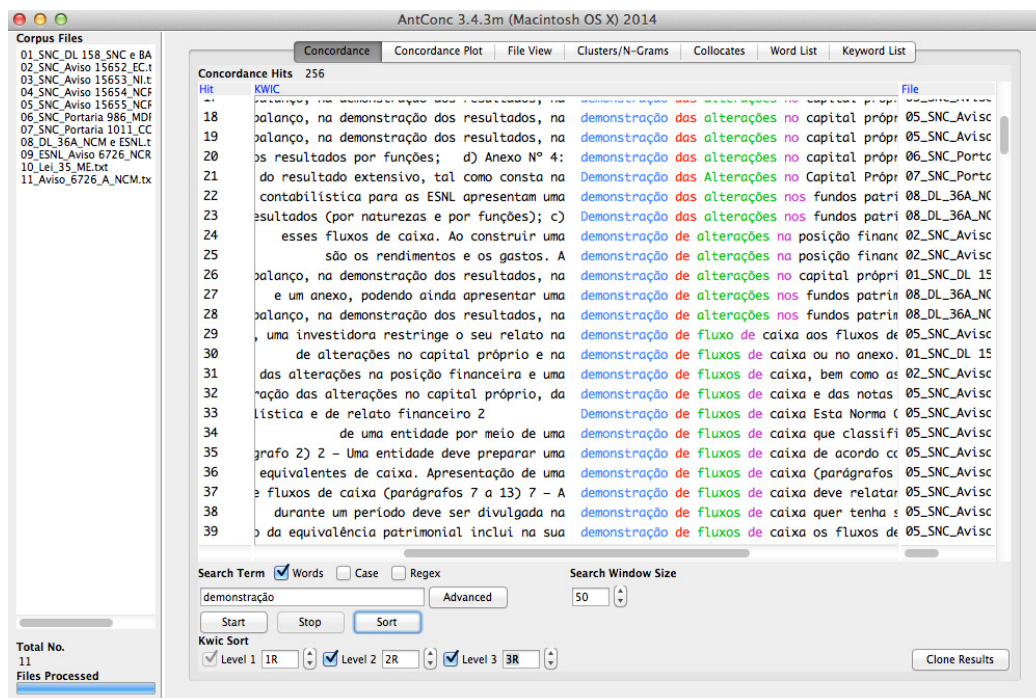


Figura 7.17 Ocorrências de **demonstração** no *Corpus* SNC_leg ordenadas à direita.

Na Figura 7.17 vemos o resultado da ordenação alfabética das formas que se encontram à direita de **demonstração**. Sendo **demonstração** um nome, aplicámos um critério morfossintáctico e considerámos **demonstração** uma forma pólo, que será o primeiro elemento de uma sequência [nome + preposição + nome], que nos permitirá identificar combinatórias em que seja especificado o tipo de **demonstração** e que, consequentemente, acreditamos poderem constituir candidatos a termo por designarem um tipo de demonstração específico. Por conseguinte, seleccionámos a ordenação pelas três formas que se encontram à direita de **demonstração**, começando pela primeira imediatamente a seguir. Na Figura 7.17, vemos seis possíveis candidatos a termo:

- **demonstração das alterações no capital próprio;**
- **demonstração de alterações na posição financeira;**
- **demonstração das alterações nos fundos patrimoniais;**
- **demonstração de alterações nos fundos patrimoniais;**
- **demonstração de fluxo de caixa;**
- **demonstração de fluxos de caixa.**

Algumas destas formas apresentam variação denominativa, na terminologia de Pelletier (2012), quer em termos de número — **demonstração de fluxo de caixa** e **demonstração de fluxos de caixa** — quer em termos da estrutura morfossintáctica — **demonstração das alterações no capital próprio** e **demonstração de alterações no capital próprio**. Nestas duas formas, encontramos a alternância **das/de**, ou seja, entre a contracção da preposição com o determinante artigo ou a preposição simples.

Pesquisando no *corpus* por um conjunto de caracteres, e não por uma forma autónoma, podemos identificar famílias de palavras. Neste caso, interessava-nos incluir o singular e o plural de **demonstração**, para verificarmos se haveria mais combinatórias para além das que já tínhamos identificado, pelo que pesquisámos pela forma truncada *demonstraç*. Verificámos que o plural é muito mais frequente no *Corpus* SNC_leg do que o singular (256 ocorrências para o singular e 689 para o plural). Esta informação relaciona-se com o que vimos no Capítulo V relativamente à estrutura conceptual do Sistema de Normalização Contabilística: mais do que uma organização do relato financeiro, o documento intitulado *Estrutura Conceptual* permite uma organização de ‘demonstração financeira’, enquanto conceito superordenado que estabelece uma relação hierárquica com os vários tipos de demonstração. O plural justifica-se, assim, porque o termo **demonstrações financeiras**, no plural, é usado para designar a totalidade das várias demonstrações financeiras.

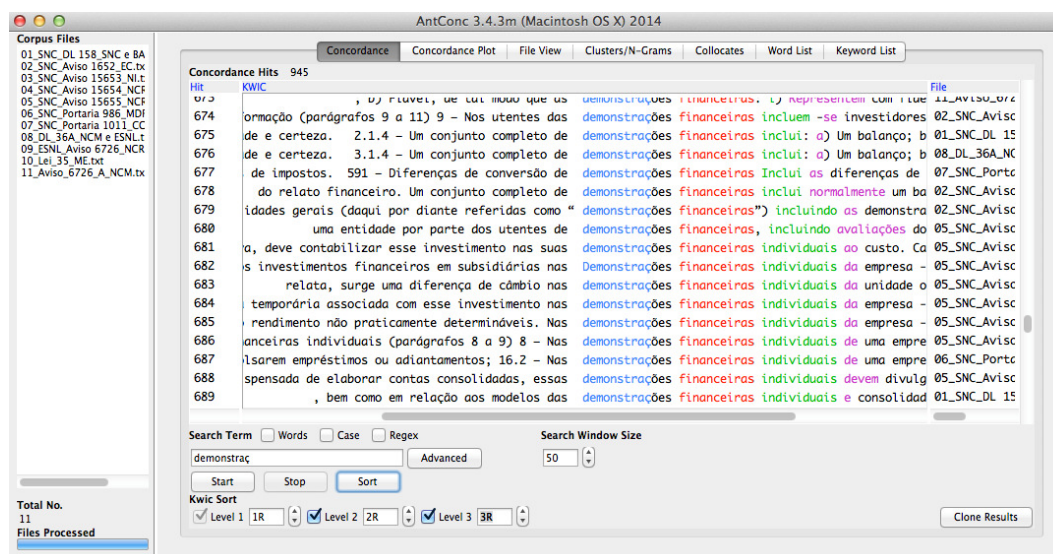


Figura 7.18 Pesquisa por *demonstraç* no corpus SNC_leg.

Quando pesquisámos pela sequência *demonstraç* (Figura 7.18), não só ficámos a saber o número de ocorrências totais de singular e plural (945), mas também percebemos a importância da combinatória **demonstrações financeiras**, que tinha apenas uma ocorrência no singular, mas tem 673 ocorrências no plural. Dada a relevância do conceito de ‘demonstração financeira’ no domínio do relato financeiro (como vimos nos Capítulos IV e V) e dada a elevada frequência do termo **demonstrações financeiras** no *Corpus* SNC_leg, optámos por analisar com mais pormenor as relações semânticas que se estabelecem entre **demonstração financeira** e os seus hipónimos, de modo a procurarmos perceber em que medida são um indicador das relações conceptuais em torno do conceito de ‘demonstração financeira’.

Voltando à lista de formas da Figura 6.3 que apresentámos no Capítulo VI, podemos ver que, de entre as 50 formas mais comuns do *Corpus* SNC_leg encontram-se não só **demonstrações** e **financeiras**, mas também **balanço**, **caixa** e **resultados**, ou seja, várias formas que apontam potencialmente para as demonstrações financeiras que, no SNC, constituem um conjunto completo.

O **balanço** e a **demonstração de resultados** são as duas demonstrações financeiras mais importantes de entre o conjunto completo especificado pelo SNC e listado acima, tal como pudemos perceber pela análise da *Estrutura Conceptual* (cf. Capítulo V), que especifica que o **balanço** proporciona informação relativa à posição financeira da empresa e inclui **activo**, **passivo** e **capital próprio**, enquanto a **demonstração de resultados** proporciona informação relativa ao desempenho da empresa e inclui **rendimentos** e **gastos** (cf. Figura 5.4 no Capítulo V). As outras demonstrações financeiras — concretamente, a **demonstração de alterações no capital próprio** e a **demonstração de fluxos de caixa** — são produzidas essencialmente com base em elementos constantes do **balanço** e da **demonstração de resultados**, embora requeiram informação adicional — isto significa que os preparadores das demonstrações financeiras se socorrem da informação (concretamente, dos valores numéricos associados a cada item, ou seja, a cada linha da **demonstração financeira**) contida no **balanço** e na **demonstração de resultados** para elaborarem a **demonstração de alterações no capital próprio** e a

demonstração dos fluxos de caixa. Por último, existe ainda o **anexo**, incluído no conjunto completo de demonstrações financeiras, muito embora tenha uma estrutura totalmente diferente: além de quadros numéricos, o **anexo** é também composto por notas explicativas dos itens apresentados nas restantes demonstrações.

Verificámos no *Corpus SNC_leg* que o termo **demonstração de alterações no capital próprio** (DACP)¹⁰¹ apresenta variantes denominativas, ou seja, formas diferentes em termos morfossintácticos que parecem designar o mesmo conceito, mas também formas que, mesmo sem terem qualquer semelhança morfossintáctica, nos pareceram, com base no conhecimento que temos do domínio, poderem designar o mesmo conceito.

A Tabela 7.3 (abaixo) resume as quatro variantes do termo **demonstração de alterações no capital próprio** encontradas no *Corpus SNC_leg*, com indicação do número de ocorrências no *corpus* e o texto-fonte.

demonstração de alterações no capital próprio	2	DL 158/2009
demonstração das alterações no capital próprio	17	
	(4)	DL 158/2009
	(11)	Aviso 15655/2009
	(1)	Portaria 986/2009
	(1)	Portaria 1011/2009
demonstração de alterações na posição financeira	2	Aviso 15652/2009
demonstração das alterações na posição financeira	2	Aviso 15652/2009
demonstração de alterações nos fundos patrimoniais	1	DL 36-A/2011
demonstração das alterações nos fundos patrimoniais	2	DL 36-A/2011

Tabela 7.3 Variantes de **demonstração de alterações no capital próprio** no *Corpus SNC_leg*

O primeiro passo que demos para tentar perceber as relações existentes entre as formas apontadas na Tabela 7.3 foi olhar para as datas de publicação dos textos a fim de identificarmos uma possível variação diacrónica. Por ordem cronológica de publicação dos documentos, percebemos o seguinte:

¹⁰¹ Apesar de ser comum no discurso dos especialistas, a sigla DACP (também uma variante) não ocorre no *Corpus SNC_leg*.

- i) o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que aprova o SNC, indica, no preâmbulo, entre os seus elementos fundamentais os *Modelos de demonstrações financeiras*, nos quais se inclui uma **demonstração de alterações no capital próprio**; ao longo do texto, aparece consistentemente **alterações no capital próprio**, embora alternadamente precedido por **das** ou por **de**;
- ii) o Aviso nº 15652/2009, de 7 de Setembro, que descreve a estrutura conceptual do SNC, inclui no conjunto completo de demonstrações financeiras uma **demonstração das alterações na posição financeira**;
- iii) a Portaria nº 986/2009, do mesmo dia 7 de Setembro, apresenta como Anexo nº 4, uma **demonstração das alterações no capital próprio**; introduzindo a especificação **individual/consolidada**, que pode implicar a existência de dois conceitos;
- iv) no Aviso nº 15655/2009, também de 7 de Setembro, é sempre utilizada a forma **demonstração das alterações no capital próprio**;
- v) o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, refere-se a **alterações nos fundos patrimoniais** quando descreve as demonstrações financeiras que as entidades do sector não lucrativo devem apresentar.

Uma vez que os vários textos consultados e listados acima indicam quais os elementos que compõem um «conjunto de demonstrações financeiras», o facto de, dentro desse conjunto, a única designação diferente ser a **demonstração de alterações no capital próprio** fez-nos pensar que poderíamos estar perante seis variantes designativas do mesmo conceito:

- demonstração de alterações no capital próprio;
- demonstração das alterações no capital próprio;
- demonstração de alterações na posição financeira;
- demonstração das alterações na posição financeira;
- demonstração de alterações nos fundos patrimoniais;
- demonstração das alterações nos fundos patrimoniais.

A **demonstração de alterações no capital próprio** não existia no antigo normativo contabilístico, sendo uma nova demonstração financeira introduzida pelo SNC, o que pode justificar alguma oscilação nos termos utilizados. Tendo em conta que a Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro, institui os modelos das demonstrações financeiras cuja publicação em portaria já ficara prevista no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, apresentando os quadros respectivos com a informação mínima que devem conter, a forma **demonstração das alterações no capital próprio** utilizada como título no modelo parece ser a preferencial para os especialistas, o que é, aliás, corroborado pelo número de vezes que ocorre no *corpus*, manifestamente superior a qualquer das outras formas. No entanto, a forma neutra **demonstração de alterações no capital próprio** parece-nos ser a mais indicada para incluir na base de dados terminológica, na medida em que indica a possibilidade genérica de existência de alterações no capital próprio, sendo o documento preparado por uma entidade uma instância dessas alterações. Assim, parece-nos que o mais acertado será incluirmos na base de dados o termo **demonstração de alterações no capital próprio**, muito embora o título de uma tal demonstração, no âmbito de um documento de prestação de contas, deva ser **demonstração das alterações no capital próprio**.

Relativamente às formas **demonstração das alterações nos fundos patrimoniais** e **demonstração de alterações na posição financeira**, procurámos perceber na literatura sobre o relato financeiro e junto dos especialistas se corresponderiam ao mesmo conceito ou se remeteriam para conceitos diferentes.

A **demonstração de alterações no capital próprio** é uma matriz que descreve os movimentos ocorridos entre dois períodos (período N-1 e período N), registando os valores num e noutro período e remetendo para as notas do **anexo** sempre que necessário. A **demonstração de alterações dos fundos patrimoniais** tem o mesmo objectivo, consubstancia-se num quadro quase idêntico, mas em vez de analisar as alterações no capital próprio de uma entidade, analisa as alterações nos fundos de uma entidade do sector não lucrativo que, devido à sua natureza não lucrativa, não possui capital próprio, mas sim fundos patrimoniais. Confirmando a questão com os

especialistas, foi-nos explicado que, apesar de se tratarem de documentos formalmente muito semelhantes, constituem conceitos diferentes:

- a **demonstração de alterações no capital próprio** regista os movimentos ocorridos no capital próprio, ou seja, no capital investido pelos sócios da entidade com o objectivo de obterem um retorno;
- a **demonstração de alterações nos fundos patrimoniais** regista os movimentos ocorridos nos fundos patrimoniais, que fazem parte do património da entidade, mas são integrados na entidade para o desenvolvimento das suas actividades e não com o objectivo de virem a proporcionar qualquer retorno.

Deixando as duas formas **demonstração de alterações nos fundos patrimoniais** e **demonstração das alterações nos fundos patrimoniais**, que já vimos designarem um conceito distinto do da **demonstração de alterações no capital próprio**, vejamos alguns excertos retirados de documentos que fazem parte do *Corpus* SNC_leg e do *Corpus* IAS_leg para percebermos se **demonstração de alterações na posição financeira** corresponde ou não a um conceito diferente.

Utilizámos um código de cores para facilitar a identificação dos termos ao longo dos vários textos e em articulação com os mapas lexicais que apresentamos em seguida. A título de exemplo, **notes**, assinalado no texto A a vermelho, corresponde a **notas**, também assinalado a vermelho, nos textos B e C, e a **anexo**, mais uma vez assinalado a vermelho, nos textos D, E e F. Procurámos assim tornar mais evidente, nos vários textos, a variação da designação do que parecem ser, em alguns casos, os mesmos conceitos.

Efectuámos um esquema para cada texto, de modo a percebermos, em cada um dos textos, que lugar ocupa cada uma das designações do conceito de ‘demonstração de alterações no capital próprio’. Partindo dos excertos transcritos, desenhámos os mapas das Figuras 7.19 a 7.21 para dar conta desta variação, socorrendo-nos da relação semântica de hiperonímia estabelecida entre **demonstração financeira** e os seus hipónimos. Nos mapas que elaborámos,

mantivemos o mesmo código de cores que utilizámos nos excertos abaixo transcritos.

Comecemos por ver os excertos A e B.

Excerto A

Financial statements form part of the process of financial reporting. A complete set of financial statements normally includes a balance sheet, an income statement, a statement of changes in financial position (which may be presented in a variety of ways, for example, as a statement of cash flows or a statement of funds flow), and those notes and other statements and explanatory material that are an integral part of the financial statements (Comissão, 2003a: 19).

Excerto B

As demonstrações financeiras fazem parte do processo do relato financeiro. Um conjunto completo de demonstrações financeiras inclui normalmente um balanço, uma demonstração dos resultados, uma demonstração das alterações na posição financeira (que pode ser apresentada de várias maneiras, por exemplo, como uma demonstração de fluxos de caixa ou uma demonstração de fluxos de fundos), e as notas e outras demonstrações e material explicativo que constituam parte integrante das demonstrações financeiras (Comissão, 2003b: 20).

No excerto A — que corresponde à *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements* do IASB (analisada no Capítulo V) — e na sua tradução para português (o excerto B), antevê-se a estrutura (simplificada) da Figura 7.19.

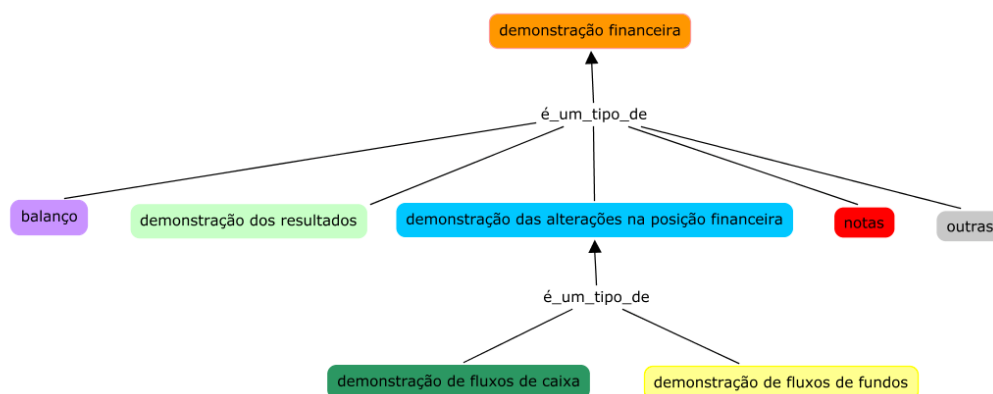


Figura 7.19 Tipologia das demonstrações financeiras 1 (excerto B, tradução do excerto A).

Na Figura 7.19, vemos que **demonstração das alterações na posição financeira** (a azul), um hipónimo de **demonstração financeira**, é, por sua vez, hiperónimo de dois outros tipos de demonstração: a **demonstração de fluxos de caixa** e a **demonstração de fluxos de fundos**. Esta relação parece apontar para a subordinação dos conceitos de ‘demonstração de fluxos de caixa’ e ‘demonstração de fluxos de fundos’ a um conceito hierarquicamente superior, o de ‘demonstração das alterações na posição financeira’, que poderá não corresponder a um documento específico, como os restantes conceitos do mapa (com excepção de ‘demonstração financeira’), mas sim a uma categoria de documentos, com pelo menos dois tipos.

Passemos à análise do excerto C.

Excerto C

As **demonstrações financeiras** fazem parte do processo do relato financeiro. Um conjunto completo de demonstrações financeiras inclui normalmente um **balanço**, uma **demonstração dos resultados**, uma **demonstração das alterações na posição financeira** e uma **demonstração de fluxos de caixa**, bem como as **notas** e outras demonstrações e material explicativo que constituam parte integrante das demonstrações financeiras (Aviso nº 15652/2009: 36227).

No excerto C — retirado do documento que define a estrutura conceptual do SNC e baseado no excerto B — a **demonstração de fluxos de caixa** já não surge como hipónimo de **demonstração das alterações na posição financeira**, mas sim numa posição coordenada, ou seja, podemos depreender que existirá uma **demonstração das alterações na posição financeira** e uma **demonstração de fluxos de caixa**, portanto, em termos conceptuais podemos supor que se trate de dois conceitos distintos, cada um remetendo para um documentos específico (ver Figura 7.20, abaixo).

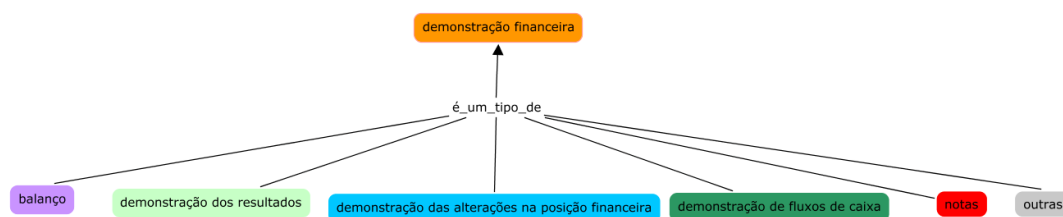


Figura 7.20 Tipologia das demonstrações financeiras 2 (excerto C).

Olhemos agora para os excertos D e E, ambos retirados do decreto-lei que cria o Sistema de Normalização Contabilística.

Excerto D

Os «Modelos de **demonstrações financeiras**», nos quais se consagram a necessidade de existência de formatos padronizados, mas flexíveis, para as demonstrações de **balanço**, de **resultados (por funções e por naturezas)**, de **alterações no capital próprio** e dos **fluxos de caixa**, assim como um modelo orientador para o **anexo** (Decreto-Lei nº 158/2009: 4376).

Excerto E

Um conjunto completo de **demonstrações financeiras** inclui:

- a) Um **balanço**;
- b) Uma **demonstração dos resultados**;
- c) Uma **demonstração das alterações no capital próprio**;
- d) Uma **demonstração dos fluxos de caixa**; e
- e) Um **anexo** em que se divulguem as bases de preparação e políticas contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pelas NCRF (*ibidem*: 4381).

Os excertos D e E reiteram a existência de dois documentos diferentes, a **demonstração de fluxos de caixa** e outro, que é designado por **demonstração das alterações no capital próprio**, mas que ocupa a posição de hipónimo de demonstração financeira que, na Figura 7.19, é ocupada pela **demonstração das alterações na posição financeira**.

Por fim, vejamos o excerto F, retirado do aviso que homologa as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Excerto F

O objectivo desta Norma Contabilística e de Relato Financeiro é o de prescrever as bases quanto à estrutura e conteúdo do **balanço**, da **demonstração dos resultados**, da **demonstração das alterações no capital próprio** e do **anexo**. A **demonstração dos fluxos de caixa** é desenvolvidamente tratada na NCRF 2 (Aviso nº 15655/2009: 36260).

O excerto F segue a mesma linha que os dois excertos anteriores (Figura 7.21, abaixo).

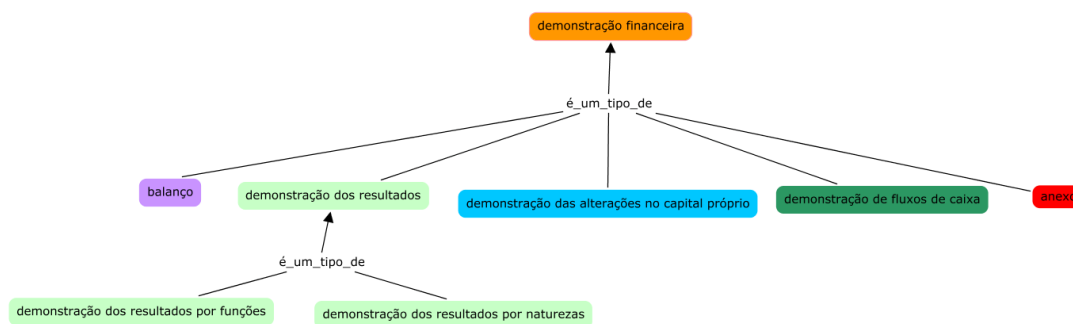


Figura 7.21 Tipologia das demonstrações financeiras 3 (excertos D, E e F).

Na Figura 7.21 vemos uma nova relação de hiponímia, em que os hipónimos **demonstração dos resultados por funções** e **demonstração dos resultados por naturezas** aparecem subordinados ao hiperónimo **demonstração dos resultados**.

Esta análise das relações semânticas que se estabelecem entre os termos que designam as demonstrações financeiras demonstrou alguma instabilidade na sua utilização. A Tabela 7.4 (abaixo), indica cada um dos tipos de demonstração financeira e a terminologia correspondente nos documentos acima indicados.

A	B	C	D	E	F
<i>financial statements</i>	demonstrações financeiras	demonstrações financeiras	demonstrações financeiras	demonstrações financeiras	demonstrações financeiras
A	B	C	D	E	F
<i>balance sheet</i>	balanço	balanço	balanço	balanço	balanço
A	B	C	D	E	F
<i>income statement</i>	demonstração dos resultados	demonstração dos resultados	demonstração dos resultados - por funções - por naturezas	demonstração dos resultados	demonstração dos resultados
A	B	C	D	E	F
<i>statement of changes in financial position</i>	demonstração das alterações na posição financeira	demonstração das alterações na posição financeira	demonstração das alterações no capital próprio	demonstração das alterações no capital próprio	demonstração das alterações no capital próprio
A	B	C	D	E	F
<i>statement of cash flows</i>	demonstração dos fluxos de caixa	demonstração dos fluxos de caixa	demonstração dos fluxos de caixa	demonstração dos fluxos de caixa	demonstração dos fluxos de caixa
A	B	C	D	E	F
<i>statement of funds flow</i>	demonstração dos fluxos de fundos				
A	B	C	D	E	F
<i>notes</i>	notas	notas	anexo	anexo	anexo
A	B	C	D	E	F
<i>other statements and explanatory material</i>	outras demonstrações e material explicativo	outras demonstrações e material explicativo			

Tabela 7.4 Termos que designam as demonstrações financeiras nos excertos apresentados.

A Tabela 7.4 reflecte a instabilidade terminológica que verificámos na designação de algumas demonstrações financeiras. Ao nível dos termos utilizados, apenas **balanço** e **demonstração dos fluxos de caixa** não apresentam variação denominativa. Esta informação é importante para apresentarmos aos especialistas, não só para validação dos candidatos a termo que designam as várias demonstrações financeiras, mas também para os ajudar a identificar os vários conceitos que estabelecem com o conceito de ‘demonstração financeira’ uma relação de dependência hierárquica.

Regressando aos dados do *Corpus* SNC_leg indicados na Tabela 7.3, vemos que as únicas ocorrências de **demonstração das alterações na posição financeira** são do Aviso nº 15652/2009, que é o mesmo documento de onde foi retirado o excerto C. Vimos, no Capítulo V, que a terminologia desse documento está fortemente influenciada pela terminologia do documento que lhe está na base (a Estrutura Conceptual do IASB), o que poderá justificar o termo **demonstração das alterações na posição financeira**.

Por este motivo, colocámos a possibilidade de esta instabilidade terminológica poder estar relacionada com a tradução e a posterior adaptação das normas internacionais (IAS) ao normativo nacional (NCRF). Fazendo uma pesquisa na legislação europeia relativa ao relato financeiro, percebemos que também aí houve uma alteração de terminologia. O Regulamento (CE) nº 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro, que adopta determinadas Normas Internacionais de Contabilidade nos termos do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, é indicado na introdução de cada NCRF como sendo a sua base de adaptação. Vejamos o exemplo da NCRF 1:

[e]sta Norma Contabilística e de Relato Financeiro tem por base a Norma Internacional de Contabilidade IAS 1 — Apresentação de Demonstrações Financeiras, adoptada pelo texto original do Regulamento (CE) nº 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro (Aviso nº 15655/2009: 36260).

De modo a ilustrarmos a alteração de terminologia que ocorreu no normativo internacional, apresentamos as Tabelas 7.4 a 7.6, que contêm, respectivamente:

- i) Tabela 7.4: original e tradução para português do Regulamento (CE) nº 1126/2008, de 3 de Novembro, que serviu de base para a adopção das normas internacionais, IAS/IFRS, na UE e também para a elaboração das normas contabilísticas e de relato financeiro em Portugal;
- ii) Tabela 7.5: original e tradução para português do Regulamento (CE) nº 1274/2008, de 17 de Dezembro, que altera, no que diz respeito à IAS 1, o Regulamento (CE) nº 1126/2008, de 3 de Novembro de 2008, mencionado na alínea anterior;

iii) Tabela 7.6: comparação entre as traduções para português de ambos os documentos referidos nas alíneas anteriores.

Começemos por ver, então, o que diz o Regulamento (CE) nº 1126/2008, de 3 de Novembro, relativamente à constituição do conjunto completo de demonstrações financeiras, na sua versão original e na tradução (Tabela 7.5, abaixo).

A complete set of financial statements comprises:	Um conjunto completo de demonstrações financeiras inclui:
(a) a balance sheet;	a) um balanço;
(b) an income statement;	b) uma demonstração dos resultados;
(c) a statement of changes in equity showing either:	c) uma demonstração de alterações no capital próprio que mostre ou:
(i) all changes in equity; or	i) todas as alterações no capital próprio, ou
(ii) changes in equity other than those arising from transactions with equity holders acting in their capacity as equity holders;	ii) as alterações no capital próprio que não sejam as provenientes de transacções com detentores de capital próprio agindo na sua capacidade de detentores de capital próprio;
(d) a cash-flow statement; and	d) uma demonstração dos fluxos de caixa; e
(e) notes, comprising a summary of significant accounting policies and other explanatory notes.	e) notas, compreendendo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Tabela 7.5 Constituição de um conjunto completo de demonstrações financeiras (Regulamento (CE) nº 1126/2008, de 3 de Novembro).

Na Tabela 7.5, vemos que para o termo *statement of changes in equity*, a tradução propõe o equivalente **demonstração de alterações no capital próprio**. Porém, a IAS 1, que define o que inclui um conjunto completo de demonstrações financeiras, foi alterada pouco depois de a UE ter endossado o conjunto de normas internacionais a que se refere o Regulamento (CE) nº 1126/2008, através do Regulamento (CE) nº 1274/2008 da Comissão, de 17 de Dezembro (ver Tabela 7.6, abaixo).

A complete set of financial statements comprises:	Um conjunto completo de demonstrações financeiras inclui:
(a) a statement of financial position as at the end of the period;	(a) uma demonstração da posição financeira no final do período;
(b) a statement of comprehensive income for the period;	(b) uma demonstração do rendimento integral do período;
(c) a statement of changes in equity for the period;	(c) uma demonstração de alterações no capital próprio do período;
(d) a statement of cash flows for the period;	(d) uma demonstração dos fluxos de caixa do período;
(e) notes, comprising a summary of significant accounting policies and other explanatory information; and	(e) notas, compreendendo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras informações explicativas; e
(f) a statement of financial position as at the beginning of the earliest comparative period when an entity applies an accounting policy retrospectively or makes a retrospective restatement of items in its financial statements, or when it reclassifies items in its financial statements.	(f) uma demonstração da posição financeira no início do período comparativo mais antigo quando uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras, ou quando reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras.
An entity may use titles for the statements other than those used in this Standard.	Uma entidade pode usar títulos para as suas demonstrações que não sejam os usados nesta Norma.

Tabela 7.6 Constituição de um conjunto completo de demonstrações financeiras (Regulamento (CE) nº 1274/2008, de 17 de Dezembro).

Essa alteração, que não se reflectiu nas NCRF portuguesas, mudou a terminologia há muito estabelecida no relato financeiro em inglês. No entanto, se hoje em dia, nas normas internacionais já não se lê, por exemplo, **balance sheet** (**balanço**, em português), mas sim **statement of financial position**, a terminologia no normativo nacional manteve-se inalterada em relação às designações das demonstrações financeiras.

Na Tabela 7.7 reunimos as versões em português das duas tabelas anteriores para que se possa ver as alterações que ocorreram em termos das designações das demonstrações financeiras.

Regulamento (CE) nº 1126/2008, de 3 de Novembro (base das NCRF)	Regulamento (CE) nº 1274/2008, de 17 de Dezembro (terminologia actual das normas internacionais)
Um conjunto completo de demonstrações financeiras inclui:	Um conjunto completo de demonstrações financeiras inclui:
a) um balanço;	a) uma demonstração da posição financeira no final do período;
b) uma demonstração dos resultados;	b) uma demonstração do rendimento integral do período;
c) uma demonstração de alterações no capital próprio que mostre ou:	c) uma demonstração de alterações no capital próprio do período;
i) todas as alterações no capital próprio, ou	
ii) as alterações no capital próprio que não sejam as provenientes de transacções com detentores de capital próprio agindo na sua capacidade de detentores de capital próprio;	
d) uma demonstração dos fluxos de caixa; e	d) uma demonstração dos fluxos de caixa do período;
e) notas, compreendendo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.	e) notas, compreendendo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras informações explicativas; e
	f) uma demonstração da posição financeira no início do período comparativo mais antigo quando uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras, ou quando reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras.
	Uma entidade pode usar títulos para as suas demonstrações que não sejam os usados nesta Norma.

Tabela 7.7 Constituição de um conjunto completo de demonstrações financeiras (Regulamento (CE) nº 1126/2008 e Regulamento (CE) nº 1274/2008).

Como se pode ver na Tabela 7.7, a tradução do Regulamento (CE) nº 1274/2008 introduz termos alternativos, ou seja, variantes — concretamente **demonstração da posição financeira** por **balanço** e **demonstração do rendimento integral** por **demonstração de resultados** — que não têm qualquer ocorrência no *Corpus* SNC_leg. Não sabemos, porém, se serão utilizados pela comunidade de especialistas, pelo que é algo que teremos de abordar.

A análise das relações semânticas estabelecidas entre os termos que ocorrem no *corpus* permitiu-nos começar a esboçar uma proposta de representação

conceptual do domínio, que será posteriormente apresentada e trabalhada com os especialistas. A nossa proposta, porém, é baseada na análise das denominações e não no conhecimento dos objectos em si. É o especialista que possui o conhecimento e que o veicula no seu discurso. Contudo, através do texto conseguimos aceder e sistematizar as relações semânticas entre as formas do discurso de especialidade que permitem a construção do significado referencial. A perspectiva do terminólogo é, porém, diferente da do especialista. O terminólogo deve, portanto, «estar ciente de que se trata de duas abordagens distintas, uma é de natureza semântica e a outra é de natureza conceptual, aos mesmos objectos para os quais remetem os conceitos veiculados pelos termos» (Silva, 2014: 136).

7.4.2 Caso 2: Leasing

Como referimos na introdução desta secção, o termo **leasing** pareceu-nos ser um sinónimo de **locação financeira**. Contudo, a sua identificação não foi feita através do *Corpus SNC_leg*, onde não tem nenhuma ocorrência, mas sim através das leituras que efectuámos a fim de melhor descrevermos o domínio. Constatando que **leasing** não ocorria no nosso *corpus*, analisámos o termo de modo a percebermos qual o seu lugar na base de dados que iremos criar ou eventualmente se o devemos incluir ou não na referida base de dados.

Leasing, renting e factoring designam três formas de financiamento alternativo por oposição ao financiamento bancário normal. Apresentamos em seguida as definições propostas pela Associação Portuguesa de Leasing, Factoring e Renting¹⁰².

Leasing: contrato em que o locador (empresa de leasing) cede ao locatário (cliente), mediante o pagamento de uma renda, a utilização temporária de um bem, móvel ou imóvel, adquirido ou construído por indicação do cliente e que este poderá comprar no final do período de tempo acordado no contrato, por um preço pré-determinado (valor residual).

¹⁰² Adaptado de www.alf.pt (24/01/2015).

Factoring (ou cessação financeira): consiste na aquisição de créditos a curto prazo derivados da venda de produtos ou da prestação de serviços nos mercados interno e externo.

Renting: é uma oferta integrada de serviços que tem por base o aluguer operacional de um veículo novo para um determinado prazo e quilometragem, mediante o pagamento de uma renda onde o cliente apenas suporta a depreciação comercial estimada.

Destas três formas, interessava-nos observar a relação entre os termos **leasing** e **locação financeira**, que nos pareceram, numa primeira análise, ser sinónimos e, portanto, instâncias de variação denominativa. Nos excertos abaixo transcritos, utilizámos um código de cores para dar conta da utilização dos termos relacionados em cada texto. Temos assim:

- azul: **leasing**;
- verde: **renting**;
- cor-de-rosa: **factoring**;
- cor-de-laranja: **financiamento/crédito especializado**.

Excerto A

Dos 124.970 automóveis vendidos em Portugal entre janeiro e setembro, 30,1% compraram-se com recurso ao **financiamento especializado**, nomeadamente **leasing** e **renting**, indicou a ALF, associação do sector [...] Nos primeiros nove meses do ano, de acordo com os dados divulgados, o **renting** (modalidade semelhante ao **leasing**, também conhecida como aluguer operacional e que inclui serviços necessários ao automóvel) foi utilizado na compra de 17.942 automóveis ligeiros [...] Quanto ao recurso a **leasing** (operação em que a parte locadora cede ao locatário o direito de utilização de um bem durante um determinado período de tempo, em troca de uma retribuição, com opção de compra no final), ocorreu para um total de 19.721 automóveis entre janeiro e setembro, mais 42,2% do que no mesmo período do ano anterior.

Revista *AutoFoco*, citada por jornal *A Bola*, edição em linha, 28/11/2014

Excerto B

O **leasing** ou **locação financeira**, tal como é entendida em Portugal, consiste numa modalidade de financiamento através da qual o locador (empresa de **leasing**), de acordo com as instruções do seu cliente (locatário - entidade que usufrui dos bens

objecto de um contrato de locação financeira), cede a disponibilização temporária de um bem, móvel ou imóvel, mediante o pagamento de uma quantia periódica (renda), por um prazo determinado e relativamente ao qual o locatário possui uma opção de compra no final do mesmo prazo, perante o pagamento de uma quantia pré-acordada, que se denomina valor residual.

Portal da Empresa (www.portaldaempresa.pt), consultado em 30/10/2014

Excerto C

Recorrer ao **leasing** para financiar a compra de um automóvel novo é uma prática em crescimento em Portugal, especialmente entre os particulares. Apesar de a **locação financeira** ser uma forma de **financiamento** preferencialmente destinada às empresas, o facto é que o **leasing** é um produto cada vez mais atractivo para os particulares.

Diário de Notícias, secção de Economia, edição em linha, 30/07/2009

Excerto D

O **financiamento especializado** prolongou em Abril a tendência de crescimento que o caracteriza desde Janeiro de 2013, com o **leasing** a atingir os 128,95 milhões de euros no quarto mês do ano. Dados de Abril mostram que o recurso ao **crédito especializado** continua a aumentar em Portugal, tendência que se verifica desde o início do ano [...] O recurso ao **leasing** aumentou 42,7% para os 128,95 milhões de euros, em Abril deste ano, face a igual mês de 2012, quando este valor se situava nos 90,34 milhões de euros. A contribuir para este resultado esteve sobretudo o **leasing imobiliário** que cresceu 63,7% para 53,18 milhões de euros. Já o **leasing mobiliário** subiu 31% para 75,77 milhões de euros.

No **renting** registou-se também um aumento de 7,9% do número de viaturas novas adquiridas para as 1.560 unidades, o que corresponde a um crescimento homólogo de 3% do montante financiado para os 27,33 milhões de euros.

Os números respeitantes ao **factoring, instrumento que garante o recebimento atempado das facturas**, acompanharam a tendência das restantes formas de financiamento especializado e registaram uma subida de 3,4% no volume de créditos tomados, para 1.629 mil milhões de euros [...]

Jornal de Negócios, edição em linha, 27/05/2013

Excerto E

A **locação financeira** ou **leasing** é uma forma de financiamento de aquisições de bens que se generalizou nas últimas décadas. Se primeiro prevaleciam as operações relativas a bens de equipamento, nomeadamente viaturas, a **locação financeira imobiliária** é cada vez mais um recurso para aquisição de imóveis, por parte de empresas e até mesmo de particulares.

Revista TOC, 101 (Agosto, 2008) 20-22.

Os excertos acima transcritos estão organizados por ordem de especialização, ou seja, os excertos A e B foram retirados de média destinados a não-especialistas, os excertos C e D foram retirados de média com alguma especialização e, finalmente, o excerto E foi retirado de uma revista destinada a especialistas da Contabilidade:

1. O excerto A foi citado pelo jornal desportivo *A Bola*, tendo sido retirado da revista *AutoFoco*, dedicada a apreciadores de veículos automóveis.

2. O excerto B foi retirado de um portal de apoio a quem pretende constituir uma empresa.

3. O excerto C foi retirado do *Diário de Notícias*, um jornal generalista, mas de uma secção especializada (Economia).

4. O excerto D foi retirado do *Jornal de Negócios*, um meio de comunicação relativamente especializado, embora não se possa considerar que configure um contexto de comunicação entre especialistas, na medida em que a sua base de leitores é muito diversificada

5. O excerto E foi retirado de um meio de comunicação entre especialistas, a *Revista TOC*, da então Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (hoje em dia, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas); não sendo uma publicação académica, tem um carácter técnico e, portanto, configura uma instância de comunicação entre especialistas.

Entre os excertos acima transcritos nota-se uma expectável diminuição da informação proporcionada acerca do que constitui um **leasing**. No excerto A é dada uma definição de **leasing**, enquanto o excerto B constitui todo ele a definição de **leasing**, sendo apresentado também o seu sinónimo **locação financeira**. A informação dada nos excertos A e B é necessária para a compreensão do conceito por parte de um público não-especialista.

Os excertos C e D, considerando que incluem já algum grau de especialização, partem do princípio de que os seus leitores não precisarão de informação para perceber o termo, muito embora seja interessante destacar dois aspectos:

- i) O excerto C aparentemente distingue entre **locação financeira**, uma forma de financiamento usada pelas empresas, e **leasing**, um produto destinado a

particulares. Poderia tratar-se de uma utilização diferente da designação na língua geral, mas, pela leitura dos restantes excertos e pela literatura consultada, percebemos que se trata, provavelmente, de um caso de redacção deficiente da notícia (o jornalista não tinha a intenção de estabelecer uma diferença entre **leasing** e **locação financeira**) ou então de um caso de desconhecimento do conceito.

- ii) O excerto D considera que os leitores não precisarão de informação adicional relativa a **leasing** e **renting**, mas define **factoring**, o que nos levou a pensar que o jornalista tenha considerado **factoring** uma designação mais especializada e, portanto, passível de não ser reconhecida pelo público não-especialista.

Ambos os aspectos levam-nos a considerar que o grau de especialização dos média de onde os excertos C e D foram retirados é apenas aparente, ou então, que existe um *continuum* entre a língua de especialidade e a língua geral.

O excerto E é claramente uma instância de discurso especializado, não só pelos factores de produção (a autora, Ana Cristina Silva, vem identificada como «Consultora da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas»), como de recepção, já que a *Revista TOC* é disponibilizada apenas aos membros da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. A temática é claramente especializada, pelo que a autora se permite a introdução do termo **locação financeira imobiliária** sem necessidade de qualquer explicitação.

A acrescentar aos excertos acima, temos as definições de **leasing**, **locação** e **locação financeira** do dicionário Infopédia (disponível em www.infopedia.pt), apresentadas nas Figuras 7.22 e 7.23.

leasing

[ˈlizɪŋ]

nome masculino

1. sociedade financeira que serve de intermediário entre o vendedor e o utilizador
2. sistema especial de financiamento de equipamento industrial por locação (venda do usufruto)



Do inglês *leasing*, «idem»

Figura 7.22 Definição de *leasing* (Infopédia).

locação

lo.ca.ção • [luke'sẽw]

nome feminino

1. ato de locar; aluguer; arrendamento
2. DIREITO contrato pelo qual uma das partes se obriga a proporcionar à outra o gozo temporário de uma coisa, mediante retribuição
3. delimitação de um terreno por meio de estacas

locação financeira DIREITO, ECONOMIA

modalidade de financiamento em que uma das partes recebe de outra, através do pagamento de uma renda, o direito de utilização temporária de um bem que poderá comprar, por um valor residual, no final do prazo convencionado



Do latim *locatiōne*-, «aluguer; arrendamento»

Figura 7.23 Definição de *locação* (Infopédia).

A análise destes dois verbetes suscitou as seguintes observações:

- i) não é estabelecida a ligação de sinonímia entre *leasing* e *locação financeira*, que é evidente na leitura dos excertos transcritos anteriormente;
- ii) os significados atribuídos a *leasing* não correspondem ao que observamos em discurso nos excertos A-E, ou seja, quer em contexto de língua geral, quer em contexto de língua de especialidade;
- iii) a definição de *locação financeira* (segundo a Infopédia, uma expressão dos domínios do Direito e da Economia) identifica apenas uma das possibilidades de classificação de uma locação como financeira.

Destas observações se conclui que um leitor não-especialista que consulte o dicionário *Infopédia* para saber o significado de **leasing** construirá mentalmente um objecto muito diferente do que o que um especialista irá construir perante o termo **leasing**. Porém, o mesmo leitor não-especialista possui dados suficientes para poder construir mentalmente um conceito muito semelhante ao que existe na mente de um especialista ao ler o excerto B. É claro que um especialista activará automaticamente associações conceptuais que não estarão ao alcance de um não-especialista, mesmo com a explicação detalhada que lhe é oferecida no excerto B, como, por exemplo, a contabilização de um 'leasing', as exigências em termos de divulgação, o facto de poder ou não ser cancelável ou o conceito de 'rendas contingentes'. É esta activação do sistema conceptual de 'leasing' que distingue, em nosso entender, o termo **leasing** do excerto E do dos restantes excertos (A-D).

O termo **leasing** configura, portanto, uma instância de variação denominativa (na medida em que parece ser sinónimo de **locação financeira**). Meyer e Mackintosh (2000) consideram este tipo de ocorrências fenómenos de «*déterminologisation*», que dão conta da passagem dos termos da língua de especialidade para a língua geral. A sociedade em rede favorece e acentua, aliás, a passagem dos termos, unidades de saber especializado, para domínios que não o são.

Au fur et à mesure que les connaissances spécialisées infiltrent notre quotidien, un nombre croissant d'unités lexicales se détacheront de leur caractère terminologique fixe, subissant des changements sémantiques et pragmatiques au cours du processus de déterminologisation (Meyer & Mackintosh, 2000 : 213).

A observação do comportamento de **leasing** levou-nos a pensar que, muito embora não tenha qualquer ocorrência no *Corpus SNC_leg*, devemos considerá-lo para alimentar a nossa base de dados terminológica do relato financeiro. Contudo, teremos de pensar num modo de indicar na nossa base de dados que o termo **leasing** é, geralmente, utilizado em contextos menos especializados do que o termo **locação financeira**.

7.4.3 Caso 3: Anglicismos

A lista de formas únicas que apresentámos no Capítulo VI permite não só a identificação das formas mais frequentes do *corpus*, mas também as que ocorrem uma única vez, as *hapax legomena*. Embora tenhamos começado o nosso trabalho pelas formas mais frequentes, as formas que têm apenas uma ocorrência não são de descurar, já que podem constituir também candidatos a termo. Como dissemos anteriormente, não é pelo facto de uma forma ocorrer apenas uma vez no *corpus* que não a devemos considerar um candidato a termo: o critério para a selecção de uma forma para candidato a termo depende da possibilidade de essa forma designar um conceito e não da sua frequência.

O *Corpus SNC_leg* tem 1764 *hapax legomena*, que, na sua maioria, são formas verbais, adjectivos e erros ortográficos (gralhas do texto original, por exemplo, *goodwil*, ou erros que resultaram da conversão dos ficheiros em formato PDF para formato TXT e não foram detectados na fase de revisão da conversão, por exemplo, *ção*). Porém há *hapax legomena* no *Corpus SNC_leg* que, segundo a leitura dos contextos em que ocorrem e o conhecimento que temos do domínio, podemos afirmar que constituem candidatos a termo. Por exemplo: **apuramento, cabimento, desembolso, dotação, instrução, livrança, subcontrato, subvenção, titularização**.

Quando estávamos a analisar os *hapax legomena*, contudo, chamou-nos a atenção a existência de vários anglicismos que, seguindo o mesmo processo de leitura dos contextos em que ocorrem e socorrendo-nos do conhecimento que temos do domínio, considerámos tratar-se também de candidatos a termo. Exemplos de anglicismos com uma única ocorrência no *Corpus SNC_leg* são: **commodity, rating, spread, trust, trustee**. A constatação da existência de estrangeirismos na lista de *hapax legomena* levou-nos a observar o *corpus* no seu todo, de modo a identificarmos os estrangeirismos que contém. Através da leitura da lista de formas únicas que efectuámos inicialmente e da qual demos conta no Capítulo VI, verificámos que os estrangeirismos se resumem, de facto, a anglicismos, mas percebemos também que existe alguma inconsistência no seu tratamento ao

longo do *corpus*. No Apêndice 3 apresentamos os anglicismos constantes do *Corpus* SNC_leg.

A existência de anglicismos no *Corpus* SNC_leg era algo expectável *a priori*: dado que o normativo contabilístico nacional é decorrente do normativo internacional, originalmente publicado em inglês, como referimos no Capítulo V, a influência do inglês não é surpreendente. O que é surpreendente, contudo, é a inconsistência das diferentes opções tomadas para o tratamento dos anglicismos nos vários textos que compõem o *Corpus* SNC_leg.

A Tabela 7.8 resume os cinco tipos de utilizações de anglicismos que detectámos, concretamente, (i) a introdução do anglicismo dentro de parêntesis em jeito de explicação da forma em português; (ii) a grafia do anglicismo em redondo e sem aspas; (iii) a grafia do anglicismo em itálico; (iv) a grafia do anglicismo com itálico e com aspas; e (v) as formas a que chamámos híbridas por consistirem combinatórias que unem elementos em português e em inglês parecendo, no entanto, designar um só conceito.

	parêntesis
commodity	tais como mercadorias (<i>commodity</i>), outros inventários
goodwill	mensurar com fiabilidade esse trespassse (<i>goodwill</i>).
rating	uma notação (<i>rating</i>) de crédito similar;
roll over	refinanciar ou substituir (" <i>roll over</i> ") uma obrigação
capital asset pricing model	tais como o Modelo de Apreçamento de activos de Capital (Capital Asset Pricing Model);
write down	A prática de reduzir o custo dos inventários (<i>write down</i>) para o valor realizável líquido os materiais são reduzidos (<i>written down</i>) para o valor realizável líquido
	sem itálico e sem aspas
trust	uma parceria ou um trust
trustee	tomada de decisão do seu órgão de gestão ou trustee
copyrights	protegido por direitos legais, tais como copyrights,
franchise	quotas de importação, franchises, relacionamentos com clientes ou fornecedores
know-how	a quantia recuperável de know-how incorporado no processo
spread	ou que incluía um spread sobre esse mesmo indexante
warrant	obrigações com warrant

	com itálico
copyrights	patentes, <i>copyrights</i> , filmes
hardware	parte integrante do <i>hardware</i> respectivo
know-how	a quantia recuperável de <i>know-how</i> incorporado no processo
inputs	Uma actividade empresarial geralmente consiste em <i>inputs</i> , processos aplicados a esses <i>inputs</i> e produções resultantes
royalties	juros, dividendos, <i>royalties</i> e rendas.
software	no caso de <i>software</i> de computadores
swap	Quando os bens ou serviços sejam trocados ou objecto de <i>swap</i> por bens ou serviços que sejam de natureza e valor semelhante
warrant	proprietária de <i>warrants</i> de acções
output	Se existir um mercado activo para o <i>output</i> produzido por um activo
	com itálico e com aspas
pay as you go	Muitos planos estatais são contribuídos numa base de « <i>pay as you go</i> »:
know-how	Por exemplo, o " <i>know-how</i> " obtido das actividades de desenvolvimento
roll over	refinanciar ou substituir (" <i>roll over</i> ") uma obrigação
	formas híbridas
contrato de «cost plus»	No caso de um contrato de «cost plus»
	Contrato de « <i>cost plus</i> »: é um contrato de construção
activo «corporate»	Se uma parte escriturada de um «activo <i>corporate</i> » excluindo o activo « <i>corporate</i> »
	Activos «corporate»... São activos excepto <i>goodwill</i> que contribuam
contratos de swap	contratos de opção e contratos de <i>swap</i>
unidade de «output»	com uma taxa fixada por unidade de « <i>output</i> » um preço fixado por unidade de «output»

Tabela 7.8 Diferentes formas de tratamento dos anglicismos no *Corpus SNC_leg*.

A Tabela 7.8 é constituída pelo anglicismo na primeira coluna e por um exemplo retirado do *Corpus SNC_leg* no lado direito. De fora da tabela deixámos os casos em que os anglicismos faziam parte da designação de uma entidade ou de uma norma:

- International Accounting Standards;
- International Accounting Standards Board;
- International Public Sector Accounting Standard;
- International Financial Reporting Interpretations Committee;
- International Financial Reporting Standards.

A Tabela 7.8 mostra bem a inconsistência no tratamento dos anglicismos que são grafados de diversas maneiras, sendo que, por vezes, o mesmo anglicismo é grafado de formas diferentes dentro do mesmo documento, como é o caso de **warrant**, que surge grafado com e sem itálico, ou de **activo «corporate»** que surge de três formas diferentes no mesmo documento:

- «activo *corporate*»;
- activo «*corporate*»;
- activos «corporate».

As formas com parêntesis, em que o anglicismo surge a explicitar a forma em português, parecem corresponder a formas cuja tradução não está cristalizada em português. O caso de **goodwill** ilustra uma tentativa de adopção de um equivalente em português que, aparentemente, não resultou. No Aviso nº 15652/2009, que institui a estrutura conceptual do SNC e que analisámos no capítulo anterior, encontramos **trespasse (goodwill)**, no que parece ter sido uma tentativa de introdução de um equivalente em português por parte do tradutor do texto. Esse é, contudo, o único documento em que ocorre a forma **trespasse**, já que, na legislação produzida pelos especialistas da CNC, e que não decorre directamente de uma tradução, o termo utilizado é sempre **goodwill**. A Figura 7.24 (abaixo) ilustra a dispersão da forma **goodwill** ao longo dos textos que compõem o *Corpus SNC_leg* através da ferramenta *Concordance Plot* do *software* AntConc.

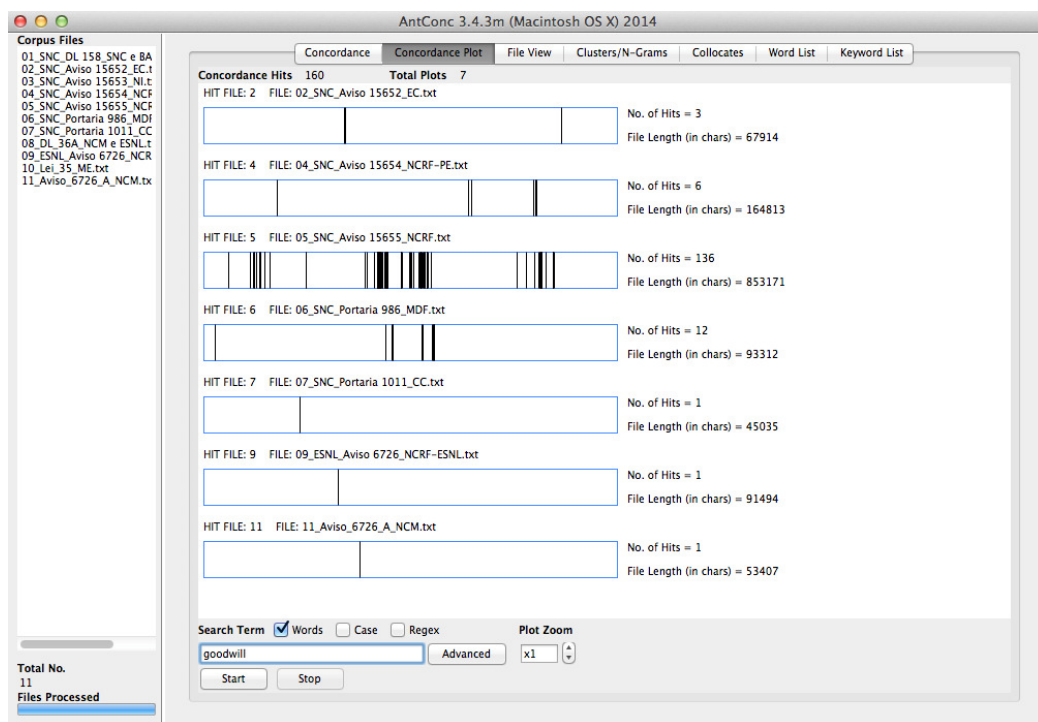


Figura 7.24 Concordance Plot do termo **goodwill** no Corpus SNC_leg.

A ferramenta *Concordance Plot* permite-nos visualizar as ocorrências de uma forma nos textos, indicando com o formato de um código de barras cada uma dessas ocorrências. Na Figura 7.24 podemos ver que o texto onde a forma **goodwill** surge mais vezes é no Aviso nº 15655/2009, que homologa as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, que foram elaboradas, como já dissemos com base nas Normas Internacionais de Contabilidade.

A forma **trespasse** surge, como dizíamos acima, apenas no Aviso nº 15652/2009, que institui a estrutura conceptual do SNC, e sempre seguida de (**goodwill**), como se o termo em português precisasse de ser esclarecido em inglês. A Figura 7.25 (abaixo) mostra a janela de concordâncias da forma **trespasse** no Corpus SNC_leg.

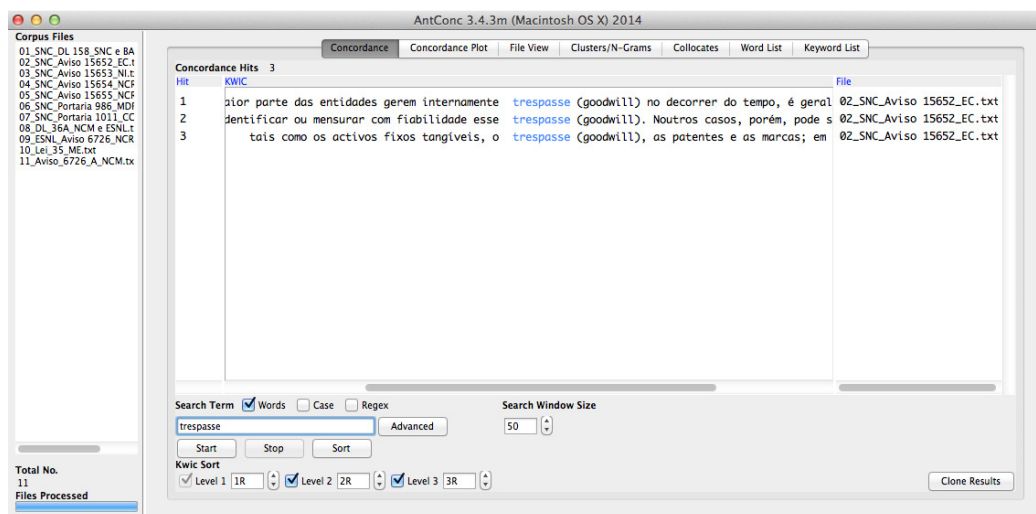


Figura 7.25 Concordâncias de **trespasse** no *Corpus SNC_leg*.

A preferência dos especialistas pela forma **goodwill**, contudo, tem uma razão de ser. **Trespasse** era um termo utilizado em português para designar outro conceito do domínio do Direito, mas com implicações na Contabilidade: designava (e ainda hoje designa) um contrato de transferência do direito de exploração de uma propriedade comercial. Na terminologia do SNC, **goodwill** corresponde «a benefícios económicos futuros resultantes de activos que não são capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos» (Aviso nº 15655/2009: 36310). O **trespasse** poderá, eventualmente, ser um tipo de **goodwill**, ou mesmo uma parte do **goodwill** de uma entidade, estabelecendo uma relação de hiponímia ou meronímia com **goodwill**, mas não será um equivalente apropriado. Prova disso é, aliás, o facto de a própria tradução do documento produzido pelo IASB acrescentar o termo **goodwill** entre parêntesis após **trespasse**. Esta tentativa de imposição da tradução de **goodwill** por **trespasse** teve continuidade num documento recente traduzido pelos serviços de tradução da UE, a Directiva 2013/34/UE, publicada a 29 de Junho de 2013, na qual **goodwill** surge traduzido por **despesas de trespasse**, ignorando, mais uma vez, a utilização efectiva do termo por parte dos especialistas.

O exemplo do tratamento de **goodwill**, bem como das restantes formas constantes da Tabela 7.8, revelam inconsistências que derivam, parece-nos, por um

lado, do facto de o normativo contabilístico português ter por base a tradução do normativo contabilístico internacional e, por outro, da ausência de uma adequada gestão da terminologia efectivamente usada no relato financeiro em Portugal. A tentativa de introdução de **trespasse** como tradução de **goodwill** não foi bem sucedida, em nosso entender, exactamente pela falta de uma análise adequada da terminologia já em utilização.

Do ponto de vista da política linguística, contudo, a tentativa de tradução de um termo em inglês por um termo equivalente em português faz todo o sentido, mas não pode ser feita de uma forma «autista» como dizia Hernâni Carqueja. Em termos de harmonização da terminologia em utilização, escolher um termo que já é utilizado para designar outro conceito não é uma opção sensata. Porém, para se chegar ao conhecimento de que um termo designa um determinado conceito num domínio, é necessário primeiro organizar conceptualmente o domínio e perceber quais os termos que, efectivamente, designam os conceitos que compõem o sistema conceptual desse domínio.

7.5 Pesquisa de equivalentes

A base de dados terminológica que se pretende construir na sequência das reflexões efectuadas no âmbito desta tese tem como público-alvo preferencial os tradutores que têm de passar textos do relato financeiro de português para inglês, mas também os preparadores das demonstrações financeiras que, eventualmente, as possam ter de apresentar directamente em inglês, sendo essa, como vimos, a *lingua franca* do relato financeiro na sociedade em rede em geral e, concretamente, em Portugal.

Como descrevemos sucintamente no capítulo anterior, no âmbito desta investigação, construímos um *corpus* paralelo, o *Corpus IAS_leg*, composto pela totalidade das Normas Internacionais de Contabilidade à data do seu endosso pela UE (em 2008), bem como pelo documento que institui a *Estrutura Conceptual para Apresentação e Preparação das Demonstrações Financeiras*, que analisámos no Capítulo V. Ao longo da nossa investigação, fomos testando a pesquisa de

equivalentes no *Corpus IAS_leg*, seguindo a metodologia que descrevemos no Capítulo V e que aqui recapitulamos: alinhámos os textos do *Corpus IAS_leg* em inglês com os textos em português através da funcionalidade WinAlign do *software* SDL Trados Studio 2011 Professional, efectuando as pesquisas dos termos em português para encontrarmos o seu equivalente em inglês.

O facto de termos duas versões em português de textos muito semelhantes — as normas contabilísticas — faz com que esta metodologia contribua para uma garantia da qualidade final do recurso produzido. A pesquisa inicial dos candidatos a termo é feita num texto escrito originalmente em português, ou, para sermos mais correctos, adaptado por especialistas como vimos no Capítulo V, pelo que reflecte a terminologia efectivamente utilizada pela classe de profissionais.

Se só tivéssemos o original das normas internacionais e a sua tradução, a pesquisa da terminologia no texto em português não nos poderia garantir um elevado grau de fiabilidade, já que se trataria de opções tomadas por uma equipa de tradutores e não pelos especialistas. Desta forma conseguimos, julgamos nós, combinar o melhor dos dois mundos: utilizamos o *Corpus SNC_leg* para fazer a pesquisa inicial que levará à alimentação da base de dados terminológica em português e o *Corpus IAS_leg* para identificar os equivalentes necessários para alimentar a base de dados terminológica em inglês.

Assim, depois de concluído o processo de extracção de terminologia do *Corpus SNC_leg* para selecção de candidatos a termo, criação de mapas conceptuais e redacção de definições, julgamos estar em condições de proceder a uma pesquisa sistemática dos equivalentes em inglês, utilizando para tal o *Corpus IAS_leg*.

Vejamos dois exemplos de pesquisa de equivalentes no *Corpus IAS_leg*, os termos **locação financeira** e **activo fixo tangível**.

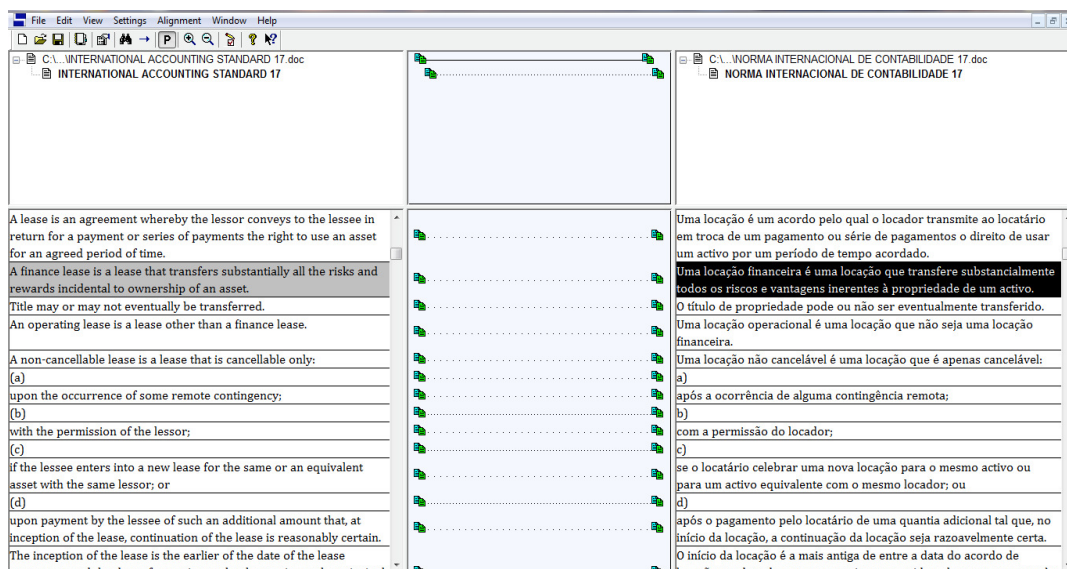


Figura 7.26 Ecrã de pesquisa de **locação financeira** no *Corpus IAS_leg*.

Na Figura 7.26, podemos ver a definição de ‘locação financeira’ na Norma Internacional de Contabilidade 17 — em inglês, sombreado a cinzento, do lado esquerdo; em português, sombreado a preto, do lado direito — pelo que podemos afirmar com um elevado grau de certeza que o equivalente do termo **locação financeira** é *finance lease*.

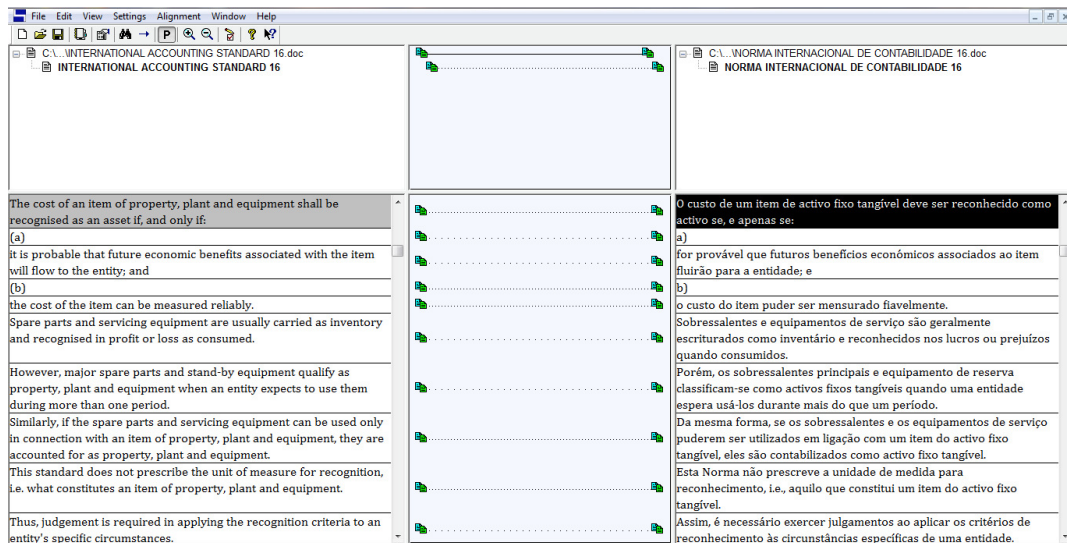


Figura 7.27 Ecrã de pesquisa de **activo fixo tangível** no *Corpus IAS_leg*.

Na Figura 7.27, vemos o exemplo da pesquisa do equivalente de **activo fixo tangível**. Temos novamente do lado direito, sombreado a preto, o termo em português no *Corpus* IAS_leg e à esquerda o seu equivalente em inglês, sombreado a cinzento. Podemos, portanto, afirmar que o equivalente de **activo fixo tangível** em inglês é ***property, plant and equipment***.

Uma vez que concebemos a participação dos especialistas em diversas fases do processo terminológico, preocupou-nos a possibilidade de não termos acesso a especialistas cuja língua materna fosse o inglês, de modo a conseguirem validar os equivalentes propostos. Porém, quando colocámos essa questão aos especialistas, apercebemo-nos de que era uma preocupação infundada. A própria natureza do domínio, concretamente o facto de existirem entidades sujeitas às normas nacionais e outras às normas internacionais, faz com que os especialistas do relato financeiro a trabalhar em Portugal precisem de consultar frequentemente as versões em inglês das normas internacionais, o que lhes dá o conhecimento necessário para desempenharem a tarefa de validação dos equivalentes em inglês com sucesso.

Para finalizar, demos a este capítulo o título de «Análise dos dados: Vantagens e limitações do *corpus*», porque sentimos, ao longo da investigação, que um *corpus* e a sua exploração têm, de facto, grandes vantagens, mas também algumas limitações para o desenvolvimento do trabalho terminológico: a maior vantagem que vimos no *Corpus* SNC_leg em concreto foi o facto de se tratar de um conjunto relativamente homogéneo de textos, validados implicitamente pelos especialistas, visto serem textos legislativos do domínio e terem sido recolhidos do sítio *Web* do órgão português com responsabilidades sobre o relato financeiro em Portugal: a Comissão de Normalização Contabilística.

Porém, apesar de termos recolhido toda a legislação contabilística disponível aquando da construção do *Corpus* SNC_leg, verificámos que o *corpus* não continha formas com as quais nos deparámos ao longo da investigação através da leitura de outras fontes: a forma ***leasing*** é um bom exemplo disso.

Uma segunda fraqueza que verificámos foi na articulação do *Corpus* SNC_leg com o *Corpus* IAS_leg, pelo facto de a legislação internacional não conter todos os

termos necessários para a tradução das demonstrações financeiras, visto que, segundo os especialistas nos explicaram depois de termos feito esta observação, o formato das demonstrações financeiras é nacional, herdado do anterior normativo contabilístico, e, por conseguinte, não tem paralelo no normativo internacional. Esta foi uma grande desilusão perante os dados fornecidos pela exploração de ambos os *corpora*, já que, tendo estado várias vezes na posição de quem tem de traduzir um relatório anual escrito em português para inglês, sabemos o quão difícil pode ser identificar o equivalente correcto para traduzir termos que aparecem isolados em quadros, sem qualquer contexto, como é o caso dos vários itens das demonstrações financeiras. Veja-se, a título de exemplo, no modelo de balanço, as rubricas do activo (Figura 7.28, abaixo).

ANEXO N.º 1

Entidade:		BALANÇO (INDIVIDUAL ou CONSOLIDADO) EM XX DE YYYYYY DE 200N		UNIDADE MONETARIA (1)	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS			
		31 XXX N	31 XXX N-1		
ACTIVO					
Activo não corrente					
Activos fixos tangíveis					
Propriedades de investimento					
Goodwill					
Activos intangíveis					
Activos biológicos					
Participações financeiras – método da equivalência patrimonial					
Participações financeiras – outros métodos					
Accionistas/sócios					
Outros activos financeiros					
Activos por impostos diferidos					
Activo corrente					
Inventários					
Activos biológicos					
Clientes					
Adiantamentos a fornecedores					
Estado e outros entes públicos					
Accionistas/sócios					
Outras contas a receber					
Diferimentos					
Activos financeiros detidos para negociação					
Outros activos financeiros					
Activos não correntes detidos para venda					
Caixa e depósitos bancários					
Total do activo					

Figura 7.28 Rubricas do activo num balanço.

Pesquisando as designações das rubricas do activo constantes de um balanço no *Corpus IAS_leg* em português, não encontramos:

- participações financeiras;
- adiantamentos a fornecedores;
- Estado e outros entes públicos;
- caixa e depósitos bancários.

Esta fragilidade do *Corpus IAS_leg* levou-nos a considerar a possibilidade de, no futuro, irmos a construir um *corpus* comparável com relatórios anuais originalmente escritos em inglês e em português, na medida em que tencionamos explorar a possibilidade de, na prática, estes termos ocorrerem nos relatórios tanto nacionais quanto internacionais, muito embora na legislação não ocorram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

'When I use a word', Humpty Dumpty said, in rather a scornful tone, 'it means just what I choose it to mean —neither more nor less.'

'The question is', said Alice, 'whether you can make words mean so many different things.'

'The question is', said Humpty Dumpty, 'which is to be the master —that's all'.

(Lewis Carroll, *Through the looking glass*)

Na primeira parte deste trabalho, dedicámo-nos a reflectir sobre o papel da língua na sociedade em rede, começando por caracterizar brevemente a sociedade actual. A organização da sociedade em rede levou-nos a questionar o papel das *linguae francae* em face do multilinguismo e do multiculturalismo que caracterizam a Europa e o mundo em geral. Por fim, considerámos que a língua desempenha também um papel determinante na transmissão do conhecimento, mas, por ser tomada como um dado adquirido, tem pouca expressão na literatura da gestão do conhecimento.

A primeira parte deste estudo permitiu-nos situar a língua na sociedade e definir um objecto de estudo para a análise terminológica de que demos conta na segunda parte. Considerando as dinâmicas estabelecidas na sociedade em rede, fruto da globalização, procurámos um domínio que tivesse uma expressão multilingue e multicultural. Fazendo uso da nossa experiência no ensino e na tradução, onde a Terminologia desempenha um papel fundamental, elegemos o relato financeiro cuja aplicação extravasa as fronteiras nacionais e, portanto, constitui um bom exemplo de multilinguismo e multiculturalismo na sociedade em rede. Além disso, o relato financeiro espelha também a tensão que identificámos entre a manutenção do multilinguismo, por um lado, e a hegemonia de uma *lingua franca*, no caso o inglês, por outro.

A segunda parte deste trabalho foi, portanto, dedicada ao estudo do relato financeiro, começando com a definição do domínio da Contabilidade como enquadramento e com o estudo da Estrutura Conceptual como ponto de partida

para a análise da terminologia usada no relato financeiro em Portugal. Para essa análise, constituímos um *corpus* de textos legislativos no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística, de cuja exploração demos conta. Construímos ainda um *corpus* paralelo composto por textos do normativo contabilístico internacional, com vista ao desenvolvimento de uma metodologia que virá a ser utilizada para criar um glossário bilingue (português/inglês) da terminologia do relato financeiro.

Subjacente a este trabalho, assumimos a perspectiva de que a língua pode ser considerada um activo no seio de uma organização e uma mais-valia no conjunto das competências de cada indivíduo, centrando-nos no papel da língua enquanto veículo de transmissão de informação e criação de conhecimento na sociedade actual organizada em rede. Sendo a globalização dos mercados uma característica marcante da sociedade em rede, o discurso do relato financeiro assume um papel preponderante na sobrevivência das empresas que se movimentam no espaço internacional. Na sequência de um esforço de harmonização das práticas contabilísticas ao nível internacional, a comparabilidade do relato financeiro tem vindo a ser fomentada através da aplicação de normas contabilísticas comuns. Contudo, a harmonização contabilística de nada vale aos investidores estrangeiros, se não compreenderem a língua em que os relatórios anuais estão escritos. Nessa óptica, e constituindo o inglês uma *lingua franca* no domínio dos negócios internacionais, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) recomenda que as sociedades disponibilizem em inglês no seu sítio da Internet diversas informações relativas à sua actividade.

Considerando que a utilização de uma terminologia adequada é fundamental para garantir a qualidade da informação financeira proporcionada pelas empresas, procurámos neste trabalho reflectir sobre a terminologia utilizada no relato financeiro com vista à construção futura de uma base de dados terminológica. Interessou-nos o caso concreto de Portugal, onde a influência das Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) se sente por duas vias, como vimos no Capítulo IV: através da aplicação das próprias IAS/IFRS às empresas que a elas estão obrigadas e através da influência que exerceram na produção das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro portuguesas. Porém, na realidade, as Normas

Internacionais de Contabilidade têm vindo a ganhar expressão em vários países e não só na UE, num esforço para tornar a comparabilidade e a transparência do relato financeiro uma realidade na sociedade em rede. Contudo, a adopção das normas internacionais na UE não parece ser o suficiente para garantir uma qualidade equivalente do relato financeiro em todos os países, uma vez que a tradução das Normas Internacionais de Contabilidade para as línguas oficiais dos estados-membros não é, como vimos, isenta de falhas, o que se acrescenta às diferenças em termos das culturas contabilísticas dos diferentes países.

Começámos a análise terminológica do relato financeiro pelo estudo da Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística descrita no final do Capítulo V. Partindo da perspectiva da tradução técnica, ou especializada, analisámos a tradução da terminologia do relato financeiro com base na comparação de três textos, a *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements* (Comissão, 2003a), a *Estrutura Conceptual para a Apresentação e Preparação das Demonstrações Financeiras* (Comissão, 2003b) e a *Estrutura Conceptual* do Sistema de Normalização Contabilística (Aviso nº 15652/2009). Através da análise destes três textos, apercebemo-nos da falta de qualidade da tradução do texto original em inglês, que teve repercussões na elaboração da Estrutura Conceptual do normativo português, na medida em que esta foi feita com base na tradução da estrutura conceptual do normativo internacional.

As falhas que detectámos na tradução da estrutura conceptual do normativo internacional e a constatação de que essas falhas tiveram implicações negativas na terminologia do relato financeiro usada em Portugal levaram-nos a reflectir sobre os pressupostos para a construção de uma base de dados terminológica, que virá a ser construída na sequência deste trabalho e terá dois objectivos fundamentais: por um lado, contribuir para a organização terminológica e conceptual do relato financeiro em Portugal e, por outro, servir para a construção de um glossário bilingue português/inglês do relato financeiro.

O primeiro desses objectivos encontra razão de ser nas críticas que vimos plasmadas na literatura da Contabilidade às escolhas efectuadas aquando da tradução das Normas Internacionais de Contabilidade, críticas essas muito duras,

como a efectuada pela voz de Hernâni Carqueja, que acusou a Comissão de Normalização Contabilística de ter sido «autista e [de ter passado] ao lado de estudos e pareceres que foram sendo divulgados» («CNC foi autista», 2009: 18). Parece-nos, portanto, que terá de ser levado a cabo um trabalho de análise da terminologia do relato financeiro, procurando, em conjunto com os especialistas, soluções que garantam uma isenção da interferência do inglês, como língua de partida das normas internacionais. A participação dos especialistas no processo de organização terminológica e conceptual é essencial na abordagem semasiológica para fins onomasiológicos que defendemos neste trabalho, pelo que a sua colaboração é solicitada em diversos momentos do processo.

A definição dos conceitos do relato financeiro é algo a que os próprios especialistas dão uma particular atenção. A redefinição da definição de ‘activo’, por exemplo, está a ser discutida há vários anos. Em resposta a um documento produzido pelo IASB em 2007, o *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG) e a *Autorité des Normes Comptables* (ANC) produziram em conjunto um artigo de investigação sobre a nova definição sugerida pelo IASB e pelo FASB¹⁰³ (EFRAG/ANC, 2010), que em 177 parágrafos e ao longo de 57 páginas, discute uma definição que tem, actualmente, duas alíneas, na sua versão portuguesa:

Activo: é um recurso:

- (a) Controlado por uma entidade como resultado de acontecimentos passados; e
- (b) Do qual se espera que fluam benefícios económicos futuros para a entidade (Aviso nº 15655/2009: 36272).

Sendo a noção de ‘activo’ fundamental no relato financeiro, que decorre de princípios contabilísticos baseados numa abordagem assente na prescrição do tratamento contabilístico de ‘activos’ e ‘passivos’, percebe-se a intenção dos especialistas de apresentar uma nova definição que, entre outras melhorias,

¹⁰³ O Financial Accounting Standards Board é o organismo encarregue nos EUA de produzir os princípios contabilísticos geralmente aceites (*Generally Accepted Accounting Principles* — GAAP).

«removes problems related to the ambiguity of the notion of “control” included in the old one» (EFRAG/ANC, 2010: 1). Esta preocupação com a eliminação da ambiguidade nota-se em todo o documento que, recordamos, é inteiramente dedicado a comentar a proposta de alteração do IASB e do FASB relativamente à definição de ‘activo’. As duas versões da definição em causa são:

Definição actual:

An asset is a resource controlled by the entity as a result of past events and from which future economic benefits are expected to flow to the entity.

Proposta de alteração:

An asset of an entity is a present economic resource to which the entity has a right or other access that others do not have.

Pensamos, portanto, que dada a importância da definição dos conceitos de base do relato financeiro, como noutros domínios do saber, a colaboração que propomos entre especialistas e terminólogos será muito proveitosa.

O segundo objectivo das reflexões levadas a cabo neste estudo prende-se com a já referida necessidade que algumas empresas têm de apresentar a informação financeira em inglês decorrente da recomendação da CMVM. A publicação dessa informação financeira — por exemplo, sob a forma de documentos de prestação de contas anuais — requer a tradução de um texto em português para inglês. Para tal, concebemos a criação de um glossário bilingue português/inglês que auxilie os tradutores a desempenharem essa tarefa com uma maior garantia de qualidade terminológica do texto final produzido.

Na sequência do que referimos relativamente à necessidade de organização conceptual do subdomínio do relato financeiro, consideramos que será também relevante levar a cabo uma harmonização ao nível dos termos utilizados, entendida como «*activity leading to the selection of designations for a harmonized concept either in different languages or within the same language*» (ISO 860:2008: 2). Em resultado da análise que efectuámos, consideramos que será necessário harmonizar

primeiro os termos no relato financeiro em Portugal e depois passarmos para a tarefa de selecção de equivalentes em inglês, de modo a harmonizar também as escolhas a esse nível. Para tal, pensamos que o glossário bilingue português/inglês, cuja construção propomos na sequência dos trabalhos efectuados no âmbito desta tese, será uma mais-valia.

Por fim, e para fechar o ciclo, regressamos à primeira parte deste trabalho e à análise que efectuámos sobre o papel da língua na sociedade em rede. O nosso estudo levou-nos a reflectir sobre o multilinguismo e sobre as *linguae francae*, bem como a pensar sobre a definição de políticas linguísticas. Consideramos que ainda há muito para fazer no sentido de garantir a comunicação especializada em línguas de menor circulação — ou de menor expressão política, económica ou cultural — recusando a imposição hegemónica do inglês. Neste sentido, concordamos com Costa (2008), que alerta para o perigo de que, dada a preponderância de uma única língua de comunicação, os especialistas possam perder a capacidade de se exprimir, de comunicar, de ensinar, de redigir e até mesmo de conceptualizar na sua língua materna ao nível da especialidade.

É neste ponto que a Terminologia, enquanto ciência, e as terminologias, enquanto conjuntos de termos de um determinado domínio, têm um papel preponderante a desempenhar, contribuindo para a construção de instrumentos fundamentais para a preservação de uma língua. Muito embora entendamos que a Terminologia não se resume actualmente a desempenhar o papel normalizador que lhe foi atribuído na sua génese na primeira metade do século XX, acreditamos que desempenha, contudo, uma função de fixação da língua de especialidade, permitindo a sua evolução de modo a acompanhar os avanços científicos e tecnológicos e garantindo que os especialistas não fiquem dependentes de estrangeirismos para a sua expressão.

Referências bibliográficas

- Ackoff, R. L. (1989). From data to wisdom. *Journal of Applied Systems Analysis*, 16, 3–9.
- Adler, P. S. (2001). Market, hierarchy, and trust: *The knowledge economy and the future of capitalism*. *Organization Science*, 12(2), 215-234.
- Ahmad, K, Cheng, D, Taskaya, T., Ahmad, S., Gillam, L., Manomaisupat, P., Traboulsi, H. & Hippisley, A. (2006) The mood of the (financial) markets: In a *corpus* of words and pictures. In A. Wilson, D. Archer & P. Rayson (Eds.). *Corpus linguistics around the world* (pp. 17-32). Amesterdão: Rodopi.
- Aijmer, K. (2008). Translating discourse particles: A case of complex translation. In G. Anderman & M. Rogers. *Incorporating corpora: The linguist and the translator* (pp. 95-116). Clevedon: Multilingual Matters.
- Alarcón Alárcon, A. (2005). Los mercados lingüísticos: Aportaciones desde la perspectiva de la elección racional, *Papers*, 78, 89-109.
- Alcón Soler, E. (2007). Linguistic unity and cultural diversity in Europe: Implications for research on English language learning. In E. Alcón & M.P. Safont (Eds.), *Intercultural language use and language learning* (pp. 23-39). Dordrecht: Springer.
- Allen, J. D. et al. (2012). *The Unicode Standard: Version 6.1 – Core specification*. Disponível em <http://www.unicode.org/versions/Unicode6.1.0/> (22/03/2013).
- Alves, S. S. & Mendes, L. (2006). Awareness and Practice of Plurilingualism and Intercomprehension in Europe. *Language and Intercultural Communication*, 6(3-4), 211-218.
- American Institute of Accountants (1953). *Accounting terminology bulletin No. 1*. Nova Iorque: American Institute of Accountants.

- Ammon, U. (2006). Language conflicts in the European Union: On finding a politically acceptable and practicable solution for EU institutions that satisfies diverging interests. *International Journal of Applied Linguistics*, 16(3), 319-338.
- Andreu, R. & Sieber, S. (2001). Organizational learning and knowledge management: Where is the link. In Y. Malhotra (ed.). *Knowledge management and business model innovation* (pp. 60-76). Hershey: Idea Group Publishing
- Androutsopoulos, J. (2010). Localizing the global on the participatory web. In N. Coupland (Ed.). *The handbook of language and globalization* (pp. 203-231). Chichester: Wiley-Blackwell.
- Anthony, L. (2013). Developing AntConc for a new generation of *corpus* linguists. *Proceedings of the Corpus Linguistics Conference (CL 2013)* (pp. 14-16), 22-26 de Julho. Universidade de Lancaster.
- Anthony, L. (2014). AntConc (versão 3.4.3) [Software] Tóquio: Waseda University. Disponível em <http://www.antlab.sci.waseda.ac.jp/>
- Appadurai, A. (1990). Disjuncture and difference in the global cultural economy. In M. Featherstone (Ed.). *Global culture: Nationalism, Globalization and Modernity* (pp. 295- 310). Londres: Sage.
- Appadurai, A. (1996). *Modernity at large: Cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Aronin, L. & Singleton, D. (2008). Multilingualism as a New Linguistic Dispensation. *International Journal of Multilingualism*, 5(1), 1-16.
- Atuesta, B. & Gamboa, L. F. (2007). *Externalidades de red en una economia con tres idiomas*. Documento de Trabalho nº 19. Universidade del Rosario, Bogotá. Disponível em http://www.urosario.edu.co/urosario_files/13/139d9a18-fe9f-4381-abbe-e3a44c94d409.pdf [30/03/2013].
- Barbier, J.C. (2012). *Languages, Political Cultures and Solidarity in Europe*. Documento de trabalho nº1. Helsínquia: RECODE. Disponível em <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00667787/> [16/04/2013].

- Barbujani, G. & Sokal, R. (1990). Zones of sharp genetic change in Europe are also linguistic boundaries. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 87(5), 1816-1819.
- Baskerville, R. & Evans, L. (2011). *The darkening glass: Issues for translation of IFRS*. Edimburgo: Institute of Chartered Accountants of Scotland.
- Baskerville, R. & Evans, L. (2012). Situating IFRS translation in the EU within speed wobbles of convergence. Disponível em http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2028660 [26/04/2014].
- Becker, G. (2002). The age of human capital. In E. P. Lazear (Ed.) *Education in the twenty-first century*. Stanford: The Hoover Institution Press.
- Benkler, Y. (2006). *The wealth of networks: How social production transforms markets and freedom*. New Haven: Yale University Press.
- Bennett, K. (2013). The translator as cultural mediator in research publication. In V. Materese (Ed.). *Supporting Research Writing: Roles and challenges in multilingual settings* (pp. 93-106). Cambridge: Woodhead Publishing.
- Berber Sardinha, T. (2000). Lingüística de *corpus*: Histórico e problemática. *Delta*, 16(2), 323-367.
- Berman, K., Knight, J., & Case, J. (2013). Preface. In *Financial intelligence for IT professionals: What you really need to know about the numbers* (p. xiii). Boston: Harvard Business Press.
- Berners-Lee, T. (2000). *Weaving the web: The original design and ultimate destiny of the world wide web*. Nova Iorque: HarperCollins Publishers.
- Biblioteca Nacional (ed. lit) (2005). *CDU: Classificação Decimal Universal: tabela de autoridade*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Bielsa, E. (2005). Globalisation and translation: A theoretical approach. *Language and Intercultural Communication*, 5(2), 131-144.
- Bielsa, E. (2012). Beyond Hybridity and Authenticity: Globalisation, Translation and the Cosmopolitan Turn in the Social Sciences, *Synthesis*, 4, 17-35.

- Bologna Declaration (1999). [Em linha]. Disponível em http://www.bologna-bergen2005.no/Docs/00-Main_doc/990719BOLOGNA_DECLARATION.PDF [15/11/2012].
- Bono, M. & Stratilaki, S. (2009). The M-factor, a bilingual asset for plurilinguals? Learners' representations, discourse strategies and third language acquisition in institutional contexts. *International Journal of Multilingualism*, 6(2), 207-227.
- Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire.: L'économie des échanges linguistiques*. s.l.: Fayard.
- Bourigault, D., Aussenac-Gilles, N. & Charlet, J. (2004). Construction de ressources terminologiques ou ontologiques à partir de textes Un cadre unificateur pour trois études de cas. *Revue d'Intelligence Artificielle*, 18(1), 87-110.
- Bowker, L. & Pearson, J. (2002) *Working with Specialized Languages*. Londres: Routledge.
- Broadbent, M. (1998). The phenomenon of knowledge management: What does it mean to the information profession?. *Information Outlook*, 2(5), 23-37.
- Cabré, M. T. (1999). El discurs especialitzat o la variació funcional determinada per la temàtica: Noves perspectives. In *La terminología: Representación y comunicación* (pp. 151-173). Barcelona: IULA.
- Cabré, M. T. (2005). A Terminologia, uma disciplina em evolução: passado, presente e alguns elementos de futuro. *Debate Terminológico*. Disponível em [file:///C:/Users/admin/Downloads/21286-78281-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/admin/Downloads/21286-78281-1-PB%20(1).pdf) [10/05/2014].
- Canagarajah, S. (2007). Lingua Franca English, Multilingual Communities, and Language Acquisition. *The Modern Language Journal*, 91(1), 923-939.
- Cañas, A. J. & Novak, J. D. (2008). Concept mapping using Cmap tools to enhance meaningful learning. In T. Sherborne, S. J. Buckingham Shum & A. Okada. *Knowledge Cartography* (pp. 25-46). Londres: Springer.

- Cardoso, G. (2006). *Da comunicação em massa à comunicação em rede: Modelos comunicacionais e a sociedade de informação*. Barcelona: InCom-UAB.
- Carroll, L. (1998). *Alice's adventures in wonderland AND Through the looking glass and what Alice found there*. Londres: Penguin Books.
- Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2000). *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* (18/12/2000) C 364/1 - C 364/22.
- Carvalho, A. S. (2011). *Judith Ortiz Cofer e Call me María: A diáspora porto-riquenha nos Estados Unidos*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Casale, D. & Posel, D. (2011). English language proficiency and earnings in a developing country: The case of South Africa. *The Journal of Socio-Economics*, 40(4), 385-393.
- Castells, M. (2000). Materials for an exploratory theory of the network society. *British Journal of Sociology*, 51(1) 5-24.
- Castells, M. (2001). *La galaxia internet*. Barcelona: Areté.
- Castells, M. (2004). Informationalism, networks and the network society: A theoretical blueprint. In M. Castells (Ed.). *The Network Society: A cross-cultural perspective* (pp. 3-45). Northampton: Edward Elgar Publishing.
- Castells, M. (2006). A sociedade em rede: Do conhecimento à política. In M. Castells & G. Cardoso. *A sociedade em rede: Do conhecimento à acção política* (pp. 17-30). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Castells, M. (2007a [1996]). *A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Vol I: *A Sociedade em Rede*. 3.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2007b). Communication, power and counter-power in the network society. *International Journal of Communication*, 1, 238-266.
- Castells, M. (2009). *Communication power*. Oxford: Oxford University Press.
- Castells, M. (2010 [1998]). *The information age: Economy, society and culture*. Vol III: *End of millennium*. 2ª ed. Chichester: Wiley-Blackwell.

- Castells, M., Caraça, J. & Cardoso, G. (2012). The cultures of the economic crisis: An introduction. In M. Castells, J. Caraça, J. & G. Cardoso. *Aftermath: The cultures of the economic crisis* (pp. 1-14). Oxford: Oxford University Press.
- Cay, W. C. (1998). The practice of linguistic nonviolence. *Peace Review: A Journal of Social Justice*, 10(4), 545-547.
- Church, J. & King, I. (1993). Bilingualism and network externalities. *The Canadian Journal of Economics*, 23(2), 337-345.
- Ciapuscio, G. (2000). La terminología en la descripción y tipificación del discurso especializado (pp. 259-274). M. Correia (org.), *Terminología e Indústrias da Língua* (pp. 579-592). Lisboa: ILTEC.
- CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (2011). *Relatório Anual sobre o Governo das Sociedades Cotadas - 2009*. Disponível em <http://www.cmvm.pt/CMVM/Estudos/Documents/Relatório%20Anual%20Governo%20Societário%202011.pdf> [14/12/2013].
- CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (2013). *Código de Governo das Sociedades da CMVM (Recomendações)*. Disponível em <http://www.cmvm.pt/CMVM/Recomendacao/Recomendacoes/Documents/Código%20de%20Governo%20das%20Sociedades%202013.pdf> [14/12/2013].
- CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (2014). *Relatório Anual sobre o Governo das Sociedades Cotadas - 2012*. Disponível em <http://www.cmvm.pt/CMVM/Estudos/Em%20Arquivo/Pages/20140327.aspx> [10/11/2014].
- CNC - Comissão de Normalização Contabilística (2013a). *Linhas orientadoras para o Sistema de Normalização Contabilística — Administrações Públicas (SNC-AP)*. Disponível em http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/docs_originais/Linhas_Orientadoras_SNCAP.pdf [14/12/2014].
- CNC - Comissão de Normalização Contabilística (2013b). *Sobre a CNC*. Sítio Web. Disponível em: <http://www.cnc.min-financas.pt/sobre.html> [29/07/2014].

CNC foi autista na terminologia adoptada no Sistema de Normalização Contabilística (2009, Nov.). *Contabilidade e Empresas. Suplemento da Vida Económica*, 1319, 18.

Coleman, J. A. (2009). Why the British do not learn languages: myths and motivation in the United Kingdom. *The Language Learning Journal*, 37(1), 111-127.

Comissão das Comunidades Europeias (2005). *A new Framework strategy for multilingualism*. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52005DC0596&from=EN> [29/05/2013].

Comissão Europeia (2006). *Europeans and their languages* [em linha]. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_243_sum_en.pdf [15/11/2012].

Comissão Europeia (2008). *Falar as línguas da Europa: As línguas na União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Comissão Europeia (2011). *Lingua franca: Chimera or reality?* [Em linha]. CORDIS: Directorate-General for Translation. Disponível em <http://cordis.europa.eu/fp7/ict/language-technologies/docs/lingua-franca-en.pdf> [15/11/2012].

Comissão Europeia (2012a). *Europeans and their languages* [em linha]. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_386_en.pdf [15/11/2012].

Comissão Europeia (2012b). *The European Higher Education Area in 2012: Bologna Process Implementation Report*. Bruxelas: Education, Audiovisual and Culture Executive Agency.

Comissão Europeia (2013). *Línguas: Perguntas frequentes sobre o multilinguismo e a aprendizagem de línguas*. [Em linha]. Actualizado a 13/06/2013. Disponível em http://ec.europa.eu/languages/orphans/faq_pt.htm [17/06/2013].

Conselho da Europa (1992). *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias*. Disponível em

http://www.coe.int/t/dg4/education/minlang/textcharter/Charter/Charter_pt.pdf [07/01/2015].

Conselho da Europa (2001). *Common European Framework of Reference for Languages*. Cambridge: Cambridge University Press.

Costa, J. A. (2012). *Accounting: An Information System for Organizations*. [e-book]. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra.

Costa, R. (2001). *Pressupostos teóricos e metodológicos para a extracção automática de unidades terminológicas multilexémicas*. Dissertação de Doutoramento em Linguística, Universidade Nova de Lisboa.

Costa, R. (2006a). Plurality of Theoretical Approaches to Terminology. In H. Picht (ed.). *Modern Approaches to Terminological Theories and Applications* (pp. 77-89). Série: Linguistic Insights. Studies in Language and Communication. Vol. 36. Berlin/Berna: Peter Lang Verlag.

Costa, R. (2006b). Texte, terme et contexte. In D. Blampain, P. Thoiron & M. Van Campenhoudt (dirs.). *Mots, termes et contextes* (pp. 79-88). Actes des septièmes Journées Scientifiques LTT. Bruxelles, 8-10 de Setembro de 2005.

Costa, R. (2008). Terminologie et diversité linguistique. Minority Languages and Terminology Policies. *Proceedings of Special EAFT Seminar*. Viena: TermNet Publisher.

Costa, R. (2013). Terminology and Specialised Lexicography: two complementary domains. *Lexicographica*, 29(1), 29-42.

Costa, R. & Silva, R. (2006). *Guião: Metodologia para a investigação aplicada em terminologia*. Manuscrito não publicado.

Costa, R. & Silva, R. (2008). De la typologie à l'ontologie de textes. *Actes de la conférence TOTh 2008, Annecy*, 5 e 6 de Junho. Annecy: Institut Porphyre, Savoir et Connaissance.

- Costa, R., Silva, R., Barros, S. & Soares, A. L. (2012). Mediation strategies between terminologists and experts (pp. 297-308). *Terminologies: textes, discours et accès aux savoirs spécialisés*. Brest: GLAT.
- Coste, D. & Simon, D. (2009): The plurilingual social actor. Language, citizenship and education. *International Journal of Multilingualism*, 6(2), 168-185.
- Cravo, D., Silva, I. C., Grenha, C., Colaço, P. & Pontes, S. (2009). Novo Sistema de Normalização Contabilística : Alterações introduzidas após o processo de audição pública. *Revista TOC*, 110, 38-44.
- Cronin, M. (2003). *Translation and globalization*. Londres: Routledge.
- Cruse, D. A. (1986). *Lexical semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Crystal, D. (2000). *Language death*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Crystal, D. (2003a). *English as a global language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Crystal, D. (2003b). *Language and the Internet*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Crystal, D. (2008). *Txtng: The gr8 db8*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Csizér, K., & Dörnyei, Z. (2005). The internal structure of language learning motivation and its relationship with language choice and learning effort. *Modern Language Journal*, 89(1), 19-36.
- Cunha Guimarães, J. (1998). História e teoria da Contabilidade: Breve reflexão. *Jornal do Técnico de Contas e da Empresa*, 407-410 (Agosto a Novembro).
- Cunha Guimarães, J. (2006). O Léxico Português de Contabilidade e as NIC/NIRF [em linha]. *Revista Infocontab*, 8. Disponível em <http://www.infocontab.com.pt/download/revInfocontab/2006/08/LexicoPortugues.pdf> [16/12/2013].
- Cunha Guimarães, J. (2007). A estrutura conceptual da Contabilidade: Do POC ao SNC. *Revista TOC*, 91, 42-56.

- Dalmazzone, S. (1999). Economics of language: A network externalities approach. In A. Breton (Ed.), *Exploring the Economics of language* (pp. 63-87). Otava: Canadian Heritage.
- Dantas, J. A., Rodrigues, F. F., Niyama, J. K. & de Melo Mendes, P. C. (2010). Normatização contábil baseada em princípios ou em regras?: Benefícios, custos, oportunidades e riscos. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 4(9), 3-29.
- Davenport, T. (2007). Information Technologies for knowledge management (pp. 97-109). In Ichijo, K. & Nonaka, I. (eds.) (2007). *Knowledge creation and management: New challenges for managers*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Davenport, T. H., & Prusak, L. (1998). *Working knowledge: How organizations manage what they know*. Harvard Business Press.
- de Groot, E., Korzilius, H., Gerritsen, M. & Nickerson, C. (2011). There's no place like home: Uk-based financial analysts' response to Dutch-English and British-English annual report texts. *Professional Communication*, 54(1), 1-17.
- de Swaan, A. (2001). *World of words*. Cambridge: Polity.
- de Swaan, A. (2010). Language systems. In N. Coupland (Ed.). *The handbook of language and globalization* (pp. 56-76). Chichester: Wiley-Blackwell.
- Depecker, L. (2002). *Entre signe et concept : Éléments de terminologie générale*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle.
- Depecker, L. (2005). Contribution de la terminologie à la linguistique. *Langages*, 157 (*La terminologie: Nature et enjeux*), 6-13.
- Desmet, K., Weber, S. & Ortuño-Ortín, I. (2009). Linguistic diversity and redistribution. *Journal of the European Economic Association*, 7(6), 1291-1318.
- Dewey, M. (2007). English as a lingua franca and globalization: An interconnected perspective. *International Journal of Applied Linguistics*, 17(3), 332-354.

- Dhir, K. (2005). The value of language: concept, perspectives, and policies. *Corporate Communications: An International Journal*, 10(4), 358-382.
- Diaz Fouces, O. (2010). Planificació (eco)lingüística i gestió dels intercanvis lingüístics. *MonTI*, 2, 283-313.
- Dorleijn, M. & Nortier, J. (2009). Code-switching and the internet. In B. E. Bullock & A. J. Toribio (eds.). *The Cambridge handbook of linguistic code-switching* (pp. 127-141). Cambridge: Cambridge University Press.
- Doupnik, T. S., & Richter, M. (2003). Interpretation of uncertainty expressions: a cross-national study. *Accounting, Organizations and Society*, 28(1), 15-35.
- Drucker, P. (1973). *Management: Tasks, responsibilities, practices*. Nova Iorque: Truman Talley Books.
- Drucker, P. (1992 [1969]) *The age of discontinuity: Guidelines to our changing society*. Nova Jérsei: Transaction Publishers.
- Drucker, P. (2002). *Managing in the next society*. Londres: Butterworth Heinemann.
- Drucker, P. (2003[1989]). *The new realities*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Duchêne, A. (2009). Marketing, management and performance: multilingualism as commodity in a tourism call centre. *Language Policy*, 8(1), 27-50.
- Durand, C. X. (2006). If It's Not in English, It's Not Worth Reading!. *Current Issues in Language Planning*, 7(1), 44-60.
- Dyen, I., Kruskal, J.B., Black, P. (1992). An Indo-European classification: a lexicostatistical experiment. *Transactions of the American Philosophical Society* 82(5), 1-132.
- Edwards, J. (1994). *Multilingualism*. Londres: Routledge.
- EFRAG/ANG (2010). *Asset definition paper*. Disponível em http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/ue/Asset_Definition_Paper.pdf [10/12/2014].
- Eliot, T. S. (2004). *Collected Poems 1909-1962*. Nova Iorque: Harcourt, Brace & World.

- Espanha, R. (2009). *Projectos de autonomia numa sociedade em transição: Os media e a saúde*. Tese de Doutoramento. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Esselink, B. (2000). *A practical guide to localization*. Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company.
- Evans, L. (2004). Language, translation and the problem of international accounting communication. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 17(2), 210-248.
- Evans, L., Baskerville, R., & Nara, K. (2011). Colliding worlds: language translation in accounting and other disciplines. http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1623310 [26/02/2014].
- Featherstone, M. & Lash, S. (1995). Globalization, modernity and the spatialization of social theory: An introduction. In M. Featherstone, S. Lash, S. & R. Robertson (Eds.). *Global Modernities* (pp. 1-24). Londres: Sage.
- Feely, A. J., & Harzing, A.-W.K. (2003). Language management in multinational companies. *Cross-Cultural Management: An International Journal*, 10(2), 37-52.
- Fidrmuc, J., Ginsburgh, V. & Weber, S. (2006). *Economic challenges of multilingual societies*. Documento de trabalho. Disponível em http://congress.utu.fi/epcs2006/docs/E3_fidrmuc.pdf [22/03/2013].
- Fidrmuc, J., Ginsburgh, V. e Weber, S. (2009). Voting on the choice of core languages in the European Union. *European Journal of Political Economy* 25 (1), 56-62.
- Firth, A. (1996). The discursive accomplishment of normality: On 'lingua franca' English and conversation analysis. *Journal of Pragmatics*, 26, 237-259.
- Fishman, J. (1966). Some contrasts between linguistically homogenous and linguistically heterogenous polities. *Sociological Inquiry*, 36(2), 146-158.
- Fishman, J. A. (1998). The new linguistic order. *Foreign Policy*, 113(Inverno), 26-40.
- Fredriksson, R., Barner-Rasmussen, W., Piekkari, R. (2006). The multinational corporation as a multilingual organization: The notion of a common

- corporate language. *Corporate Communications: An International Journal*, 11(4), 406-423.
- Friedman, T. (2007) *The world is flat: A brief history of the twenty first century*. 3.^a ed. rev. Nova Iorque: Picador.
- Fry, D. (2003). *The Localization Primer*. 2.^a ed., revista por A. Lommel. www.lisa.org/interact/LISAprimer.pdf. [12/05/2010].
- Gabszewicz, J., Ginsburgh, V. A., Laussel, D. & Weber, S. (2010). *Acquiring foreign languages: A two-sided market approach*. Documento de trabalho ECARES 2010_007. Bruxelas: Université Libre de Bruxelles. <http://www.ecares.org/ecare/personal/ginsburgh/papers/unpub-acquiring.pdf> [17/03/2013].
- García Vizcaíno, M. J. (2011). Code-breaking/code-making: A new language approach in advertising. *Journal of Pragmatics*, 43(8), 2095-2109.
- Gardner-Chloros, P. (2009). Sociolinguistic factors in code-switching. In B. E. Bullock & A. J. Toribio (eds.). *The Cambridge handbook of linguistic code-switching* (pp. 97-113). Cambridge: Cambridge University Press.
- Garrett, P. (2010). Meanings of 'Globalization': East and West. In N. Coupland (Ed.). *The handbook of language and globalization* (pp. 447-474). Chichester: Wiley-Blackwell.
- Gastambide Fernandes, O. (2007). A versão portuguesa das normas internacionais de relato financeiro. *Revisores & Auditores (Jan/Mar)*, 28-35.
- Gazzola, M. (2006). Managing multilingualism in the European Union: Language policy valuation for the European Parliament. *Language Policy*, 5(4), 393-417.
- Gazzola, M. & Grin, F. (2013). Is ELF more effective and fair than translation? An evaluation of the EU's multilingual regime. *International Journal of Applied Linguistics*, 23(1), 93-107.

- Gerhards, J. (2012). From Babel to Brussels: European integration and the importance of transnational linguistic capital. *Berlin Studies on the Sociology of Europe (BSSE)*, 28. Berlin: Freie Universität Berlin.
- Gerrand, P. (2007). Estimating linguistic diversity on the Internet: A taxonomy to avoid pitfalls and paradoxes. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 12(4), 1298-1321.
- Giammarresi, S. (2011). Strategic views on localization project management: The importance of global product management and portfolio management. In K. J. Dunne & E. S. Dunne (Eds.). *Translation and localization project management* (pp. 17-49). Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins.
- Giddens, A. (1990). *The consequences of modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Giddens, A. (2000). *Runaway world: How globalization is reshaping our lives*. Nova Iorque: Routledge.
- Giju, G. C., Badea, L., López Ruiz, V. R. & Nevado Peña, D. N. (2010). Knowledge Management—the Key Resource in the Knowledge Economy. *Theoretical and Applied Economics*, 6(6), 27-36.
- Ginsburgh, V. & Prieto-Rodriguez, J. (2011). Returns to foreign languages of native workers in the European Union. *Industrial and Labor Relations Review*, 64(3), 599-618.
- Ginsburgh, V. & Weber, S. (2005). Language disenfranchisement in the European Union. *JCMS*, 43(2), 273-286.
- Ginsburgh, V., Ortuño-Ortín, I. & Weber, S. (2005). Disenfranchisement in linguistically diverse societies: The case of the European Union. *Journal of the European Economic Association*, 3(4), 946-965.
- Ginsburgh, V., Ortuño-Ortín, I. & Weber, S. (2007). Learning foreign languages: Theoretical and empirical implications of the Selten and Pool model. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 64(3-4), 337-347.

- Gordon, A. (2012). The invisibility of science publications in Hebrew: A comparative database study. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 63(3), 607-615.
- Gordon, E. & Souza e Silva, A. (2011). *Net locality: Why location matters in a networked world*. Chichester: Wiley-Blackwell.
- Graddol, D. (2006). *English next: Why global English may mean the end of 'English as a Foreign Language'*. Reino Unido: British Council.
- Griffith, D. A. (2002). The role of communication competencies in international business relationship development. *Journal of World Business*, 37(4), 256-265.
- Grin, F. (2001). English as economic value: Facts and fallacies. *World Englishes*, 20(1), 65-78.
- Grin, F. (2002). *L'économie de la langue et de l'éducation dans la politique d'enseignement des langues: Guide pour l'élaboration des politiques linguistiques éducatives en Europe – De la diversité linguistique à l'éducation plurilingue*. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Grin, F. (2003). Language Planning and Economics. *Current Issues in Language Planning*, 4(1), 1-66.
- Grin, F. (2004) Coûts et justice linguistique dans l'élargissement de l'Union européenne. *Panoramiques*, 69(4), 97-104.
- Grin, F. (2005). *L'enseignement des langues étrangères comme politique publique. Rapport au Haut Conseil de l'évaluation de l'école*, nº 19. Disponível em <http://enotero.free.fr/rapportgrin.doc> [30/03/2013].
- Grin, F. (2006a). Coûts et justice linguistique dans l'Union européenne. Europe et plurilinguisme, une utopie?. *ISTI, Bruxelas*, 26 de abril.
- Grin, F. (2006b). Economic considerations in language policy. In T. Ricento (Ed.). *An introduction to language policy: Theory and method* (pp. 77-94). Oxford: Blackwell Publishing.

- Grin, F. (2006c). Peut-on faire confiance au modèle «1+>2»? Une évaluation critique des scénarios de communication dans l'Europe multilingue. *Revista de Llengua i Dret*, 45, 217-231.
- Grin, F. (2010a). *Multilinguisme et valeur ajoutée*. Documento de trabalho élf nº 5. Universidade de Genebra, Observatoire élf.
- Grin, F. (2010b). *Why multilingualism is affordable*. Documento de trabalho élf nº 6. Universidade de Genebra, Observatoire élf.
- Grin, F. & Sfreddo, C. (2010). *Besoins linguistiques et stratégie de recrutement des entreprises*. Documento de trabalho élf n.º 9. Universidade de Genebra, Observatoire élf.
- Grin, F. & Vaillancourt, F. (1999). *The cost-effectiveness evaluation of minority language policies: Case studies on Wales, Ireland and the Basque Country*. Monografia ECMI (European Centre for Minority Issues) nº 2. Flensburg: Verlagskontor Horst Dieter Adler.
- Grin, F., Sfreddo, C. & Vaillancourt, F. (2010). *The economics of the multilingual workplace*. Nova Iorque: Routledge.
- Guchait, P., Namasivayam, K. & Lei, P. W. (2011). Knowledge management in service encounters: impact on customers' satisfaction evaluations. *Journal of Knowledge Management*, 15(3), 513-527.
- Gumperz, J. J. (1996). The linguistic and cultural relativity of inference. In J. J. Gumperz & S. C. Levinson (eds.). *Rethinking linguistic relativity* (pp. 374-406). Cambridge: Cambridge University Press.
- Hale, S. A. (2012). Net increase? Cross-lingual linking in the blogosphere. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 17(2), 135-151.
- Hamel, R. E. (2006). Spanish in science and higher education: Perspectives for a plurilingual language policy in the Spanish-speaking world. *Current Issues in Language Planning*, 7(1), 95-125.

- Hamel, R. E. (2007). The dominance of English in the international scientific periodical literature and the future of language use in science. *AILA Review*, 20, 53-71.
- Hargreaves, A. (2003). *O ensino na sociedade do conhecimento: A educação na era da insegurança*. Porto: Porto editora.
- Harzing, A., Köster, K. & Magner, U. (2011). Babel in business: The language barrier and its solutions in the HQ-subsidiary relationship. *Journal of World Business*, 46(3), 279-287.
- Heilbron, J. (2010). Structure and dynamics of the world system of translation. *International Symposium Translation and Cultural Mediation*, Paris, UNESCO, 22-23 de Fevereiro.
- Heller, M. (2010). Language as a resource in the globalized economy. In N. Coupland (Ed.). *The handbook of language and globalization* (pp. 349-365). Chichester: Wiley-Blackwell.
- Henderson, J. K. (2005). Language diversity in international management teams. *International Studies of Management & Organization*, 35(1), 66-82.
- Hoegl, M., & Schulze, A. (2005). How to support knowledge creation in new product development: An investigation of knowledge management methods. *European Management Journal*, 23(3), 263-273.
- Holdsworth, P. (2003). Promouvoir l'apprentissage des langues et la diversité linguistique en Europe. *Revue internationale d'éducation de Sèvres*, 33, 107-115.
- Horton, Jr., F. W. (2013). *Overview of information literacy resources worldwide*. Paris: UNESCO.
- House, J. (2003). English as a lingua franca: A threat to multilingualism? *Journal of Sociolinguistics*, 7(4), 556-578.
- Ichijo, K. & Nonaka, I. (2007). Knowledge as competitive advantage in the age of increasing globalization. In K. Ichijo & I. Nonaka (eds.). *Knowledge creation and*

- management: New challenges for managers: new challenges for managers* (pp. 3-10). Nova Iorque: Oxford University Press.
- ICT - International Telecommunication Union (2014). *Measuring the Information Society Report 2014*. Genebra: ITU.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2012). *Estatísticas da cultura 2011*. Destaque: informação à comunicação social, 28/12/2012.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2013). *Sociedade da Informação e do Conhecimento: Inquérito à utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas famílias*. Destaque: Informação à comunicação social, 06/12/2013.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2014). *Estatísticas da cultura 2013*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INRA - International Research Associates (2001). *Europeans and languages*. Eurobarómetro 54 Especial.
- ISO 1087-1: 2000. *Terminology work — Vocabulary — Part 1: Theory and application*.
- ISO 704: 2009. *Terminology work — Principles and methods*.
- ISO 860:2008. *Terminology work — Harmonization of concepts and terms*.
- Ivkovic, D. & Lotherington, H. (2009). Multilingualism in cyberspace: Conceptualising the virtual linguistic landscape. *International Journal of Multilingualism*, 6(1), 17-36.
- Jeanjean, T., Lesage, C. & Stolowy, H. (2010). Why do you speak English (in your annual report)? *The International Journal of Accounting*, 45(2), 200-223.
- Jeanjean, T., Stolowy, H., Erkens, M. & Yohn, T. L. (2013). *Evidence on the Impact of Adopting English as an External Reporting Language on Foreign Investment, Liquidity, and Analyst Following*. Disponível em http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2203544 [16/12/2013].
- Jenkins, J. (2009). English as a lingua franca: interpretations and attitudes. *World Englishes*, 28(2), 200-207.

- John, A. (2012). Linguistic Diversity in the Very Long Run. *The Selected Works of Andrew John*. Disponível em http://works.bepress.com/andrew_john/1 [17/03/2012].
- Jørgensen, J. N. (2008). Polylingual Languaging Around and Among Children and Adolescents. *International Journal of Multilingualism*, 5(3), 161-176.
- Jørgensen, J. N., Karrebæk, M. S., Madsen, L. M. & Møller, J. S. (2011). Polylinguaging in superdiversity. *Diversities*, 13(2), 23–37.
- Joumard, R., Paraton, H., Christian, M. & Escuit, J. (2007). *La lengua, una herramienta ineludible en el espacio público europeo*. Disponível em http://local.attac.org/rhone/IMG/pdf/lengua_Europa_ES_210907.pdf [17/03/2013].
- Kachru, B. (1985) Standards, codification and sociolinguistic realism: The English language in the outer circle. In R. Quirk & H. G. Widdowson (Eds.). *English in the World: Teaching and learning the language and literatures* (pp. 11-30). Cambridge: Cambridge University Press.
- Kachru, B., Kachru, Y. e Nelson C. (Eds.). (2006). *The handbook of world Englishes*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Kalantzis, M. & Cope, B. (2006). On globalisation and diversity. *Computers and composition*, 23, 402-411.
- Kalthoff, O., Nonaka, I. & Nueno, P. (1997). *The light and the shadowm: How breakthrough innovation is shaping European business*. Oxford: Capstone Publishing Limited.
- Kannan, R. & Govindan, M. (2011). Hyperlink Analysis of E-commerce Websites for Business Intelligence: Exploring Websites of Top Retail Companies of Asia Pacific and USA. *Journal of Theoretical and Applied Electronic Commerce Research*, 6(3), 97-108.
- Kayman, M. A. (2004). The state of English as a global language: Communicating culture. *Textual Practice*, 18(1), 1-22.

- Kelly-Holmes, H. (2005). Defining multilingualism in a market context. In *Advertising as Multilingual Communication* (pp. 1-26). Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Kelly-Holmes, H. (2010). Languages and global marketing. In N. Coupland (Ed.). *The handbook of language and globalization* (pp. 475-492). Chichester: Wiley-Blackwell.
- Kennedy, G. (1998) *An Introduction to Corpus Linguistics*. Essex: Pearson Education Limited.
- Kennedy, P. F. (1964). *Accrual Accounting: Its Origin and Role in Government Management*. Tese de Doutorado. Universidade George Washington.
- Kenney, M. (2001). The temporal dynamics of knowledge creation. In D. Teece (Ed.) *Technological know-how, organizational capabilities and strategic management: Business strategy and enterprise development in competitive environments* (pp. 93-110). Singapura: World Scientific Publishing.
- Kettunen, J. (2011). *Translation of IFRS Standards into Local Languages: Understanding Problematics of Translation*. Manuscrito não publicado. Jyväskylä: Universidade de Jyväskylä. Disponível em <http://www.lse.ac.uk/accounting/pdf/Kettunen.pdf> [20/09/2014].
- Klein, C. (2007). The Valuation of Plurilingual Competences in an Open European Labour Market. *International Journal of Multilingualism*, 4(4), 262-281
- Kocourek, R. (1990). *La langue française de la technique et de la science: Vers une linguistique de la langue savante*. 2.^a ed. rev. e aum. Wiesbaden: Oscar Brandstetter Verlag.
- Kocourek, R. (1991). Textes et termes. *Meta*, 36(1), 71-76.
- Kristiansen, M. (2011) Domain dynamics in scholarly areas: How external pressure may cause concept and term changes. *Terminology*, 17(1), 30-48.
- Kuguel, I. (2000). La caracterización de los textos de especialidad y el trabajo terminológico. In M. Correia (Org.). *Terminologia e Indústrias da Língua* (pp. 579-592). Lisboa: Instituto de Linguística Teórica e Computacional.

- Kwon, C. (2013). An optimal production method for penetrating foreign markets: Standardization, localization, and flexible technology. *Economic Modelling*, 33, Julho 2013, 398-406.
- Lavric, E. & Bäck, B. (2009). English, French, Spanish, Italian, Portuguese? Code choice and Austrian export. *International Journal of Multilingualism*, 6(1), 37-67.
- Leech, G. (1997). Teaching and Language *Corpora*: a Convergence. In A. Wichmann, S. Fligelstone, T. McEnery & Knowles, G. (Eds.) *Teaching and Language Corpora* (pp. 1-23). Harlow: Longman.
- Lefèvre, M. (2004). Terminologie et discours empratique. In C. Cortès (Dir.). *Des fondements théoriques de la terminologie* (pp. 53-69). Paris : C.I.E.L.
- Leonard, D. (2007). Knowledge transfer within organizations (pp. 57-68). In Ichijo, K. & Nonaka, I. (eds.) (2007). *Knowledge creation and management: New challenges for managers*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Lewis, M. P., Simons, G. F. S & Fennig, C. D. (eds.). (2013) *Ethnologue: Languages of the World*. 17.^a ed. Dallas: SIL International. Versão em linha: <http://www.ethnologue.com> [07/03/2013].
- Lommel, A. (2007). *The globalization industry primer: An introduction to preparing your business and products for success in international markets*. S.l.: The Localization Industry Standards Association.
- Macedo, D. D. (1998). Platão e Crátilo: Do ónoma ao lógos. *Letras Clássicas*, 2, 47-56.
- Machlup, F. (1962). *The production and distribution of knowledge in the United States*. Nova Jérsei: Princeton University Press.
- Marschak, J. (1965). The Economics of Language, *Behavioral Science*, 10(2), 135-140.
- Marschan-Piekkari, R., Welch, D.E. & Welch, L. S. (1997). Language: The Forgotten Factor in Multinational Management. *European Management Journal*, 15(5), 591-598.

- Marschan-Piekkari, R., Welch, D.E. & Welch, L. S. (1999). Adopting a common corporate language: IHRM implications. *The International Journal of Human Resource Management*, 10(3), 377-390.
- McEnery, T. & Hardie, A. (2012). *Corpus linguistics: Method, theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- McEnery, T. & Wilson, A. (2001). *Corpus linguistics: An introduction*. 2^a ed. Edimburgo: Edingurgh University Press.
- McEnery, T. & Xiao, R. (2008). Parallel and comparable *corpora*: What is happening?. In G. Anderman & M. Rogers. *Incorporating corpora: The linguist and the translator* (pp. 18-31). Clevedon: Multilingual Matters.
- McLuhan, M. (1962). *The Gutenberg galaxy: The making of the typographic man*. Toronto: University of Toronto Press.
- McLuhan, M. (1994 [1964]). *Understanding media: The extensions of man*. 2.^a ed. Cambridge: MIT Press.
- Mélitz, J. (2007). The impact of English dominance on literature and welfare. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 64(2), 193-215.
- Meneghini, R. & Packer, A. (2007). Is there science beyond English? *EMBO Reports*, 8(2), 12-116.
- Mercator Institute for Media, Languages and Culture (2010). *Publishing translations in Europe: Trends 1990-2005*. País de Gales: Aberystwyth University.
- Mesquita, A. P. (1997). Palavras e coisas: Subsídios para a compreensão do Crátilo platónico. *HVMANITAS*, XLIX, 85-102.
- Meyer, I. (2001). Extracting knowledge-rich contexts for terminography: A conceptual and methodological framework. In D. Bourigault, Jacquemin, C. & L'Homme, M. *Recent advances in computational terminology* (pp. 279-302). Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company.

- Meyer, I. & Mackintosh, K. (2000). «L'étirement» du sens terminologique. In H. Béjoint & P. Thoiron. *Le sens en terminologie* (pp. 198-217). Lyon: Presses Universitaires de Lyon.
- Missão para a Sociedade da Informação. (1997). *Livro verde para a Sociedade da Informação em Portugal*. Lisboa: Missão para a Sociedade da Informação. Disponível em <http://www.acessibilidade.gov.pt/docs/lverde.htm> [03/10/2012].
- Monteiro, M. N. (2004). *Pequena história da contabilidade*. 2.ª ed. Póvoa de Santo Adrião: Europress.
- Mourier, L. (2004). Communicating financial reporting across continents. *Hermes - Journal of Language and Communication in Business*, 32, 145-165.
- Nederveen Pieterse, J. (1995) Globalization as hybridization. In M. Featherstone, S. Lash, S. & R. Robertson (Eds.). *Global Modernities* (pp. 45-68). Londres: Sage.
- Nederveen Pieterse, J. (2009). *Globalization and culture: Global mélange*. 2.ª ed. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- Nettle, D. (1998). Explaining global patterns of language diversity. *Journal of Anthropological Archaeology*, 17, 354-374.
- Nettle, D. (2000). Linguistic fragmentation and the wealth of nations: The Fishman-Pool hypothesis reexamined. *Economic Development and Cultural Change*, 48(2), 335-348.
- Nobes, C. (2006). The survival of international differences under IFRS: towards a research agenda. *Accounting and business research*, 36(3), 233-245.
- Nonaka, I. (1991). The knowledge creating company. *Harvard Business Review* (Nov-Dec), 96-104.
- Nonaka, I. & Takeuchi, H. (1995). *The knowledge-creating company: How Japanese companies create the dynamics of innovation*. Oxford: Oxford University Press.

- Nonaka, I. & Teece, D. (2001). Research directions for knowledge management (pp. 330-335). In Nonaka, I. & Teece, D. (eds.) (2001). *Managing industrial knowledge: Creation, transfer and utilization*. Londres: Sage Publications.
- Nonaka, I., Konno, N. & Toyama, R. (2001). Emergence of «Ba». In Nonaka, I. & Nishiguchi, T. (eds.) (2001). *Knowledge emergence: Social, technical, and evolutionary dimensions of knowledge creation* (pp. 13-29). Nova Iorque: Oxford University Press.
- Norberg, C. & Johansson, J. (2013). Accounting terminology and translation: A linguistic challenge. *LSP Journal*, 4(1), 30-48.
- OCDE (2012). *OECD Internet Economy Outlook 2012*. OECD Publishing. doi: 10.1787/9789264086463-en.
- Orwell, G. (1989 [1949]). *Nineteen eighty-four*. Harmondsworth: Penguin.
- Otsuji, E. & Pennycook, A. (2010). Metrolingualism: fixity, fluidity and language in flux. *International Journal of Multilingualism*, 7(3), 240-254.
- Otsuji, E. & Pennycook, A. (2011). Social inclusion and metrolingual practices. *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*, 14(4), 413-426.
- Pagel, M. & Mace, R. (2004). The cultural wealth of nations. *Nature*, 428, 275-278.
- Parker, R. H. (2001). European languages of account. *European Accounting Review*, 10(1), 133-147.
- Pearson, J. (1998). *Terms in context*. Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins.
- Pelletier, J. (2012). *La variation terminologique : Un modèle à trois composantes*. Tese de Doutorado. Universidade de Laval, Quebec.
- Pennycook, A. (2001). *Critical applied linguistics: A critical introduction*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Pereira Bendiha, U. & Coimbra, R. L. (2006). Falar Cool: Empréstimos na Publicidade Escrita em Portugal (2000-2004). In M. L. Díaz & M. M. López (Coords.). *Perspectives Fonctionnelles: Emprunts, Économie et Variation dans les Langues* (pp. 149-152). Lugo: Ed. Axac.

- Phillipson, R. (2001). English for globalisation or for the world's people? *International Review of Education*, 47(3-4), 185-200.
- Phillipson, R. (2006). English, a cuckoo in the European higher education nest of languages? *European Journal of English Studies*, 10(1), 13-32.
- Phillipson, R. (2008a). A response to the article 'English as an international language: Challenges and possibilities', by Michael Clyne and Farzad Sharifian. *Australian Review of Applied Linguistics*, 31(3), 291-299.
- Phillipson, R. (2008b). Lingua franca or lingua frankensteinia? English in European integration and globalisation. *World Englishes*, 27(2), 250-267.
- Phillipson, R. (2008c). The linguistic imperialism of neoliberal empire. *Critical Inquiry in Language Studies*, 5(1), 1-43.
- Platão (1993). *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Platão (2005). *Teeteto: Crítica e interpretação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Polanyi, M. (2009 [1966]). *The tacit dimension*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Pool, J. (1969). National developments and language diversity. *La Monda Lingvo Problemo*, 1, 140-156.
- Pool, J. (1996). Optimal language regimes for the European Union. *International Journal of the Sociology of Language*, 121(1), 159-179.
- Portuese, A. (2012). Law and economics of the European multilingualism. *European Journal Law Economics*, 34, 279-325.
- Pozo, J. I. (2007). A sociedade da aprendizagem e o desafio de converter informação em conhecimento. *Revista Pátio*, 8(31) 34-36. Disponível em: http://www.revistapatio.com.br/sumario_conteudo.aspx?id=386 [13/11/2012].

- Psaltou-Joyce, A. & Kantaridou, Z. (2009). Plurilingualism, language learning strategy use and learning style preferences. *International Journal of Multilingualism*, 6(4), 460-474.
- PwC - PriceWaterhouseCoopers (2009). *A adoção do Sistema de Normalização Contabilística (SNC): A caminho da convergência internacional*. Lisboa: PwC.
- Pym, A. (2006). Globalization and the politics of translation studies. *Meta: Translators' Journal*, 51(4), 744-757.
- Ramanna, K. & Sletten, E. (2013). *Network effects in countries' adoption of IFRS*. Harvard Business School Accounting & Management Unit Working Paper, (10-092).
- Rauch, J. E. & Trindade, V. (2009). Neckties in the tropics: A model of international trade and cultural diversity. *Canadian Journal of Economics*, 42(3), 809-843.
- Regulation 1/58 (1958). Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31958R0001:EN:HTML> [07/06/2013].
- Resolução 113/95 (1995). Disponível em http://www3.europarl.eu.int/omk/omnsapir.so/pv2?PRG=DOCPV&APP=PV2&LANGUAGE=EN&SDOCTA=13&TXTLST=1&POS=1&Type_Doc=RESOL&TPV=PROV&DATE=190195&PrgPrev=PRG [07/06/2013].
- Reto, L. (Coord.). (2012). *Potencial económico da língua portuguesa*. Alfragide: Texto Editores.
- Rey, A. (1979). *La terminologie: Noms et notions*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Ritzer, G. (1983). The McDonaldization of society. *Journal of American Culture*, 6(1), 100-107.
- Ritzer, G. (2003). Rethinking globalization: Glocalization/globalization and something/nothing. *Sociological Theory*, 21(3), 193-209.
- Robertson, R. (1994). Globalisation or glocalisation?. *Journal of International Communication*, 1(1), 33-52.

- Robertson, R. (1995). Glocalization: Time-space and homogeneity-heterogeneity. In M. Featherstone, S. Lash, S. & R. Robertson (Eds.). *Global Modernities* (pp. 25-44). Londres: Sage.
- Rowley, J. (2006). Where is the wisdom that we have lost in knowledge?. *Journal of Documentation*, 62(2), 251-270.
- Saussure, F. (1992). *Curso de Linguística Geral*. 6ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Schmitz, J. R. (2012). "To ELF or not to ELF?" (English as a Lingua Franca): That's the question for Applied Linguistics in a globalized world. *RBLA*, 12(2), 249-284.
- Scholte, J. A. (2002). *What Is Globalization? The Definitional Issue – Again*. Documento de Trabalho CSGR nº 109/02. Coventry: Centre for the Study of Globalisation and Regionalisation.
- Seidlhofer, B. (2004). Research perspectives on teaching English as a lingua franca. *Annual Review of Applied Linguistics*, 24, 209-239.
- Selten, R. & Pool, J. (1991). The distribution of foreign language skills as a game equilibrium. In R. Selten, *Game Equilibrium Models* (pp. 64-84), vol. 4. Berlim: Springer-Verlag.
- Sharoff, S., Rapp, R. & Zweigenbaum, P. (2013). Overviewing importante aspects of the last twenty years of research in comparable *corpora*. In S. Sharoff, R. Rapp, P. Zweigenbaum & P. Fung. (Eds.). *Building and using comparable corpora*. Nova Iorque, Dordrecht, Londres: Springer.
- Shaw, D. R. & Holland, C. P. (2010). Strategy, networks and systems in the global translation services market. *The Journal of Strategic Information Systems*, 19(4), 242-256.
- Silva Cravo, D. (2000). *Da teoria da contabilidade às estruturas conceptuais*. Aveiro: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro.

- Silva, R. (2014). *Gestão de terminologia pela qualidade: Processos de validação*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Simões, M. (2010). *A representação de Etnia e a sua evolução na Classificação Decimal Universal*. Tese de Doutoramento. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- Sinclair, J. (1991). *Corpus, Concordance, Collocation*. Oxford: Oxford University Press.
- Sinclair, J. (1997). *Corpus evidence in language description*. In A. Wichmann, S. Fligelstone, T. McEnery & Knowles, G. (Eds.) *Teaching and Language Corpora* (pp. 27-39). Harlow: Longman.
- Skutnabb-Kangas, T. (2001). The globalisation of (educational) language rights. *International Review of Education*, 47(3-4), 201–219.
- Skutnabb-Kangas, T. (2002). *Why should linguistic diversity be maintained and supported in Europe? Some arguments*. Estrasburgo: Council of Europe.
- Skutnabb-Kangas, T. (2009). The stakes: Linguistic diversity, linguistic human rights and mother-tongue-based Multilingual education – or linguistic genocide, crimes against humanity and even faster destruction of biodiversity and our planet. *Keynote presentation – Bamako International Forum on Multilingualism*, Bamako, Mali, 19-21 de Janeiro. Disponível em http://www.tove-skutnabb-kangas.org/pdf/Tove_Skutnabb_Kangas_Keynote_presentation_at_Bamako_International_Forum_on_Multilingualism_Bamako_Mali_19_21_Jan_2009.pdf [13/02/2012].
- Soares, F. (2012). *Novos media, novas marcas: A comunicação da marca corporate no contexto semiótico-cognitivo dos novos media*. Tese de Doutoramento. Universidade Católica Portuguesa.
- Sokal, R. R., Oden, N. L., Legendre, P., Fortin, M., Kim, J., Thomson, B. A., Vaudor, A., Harding, R. M. & Barbujani, G. (1990). Genetics and language in European populations. *The American Naturalist*, 135(2), 157-175.

- Steyaert, C., Ostendorp, A. & Gaibrois, C. (2011). Multilingual organizations as 'linguascapes': Negotiating the position of English through discursive practices. *Journal of World Business*, 46(3), 270-278.
- Stratilaki, S. (2012). Plurilingualism, linguistic representations and multiple identities: crossing the frontiers. *International Journal of Multilingualism*, 9(2), 189-201.
- Swedberg Gonzales, P. (2010). The impact of education and host language skills on the labor market outcomes of immigrants in Spain. In M. J. Mancebón-Torrubia, D. P. Ximénez-de-Embún, J. M. Gómez-Sancho & Greg (Ed.). *Investigaciones de Economía de la Educación* (pp. 798-824), Asociación de Economía de la Educación, 5, capítulo 41.
- Swift, J. S. & Wallace, J. (2011). Using English as the common corporate language in a German multinational. *Journal of European Industrial Training*, 35(9), 892-913.
- Takeuchi, H. (2001). Towards a universal management concept of knowledge. In Nonaka, I. & Teece, D. (eds.) (2001). *Managing industrial knowledge: Creation, transfer and utilization*. (pp. 315-329). Londres: Sage Publications.
- Teece, D. (2008). Capturing value from knowledge assets: The new economy, markets for know-how, and intangible assets. In D. Teece (Ed.). *Technological know-how, organizational capabilities and strategic management: Business strategy and enterprise development in competitive environments* (pp. 3-26). Singapura: World Scientific Publishing.
- Temmerman, R. (2011). Stars, problem children, dogs and cash cows: Evocative terminology in multilingual business communication. *SYNAPS - A Journal of Professional Communication*, 26, 48-61.
- Teubert, W. & Cermáková, A. (2004). Directions in *corpus* linguistics. In In Halliday, Teubert, Yallop & Cermáková. *Lexicology and corpus linguistics: An introduction* (pp. 113-165). Londres: Continuum.

- Todorova, M. (2010). Globalizing the local in today's market. *International Symposium Translation and Cultural Mediation*, Paris, UNESCO, 22-23 de Fevereiro.
- Tognini-Bonelli, E. (2001). *Corpus linguistics at work*. Amesterdão e Filadélfia: John Benjamins.
- Traité instituant la Communauté Économique Européenne et documents annexes* (1967). Disponível em <http://old.lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:11957E/TXT:FR:PDF> [07/06/2013].
- Tratado da União Europeia (1992). *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, 35 (29/7/1992).
- Tratado de Amesterdão (1997). *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, 40 (10/11/1997).
- Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (2008). *Jornal Oficial da União Europeia*, 115 (09/05/2008).
- Tsvetkov, N. & Tsvetkov, V. (2011). Effective communication in translation and localization project management. In K. J. Dunne & E. S. Dunne (Eds.). *Translation and localization project management* (pp. 189-210). Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins.
- UNESCO (2003). *Cultural and linguistic diversity in the information society*. Paris: UNESCO.
- UNESCO (2005). *Initiative B@bel*. Paris: Information Society Division.
- UNESCO Institute for Statistics (2005). Introduction. In J. Paolillo, D. Pimienta, D. Prado et al. (eds.). *Measuring linguistic diversity on the Internet*. Paris: UNESCO.
- van Dijk, J. (2006 [1991]). *The network society: Social aspects of new media*. 2.^a ed. Thousand Oaks: Sage Publications.

- van Els, T. (2001). The European Union, its Institutions and its Languages: Some Language Political Observations. *Current Issues in Language Planning*, 2(4), 311-360.
- van Leeuwen, T. (2004). Ten reasons why linguists should pay attention to visual communication . In Le Vine, P. & Scollon, R. (Eds.). *Discourse and technology: Multimodal discourse analysis* (pp. 7-19). Washington: Georgetown University Press.
- van Parijs, P. (2011). *Linguistic justice for Europe and for the world*. Oxford: Oxford University Press.
- Venuti, L. (1995) *The translator's invisibility: A history of translation*. Londres: Routledge.
- Venuti, L. (1998). *The scandals of translation: Towards an ethics of difference*. Londres: Routledge.
- von Krogh, G., Roos, J. & Slocum, K. (1994). An essay on corporate epistemology. *Strategic Management Journal*, 15(S2), 53-71.
- Warschauer, M. (2008). Whither the digital divide? In D. L. Kleinman, K. A. Cloud-Hansen, C. Matta & J. Handesman (Eds.). *Controversies in Science & Technology: From climate to chromosomes* (pp. 140-151). New Rochelle: Liebert.
- Warschauer, M. (2010). Digital Divide. In *Encyclopedia of Library and Information Sciences*, 3.rd ed, 1(1), 1551-1556.
- Watson, K. (1999). Language, power, development and geopolitical changes: Conflicting pressures facing plurilingual societies. *Compare: A Journal of Comparative and International Education*, 29(1), 5-22.
- Watson, K. (2007). Language, education and ethnicity: Whose rights will prevail in an age of globalisation?. *International Journal of Educational Development*, 27(3), 252-265.

- Weber, M. (2012). Newspapers and the Long-Term Implications of Hyperlinking. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 17(2), 187-201.
- Webster, F. (2006). *Theories of the information society*. 3.^a ed. Abingdon: Routledge.
- Weinberger, D. (2013). *Too big to know. Rethinking knowledge now that the facts aren't the facts, experts are everywhere, and the smartest person in the room is the room*. New York: Basic Books.
- Welch, D., Welch, L. & Marschan-Piekkari, R. (2005). Speaking in tongues: The importance of language in international management processes. *International Studies of Management & Organization*, 35(1), 10-27.
- Wilcox King, A. & Zeithaml, C. P. (2003). Measuring organizational knowledge: A conceptual and methodological framework. *Strategic Management Journal*, 24(8), 763-772.
- Williams, J. (Ed.) (2004). *The guide to translation and localization: Preparing for the global marketplace*. Portland: Longo Systems.
- Wolton, D. (2004). *A outra globalização*. Lisboa: Difel.
- Wüster, E. (1998 [1979]). *Introducción a la teoría general de la terminología ya a la lexicografía terminológica*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada.
- Yallop, C. (2004). Words and meaning. In Halliday, Teubert, Yallop & Cermáková. *Lexicology and corpus linguistics: An introduction* (pp. 23-71). Londres: Continuum.
- Zeleny, M. (1987). Management support systems: towards integrated knowledge management. *Human systems management*, 7(1), 59-70.

Legislação

- Anúncio nº 6060/2010. *Diário da República*, 2.^a série, 125 (30/06/2010) 35746-35747.
- Aviso nº 1/2005. Banco de Portugal (28/02/2005).

Aviso nº 15652/2009. *Diário da República*, 2ª série, 173 (07/09/2009) 36227-36234.

Aviso nº 15653/2009. *Diário da República*, 2ª série, 173 (07/09/2009) 36234-36237.

Aviso nº 15654/2009. *Diário da República*, 2ª série, 173 (07/09/2009) 36237-36260.

Aviso nº 15655/2009. *Diário da República*, 2ª série, 173 (07/09/2009) 36260-36359.

Aviso nº 6726-A/2011. *Diário da República*, 2ª série, 51 (14/03/2011) 12226-(2)-12226-(8).

Aviso nº 6726-B/2011. *Diário da República*, 2ª série, 51 (14/03/2011) 12226-(8)-12226-(20).

Comissão Europeia (2003a). Comments concerning certain Articles of the Regulation (EC) No 1606/2002 of the European Parliament and of the Council of 19 July 2002 on the application of international accounting standards and the Fourth Council Directive 78/660/EEC of 25 July 1978 and the Seventh Council Directive 83/349/EEC of 13 June 1983 on accounting.

Comissão Europeia (2003b). Observações relativas a certas disposições do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade, bem como da Quarta Directiva 78/660/CEE do Conselho, de 25 de Julho de 1978, e ainda da Sétima Directiva 83/349/CEE do Conselho, de 13 de Junho de 1983, relativa às contas consolidadas.

Decreto-Lei nº 158/2009. *Diário da República*, 1ª série, 133 (13/07/2009) 4375-4384.

Decreto-Lei nº 36-A/2011. *Diário da República*, 1ª série, 48 (09/03/2011) 1344-(2)-1344-(11).

Despacho nº 1507/2014. *Diário da República*, 2ª série, 21 (30/01/2014) 2992.

Directiva (2013/34/UE) do Parlamento Europeu e do Conselho. *Jornal Oficial da União Europeia* (29/06/2013) L 182/19 - L 182/76.

Lei nº 20/2010. *Diário da República*, 1ª série, 163 (23/08/2010) 3661.

Lei nº 35/2010. *Diário da República*, 1ª série, 171 (02/09/2010) 3857.

Portaria nº 1011/2009. *Diário da República*, 1ª série, 175 (09/09/2009) 6148-6157.

Portaria nº 256/2005. *Diário da República*, 1ª série-B, 53 (16/03/2005) 2281-2313.

Portaria nº 986/2009. *Diário da República*, 1ª série, 173 (07/09/2009) 6006-6029.

Quarta Directiva do Conselho (78/660/CEE). *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, L 222/11 (14/08/1978) 55-73.

Regulamento (CE) nº 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro. *Jornal Oficial da União Europeia* (29/11/2008) L 320/1-L 320/481.

Regulamento (CE) nº 1274/2008 da Comissão de 17 de Dezembro. *Jornal Oficial da União Europeia* (18/12/2008) L 339/3-L 339/44.

Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* (11/09/2002) L 243/1-L 243/4.

Sétima Directiva do Conselho (83/349/CEE). *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, L 193/1 (13/06/1983) 119-135.

Relatórios anuais

Banco BPI (2014). *Annual Report 2013*. Disponível em <http://bpi.bancobpi.pt/index.asp?rildArea=AreaDFinanceiros&rild=FRports> [09/12/2014].

Barclays Bank (2014). *Annual Report 2013*. Disponível em <http://www.barclays.com/content/dam/barclayspublic/docs/InvestorRelations/AnnualReports/AR2013/2013-barclays-annual-report-final.pdf> [09/12/2014].

Caixa de Crédito Agrícola (2014). *Annual Report 2013*. Disponível em http://www.credito-agricola.pt/NR/ronlyres/1CF2BD23-1449-48CB-B491-D8F341203232/0/Consolidated_ANNUALREPORT_2013_v2.pdf [09/12/2014].

Millenium BCP (2014). *Annual Report 2013*. Disponível em <https://bo.millenniumvideos.net/documents/2AngYoM1tQ2SFJIR.pdf> [09/12/2014].

Índice de Figuras

Figura 1.1 Sistema mundial de tradução: percentagem de traduções segundo a classificação da língua de partida (Heilbron, 2010)	36
Figura 1.2 Traduções publicadas em Portugal (1997-2012).....	38
Figura 1.3 Articulação entre as componentes do acrónimo GILT.	40
Figura 2.1 Os três círculos de Braj Kachru (1985).....	56
Figura 2.2 A redefinição dos círculos de Kachru.....	58
Figura 3.1 A pirâmide do conhecimento.....	133
Figura 3.2 Padrões de criação do conhecimento.	142
Figura 4.1 Representação gráfica de uma conta em T.	161
Figura 4.2 Classes principais da CDU.....	163
Figura 4.3 Classificação da Contabilidade na CDU.....	163
Figura 4.4 Excerto da classe 3 da CDU.	164
Figura 4.5 Classificação da área de estudos da Contabilidade segundo a CNAEF.	166
Figura 4.6 Tópicos programáticos da área de estudos de Contabilidade e Relato Financeiro exigidos para inscrição na OTOC.	170
Figura 4.7 Subdomínios do domínio da Contabilidade.....	172
Figura 4.8 Objectivos da Contabilidade Financeira.	173
Figura 4.9 Níveis de aplicação da legislação contabilística em Portugal consoante o sector.	178
Figura 4.10 Níveis de aplicação da legislação contabilística ao sector empresarial em Portugal.....	179
Figura 4.11 Âmbito de aplicação do SNC.	179
Figura 4.12 Âmbito de aplicação da legislação contabilística em Portugal.	180
Figura 4.13 Instrumentos do SNC.	183

Figura 4.14	Parágrafos 10 e 11 da NCRF 1 (Aviso nº 15655/2009: 36261).....	187
Figura 4.15	Instrumentos que compõem a NCM.	195
Figura 4.16	Âmbito de aplicação dos normativos contabilísticos em Portugal (simplificado).	197
Figura 4.17	Normativo contabilístico nacional (hipótese 1).	197
Figura 4.18	Normativo contabilístico nacional (hipótese 2)	198
Figura 4.19	Proposta de organização conceptual do subdomínio do relato financeiro em Portugal.	204
Figura 5.1	Designação das Normas Internacionais de Contabilidade e das Normas Interpretativas.	210
Figura 5.2	Enquadramento da EC no sistema contabilístico.	231
Figura 5.3	Estrutura interna da Estrutura Conceptual do SNC.	233
Figura 5.4	Estrutura interna do documento intitulado <i>Estrutura Conceptual</i>	235
Figura 5.5	Processo de criação da EC do SNC.	239
Figura 5.6	Janela de alinhamento (ferramenta Trados WinAlingn).	243
Figura 5.7	Ocorrências de dinheiro no Texto 2.	245
Figura 5.8	Ocorrências de caixa no Texto 2.	245
Figura 5.9	Ocorrências de cash no Texto 1.	246
Figura 6.1	Lista de formas únicas do <i>Corpus</i> SNC_leg (25 formas mais frequentes).	274
Figura 6.2	Utilização de uma lista de exclusões (<i>Stoplist</i>).	277
Figura 6.3	As 50 formas únicas (<i>word types</i>) mais comuns do <i>Corpus</i> SNC_leg após a aplicação da lista de exclusões.	279
Figura 7.1	Pesquisa de combinatórias de 2 a 6 elementos com a forma pólo ativo	285
Figura 7.2	Lista (parcial) de candidatos a termo com a forma pólo ativo	289

Figura 7.3	<i>Clusters</i> com até 6 elementos, iniciados por activo que se qualifica . .	290
Figura 7.4	Concordâncias de activo que se qualifica no <i>Corpus SNC_leg</i>	291
Figura 7.5	Observação de um contexto de activo que se qualifica (opção <i>File View</i>).	293
Figura 7.6	Relação semântica de hiperonímia/hiponímia.	299
Figura 7.7	Pesquisa de <i>clusters</i> com a forma pólo locação	299
Figura 7.8	Hipónimos do hiperónimo locação	300
Figura 7.9	Relação semântica parte-todo.	301
Figura 7.10	Merónimos do holónimo Sistema de Normalização Contabilística. ..	302
Figura 7.11	Representação gráfica de relações conceptuais (ISO 704: 2009).	305
Figura 7.12	Relação hierárquica genérica.	305
Figura 7.13	Relação hierárquica partitiva.	307
Figura 7.14	Relação associativa.	308
Figura 7.15	Sistema conceptual de ‘locação’ validado pelos especialistas.	309
Figura 7.16	Ocorrências de demonstração no <i>Corpus SNC_leg</i>	314
Figura 7.17	Ocorrências de demonstração no <i>Corpus SNC_leg</i> ordenadas à direita.	315
Figura 7.18	Pesquisa por <i>demonstraç</i> no <i>Corpus SNC_leg</i>	316
Figura 7.19	Tipologia das demonstrações financeiras 1.	322
Figura 7.20	Tipologia das demonstrações financeiras 2.	324
Figura 7.21	Tipologia das demonstrações financeiras 3.	325
Figura 7.22	Definição de leasing (Infopédia).	336
Figura 7.23	Definição de locação (Infopédia).	336
Figura 7.24	<i>Concordance Plot</i> do termo goodwill no <i>Corpus SNC_leg</i>	342
Figura 7.25	Concordâncias de trespasse no <i>Corpus SNC_leg</i>	343

Figura 7.26	Ecrã de pesquisa de locação financeira no <i>Corpus IAS_leg</i>	346
Figura 7.27	Ecrã de pesquisa de activo fixo tangível no <i>Corpus IAS_leg</i>	346
Figura 7.28	Rubricas do activo num balanço.....	348

Índice de Tabelas

Tabela 2.1 Razões para a disseminação do inglês como língua de comunicação internacional.	51
Tabela 2.2 Principais <i>linguae francae</i> até aos nossos dias.....	54
Tabela 2.3 As principais línguas faladas nos estados-membros da União Europeia..	75
Tabela 2.4 Políticas linguísticas das principais instituições da UE.....	82
Tabela 2.5 Regimes linguísticos de algumas organizações internacionais.	83
Tabela 2.6 Características do multilinguismo contemporâneo.....	93
Tabela 2.7 Estratégias de gestão de barreiras linguísticas.	98
Tabela 2.8 Línguas mais usadas na Internet (segundo o perfil do utilizador).....	108
Tabela 2.9 Artigos da Wikipédia ordenados por língua.	111
Tabela 2.10 O processo de decisão em torno das políticas linguísticas.	115
Tabela 4.1 Cursos de 1º, 2º e 3º ciclos com a designação «Contabilidade».	168
Tabela 4.2 Requisitos em termos de áreas de estudos para inscrição na OTOC. .	169
Tabela 4.3 Características do relato financeiro como língua de especialidade. ...	171
Tabela 4.4 Normalização contabilística: do POC/77 à actualidade.	176
Tabela 4.5 NCRF do SNC.	186
Tabela 4.6 Elementos comuns às várias NCRF.	188
Tabela 4.7 Entidades abrangidas pelo SNC.	188
Tabela 4.8 Composição da NCRF-PE do SNC.	190
Tabela 4.9 Capítulos da NCRF-ESNL com designação ou numeração diferente ...	192
Tabela 4.10 Capítulos da NC-ME que apresentam designações diferentes	194
Tabela 4.11 Instrumentos do SNC e da NCM.	200

Tabela 5.1	Processo de tradução das normas internacionais.....	214
Tabela 5.2	Definição de ‘depreciation’/’depreciação’ e amortisation/amortização.	218
Tabela 5.3	Contextos de estrutura conceptual no <i>Corpus SNC_leg</i>	229
Tabela 5.4	Principais alterações semânticas decorrentes do processo de criação da EC do SNC.	241
Tabela 5.5	Combinatórias de caixa no <i>Corpus SNC_leg</i>	244
Tabela 5.6	Exemplos de tradução de cash (<i>Corpus IAS_leg</i>).....	247
Tabela 5.7	Alterações gramaticais decorrentes da produção da EC do SNC.	249
Tabela 6.1	Terminologia POC vs SNC (alguns exemplos).....	254
Tabela 6.2	Caracterização dos <i>corpora</i> multilingues.	266
Tabela 6.3	Caracterização do <i>Corpus SNC_leg</i>	269
Tabela 6.4	Caracterização do <i>Corpus IAS_leg</i>	272
Tabela 7.1	Fases do processo terminológico.	282
Tabela 7.2	<i>N-grams</i> mais frequentes seleccionados	295
Tabela 7.3	Variantes de demonstração de alterações no capital próprio	318
Tabela 7.4	Termos que designam as demonstrações financeiras nos excertos. ...	326
Tabela 7.5	Constituição de um conjunto completo de demonstrações financeiras (Regulamento (CE) nº 1126/2008, de 3 de Novembro).	328
Tabela 7.6	Constituição de um conjunto completo de demonstrações financeiras (Regulamento (CE) nº 1274/2008, de 17 de Dezembro).....	329
Tabela 7.7	Constituição de um conjunto completo de demonstrações financeiras (Regulamento (CE) nº 1126/2008 e Regulamento (CE) nº 1274/2008).....	330
Tabela 7.8	Diferentes formas de tratamento dos anglicismos no <i>Corpus SNC_leg</i>	340

Lista de siglas e abreviaturas

BADF	Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras
CC	Código de Contas
CDU	Classificação Decimal Universal
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CNAEF	Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação
CNC	Comissão de Normalização Contabilística
EC	Estrutura Conceptual
ESNL	Entidades do Sector Não Lucrativo
EUA	Estados Unidos da América
IAS	International Accounting Standards
IASB	International Accounting Standards Board
IASC	International Accounting Standards Committee
IFRIC	International Financial Reporting Interpretations Committee
IFRS	International Financial Reporting Standards
MDF	Modelos de Demonstrações Financeiras
NCM	Normalização Contabilística para Microentidades
NCRF	Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro
NCRF-PE	Norma Contabilística de Relato Financeiro para Pequenas Entidades
NI	Normas Interpretativas
OTOC	Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas
POC	Plano Oficial de Contabilidade
p.p.	pontos percentuais
SIC	Standards Interpretations Committee
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
UE	União Europeia

Apêndice 1: Estrutura Conceptual

Estrutura Conceptual (EC)

Prefácio (parágrafo 1)

1 - As demonstrações financeiras preparadas com o propósito de proporcionar informação que seja útil na tomada de decisões económicas devem responder às necessidades comuns da maior parte dos utentes.

Com efeito, todos os utentes tomam decisões económicas, nomeadamente para:

- (a) Decidir quando comprar, deter ou vender um investimento em capital próprio;
- (b) Avaliar o zelo ou a responsabilidade do órgão de gestão;
- (c) Avaliar a capacidade de a entidade pagar e proporcionar outros benefícios aos seus empregados;
- (d) Avaliar a segurança das quantias emprestadas à entidade;
- (e) Determinar as políticas fiscais;
- (f) Determinar os lucros e dividendos distribuíveis;
- (g) Preparar e usar as estatísticas sobre o rendimento nacional; ou
- (h) Regular as actividades das entidades.

As demonstrações financeiras são a maior parte das vezes preparadas de acordo com um modelo de contabilidade baseado no custo histórico recuperável e no conceito da manutenção do capital financeiro nominal. Isto não significa que outros modelos e conceitos não pudessem ser mais apropriados, a fim de ir ao encontro do objectivo de proporcionar informações específicas.

Introdução (parágrafos 2 a 11)

Finalidade (parágrafos 2 a 4)

2 - Esta Estrutura estabelece conceitos que estão subjacentes à preparação e apresentação das demonstrações financeiras para utentes externos, seja pelas entidades que preparam um conjunto completo de demonstrações financeiras, seja pelas pequenas entidades. O propósito desta Estrutura Conceptual é o de:

- (a) Ajudar,

os preparadores das demonstrações financeiras na aplicação das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e no tratamento de tópicos que ainda tenham de constituir assunto de uma dessas Normas;

(b) Ajudar a formar opinião sobre a aderência das demonstrações financeiras às NCRF;

(c) Ajudar os utentes na interpretação da informação contida nas demonstrações financeiras preparadas; e

Eliminado: para a Apresentação e Preparação de

Eliminado: Demonstrações Financeiras

Eliminado: são preparadas e apresentadas para utentes externos por muitas empresas em todo o mundo. Se bem que tais demonstrações financeiras possam parecer semelhantes de país para país, há diferenças que provavelmente têm sido causadas por uma variedade de circunstâncias sociais, económicas e legais e por diferentes países tendo em mente as necessidades dos diferentes utentes das demonstrações financeiras aquando do estabelecimento dos requisitos nacionais. Estas diferentes circunstâncias conduziram ao uso de uma variedade de definições dos elementos das demonstrações financeiras; isto é, por exemplo, activos, passivos, capitais próprios

Eliminado: O Conselho do IAS

Eliminado: Isto é assim porque

Eliminado: por exemplo,

Eliminado: a curadoria

Eliminado: da empresa

Eliminado: empresa;

Eliminado: empresas.

Eliminado:

Eliminado: podem

Eliminado: informação que seja

Eliminado: e Status

Eliminado: 1.

Eliminado: .

Eliminado: o Conselho do IAS

Movido(s) para baixo [1]:

Eliminado: o Conselho do IAS

Movido(s) para baixo [2]:

Eliminado:) ajudar as organiz

Movido(s) para baixo [3]:

Eliminado:) ajudar

Eliminado: Internacionais de

Eliminado: Norma Internaciona

Movido(s) (inserção) [1]

Eliminado: (e) ajudar os audit

Eliminado: quanto

Eliminado: se as

Eliminado: se conformam ou r

Movido(s) (inserção) [2]

Eliminado: (f

Eliminado: das demonstrações

(d) Proporcionar aos que estejam interessados no trabalho da CNC informação acerca da sua abordagem à formulação das NCRF.

3 - Esta Estrutura Conceptual não é uma NCRF e por isso não define normas para qualquer mensuração particular ou tema de divulgação.

4 - A CNC reconhece que em alguns casos pode haver um conflito entre esta Estrutura Conceptual e uma qualquer NCRF. Nos casos em que haja um conflito, os requisitos da NCRF prevalecem em relação à Estrutura Conceptual.

Âmbito (parágrafos 5 a 7)

5 - Esta Estrutura Conceptual trata:

(a) Do objectivo das demonstrações financeiras;

(b) Das características qualitativas que determinam a utilidade da informação contida nas demonstrações financeiras;

(c) Da definição, reconhecimento e mensuração dos elementos a partir dos quais se constroem as demonstrações financeiras; e

(d) Dos conceitos de capital e de manutenção de capital.

6 - Esta Estrutura Conceptual respeita às demonstrações financeiras de finalidades gerais (daqui por diante referidas como "demonstrações financeiras") incluindo as demonstrações financeiras consolidadas. Tais demonstrações financeiras são preparadas e apresentadas pelo menos anualmente e dirigem-se às necessidades comuns de informação de um vasto leque de utentes. Alguns destes utentes podem exigir, e têm o poder de obter, informação para além da contida nas demonstrações financeiras. Muitos utentes, porém, têm de depender das demonstrações financeiras como a sua principal fonte de informação financeira e, por isso, tais demonstrações financeiras devem ser preparadas e apresentadas com vista às suas necessidades. Os relatórios financeiros de finalidades especiais, por exemplo, prospectos e cálculos preparados para efeitos de tributação, estão fora do âmbito desta Estrutura Conceptual. Contudo, a Estrutura Conceptual pode ser aplicada na preparação de tais relatórios para finalidades especiais quando os seus requisitos o permitam.

7 - Esta Estrutura Conceptual aplica-se às demonstrações financeiras de todas as entidades comerciais, industriais e de negócios que relatam, sejam do sector público ou do privado. Uma entidade que relata é uma entidade relativamente à qual existem utentes que confiam nas demonstrações financeiras como a sua principal fonte de informação financeira acerca da entidade.

Conjunto completo de demonstrações financeiras (parágrafo 8)

8 - As demonstrações financeiras fazem parte do processo do relato financeiro. Um conjunto completo de demonstrações financeiras inclui normalmente um balanço, uma demonstração dos resultados, uma demonstração das alterações na posição financeira e uma demonstração de fluxos de caixa, bem como as notas e outras demonstrações e material explicativo que constituam parte integrante das demonstrações financeiras. Elas podem também incluir mapas suplementares e informação baseada em tais demonstrações ou derivada delas, e que se espera que seja lida juntamente com elas. Tais mapas e informações suplementares podem tratar, por exemplo, de informação financeira de segmentos industriais e geográficos e de divulgações acerca dos efeitos das variações de preços. As demonstrações financeiras não incluem, porém, elementos preparados pelo órgão de gestão, tais como relatórios, exposições, debate e análise e elementos similares que possam ser incluídos num relatório financeiro ou anual.

Movido(s) (inserção) [3]

Eliminado: (g

Eliminado: do IASC

Eliminado: de Normas Internacionais de Contabilidade.

Eliminado: 2.

Eliminado: Norma Internacional de Contabilidade

Eliminado: Nada nesta Estrutura Conceptual derroga qualquer Norma Internacional de Contabilidade específica.

Eliminado: 3. O Conselho do IASC

Eliminado: num número limitado de

Eliminado: a

Eliminado: Norma Internacional de Contabilidade.

Eliminado: Norma Internacional de Contabilidade

Eliminado: Como, porém, o Conselho do IASC será orientado pela Estrutura Conceptual no desenvolvimento de futuras Normas e na revisão das Normas existentes, o número de casos de conflito entre a Estrutura Conceptual e as Normas Internacionais de Contabilidade diminuirá no decorrer do tempo.

Eliminado: <#>4. A Estrutura Conceptual será revista de tempos a tempos com base na experiência do Conselho ao trabalhar com ela.

Eliminado: . . A

Eliminado: de:

Eliminado: o

Eliminado: a

Eliminado: o

Eliminado: . . A

Eliminado: , por isso,

Eliminado: . .

Eliminado: (que pode ser apresentada de várias maneiras, por exemplo, como

Eliminado: ou uma demonstração de fluxos de fundos), e

Eliminado: de administradores

Eliminado: do presidente

Eliminado: pela gerência

Utentes e as suas necessidades de informação (parágrafos 9 a 11)

9 - Nos utentes das demonstrações financeiras incluem-se investidores actuais e potenciais, empregados, mutuantes, fornecedores e outros credores comerciais, clientes, Governo e seus departamentos e o público. Eles utilizam as demonstrações financeiras a fim de satisfazerem algumas das suas diferentes necessidades de informação. Estas necessidades incluem o seguinte:

(a) Investidores - Os fornecedores de capital de risco e os seus consultores estão ligados ao risco inerente aos, e ao retorno proporcionado pelos, seus investimentos. Necessitam de informação para os ajudar a determinar se devem comprar, deter ou vender. Os accionistas estão também interessados em informação que lhes facilite determinar a capacidade da entidade pagar dividendos.

(b) Empregados - Os empregados e os seus grupos representativos estão interessados na informação acerca da estabilidade e da lucratividade dos seus empregadores. Estão também interessados na informação que os habilite a avaliar a capacidade da entidade proporcionar remuneração, benefícios de reforma e oportunidades de emprego.

(c) Mutuantes - Os mutuantes estão interessados em informação que lhes permita determinar se os seus empréstimos, e os juros que a eles respeitam, serão pagos quando vencidos.

(d) Fornecedores e outros credores comerciais - Os fornecedores e outros credores estão interessados em informação que lhes permita determinar se as quantias que lhes são devidas serão pagas no vencimento. Os credores comerciais estão provavelmente interessados numa entidade durante um período mais curto que os mutuantes a menos que estejam dependentes da continuação da entidade como um cliente importante.

(e) Clientes - Os clientes têm interesse em informação acerca da continuação de uma entidade, especialmente quando com ela têm envolvimento a prazo, ou dela estão dependentes.

(f) Governo e seus departamentos - O Governo e os seus departamentos estão interessados na alocação de recursos e, por isso, nas actividades das entidades. Também exigem informação a fim de regularem as actividades das entidades, determinar as políticas de tributação e como base para estatísticas do rendimento nacional e outras semelhantes.

(g) Público - As entidades afectam o público de diversos modos. Por exemplo, podem dar uma contribuição substancial à economia local de muitas maneiras incluindo o número de pessoas que empregam e patrocinar comércio dos fornecedores locais. As demonstrações financeiras podem ajudar o público ao proporcionar informação acerca das tendências e desenvolvimentos recentes na prosperidade da entidade e leque das suas actividades.

10 - Se bem que nem todas as necessidades de informação destes utentes possam ser supridas pelas demonstrações financeiras, há necessidades que são comuns a todos os utentes.

11 - O órgão de gestão duma entidade tem a responsabilidade primária pela preparação e apresentação das suas demonstrações financeiras. O órgão de gestão está também interessado na informação contida nas demonstrações financeiras mesmo que tenha acesso a informação adicional de gestão e financeira que o ajude a assumir as suas responsabilidades de planeamento, de tomada de decisões e de controlo. O órgão de gestão tem a capacidade de determinar a forma e conteúdo de tal informação adicional para satisfazer as suas próprias necessidades. Porém, o relato de tal informação, está para além do âmbito desta Estrutura Conceptual. Contudo, as demonstrações financeiras publicadas são baseadas na informação usada pelo órgão de gestão acerca da posição financeira, desempenho e alterações na posição financeira da entidade.

Objectivo das demonstrações financeiras (parágrafos 12 a 21)

Eliminado: <#>8. . A Estrutura Conceptual aplica-se às demonstrações financeiras de todas as empresas comerciais, industriais e de negócios que relatam, seja do sector público ou do privado. (... [17])

Eliminado: . . Os

Eliminado: s

Eliminado: a

Eliminado: por, os

Eliminado: empresa de

Eliminado: empresa de

Eliminado: empresa

Eliminado: empresa

Eliminado: empresa

Eliminado: quanto

Eliminado: com

Eliminado: de, a empresa.

Eliminado: s

Eliminado: Os governos

Eliminado: imputação

Eliminado: empresas.

Eliminado: empresas

Eliminado: a

Eliminado: o

Eliminado: estatísticas

Eliminado: empresas

Eliminado: parte do

Eliminado: numa variedade de (... [18])

Eliminado: as empresas

Eliminado: empresa

Eliminado: . .

Eliminado: não

Eliminado: Como os investidor (... [19])

Eliminado: . . A gerência

Eliminado: empresa

Eliminado: da empresa. A gerência

Eliminado: a

Eliminado: ela

Eliminado: a

Eliminado: levar a efeito

Eliminado: A gerência

Eliminado: o

Eliminado: pela gerência

Eliminado: empresa.

Eliminado: ¶ (... [20])

Eliminado: . .

12 - O objectivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas.

Eliminado: empresa

13 - As demonstrações financeiras preparadas com esta finalidade vão de encontro às necessidades comuns da maior parte dos utentes. Contudo, as demonstrações financeiras não proporcionam toda a informação de que os utentes possam necessitar para tomarem decisões económicas uma vez que elas, em grande medida, retratam os efeitos financeiros de acontecimentos passados e não proporcionam necessariamente informação não financeira.

Eliminado: ... - As demonstrações ... [21]

14 - Os utentes das demonstrações financeiras que desejem avaliar o zelo ou a responsabilidade do órgão de gestão pelos recursos que lhe foram confiados, fazem-no a fim de que possam tomar decisões económicas; estas decisões podem incluir, por exemplo, deter ou vender o seu investimento na entidade ou reconduzir ou substituir o órgão de gestão.

Eliminado: ... As ... Os utentes ... [22]

Posição financeira, desempenho e alterações na posição financeira (parágrafos 15 a 21)

Eliminado: ...

15 - As decisões económicas que sejam tomadas pelos utentes das demonstrações financeiras requerem uma avaliação da capacidade da entidade para gerar caixa e equivalentes de caixa e da tempestividade e certeza da sua geração. Esta capacidade determina em última instância, por exemplo, a capacidade de uma entidade pagar aos seus empregados e fornecedores, satisfazer pagamentos de juros, reembolsar empréstimos e fazer distribuições aos seus proprietários. Os utentes ficam mais habilitados para avaliar esta capacidade de gerar caixa e equivalentes de caixa se lhes for proporcionada informação que foque a posição financeira, o desempenho e as alterações na posição financeira de uma entidade.

Eliminado: empresa de ... entidade ... [23]

16 - A posição financeira de uma entidade é afectada pelos recursos económicos que ela controla, pela sua estrutura financeira, pela sua liquidez e solvência, e pela sua capacidade de se adaptar às alterações no ambiente em que opera. A informação acerca dos recursos económicos controlados pela entidade e a sua capacidade no passado para modificar estes recursos é útil na predição da capacidade da entidade para gerar no futuro caixa e equivalentes de caixa. A informação acerca da estrutura financeira é útil na predição de futuras necessidades de empréstimos e de como os lucros futuros e fluxos de caixa serão distribuídos entre os que têm interesses na entidade; é também útil ao predizer que sucesso a entidade provavelmente terá em conseguir fundos adicionais. A informação acerca da liquidez e solvência é útil na predição da capacidade da entidade para satisfazer os seus compromissos financeiros à medida que se vencerem. A liquidez refere-se à disponibilidade de caixa no futuro próximo depois de ter em conta os compromissos financeiros durante este período. A solvência refere-se à disponibilidade de caixa durante prazo mais longo para satisfazer os compromissos financeiros à medida que se vençam.

Eliminado: ... - A posição ... [24]

17 - A informação acerca do desempenho de uma entidade, em particular a sua lucratividade, é necessária a fim de determinar as alterações potenciais nos recursos económicos que seja provável que ela controle no futuro. A informação acerca da variabilidade do desempenho é, a este respeito, importante. A informação acerca do desempenho é útil na predição da capacidade da entidade gerar fluxos de caixa a partir dos seus recursos básicos existentes. É também útil na formação de juízos de valor acerca da eficácia com que a entidade pode empregar recursos adicionais.

Eliminado: ... - A informação ... [25]

18 - A informação respeitante às alterações na posição financeira de uma entidade é útil a fim de avaliar as suas actividades de investimento, de financiamento e operacionais durante o período de relato. Esta informação é útil ao proporcionar ao utente uma base para determinar a capacidade de uma entidade para gerar caixa e equivalentes de caixa e as necessidades da entidade para utilizar esses fluxos de caixa. Ao construir uma demonstração de alterações na posição financeira, os fundos podem ser definidos de várias maneiras, tais como todos os recursos financeiros, capital circulante, activos líquidos ou

Eliminado: ... - A informação ... [26]

caixa. Esta estrutura conceptual não assume nenhuma definição específica de fundos.

Eliminado: Nenhuma tentativa é feita nesta Estrutura Conceptual para especificar uma

Eliminado: ..

19 - A informação acerca da posição financeira é principalmente proporcionada num balanço. A informação acerca do desempenho é principalmente dada numa demonstração de resultados. A informação acerca das alterações na posição financeira é proporcionada nas demonstrações financeiras por meio de uma demonstração separada.

20 - As partes componentes das demonstrações financeiras inter-relacionam-se porque reflectem aspectos diferentes das mesmas transacções ou outros acontecimentos. Se bem que cada demonstração proporcione informação distinta das outras, é provável que nenhuma só por si sirva um propósito único ou proporcione toda a informação que satisfaça as necessidades particulares dos utentes. Por exemplo, uma demonstração de resultados proporciona uma imagem incompleta do desempenho a menos que seja usada juntamente com o balanço e a demonstração das alterações da posição financeira.

Eliminado: ..

Eliminado: interrelacionam

Eliminado: que é diferente

Eliminado: somente

Eliminado: necessária às

Notas às demonstrações financeiras (parágrafo 21)

Eliminado: e Mapas Suplementares ¶

Eliminado: ..

21 - As demonstrações financeiras também contêm notas e quadros suplementares e outras informações. Por exemplo, elas podem conter informação adicional que seja relevante para as necessidades dos utentes acerca dos itens do balanço e da demonstração dos resultados. Podem incluir divulgações acerca dos riscos e incertezas que afectem a entidade e quaisquer recursos e obrigações não reconhecidos no balanço (tais como recursos minerais). A informação acerca dos segmentos geográficos e industriais e os efeitos na entidade das variações de preços é também muitas vezes proporcionada na forma de informação suplementar.

Eliminado: às

Eliminado: empresa

Eliminado: empresa

Pressupostos subjacentes (parágrafos 22 e 23)

Regime de acréscimo (periodização económica) (parágrafo 22)

22 - A fim de satisfazerem os seus objectivos, as demonstrações financeiras são preparadas de acordo com o regime contabilístico do acréscimo (ou da periodização económica). Através deste regime, os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (e não quando caixa ou equivalentes de caixa sejam recebidos ou pagos) sendo registados contabilmente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As demonstrações financeiras preparadas de acordo com o regime de acréscimo informam os utentes não somente das transacções passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento no futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro. Deste modo, proporciona-se informação acerca das transacções passadas e outros acontecimentos que seja mais útil aos utentes na tomada de decisões económicas.

Eliminado: ..

Eliminado: . Por este

Eliminado: o dinheiro

Eliminado: o seu equivalente seja recebido

Eliminado: nos livros contabilísticos

Eliminado: a

Eliminado: as

Eliminado: dinheiro

Eliminado: pagar dinheiro

Eliminado: dinheiro

Eliminado: o

Eliminado: Daqui, proporcionam o tipo de

Eliminado: ..

Eliminado: empresa

Eliminado: empresa

Eliminado: empresa

Eliminado: ..

Continuidade (parágrafo 23)

23 - As demonstrações financeiras são normalmente preparadas no pressuposto de que uma entidade é uma entidade em continuidade e de que continuará a operar no futuro previsível. Daqui que seja assumido que a entidade não tem nem a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir drasticamente o nível das suas operações; se existir tal intenção ou necessidade, as demonstrações financeiras podem ter que ser preparadas segundo um regime diferente e, se assim for, o regime usado deve ser divulgado.

Características qualitativas das demonstrações financeiras (parágrafos 24 a 46)

24 - As características qualitativas são os atributos que tornam a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos utentes. As quatro principais características qualitativas são a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade.

Compreensibilidade (parágrafo 25)

Eliminado: ..

25 - Uma qualidade essencial da informação proporcionada nas demonstrações financeiras é a de que ela seja rapidamente compreensível pelos utentes. Para este fim, presume-se que os utentes tenham um razoável conhecimento das actividades empresariais e económicas e da contabilidade e vontade de estudar a informação com razoável diligência. Porém, a informação acerca de matérias complexas, a incluir nas demonstrações financeiras dada a sua relevância para a tomada de decisões dos utentes, não deve ser excluída meramente com o fundamento de que ela possa ser demasiado difícil para a compreensão de certos utentes.

Eliminado: que devam ser incluídas

Eliminado: as necessidades de tomadas

Relevância (parágrafos 26, a 28)

Eliminado: . .

26 - Para ser útil, a informação tem de ser relevante para a tomada de decisões dos utentes. A informação tem a qualidade da relevância quando influencia as decisões económicas dos utentes ao ajudá-los a avaliar os acontecimentos passados, presentes ou futuros ou confirmar, ou corrigir, as suas avaliações passadas.

Eliminado: as necessidades de

Eliminado: de

27 - As funções preditiva e confirmatória da informação estão inter-relacionadas. Por exemplo, a informação acerca do nível corrente e da estrutura da detenção de activos tem valor para os utentes, quando estes se esforçam por prever a capacidade da entidade para tirar vantagem das oportunidades e a capacidade de reagir a situações adversas. A mesma informação desempenha um papel confirmatório a respeito de predições passadas, acerca, por exemplo, do caminho em que a entidade seria estruturada ou do resultado de operações planeadas.

Eliminado: . . Os papéis preditivos

Eliminado: os

Eliminado: interrelacionados.

Eliminado: ,

Eliminado: empresa

Eliminado: sua

Eliminado: empresa

Eliminado: . .

Eliminado: empresa

28 - A informação acerca da posição financeira e do desempenho passado é frequentemente usada como a base para prever a posição financeira e o desempenho futuros e outros assuntos em que os utentes estejam directamente interessados, tais como pagamento de dividendos e de salários, movimentos de preços de títulos e a capacidade da entidade de satisfazer os seus compromissos à medida que se vençam. Para ter valor preditivo, a informação não necessita de estar na forma de uma previsão explícita. A capacidade de fazer predições a partir das demonstrações financeiras é porém melhorada pela maneira como é apresentada a informação sobre as transacções e acontecimentos passados. Por exemplo, o valor preditivo da demonstração dos resultados é aumentado se os itens dos rendimentos ou de gastos não usuais, anormais e não frequentes forem separadamente divulgados.

Materialidade (parágrafos 29, e 30)

Eliminado: . .

29 - A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. Nalguns casos, a natureza da informação é por si mesma suficiente para determinar a sua relevância. Por exemplo, o relato de um novo segmento pode afectar a avaliação dos riscos e oportunidades que se deparam à entidade independentemente da materialidade dos resultados conseguidos pelo novo segmento no período de relato. Noutros casos, quer a natureza quer a materialidade são importantes, como por exemplo, as quantias de inventários detidas em cada uma das principais categorias que sejam apropriadas para o negócio.

Eliminado: empresa

Eliminado: a empresa.

30 - A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas dos utentes tomadas na base das demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão do item ou do erro julgado nas circunstâncias particulares da sua omissão ou distorção. Por conseguinte, a materialidade proporciona um patamar ou ponto de corte, não sendo uma característica qualitativa primária que a informação tenha de ter para ser útil.

Eliminado: . .

Fiabilidade (parágrafos 31, a 38)

Eliminado: . .

31 - Para que seja útil, a informação também deve ser fiável. A informação tem a qualidade da fiabilidade quando estiver isenta de erros materiais e de preconceitos, e os utentes dela possam depender ao representar fidedignamente o que ela ou pretende representar ou pode

razoavelmente esperar-se que represente.

32 - A informação pode ser relevante mas tão pouco fiável por natureza ou representação que o seu reconhecimento pode ser potencialmente enganador. Por exemplo, se a validade e quantia de uma reclamação por danos sob acção legal estiverem em disputa, pode ser inapropriado para a entidade reconhecer no balanço a quantia inteira da reclamação, embora possa ser apropriado divulgar a quantia e circunstâncias da reclamação.

Eliminado: ..

Eliminado: empresa

Representação fidedigna (parágrafos 33 e 34)

Eliminado: ..

33 - Para ser fiável, a informação deve representar fidedignamente as transacções e outros acontecimentos que ela ou pretende representar ou possa razoavelmente esperar-se que represente. Assim, por exemplo, o balanço deve representar fidedignamente as transacções e outros acontecimentos de que resultem activos, passivos e capital próprio da entidade na data do relato que satisfaçam os critérios de reconhecimento.

Eliminado: empresa

34 - A maior parte da informação financeira está sujeita a algum risco de não chegar a ser a representação fidedigna daquilo que ela pretende retratar. Isto não é devido a preconceito, mas antes a dificuldades inerentes seja na identificação das transacções e outros acontecimentos a serem mensurados seja na concepção e aplicação de técnicas de mensuração e apresentação que possam comunicar mensagens que correspondam a essas transacções e acontecimentos. Em certos casos, a mensuração dos efeitos financeiros dos itens poderá ser tão incerta que as entidades geralmente não os reconhecerão nas demonstrações financeiras; por exemplo, se bem que a maior parte das entidades gerem internamente trespasse (goodwill) no decorrer do tempo, é geralmente difícil identificar ou mensurar com fiabilidade esse trespasse (goodwill). Noutros casos, porém, pode ser relevante reconhecer os itens e divulgar o risco de erro que rodeia o seu reconhecimento e a sua mensuração.

Eliminado: ..

Eliminado: empresas

Eliminado: empresas

Eliminado: .

Substância sobre a forma (parágrafo 35)

Eliminado: ..

35 - Se a informação deve representar fidedignamente as transacções e outros acontecimentos que tenha por fim representar, é necessário que eles sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade económica e não meramente com a sua forma legal. A substância das transacções ou de outros acontecimentos nem sempre é consistente com a que é mostrada pela sua forma legal ou idealizada. Por exemplo, uma entidade pode alienar um activo a uma terceira entidade de tal maneira que a documentação tenha por fim passar a propriedade legal a essa entidade; contudo, podem existir acordos que assegurem que a entidade continua a fruir os benefícios económicos incorporados no activo. Em tais circunstâncias, o relato de uma venda não representaria fidedignamente a transacção celebrada (se na verdade houve uma transacção).

Eliminado: evidente

Eliminado: empresa

Eliminado: a

Eliminado: empresa

Neutralidade (parágrafo 36)

Eliminado: ..

36 - Para que seja fiável, a informação contida nas demonstrações financeiras tem de ser neutra, isto é, livre de preconceitos. As demonstrações financeiras não são neutras se, por via da selecção ou da apresentação da informação, elas influenciarem a tomada de uma decisão ou um juízo de valor a fim de atingir um resultado ou um efeito predeterminado.

Prudência (parágrafo 37)

Eliminado: ..

37 - Os preparadores das demonstrações financeiras têm, porém, de lutar com as incertezas que inevitavelmente rodeiam muitos acontecimentos e circunstâncias, tais como a cobrabilidade duvidosa de dívidas a receber, a vida útil provável de instalações e equipamentos e o número de reclamações de garantia que possam ocorrer. Tais incertezas são reconhecidas através da divulgação da sua natureza e extensão e pela aplicação de prudência na preparação das demonstrações financeiras. A prudência é a inclusão de um grau de precaução no exercício dos juízos necessários ao fazer as estimativas necessárias em condições de incerteza, de forma que os activos ou os rendimentos não sejam

Eliminado: que preparam as

sobreavaliados e os passivos ou os gastos não sejam subavaliados. Porém, o exercício da prudência não permite, por exemplo, a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas, a subavaliação deliberada de activos ou de rendimentos, ou a deliberada sobreavaliação de passivos ou de gastos, porque as demonstrações financeiras não seriam neutras e, por isso, não teriam a qualidade de fiabilidade.

Plenitude (parágrafo 38)

38 - Para que seja fiável, a informação nas demonstrações financeiras deve ser completa adentro dos limites de materialidade e de custo. Uma omissão pode fazer com que a informação seja falsa ou enganadora e por conseguinte não fiável e deficiente em termos da sua relevância.

Comparabilidade (parágrafos 39 a 42)

39 - Os utentes têm de ser capazes de comparar as demonstrações financeiras de uma entidade ao longo do tempo a fim de identificar tendências na sua posição financeira e no seu desempenho. Os utentes têm também de ser capazes de comparar as demonstrações financeiras de diferentes entidades a fim de avaliar de forma relativa a sua posição financeira, o seu desempenho e as alterações na posição financeira. Daqui que a mensuração e exposição dos efeitos financeiros de transacções e outros acontecimentos semelhantes devam ser levados a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo nessa entidade e de maneira consistente para diferentes entidades.

40 - Uma implicação importante da característica qualitativa da comparabilidade é a de que os utentes sejam informados das políticas contabilísticas usadas na preparação das demonstrações financeiras, de quaisquer alterações nessas políticas e dos efeitos de tais alterações. Os utentes necessitam de ser capazes de identificar diferenças entre as políticas contabilísticas para transacções e outros acontecimentos semelhantes usados pela mesma entidade de período para período e entre diferentes entidades. A conformidade com as NCRF, incluindo a divulgação das políticas contabilísticas usadas pela entidade, ajuda a conseguir comparabilidade.

41 - A necessidade de comparabilidade não deve ser confundida com a mera uniformidade e não deve ser permitido que se torne um impedimento à introdução de normas contabilísticas melhoradas. Não é apropriado que uma entidade continue a contabilizar da mesma maneira uma transacção ou outro acontecimento se a política adoptada não estiver de acordo com as características qualitativas da relevância e da fiabilidade. É também inapropriado que uma entidade deixe as suas políticas contabilísticas inalteradas quando existam alternativas mais relevantes e fiáveis.

42 - Porque os utentes desejam comparar a posição financeira, o desempenho e as alterações na posição financeira de uma entidade ao longo do tempo, é importante que as demonstrações financeiras mostrem a informação correspondente dos períodos precedentes.

Constrangimentos à informação relevante e fiável (parágrafos 43 a 45)

Tempestividade (parágrafo 43)

43 - Se houver demora indevida no relato da informação ela pode perder a sua relevância. O órgão de gestão pode necessitar de balancear os méritos relativos do relato tempestivo com o fornecimento de informação fiável. Para proporcionar informação numa base tempestiva pode muitas vezes ser necessário relatar antes de serem conhecidos todos os aspectos de uma transacção ou outro acontecimento, diminuindo por conseguinte a fiabilidade. Ao contrário, se o relato for demorado até que todos os aspectos sejam conhecidos, a informação pode ser altamente fiável mas de pouca utilidade para os utentes que tenham tido entretanto de tomar decisões. Para conseguir a ponderação entre relevância e fiabilidade, a consideração dominante é a de como melhor satisfazer as necessidades dos utentes nas tomadas de decisões económicas.

Eliminado: ¶
Preenchimento ¶
38.

Eliminado: .

Eliminado: empresa

Eliminado: empresas

Eliminado: empresa

Eliminado: empresa

Eliminado: empresas.

Eliminado: .

Eliminado: empresa

Eliminado: empresas.

Eliminado: Norma Contabilísticas
Internacionais

Eliminado: empresa

Eliminado: .

Eliminado: um empresa

Eliminado: e

Eliminado: empresa

Eliminado: .

Eliminado: empresa

Eliminado: ¶
Oportunidade ¶

Eliminado: .

Eliminado: A gerência

Balanceamento entre benefício e custo (parágrafo 44)

44 - A ponderação entre benefício e custo é mais um constrangimento influente do que uma característica qualitativa. Os benefícios derivados da informação devem exceder o custo de a proporcionar. A avaliação dos benefícios e custos é, contudo, substancialmente um processo de ajuizamento. Para além disso, os custos não recaem necessariamente sobre os utentes que fruem os benefícios. Os benefícios podem também ser usufruídos pelos utentes que não sejam aqueles para quem a informação é preparada; por exemplo, o fornecimento de informação adicional a mutuantes pode reduzir os custos dos empréstimos obtidos por uma entidade. Por estas razões é difícil aplicar um teste custo - benefício a qualquer caso particular. Não obstante, os normalizadores em particular, assim como os preparadores e utentes das demonstrações financeiras, devem estar conscientes deste constrangimento.

Eliminado: . .

Eliminado: e não

Eliminado: i

Eliminado: que

Eliminado: empresa.

Eliminado: testecusto

Balanceamento entre características qualitativas (parágrafo 45)

45 - Na prática é muitas vezes necessário um balanceamento, ou um compromisso, entre características qualitativas. Geralmente a aspiração é conseguir um balanceamento apropriado entre as características a fim de ir ao encontro dos objectivos das demonstrações financeiras. A importância relativa das características em casos diferentes é uma questão de juízo de valor profissional.

Eliminado: . .

Eliminado: um

Imagem verdadeira e apropriada/apresentação apropriada (parágrafo 46)

46 - As demonstrações financeiras são frequentemente descritas como mostrando uma imagem verdadeira e apropriada de, ou como apresentando apropriadamente, a posição financeira, o desempenho e as alterações na posição financeira de uma entidade. Se bem que esta Estrutura Conceptual não trate directamente tais conceitos, a aplicação das principais características qualitativas e das normas contabilísticas apropriadas resulta normalmente em demonstrações financeiras que transmitem o que é geralmente entendido como uma imagem verdadeira e apropriada de, ou como apresentando razoavelmente, tal informação.

Eliminado: . .

Eliminado: empresa.

Elementos das demonstrações financeiras (parágrafos 47, a 79)

47 - As demonstrações financeiras retratam os efeitos financeiros das transacções e de outros acontecimentos ao agrupá-los em grandes classes de acordo com as suas características económicas. Estas grandes classes são constituídas pelos elementos das demonstrações financeiras. Os elementos directamente relacionados com a mensuração da posição financeira no balanço são os activos, os passivos e os capitais próprios. Os elementos directamente relacionados com a mensuração do desempenho na demonstração dos resultados são os rendimentos e os gastos. A demonstração de alterações na posição financeira reflecte geralmente elementos da demonstração dos resultados e as alterações de elementos do balanço; concordantemente, esta Estrutura Conceptual não identifica nenhuns elementos que sejam exclusivos daquela demonstração.

Eliminado: ¶
Os

Eliminado: . .

Eliminado: denominadas os

48 - A apresentação destes elementos no balanço e na demonstração dos resultados envolve um processo de subclassificação. Os activos e passivos podem ser classificados pela sua natureza ou função nas actividades da entidade a fim de mostrar a informação da maneira mais útil aos utentes para fins de tomada de decisões económicas.

Eliminado: únicos àquela

Eliminado: . .

Eliminado: Por exemplo,

Eliminado: empresa

Eliminado: . .

Movido(s) (inserção) [4]

Eliminado: o capital próprio.

Movido(s) para cima [4]: São definidos como segue:

Eliminado: Um

Eliminado: empresa

Eliminado: empresa

Eliminado: .

Posição financeira (parágrafos 49, a 51)

49 - Os elementos directamente relacionados com a mensuração da posição financeira são os activos, os passivos e o capital próprio. São definidos como segue:

(a) Activo é um recurso controlado pela entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros;

(b) Passivo é uma obrigação presente da entidade proveniente de acontecimentos passados, da liquidação da qual se espera que resulte um exfluxo de recursos da entidade incorporando benefícios económicos;

Eliminado: Um

Eliminado: empresa

Eliminado: empresa

Eliminado: .

Eliminado: empresa

Eliminado: . .

(c) Capital próprio é o interesse residual nos activos da entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

50. - As definições de activo e de passivo identificam as suas características essenciais mas não tentam especificar os critérios que necessitam de ser satisfeitos antes de serem reconhecidos no balanço. Por conseguinte, as definições abarcam itens que não são reconhecidos como activos ou como passivos no balanço porque não satisfazem os critérios de reconhecimento debatidos nos parágrafos 80 a 96. Particularmente, a expectativa de que benefícios económicos futuros fluirão para ou de uma entidade tem de ser suficientemente certa para ir de encontro ao critério da probabilidade do parágrafo 81 antes de um activo ou passivo ser reconhecido.

Eliminado: 82

Eliminado: 8

Eliminado: empresa

Eliminado: 83

Eliminado: . .

51. - Ao avaliar se um item satisfaz a definição de activo, passivo ou capital próprio, é preciso dar atenção à sua subjacente substância e realidade económica e não meramente à sua forma legal. Por conseguinte, por exemplo, no caso das locações financeiras, a substância e realidade económica são as de que o locatário adquire os benefícios económicos do uso do activo locado para a maior parte da sua vida útil em troca de registar uma obrigação de pagar por esse direito uma quantia aproximada ao respectivo justo valor do activo e respectivo encargo financeiro. Daqui que, a locação financeira dê origem a itens que satisfazem a definição de activo e passivo e são reconhecidos como tais no balanço do locatário.

Eliminado: a

Activos (parágrafos 52 a 58)

52. - Os benefícios económicos futuros incorporados num activo são o potencial de contribuir, directa ou indirectamente, para o fluxo de caixa e equivalentes de caixa para a entidade. O potencial pode ser um potencial produtivo que faça parte das actividades operacionais da entidade. Pode também tomar a forma de convertibilidade em caixa ou equivalentes de caixa ou a capacidade de reduzir os exfluxos de caixa, tais como quando um processo alternativo de fabricação baixe os custos de produção.

Eliminado: <#>52. . Os balanços elaborados de acordo com as actuais Normas Internacionais de Contabilidade podem incluir itens que não satisfaçam as definições de activo ou passivo e que não sejam mostrados como parte do capital próprio. As definições estabelecidas no parágrafo 49 estarão, porém, subjacentes em futuras revisões das Normas Internacionais de Contabilidade existentes e na formulação de novas Normas. ¶

53. - Uma entidade emprega geralmente os seus activos para produzir bens ou serviços capazes de satisfazer os desejos ou as necessidades de clientes; pelo facto de estes bens e serviços poderem satisfazer esses desejos ou necessidades, os clientes estão preparados para pagá-los, contribuindo assim para o fluxo de caixa da entidade. O próprio dinheiro presta um serviço à entidade por causa da sua predominância sobre os outros recursos.

Eliminado: 53. .

Eliminado: de seus

Eliminado: empresa.

Eliminado: empresa.

Eliminado: 54. .

Eliminado: empresa

Eliminado: que

Eliminado: e daqui que contribuam

Eliminado: empresa.

Eliminado: empresa

Eliminado: 55. .

Eliminado: empresa

Eliminado: empresa;

Eliminado: empresa.

Eliminado: 56. .

Eliminado: empresa

Eliminado: empresa

Eliminado: 57. .

54. - Os benefícios económicos futuros incorporados num activo podem fluir para a entidade de diferentes maneiras. Por exemplo, um activo pode ser:

(a) Usado isoladamente ou em combinação com outros activos na produção de bens ou serviços para serem vendidos pela entidade;

(b) Trocado por outros activos;

(c) Usado para liquidar um passivo; ou

(d) Distribuído aos proprietários da entidade.

55. - Muitos activos, por exemplo, activos fixos tangíveis, têm uma forma física. Porém, a forma física não é essencial à existência de um activo; daqui que as patentes e os direitos de autor, por exemplo, sejam activos se se espera que deles fluam benefícios económicos futuros para a entidade e se eles forem controlados pela entidade.

56. - Muitos activos, por exemplo, as dívidas a receber e propriedades, estão associados a direitos legais, incluindo o direito de propriedade. Ao determinar a existência de um activo, o

direito de propriedade não é essencial; por conseguinte, por exemplo, a propriedade detida sob locação é um activo se a entidade controlar os benefícios que espera que fluam da propriedade. Se bem que a capacidade de uma entidade de controlar benefícios seja geralmente a consequência de direitos legais, um item pode no entanto satisfazer a definição de activo mesmo quando não haja controlo legal. Por exemplo, o "know-how" obtido das actividades de desenvolvimento pode satisfazer a definição de activo quando, ao conservar secreto esse "know-how", uma entidade controle os benefícios que espera que dele fluam.

Eliminado: empresa

Eliminado: empresa

Eliminado: empresa

Eliminado: 58. .

Eliminado: empresa

Eliminado: empresas

Eliminado: empresa

57 - Os activos de uma entidade resultam de transacções passadas ou de outros acontecimentos passados. As entidades normalmente obtêm activos pela sua compra ou produção, mas outras transacções ou acontecimentos podem gerar activos; incluem-se como exemplos a propriedade recebida do Governo por uma entidade como parte de um programa para encorajar o crescimento económico numa área e a descoberta de depósitos minerais. As transacções ou acontecimentos que se espera que venham a ocorrer no futuro não dão por si próprios origem a activos; daqui que, por exemplo, uma intenção de comprar inventários não satisfaz a definição de activos.

Eliminado: 59. .

Eliminado: empresa

58 - Há uma íntima associação entre dispêndios em que se incorrem e activos que se geram mas ambos não coincidem necessariamente. Daqui que, quando uma entidade incorre em dispêndios, isto possa proporcionar prova de que benefícios económicos futuros foram procurados mas não é prova concludente de que um item que satisfaça a definição de activo tenha sido obtido. Semelhantemente a ausência de um dispêndio relacionado não evita que um item satisfaça a definição de activo e por conseguinte se torne um candidato ao reconhecimento no balanço; por exemplo, itens que tenham sido doados à entidade podem satisfazer a definição de activo.

Eliminado: empresa

Passivos (parágrafos 59 a 63)

Eliminado: 60. .

Eliminado: empresa

59 - Uma característica essencial de um passivo é a de que a entidade tenha uma obrigação presente. Uma obrigação é um dever ou responsabilidade para agir ou executar de certa maneira. As obrigações podem ser legalmente impostas como consequência de um contrato vinculativo ou de requisito estatutário. Este é geralmente o caso, por exemplo, de quantias a pagar por bens e serviços recebidos. As obrigações também surgem, porém, das práticas normais dos negócios, costumes e de um desejo de manter boas relações negociais ou de agir de maneira equilibrada. Se, por exemplo, uma entidade decidir como questão de política rectificar deficiências nos seus produtos mesmo quando estas se tornem evidentes após o período de garantia ter expirado, são passivos as quantias que se espera que sejam gastas respeitantes a bens já vendidos.

Eliminado: empresa

Eliminado: m

60 - Deve distinguir-se entre uma obrigação presente e um compromisso futuro. Por exemplo, uma decisão do órgão de gestão de uma entidade para adquirir activos no futuro não dá, por si própria, origem a uma obrigação presente. Normalmente uma obrigação surge somente quando o activo é entregue ou a entidade entra num acordo irrevogável para adquirir o activo. No último caso, a natureza irrevogável do acordo significa que as consequências económicas da falha de honrar o compromisso, por exemplo, por causa da existência de uma penalidade substancial, deixa a entidade com pouca ou nenhuma margem para evitar o exfluxo de recursos para uma outra parte.

Eliminado: 61. . Necessita de ser feita distinção

Eliminado: da gerência

Eliminado: empresa

Eliminado: normalmente

Eliminado: empresa

Eliminado: empresa

Eliminado: ,

Eliminado: ,

Eliminado: 62. .

Eliminado: empresa

61 - A liquidação de uma obrigação presente envolve geralmente que a entidade ceda recursos incorporando benefícios económicos a fim de satisfazer a reivindicação da outra parte. A liquidação de uma obrigação presente pode ocorrer de maneiras várias, por exemplo, por:

(a) Pagamento a dinheiro;

(b) Transferência de outros activos;

(c) Prestação de serviços;

(d) Substituição dessa obrigação por outra ou

(e) Conversão da obrigação em capital próprio.

Uma obrigação pode também ser extinta por outros meios, tais como um credor abdicar ou perder os seus direitos.

62 - Os passivos resultam de operações passadas ou de outros acontecimentos passados. Assim, por exemplo, a aquisição de bens e o uso de serviços dão origem a dívidas comerciais a pagar (a menos que pagos adiantadamente ou no acto da entrega) e o recebimento de um empréstimo bancário resulta numa obrigação de pagar o empréstimo. Uma entidade pode também reconhecer como passivos os descontos futuros baseados nas compras anuais feitas por clientes; neste caso, a venda de bens no passado é a operação que dá origem ao passivo.

63 - Alguns passivos só podem ser mensurados usando um grau substancial de estimativa, designando-se estes passivos como provisões. Quando uma provisão envolva uma obrigação presente e satisfaça a definição do parágrafo 49(b), ela é um passivo mesmo que a respectiva quantia tenha de ser estimada. Como exemplos indicam-se as provisões para pagamentos a serem feitos relativamente a garantias existentes e provisões para cobrir as obrigações de pensões de reforma.

Capital próprio (parágrafos 64 a 67)

64 - Se bem que o capital próprio seja definido no parágrafo 49(c) como um resíduo, ele pode ser subclassificado no balanço. Por exemplo, numa sociedade, os fundos contribuídos pelos accionistas, os resultados transitados, as reservas que representem apropriações de resultados transitados e as reservas que representem ajustamentos de manutenção do capital podem ser mostradas separadamente. Tais classificações podem ser relevantes para as necessidades de tomada de decisões dos utentes das demonstrações financeiras quando indiquem restrições legais ou outras sobre a capacidade da entidade distribuir ou, de outra maneira, aplicar o seu capital próprio. Podem também reflectir o facto de detentores de capital numa entidade terem direitos diferentes em relação ao recebimento de dividendos ou ao reembolso de capital próprio contribuído.

65 - A criação de reservas é algumas vezes exigida pelos estatutos ou por outra legislação a fim de dar à entidade e aos seus credores uma medida adicional de protecção dos efeitos de perdas. Podem ser estabelecidas outras reservas se a legislação fiscal nacional conceder isenções de, ou redução em, passivos fiscais quando sejam feitas transferências para tais reservas. A existência e dimensão destas reservas legais, estatutárias e fiscais é informação que pode ser relevante para as necessidades de tomada de decisão dos utentes. As transferências para tais reservas são apropriações de resultados transitados, não sendo, por conseguinte, gastos.

66 - A quantia pela qual o capital próprio é mostrado no balanço está dependente da mensuração dos activos e dos passivos. Normalmente, a quantia agregada do capital próprio somente por coincidência corresponde ao valor de mercado agregado das acções da entidade ou à soma que poderia ser obtida pela alienação quer dos activos líquidos numa base fragmentária quer da entidade como um todo segundo o pressuposto da continuidade.

67 - As actividades comerciais, industriais e de negócios, são muitas vezes levadas a efeito por meio de entidades tais como entidades em nome individual, parcerias, empreendimentos conjuntos e variados tipos de entidades estatais de negócios. A estrutura legal e reguladora para tais entidades é muitas vezes diferente da aplicável às sociedades. Por exemplo, podem existir algumas restrições na distribuição aos proprietários ou a outros beneficiários de quantias incluídas no capital próprio. Contudo, a definição de capital próprio e os outros aspectos desta Estrutura Conceptual que tratam do capital próprio são apropriados para tais entidades.

Eliminado: m

Eliminado: 63. .

Eliminado: empresa

Eliminado: 64. .

Eliminado: . Algumas empresas descrevem

Eliminado: Nalguns países, tais provisões não são vistas como passivos porque neles o conceito de passivo é definido de forma muito restritiva a fim de incluir somente quantias que possam ser estabelecidas sem a necessidade de fazer estimativas. A definição de passivo no parágrafo 49 segue uma abordagem mais vasta. Por conseguinte,

Eliminado: o resto da

Eliminado: ,

Eliminado: Os

Eliminado: incluem

Eliminado: sob

Eliminado: 65. .

Eliminado: sub-classificado

Eliminado: retidos

Eliminado: retidos

Eliminado: empresa de

Eliminado: de

Eliminado: partes com interesses

Eliminado: posse

Eliminado: empresa

Eliminado: .

Eliminado: 66. .

Eliminado: empresa

Eliminado: o

Eliminado: retidos, mas

Eliminado: 67. .

Eliminado: empresa

Eliminado: empresa

Eliminado: 68. .

Eliminado: empresas

Eliminado: empresas

Eliminado: e "trusts"

Eliminado: empresas

Eliminado: empresas

Eliminado: , se as houver,

Eliminado: empresas.

Eliminado:
Comportamento

Desempenho (parágrafos 68 a 71)

68 -

O lucro é frequentemente usado como uma medida de desempenho ou como a base para outras mensurações, tais como o retorno do investimento ou os resultados por acção. Os elementos directamente relacionados com a mensuração do lucro são rendimentos e gastos. O reconhecimento e mensuração dos rendimentos e gastos, e consequentemente do lucro, depende em parte dos conceitos de capital e de manutenção do capital usados pela entidade na preparação das suas demonstrações financeiras. Estes conceitos são tratados nos parágrafos 100 a 108.

69 - Os elementos de rendimentos e de gastos são definidos como se segue:

(a) Rendimentos são aumentos nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de influxos ou aumentos de activos ou diminuições de passivos que resultem em aumentos no capital próprio, que não sejam os relacionados com as contribuições dos participantes no capital próprio.

(b) Gastos são diminuições nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de exfluxos ou deperecimentos de activos ou na incorrência de passivos que resultem em diminuições do capital próprio, que não sejam as relacionadas com distribuições aos participantes no capital próprio.

70 - As definições de rendimentos e de gastos identificam as suas características essenciais mas não tentam especificar os critérios que necessitarão de ser satisfeitos antes de serem reconhecidos na demonstração dos resultados. Os critérios para o reconhecimento de rendimentos e de gastos são tratados nos parágrafos 80 a 96.

71 - Os rendimentos e os gastos são apresentados na demonstração dos resultados de formas diversificadas, a fim de proporcionar informação que seja relevante para a tomada de decisões económicas. Esta diversificação é feita na base de que a origem de um item é relevante na avaliação da capacidade da entidade gerar caixa ou equivalentes de caixa no futuro.

Rendimentos (parágrafos 72 a 75)

72 -

A definição de rendimentos engloba quer réditos quer ganhos. Os réditos provêm do decurso das actividades correntes (ou ordinárias) de uma entidade sendo referidos por uma variedade de nomes diferentes incluindo vendas, honorários, juros, dividendos, royalties e rendas.

73 - Os ganhos representam outros itens que satisfaçam a definição de rendimentos e podem, ou não, provir do decurso das actividades correntes (ou ordinárias) de uma entidade. Os ganhos representam aumentos em benefícios económicos e como tal não são de natureza diferente do rédito. Daqui que não são vistos como constituindo um elemento separado nesta Estrutura Conceptual.

74 - Os ganhos, incluem, por exemplo, os que provêm da alienação de activos não correntes. A definição de rendimentos também inclui ganhos não realizados; por exemplo, os que provenham da revalorização de títulos negociáveis e os que resultem de aumentos na quantia escriturada de activos a longo prazo. Quando os ganhos sejam reconhecidos na demonstração dos resultados, eles são geralmente apresentados em separado porque o seu conhecimento é útil para o propósito de tomar decisões económicas. Os ganhos são muitas vezes relatados líquidos de gastos relacionados.

75 - Várias espécies de activos podem ser recebidos ou aumentados através dos rendimentos; exemplos incluem o dinheiro, dívidas a receber e bens e serviços recebidos por troca de bens e serviços fornecidos. Os rendimentos podem também resultar da liquidação

Movido(s) para baixo [5]: ¶
69

Eliminado: . .

Eliminado: daqui

Eliminado: empresa

Eliminado: discutidos

Eliminado: 2

Eliminado: 1

Movido(s) (inserção) [5]

Eliminado: 70. .

Eliminado: .

Eliminado: 71. .

Eliminado: discutidos

Eliminado: 82

Eliminado: ¶
98. ¶
72. .

Eliminado: podem ser

Eliminado: maneiras diferentes

Eliminado: Por exemplo, é prática comum distinguir entre os elementos dos rendimentos e dos gastos que provenham do decurso das actividades correntes (ou ordinárias) da empresa dos que não provenham. Esta distinção

Eliminado: fonte

Eliminado: empresa

Eliminado: dinheiro

Eliminado: dinheiro

Eliminado: ; por exemplo, as actividades acidentais tais como

Eliminado: alienação de um investimento a longo prazo são improváveis que sejam regularmente recorrentes. Quando se distingue desta maneira entre itens, necessita ser considerada a natureza da empresa e das suas operações. Os itens que provenham das actividades ordinárias de uma empresa podem para uma outra ser extraordinários.

Eliminado: <#>73. . A distinção entre itens de rendimento e de gasto e a sua combinação de mane (...) [27]

Movido(s) para baixo [6]: ¶ (...) [28]

Eliminado: . .

Eliminado: empresa

Eliminado: 75. .

Eliminado: empresa.

Movido(s) (inserção) [6]

Eliminado: 76. .

Eliminado: 77. .

de passivos. Por exemplo, uma entidade pode fornecer bens e serviços a um mutuante em liquidação de uma obrigação para reembolsar um empréstimo por liquidar.

Eliminado: empresa

Gastos (parágrafos 76 a 78)

Eliminado: ..

76 - A definição de gastos engloba perdas assim como aqueles gastos que resultem do decurso das actividades correntes (ou ordinárias) da entidade. Os gastos que resultem do decurso das actividades ordinárias da entidade incluem, por exemplo, o custo das vendas, os salários e as depreciações. Tomam geralmente a forma de um exfluxo ou deperecimento de activos tais como dinheiro e seus equivalentes, existências e activos fixos tangíveis.

Eliminado: empresa.

Eliminado: empresa

77 - As perdas representam outros itens que satisfaçam a definição de gastos e podem, ou não, surgir no decurso das actividades ordinárias da entidade. As perdas representam diminuições em benefícios económicos e como tal não são na sua natureza diferentes de outros gastos. Daqui que não sejam vistas como um elemento separado nesta Estrutura Conceptual.

Eliminado: 79. .

Eliminado: correntes

Eliminado: empresa.

78 - As perdas incluem, por exemplo, as que resultam de desastres como os incêndios e as inundações bem como as que provêm da alienação de activos não correntes. A definição de gastos também inclui perdas não realizadas como, por exemplo, as provenientes dos efeitos do aumento da taxa de câmbio de uma moeda estrangeira respeitante a empréstimos obtidos de uma entidade nessa moeda. Quando as perdas forem reconhecidas na demonstração dos resultados, elas são geralmente mostradas separadamente porque o conhecimento das mesmas é útil para finalidades de tomar decisões económicas. As perdas são muitas vezes relatadas líquidas de rendimentos relacionados.

Eliminado: 80. .

Eliminado: empresa

Ajustamentos de manutenção do capital (parágrafo 79)

Eliminado: 81. .

79 - A revalorização ou reexpressão de activos e passivos dá origem a aumentos ou diminuições de capital próprio. Se bem que estes aumentos ou diminuições satisfaçam a definição de rendimentos e de gastos, eles não são incluídos na demonstração dos resultados segundo certos conceitos de manutenção do capital. Em vez disso, estes itens são incluídos no capital próprio como ajustamentos de manutenção do capital ou reservas de revalorização. Estes conceitos de manutenção do capital são tratados nos parágrafos 100 a 108 desta Estrutura Conceptual.

Eliminado: discutidos

Eliminado: 2

Eliminado: 1

Eliminado: 82. .

Reconhecimento dos elementos das demonstrações financeiras (parágrafos 80 a 96)

Eliminado: 3

80 - Reconhecimento é o processo de incorporar no balanço e na demonstração dos resultados um item que satisfaça a definição de um elemento e satisfaça os critérios de reconhecimento estabelecidos no parágrafo 81. Isso envolve a descrição do item por palavras e por uma quantia monetária e a inclusão dessa quantia nos totais do balanço ou da demonstração dos resultados. Os itens que satisfaçam os critérios de reconhecimento devem ser reconhecidos no balanço ou na demonstração dos resultados. A falha do reconhecimento de tais itens não é rectificad pela divulgação das políticas contabilísticas usadas nem por notas ou material explicativo.

Eliminado: o

Eliminado: 83. .

Eliminado: e

Eliminado: 84. .

81 - Um item que satisfaça a definição de uma classe deve ser reconhecido se:

Eliminado: dar

(a) For provável que qualquer benefício económico futuro associado com o item flua para ou da entidade. e

Eliminado: às

(b) O item tiver um custo ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade.

Eliminado: deb

Eliminado: i

82 - Ao avaliar se um item satisfaz estes critérios e por isso se qualifica para reconhecimento nas demonstrações financeiras, é necessário ter em atenção as condições de materialidade tratadas nos parágrafos 29 e 30. A inter-relação entre os elementos significa que um item que satisfaça a definição e os critérios de reconhecimento de um dado elemento, por exemplo, um activo, requer automaticamente o reconhecimento de um outro elemento, por

Eliminado: interrelação

Eliminado: elemento

Eliminado: requer

Eliminado: uma outra classe

exemplo, rendimento ou um passivo.

Probabilidade de benefícios económicos futuros (parágrafo 83)

83 - O conceito de probabilidade é usado nos critérios de reconhecimento para referir o grau de incerteza em que os benefícios económicos futuros associados ao item fluirão para, ou de, a entidade. O conceito está em harmonia com a incerteza que caracteriza o ambiente em que uma entidade opera. As avaliações do grau de incerteza ligadas ao fluxo de benefícios económicos futuros são feitas com base nas provas disponíveis aquando da preparação das demonstrações financeiras. Por exemplo, quando for provável que uma dívida a receber devida por uma entidade venha a ser paga, é justificável então, na ausência de provas em contrário, reconhecer a dívida a receber como um activo. Para uma grande população de dívidas a receber, porém, é considerado provável algum grau de não pagamento; daqui que seja reconhecido um gasto que represente a redução esperada de benefícios económicos.

Eliminado: ¶
A

Eliminado: 85. .

Eliminado: empresa.

Eliminado: empresa

Eliminado: empresa irá

Eliminado: geralmente

Eliminado: -

Fiabilidade da mensuração (parágrafos 84 a 86)

Eliminado: . .

84 - O segundo critério para o reconhecimento de um item é que este possua um custo ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade como referido nos parágrafos 31 a 38 desta Estrutura Conceptual. Em muitos casos, o custo ou o valor precisam de ser estimados; o uso de estimativas razoáveis é uma parte essencial da preparação das demonstrações financeiras e não destrói a sua fiabilidade. Quando, porém, uma estimativa razoável não possa ser feita o item não é reconhecido no balanço ou na demonstração dos resultados. Por exemplo, os proventos esperados de uma acção judicial podem estar de acordo com as definições quer de activo quer de rendimento assim como do critério de probabilidade para reconhecimento; porém, se não for possível que a reivindicação seja mensurada com fiabilidade, ela não deve ser reconhecida como activo ou como rendimento; a existência da reivindicação, porém, será divulgada nas notas anexas, material explicativo ou mapas suplementares.

Eliminado: discutido

85 - Um item que, num dado momento, falhe em satisfazer os critérios de reconhecimento do parágrafo 81 pode qualificar-se para reconhecimento numa data posterior como resultado de circunstâncias ou acontecimentos subsequentes.

Eliminado: 87. .

Eliminado: 83

Eliminado: 88. .

86 - Um item que possua as características essenciais de um elemento mas falhe em satisfazer os critérios de reconhecimento pode no entanto exigir divulgação nas notas, material explicativo ou em mapas suplementares. Isto é apropriado quando o conhecimento do item seja considerado relevante pelos utentes das demonstrações financeiras para a avaliação da posição financeira, desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade pelos utentes das demonstrações financeiras.

Eliminado: empresa

Reconhecimento de activos (parágrafos 87 e 88)

87 - Um activo é reconhecido no balanço quando for provável que os benefícios económicos futuros fluam para a entidade e o activo tenha um custo ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade.

Eliminado: 89. .

Eliminado: empresa

Eliminado: 90. .

Eliminado: o

Eliminado: tenha sido

Eliminado: relativamente ao qual

Eliminado: empresa

Eliminado: quer

Eliminado: da gerência

Eliminado: empresa

Eliminado: gerência

Eliminado: empresa

Reconhecimento de passivos (parágrafo 89)

Eliminado: 91. .

89 - Um passivo é reconhecido no balanço quando for provável que um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos resulte da liquidação de uma obrigação presente e que a quantia pela qual a liquidação tenha lugar possa ser mensurada com fiabilidade. Na prática, as obrigações ao abrigo de contratos que estejam proporcional e igualmente não executados (por exemplo passivos por inventários encomendados mas ainda não recebidos) não são geralmente reconhecidos como passivos nas demonstrações financeiras. Porém, tais obrigações podem satisfazer a definição de passivos e, desde que os critérios de reconhecimento sejam satisfeitos nas circunstâncias particulares, podem qualificar-se para reconhecimento. Em tais circunstâncias, o reconhecimento de passivos implica o reconhecimento dos activos ou gastos relacionados.

Eliminado: não

Reconhecimento de rendimentos (parágrafos 90 e 91)

90 - Um rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados quando tenha surgido um aumento de benefícios económicos futuros relacionados com um aumento num activo ou com uma diminuição de um passivo e que possa ser quantificado com fiabilidade. Isto significa, com efeito, que o reconhecimento dos rendimentos ocorre simultaneamente com o reconhecimento de aumentos em activos ou com diminuições em passivos (por exemplo, o aumento líquido em activos provenientes de uma venda de bens ou de serviços ou a diminuição em passivos provenientes do perdão de uma dívida a pagar).

Eliminado: 92. .

91 - Os procedimentos geralmente adoptados na prática para o reconhecimento de um rendimento, por exemplo, o requisito de que o rédito deve ser gerado, são aplicações dos critérios de reconhecimento nesta Estrutura Conceptual. Tais procedimentos dirigem-se geralmente à restrição do reconhecimento como rendimentos àqueles itens que possam ser mensurados com fiabilidade e que tenham um grau suficiente de certeza.

Eliminado: 93. .

Reconhecimento de gastos (parágrafos 92 a 96)

92 - Os gastos são reconhecidos na demonstração dos resultados quando tenha surgido uma diminuição dos benefícios económicos futuros relacionados com uma diminuição num activo ou com um aumento de um passivo e que possam ser mensurados com fiabilidade. Isto significa, com efeito, que o reconhecimento de gastos ocorre simultaneamente com o reconhecimento de um aumento de passivos ou de uma diminuição de activos (por exemplo, o acréscimo de direitos dos empregados ou a depreciação de equipamento).

Eliminado: 94. .

Eliminado: ,

93 - Os gastos são reconhecidos na demonstração dos resultados com base numa associação directa entre os custos incorridos e a obtenção de rendimentos específicos. Este processo, geralmente referido como o balanceamento de custos com réditos, envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado de réditos e de gastos que resultem directa e conjuntamente das mesmas transacções ou de outros acontecimentos; por exemplo, os vários componentes de gastos constituindo o custo dos produtos vendidos são reconhecidos ao mesmo tempo que o rendimento derivado da venda dos produtos. Porém, a aplicação do conceito de balanceamento segundo esta Estrutura Conceptual não permite o reconhecimento de itens no balanço que não satisfaçam a definição de activos ou passivos.

Eliminado: 95. .

94 - Quando se espera que surjam benefícios económicos durante vários períodos contabilísticos e a associação com rendimentos só possa ser determinada de uma forma geral ou indirectamente, os gastos são reconhecidos na demonstração dos resultados na base de procedimentos de imputação sistemáticos e racionais. Isto é muitas vezes necessário ao se reconhecerem os gastos associados com o consumo de activos tais como os activos fixos tangíveis, o trespasse (goodwill), as patentes e as marcas; em tais casos, o gasto é referido como depreciação ou amortização. Estes procedimentos de imputação destinam-se a reconhecer gastos nos períodos contabilísticos em que os benefícios económicos associados com estes itens se consumam ou se extingam.

Eliminado: 96. .

Eliminado: a

Eliminado: ,

95 - Um gasto é imediatamente reconhecido na demonstração dos resultados quando o dispêndio não produza benefícios económicos futuros ou quando, e somente se, os benefícios económicos futuros não se qualifiquem, ou cessem de qualificar-se, para

Eliminado: 97. .

Eliminado: tanto quanto

reconhecimento no balanço como um activo.

96 - Um gasto é também reconhecido na demonstração dos resultados nos casos em que seja incorrido um passivo sem o reconhecimento de um activo, o que sucede quando surge um passivo por garantia de um produto.

Eliminado: 98.

Eliminado: como se dá

Eliminado: ja

Mensuração dos elementos das demonstrações financeiras (parágrafos 97 a 99)

Eliminado: . .

97 - Mensuração é o processo de determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras devam ser reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração dos resultados. Isto envolve a selecção da base particular de mensuração.

Eliminado: 100.

98 - São utilizadas diferentes bases de mensuração em graus diferentes e em variadas combinações nas demonstrações financeiras. Elas incluem as seguintes:

(a) Custo histórico. Os activos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa paga ou pelo justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição. Os passivos são registados pela quantia dos proventos recebidos em troca da obrigação, ou em algumas circunstâncias (por exemplo, impostos sobre o rendimento), pelas quantias de caixa, ou de equivalentes de caixa, que se espera que venham a ser pagas para satisfazer o passivo no decurso normal dos negócios.

Eliminado: dinheiro

Eliminado: dinheiro pago

Eliminado: dinheiro

Eliminado: dinheiro

(b) Custo corrente. Os activos são registados pela quantia de caixa ou de equivalentes de caixa que teria de ser paga se o mesmo ou um activo equivalente fosse correntemente adquirido. Os passivos são registados pela quantia não descontada de caixa, ou de equivalentes de caixa, que seria necessária para liquidar correntemente a obrigação.

Eliminado: dinheiro

Eliminado: dinheiro

Eliminado: dinheiro

Eliminado: dinheiro

(c) Valor realizável (de liquidação). Os activos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa, que possa ser correntemente obtida ao vender o activo numa alienação ordenada. Os passivos são escriturados pelos seus valores de liquidação; isto é, as quantias não descontadas de caixa ou equivalentes de caixa que se espera que sejam pagas para satisfazer os passivos no decurso normal dos negócios.

Eliminado: dinheiro

Eliminado: dinheiro

Eliminado: dinheiro

Eliminado: dinheiro

(d) Valor presente. Os activos são escriturados pelo valor presente descontado dos futuros influxos líquidos de caixa que se espera que o item gere no decurso normal dos negócios. Os passivos são escriturados pelo valor presente descontado dos futuros exfluxos líquidos de caixa que se espera que sejam necessários para liquidar os passivos no decurso normal dos negócios.

(e) Justo valor. Quantia pela qual um activo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transacção em que não exista relacionamento entre elas.

Eliminado: ¶
101.

99 - A base de mensuração geralmente adoptada pelas entidades ao preparar as suas demonstrações financeiras é o custo histórico. Este é geralmente combinado com outras bases de mensuração. Por exemplo, os inventários são geralmente escriturados pelo mais baixo do custo ou do valor realizável líquido, os títulos negociáveis podem ser escriturados pelo seu valor de mercado e os passivos por pensões de reforma são escriturados pelo seu valor presente.

Eliminado: mais

Eliminado: empresas

Conceitos de capital e manutenção de capital (parágrafos 100 a 108)

Conceitos de capital (parágrafos 100 e 101)

Eliminado: Além disso, muitas empresas usam a base do custo corrente como resposta à incapacidade do modelo contabilístico do custo histórico tratar os efeitos das alterações de preços dos activos não monetários.

100 - Geralmente as entidades adoptam um conceito financeiro de capital na preparação das suas demonstrações financeiras. No conceito financeiro de capital, tal como dinheiro investido ou poder de compra investido, o capital é sinónimo de activos líquidos ou de capital próprio da entidade. No conceito físico de capital, tal como a capacidade operacional, o capital é visto como a capacidade produtiva da entidade baseada, por exemplo, em unidades

Eliminado: 102. Pela maioria das empresas é adoptado

Eliminado: Por um

Eliminado: empresa. Por um

Eliminado: empresa

de produção diária.

101 - A selecção por uma entidade do conceito apropriado de capital deve basear-se nas necessidades dos utentes das suas demonstrações financeiras. Por conseguinte, um conceito financeiro de capital deve ser adoptado se os utentes das demonstrações financeiras estiverem principalmente interessados na manutenção do capital nominal investido ou no poder de compra do capital investido. Se, porém, a principal preocupação dos utentes for a capacidade operacional da entidade, deve ser usado um conceito físico de capital. O conceito escolhido indica o objectivo a ser atingido na determinação do lucro, mesmo que possam existir algumas dificuldades de mensuração para tornar o conceito operacional.

Eliminado: 103.

Eliminado: empresa

Eliminado: empresa

Eliminado: haver

Conceitos de manutenção do capital e a determinação do lucro (parágrafos 102 a 108)

102 - Os conceitos de capital no parágrafo 100 dão origem aos seguintes conceitos de manutenção do capital:

Eliminado: 104.

Eliminado: 2

(a) Manutenção do capital financeiro. Por este conceito um lucro só é obtido se a quantia financeira (ou dinheiro) dos activos líquidos no fim do período exceder a quantia financeira (ou dinheiro) dos activos líquidos do começo do período, depois de excluir quaisquer distribuições aos, e contribuições dos, proprietários durante o período. A manutenção do capital financeiro pode ser mensurada quer em unidades monetárias nominais quer em unidades de poder de compra constante.

Eliminado: a

Eliminado: de, os

(b) Manutenção do capital físico. Por este conceito um lucro só é obtido se a capacidade física produtiva (ou capacidade operacional) da entidade (ou os recursos ou os fundos necessários para conseguir essa capacidade) no fim do período exceder a capacidade física produtiva no começo do período, depois de excluir quaisquer distribuições aos, e contribuições dos, proprietários durante o período.

Eliminado: empresa

Eliminado: a

Eliminado: de, os

103 - O conceito de manutenção do capital está ligado à forma como uma entidade define o capital que procura manter. Proporciona a ligação entre os conceitos de capital e os conceitos de lucro porque proporciona o ponto de referência pelo qual o lucro é mensurado; é um pré requisito para distinguir entre o retorno sobre o capital da entidade e o retorno do seu capital; só os influxos de activos em excesso das quantias necessárias para manter o capital podem ser vistos como lucro e por conseguinte como um retorno sobre o capital. Daqui que o lucro seja a quantia residual que permanece após os gastos (incluindo os ajustamentos da manutenção do capital, quando apropriados) terem sido deduzidos dos rendimentos. Se os gastos excederem os rendimentos a quantia residual é um prejuízo.

Eliminado: ¶
105.

Eliminado: a

Eliminado: empresa

Eliminado: pré requisito

Eliminado: empresa

Eliminado: a

Eliminado: líquido.

Eliminado: 106.

104 - O conceito de manutenção do capital físico requer a adopção da base de mensuração pelo custo corrente. O conceito de manutenção do capital financeiro, porém, não requer o uso de uma base particular de mensuração. A selecção da base segundo este conceito está dependente do tipo de capital financeiro que a entidade está a procurar manter.

Eliminado: empresa

Eliminado: 107.

105 - A diferença principal entre os dois conceitos de manutenção do capital é o tratamento dos efeitos das alterações dos preços nos activos e passivos da entidade. Em termos gerais, uma entidade tem mantido o seu capital se tiver tanto capital no fim do período como tinha no começo do mesmo.

Eliminado: n

Eliminado: empresa.

Eliminado: empresa

106 - Pelo conceito de manutenção do capital financeiro quando o capital seja definido em termos de unidades monetárias nominais, o lucro representa o aumento do capital monetário nominal durante o período. Por conseguinte, os aumentos dos preços dos activos detidos durante o período, convencionalmente referidos como ganhos de detenção, são, conceptualmente, lucros. Podem, porém, não ser reconhecidos como tal até que os activos sejam alienados numa transacção de troca. Quando o conceito de manutenção do capital financeiro seja definido em termos de unidades de poder de compra constante, o lucro representa o aumento de poder de compra investido durante o período. Por conseguinte, apenas aquela parte do aumento nos preços dos activos que exceda o aumento no nível

Eliminado: Qualquer quantia acima ou abaixo da exigida para manter o capital do início do período é lucro.

Eliminado: 108.

geral de preços é vista como lucro. O resto do aumento é tratado como ajustamento da manutenção do capital e, daqui, como parte do capital próprio.

107 - Pelo conceito de manutenção do capital físico quando o capital seja definido em termos da capacidade produtiva física, o lucro representa o aumento nesse capital durante o período. Todas as alterações de preços que afectem os activos e passivos da entidade são vistas como alterações na mensuração da capacidade física produtiva da entidade; daqui que sejam tratadas como ajustamentos da manutenção do capital, que fazem parte do capital próprio, e não como lucro.

108 - A selecção das bases de mensuração e do conceito de manutenção do capital determina o modelo contabilístico usado na preparação das demonstrações financeiras. Modelos contabilísticos diferentes exibem diferentes graus de relevância e de fiabilidade e, como noutras áreas, tem de se procurar um balanceamento entre relevância e fiabilidade.

27 de Agosto de 2009. - Pelo Secretário-Geral, em substituição, Ana Bernardo.

Eliminado: 109.

Eliminado: empresa

Eliminado: empresa

Eliminado: 110.

Eliminado: rá

Eliminado: a gerência

Eliminado: Esta Estrutura Conceptual é aplicável a um leque de modelos contabilísticos e dá orientação na preparação e apresentação de demonstrações financeiras construídas segundo

Eliminado: o modelo escolhido. De momento, não é intenção do Conselho do IASC prescrever um modelo particular senão em circunstâncias excepcionais, tal como para as empresas que relatem na moeda de uma economia hiperinflacionária. Esta intenção será, porém, revista à luz dos desenvolvimentos mundiais. ¶

Apêndice 2: Candidatos a termo com a forma polo

activo

activo a mensurar
activo adicional
activo biológico
activo biológico consumível
activo biológico de produção
activo cedido
activo coberto
activo com restrições permanentes
activo com restrições temporárias
activo combinado
activo comparável
activo complementar
activo conjuntamente controlado
activo conjunto
activo contingente
activo corporate
activo corrente
activo da entidade
activo da unidade
activo de exploração e avaliação
activo de longo prazo
activo de plano
activo de substituição
activo de um grupo para alienação
activo de uma associada
activo de uma classe
activo de uma entidade
activo de uma parte contratante
activo depreciável
activo depreciável à data da aquisição
activo detido
activo detido para venda
activo diferido
activo do empreendimento conjunto
activo do fundo
activo do grupo
activo do investidor
activo do plano

activo elegível
activo envolvido numa locação
activo escriturado pelo justo valor
activo excedentário
activo financeiro
activo fixo tangível
activo identificável
activo individual
activo intangível
activo intangível com uma vida útil finita
activo intangível com uma vida útil indefinida
activo intangível complementar
activo intangível gerado internamente
activo intangível revalorizado
activo investido
activo líquido
activo líquido da entidade
activo líquido da investida
activo líquido da subsidiária
activo líquido da unidade
activo líquido das subsidiárias
activo líquido de abertura
activo líquido subjacente
activo líquido transferido
activo locado
activo locado depreciable
activo monetário
activo não corrente
activo não corrente classificado como devido para
venda
activo não corrente devido para venda
activo não depreciable
activo não financeiro
activo não monetário
activo não monetário identificável
activo operacional
activo parcialmente concluído
activo por benefícios de empregados
activo por gastos diferidos
activo por impostos
activo por impostos correntes
activo por impostos diferidos
activo por revalorização
activo previamente reconhecido nos resultados
activo que se qualifica

activo recibido
activo relacionado
activo relacionado
activo restaurado
activo revalorizado
activo separado
activo separável
activo tangível
activo transferido
activo único

Apêndice 3: Anglicismos no *Corpus* SNC_Leg

A. Formas únicas

accounting
asset
autopilot
board
call
committee
commodity
copyrights
corporate
corridor
cost
down
financial
franchises
go
goodwill
hardware
how
inputs
international
interpretations
know
marketing
model
output
over
pay
plus
pricing
public
rating
reporting
roll

B. Candidatos a termo

activo corporate
capital asset pricing
commodity
contrato de cost plus
contrato de swap
copyright
corridor
franchise
goodwill
input
mecanismo de autopilot
opção call de acção
output
pay as you go
rating
rating
roll over
royalty
spread
swap
trust
trustee
unidade de output
warrant
write down